

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE

TESE DE DOUTORADO

**Sobre agricultores, cultivo de eucalipto e estratégias
agroindustriais: Resistir e adaptar-se ao sistema de produção
integrada**

Silvia Lima de Aquino

2013.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE

**SOBRE AGRICULTORES, CULTIVO DE EUCALIPTO E
ESTRATÉGIAS AGROINDUSTRIAIS: RESISTIR E ADAPTAR-SE
AO SISTEMA DE PRODUÇÃO INTEGRADA**

SILVIA LIMA DE AQUINO

Sob orientação do professor
Nelson Giordano Delgado

Tese de doutorado submetida como
requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Ciências Sociais no Programa
de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro - RJ,
Agosto, 2013.

*Ao meu avô Zé (in memoriam), que
enfrentou com dignidade, fé e
esperança a dureza da vida.*

AGRADECIMENTOS

Costumamos ouvir que o momento de escrita da tese é um trabalho solitário. Contudo, ninguém faz nada sozinho. Ainda bem! Assim, se a escrita da tese é um processo solitário, só chegamos ao fim do trabalho em virtude do apoio de várias pessoas e de contribuições de diversas naturezas. São essas pessoas que gostaria de agradecer. Aviso de antemão que o espaço limitado dessa seção, seguramente, não me permitirá agradecer com a devida atenção a todas as pessoas que contribuíram não só com este trabalho, mas com um ciclo que começou quando decidi ingressar na graduação em Ciências Sociais em 2002 e na graduação em Geografia em 2004. Portanto, desafio tão grande quanto elaborar a tese é conseguir, em tão pouco espaço, mencionar as pessoas que fizeram parte da minha trajetória

As primeiras duas pessoas que gostaria de agradecer são meus pais: Maria de Lourdes e Nercy. Os dois nasceram no campo. Minha mãe, a partir do momento em que “se entendeu como gente” foi trabalhar na agricultura, capinando pastos, plantando arroz, mandioca, milho, feijão em terras alheias. Aos 12 anos, diante da pobreza vivida no campo, foi para Vitória trabalhar como empregada doméstica. Voltou para o interior, trabalhou em fábrica de sapatos, casou-se com meu pai e passou a trabalhar como lavadeira e empregada doméstica. Assim como minha mãe, meu pai também nasceu no campo, cortou cana, e colheu café em terras de fazendeiros e também migrou para cidade. Fez curso de eletricitista, trabalhou na profissão e depois como pedreiro. Ambos estudaram até a 4ª série do ensino fundamental. Mas, queriam mais para mim. E foi pelo incentivo deles, pelo amor incondicional e pelo dinheiro que me enviavam, sacrificando todo o resto, durante a minha graduação, já que na universidade não havia um programa de assistência estudantil, que eu consegui chegar até aqui. Sem os dois, essa tese jamais seria possível. E não há palavra alguma, por mais bonita que seja, que esteja a altura do amor e gratidão que tenho pelos dois.

Agradeço também ao amor e apoio dos meus irmãos Vaguinho e Eliane, meus grandes amigos, companheiros para o que der e vier. Dividir as tristezas e alegrias da vida com os dois, certamente é um privilégio.

Sou grata as minhas avós Bela e Natalina e a tia Vera, pelo carinho com o qual sempre me recebem.

Registro também meus agradecimentos ao meu avô Zé, grande exemplo de simplicidade e honestidade, um amigo querido que perdi de forma trágica no início do doutorado, em um acidente ocorrido, justamente no dia do meu aniversário. A lembrança que tenho dele, perpassou toda a elaboração deste trabalho.

Tem uma pessoa que entrou em minha vida no início do doutorado e fez de mim uma pessoa melhor. Essa pessoa é o Alex, meu amor, meu amigo, meu companheiro. A ele agradeço pela paciência em ouvir minhas angústias e também pela impaciência, muitas vezes necessária. Pela tamanha contribuição a este trabalho. Por não me deixar esmorecer, quando a minha vontade era a de abandonar tudo. Por acreditar em mim, quando nem eu mais acreditava. E, sobretudo, por me permitir entender da melhor forma possível a leveza do amor. O que vem pela frente eu não sei. Mas, seja lá o que for, tenho comigo a certeza de que com ele será muito melhor.

Sou imensamente grata ao professor Nelson Delgado, não só meu orientador, mais um grande amigo, por um lado, por ter aceitado o meu pedido de orientação, pela seriedade, cuidado e paciência com o qual conduziu o processo de orientação e, por outro, pela amizade e pela preocupação que tem com seus orientandos, não só enquanto alunos, mas também enquanto sujeitos que sofrem, têm problemas, angústias. Sob a sua orientação aprendi não apenas o conteúdo acadêmico, mas também muito sobre a vida.

Devo agradecer à Universidade Pública, representada neste momento, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela oportunidade de realizar o doutorado, assim como a todos os professores e funcionários do CPDA que fazem do programa um espaço aberto ao diálogo e ao aprendizado. Durante esses quase sete anos no CPDA, onde tive oportunidade de também realizar o mestrado, aprendi muito, não só nos espaços acadêmicos, mas através dos laços de amizades criados em virtude da inserção na pós-graduação.

Sou grata a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela bolsa de doutorado e também de doutorado sanduíche e a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro –FAPERJ pela bolsa de doutorado FAPERJ Nota 10.

Agradeço a professora Regina Bruno pela oportunidade que me deu de participar da Pesquisa sobre Grupos Produtivos de Mulheres Rurais.

Aos professores Leonilde Medeiros, Jorge Romano, Paulo Alentejano, Luiz Carlos Mior por aceitarem o convite para participarem da banca.

Agradeço a Universidade do Minho, aos funcionários do Centro de Investigação em Ciências Sociais – CICS e, especialmente, ao professor Manuel Carlos Silva pela co-orientação durante a realização do doutorado sanduíche em Portugal e pelas discussões que muito contribuíram para este trabalho.

Agradeço aos amigos Camila (em especial por sempre me ajudar com os resumos em inglês), Klenio, Tanize e Julio, por todos esses anos de amizade. Mesmo às vezes estando longe, estamos perto. E também ao Leandro, marido de Camila, um grande amigo. Agradeço a Quesia e ao Ébano pela amizade. Viver na Lapa foi muito mais divertido com os dois por perto.

Agradeço a Carol Bordalo, Maíra, Juliana Veloso, Bonnie e Babi, pela amizade e carinho, e também ao Felipe, por está sempre disposto a ajudar. A ele agradeço inclusive pelo abrigo, durante a difícil tarefa de encontrar uma morada no Rio. Ao Vinícius pelos documentos enviados lá de Vitória. Aos amigos do CPDA: Junior, Laeticia, Francine, Marcelo Duncan, Clesson, João, Catia, Picolotto, Valter, Jaqueline, Marco, Dione, Luciano e Melque.

Agradeço aos amigos que conheci na UMINHO e que fizeram da minha estadia em Portugal uma iniciativa que, realmente, valeu muito a pena: Marina e Pedro, pelo importante apoio no início do doutorado sanduíche, a Iris, Ariane, José, Cyntia, Walter, Guadalupe, Sofia, Francisco e Maria.

Devo minha gratidão também ao Leomar Lírio, Fabio e demais integrantes do Movimento dos Pequenos Agricultores da Região Serrana do Espírito Santo.

Agradeço a todos os agricultores que participaram da pesquisa, bem como aos demais entrevistados.

Agradeço imensamente a Deiviani, que não só me acolheu em sua casa em Domingos Martins durante o trabalho de campo, mas como me transportou e me acompanhou durante toda a pesquisa junto aos agricultores. Sem a sua ajuda, talvez não tivesse conseguido realizar o trabalho.

Sou grata também a Maristela e ao Biné que me acolheram carinhosamente em São Luís.

E, finalmente, aos colegas do INCRA, pela compreensão e incentivo ao trabalho.

RESUMO

AQUINO, Silvia Lima de. **Sobre agricultores, cultivo de eucalipto e estratégias agroindustriais: Resistir e adaptar-se ao sistema de produção integrada.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

A tese tem o objetivo de analisar o processo de constituição do complexo florestal celulósico no Brasil, a introdução da indústria fabricante de papel e celulose no Espírito Santo, representada pela Aracruz Celulose S/A e o seu programa de produção integrada de eucalipto, chamado de *Programa Produtor Florestal*, criado em meados dos anos 1990 e administrado, atualmente, pela Fibria Celulose S/A. Neste programa agricultores através de contrato, passam a cultivar eucalipto em suas terras para a agroindústria processadora. Deste modo, privilegiamos a visão dos atores diretamente envolvidos nesse processo e buscamos, sobretudo, examinar as interpretações de agricultores integrados ou não integrados a respeito do programa de fomento florestal e, por conseguinte do cultivo de eucalipto. Na tese assumimos a perspectiva teórica de James Scott, autor que coloca a necessidade de considerarmos as formas de agir e o sentido que os agricultores atribuem as suas ações, dentro de contextos, comumente considerados de dominação, de modo a evidenciarmos suas formas cotidianas de resistência. Assim, nos concentramos tanto nas informações extraídas a partir de entrevistas com agricultores integrados e não integrados a indústria fabricante de celulose, quanto nas entrevistas realizadas com representantes de movimentos sociais e ONGs ligadas ao debate sobre o cultivo de eucalipto, representantes de órgãos de assistência técnica e extensão rural, além do representante da empresa integradora.

Palavras - chave: Agricultores, agroindústria, eucalipto, integração agroindustrial, Aracruz Celulose S/A.

ABSTRACT

AQUINO, Silvia Lima de. **Peasants, cultivation of eucalyptus and agribusiness strategies: resist and adapt to the integrated production system.** Tese (Doctorate in Social Sciences) – Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

This thesis has the objective of analyzing the constitution of the forest cellulosic complex in Brazil, the insertion of the manufacturer industry of paper and cellulose in Espírito Santo, represented by Aracruz Celulose S/A and its integrated eucalyptus production, denominated *Programa Produtor Florestal*, created in the mid 1990s, currently managed by Fibria Celulose S/A. In this program, farmers cultivate eucalyptus to industries on their own land, according to a contract. In order to examine the interpretations of integrated and not integrated peasants about the forest promotion program and the cultivation of eucalyptus, we privileged the point of view of those directly involved in this process. This thesis is inspired by the theoretical perspective of James Scott, who emphasizes the necessity of considering the ways of acting and the meaning that peasants attribute to their actions to evidence their forms of everyday resistance in contexts considered as of domination. Thereby, we concentrate our analyses in the information collected from interviews with peasants integrated and not to the manufacturer cellulose industry, as well as the interviews conducted with social movements and NGO's related to the debate about eucalyptus cultivation, representative personnel from technical assistance institutions and rural extension institutions, and also a representative employee of the integrative company.

Keywords: Peasants, industry, eucalyptus, agroindustrial integration, Aracruz Celulose S/A.

LISTA DE SIGLAS¹

ABRAF – Associação Brasileira de Florestas Plantadas
ANFPC – Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose
BAMERINDUS – Banco Mercantil e Industrial do Paraná S/A
BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAI – Complexo Agroindustrial
CAIs – Complexos Agroindustriais
CNP – Conselho Nacional do Petróleo
CODES – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo
COFAVI – Companhia Ferro e Aço de Vitória
COPESA – Companhia de Pesca do Espírito Santo
COPLAN – Coordenação de Planejamento Industrial do Espírito Santo
CPEF – Companhia Paulista de Estradas de Ferro
CRVD – Companhia Vale do Rio Doce
CSMVJ – Consórcio Intermunicipal de Recuperação das Bacias dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu
CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão
EFVM – Estrada de Ferro Vitória a Minas
EFVM – Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMCATUR – Empresa Capixaba de Turismo
ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
ESCELSA – Espírito Santo Centrais Elétricas
FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FINDES – Federação das Indústrias do Espírito Santo
FISET – Fundo de Investimentos Setoriais
FUNAI – Fundação Nacional do Índio

¹ Lista organizada em ordem alfabética.

FUNRES – Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo
GERCA – Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
I PND – I Plano Nacional de Desenvolvimento
I PNPC – I Programa Nacional de Papel e Celulose
IBC – Instituto Brasileiro do Café
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal
IEFs – Institutos Estaduais de Florestas
IGP-M – Índice Geral de Preços-Mercado
II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento
II PNPC – II Programa Nacional de Papel e Celulose
IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IPEF – Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais
IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NR 31 – Norma Regulamentadora 31
ONGs – Organizações Não Governamentais
REPEMIR – Reflorestamento de Pequenos e Médios Imóveis Rurais.
RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória
SERCOP – Serviço Estadual de Racionalização e Controle Operacional
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
STF – Supremo Tribunal Federal
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
USP – Universidade de São Paulo

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Divisão do Espírito Santo em Microrregiões de Gestão Administrativa	18
Figura 2 - Municípios da região serrana do Espírito Santo.	19
Figura 3 - Relevo de Domingos Martins	21
Figura 4. Mapeamento do índice de Gini no Brasil em 2003.	83
Figura 5- Índice de Gini no Espírito Santo – 2003	87
Figura 6- Causação cumulativa dos complexos motrizes	116
Figura 7 - Mapa da concentração dos Grandes Projetos Industriais	118
Figura 8 - Áreas indicadas pela ECOTEC para introdução do plantio homogêneo de árvores exóticas	177
Figura 9 - Imagem de satélite do complexo de fábricas da Aracruz Celulose S/A no Espírito Santo.	182
Figura 10- Localização geográfica da Portocel no mapa do Espírito Santo	183
Figura 11 - Foto aérea do Portocel	183
Figura 12. - Empreendimentos da Fibria Celulose S/A no país	189
Figura 13 – Distribuição de vendas de celulose da Fibria por região e destino final do produto.	189
Figura 14. Viveiro de mudas da Fibria	195
Figura 15- Procedimentos para medição da madeira que chega ao depósito da empresa.	203

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estabelecimentos agropecuários, segundo os estratos de área (%) - ES e Brasil - 2006	84
Gráfico 2 - Distribuição (%) da área dos estabelecimentos agropecuários, segundo os estratos de área (ha) - ES e Brasil- 2006.	85
Gráfico 3 - Indústria Brasileira de Celulose de Mercado – 1970	149
Gráfico 4- Produtividade das florestas de rápido crescimento (m ³ /ha/ano)	158
Gráfico 5- Custos de produção da celulose de fibra curta – Brasil x mundo.	159

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Distribuição da população ocupada no município em 2009.	21
Tabela 2: Principais características das concepções "macro" e "micro" do complexo agroindustrial	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - AGRICULTURA, AGRICULTORES, AGROINDÚSTRIA: INTEGRAÇÃO AGROINDUSTRIAL E SUAS RELAÇÕES	25
1.1. Destacando alguns aspectos sobre a industrialização brasileira para compreendermos a relação entre agricultura e indústria	26
1.2. Aproximação entre agricultura e indústria: ascensão e/ou reestruturação das agroindústrias	32
1.3. Modernização da agricultura e os complexos agroindustriais	36
1.4. A relação entre agricultores e indústrias a partir do olhar sobre a integração agroindustrial	48
1.4.1 Revisitando o debate sobre integração: principais conceitos e discussões	51
CAPÍTULO II: A AGRICULTURA CAPIXABA NO CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO DO ESTADO: DA CRISE DA ATIVIDADE CAFEIEIRA A ASCENSÃO DOS GRANDES PROJETOS INDUSTRIAIS	80
2.1. A distribuição da terra no campo capixaba	82
2.2. A constituição da pequena propriedade no Espírito Santo	88
2.3. O cultivo do café, a organização das propriedades no campo capixaba e a ideia forjada crise	97
2.4. Industrialização e modernização da agricultura no Espírito Santo	107
CAPÍTULO III – DAS PEQUENAS INDÚSTRIAS DE PAPEL AO COMPLEXO FLORESTAL CELULÓSICO BRASILEIRO: O EUCALIPTO COMO MATÉRIA-PRIMA PRINCIPAL	121
3.1. A introdução do eucalipto no Brasil	123
3.2. A consolidação do eucalipto como matéria-prima para a produção de celulose	133
3.3. A integração entre o cultivo de árvores exóticas e agroindústrias: a formação do complexo florestal celulósico	137
3.4. Consolidação, crise e reestruturação do complexo florestal celulósico: a emergência do fomento florestal	153

CAPÍTULO IV. DA INSTALAÇÃO DO COMPLEXO FLORESTAL CELULÓSICO À CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE FOMENTO FLORESTAL NO ESPÍRITO SANTO: ANALISANDO A PERSPECTIVA DA INDÚSTRIA	169
4.1. O cultivo de eucalipto finca raízes: A expansão da atividade no Espírito Santo e a criação da Aracruz Celulose S/A	170
4.2. A criação do fomento florestal e seu funcionamento	190
CAPÍTULO V. RESISTIR E ADAPTAR-SE: A INTEGRAÇÃO AGROINDUSTRIAL NO CULTIVO DE EUCALIPTO PARA O COMPLEXO FLORESTAL CELULÓSICO	216
5.1. A criação do fomento florestal: O que contam os agricultores e os movimentos sociais?	218
5.2. Se integrar ou não ao complexo florestal celulósico? Motivações e desdobramentos	235
5.3. A percepção dos agricultores sobre o funcionamento do fomento florestal	258
5.4. O contrato de integração: algumas observações	266
5.5. Eucalipto e questão ambiental: pesquisadores <i>versus</i> agricultores	269
CONSIDERAÇÕES FINAIS	279
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	294
ANEXOS	309

INTRODUÇÃO

Produção integrada, integração produtiva ou integração agroindustrial são termos, comumente, utilizados para nomear um sistema baseado em um contrato de parceria entre agricultores e uma agroindústria processadora. Por meio dessa relação contratual os agricultores se comprometem em produzir determinada matéria-prima que, por sua vez, será adquirida e beneficiada pela agroindústria. No Brasil o sistema de integração produtiva é utilizado por grandes agroindústrias processadoras, sobretudo, a partir dos anos 1960 e é aplicado em diversos ramos, como na produção de suínos e aves, tabaco, flores, frutas, dentre outros. Entretanto, a partir do final da década de 1980 e, principalmente, nos anos 1990, indústrias dependentes de madeira proveniente, nomeadamente, de espécies exóticas como o eucalipto, a exemplo das siderúrgicas e fabricantes de papel e celulose, passaram a utilizar este sistema, que neste caso específico é também conhecido como fomento florestal e os agricultores integrados como fomentados.

Dito isso, esta tese tem o objetivo de analisar o processo de constituição do que chamamos de complexo florestal celulósico no Brasil, a introdução da indústria fabricante de papel e celulose no Espírito Santo, representada pela Aracruz Celulose S/A e o seu programa de fomento florestal, chamado de *Programa Produtor Florestal*. Este programa foi criado nesse estado em meados dos anos 1990 e é administrado atualmente, pela Fibria Celulose S/A, empresa resultante da incorporação das ações da Aracruz pela Votorantim C.P em 2009. Por meio da participação neste programa uma quantia considerável de agricultores de base familiar no Espírito Santo tem ingressado na cadeia produtiva da silvicultura, passando então, a produzir eucaliptos destinados a suprir a indústria fabricante de celulose². Para tanto, a empresa concede aos fomentados um financiamento e um pacote composto por insumos, cujo pagamento é convertido em madeira apenas no final da colheita. Cabe ao fomentado realizar o plantio, manutenção, colheita e transporte da madeira até os depósitos da Unidade Aracruz, pertencente à Fibria Celulose S/A. A madeira é comprada por preços fixados pela empresa.

² Como na tese não temos como objetivo analisar ou discutir a identidade política relacionada a organizações de agricultores e, tendo em vista as indicações de Picolotto (2011, p. 15), optamos por fazer uso dos termos agricultores de base familiar e agricultura de base familiar como denominação genérica para situações de trabalho e vida na agropecuária que estejam centradas na reprodução social da família.

A atuação do complexo florestal celulósico no Espírito Santo é acompanhada por uma série de conflitos e manifestações de lideranças comunitárias e sindicais, movimentos sociais, ONGs, etc., em virtude dos inúmeros problemas sociais e ambientais causados desde que foi introduzido no Estado, como por exemplo, a expulsão de agricultores de base familiar, grupos indígenas e quilombolas de suas terras; alterações no emprego rural; devastação de reservas de Mata Atlântica; contaminação das águas por agrotóxicos e homogeneização da paisagem (LOUREIRO, 2006). Por isso, inúmeros são os estudos que analisam conflitos entre o complexo florestal celulósico e grupos étnicos como indígenas e quilombolas ou os impactos ambientais causados pelo cultivo de eucalipto e pela indústria fabricante de papel e celulose.

Contudo, há uma escassez de trabalhos dedicados a analisar as relações sociais entre os agricultores do estado, a indústria fabricante de celulose e, conseqüentemente, o cultivo de eucalipto, realizado por meio do programa de fomento florestal. Assim, consideramos que para entender a configuração do campo capixaba e, conseqüentemente propor políticas que interfiram e contribuam para a organização do mesmo, torna-se fundamental analisar as relações que atravessam o agronegócio da silvicultura, principalmente quando este, por meio de uma estratégia específica integra às suas ações setores antes dedicados à produção de outros cultivos, como alimentos. Ademais, há uma variedade de estudos acerca de modelos de integração em atividades como a produção de fumo, avicultura e suinocultura, mas poucos estudos voltados para a produção integrada de eucalipto.

Ao pensarmos nos efeitos produzidos pela produção integrada de eucalipto, temos que considerar que diferentemente de outros sistemas de produção integrada, como os mencionados anteriormente, a eucaliptocultura tem algumas particularidades. O cultivo de eucalipto é uma atividade de longo prazo. No Brasil – considerado um dos locais em que a cultura se desenvolve de forma mais rápida – a colheita e entrega do produto a indústria é feita, aproximadamente, entre cinco a sete anos decorridos da plantação. A atividade exige uma área praticamente exclusiva para a realização do plantio, já que plantios consorciados com outras espécies só ocorrem em seu início, dada a sombra feita pelas árvores que crescem rapidamente. Isto, praticamente, inviabiliza a produção de outros cultivos no mesmo espaço. Além disso, após a colheita da madeira, os tocos das árvores permanecem na área, o que dificulta a utilização do terreno para outra atividade. Por isso, muitos agricultores esperam a rebrota do plantio e tendem a manter a atividade na propriedade, seja renovando o contrato de integração, seja de forma independente.

Há várias possibilidades de observarmos o processo de integração entre agricultores e indústria no cultivo de eucalipto. Podemos, através de uma perspectiva centrada na economia, analisar os custos de transação envolvidos nesse processo. Podemos direcionar a análise para os riscos envolvidos na realização de contratos na agricultura. Ou ainda centrar a nossa visão nas estratégias empresariais, privilegiando uma perspectiva voltada apenas para a agroindústria processadora e seus empresários. No entanto, optamos aqui por analisar este processo a partir do ponto de vista dos atores, em certa medida, envolvidos no programa de fomento florestal, dentre os quais se encontram os representantes da empresa integradora, integrantes de movimentos sociais e ONGs que se ocupam em discutir as consequências do cultivo de eucalipto, funcionários do órgão de extensão rural do Estado e, sobretudo, os agricultores, elemento fundamental para que a relação de integração se estabeleça.

Assim, o que procuramos com a tese é colocar a experiência dos sujeitos envolvidos diretamente na integração agroindustrial no centro de nossa análise, discutindo os principais aspectos que norteiam as suas ações sociais, como por exemplo, a decisão ou não de se integrar, os fatores que conduzem a empresa a utilizar o sistema de integração e os motivos que fundamentam a posição de movimentos sociais e ONGs a respeito do cultivo de eucalipto. Para tanto, nos fundamentaremos nas evidências, experiências e descrições de ação oferecidas pelos próprios sujeitos, envolvidos no programa. Tendo em vista esta perspectiva, em nossa análise privilegiaremos um olhar que nos permita valorizar a atuação dos sujeitos ante ao processo de integração agroindustrial, sobretudo, dos agricultores, de modo a não interpretá-los apenas como subordinados à indústria. Através de um exemplo concreto Scott (2011, p. 238) ilustra com bastante propriedade como conduziremos a nossa análise:

Só um conhecimento da cultura, das interpretações compartilhadas pelo ator e seus observadores e parceiros, pode começar a nos dizer alguma coisa; e, mesmo então, precisamos levar em conta possíveis equívocos. Uma coisa é saber que os proprietários de terras elevaram o montante de dinheiro exigido pelo arrendamento da terra para o plantio de arroz; outra coisa é saber o que esse comportamento significa para os que foram por ele afetados. Talvez o vejam com opressivo e com o intento de expulsá-los da terra. Talvez a opinião esteja dividida. Só uma investigação sobre a experiência dos arrendatários, sobre o significado que eles atribuem ao evento, pode oferecer-nos a possibilidade de uma resposta. Digo “a possibilidade de uma resposta” porque pode interessar aos arrendatários dar uma impressão falsa de sua opinião e, assim, a interpretação pode ser enganosa. Mas, sem essa informação, estamos completamente confusos.

Cabe ressaltar que apesar de nos fundamentarmos nos relatos e percepções dos agricultores e demais atores sobre o sistema de integração agroindustrial, bem como acerca das relações envolvidas nesses processos, temos ciência de que tais informações não se tratam da realidade transportada para o trabalho, tal como ela se apresenta, mas sim, se quisermos usar uma expressão de Geertz (1989), consistem em interpretações das interpretações ou em interpretações de segunda mão, uma vez que são os próprios sujeitos sociais que interpretam em primeira mão suas ações, atribuindo significados que, por sua vez, são construídos socialmente. Deste modo, o nosso papel é o de interpretar um discurso social. Portanto, as informações apresentadas neste trabalho refletem as nossas interpretações sobre os dados que, por sua vez, “*não são objetivos, peças da verdade, mas antes, socialmente construídos*”, através das relações sociais desencadeadas durante o trabalho de pesquisa, a partir da intersecção de dois universos, o do pesquisador e do pesquisado (MENEZES, 2002, p.30; GEERTZ, 1989; AQUINO, 2008).

Resistências e adaptações

A análise das práticas, processos e formas de organização que são adotadas por agricultores de base familiar para construir alternativas viáveis e sustentáveis de subsistência tem colocado desafios não apenas do ponto de vista empírico, mas também metodológico e teórico (SCHNEIDER *et al.* 2008, *apud* MENEZES e MALAGODI, 2009). Esses desafios derivam da própria maneira como estes problemas foram colocados nos debates do passado. Estes debates, comumente, se centravam nas forças estruturais e macroeconômicas ou em processos tecnológicos considerados universais, a exemplo da modernização da agricultura, dando pouca ênfase ao papel do sujeito nesse processo. Esta opção teórica teve como consequência epistemológica a redução da autonomia do camponês à força de grupos dominantes, instituições políticas, empresas e grupos econômicos poderosos. O resultado foi a interpretação do camponês como uma vítima passiva em uma situação de dominação econômica, política e cultural, um sujeito frágil, incapaz de agir e decidir sobre sua própria vida (MENEZES e MALAGODI, 2009).

Conforme Menezes e Malagodi (2009), essa visão teórico-metodológica do camponês influenciou uma série de estudos sobre camponeses que tiveram como foco temas como dificuldade de acesso aos meios de produção ou as relações de exploração por intermediários, indústrias, grandes proprietários e o Estado. Em paralelo observa-se uma

ausência de estudos que considerem as formas próprias de agir dos camponeses ante os processos de dominação e exploração em que estão envolvidos. Para suprir essa lacuna, os autores colocam a necessidade de uma perspectiva metodológica que se ocupe em interrogar se os camponeses seriam realmente, totalmente submissos ou ao contrário, se na relação de dominação na qual estão envolvidos há brechas que permitam o seu questionamento e criação de espaços de autonomia. Na perspectiva dos autores essa interrogação ajudaria a explicar, por exemplo, como essa categoria social considerada subordinada e fadada ao desaparecimento se manteve e persista até o século XXI.

Na tentativa de superar este determinismo e uma perspectiva teórica fundamentalmente estruturalista, que acaba tornando invisíveis as ações dos indivíduos, Thompson (1978) utiliza o termo “sujeitos sociais” e propõe uma metodologia de análise que procura, justamente, colocar estes sujeitos no centro dos processos sociais, de modo que possam ser compreendidos como seres ativos e reflexivos, sendo suas ações guiadas por interesses específicos (MENEZES e MALAGODI, 2009). Para tanto, o autor se apoia na noção de experiência, que lhe permite interpretar,

Os homens e mulheres (...) não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura... das mais complexas maneiras... e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre a situação determinada (THOMPSON, 1978, p. 184, *apud* MENEZES e MALAGODI, 2009, p.4).

Corroborando com as observações de Thompson (1978) e de Menezes e Malagodi (2009), Ramalho e Esterici (1996) assinalam que tem merecido atenção às interpretações que se contrapõem a certas noções pré-construídas, de que em uma relação entre sujeitos portadores de forças desproporcionais, como patrões e trabalhadores, o polo subordinado é passivo, e que seus interesses e os dos dominantes são incompatíveis, seja qual for a circunstância. Estas interpretações têm apontado que o polo considerado subordinado deve ser pensando como parte ativa de uma relação e como parte que interessa ao subordinador. Resgatando observações de Simmel, os autores enfatizam *que “toda relação de dominação é um caso de interação e ao dominante não interessaria ver sua influência anular a vontade do outro”*.

Segundo os autores, ao insistir na noção de dominação como interação, Simmel considera a existência de alguma margem de liberdade dos dominados, liberdade esta que

só se suprimiria perante o uso da violência física direta (SIMMEL, 1983, p. 107-108 *apud* RAMALHO e ESTERCI, 1996, p. 2). Ramalho e Esterci citam ainda Barrington Moore (1987), autor que defende que em qualquer sociedade estratificada, dominantes e dominados estão sujeitos a regras e limites que definem o que cada grupo pode fazer. Ademais, nas relações de dominação também está em jogo um conjunto de obrigações mútuas, que mantêm unidos os dois grupos. Assim, ambos os lados tentam alargar as margens colocadas, de modo que a relação está sempre sujeita a renegociação.

Dentro dessas renegociações encontram-se estratégias de legitimação do poder do subordinador, que não necessariamente são demonstradas através de força, mas, por intermédio de diversas ações que, por sua vez, possuem um peso simbólico. Como bem colocam os autores, E. P. Thompson ao abordar o comportamento da classe dominante do século XVIII na Inglaterra, observa que esta mantém sua hegemonia a partir de várias estratégias que não implicavam, necessariamente, em demonstrações de força física. Conforme o autor:

(...) Uma boa parte da política e da lei é sempre teatral; uma vez que o sistema social tenha se configurado, não precisa ser reafirmado diariamente por exibições de poder (embora demonstrações ocasionais de força se realizem para definir os limites de tolerância do sistema); o que mais importa é a persistência do estilo teatral (...). O teatro dos grandes dependia (...) de intervenções dramáticas ocasionais: o churrasco, os prêmios oferecidos por alguma disputa ou esporte, a doação liberal para a caridade nos tempos de dificuldade (...) (THOMPSON, 1991, p. 45-46, *apud* RAMALHO e ESTERCI, 1996, p.3).

No mesmo sentido de Thompson, Scott (2000, p. 36) observa que:

Las formas de dominación basadas en la premisa o en la pretensión de una inherente superioridad parecen depender enormemente de la pompa, las leyes suntuarias, la parafernalia, las insignias y las ceremonias públicas de homenaje o tributo.

Complementando as colocações de Thompson, Ramalho e Esterci (1996) mencionam ainda Bourdieu (1980), que em sua obra “*Razões Práticas*” observa que não basta ao subordinador deixar funcionar livremente o sistema que domina para exercer a dominação continuamente. É preciso, pois, que ele trabalhe cotidianamente para produzir as condições de dominação. Estas condições são obtidas a partir do reconhecimento de algumas das demandas colocadas pelos integrantes do polo mais fraco de uma relação (THOMPSON, 1991 *apud* RAMALHO e ESTERCI, 1996).

Concordando com estas observações e diferentemente de alguns estudos dedicados a integração agroindustrial, na tese não tomamos o agricultor integrado apenas como um assalariado no campo, ou como um indivíduo pura e simplesmente dominado. Ao contrário, nos opomos a essa concepção pré-construída, uma vez que entendemos o agricultor integrado e o não integrado como sujeitos cientes de suas decisões e, em certa medida, capazes de empreender tentativas de resistência a uma situação de dominação ou, dentro desta situação, desenvolver estratégias para a sua manutenção e sobrevivência³. Isso não quer dizer que defendemos a teoria da escolha racional, onde o indivíduo calcule exatamente os custos e benefícios de ingressar ou não no sistema de integração, tampouco, que não ocorra exploração neste sistema. Apenas queremos evidenciar que os sujeitos criam diversas estratégias para resistir à dominação imposta, ou mesmo em certos casos tendem a aceitá-la para poder sobreviver na condição de agricultor, ou para sobreviver em condições menos degradadas, embora de exploração.

Ao abordar o processo de resistência a partir de trabalhadores fabris, Ramalho e Esterici (1996) assinalam que a análise da relação entre dominadores e dominados não se faz apenas descortinando a resistência, mas qualificando as circunstâncias e as formas pelas quais a relação se mantém pela interação das partes. Para os autores, paralelamente aos sinais de resistência por parte dos trabalhadores, ocorre uma espécie de combinação de controle, consenso e negociação, indicando a necessidade de pensar o processo de trabalho também em termos de produção de consentimento. Assim, eles entendem que a “(...) *dominação tem mão dupla e atesta a complexidade de uma relação que é, antes de tudo, uma situação de interação, que não se esgota em concepções dicotômicas simplificadoras*” (ESTERCI e RAMALHO, 1996, p. 5).

Em seu trabalho “*Los dominados e la arte da resistência*”- *Discursos Ocultos*”, James Scott – através de um estudo que procurou apreender as estratégias de resistência utilizadas pelos camponeses da Malásia, em virtude da tecnificação na produção de arroz – estabelece um referencial teórico-metodológico que abre outra possibilidade de leitura, interpretação e compreensão da conduta política, muitas vezes sutis, de grupos considerados dominados. Uma de suas questões principais na obra é a de propor uma

³Bourdieu (2005, p. 49) explica que “a força do pré-construído está em que, achando-se inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, ele se apresenta com as aparências da evidência, que passa despercebida porque é perfeitamente natural.” Cabe ao pesquisador questionar estas concepções arraigadas, possibilitando um avanço nas análises. Realizar esta ruptura implica em uma conversão do olhar que, por sua vez, desemborque um novo caminho para interpretar a noção ou problema que está em jogo.

maneira de estudar relações de poder entre os indivíduos subordinados que, frequentemente, são obrigados a adotar uma postura, em certa medida, estratégica na presença de quem os domina. Esta postura implica em não optar pelo confronto direto (ou discurso público, traduzido para o português como transcrição pública), mas, por desenvolver estratégias silenciosas e discursos ocultos (traduzido para o português como transcrições ocultas) entre seus pares a respeito da dominação que lhes é imposta⁴. Assim, Scott (2000, p. 21) assinala que em seu trabalho:

(...) Trato de darle sentido a un estudio diferente del poder que descubre contradicciones, tensiones y posibilidades inmanentes. Cada grupo subordinado produce, a partir de su sufrimiento, un discurso oculto que representa una crítica del poder a espaldas del dominador. El poderoso, por su lado, también elabora un discurso oculto donde se articulan las prácticas y las exigencias de su poder que no se pueden expresar abiertamente. Comparando el discurso oculto de los débiles con el de los poderosos, y ambos con el discurso público de las relaciones de poder, accedemos a una manera fundamentalmente distinta de entender la resistencia ante el poder.

James Scott (2002) explica que foi a partir da insatisfação com a forma com a qual os camponeses aparecem nos registros da História – em sua maioria como meros coadjuvantes nas estatísticas sobre densidade populacional, impostos, migração da mão de obra, propriedade de terras e a produção agrícola, ou então na grande ênfase dada as insurreições camponesas – que resolveu propor outra perspectiva para pensar as relações de dominação e poder imanes a este grupo.

Assim, 1) partindo do entendimento de que rebeliões camponesas, apesar de importantes são escassas, além de dizer muito pouco sobre a luta, a resistência e conflitos presentes no cotidiano desses indivíduos; 2) tendo em vista a constatação de que a maioria dos eventos que chamam a atenção são aqueles que o Estado e as classes dominantes concordam em destacar em seus arquivos; 3) entendendo que dar atenção somente a atos abertos e radicais de resistência significa aceitar que a estrutura de dominação defina para

⁴ Scott (2000, p. 28) estabelece que nas relações de dominação estão presentes dois tipos de discursos, um entendido como público e outro denominado oculto. Nas palavras do autor: “*si he llamado a la conducta del subordinado en presencia del dominador un discurso público, usaré el término discurso oculto para definir la conducta "fuera de escena", más allá de la observación directa de los detentadores de poder*”. A pesar das diferenças, Scott (2000, p. 28) assinala que não é possível dizer que um ou outro discurso é o verdadeiro, mas que ambos são usados em diferentes situações pelos camponeses: “*Queramos o no, las relaciones de poder no son tan claras como para permitirnos llamar falso que se dice en los contextos de poder y verdadero lo que se dice fuera de ellos. Y tampoco podemos, simplistamente, describir lo primero como el ámbito de la necesidad y lo último como el ámbito de la libertad. Lo que sí es cierto es que los discursos ocultos se producen en función de un público diferente y en circunstancias de poder muy diferentes a las del discurso público*”.

nós o que é o que não é resistência, Scott (2002) propõe uma análise do que chama de “*formas cotidianas de resistência camponesa*”. Estas formas são definidas como:

(...) A luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros. A maioria das formas que essa luta toma cessa ao ser coletivamente desafiada. Aqui tenho em mente as armas comuns dos grupos relativamente sem poder: fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza. Essas formas brechtianas de luta de classe têm certas características em comum: requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de auto-ajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite. Entender essas formas comuns de luta é entender o que muitos dos camponeses fazem nos períodos entre as revoltas para melhor defender seus interesses.

O que há em comum entre as formas cotidianas de resistência e as confrontações públicas mais dramáticas é o fato de que ambas são direcionadas para amenizar ou rejeitar demandas colocadas pelas classes superiores, ou então para levar reivindicações relacionadas a esta classe. Conforme Scott (2011), essas exigências, geralmente, estão ligadas a aspectos como a apropriação da terra, do trabalho, dos impostos, das rendas e assim por diante. Na perspectiva do autor, na medida em que camponeses encontram-se dispersos ao longo da zona rural e, com isso se deparam com limitações para a ação coletiva organizada e institucionalizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes, uma vez que exigem pouca ou nenhuma coordenação. Segundo Scott (2002):

(...) Essas formas de resistência são estratégias cotidianas permanentes das classes rurais subordinadas que vivem em difíceis condições. Em tempos de crise ou momentos de mudança política, podem ser complementadas por outras formas de luta que são mais oportunas. Entretanto, elas não desaparecerão enquanto a estrutura rural social se mantiver exploradora e desigual. Assim, essas estratégias são o alicerce obstinado sob o qual outras formas de resistência devem crescer e tendem a persistir após outras formas de resistir terem falhado, ou após produzir-se, por sua vez, um novo padrão de desigualdade (SCOTT, 2002, p. 24).

Deste modo depreende-se que não é porque agricultores, a exemplo dos de Domingos Martins, comumente, não se manifestam de forma coletiva e aberta contra a indústria e seu sistema de integração agroindustrial, que concordam plenamente com o sistema do qual fazem parte, tampouco, com as determinações da indústria e com os

impactos provocados no local em que vivem e trabalham pela introdução do plantio de eucalipto.

Para ilustrar a força e importância da resistência cotidiana, Scott (2002) assinala que basta fazermos uma leitura rápida da literatura a respeito do desenvolvimento rural, para percebermos que, por exemplo, programas impopulares têm sido levados à extinção pela resistência pacífica dos camponeses. Scott (2002, p. 13) acrescenta que as formas cotidianas de resistência não produzem manchetes de jornal, todavia milhões de atos de insubordinação e evasão ocorrem cotidianamente e criam barreiras econômicas e políticas por si próprios. Somente em raros momentos há alguma confrontação dramática, como veremos, por exemplo, no caso da integração no cultivo de eucalipto.

“Essas formas de resistência podem não ganhar batalhas premeditadas, mas são admiravelmente eficientes em campanhas de confronto de longo prazo” (SCOTT, 2002, p. 28). Em virtude de sua invisibilidade institucional, as estratégias cotidianas de resistência raramente são vistas como significativas. Todavia, se essas estratégias forem realizadas por uma quantidade significativa de camponeses, são capazes de desorganizar uma política para eles pensada. Diante disso, essas políticas i) podem ser remodeladas segundo expectativas mais condizentes; ii) podem ser mantidas, mas reforçadas por incentivos para estimular a aderência voluntária; iii) ou então podem ser mantidas como foram pensadas, inicialmente, e impostas através da coerção. Qualquer opção tomada revelará, no entanto, que o campesinato influenciou a organização das políticas disponíveis (SCOTT, 2011).

O aspecto mais evidente que diferencia a resistência cotidiana de outras formas de resistência é a sua negação a objetivos públicos e simbólicos. Enquanto outras manifestações, como aquelas organizadas por movimentos sociais são ostensivas, formalizadas e diretas, a resistência cotidiana é informal, muitas vezes dissimulada e, sobretudo, preocupada com ganhos mais imediatos. É claro que a resistência pública, ofensiva, organizada e aberta provocará respostas mais imediatas. Entretanto, para a maioria dos grupos subordinados, a resistência cotidiana se constitui como a única opção. Ademais, a natureza da resistência é influenciada pelas formas existentes de controle do trabalho e pelas crenças nas possibilidades de retaliação. Assim, por exemplo, se as consequências de uma greve foram negativas, provocando demissões ou prisões, os trabalhadores podem recorrer, a um confronto menos direto, como uma “operação tartaruga” (SCOTT, 2011, p. 224).

Scott (2002) assinala que o comportamento público dos camponeses durante tempos de calma acaba por produzir uma imagem de submissão.

(...) Lo más probable es que cualquier análisis basado exclusivamente en el discurso público llegue a la conclusión de que los grupos subordinados aceptan los términos de su subordinación y de que participan voluntariamente, y hasta con entusiasmo, en esa subordinación (SCOTT, 2002, p. 27).

Entretanto, esta aparente passividade não significa, necessariamente, aceitação. Ao contrário, o contexto silencioso pode abrigar uma luta constante contra, por exemplo, os impostos, os preços dos arrendamentos, as colheitas, o trabalho. Esta luta é acompanhada de um discurso oculto, composto não apenas por atos de linguagem, mas por uma extensa gama de práticas, uma vez que, *“para muchos campesinos, la caza furtiva, el hurto en pequeña escala, la evasión de impuestos, el trabajo deliberadamente mal hecho son parte integral del discurso oculto”* (SCOTT, 2000, p. 38). Assim, na maioria das vezes as estratégias de resistência não são públicas, mas, contidas em aspectos como estilo de vida, conhecimento acumulado, nas experiências cotidianas, etc. Dessa forma, em alguns casos a submissão não passa de uma cena, de uma estratégia necessária. Scott (2002) explica, porém, que resistência não é simplesmente qualquer coisa que os agricultores fazem para garantir a sua subsistência e a de sua família:

Sobreviver como trabalhadores ou produtores de mercadorias em pequena escala pode impelir alguns a salvarem sua própria pele às custas das de seus colegas. O trabalhador pobre e sem terra, que rouba arroz de outro homem pobre ou que o sobretaxa pelo arrendamento, está sobrevivendo, mas certamente não está resistindo no sentido aqui definido (SCOTT, 2002, p. 25).

Feita essa ressaltava, em relação à identificação de situações de resistência Scott (2000) coloca que:

El sentido de estas apariencias sólo se podrá conocer si las comparamos con el discurso subordinado en situaciones ajenas a la relación de poder. Puesto que oculta a la vigilancia directa es como mejor se desarrolla la resistencia ideológica, será necesario que examinemos los puntos sociales donde puede surgir esa resistencia (SCOTT, 2000, p. 21).

Es por esto que una investigación capaz de comparar el discurso oculto de los grupos subordinados con el de los poderosos, y luego ambos discursos ocultos con el discurso público que los dos grupos comparten podría hacer una importante contribución al análisis político (SCOTT, 2000, p. 40).

Na perspectiva de Scott (2002), nem sempre a resistência tem o objetivo de eliminar as relações de dominação ou de desestruturar o sistema, mas, intentam, sobretudo, sobreviver dentro dele. Dessa maneira, Scott (2011) reconhece que os indivíduos com o menor poder – econômico ou político, por exemplo – se orientam racionalmente de modo a utilizar sua capacidade criativa para reorganizar relações e garantir a própria sobrevivência. A dureza do cotidiano coloca frequentemente um obstáculo ao conflito público. Diante disso, muitos camponeses não veem outra saída a não ser se adaptar a situação que lhes é imposta, desenvolvendo formas de resistência cotidiana cujo objetivo é o de – nas palavras de Eric Hobsbawm – *“trabalhar o sistema no sentido das desvantagens mínimas”* (HOBSBAWM, 1973, p. 12, *apud* SCOTT, 2002, p. 30). Assim, para Scott (2002, p. 30), *“a grande expressão da resistência camponesa não é derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas, sobretudo, sobreviver - hoje, esta semana, esta estação – dentro dele”*. Segundo Scott (2002, p. 18):

Na falta de qualquer possibilidade real, no presente, de transformar diretamente e coletivamente sua situação, os camponeses pobres não têm quase nenhuma escolha, a não ser ajustar-se às circunstâncias que eles enfrentam diariamente (SCOTT, 2002, p. 18).

Pelo menos dois aspectos dessa adaptação pragmática e forçada às realidades merecem ênfase. Essa adaptação não exclui certas formas de resistência, embora coloque limites que somente os precipitados transgrediriam. O segundo, o fato de que, ela é, sobretudo, pragmática; ela não implica um consentimento normativo daquelas realidades. Entender isso é simplesmente compreender o que é, historicamente e em todas as suas possibilidades, a situação para a maioria das classes. Elas lutam sob condições que são amplamente independentes de sua determinação e, assim, suas necessidades materiais prementes precisam de algo como a acomodação diária a essas condições (SCOTT, 2002, p. 18).

A resistência cotidiana explica Scott (2002), é realizada no silêncio e anonimato. A sua efetividade depende, justamente, da aparência da conformidade ao sistema. As intenções envolvidas nesse processo são incorporadas a luta rotineira dos agricultores, de modo a garantir a subsistência e sobrevivência da unidade familiar. Conforme Scott (2011), em geral, *o objetivo dos resistentes é tipicamente satisfazer necessidades prementes como segurança física, alimento, terra ou renda, e fazê-lo em relativa segurança* (SCOTT, 2011, p. 225). Para ilustrar esta afirmação, Scott (2011) coloca o seguinte exemplo:

Os camponeses e proletários prussianos na década de 1830, pressionados por suas acanhadas propriedades e salários abaixo do nível de subsistência, responderam pela emigração e pela invasão furtiva de propriedade alheia [*poaching*] em busca de madeira, forragem e caça em larga escala. O ritmo do “crime florestal” aumentava à medida que os salários declinavam, as provisões encareciam, e onde a emigração era mais difícil (...). Assim, a reação a uma apropriação em uma esfera pode conduzir suas vítimas a explorar pequenas aberturas, disponíveis alhures, que se sejam mais acessíveis e menos perigosas (SCOTT, 2011, p. 225).

Menezes e Malagodi (2009) complementam esta observação colocando que ao produzirem e relacionarem-se com o mercado os agricultores procuram, em última instância, garantir a reprodução social de sua família. Isso envolve uma racionalidade que não é suficientemente explicada pela lógica do mercado capitalista, mas que também é orientada por uma série de valores econômicos, sociais e culturais. Ao contrário do agronegócio, que se fundamenta na maximização do lucro do capital. Então, em um sistema, como o de integração agroindustrial no plantio de eucalipto, em que temos de um lado agricultores de base familiar e de outro, um setor representante do agronegócio, nos questionamos sobre como a indústria observa, lida e se adapta às necessidades dos agricultores para, deste modo, garantir sua matéria-prima e, como estes se adéquam ou resistem às exigências da indústria.

Para compreender essa racionalidade camponesa, em sua obra “*Moral Economy of the Peasant. Rebellion and subsistence in southeast Asia*” publicada em 1976, Scott propõe o conceito de economia moral. Este conceito está assentado, justamente: 1) nesse princípio de segurança do qual o camponês é portador, chamado pelo autor de princípio de *safety-first* (segurança em primeiro lugar) ou *risk-avoidance* (evitar o risco, ou procurar risco mínimo); 2) em uma noção de justiça baseada na rede de reciprocidade entre amigos, parentes e de relações patrão – cliente ou até mesmo com o estado; 3), na noção de subsistência como uma exigência moral (*right to subsistence*) (SCOTT, 1976, p.27 *apud* MENEZES e MALAGODI, 2009 p. 12-13).

Abramovay (1989), fundamentando-se também em Scott (1976), destaca uma das características inscritas na racionalidade camponesa, a referida aversão ao risco. Dessa maneira este autor assinala que vivendo próximo a subsistência e sujeitos à oscilações do tempo e às pressões exteriores, não há espaço na família camponesa para o cálculo direcionado a maximização dos lucros presentes na economia neoclássica. O agricultor prefere evitar o fracasso, que pode arruiná-lo, a buscar o sucesso em uma atividade arriscada. Procura garantir uma renda mínima ao invés de objetivar altos ganhos, se isto o

colocar em risco. Deste modo, segundo o autor, o agricultor só adota uma cultura ou atividade se esta não oferecer risco para as culturas que garantem a subsistência de sua família.

Conforme Menezes e Malagodi (2009), Scott (1976), tendo como referência autores como E. Wolf, Barrington Moore, Shanin e Chayanov estabeleceu uma definição para o “princípio de segurança em primeiro lugar”. Apesar desta definição não se configurar em uma teoria geral, tampouco ser aplicada a todos os casos, julgamos que considerá-la pode, pelo menos, nos ajudar nas reflexões em relação aos motivos que levam ou não um indivíduo a se integrar ao complexo florestal celulósico. Assim, segundo o autor:

A idéia básica em que se fundamenta meu argumento é tão simples quanto, creio eu, poderosa. Ela emerge de um dilema econômico central das unidades camponesas. Vivendo próximo à margem de subsistência e submetido às imprevisibilidades do clima e das demandas exteriores, a unidade camponesa tem pouca manobra para um cálculo de maximização do lucro da tradicional economia neoclássica. Tipicamente, o camponês cultivador procura mais evitar um risco que poderá arruiná-lo do que tentar um grande investimento que pode ser arriscado e fatal. Em termos de processo de decisão, seu comportamento demonstra aversão ao risco [com o que] ele reduz a possibilidade pessoal de uma perda maior (SCOTT, 1976, p.4 *apud* MENEZES e MALAGODI, 2009, p. 13).

Para o autor a busca por segurança pode influenciar enormemente os arranjos técnicos, sociais e morais da família camponesa. Isso pode explicar a preferência por culturas tradicionais e formas de produzir conhecidas e reconhecidas, na medida em que estas permitem a garantia de sobrevivência da família. Contudo, esta busca não elimina a possibilidade dos camponeses aderirem a inovações, tanto no que se refere às técnicas de produção, quando ao desenvolvimento de novas relações com os mercados (MENEZES e MALAGODI, 2009). A este respeito Scott assinala:

O princípio de ‘segurança em primeiro lugar’ não implica que os camponeses sejam criaturas de costumes tradicionais que nunca tomem riscos que poderiam ser evitados. Quando a inovação do tipo introduzir culturas da estação seca, novas sementes, técnicas de plantio, ou produção para o mercado, oferece ganhos claros e substanciais a um risco pequeno ou nenhum risco à segurança de subsistência, é possível que os camponeses a implementem. O que a ‘segurança em primeiro lugar’ realmente implica é que existe um perímetro defensivo em torno destas rotinas de subsistência a partir das quais os riscos são evitados como potencialmente catastróficos, mas fora dele é possível que um cálculo capitalista de lucro possa prevalecer (SCOTT, 1976, p. 24, *apud* MENEZES e MALAGODI, 2009, p. 14-15)

Portanto, na perspectiva de Scott (1976), os camponeses são sujeitos que atuam tendo em vista as condições objetivas na quais estão inseridos, mas, também, a partir de

sua percepção e racionalidade a respeito dessas condições. Assim em sua metodologia Scott (1976): 1) rejeita uma teoria objetiva de exploração que apresenta como falsa consciência a aceitação dos indivíduos em relação a sua condição de explorados, e 2) confere relevância tanto aos condicionantes da estrutura social, em especial os da estratificação social, quanto aos mecanismos internos, relacionados aos próprios indivíduos (ABRAMOVAY, 1989; MENEZES, 2002).

Nesse sentido, a ideia de economia moral funciona como uma ferramenta metodológica para auxiliar na compreensão de como determinados sujeitos pensam, tendo em vista determinadas situações, espaços e tempos. Deste modo, da mesma maneira que em Thompson, a centralidade é colocada na experiência dos sujeitos (MENEZES e MALAGODI, 2009). Todavia, de nada adianta assumir essa perspectiva, se o cientista social não considerar as percepções que os próprios agricultores têm de sua situação (ABRAMOVAY, 1989).

Scott (2000) explica, que todo sistema de dominação produz indignações que são compartilhadas. Apesar de afirmar que na maioria das vezes a resistência se coloca de forma silenciosa, a repressão constante pode culminar em um aumento da indignação, de modo que a resistência cotidiana pode se tornar pública. Conforme Menezes (2002), esses momentos de explosão nem sempre ocorrem quando existem condições objetivas, mas, quando a indignação se torna intolerável, dada à exploração sofrida pelo sujeito.

Levando-se em conta estas observações, na tese procuraremos analisar tanto os mecanismos de controle e dominação quanto os mecanismos de consentimento e resistência envolvidos no processo de integração, além de suas dinâmicas sociais, políticas e econômicas. Foi pensando nessas possibilidades de resistências e adaptações e inspirados no trabalho intitulado “*Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*”, publicado em 1999, pelo professor Manuel Carlos Silva, da Universidade do Minho, nosso co-orientador de doutorado sanduíche, que definimos o título da tese.

Nossa hipótese é que adesão ou não a integração – sistema que como vimos, tem sua origem no país, a partir dos anos 1960, em virtude do processo de modernização da agricultura, onde assistimos uma aproximação entre indústria e agricultura e a ascensão e/ou reestruturação de diversas agroindústrias processadoras – implica em possibilidades e estratégias de resistência dos agricultores e também de adaptações ao contexto que lhes é colocado. Assim, entendemos que a integração envolve, pelo menos, três perspectivas

relacionadas à resistência e à adaptações: i) Muitos agricultores resistiram às investidas da indústria para produzir eucalipto de maneira integrada e mantiveram-se nas atividades agrícolas que faziam; ii) há agricultores que adaptaram à integração produtiva como forma de resistir no campo, em virtude dos mais variados motivos, como veremos adiante. Dentre estes motivos encontram-se a dificuldade de acesso ao crédito, bem como a crise de atividades tradicionalmente praticadas; iii) existem também agricultores que se integram, mas, que desenvolvem estratégias dentro do processo de integração para contornar a dominação exercida pela indústria e melhor se adaptar ao sistema.

Portanto, não é porque não há associação ou cooperativa dos agricultores integrados ao complexo florestal celulósico ou um movimento social que de fato os organize para pressionar a indústria e desenvolverem expressões institucionalizadas de resistência, como ocorre em outras integrações, a exemplo da aplicada na produção de aves e suínos, que os mesmos se constituam em sujeitos passivos. Muitas vezes o aparente consentimento aos ditames da indústria integradora encobre diversas expressões de conflito, que em certos momentos, tornam-se explícitos. Resistência não se encontra apenas em momentos críticos e dramáticos, mas, como observamos em Scott (2000; 2002) pode ser latente e representada por pequenas estratégias cotidianas. Estas estratégias orientam as ações e anseios dos sujeitos envolvidos em uma relação, onde sua força é diametralmente menor que a de outro indivíduo ou grupo, como o complexo florestal celulósico.

A área de estudo

Para elaborar a tese realizamos um estudo de caso sobre o *Programa Produtor Florestal* desenvolvido pela Aracruz Celulose S/A, no Espírito Santo. De acordo com Bourdieu (2007, p.20) “(...) *não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como “caso particular do possível.”* Selecionamos o município de Domingos Martins como área para o trabalho de campo. Este município se localiza na região serrana do Espírito Santo e corresponde a área de gestão administrativa Sudoeste Serrana do Estado.

A escolha de Domingos Martins como *locus* do trabalho empírico, dentre outros fatores, foi motivada 1) pelo fato deste município, possuir o segundo maior número de contratos de fomento florestal da Fibria Celulose S/A, ficando neste quesito, apenas atrás

do município de Aracruz, onde se localiza uma das plantas industriais da empresa, e onde situava-se a sede da antiga Aracruz Celulose S/A (Anexo 1); 2) Em virtude do município consistir em um dos maiores produtores de alimentos do Estado, diferentemente de Aracruz onde se localiza uma das fábricas da Fibria – em que a produção agrícola fundamenta-se em atividades como a produção de cana-de-açúcar, criação de gado e, principalmente o cultivo de eucalipto; 3) Em razão do município ter, de acordo com dados do Instituto Jones dos Santos Neves (2009), mais de 70% da população ocupada, exercendo atividades que são realizadas no campo. Ou seja, a agricultura consiste em seu principal pilar econômico.

O Espírito Santo é dividido em 12 microrregiões de planejamento: Metropolitana, Polo Linhares, MetrÓpole Expandida Sul, Sudoeste Serrana, Central Serrana, Litoral Norte, Extremo Norte, Polo Colatina, Noroeste I, Noroeste II, Polo Cachoeiro e Caparaó (Figura 1).

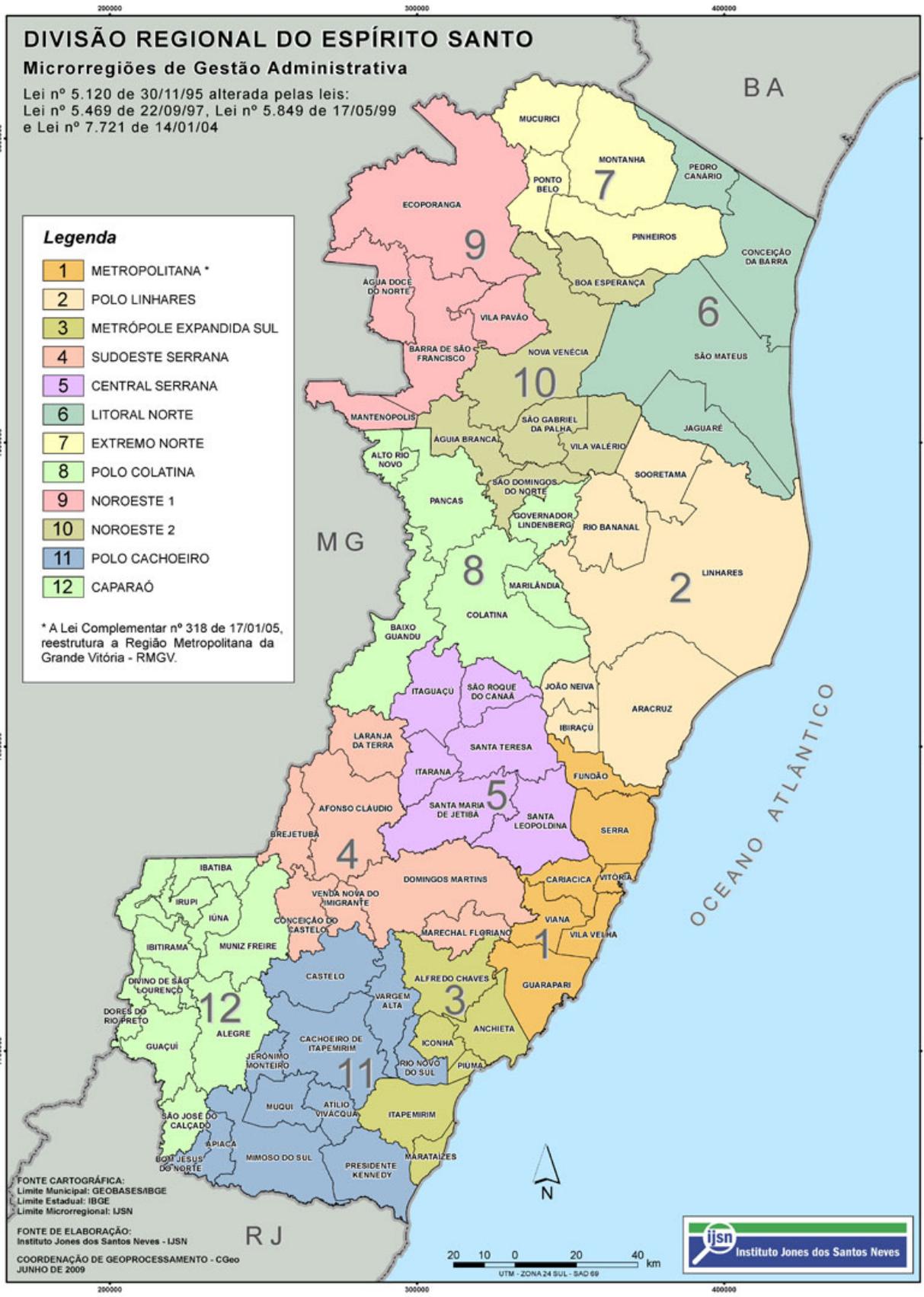


Figura 1- Divisão do Espírito Santo em Microrregiões de Gestão Administrativa

Todavia, tradicionalmente, fala-se no estado em região serrana para se referir a um grupo de municípios com características geográficas parecidas. Esta definição foi ratificada pelo IJSN (2004) tendo em vista características físico-geográficas semelhantes, como vales, montanhas, cachoeiras, corredeiras e unidades de conservação e reúne 11 municípios: Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Castelo, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Marechal Floriano, Santa Teresa, Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina, Vargem Alta e Venda Nova do Imigrante. Estes municípios pertencem às microrregiões administrativas: Metrópole Expandida Sul, Sudoeste Serrana, Central Serrana e Polo Cachoeiro. Como os entrevistados ao longo do trabalho de campo, ao se referirem à localização de Domingos Martins, falavam em “região serrana”, optamos por também apresentar esta classificação. Assim, quando no texto nos referirmos apenas a “região serrana”, sem qualificá-la a partir da divisão em microrregiões, tomamos como base a divisão realizada pelo IJSN (Figura 2).

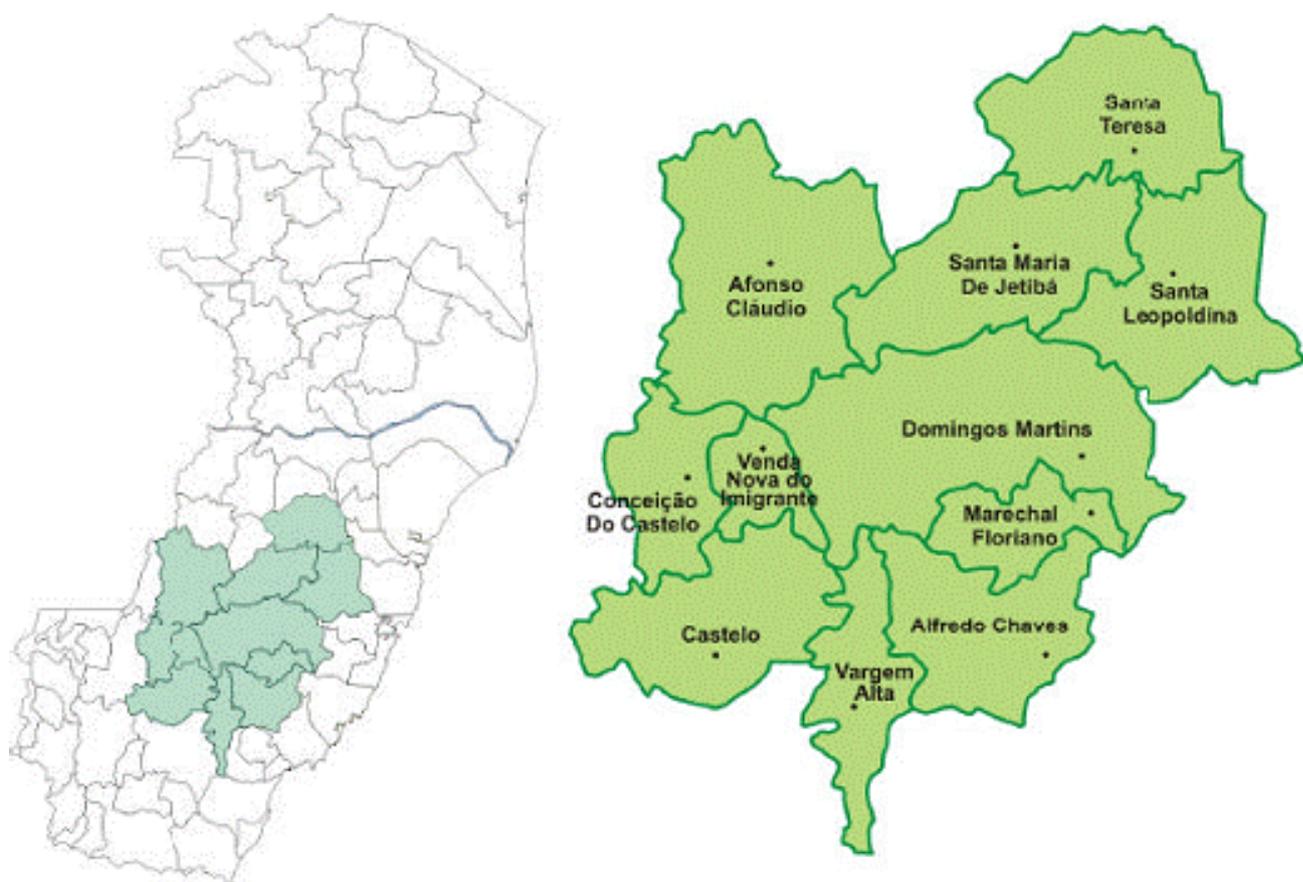


Figura 2 - Municípios da região serrana do Espírito Santo.
Fonte: IJSN (2004, p. 11).

Como observamos nos mapas apresentados acima, Domingos Martins, no que diz respeito a divisão regional estabelecida pelo IJSN (2004), localiza-se na região serrana no estado e, no que se refere a área de gestão administrativa, situa-se na microrregião Sudoeste Serrana Espírito Santo. Na região Sudoeste Serrana a população rural regional chega a 64,36% do total, conforme dados publicados pelo IJSN (2009)⁵. A sede de Domingos Martins se localiza a 542 metros de altitude, distante apenas 43 km de Vitória, capital do Estado (IJSN, 2009). Segundo dados do IBGE Cidades (2006), Domingos Martins possui uma área de 1.225 Km², sendo que, aproximadamente, 26.346 hectares consistem em florestas, remanescentes da Mata Atlântica.⁶ Neste sentido, é o 7º município em extensão do Espírito Santo. O município é rico em fauna e flora e possui grande abundância hídrica proveniente da bacia do Rio Jucu e seus afluentes, de onde derivam inúmeras cachoeiras e corredeiras (ALBEGARIA e LORETO, 2010).

Domingos Martins divide-se nos seguintes distritos: Sede, Aracê, Birricas, Isabel, Melgaço e Paraju e conta com uma população de 31.824 habitantes, sendo que, aproximadamente 81% residem no campo (IBGE Cidades, 2006) (IJSN, 2009). Toda extensão do município possui um relevo bastante acidentado e montanhoso, característico da zona serrana do estado (região do Espírito Santo formada por terras altas, montanhosas e "frias", localizadas ao sul do Rio Doce) (Figura 3).⁷ Assim, conforme Nóbrega *et al* (2008) *apud* Terra *et al* (2010, p.9) o relevo de Domingos Martins, tem a seguinte distribuição aproximada: “10% da área está abaixo de 500 m, 35% de 500 a 800 m, 30% de 800 a 1000 m e 25% acima de 1000 m, assim sendo 90% das suas terras estão em altitudes superiores a 500 m. Em razão disso, apresenta um clima tropical de altitude, com temperaturas amenas durante o ano”⁸.

⁵ A divisão em microrregiões é a que orienta as ações do estado, neste sentido, é ela que serve de parâmetro para a realização de suas pesquisas socioeconômicas, cujos dados apresentamos nesta seção.

⁶ <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

⁷ Inventário da Oferta Turística do Município de Domingos Martins / 2005. Disponível em: http://turismo.descubraoespiritosanto.com.br/_midias/pdf/94-4b8437752cbf2.pdf. Acesso: janeiro de 2011.

⁸ As informações a respeito das condições geográficas e ambientais do município são relevantes se, considerarmos que: 1) os custos de colheita do eucalipto em regiões altas são maiores; 2) O plantio de eucalipto pode comprometer as nascentes locais; 3) É possível que o plantio de eucalipto possa avançar em áreas de preservação.

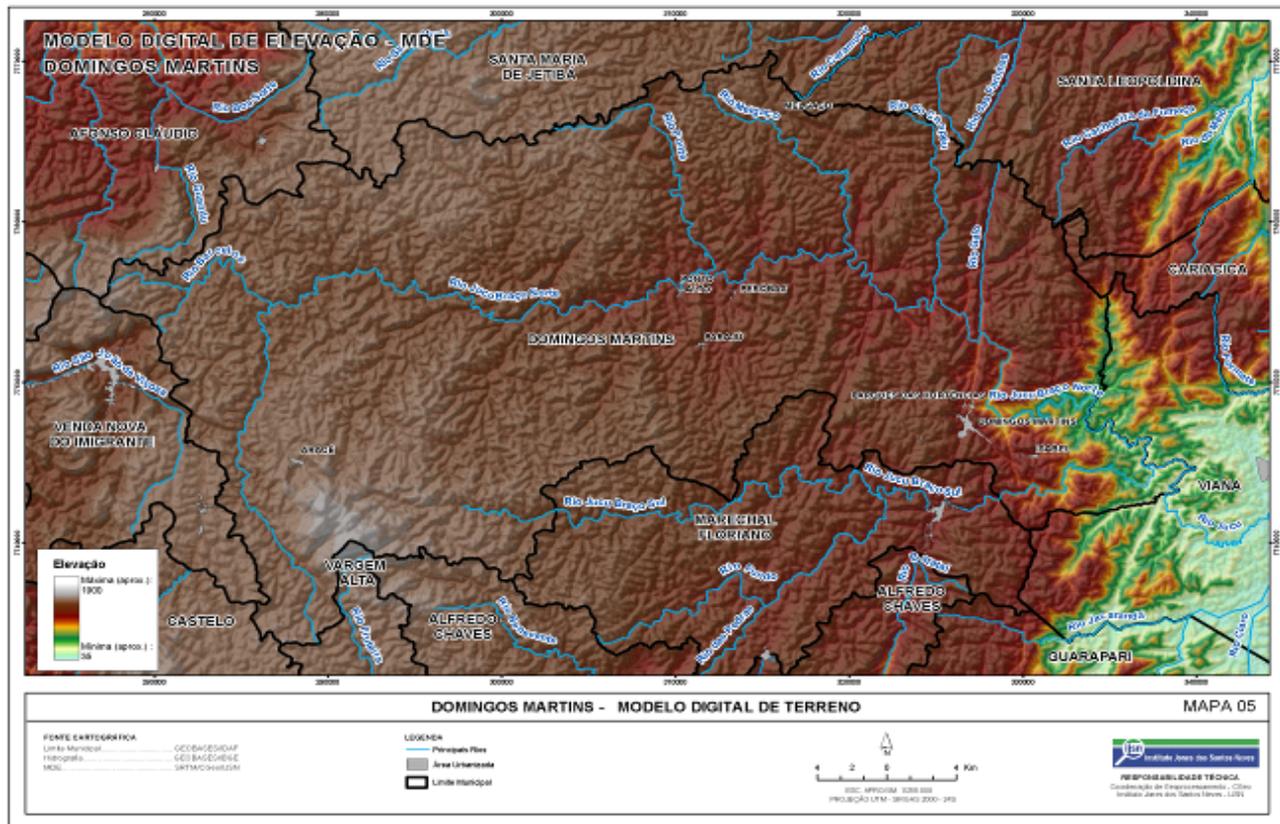


Figura 3 - Relevo de Domingos Martins

Fonte: http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=186

No que diz respeito à distribuição da população ocupada, de acordo com os dados dos IJSN (2009), mais de 70% da população municipal está ocupada em atividades agropecuárias (tabela 1).

Tabela 1- Distribuição da população ocupada no município em 2009.

Atividades agrupadas	%
Total	100,00
Atividades agropecuárias	71,13
Atividades industriais	6,44
Comércio e reparação	4,52
Atividades de prestação de serviço	17,55
Atividades mal especificadas	0,36

Fonte: IJSN (2009, p. 43).

Terra *et al* (2010), apoiados em dados do IBGE (2006), asseveram que o total de propriedades agrícolas de Domingos Martins é de 4.753, onde cerca de 90% se caracteriza como pequena, com predomínio da agricultura de base familiar. Deste modo, em relação a concentração de terras, seu coeficiente de Gini destaca-se entre os menores do estado, girando em torno de 0,448 a 0,547. A principal atividade agrícola do município é o café,

mas, destaca-se também a produção de banana, o morango e olerícolas. E relação a produção animal, destacam-se granjas avícolas de médio e de pequeno porte. Em virtude de suas condições de relevo, o município se sobressai também no setor de turismo de montanha.

O trabalho de campo

A tese está fundamentada em informações coletadas por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa em material secundário como folders de divulgação, cartilhas, relatórios de sustentabilidades, artigos de jornais e, sobretudo, através de entrevistas semi-estruturadas. Entre os meses de agosto a outubro de 2011, foram realizadas 20 entrevistas com agricultores não integrados e integrados ao complexo florestal celulósico em Domingos Martins. Para tanto, foi preciso passar alguns períodos na região. O trabalho de campo em Domingos Martins, em certa medida, foi apoiado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA da Região Serrana, que viabilizou inclusive a hospedagem da pesquisadora na casa de uma técnica agrícola residente no local e funcionária do Movimento. O apoio do MPA facilitou o trabalho de campo, uma vez que os integrantes do Movimento conhecem toda a região e tem contato com a maioria dos agricultores filiados ou não. Foi também a partir do auxílio dessa técnica e de demais integrantes do MPA que foi possível o deslocamento, na maioria das vezes de moto, para realizar as entrevistas. Este apoio logístico foi fundamental, tendo em vista as longas distâncias entre um distrito e outro, bem como entre as propriedades dos agricultores.

Apesar de contarmos com o apoio logístico do MPA, apenas três agricultores entrevistados faziam parte do Movimento, todos os três não integrados. Isto porque ao invés de entrevistarmos agricultores vinculados ao Movimento, guiamos a escolha dos entrevistados a partir da indicação dos próprios agricultores. Perguntávamos, por exemplo, a um agricultor integrado se poderia indicar algum agricultor não integrado para a participação na pesquisa. A partir da indicação fazíamos a entrevista. Dessa forma, chegamos ao número de entrevistas delimitado. Ademais, o próprio MPA entendeu o propósito da pesquisa e, por isso, não indicou agricultores filiados ao Movimento.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas entre os meses de agosto a outubro de 2011 e de maio a junho de 2012, com os seguintes segmentos: agricultores integrados (10 entrevistas); agricultores não integrados (10 entrevistas); extensionistas rurais do

Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER (02 entrevistas); representantes de movimentos sociais e Igreja (04 entrevistas). Na ocasião da aplicação das entrevistas aos agricultores de base familiar, realizamos também observação participante, na medida em que permanecemos por períodos consideráveis na região. Aproveitamos também, para coletar documentos referentes à região estudada bem como ao fomento florestal, junto ao representante da empresa, do INCAPER e dos movimentos sociais.

A tese está dividida em cinco capítulos. O capítulo 1 apresenta uma breve discussão sobre a modernização da agricultura no país, de modo a destacar a ascensão e/ou reestruturação das agroindústrias processadoras neste processo. Conta também com uma revisão bibliográfica de estudos que se dedicaram a analisar sistemas de integração agroindustrial. O objetivo dessa revisão é o de revisitar o debate travado a respeito dos sistemas de integração implementados em outros setores como a avicultura, suinocultura, fomicultura, etc., a fim de perceber as semelhanças e diferenças em relação à produção integrada de eucalipto.

No capítulo 2 descrevemos algumas características do campo no Espírito Santo, destacando com este intuito, marcos importantes, como a ideia de crise deflagrada na atividade cafeeira e os processos de modernização da agricultura capixaba e de industrialização do estado, que teve como resultado a criação dos chamados Grandes Projetos Industriais, dentre os quais se encontra a Aracruz Celulose S/A. Já no capítulo 3 nos dedicamos a avaliar a conjuntura e as políticas nacionais que favoreceram aspectos como: a introdução e expansão do cultivo de eucalipto no Brasil; a estruturação das indústrias de papel e celulose e ascensão do que chamamos de complexo florestal celulósico; e a introdução do sistema de integração agroindustrial na produção de eucalipto, mais conhecido como fomento florestal.

No capítulo 4, primeiramente, estabelecemos uma discussão sobre como se deu a introdução do complexo florestal celulósico no Espírito Santo, tendo em vista a criação da Aracruz Celulose S/A. Na oportunidade, evidenciamos também alguns dos fatores que determinaram a criação do fomento florestal por parte da indústria. Em seguida, a partir de entrevista realizada com o coordenador de fomento florestal da empresa integradora, discutimos o papel da produção integrada de eucalipto para indústria, as perspectivas futuras que a empresa tem em relação ao programa, as mudanças planejadas pela empresa para o programa e as possíveis repercussões dessa mudança entre os agricultores

integrados. No quinto e último capítulo analisamos, a partir das entrevistas realizadas tanto com agricultores integrados e não integrados, quanto com representantes de movimentos sociais e instituições públicas, como os mesmos interpretam o programa de integração, porque optam ou não por se integrar e as possibilidades de resistência e/ou adaptação ao mesmo.

CAPÍTULO I - AGRICULTURA, AGRICULTORES, AGROINDÚSTRIA: INTEGRAÇÃO AGROINDUSTRIAL E SUAS RELAÇÕES

Esta tese o objetivo de analisar o sistema de integração agroindustrial, tendo como foco central a relação entre os agricultores e a indústria, atores indispensáveis em tal processo. Com este intuito avaliaremos o sistema de integração agroindustrial estabelecido pelas indústrias dependentes de madeira, em especial as siderúrgicas e fabricantes de papel e celulose, mais conhecido como fomento florestal. Delimitamos como estudo de caso o *Programa Produtor Florestal*, desenvolvido pela Aracruz Celulose S/A, a partir dos anos 1990, no Estado do Espírito Santo e, atualmente, mantido pela Fibria Celulose S/A. Este sistema distingue-se – e aí está uma razão para sua escolha – das demais atividades agropecuárias integradas, a exemplo da suinocultura, avicultura e fumicultura, na medida em que consiste em uma atividade com um ciclo produtivo muito longo. Tal particularidade faz com que os contratos estabelecidos entre empresas e agricultores tenham um prazo de, no mínimo, cinco anos, como já especificamos na introdução.

Neste capítulo, primeiramente, destacaremos alguns dos fatores que, em certa medida, favoreceram a modernização da agricultura e a aproximação entre este setor e a indústria, aspecto fundamental para a existência da integração agroindustrial. Com efeito, é importante considerarmos que o sistema de integração agroindustrial existente no Brasil não é inédito, na medida em que se configura em um desdobramento de um contexto global oriundo da referida aproximação, ainda que possua particularidades devido ao lugar onde é realizado.

Posteriormente, através de Furtado (1985), pontuaremos alguns aspectos relacionados a aproximação entre agricultura e indústria no Brasil dado o processo de industrialização brasileiro. Buscaremos nesta parte do capítulo, compreender os impeditivos para a industrialização brasileira, tendo em vista que para ocorrer uma, de fato, uma aproximação entre agricultura e indústria é necessário que aconteça, primeiramente, um processo de industrialização na sociedade, e assim, todas as mudanças sociais, políticas e econômicas, geralmente, associadas a este processo. O terceiro ponto importante deste capítulo consiste na abordagem do debate sobre a modernização agropecuária brasileira, que teve como ápice a década de 1970. Este tópico é de fundamental importância para

nossa discussão, uma vez que neste período acontece a configuração do que seria a relação entre a agricultura e indústria vigente nas próximas décadas.

A última discussão deste capítulo e não menos importante, aborda a integração entre agricultores de base familiar e agroindústria processadora. Aqui revisitaremos alguns trabalhos de estudiosos sobre o tema, assim como as questões por eles levantadas. Com esta discussão buscamos também situar nosso objeto de estudo historicamente, de modo a perceber qual era a visão destes autores sobre o papel do agricultor e da indústria no sistema de integração agroindustrial. Deste modo, a partir destas análises, poderemos traçar as diferenças ou semelhanças históricas desta relação em um período temporal de três décadas, considerando o enfraquecimento ou a consolidação de um grupo social, chamado atualmente de agricultores de base familiar, ou como a bibliografia da época denominava pequenos agricultores. Ainda neste tópico buscaremos dar ênfase, especificamente, as relações entre agricultores e empresas integradores esboçadas por outros autores, uma vez que um dos objetivos de nosso trabalho é perceber, justamente, como se dão essas relações no contexto do fomento florestal.

Neste sentido, *grosso modo*, a finalidade deste capítulo é a de definir em que consiste um sistema de integração produtiva, produção integrada, ou integração agroindustrial, em que condições este sistema é criado no Brasil, e os conflitos e relações dele emanados. Sendo assim, com o capítulo 1 pretendemos construir uma base para que possamos realizar a discussão sobre a integração agroindustrial, considerando questões atuais sem desprezar os elementos historicamente construídos. Ao partirmos do pressuposto de que todos os processos são construídos historicamente, entendemos a integração entre agricultores e indústrias como um aspecto que compõe um período de um processo que, obviamente, não se acaba onde analisamos.

1.1. Destacando alguns aspectos sobre a industrialização brasileira para compreendermos a relação entre agricultura e indústria

Em seu livro “*Das lavouras às biotecnologias*” Goodman *et al.* (2008) destacam o caráter singular da agricultura em relação aos demais setores da economia. O elemento responsável por esta singularidade, dizem os autores, repousa na dependência que a agricultura tem em relação à natureza. Esta particularidade, em certa medida, configura-se em um obstáculo para segmentos industriais que dependem do setor agropecuário. Em

virtude da insolubilidade destas limitações naturais, foi necessário que capital industrial se adaptasse as mesmas, por um lado, a partir da transformação de diferentes fatores da produção agrícola em setores específicos da atividade industrial. Estes fatores, após passarem pela indústria foram reincorporados a agricultura, sob a forma de insumos, a exemplo da substituição da sementeira à mão pela máquina de semear, do cavalo pelo trator, do esterco por produtos químicos sintéticos, aspecto designado pelos autores de apropriação. E, por outro lado, por meio da substituição de produtos agrícolas utilizados diretamente na dieta humana, por produtos beneficiados, processo denominado pelos autores substitucionismo (GOODMAN *et al.*, 2008).

Goodman *et al.* (2008, p. 2) explicam que este duplo movimento (de apropriação e de substitucionismo) é marcado *” pela emergência dos setores agroindustriais que fornecem insumos agrícolas e pela diversificação para além dos portões da fazenda do processamento e da distribuição dos alimentos e fibras”*. Conforme os autores, este duplo movimento foi iniciado no século XIX (em virtude das transformações sociais ocorridas a partir do século XVIII), e intensificado no final do século seguinte por dois principais países, quais sejam, Inglaterra e Estados Unidos, dando origem ao que chamamos de agricultura moderna.

Este processo de modernização da agricultura foi acompanhado, segundo os autores, por um intenso processo de industrialização e de urbanização. A industrialização passou a recrutar uma massa de trabalhadores antes dedicados a agricultura. Ao passo que a urbanização crescente passou a demandar grandes quantias de alimentos e matérias-primas, produzidos por uma população rural cada vez menor. Esta conjuntura tornou essencial à criação de novos métodos de manipulação da natureza, de modo a otimizar a reprodução de plantas e animais para a fabricação de alimentos (GOODMAN *et al.*, 2008).

As observações de Goodman *et al.* (2008) nos indicam que para compreendermos como se dá a modernização da agricultura e o papel da mesma na economia, seja lá de qual for a região, torna-se fundamental considerarmos a relação deste segmento com o processo de industrialização. Isso não é diferente quando analisamos o caso da modernização da agricultura no Brasil. Conforme Furtado (1980) a agricultura brasileira sempre teve como fundamental o beneficiamento de produtos direcionados ao mercado exterior. A princípio, este beneficiamento ocorria dentro da propriedade, assim como a fabricação de bens de produção, como máquinas e ferramentas. Isto porque, até o século XX, não existia uma elevada demanda por artigos alimentícios e um grande mercado consumidor nas cidades

que, por sua vez justificassem a existência de uma indústria processadora para além da indústria têxtil e de cigarros. São as condições, sobretudo, econômicas, surgidas a partir do início do século XX e que se intensificam a partir da década de 1930, que deram origem aos aspectos necessários para a emergência de uma indústria processadora de produtos agropecuários ou, em outras palavras, de uma agroindústria.

Para compreender o tardio processo de industrialização no Brasil, bem como o lugar ocupado pela agricultura no mesmo, Furtado (1980) se propõe a analisar as características da economia brasileira no século XX. Com o intuito de fundamentar esta análise o autor destaca importantes períodos históricos vividos pelo país que antecedem este momento. O primeiro período destacado pelo autor refere-se ao “ciclo do açúcar” ocorrido entre os séculos XVI e XVII. Ao destacá-lo, Furtado (1980) demonstra como a dinâmica da lavoura açucareira produzia riquezas que, contudo, não permaneciam no país, o que impedia uma complexificação da sua economia.

Da renda da lavoura de açúcar, explica o autor, 5% correspondia a pagamentos por transporte e armazenamento, 2% ao pagamento de trabalhadores assalariados com vários ofícios, entre eles o de supervisionar o trabalho escravo e no máximo 3% era utilizado para compra de gado para tração e lenha para as fornalhas. Neste sentido, 90% da renda gerada na economia açucareira ficavam com os proprietários de engenho e plantações de cana-de-açúcar. Porém, grande parte destes recursos não era investida na colônia, uma vez que a atividade açucareira era pouco desenvolvida. (FURTADO, 1980).

No interior da colônia praticamente inexistia fluxo monetário e, por conseguinte, havia pouco ou nenhum estímulo a criação de outras atividades, já que apenas 10% do total da renda gerada pelo açúcar eram distribuídos aos demais segmentos da sociedade. Isto se dava porque, depois de importados os equipamentos utilizados no engenho, todo o trabalho – nas etapas de construção, instalação, na produção de alimentos, nas tarefas agrícolas e industriais – era realizado pelo trabalho escravo (FURTADO, 1980). Na perspectiva de Furtado (1980), não havia nenhuma possibilidade deste modelo originar um processo de desenvolvimento. A estrutura de crescimento dessa economia não favorecia uma articulação direta entre os sistemas de produção e consumo, semelhante ao que descrevemos anteriormente a partir de Goodman *et al.* (2008). Portanto, aniquilava as vantagens do crescimento demográfico como elemento dinâmico da economia.

O segundo período vivenciado pela economia brasileira e analisado por Furtado (1980) é o chamado “ciclo do ouro”, iniciado no século XVIII. Neste período populações

dedicadas à agricultura de subsistência de várias regiões brasileiras se deslocaram para a região aurífera. A economia na colônia passa a ter uma articulação bem maior que no período anterior. O comércio se fortalece e a economia monetária cresce, os preços dos alimentos, gado e animais utilizados para o transporte se elevam consideravelmente. A população livre correspondia, neste período, a 300 mil pessoas, substancialmente, maior que no período do ciclo açucareiro, onde a população livre era de 30 mil pessoas.

Neste momento as possibilidades de um crescimento da economia na colônia já eram mais significativas devido: a diminuição do peso das importações no gasto total; a sensível desconcentração da renda, já que a população livre aumentara, o que contribuiu para uma demanda mais elevada de bens de consumo não duráveis para a diminuição da comercialização de produtos de luxo; a aglomeração da população em centros urbanos e semiurbanos; a distância entre a região mineira e o litoral que, por sua vez, fazia com que as importações se tornassem ainda mais caras. Com estas modificações, favoráveis ao comércio interno, é possível nos questionarmos a respeito das razões que impossibilitaram o suficiente desenvolvimento de atividades manufatureiras no Brasil. Furtado (1980) responde este questionamento afirmando que *“a causa principal possivelmente foi a própria incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras numa escala ponderável”* (FURTADO, 1980, p. 79)

Esta incapacidade, na ótica de Furtado (1980) é resultante, em certa medida, de acordo assinado por Portugal com a Inglaterra em 1703, chamado de Tratado de Methuen e conhecido também como Tratado dos Panos e Vinhos. Neste tratado os portugueses se comprometiam a consumir os produtos têxteis britânicos e, em contrapartida, os britânicos, adquiriam os vinhos de Portugal. Como a produção de vinho exigia muito menos tecnologia que a produção têxtil, isto significou a renúncia, por parte de Portugal, de todo o desenvolvimento manufatureiro e teve consequências profundas, também para o Brasil. O Brasil não recebeu imigrantes com experiência na manufatura, o que impossibilitou o desenvolvimento de uma capacidade de organização e de uma articulação técnica, necessárias a qualquer empreendimento manufatureiro (FURTADO, 1980). Dito de outra forma, o aniquilamento da manufatura portuguesa pela Inglaterra foi um fator que influenciou o não desenvolvimento de manufaturas no Brasil.

O terceiro período da economia brasileira destacado por Furtado (1980) é o “ciclo do café”, de fundamental importância, como veremos no capítulo 2, também para o Espírito Santo. Este período surge depois de uma grande crise atravessada pelo país,

fundada na estagnação das exportações e em um crescimento populacional superior ao econômico. A economia do café tornou-se importante já na primeira metade do século XIX. Neste período o Brasil também conseguiu sua independência de Portugal, assim como, o enfraquecimento da influência dos ingleses, por meio de uma ampliação das relações com os Estados Unidos. No chamado “ciclo do café” aconteceram transformações significativas na economia do país, dentre as quais encontra-se a formação de uma classe empresarial distinta da até então existente. Esta classe se ocupava tanto da fase produtiva quanto comercial, diferentemente do que ocorria na economia açucareira, onde as fases produtiva e comercial encontravam-se isoladas.

Foi durante o ciclo cafeeiro que as classes dominantes no Brasil enfrentaram o problema da escravidão – muito mais em virtude de uma imposição da Inglaterra e dos movimentos abolicionistas que eclodiram, que por uma necessidade ou pressão interna – e encontraram a solução para a mão de obra na imigração europeia⁹, tema que retomaremos no capítulo 2 da tese, ao abordar o processo de modernização da agricultura capixaba. Neste período o trabalho assalariado tornou-se significativo o que, em grande medida, alterou a dinâmica econômica do país. Isto porque, o pagamento de salários permitiu que se desenvolvesse um mercado interno mais complexo do que aquele existente no período anterior, uma vez que os assalariados transformam sua renda em consumo. Este consumo se traduz na renda dos pequenos produtores e comerciantes que, por sua vez, também transformam parte significativa de sua renda em consumo. Esta situação difere-se totalmente da anterior, onde os pagamentos eram, em sua maioria, não monetários. É o desenvolvimento do mercado interno que servirá como base para o surgimento de manufaturas de produtos que eram, até então, importados. (FURTADO, 1980).

No início do século XX a cafeicultura encontrava-se em crise. Concomitantemente, as políticas, destinadas ao setor ganhavam resistência na sociedade. Entretanto, o café continuou sendo o centro da economia brasileira até a década de 1930, quando em virtude da crise de 1929 o mesmo perde sua centralidade econômica. Neste momento a crise mundial inviabiliza as exportações e, conseqüentemente, as importações brasileiras são prejudicadas devido à queda do volume de divisas. Diante deste contexto, o governo

⁹Solução esta questionada por vários autores, como o próprio Celso Furtado (1980), que afirma ser a motivação de tal solução o mito da superioridade nata do trabalhador europeu (FURTADO, 1980, p. 124). Ou por Lilia Schwartz (1993) que entende o incentivo a imigração europeia como uma busca pelo branqueamento da população brasileira.

brasileiro decide pela compra dos estoques de café, socializando as perdas dos cafeicultores (FURTADO, 1980).

A política de socialização de perdas criada em resposta à crise de 1929 – que manteve relativa capitalização do setor cafeeiro – associada à diminuição na capacidade de importação, em função do desequilíbrio na balança de pagamentos, bem como a importância crescente da procura interna no conjunto da economia, fez com que uma nova situação fosse gerada. Neste momento o setor ligado ao mercado interno passa a ser preponderante para a economia brasileira. A situação da economia cafeeira expulsava os novos capitais que em parte foram direcionados para por outras lavouras de exportação e, de forma mais significativa, absorvidos pela indústria voltada ao mercado nacional. De acordo com Furtado (1980)

A decisão de continuar financiando sem recursos externos a acumulação de estoques, qualquer que fosse a repercussão sobre a balança de pagamentos, foi de consequências que na época não se podiam suspeitar. Mantinha-se, assim, a procura monetária em nível relativamente elevado no setor exportador. Esse fato, combinado ao encarecimento brusco das importações (...), à existência de capacidade ociosa em algumas das indústrias que trabalhavam para o mercado interno e ao fato de que já existia no país um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, explica a rápida ascensão da produção industrial, que passa a ser fator dinâmico principal no processo de criação da renda (FURTADO, 1980, p. 202).

Desta forma estavam dadas as condições para que ocorresse um processo de industrialização no país. O problema da mão de obra foi resolvido por meio da imigração. Formou-se uma classe de produtores de café que tinham conhecimentos de comércio e pensavam a economia a partir de seus interesses, localizados internamente. A organização desta classe como tal possibilitou que ela acumulasse grande volume de recursos que, posteriormente, podiam ser redirecionados para outras atividades. Em virtude da nova organização política da república, do assalariamento e das manufaturas nascentes surgiram novos interesses em torno do mercado interno. Toda esta conjuntura propiciou que os capitais disponíveis fossem direcionados para a indústria nascente. E é a industrialização do país que favorecerá o processo de modernização de sua agricultura que ocorre, nas décadas seguintes.

1.2. Aproximação entre agricultura e indústria: ascensão e/ou reestruturação das agroindústrias

A agricultura brasileira passou por profundas transformações na segunda metade do século XX. Contudo, até meados da década de 1960, a tecnologia agrícola utilizada na maior parte do país ainda era aquela considerada tradicional (MARTINE, 1991). Foi tão somente a partir deste período que as relações entre esta agricultura e indústria se intensificaram, tendo em vista a forte intervenção do Estado, através da criação de diversas políticas, em especial, da política de créditos (KAGEYAMA *et al.*, 1987). Segundo Martine (1991, p. 9):

Diversos eventos atuaram para modificar a estrutura e o perfil da produção agrícola a partir de 1965: a consolidação do parque industrial, a instauração de um estilo de desenvolvimento visando à "modernização conservadora", a fase ascendente do ciclo econômico conhecido como o "milagre econômico", a ampliação do crédito rural subsidiado e de outros incentivos à produção agrícola, a internacionalização do pacote tecnológico da Revolução Verde, a melhoria dos preços internacionais para produtos agrícolas, etc.

Assim, a partir de 1965, a agricultura tornou-se, gradativamente, menos dependente da natureza e da mão de obra, ao mesmo tempo em que passou a se articular de forma mais intensa com o setor industrial até então inexistente ou incipiente (DELGADO, 1985; 2012). Isto se deve tanto a criação um segmento produtivo voltado para a agricultura nacional – de indústrias fornecedoras, produtoras de máquinas, insumos e equipamentos; quanto ao nascimento, reestruturação e modernização de indústrias processadoras agropecuárias – indústria têxtil, alimentares, papel e celulose, etc. (DELGADO, 2012).

Autores como Kageyama *et al.* (1987), Müller (1989), Martine (1991) e Belik (1992) denominam estas indústrias, criadas ou reestruturadas na década de 1950 e 1960 como agroindústrias ou agroindústrias processadoras. Belik (1992), em sua tese de doutorado intitulada “*Agroindústria Processadora e Política Econômica*”, analisa as políticas para a agroindústria processadora de três setores, quais sejam, óleos vegetais, sucroalcooleiro e celulose e papel, implementadas a partir dos anos 1970. Apesar de em sua análise ressaltar que existe uma discordância quanto à definição de “agroindústria”, o autor entende a mesma como a estrutura onde ocorre o processamento de matérias-primas agrícolas. Neste sentido, destaca que: “*a primeira atividade agroindustrial conhecida no Brasil remonta ao início da colonização: a fabricação de melaço e rapadura para exportação a partir da*

cana-de-açúcar” (BELIK, 1994, p. 30). Sendo assim, para o autor, a atividade agroindustrial é no mínimo secular. Todavia, o mesmo adverte que:

Houve, no entanto, uma radical transformação no setor de processamento agroindustrial ao longo das últimas décadas. A agroindústria brasileira dos anos 70 e 80, pouco tem a ver com aquela do início do século e muito menos com a do século XIX. (...) No passado, a agroindústria processadora foi montada como uma extensão do capital agrário ou mercantil, enquanto em período recente a articulação se dá em sentido inverso: do capital financeiro e industrial para o campo (BELIK, 1994, p. 31).

Parré *et al.* (2002) assinalam que a agroindústria consiste no setor que transforma ou processa matérias-primas agropecuárias em produtos elaborados, adicionando valor ao produto. No entanto, assim como Belik (1992) os autores destacam que o termo agroindústria tem sido definido de diversas formas, compreendendo diferentes ramos industriais, o que confere relativa abrangência ao conceito. Desta maneira, para discutir o conceito, citam Hoffman *et al.* (1985), autores que observam que para ser caracterizado como agroindústria, o estabelecimento deve utilizar matéria-prima de origem agropecuária.

Dessa definição genérica dada ao conceito de agroindústria surge imediatamente uma questão: Devemos considerar uma agroindústria apenas o estabelecimento que efetua o primeiro beneficiamento na matéria-prima, ou também incluímos nessa definição aqueles estabelecimentos que já utilizando a matéria-prima preparada efetua a sua transformação em algum produto acabado ou pré-acabado (HOFFMAN *et al.* 1985; *apud* PARRÉ, 2002)? Os autores ilustram essa situação com alguns exemplos como: beneficiamento do café x torrefação e moagem; produção de celulose x produção de papel; produção de óleos vegetais brutos x refinação de óleos e, a partir deles explicam que apesar de, teoricamente ser mais apropriado considerar como agroindústria o estabelecimento responsável apenas pela primeira transformação do produto agrícola, deve-se levar em conta que é comum o caso de um mesmo estabelecimento industrial efetuar as duas fases de transformação da matéria-prima agrícola.

Diante disso, Hoffman *et al.* (1985) *apud* Parré *et al.* (2002) concluem que a formulação de um conceito puro de agroindústria pode ser factível apenas em um plano teórico ou como um tipo ideal, para usar um uma noção weberiana. Em virtude da abrangência do conceito de agroindústria, Parré *et al.* (2002) optaram por utilizar categorias extraídas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, para compor o que entenderam em seu artigo por setor agroindustrial, sendo estas: abate e

preparação de carnes, beneficiamento de produtos de origem vegetal, fabricação e refino de óleos vegetais e de gorduras para alimentação, resfriamento e preparação do leite e de laticínios, fabricação de alimentos para animais, indústria do açúcar, indústria do café, outras indústrias alimentares, indústria de bebidas, fabricação de produtos do tabaco, indústria têxtil, fabricação de artigos de couro e peles, fabricação de produtos a partir da madeira, destilação de álcool, fabricação de artigos de mobiliário.

Com efeito, e tendo em vista as observações desses autores, na tese entendemos como agroindústria o conjunto de atividades destinadas a beneficiar matérias-primas produzidas pelas atividades agropecuárias. Apesar de estarmos trabalhando com a ideia convencional de agroindústria, entendida aqui como os estabelecimentos geridos por grandes empresas, não desconsideramos a existência de agroindústrias familiares, compreendidas, como os locais de beneficiamento da produção primária pelos próprios agricultores, visando, especialmente, a agregação de valor ao artigo produzido que será comercializado (MIOR, 2005).

Segundo Kageyama *et al.* (1987, p. 71), uma das consequências da modernização das agroindústrias processadoras foi a emergência de uma nova articulação agricultura/indústria. Assim, se antes a articulação entre estes dois setores:

(...) Era feita ‘para frente’, da agricultura para a indústria, através da verticalização de capitais agrários ou comerciais”, com o referido processo de modernização ocorrido “a partir do pós-guerra, já se começam a observar movimentos de articulações gradativamente diferentes. Trata-se de capitais, muitos deles transnacionais que, aproveitando-se das políticas estabelecidas pelo Estado, buscam integração com a agricultura (...).

Os autores ressaltam ainda que:

(...) Dentro dessa nova articulação a agroindústria passa a colocar, de forma sistemática, novas demandas sobre a agricultura – tais como tipo de produto, especificações sanitárias, prazos de entrega, etc. – que modificam e condicionam a própria forma de produzir (KAGEYAMA *et al.*, 1987, p. 71).

O aprofundamento das relações entre agricultura e indústria é responsável também por aproximar agricultores de base familiar ao setor agroindustrial. Constatamos que dentre os caminhos que conduzem a esta aproximação encontra-se a introdução de sistemas de produção integrada. Tais sistemas, por meio do estabelecimento de contratos, convertem

agricultores de base familiar em fornecedores de matéria-prima para as indústrias a jusante da agricultura.

Como veremos mais adiante, a partir dos trabalhos de Paulilo (1990) e Mior (1992), as agroindústrias processadoras, ao estabelecerem contratos de integração, assim como ditam regras que interferem na produção agrícola de modo geral, também instituem procedimentos destinados a padronizar ao máximo a matéria-prima produzida pelos agricultores integrados, de forma a garantir o melhor aproveitamento da mesma no processo de beneficiamento. A adoção destes procedimentos por parte dos agricultores interfere na forma com que o processo produtivo é conduzido, bem como no modo como o trabalho nas propriedades é organizado. Ainda que estes agricultores, conforme ressalta Paulilo (1990), não assumam uma posição totalmente passiva frente às exigências da indústria, já que tais alterações podem ser converter em processos, muitas vezes, conflituosos.

Se considerarmos ser a integração agroindustrial uma das relações estabelecidas entre indústria e agricultura torna-se indispensável observarmos, ainda que forma breve, como aconteceu o aprofundamento das relações entre estes dois setores, culminando na conformação que temos atualmente. Partindo desse suposto, estabeleceremos aqui uma tentativa de analisar alguns aspectos inerentes à modernização da agricultura brasileira, dando maior ênfase, quando possível, ao papel das agroindústrias nesse processo, uma vez que estas compõem nosso interesse de pesquisa¹⁰.

Levantar alguns aspectos concernentes ao aprofundamento das relações entre indústria e agricultura no Brasil pode, por um lado, nos indicar alguns caminhos para conduzir a análise do nosso estudo de caso, bem como, facilitar nosso entendimento a respeito da maneira como o setor de produção de papel e celulose foi introduzido e organizado no Espírito Santo, discussão que será travada no capítulo 2 e, sobretudo no capítulo 4 da tese. E por outro lado, pode também nos dar indícios dos motivos que levaram este setor a assumir a integração produtiva como uma de suas estratégias de suprimento da matéria-prima para suas agroindústrias processadoras.

¹⁰ Infelizmente, devido escassez de tempo e espaço para nos dedicarmos a este empreendimento de forma mais minuciosa, não nos centraremos aqui, diretamente, nas questões históricas e políticas que deram origem a este processo, já que esse não é nosso objetivo.

1.3. Modernização da agricultura e os complexos agroindustriais

Uma análise centrada nas relações entre agricultura e indústria no Brasil necessariamente deve voltar seu olhar para a modernização agrícola do país, intensificada a partir da década de 1960. Como explica Mazzali (2000), ao analisar este processo diversos autores tomam como ferramenta teórica o conceito de “complexo agroindustrial” ou de “complexos agroindustriais”; dentre eles estão Guilherme Delgado (1985; 2012), Geraldo Müller (1989), Angela Kageyama *et al.* (1987). Há outros – Martine (1991) e Leonel Mazzali (2000) – que criticam tais conceitos afirmando que os mesmos não suportam a complexidade existente na agropecuária e no meio rural brasileiro. Considerando a importância de tais conceitos para a análise da modernização agrícola brasileira, nos dedicaremos a abordá-los nesta seção.

Kageyama *et al.* (1987, p. 1) em sua análise, distinguem três conceitos que, segundo os autores precisam ser elucidados devido à existência de uma confusão teórica. São eles os conceitos de modernização da agricultura, industrialização da agricultura e formação dos complexos agroindustriais. Para estes autores, assim como para Delgado (1985) e Martine (1991), a modernização da agricultura se trata de um processo mais antigo, mas que ganha amplitude a partir do pós-guerra. Neste sentido, refere-se à mudança na base técnica da produção agrícola ocorrida em virtude da introdução de máquinas, elementos químicos como fertilizantes e agrotóxicos, novas espécies e variedades de sementes e novas ferramentas na agricultura. Portanto, consiste no processo de transformação dos meios de produção utilizados pela agricultura, de meios naturais para bens de produção industriais (DELGADO, 1985).

Delgado (1985; 2012) divide a modernização da agricultura brasileira em três momentos, desencadeados a partir do pós-guerra. O primeiro se caracteriza pelo aumento nos índices de tratorização e consumo de NPK¹¹, na década de 1950, período em que a demanda por tais insumos é suprida por meio de importações. O segundo momento compreende a implantação dos setores de bens de produção e de insumos básicos para agricultura, cujo marco foi a criação da indústria de tratores no final dos anos 1950. O terceiro momento, ocorrido a partir da década de 1960, é caracterizado pelo processo de fusão de capitais intersetoriais; tal movimento corresponde a um processo mais amplo, de

¹¹ Sigla utilizada para denominar três nutrientes, nitrogênio, fósforo e potássio, utilizados na produção agrícola e, comumente, comercializados em sacos de adubos ou fertilizantes.

penetração do capital financeiro na agricultura que, pelas características apresentadas, coincide com o que Kageyama *et al.* (1987) denominam industrialização da agricultura.

Para Kageyama *et al.* (1987) a industrialização da agricultura é um processo iniciado após 1965. A partir desse período a agricultura converte-se em um ramo de produção semelhante a uma indústria que adquire determinados insumos e produz matérias-primas para outros segmentos produtivos. Para produzir ela depende dos insumos advindos de determinadas indústrias. Ao mesmo tempo, não produz mais apenas bens destinados ao consumo final, na medida em que a partir do referido período, passa a centrar-se, sobretudo, na produção de bens intermediários ou matérias-primas para outras indústrias de transformação. Deste modo, os segmentos industriais e comerciais passam a interagir de forma intensa com a atividade agrícola. É este processo que torna a modernização da agricultura um caminho irreversível, uma vez que se ele retroceder, a produção também retrocede (KAGEYAMA *et al.*, 1987). A partir deste momento, “*a forma dinâmica e moderna de produzir tornou-se dominante e impositiva*” (MÜLLER, 1989, p. 22).

Nesta perspectiva, a modernização da agricultura consiste na transformação de sua base técnica, cujo ápice é seu processo de industrialização após os anos 1965 (KAGEYAMA *et al.* 1987, p. 1). Para Müller (1989), a modernização da agricultura brasileira é fruto da interação entre a industrialização do campo, da agroindustrialização das atividades agrárias e das mudanças sociais e políticas entre grupos sociais. O resultado desse processo é a incorporação das atividades agrárias à matriz tecno-econômica nacional.

Para autores como Delgado (1985), Kageyama *et al.* (1987) e Müller (1989), o referido processo de industrialização da agricultura é responsável por desencadear a ascensão do complexo agroindustrial (CAI) ou dos complexos agroindustriais (CAIs) a partir dos anos 1970 no cenário brasileiro. O primeiro conceito refere-se a um grande complexo, o CAI. Já o segundo deriva do conceito de complexo rural e refere-se aos vários complexos agroindustriais, os CAIs. Assim pode-se falar em complexo agroindustrial avícola, complexo agroindustrial açucareiro, complexo agroindustrial citrícola, etc. Apesar desta diferença, as duas abordagens objetivam enfatizar as relações entre o setor agrícola e industrial, dada a modernização da agricultura brasileira desencadeada no pós-guerra. Mais a frente, retomaremos este debate de modo a diferenciar as referidas definições.

Silva (1991) destaca que o primeiro autor a utilizar o conceito CAI no Brasil foi Alberto Passos Guimarães. Este autor buscava explicar a integração técnico produtiva que foi desenvolvida no país em virtude do processo de modernização de sua agricultura. Na

formulação de Alberto Passos Guimarães, a partir deste processo a agricultura passou a se relacionar com o setor industrial oligopolizado produtor de insumos, “para trás”. E “para frente” se vinculou as agroindústrias processadoras também oligopolizadas. Segundo o autor estas agroindústrias possuem estreita ligação com os agricultores, devido a venda de insumos industriais e a compra de matérias-primas para o processamento. Tal relação é responsável pela compressão da renda dos agricultores que, por um lado, veem o preço dos insumos ascender e, por outro, veem o preço dos produtos agrícolas em declínio.

Müller (1989) se refere ao termo “complexo agroindustrial” (CAI) no singular. Segundo este autor o complexo agroindustrial é uma unidade analítica do processo socioeconômico de integração agricultura/indústria experimentado pelo Brasil no final dos anos 1960. Este processo envolve a produção de produtos agrícolas, seu beneficiamento e transformação, a fabricação de bens industriais para a agricultura, os serviços financeiros técnicos e comerciais para este setor e os grupos sociais. Segundo esta perspectiva, o complexo agroindustrial pode ser definido como:

Um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração desses produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capitais e insumos industriais para atividades agrícolas; ainda: a coleta, armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia; e a assistência técnica (MÜLLER, 1989, p. 45).

O autor destaca que com a ascensão do CAI a agricultura não depende mais apenas das solicitações do comércio, mas passa a depender também de um conjunto de indústrias fornecedoras de insumos. Dessa forma, nessa perspectiva o CAI é entendido como uma unidade de análise na qual a agricultura é duplamente vinculada à indústria. Esta vinculação se dá tanto com a indústria de máquinas e insumos, quanto com a indústria processadora e beneficiadora de matérias-primas agrícolas, as agroindústrias. Conforme o autor, na medida em que se observa uma crescente inter-relação entre agricultura e indústria de insumos e equipamentos agrícolas, verifica-se um processo de industrialização da agricultura. E na medida em que se desenvolve uma intensa inter-relação entre agricultura e indústria processadora, verifica-se um processo de agroindustrialização. É justamente esta dupla vinculação e dependência da agricultura em relação à indústria que culminará na mudança do padrão agrário brasileiro.

Kageyama *et al.* (1987) preferem falar no surgimento de “complexos agroindustriais” ao analisarem a modernização da agricultura brasileira. Por isso consideram este um processo que:

Envolve a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo mercado interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário (KAGEYAMA *et al.*, 1987, p. 4).

Nesta perspectiva os CAIs são fruto de um processo histórico, resultante de uma concentração de interesses do Estado e da iniciativa privada que favorece a transição do “complexo rural” – considerado o conjunto de atividades agrícolas e manufatureiras (produção bens de consumo e fabricação de meios de produção) que até então eram circunscritas ao interior da fazenda – para a ascensão dos “complexos agroindustriais”, em virtude da industrialização da agricultura, tendo em vista o surgimento das indústrias de bens de produção, como mencionamos anteriormente, por meio de Furtado (1980). Esta transição cria laços indissolúveis entre agricultura e indústria de bens de produção, só que agora fora da fazenda (SILVA, 1991).

Marafon (1998, s/p) apresenta uma tabela na qual destaca as principais diferenças entre os conceitos de “complexo agroindustrial”, que classifica como uma concepção “macro” e “complexos agroindustriais”, classificada pelo autor como uma concepção “micro” (Tabela 2).

Tabela 2: Principais características das concepções "macro" e "micro" do complexo agroindustrial

Características	Concepções	
	"Macro" complexo	"Micro" complexo
Ideia central	Corresponde a um espaço econômico determinado caracterizado através da homogeneidade da base técnica. É batizado pela noção de complexo industrial. Apresenta sistemas ou cadeias agroindustriais que se caracterizam pela integração tanto a montante como a jusante do setor agrícola.	Analisa as transformações do setor agropecuário através da existência dos Complexos Rurais e da sua decomposição, dos processos de modernização e industrialização da agricultura até a formação dos Complexos Agroindustriais. Enfatiza a existência de vários Complexos Agroindustriais.
Papel do Estado	O Estado atua como gestor do processo de acumulação na agricultura.	O Estado desempenha papel fundamental na construção dos CAI's e no entendimento da "nova" dinâmica da agricultura brasileira.
Setor dinâmico	Indústria a montante.	Indústria a montante.
Agricultura	Não perde suas características em função da integração com a indústria e do modo industrial e empresarial da condução das atividades nos estabelecimentos agrícolas.	A modernização corresponde a uma etapa da industrialização da agricultura e da formação dos CAI's através da sua integração intersetorial.
Tipologia	Não apresenta.	Complexos Agroindustriais completos, incompletos, atividades agrícolas modernizadas e artesanais.
Principais autores	G. Muller, R. Lauschener, N. Araújo, A.P. Guimarães.	A. Kageyama, J. Graziano da Silva.

Para Silva (1991, p. 11) o conceito de CAI utilizado no singular, que corresponde à ideia do surgimento de um grande complexo a partir da modernização da agricultura brasileira, é pouco eficiente. Isto porque ao englobar em um mesmo espectro um conjunto de atividades originadas da agricultura em sentido lato, as indústrias a ela vinculadas e as agroindústrias, além de empresas, grupos econômicos e conglomerados, não permite a apreensão de como se organizam as atividades inter-relacionadas especificamente (complexo canavieiro, complexo avícola, etc.), a menos que a análise seja direcionada aos diversos ramos e produtos.

Na perspectiva do autor, a ideia de um grande complexo corre o risco também de ignorar todos os segmentos que não tem o tipo de integração sugerido pelo conceito, homogeneizando relações que são heterogêneas. Ademais, este conceito acaba por criar uma divisão estática entre agricultura e indústria, não nos permitindo compreender o caráter dinâmico deste processo. Portanto, para o autor, ao analisarmos o novo padrão agrícola brasileiro que emergiu a partir da modernização da agricultura, torna-se pertinente falarmos da existência de diversos CAIs, de modo a privilegiar a dinâmica das relações

entre os novos ramos de produção surgidos a partir da modernização da agricultura (SILVA, 1995). Na formulação de Silva (1995, p. 2):

A formação dos CAIs nos anos 70 se deu a partir da integração intersetorial entre três elementos básicos: as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura (moderna) propriamente dita e as agroindústrias processadoras, todas premiadas com fortes incentivos de políticas governamentais específicos (fundos de financiamento para determinadas atividades agroindustriais, programas de apoio a certos produtos agrícolas, crédito para aquisição de máquinas, equipamentos e insumos modernos.

Em outra obra, também datada de 1991, o autor acrescenta que somente a partir do estabelecimento de relações específicas entre determinado setor produtivo da agricultura e indústrias a montante, produtoras de bem específicos para este setor, é que temos o surgimento de um CAI, a exemplo do CAI de carnes, CAI de açúcar e álcool, CAI de soja, etc. A conformação dos CAIs reflete tanto um movimento emanado do próprio interior desta organização, a partir da ação das forças sociais, econômicas e políticas de seus agentes, quanto um movimento externo, derivado da ação do Estado, ao estabelecer relações particulares com os agentes do interior do CAI, através de suas políticas públicas e de suas agências.

Para Delgado (1985) o CAI origina-se não a partir do aprofundamento das relações entre agricultura e indústria, mas sim da fusão de capitais financeiros provocada por este processo. Segundo este autor, com a ascensão do complexo agroindustrial nos anos 1970 as exportações agrícolas brasileiras ganham um novo perfil, com a introdução de novos e importantes produtos agrícolas elaborados pelas indústrias a jusante da agricultura. Assim, emerge no país um sistema de agroindústrias direcionado tanto para o mercado interno, quanto para a exportação. Müller (1989) assinala que muitas agroindústrias, ao mesmo tempo em que ampliaram seu consumo de produtos agropecuários e se remodelaram, ligando-se ao grande mercado internacional, substituíram sua forma praticamente artesanal de produzir, pela forma industrial e internacionalizada de processar, beneficiar e comercializar.

Delgado (1985) enfatiza que apesar da industrialização da agricultura provocar a intensificação das relações entre agricultura e indústria, inicialmente, não se buscava, através da política agrícola, este objetivo. Em um primeiro momento, o objetivo destas ações visava compatibilizar o crescimento industrial experimentado pelo país nos anos 1950 e parte dos anos 1960, com a obtenção de divisas a partir da exportação de

determinados produtos agrícolas, a exemplo do café e açúcar, para viabilizar o processo de substituição das importações. Deste modo, o autor destaca que é somente com a introdução da política de crédito rural que as estratégias de intensificar a produção de certos produtos é substituída pela política de modernizar a produção da mercadoria rural em geral.

Para Müller (1989, p. 18) “*o processo de integração entre agricultura e indústria não se deu a margem das relações entre as grandes empresas, os grupos econômicos e o Estado*”. O autor assinala que o surgimento e consolidação do complexo agroindustrial é responsável por colocar em pauta novos interesses vinculados à agricultura. Estes interesses partem do Estado e são materializados por meio das políticas de crédito, incentivos fiscais das mais diversas ordens e das políticas de fomento às exportações; de grupos econômicos nacionais e internacionais; e de grandes e médios proprietários rurais. Nesta conjuntura, as empresas e grupos econômicos industriais, produtores de artigos voltados para a agricultura, cresceram e expandiram-se, ao mesmo tempo em que surgiram novas plantas agroindustriais que vinculavam capitais nacionais e estrangeiros. O mesmo ocorreu com as agroindústrias (DELGADO, 1985; MÜLLER, 1989). Conforme Müller, (1989, p. 34):

Na integração indústria e agricultura estão presentes empresas e grupos econômicos de capitais nacionais e estrangeiros. O Estado opera, sobretudo, na esfera da intermediação financeira e na formulação e implementação de uma vasta gama de políticas econômicas concernentes às atividades industriais, agrárias e de abastecimento.

Assim, entende-se que a mudança na base técnica da agricultura só se tornou possível em função da atuação do Estado, que assumiu o papel de condutor da modernização do setor. Erthal (2006) assinala que ao assumir o papel de orquestrador da modernização da agricultura brasileira, o Estado atendeu, principalmente, aos interesses de grandes empresas, passando a ser apropriado e pressionado por grupos específicos de interesses das diversas atividades desenvolvidas no campo. Para o autor, a atuação deste agente multifacetado que é o Estado pode ser vista através da implementação de diversas políticas de cunho global, territorial, setorial, etc. Estas políticas envolveram não apenas o domínio econômico, mas também as esferas política, institucional e social. Ao desenvolver ações nestas esferas o Estado, nos seus mais diversos setores, além de buscar modernizar a agricultura brasileira, um segmento considerado até então atrasado, tinha também o objetivo de tornar o país atrativo aos investimentos produtivos internacionais e, com isso,

possibilitar seu desenvolvimento socioeconômico, bem como sua inserção de forma competitiva no mercado internacional (ERTHAL, 2006).

Segundo Kageyama *et al.* (1987), em termos históricos, a atuação do Estado na modernização da agricultura, principalmente a partir dos anos 1960, pode ser vista como uma nova fase de um processo que vinha ocorrendo desde a década de 1930, em que a necessidade de adaptação da agricultura ao sistema de acumulação de capital do setor urbano/industrial se colocava como um problema a ser resolvido pelo processo geral de industrialização brasileira. Conforme Erthal (2006, s/p.), neste contexto:

Foram selecionadas algumas (...) intervenções diretas ou indiretas, a fim de qualificar o Estado, indubitavelmente, o grande artífice do processo de modernização do campo brasileiro. As intervenções ora o fazem um grande empresário, criando indústrias de base como siderúrgica (CSN), química (ÁLCALIS), petroquímica (PETROBRÁS), montadora (FNM) e infraestrutura (energia, vias de transporte, irrigação, açudagem, drenagem, saneamento etc.), ora como formatador de legislações específicas nas esferas monetária, tributária, fiscal, cambial, preços de produtos, trabalhista, pesquisa, extensão rural etc. Estas ações isoladas ou combinadas criaram condições objetivas para o chamado “*take off*” ao desenvolvimento industrial, agrário e agroindustrial do Brasil.

De forma mais detalhada que Erthal (2006), Delgado (1985) divide a atuação do Estado na condução da modernização da agricultura em quatro esferas. São elas as esferas normativa, produtiva, previdenciária e financeira/fiscal. A esfera normativa se refere ao papel do Estado de legislar e assentar as bases contratuais sobre as quais são estabelecidas as relações sociais no campo. Dentre as ações nesta esfera desempenhadas pelo Estado, Delgado (1985, p. 44) destaca a criação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 e do Estatuto da Terra em 1964. No entanto, o autor enfatiza que o primeiro só funcionaria de maneira eficiente se houvesse reformas mais gerais na estrutura agrária do país. Reformas estas que eram esperadas a partir da criação do Estatuto da Terra, que continha tanto princípios direcionados à reforma agrária quanto favoráveis ao empreendimento capitalista na agricultura. Com o golpe militar de 1964 os princípios relacionados à reforma agrária foram desconsiderados e, com isso, o Estatuto do Trabalhador Rural perdeu sua força (DELGADO, 1985).

Na esfera produtiva sobressai o papel do Estado na produção de insumos como agrotóxicos e fertilizantes químicos, através da participação de diversas empresas sob seu domínio neste setor, a exemplo da Vale do Rio Doce e da PETROBRAS. De acordo com Delgado (1985), na esfera previdenciária o Estado atuava de forma insatisfatória e tardia,

com a criação, apenas em 1971, de uma instituição responsável pelos serviços de previdência social e assistência médica rural, denominado Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural - FUNRURAL.

A esfera financeira/fiscal é considerada o campo de interferência do Estado que mais contribuiu para o processo de modernização da agricultura. Esta esfera abarca uma série de mecanismos monetário/financeiros e de incentivos fiscais destinados a estimular, equilibrar e financiar a aplicação de capitais privados nas atividades agrícolas (DELGADO, 1985). Assim, apesar da modernização da agricultura brasileira ter contado com diversos instrumentos como os incentivos fiscais às exportações, criação de agências de pesquisa e assistência técnica, minidesvalorizações cambiais, dentre outros, seu elemento central foi a política de crédito rural subsidiado, materializada com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, através da Lei 4.829, de 05/11/1965, e regulamentado pelo Decreto 58.380, de 10/05/1966, elemento que se encontra no âmbito da esfera financeira/fiscal (DELGADO, 2009).

De acordo com Leite (2001, p. 136), a criação do SNCR “*tinha como propósito compartilhar a tarefa de financiar a agricultura entre instituições financeiras públicas e privadas.*” Contudo, o autor assinala que a participação dos bancos privados apresentou-se constantemente decrescente. Deste modo, Delgado (2009) ressalta que o SNCR foi financiado, fundamentalmente, pelo Banco do Brasil e demais bancos oficiais, com participação reduzida dos bancos privados.

Erthal (2006) acrescenta que também em 1965, antes da implementação do SNCR, houve uma reforma do sistema financeiro que, dentre outros motivos, tinha o intuito, justamente, de dar suporte à criação do referido Sistema Nacional de Crédito Rural. A criação do SNCR, ao lado da reforma do sistema financeiro, estabeleceu as bases para garantir que parte dos recursos captados pelos bancos fosse direcionada para o setor (KAGEYAMA *et al.*, 1987). Assim, Leite (2001, p. 128) observa que:

É consenso na literatura especializada no processo de modernização agropecuária nacional que a política de crédito rural, operacionalizada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) implantado em 1965, cumpriu papel determinante na transformação da base técnica dos estabelecimentos agrícolas, no aumento da produtividade do setor, na consolidação dos complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares e na integração dos capitais agrários à órbita de valorização do capital financeiro. Ao privilegiar produtores (sobretudo grandes), regiões (Centro-sul do país) e produtos (exportáveis), o SNCR marcou significativamente, pelo volume de recursos alocados, a conjuntura setorial do final dos anos 60, de toda a década de 70 e de parte dos anos 80.

Kageyama *et al.* (1987) distinguem dois momentos da distribuição do crédito para a modernização da agricultura brasileira. O primeiro momento pode ser situado entre 1965 e 1979. Este período compreende a criação do SNCR em 1965 até o final da década de 1970. Os autores assinalam que neste momento o crédito era abundante e altamente subsidiado, com juros negativos, tendo crescido, aproximadamente, 329% em termos reais. Sua concessão estava diretamente relacionada à utilização de insumos e a aplicação de práticas e procedimentos técnicos modernos nas atividades agrícolas, a exemplo da utilização de sementes selecionadas e insumos químicos, até a adoção de processos de correção do solo.

Segundo Kageyama *et al.*, (1987) neste período a concessão de crédito dividia-se em três modalidades principais: crédito de investimento, crédito de custeio e crédito de comercialização. O crédito de investimento possibilitou a ampliação e formação de mercados para os produtos oriundos das indústrias, bem como permitiu que as unidades de produção agrícolas implantassem uma base tecnológica destinada a favorecer o consumo de insumos e máquinas produzidos pelo setor industrial. Sua concessão estava condicionada a elaboração de projetos que eram examinados por técnicos de órgãos específicos. O crédito de custeio complementava o crédito de investimento, sustentando o consumo de insumos e a compra de fertilizantes e agrotóxicos para a agricultura. Sua concessão estava condicionada a utilização de sementes selecionadas e, conseqüentemente, de outros insumos industriais que as mesmas exigiam. O crédito destinado a apoiar a comercialização contava com o menor volume de recursos, sendo a modalidade menos expressiva. Tal modalidade, neste momento, estava ligada ao incentivo a criação de cooperativas e indústrias, fornecendo-lhes um capital de giro a juros baixos (KAGEYAMA *et al.*, 1987).

De acordo com Delgado (1985), a partir de 1979, o padrão de financiamento para a agricultura, então vigente, dá seus primeiros sinais de esgotamento, devido à crise de financiamento do próprio Estado brasileiro, que dentre os elementos desencadeadores, estava a segunda crise do petróleo. Com tal crise chega ao fim o tratamento diferencial recebido pela agricultura no setor financeiro. O sistema de taxas de juros favorecidas dá lugar ao sistema de juros de mercado. Segundo Kageyama *et al.*, (1987, p. 61), com isso, “(...) o capital produtivo aplicado na agricultura passou a enfrentar as mesmas dificuldades do capital produtivo em geral (...).”

O segundo momento do financiamento para a agricultura no Brasil, que vai de 1979 a 1986, é caracterizado pela crise da economia brasileira, o que reflete tanto na redução do crédito disponível, quanto na alteração das regras para a sua concessão e operação. Deste modo, o crédito subsidiado, teve um decréscimo em cerca de 50% entre 1979 e 1984 (KAGEYAMA *et al.*, 1987; BELIK e PAULILLO, 2001). Nesta conjuntura, o Estado assiste a uma perda de seu poder de regulação da agricultura. A política agrícola deixa de centra-se na concessão de crédito e passa a privilegiar o sistema de garantia de preços mínimos, de modo a atender aos desígnios restritivos da política monetária, além de tentar conter a crescente onda de instabilidade que passou a afetar os mercados agrícolas (KAGEYAMA *et al.*, 1987).

Cabe ressaltar que o projeto agrícola modernizante, e por conseguinte o SNCR teve como consequência a exclusão de diversas regiões, pois privilegiava, basicamente, a região Sul e Sudeste do Brasil em detrimento das regiões Norte e Nordeste; e de grupos sociais, pois privilegiada os médios e grandes produtores rurais, excluindo do sistema os agricultores de base familiar. Desta forma, manteve as desigualdades sociais presentes no campo e conservou a concentração da propriedade da terra (DELGADO, 1985; LEITE, 2001). Assim, para Müller (1989) a modernização da agricultura brasileira foi parcial, localizada econômica, geográfica e socialmente. Impôs condições de produção e comercialização gerais, não apenas advindas de exigências técnicas, mas também de interesses socioeconômicos de certos grupos industriais, agroindustriais, financeiros, agropecuários e florestais presentes no campo.

A partir da segunda metade da década de 1980, diante da referida crise no padrão de financiamento da agricultura até então vigente no Brasil, vários incentivos fiscais destinados a diversas modalidades produtivas no campo foram extintos. Belik e Paulillo (2001) observam que neste contexto novos mecanismos de financiamento foram criados e assumiram papéis, tradicionalmente, desempenhados pelo Estado, a exemplo da pesquisa, crédito, assistência técnica, etc. Assim, de acordo com os autores, no final desta década e, principalmente, nos anos 1990, os mecanismos de financiamentos públicos, em especial, para a agricultura, se enfraqueceram, ao passo que o crédito privado, oriundo de indústrias, *trading companies* e de outros agentes, se fortaleceu. Chega ao fim órgãos como o Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA e o Instituto Brasileiro do Café – IBC (MAZZALI, 2000).

Mazzali (2000) destaca que a partir do final da década de 1980, diante da crise deflagrada no padrão de financiamento da agricultura, ocorre uma reestruturação do setor

agroindustrial. Em sua opinião, a referida crise ocasiona uma discussão a respeito do padrão anterior de modernização da agricultura, bem como uma problematização acerca da capacidade explicativa da noção de CAI. Isto por que:

As transformações nas formas de vinculação entre as empresas que integram a cadeia produtiva (fornecedores, distribuidores e clientes) e entre empresas concorrentes (do mesmo domínio de atividade ou de domínios distintos) engendraram novas configurações organizacionais, cujas marcas são o caráter dinâmico e complexo das articulações.

Dada a natureza das novas configurações, ficou patente que o "complexo agroindustrial" é insuficiente para apreender as articulações entre os agentes. Isso porque tais articulações não estão assentadas em relações bem definidas e estruturadas a partir da matriz de insumo/produto, mas em um conjunto de estratégias dos agentes que redefinem dinamicamente a forma e o conteúdo das relações (MAZZALI, 2000, p. 150).

Deste modo, segundo o autor, o CAI passa a ser entendido como uma fase dinâmica e transitória do desenvolvimento industrial da agricultura, correspondendo a um determinado período histórico.

A redução da intervenção estatal na agricultura, dado o declínio do padrão de financiamento desenvolvido até então, exigiu à conformação ou mesmo o fortalecimento de estratégias alternativas e autônomas nas atividades agroindustriais já existentes, cujo objetivo era manter ou obter vantagens competitivas, além de compartilhar os riscos inerentes à atividade agropecuária. Dentre elas encontra-se o estabelecimento de sistemas de integração produtiva em determinados segmentos; a revisão da organização deste sistema e dos contratos e integração de modo a estabelecer padrões estáveis de relacionamento por meio da seleção e/ou exclusão de agricultores, onde o sistema já era aplicado; bem como a reconfiguração das relações da agroindústria com os produtores integrados, onde prevalece de um lado, a pressão pelo aumento do padrão de qualidade da matéria-prima produzida e, de outro, uma tentativa de amenização dos conflitos existentes no interior do sistema de integração (MAZZALI, 2000).

Segundo Mazzali (2000), neste momento, a palavra de ordem é a “flexibilidade” das relações que, por sua vez, se manifestou de forma distinta nos diferentes segmentos agroindustriais. Parcerias e fusões entre agroindústrias surgem, assim como o processo de terceirização e subcontratação nas atividades agrícolas e agroindustriais é intensificado. Deste modo, a agricultura passou a sofrer influências cada vez maiores de setores e grupos não agrários, gerando o que Moyano (1984, p. 33) *apud* Belik e Paulillo (2001, p. 102) chama de “interferência extraorganizacional”. Neste tipo de interferência as relações de

dependência econômica se desenvolvem entre grupos não organizados de agricultores e grandes corporações industriais e financeiras. Segundo Belik e Paulillo (2001), os casos de integração agroindustrial refletem de forma clara esse movimento.

1.4. A relação entre agricultores e indústrias a partir do olhar sobre a integração agroindustrial

Diversos autores preocupados com a modernização da agricultura brasileira, cujos trabalhos foram realizados na década de 1980, assim como Kageyama *et al.* (1987) e Müller (1989), acreditavam que diante do referido processo de industrialização vivenciado pela mesma e, por conseguinte, a partir da constituição dos CAIs, não haveria mais espaço na agricultura para a pequena propriedade, tampouco, para o trabalhador individual, que com sua família gerencia seu pequeno pedaço de terra, cuidando de todo processo produtivo. Na formulação de Kageyama *et al.* (1987, p. 114), fortemente influenciados pela ideia de proletarização do campo, com a ascensão da agricultura industrializada, este agricultor daria lugar a um conjunto de trabalhadores assalariados. Deste modo, surgiria uma nova divisão do trabalho no campo, onde o agricultor teria uma função especializada. Segundo este raciocínio, se a partir de sua industrialização a agricultura passaria a atuar como uma “fábrica”, logo, nela haveria uma divisão de funções entre trabalhadores braçais e trabalhadores técnicos. Nesta perspectiva os agricultores integrados não seriam considerados autônomos, mas sim, meros assalariados, porém sem direitos trabalhistas.

Martine (1991) estabelece uma crítica ao conceito de complexo agroindustrial e a interpretações como as de Kageyama *et al.* (1987) e Müller (1989). Assim, defende que o pressuposto de que existe uma tendência ao desaparecimento da pequena produção, diante do processo de modernização da agricultura, consiste em uma interpretação equivocada da realidade que estava posta. Para o autor, vários trabalhos documentam a persistência e até mesmo o crescimento da pequena produção familiar, inclusive, em países considerados de capitalismo avançado. Deste modo, ele observa que: “*No caso específico da agricultura, não há dúvida de que a pequena produção familiar continua importante, apesar de sua tendência declinante. Essa importância parece ter sumido de vista frente ao alarde recente em torno da ‘caificação’* (MARTINE, 1991, p. 21)”. Ainda a este respeito, Martine (1991) assinala que as próprias dificuldades em relação à conceituação e operacionalização do termo CAI permitem uma supervalorização dos complexos agroindustriais, o que nos induz

ao erro de acreditar que somente os grandes estabelecimentos são produtivos. Para ilustrar esta afirmação o autor faz a seguinte observação:

(...) A estimativa de Müller (1989) [tendo em vista os dados do Censo Agropecuário de 1980], de que 20% dos estabelecimentos ligados ao CAI eram responsáveis por 80% do valor da produção, parece não deixar dúvidas quanto às vantagens dos grandes empreendimentos ligados ao CAI. Mas como explicar, então, que os estabelecimentos de menos de 50 ha. dispoñdo de apenas 12,6% da área total, respondiam por 40% do valor da produção total nesse mesmo ano? Evidentemente, muitos desses estabelecimentos estão organizados em bases mais modernas, utilizam máquinas e insumos e estão plenamente articulados ao setor moderno, inclusive aos CAIs. Em alguns setores - a produção de suínos, frangos, fumo e algodão salta à vista - as próprias agroindústrias preferem reduzir seus riscos, delegando a pequenos estabelecimentos a responsabilidade de produzir sua matéria-prima. Assim, não se pode simplesmente fazer omissão desse importante setor (MARTINE, 1991, p. 21).

Neste sentido, para Martine (1991) com o referido processo modernização da agricultura e, por conseguinte, com a constituição dos CAIs há uma dupla permanência no cenário agrícola nacional, em que grandes propriedades convivem com pequenas propriedades. Nesta conjuntura:

(...) Mesmo com um processo de tecnificação mais precário, a pequena produção faz um uso mais intensivo de todos os fatores à sua disposição, aproveita uma parcela maior de sua terra, emprega mais mão de obra e tem uma produção por hectare muito maior do que os conglomerados e latifúndios (MARTINE, 1991, p. 21).

O autor adverte que o maior aproveitamento dos fatores na pequena produção pressupõe uma maior exploração da mão de obra familiar, por isso, não pode ser considerado, necessariamente, um fator positivo. No entanto, esta constatação serve, ao menos, para desconstruir esta ideia de desaparecimento da pequena propriedade rural. Ademais, soma-se a isso o fato de que nem todas as atividades agrícolas capitalistas por um lado, e tecnificadas, por outro, pressupõem a grande propriedade. As vantagens na produção em escala só se colocam para aquelas propriedades em que se é possível fazer uso de equipamentos modernos, como semeadoras, colheitadeiras e tratores, por exemplo.

No entanto, em muitas propriedades – como aquelas que se encontram no local do trabalho de campo destinado a esta tese – o relevo acidentado dificulta ou mesmo impede a utilização destes equipamentos. Esta conjuntura resulta em uma maior necessidade da utilização de mão de obra, o que nem sempre é vantajoso para as grandes agroindústrias processadoras. Por isso, estas agroindústrias, em muitos casos, abrem mão da tarefa de

produzir nessas áreas, atribuindo esta função a agricultores de base familiar, que se tornam seus fornecedores. Esse é o caso, por exemplo, da indústria de papel e celulose situada no Espírito Santo, que mesmo diante da proximidade entre região Centro Serrana do Estado e o PORTOCEL, decidiu investir na produção integrada de eucalipto nessa área, ao invés de implantar plantios próprios, em virtude, dentre outros fatores que veremos ao longo dessa análise, da grande declividade dessa localidade.

Tendo em vista as observações acima, a evolução do campo temático dos estudos rurais e o próprio fortalecimento econômico e político do segmento dos agricultores de base familiar, é possível afirmar que o tema da total proletarização do campo e da extinção da pequena propriedade como consequência da “industrialização” da agricultura perdeu a importância que teve nas décadas de 1970 e 1980. Neste sentido, e reconhecendo que essas observações não dão conta de todo o processo ocorrido, talvez seja possível inferir, por um lado, que uma das estratégias que se colocaram como opção de manutenção no campo para este estrato, mesmo diante da exclusão provocada pelo processo de modernização da agricultura brasileira, foi justamente sua incorporação ao ciclo das atividades agroindustriais, ainda que haja diversas críticas a estes modelos, como veremos no decorrer da tese. E, por outro lado, podemos aventar também a hipótese, já assinalada por Martine (1991), de que a permanência destes agricultores no campo é peça fundamental para engrenagem das próprias agroindústrias processadoras. Visto que tais agroindústrias, ao terem estes agricultores como fornecedores, repassam para eles os riscos e incertezas advindos das atividades agrícolas, além da tarefa de produzir em áreas consideradas desvantajosas pelas mesmas.

Neste sentido, contraditoriamente ao raciocínio, muito frequente nos trabalhos publicados na década de 1980 sobre o processo de modernização da agricultura e, concordando com as observações colocadas por Martine (1991), o que propomos analisar nesta tese é justamente a relação entre agricultores de base familiar – estrato social que “sobreviveu” e se manteve no campo, a despeito dos efeitos prejudiciais e do caráter excludente que acompanhou o processo de modernização da agricultura – e a agroindústria processadora, tendo em vista os contratos de integração.

1.4.1 Revisitando o debate sobre integração: principais conceitos e discussões

De modo geral, podemos interpretar a integração entre indústria e agricultores, por vezes chamada de integração agroindustrial ou produção integrada, como uma estratégia utilizada por determinadas empresas agroindustriais, cujo objetivo é o de assegurar o suprimento de parte da matéria-prima de que seu processo produtivo necessita. As indústrias, geralmente, utilizam desta estratégia buscando o aumento de sua eficiência produtiva, visto que somente em poucos casos, uma indústria é capaz ou tem o interesse de produzir na totalidade a matéria-prima agropecuária de que necessita. Isto ocorre porque, comumente, a atividade industrial funciona em escalas muito superiores ao que poderia ser produzido de forma eficiente exclusivamente pela indústria (FARINA, 1997).

Neste sentido, Ziebert e Shikida (2004, p. 73) explicam que a produção integrada consiste em um sistema baseado em um arranjo contratual entre uma empresa ou cooperativa (chamada de integradora) e o agricultor (chamado de integrado). Os autores acrescentam que, por meio do sistema de integração uma empresa pode garantir uma fonte de matéria-prima de qualidade adequada, padronizada, com preço convidativo, provocando barreiras de custo absoluto às indústrias concorrentes que ingressam no mercado. Conforme Pônzio (2007) *apud* Gomes e Gomes (2008), no Brasil os sistemas de produção integrada mais conhecidos são aqueles desenvolvidos na produção de aves e suínos, tabaco, sementes, hortaliças, seda e flores, localizadas principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Continuando a reflexão sobre a produção integrada, Payés (1993) acrescenta que, de modo geral, a integração produtiva refere-se à exclusividade da garantia de compra da produção de determinados agricultores por parte de uma indústria. Na maioria dos casos, este compromisso de compra e venda é estabelecido por meio da realização de um contrato entre as partes envolvidas. Ainda segundo este autor, em alguns casos a indústria que comprará a matéria-prima produzida no âmbito deste sistema interfere diretamente na produção dos agricultores, por meio do fornecimento de insumos, equipamentos e assistência técnica. Ao desenvolver a sua reflexão sobre a integração produtiva, Payés (1993) menciona outros dois autores, Piñeiro e Llovet (1985), que se dedicaram a estudar este tema. Estes autores interpretam a relação de integração entre agricultores e indústria como uma situação de subordinação, capaz de ditar o ritmo, organização e ordem das

atividades produtivas no campo e, assim, transformar o agricultor em um trabalhador assalariado.

Dito isso, para Chalita (2006, p. 127) é possível observar que os estudos acerca da integração dos agricultores à indústria, *grosso modo*, podem ser divididos “*entre os que consideram essa integração como subordinação de seu trabalho ao capital agroindustrial e aqueles que suavizavam o peso da integração como limitante da autonomia do produtor.*”

Fundamentando-se em um estudo a respeito da integração entre agricultores de Santa Catarina nos setores de produção de fumo e suínos, Paulilo (1990), em seu trabalho, que discutiremos de forma mais detalhada a seguir, também aborda a definição deste conceito. Neste sentido, esta autora afirma que a integração entre agricultores e indústria é apresentada tanto pela literatura corrente, como pelos documentos de divulgação das empresas integradoras, de modo genérico, como uma forma de articulação vertical, estabelecida por meio de um contrato entre as duas partes, envolvendo exclusividade na compra e venda e o fornecimento de insumos. Ou ainda é entendida por alguns estudiosos das ciências sociais, como uma relação da qual resulta um processo de dominação exercido pela empresa sobre os integrados, em que os últimos acabam por perder a sua autonomia, no que se refere, principalmente, à maneira de produzir, transformando-se apenas em “proprietários formais da terra”.

No entanto, segundo Paulilo (1990), apesar de servir como ponto de partida para a análise, estas definições de integração são limitadas, na medida em que encobrem uma série de relações muito mais complexas, materializadas, por sua vez, em diversos momentos de concordâncias e conflitos entre agroindústria e produtores, os quais um simples contrato não pode prever. Por isso, segundo a autora, aqueles que se dedicam a estudar este sistema devem procurar descortinar os elementos que estas delimitações encobrem. Para tanto, um caminho possível é o de analisar as percepções dos próprios sujeitos que estão envolvidos no sistema sobre a integração. Pois é deles que parte a decisão de se integrar, apesar de todas as críticas direcionadas às empresas integradoras (PAULILO, 1990).

Verificamos que a integração entre pequenos e médios agricultores ao setor industrial foi tema frequentemente presente em diversas pesquisas nos anos 1980 e especialmente, na década de 1990, dentre os quais encontram-se os trabalhos de Belato (1985), Paulilo

(1990), Mior (1992) e Cerqueira (1993) que serão analisados a seguir¹². A maioria destes trabalhos voltava-se para a análise dos processos de integração ocorridos nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.¹³ Estes trabalhos preocupavam-se, principalmente, com a introdução dos sistemas de integração na produção de fumo, na suinocultura e avicultura, haja vista a importância destas atividades para estes estados, bem como a localização das principais indústrias dependentes destas matérias-primas, situadas na região Sul do Brasil.

Em nossa pesquisa constatamos que nos anos 2000, o número de trabalhos que buscam discutir a integração agroindustrial diminuiu, consideravelmente, em relação às décadas anteriores, e o tema perdeu centralidade nas discussões relacionadas ao rural brasileiro, talvez, em virtude da ascensão de temas mais urgentes e que ganharam maior atenção nas agendas de pesquisa, a exemplo da expansão do agronegócio. De todo modo, em nossa abordagem, além de analisarmos trabalhos mais antigos e centrais no debate a respeito da integração agroindustrial, destacamos também a dissertação de mestrado de Zarnott (2009), autor que estuda o processo de integração no setor florestal a partir do programa conhecidos como “poupança florestal”¹⁴.

O primeiro trabalho que destacamos é a dissertação de mestrado intitulada “*Os camponeses integrados*” de Belato (1985). Em sua pesquisa este autor procura analisar as

¹² Optamos por analisar os trabalhos de Belato (1985), Paulilo (1990), Mior (1992) em virtude da importância conferida aos mesmos nos campos dos estudos a respeito da integração agroindustrial e o trabalho de Cerqueira (1993), devido a ser um dos primeiros a abordar o sistema de produção integrada no cultivo de eucalipto. Ressaltamos, que sabemos que esta revisão possui, em certa medida, uma limitação histórica, em função do contexto temporal em que os trabalhos foram realizados, uma vez que abordam situações ocorridas por volta de 30 anos atrás. Contudo, acreditamos que dada a centralidade destes trabalhos, retomá-los pode nos permitir realizar comparações, bem como levantar questões relacionadas ao contexto atual no qual se insere a produção integrada de eucalipto para o setor dependente de madeira.

¹³ Com exceção de Cerqueira (1993) cujo trabalho centra-se na análise da introdução do fomento florestal em Minas Gerais.

¹⁴ Apesar de observarmos certa diminuição da produção acadêmica relacionada à integração agroindustrial nos anos 2000, destacamos alguns trabalhos dedicados ao tema que, por questão de tempo e espaço, não puderam ser abordados aqui, uma vez que dada a importância conferida aos estudos mais “antigos”, optamos por privilegiá-los em nossa análise. De todo modo, dentre os trabalhos mais recentes encontram-se algumas teses e dissertações: FIGUEIREDO, Adelson Martins et al. Integração na criação de frangos de corte na microrregião de Viçosa – MG: viabilidade econômica e análise de risco. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 44, nº 04, p. 713-730, out/dez 2006 – Impressa em dezembro 2006.

PEREIRA, Manuela Franco de Carvalho da Silva. Complexo avícola no extremo Oeste Catarinense: em busca de uma nova forma de integração politicamente equilibrada e economicamente justa. 2008. **Dissertação** (Mestrado em Agroecossistemas) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

SILVA, Junior Procath da Silva. Diagnóstico da Apropriação de Tecnologias Aderentes à Produção Integrada de Pêssegos no Rio Grande do Sul. 2009. **Tese** (Doutorado em Ciências (área do conhecimento: Ciência e Tecnologia Agroindustrial)) - Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Agroindustrial, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

transformações no campesinato ocasionadas pelo estabelecimento do processo de integração entre agricultura e agroindústria. Para tanto, desenvolveu um estudo de caso no Oeste de Santa Catarina, na produção integrada de aves. Este autor inicia sua dissertação a partir da constatação de que o capital, ao penetrar na agricultura, tende a se acumular e se concentrar. Para ele, estas ações são manifestas, dentre outros fatores, pela destruição de formas históricas da organização do trabalho e do excedente camponês, mediante uma estratégia no sentido de eliminar os mecanismos de autonomia e identidade camponesa e extrair-lhe o controle das instâncias de representação. E pelo enquadramento dos padrões e dos produtos agropecuários às especificações dos segmentos oligopolizados a jusante e a montante, momento este em que ocorre, de forma acabada, a integração, isto é, a junção direta da agricultura aos circuitos oligopolizados da agroindústria.

De acordo com Belato (1985) a integração só ocorre após a seleção e exclusão do campesinato e depois que este passar por um processo disciplinamento e treinamento, ou seja, após este ter sido “modernizado” numa etapa anterior da ação do capital. A trajetória, até chegar neste estágio, compreende um período relativamente longo de modernização da agricultura, em que o capital atua mediante a promoção de acesso a empréstimos, assistência técnica, extensão rural, bem como, por meio do encaminhamento para o mercado de um volume crescente de produtos, cuja escolha está ligada às políticas públicas promovidas pelo Estado e às políticas internacionais materializadas na Revolução Verde.

Neste sentido, no primeiro capítulo de sua dissertação, Belato (1985) dedica-se a analisar o processo de introdução dos programas de extensão rural e assistência técnica na América Latina, despendendo especial atenção ao Brasil. Assim, procura demonstrar como programas de extensão rural, aliados a políticas públicas promovidas pelo Estado, favoreceram a intervenção do capital monopolista no campo e, principalmente na agricultura camponesa, sendo também os responsáveis por delinear as condições para a introdução dos processos de integração do campesinato ao capital agroindustrial. Além da análise destes programas, ainda neste capítulo, o autor examina a ação dos centros de pesquisa destinados a agricultura e suas estratégias para responder as demandas da expansão de agroindústrias. Dentre estes centros o autor destaca a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, e avalia também os impactos da Revolução Verde no campo.

No entanto, Belato (1985) considera que a introdução do capital na agricultura modifica não apenas a produção camponesa situada no que chama de “terceiro mundo”,

mas altera também a estrutura produtiva dos países considerados desenvolvidos. Por isso, no segundo capítulo de sua tese o autor analisa as estratégias de modificação da produção agropecuária que resultaram na transformação do “*farmer*” americano e do camponês francês, bem como a contribuição destas estratégias para a conformação de oligopólios vinculados a produção agrícola e, conseqüentemente, para o estabelecimento de modelos de integração produtiva.

Assim, dando maior atenção ao caso americano, na medida em que acredita que “(...) a referência à modalidade norte-americana (...) é fundamental, uma vez que ela passa a ser imposta quase literalmente em todos os países” Belato (1985, p. 184) descreve a trajetória da decadência do “*farmer*” tradicional americano e a ascensão dos oligopólios compostos por agroindústrias que se expandiram em nível mundial. Destas agroindústrias, emergiram diversas cadeias agroalimentares e, por conseguinte estratégias de integração dessas cadeias à totalidade da produção agrícola. Deste modo, o autor observa que:

A transformação da agricultura como um todo em nível mundial, sob a égide do capital e sob a linha de força da agricultura norte-americana, ocorrida nos últimos decênios, rompe com todas aquelas áreas que se encontravam refugiadas da ação direta do capital e tocam não apenas nos aspectos técnicos da produção, (...) mas, como é da natureza do capital, transformam radicalmente as relações sociais de produção (BELATO, 1985, p. 121).

No terceiro capítulo de sua tese Belato (1985) apresenta um histórico acerca da introdução da cadeia produtiva da avicultura no Brasil. Assim como os aspectos que considera importantes para a penetração da agroindústria na avicultura. Um dos exemplos desta penetração, destacados pelo autor, é a submissão das aves criadas pelos agricultores ao ciclo industrial, dada as modificações genéticas introduzidas e os padrões produtivos estabelecidos pela agroindústria integradora. Além disso, o autor destaca o monopólio exercido pelas indústrias, com relação aos tratos necessários a criação das aves, à reprodução e ao domínio das matrizes reprodutoras.

No quarto e último capítulo, Belato (1985, p. 262) aborda o processo que chama de subordinação do camponês à cadeia produtiva da avicultura ocorrido por meio da integração agroindustrial.¹⁵ Deste modo, no capítulo o autor procura desvendar “*os mecanismos de subordinação*” que incidem diretamente sobre ao agricultor. Dentre estes

¹⁵ Como este capítulo apresenta as contribuições mais importantes para o projeto em questão, o analisaremos forma um pouco mais detalhada.

mecanismos encontra-se, por um lado, a articulação dos componentes do capital que determinam padrões e técnicas que o camponês é obrigado a adotar ao se tornar um integrado. E, por outro lado, os mecanismos jurídico-político que o mesmo precisa aderir, como, por exemplo, o contrato com a indústria que, para o autor, dá a subordinação um caráter de legalidade.

Deste modo, Belato (1985) preocupa-se em apresentar a estrutura de uma agroindústria avícola integradora da época, a organização das cadeias agroalimentares, suas formas de articulação e o discurso defendido tanto pelas agroindústrias integradoras quanto pelo Estado, em relação, principalmente, à viabilidade da integração. Posteriormente, seleciona alguns discursos e empreende o exercício de desnaturalizá-los. Assim, analisa discursos utilizados pelas agroindústrias naquele período em seus materiais de divulgação apresentando as vantagens e desvantagens da integração tanto para ela, quanto para o agricultor.¹⁶ E constata que nestes materiais a agroindústria integradora buscava evidenciar um suposto nivelamento em que prevaleceria a igualdade de condições nas relações de integração entre as partes envolvidas – agricultores e agroindústria– quando na verdade, as relações eram desiguais. Neste sentido, Belato (1985, p.296) observa em seu estudo de caso que:

As empresas integradoras, principalmente as situadas no Oeste de Santa Catarina, as verdadeiras implantadoras dos sofisticados sistemas atuais de produção mediante contrato, escamotearam o processo mediante a retórica do "fomento" da produção de suínos e aves, coincidente, sob este aspecto, com os esforços desenvolvidos pelas órgãos do Estado encarregados de prover aos camponeses a assistência técnica e creditícia.

Baseando-se no livro *“Contract Farming and Economie Integration”*, de Ewell Paul Roy, publicado em 1972, considerado um teórico do *Agrobusiness* e seu livro um estudo clássico da temática integração, Belato (1985, p. 266) apresenta a definição de integração estabelecida por este autor, entendida como *“a junção de duas partes em uma”* e, estabelece uma crítica em virtude da ambiguidade que a mesma carrega, já que não evidencia a natureza dessa junção. Após a crítica, o autor prossegue análise e, fundamentando-se no trabalho de Roy (1972), assevera que a integração possui duas diferentes dimensões: uma considerada horizontal e outra vertical.

¹⁶ Para analisar estes discursos o autor também utiliza a obra *“Contract Farming and Economie Integration”*, de Ewell Paul Roy, publicado em 1972.

A dimensão horizontal corresponde à situação em que a firma que produz um único produto, ou matéria-prima funde-se com outras plantas industriais. E a dimensão vertical reflete a situação em que a matéria-prima pode ser comprada de outras firmas ou fornecedores. Portanto, *“se dois ou mais estágios diferentes são juntados temos a integração vertical (...), mas se duas ou mais partes são juntadas no mesmo estágio ou nível de operações, temos a integração horizontal (ROY, 1972 apud BELATO, 1985, p.: 268)*

Belato (1985: 268) assevera que o contrato é o componente básico de qualquer tipo de integração e, configura-se na sua expressão formal, podendo ser definido como *“(...) aqueles arranjos contratuais celebrados entre produtores e outras firmas, orais ou escritos especificando uma ou mais condições de produção e/ou comercialização de um produto agrícola”*.

Com base ainda em Roy (1972), Belato (1985) realiza uma reflexão sobre os contratos e o mecanismo de controle do trabalho que exercem sobre os agricultores. Assim, apresenta diferentes tipos de contratos de integração vertical existentes durante o período estudado, dentre os quais destacamos duas principais modalidades descritas pelo autor: a primeira fundamenta-se em cláusulas limitadas de controle e a segunda adota cláusulas de controle completo. Em ambos os casos o contrato pode ser realizado entre qualquer empresa e agricultor. Todavia no primeiro caso a empresa fornece ao agricultor um pacote de insumos, crédito e o direito de compra ou não da produção resultante, sem garantia de preço, ou condicionada à qualidade do produto. O produtor é amarrado à empresa em alguns setores estratégicos, mas, em geral, a empresa não vê a necessidade de tomar decisões em seu lugar.

Belato (1985) observou que esse tipo de contrato era comum na produção de tabaco, leite, frutas e verduras na década de 1980. Em função deste contrato, em muitos casos, o Estado interviu determinando padrões de qualidade de produtos. Por isso foram instituídos critérios de classificação, como por exemplo, a classificação das folhas de fumo, a tipificação de carcaças de suínos e bovinos, o teor de sacarose das frutas, o grau de acidez ou de gordura do leite, etc. Estes critérios a partir de então, foram tomados como referência na determinação de um padrão de qualidade considerado ideal e determinado preço. Ainda, segundo o autor, a prática tem demonstrado que esse tipo de contrato permite as empresas contratantes ações arbitrárias, como a manipulação das "classes" de produtos e,

por conseguinte, dos preços, auferindo vantagens suplementares no fornecimento monopólico de insumos e de crédito.

No segundo caso observado por Belato (1985) temos uma espécie de contrato que envolve o controle completo da produção. Ao assiná-lo o agricultor integrado deve observar rigidamente às normas estabelecidas no que se refere aos padrões e técnicas de produção, bem como qualidade do produto. Além disso, deve permitir uma rigorosa supervisão de suas atividades por parte da agroindústria. Neste modelo, a empresa detém os insumos e os produtos, sendo responsável por sua comercialização. Segundo Belato (1985) as agroindústrias de aves e suínos privilegiavam este tipo de contrato, em que a empresa também estabelecia as condições de preços e de pagamento pela matéria-prima, além disso, determinava os preços de produção a partir de seus próprios custos e não dos custos do produtor.

Ainda neste capítulo Belato (1985) examina os critérios observados pelas agroindústrias para selecionar aqueles agricultores que se configurariam em fornecedores de matéria-prima, através de contratos de integração. Desta forma, por meio de entrevistas realizadas com representantes de agroindústrias integradoras da cadeia produtiva da avicultura situada no Oeste de Santa Catarina nos anos 1980, constatou que ao selecionar aqueles que serão integrados, o principal critério adotado pelas empresas consistia em escolher um agricultor que possuísse uma unidade produtiva e que, ao mesmo tempo, tivesse condições de realizar os investimentos na produção. Escolher um agricultor não proprietário, que fosse meeiro ou arrendatário colocaria o risco do mesmo, de uma hora para outra não renovar o contrato de integração, em virtude de não poder realizar um novo arrendamento da terra.

Belato (1985) observou em seu trabalho que um dos principais discursos colocados pelas empresas integradoras na década de 1980 era o de que a integração colocava-se como alternativa para viabilizar a pequena propriedade e evitar o êxodo rural. No entanto, o autor constatou em suas entrevistas que as empresas do setor de avicultura tinham dificuldades de integrar e subordinar o grande agricultor a sua atividade industrial, devido a maior capacidade de administração e poder de barganha do mesmo. Ademais, segundo o autor as empresas preferiam integrar os agricultores de base familiar porque estes, comumente, introduzem todos os integrantes de sua família no processo produtivo. Além disso, cultivam grãos que são também comprados pela empresa, processados e transformados em ração. Esta ração serve de comida para as aves produzidas, portanto, é revendida aos

integrados. Outro fator importante na escolha dos integrados, no caso da avicultura, observado pelo autor, consistia na distância das propriedades da planta industrial que, na época deveria ser de no máximo 30 quilômetros.

Ao entrevistar os agricultores no Oeste de Santa Catarina, Belato (1985) constatou também que para os mesmos, ser integrado significava ser bem visto pelos demais vizinhos. Isto porque na interpretação dos agricultores, a empresa procurava aquelas famílias consideradas bem sucedidas e idôneas para ingressar no sistema de integração. Assim, a integração funcionava entre os agricultores, na década de 1980, como um mecanismo de distinção. Muitas vezes, era preciso a referência de outro integrado para que um agricultor ingressasse no sistema de integração e uma longa espera para ser aceito pela empresa.

Belato, (1985) salientou em sua dissertação que quando tornavam-se integrados os agricultores estabeleciam uma espécie de compromisso de honra com a empresa, por isso, procuravam respeitar os desígnios dos instrutores e fiscais da produção e orgulhavam-se de serem premiados nas comemorações e eventos organizados pela agroindústria. Entretanto, estes mesmos agricultores, em alguns momentos, manifestavam um descontentamento em relação à ação da empresa, afirmando então, que estes eventos eram custeados em função dos lucros auferidos pela mesma ao pagar um preço baixo pela produção dos integrados.

De acordo com Belato (1985), apesar dos métodos utilizados pela empresa como propagandas, eventos, sorteios, cujo intuito era garantir a fidelidade dos integrados e, apesar da confiança que estes depositavam na mesma, havia no interior do sistema de integração espaços para resistências à dominação exercida pelas empresas. Principalmente, no que diz respeito a aspectos como o preço pago pela matéria-prima produzida, às condições e exigências de produção, as formas de pagamento, os preços dos insumos, etc.

Assim, na última parte do seu trabalho, este autor analisou estas estratégias de resistência organizadas e assumidas pelos agricultores integrados à dominação da empresa na década de 1980. Dentre estas estratégias encontrava-se naquele período, a organização e participação dos integrados nas comunidades de base organizadas pela Igreja Católica e a criação da Associação dos Criadores de Aves – ACRAVE destinada a promover negociações coletivas com a agroindústria. Neste sentido, por meio das entrevistas realizadas, o autor apresentou a história da criação desta associação e os embates travados entre agroindústria e agricultores integrados ao longo deste processo, no que se refere, principalmente, ao reconhecimento desta instituição como mecanismo legítimo de

negociação por parte da agroindústria. Belato (1985) também destacou em seu trabalho as atividades e lutas que foram encampadas pela Associação com relação às cláusulas dos contratos de integração, do preço dos insumos e assistência técnica, bem como do preço das aves pago aos agricultores.

Ao fim de seu trabalho, Belato (1985) assevera que a consolidação da integração entre agricultura e agroindústria foi responsável por promover uma série de transformações na produção camponesa. A integração subverteu a lógica da organização camponesa, gerando uma nova forma de exploração, em que modificaram-se os processos, ritmos e o tempo de trabalho, fazendo do agricultor um elo da indústria. Neste sentido, o autor verificou que no período estudado a integração era interessante para a agroindústria, na medida em permitia que a mesma evitasse os gastos com investimentos de capital fixo e de custeio necessários à produção que, por sua vez, passaram para os agricultores. Deste modo, em seu trabalho Belato (1985, p.361) conclui que *“do ponto de vista das relações de força que se estabelecem nos contratos de integração, o camponês integrado (...) aparece claramente como a parte subordinada.”* Contudo, para ele, a despeito dos debates que previam que o processo de integração transformaria o agricultor integrado apenas em mais um trabalhador do capital, em sua pesquisa foi possível constatar que a industrialização da agricultura promovida pela integração não eliminou a produção camponesa, mas sim a reinventou-a, submetendo-a a sua lógica.

Percebe-se que o trabalho de Belato (1985) – assim como outros publicados entre os anos 1980 e 1990 sobre a produção integrada – fundamenta-se em duas questões principais: a) analisar se, de fato, o processo de integração converteria aqueles considerados camponeses em trabalhadores assalariados e b) examinar como se dá o processo de subordinação vivenciado pelos agricultores em relação à agroindústria, em virtude do seu ingresso em sistemas de produção integrada.

Neste caminho, o autor constatou que os integrados não são atores simplesmente estáticos, a espera das ordens da empresa, mas em vários momentos se organizam, e desenvolvem estratégias de resistência, procurando manter a sua condição de agricultores. Todavia, no decorrer do trabalho, ao criticar a ação do capital na agricultura, Belato (1985), apresenta-o de forma genérica, como se fosse um agente descolado da ação de indivíduos, grupos, decisões políticas, bem como de acontecimentos concretos. Esta postura torna a análise, em certos momentos, distanciada do seu objeto principal, qual seja, os camponeses integrados na cadeia produtiva da avicultura no Oeste de Santa Catarina.

Belato (1985) também chama a atenção para a importância de se compreender o processo histórico e econômico que conduziu a instauração de determinada atividade em uma região, a exemplo da avicultura, as condições que desencadearam a opção pela introdução de sistemas de integração, suas principais características, formas de produção, etc. Ademais, Belato (1985) coloca-nos a relevância de observarmos os critérios tanto objetivos quanto subjetivos utilizados pela agroindústria para selecionar os agricultores destinados a se converterem em seus fornecedores.

O livro *“Produtor e agroindústria: consensos e dissensos: o caso de Santa Catarina”* de Maria Ignez Silveira Paulilo, publicado em 1990, é o segundo trabalho sobre integração entre produtores e agroindústria que examinamos. Selecionamos o trabalho pelo fato do mesmo reconhecer que os agricultores integrados não são atores simplesmente passivos dentro dos sistemas de integração. Fruto de uma tese de doutorado, neste livro a autora realizou um estudo de caso sobre os produtores integrados do Sul do Estado de Santa Catarina, nas cadeias produtivas da fumiicultura e suinocultura¹⁷. Assim Paulilo (1990, p. 19) na introdução de seu trabalho afirma que:

Tecnicamente este sistema [de integração] é definido como uma forma de articulação vertical entre empresas agroindustriais e pequenos produtores agrícolas, em que o processo de produção é organizado industrialmente, ou o mais próximo possível deste modelo, com a aplicação maciça de tecnologia e capital. São produtores integrados àqueles que, recebendo insumos e orientação técnica de uma empresa agroindustrial, produzem matéria-prima exclusivamente para ela (PAULILO, 1990, p.19).

Contudo, segundo a autora, a literatura crítica a qual teve contato quando da elaboração do seu trabalho defendia que a definição acima não era capaz de evidenciar a diversidade de relações envolvidas em um processo de integração entre produtores e agroindústria. Deste modo, autores partidários de uma visão mais crítica, como Beskow (1978) e Sorj (1980), procuravam desvendar aquilo que julgavam que esta definição encobria, ou seja, a autonomia negada aos agricultores no sistema de integração, no que concerne, principalmente, a forma de produzir.

Neste sentido, assim como as observações apresentadas no trabalho de Belato (1985), Paulilo (1990) observa que esta literatura crítica, preocupava-se com a homogeneização

¹⁷ Na tese a autora se dedicou também a examinar o sistema de integração na cadeia produtiva da avicultura, mas, por considerá-la dentre as análises estabelecidas a mais frágil e dadas as dimensões exigidas para a conversão da tese em livro, decidiu não publicá-la na obra.

das condições técnicas a qual os agricultores eram submetidos. Desta homogeneização derivavam relações de poder assimétricas capazes, para alguns, de criar uma relação de dependência tão grande por parte dos agricultores à indústria integradora, que o resultado seria a conversão destes em meros trabalhadores assalariados.

Apesar de se declarar fortemente influenciada por esta literatura, Paulilo (1990) afirma que ao chegar ao campo, percebeu que a situação era mais complexa. Logo, conceitos como “assalariamento” ou “propriedade formal da terra”, muito usados neste contexto para definir a integração agroindustrial não davam conta de toda questão. A autora acrescenta ainda que, tendo em vista o caso estudado, até mesmo a tão discutida perda de autonomia apresentou-se como algo relativo, uma vez que atingia apenas a produção da matéria-prima controlada pela agroindústria, que jamais era o único artigo produzido pelos produtores integrados. Assim, de acordo com a autora, para tentar dar conta de toda a complexidade presente na relação entre agroindústria e produtores: “(...) *trabalhar com o próprio discurso dos informantes poderia facilitar a compreensão de por que, apesar das críticas a integração, os entrevistados insistiam em se integrar e em defender a existência das agroindústrias* (Paulilo, 1990, p. 20).” Deste modo, por considerar que no período de elaboração de seu estudo, raros eram os trabalhos que procuravam analisar o sistema de integração pelo âmbito do agricultor, que era corriqueiramente classificado como o polo explorado, inerte, subordinado dessa relação, para a autora era necessário dar voz aos integrados, de modo a compreender o que estes pensavam de si mesmos e da indústria integradora.¹⁸

Dito isto, a autora dedica-se a apontar quem são estes trabalhadores integrados. Para tanto, no capítulo 1 de seu livro toma como mote três principais discussões: a) a ideia de “assalariamento disfarçado” que tem como interlocutora as críticas não acadêmicas da integração vertical; b) a crítica presente nos trabalhos acadêmicos que fazem uso do conceito de “proprietários formais” para apresentar a integração como uma tendência a proletarização; c) o esquecimento de que no campo também há proletários, ou seja, aqueles que não possuem nada mais que a força de trabalho para vender.

¹⁸Cabe ressaltar que para Paulilo (1990) não é que os trabalhos que apontavam para a exploração do agricultor integrado estavam completamente equivocados, pelo contrário, estes serviam para tornar mais claros os mecanismos de exploração. O problema encontrado neste tipo de análise é que ao partir deste princípio, detendo-se simplesmente a questão da dominação e subordinação, ao mesmo tempo em que enfatizavam a ação das empresas, obscureciam a outra parte, o mundo do integrado.

Por questão didática Paulilo (1990) começa pela última discussão e defende que, quando se parte para o estudo das propriedades familiares em Santa Catarina, percebe-se o papel significativo desempenhado pela mão de obra dos trabalhadores diaristas ou contratados. Sendo esta, apesar de sazonal, um elemento-chave para a pequena exploração agrícola, de modo que certas atividades não poderiam ser realizadas apenas com o trabalho dos membros da família.

Ao observar estudos acadêmicos que fazem uso da ideia “assalariamento”, Paulilo (1990) assevera que, em geral, a designação “assalariado” é utilizada em diversos trabalhos da literatura crítica para denominar a situação daqueles que aderiram ao sistema de integração. Para autora isto ocorre, em primeiro lugar, por conclusões às vezes apressadas, impulsionadas pela percepção dos efeitos do desenvolvimento capitalista na agricultura, que, por sua vez, favorecem a ascensão de sistemas de integração. Daí subte-se, de forma imediata, que as relações de trabalho tenham se alterado de forma rígida dada a ação do capital. Como vimos anteriormente, Belato (1990) aponta para este caminho. Em segundo lugar, para Paulilo (1990, p. 25) a classificação dos integrados como trabalhadores assalariados advém também do próprio discurso das lideranças sindicais, que através de um argumento eminentemente político, denominavam estes agricultores de “*assalariados sem INPS*”.

No que diz respeito à discussão sobre o uso do conceito “proprietário formal” para definir a situação de integração, Paulilo (1990, p. 29) observa que este promove a união de dois elementos que a princípio pareciam ser opostos: “*a pequena produção enquanto resistência ao avanço capitalista e o assalariamento rural enquanto consequência deste.*” Na análise do sistema de integração através deste conceito, emerge a ideia de perda de autonomia por parte do produtor com relação ao processo produtivo, uma vez que considera-se que este, ao se integrar passa a submeter-se às determinações da agroindústria, sendo apenas formalmente dono dos meios de produção.

Após apresentar este conceito, Paulilo (1990, p. 32) coloca a necessidade de questioná-lo, na medida em que verificou em seu trabalho de campo que “*(...) se é verdade que a empresa prescreve, com rigor, as técnicas a serem usadas pelo produtor, também é verdade que isso acontece com relação ao produto que interessa à agroindústria.*” Deste modo, esta autora afirma que nem sempre o sistema de integração conduz o pequeno produtor a uma situação de empobrecimento e, posteriormente, de assalariamento.

Feitas as considerações sobre os temas mais comuns presentes no debate sobre as relações que permeiam os sistemas de integração entre produtores e agroindústria, Paulilo (1990) coloca a necessidade de estabelecer um olhar para este processo sediado no Sul de Santa Catarina, tendo como pano de fundo a ideia de “campo de forças”. O termo “campo de forças” é entendido pela autora como um espaço onde os conflitos são permanentes. Deste modo, a partir de uma releitura dos estudos de Weber, a autora optou por trabalhar com a perspectiva do indivíduo como resultado de diferentes forças sociais e enquanto portador de valores socialmente condicionados. Além disso, valeu-se do conceito de dominação, em especial, a dominação racional, desenvolvido por Weber. Segundo ela, este arcabouço teórico permite que, no momento da análise acerca da integração seja possível estabelecer uma diferenciação entre uma aceitação racional do sistema de integração por parte dos integrados de uma suposta passividade assumida por estes, no interior do processo produtivo. Portanto, de acordo com Paulilo (1990, p.35):

O desencanto com a situação não significa necessariamente que se queira mudá-la, seja porque não haja alternativas mais tentadoras, seja porque as pessoas envolvidas não queiram arcar com o desconforto que qualquer tipo de mudança acarreta. Ainda, os valores que orientam a conduta da empresa e a dos integrados não são sempre contraditórios, permitindo que haja consenso suficiente para que a relação funcione.

Em virtude da autora objetivar realizar, em seu trabalho de tese, uma comparação entre três tipos de integração (suínos, aves e fumo) introduzidos no Sul de Santa Catarina, realizou 18 entrevistas com técnicos que atuaram nestes sistemas. O intuito destas entrevistas era desenvolver um levantamento histórico sobre as situações vivenciadas nestas modalidades de integração. Segundo Paulilo (1990), estas entrevistas foram de extrema importância para o trabalho, uma vez que possibilitaram um maior entendimento sobre as necessidades técnicas de cada atividade estudada, tais como: características de solo, exigência de mão de obra, investimentos em infraestrutura e maquinário, etc., subsidiando, deste modo, a construção das questões destinadas aos produtores integrados. Além disso, dada diversidade de integrações estudadas, a autora realizou 70 entrevistas com produtores de cada segmento. Utilizou também, em sua pesquisa, relatórios de diversos órgãos públicos que atuam no meio rural da região. E realizou uma revisão de literatura sobre campesinato.

No segundo capítulo do livro a autora apresenta a região de estudo, centrando-se em aspectos como: sua história de colonização e sua estrutura socioeconômica. Já no terceiro capítulo dedica-se a caracterizar a organização das propriedades situadas na área de estudo, cujas particularidades permitem a incorporação de uma ou mais formas de integração. No capítulo quatro, Paulilo (1990) analisa o sistema de integração presente na cadeia produtiva da suinocultura. Primeiramente examina como se deu a introdução desta atividade na região. Posteriormente, apresenta uma etnografia sobre o trabalho exigido pelo produtor integrado e empreende também uma análise acerca do retorno financeiro proporcionado pela integração na produção de suínos. Por fim, discute o relacionamento entre produtor integrado e empresa. Quanto a este último aspecto, procura evidenciar tanto os elementos que favorecem a relação de integração quanto àqueles que são focos de conflitos.

Assim, ao abordar a relação entre integrado e agroindústria nesse setor, Paulilo (1990) avalia que dificilmente pode-se falar de perda de autonomia do integrado, na medida em que o produtor justifica que a decisão de se integrar é fruto de uma escolha dentre as possibilidades colocadas, devido, dentre outros fatores, à comodidade e segurança que julga serem oferecidas pela empresa, na medida em que através dela conseguem vender toda a sua produção e não precisam despende tempo para a compra de insumos. Além disso, a autora verificou que os integrados confiavam mais nos insumos fornecidos pela empresa e não achavam que os preços dos mesmos eram exagerados.

Do mesmo modo que Belato (1985), ainda nesta seção, Paulilo (1990) analisou os mecanismos utilizados pelas agroindústrias a fim de selecionar os produtores destinados a ingressar no sistema de integração. Neste sentido, constatou que os principais parâmetros observados pela agroindústria eram: a capacidade financeira da família bem como a sua idoneidade moral, ou seja, ausência de dívidas, vícios, etc.

No que se refere às dívidas entre agroindústria e produtor integrado ou vice e versa, a autora observou que tratava-se de uma situação normal, que caracterizava o compromisso entre as duas partes. Sendo o ciclo sempre mantido por um jogo de sucessivos endividamentos. Portanto, *“devendo um ao outro, a empresa e o produtor permanecem ligados, pois a dívida representa a confiança que se tem na manutenção do relacionamento* (PAULILO, 1990, p. 129).

Ao abordar a questão do contrato estabelecido entre produtores integrados e agroindústria, Paulilo (1990) assevera que este não significava a existência de uma relação entre os mesmos conservada em uma legalidade estrita. Para ela, o contrato era

suficientemente flexível, de forma a permitir a troca de favores entre os lados, situação esta que, por sua vez, solidificava a relação. Assim, apesar da assimetria de poder, a relação entre as partes supunha um jogo de obrigações mútuas. Deste modo, laços de amizade entre produtores integrados e certos dirigentes da empresa ocupavam papel importante. Um dos elementos neste processo de decisão dos agricultores integrarem-se ou não era o fato de filhos, sobrinhos e outros parentes de produtores integrados trabalharem nos frigoríferos das plantas industriais das empresas ou cooperativas.

Ademais, assim como Belato (1985), Paulilo (1990) observou em sua pesquisa que as confraternizações realizadas pela agroindústria tornaram-se fundamentais para a manutenção da relação no sistema de integração. Apesar dos integrados admitirem que eram eles mesmos os financiadores destes eventos, pois vendiam a matéria-prima a um preço reduzido para a empresa, acreditavam que tais eventos consistiam em uma forma da empresa garantir sua fidelidade e reconhecer a preocupação com suas reivindicações (PAULILO, 1990).

Ainda que todos estes laços de amizade construídos ao longo da participação no sistema de integração fossem importantes, não eram por si só suficientes para manter os produtores vinculados à agroindústria. Para Paulilo (1990, p. 131), tão ou mais importante era o fato dos produtores, após se integrarem e estabelecerem um patamar produtivo, não terem condições de sozinhos arcarem com os custos de produção, a exemplo da compra de ração em outros Estados, transporte, assistência técnica, estrutura de armazenamento etc., ou seja, faltava a eles “*capital de giro*”. E, apesar de existir produtores não integrados ou ex-integrados na região, os integrados pensavam que se todos estivessem nessa condição não teriam mercado suficiente para comercializar o produto (PAULILO, 1990).

No capítulo cinco Paulilo (1990) apresenta a cadeia produtiva da fumicultura, abordando aspectos como a introdução da atividade na região, seu rendimento e, do mesmo modo que na análise desempenhada no capítulo anterior a respeito da suinocultura, discute fatores concernentes à relação entre agroindústria e produtores integrados. A autora, observou que nesta produção – tal como Belato (1985) já havia assinalado – a relação entre integrados e agroindústria era tênue. Isso acontecia porque diferentemente da produção integrada de suínos, no sistema de integração empregado na fumicultura, não havia obrigatoriedade da entrega da produção à agroindústria.

Além disso, segundo a autora, o investimento inicial exigido pela fumicultura era bem menor quando comparado à avicultura ou à suinocultura. Neste sentido, desligar-se da

empresa não resultava necessariamente em um grande prejuízo para o agricultor. Por isso, diante da fragilidade dos laços, para manter seus integrados, a empresa fazia uso da comercialização dos insumos. Deste modo, antes de receber por toda produção que foi entregue à agroindústria, o produtor integrado de fumo já era compelido a assinar um novo contrato para a aquisição de novos insumos destinados à lavoura do ano seguinte, estabelecendo então, uma espécie de compromisso com a empresa.

Ao concluir seu trabalho Paulilo (1990) assevera que a prática da monocultura não era algo desejado pelos produtores que entrevistou. Assim, como forma de proteger-se de eventos como as intempéries climáticas e as oscilações dos preços, estes associavam a criação de animais com o cultivo de várias lavouras. Portanto, não se dedicavam apenas ao produto integrado. Ao mesmo tempo, para as empresas não era interessante que os produtores optassem por produzir um só artigo. Tal situação aumentaria o custo de reprodução da família e a exporia de forma mais intensa aos riscos relativos à instabilidade do mercado. Nos dois casos apresentados no livro, Paulilo (1990) observou que a segurança era um elemento fundamental para fazer com que agricultores participassem do sistema de integração. Segurança esta referente à venda do produto, ao recebimento pela matéria-prima, à assistência técnica, etc. Finalmente, a autora assinala que “(...) *houve, no campo brasileiro, todo um processo de modernização do qual o aparecimento da agroindústria faz parte. Produzir para a empresa não foi a única modificação na vida dos (...) entrevistados* (PAULILO, 1990, p.177).

Assim, como afirma Paulilo (1990) o objetivo de seu trabalho foi estabelecer uma crítica à explicação simplista de que os produtores aderiam aos sistemas de integração porque essa seria sua única forma de sobrevivência. Neste sentido, por meio de sua pesquisa, a autora constatou que não restam dúvidas de que a integração exige um forte componente de dominação no desenvolvimento agrícola, seja por meio da concessão de créditos, propaganda ou mercado. Contudo, esta dominação não pode ser vista apenas como subjugação do campesinato pela evolução do capitalismo no campo. Dominar não necessariamente implica em aniquilar o polo oposto, mas compreende também uma vasta gama de negociações, bem como a formação de consensos que permitam o funcionamento das relações.

Ao analisarmos as conclusões de Paulilo (1990) é importante considerarmos o momento político/econômico vivido pelo Brasil na década de 1980, período de estudo da autora. Como já vimos neste capítulo, na década de 1980, o país passava por uma grave

crise de financiamento, que atingiu a política agrícola em cheio. Desta maneira inviabilizou as políticas agrícolas já existentes. Ademais, e até mais importante que isto é, como já vimos, o modelo de modernização agrícola desenvolvido, principalmente, na década de 1970, modelo este que privilegiou o médio e grande agricultor, em detrimento do pequeno, ou seja, daqueles integrados pela indústria processadora de carne suína, avícola e tabagista.

Desta maneira, apesar de destacarmos a importância de se considerar os agricultores como sujeitos ativos e reflexivos dentro sistema de integração, de modo a entender que as suas ações tem um sentido – como bem colocado pela autora – devemos questionar o peso que Paulilo (1990) atribuiu a autonomia do agricultor no sistema de integração, quando explica que esta autonomia é percebida quando constatamos que é o mesmo que decide pela integração. Isto porque no período estudado pela autora, para este agricultor, não estava colocada a possibilidade de escolha por integrar ao invés de acessar determinada política agrícola destinada a ele, pois tal política não existia. Neste sentido, em nossa perspectiva os termos que orientavam a decisão por se integrar ou não a indústria eram outros, onde muitas vezes, o que estava em jogo, era a possibilidade de permanecer ou não no campo, já que devido a seu perfil sócio-produtivo, este agricultor, não teria acesso a políticas públicas que lhe possibilitassem investir em sua propriedade e, assim, adaptar-se ao novo padrão econômico/produtivo exigido pela modernização agrícola em curso.

Outro indício desta opção é a própria afirmação de Paulilo (1990) de que o agricultor “reconhecia” que se todos optassem pela não integração não teria mercado. Tal afirmação é reflexo de uma baixa organização dos mercados produtivos locais que favorecessem uma conformação de mercado pulverizada em um maior número de cooperativas e associações, organizadas pelos próprios agricultores e atores locais. Assim, tal reconhecimento da superioridade da integração pode ou deve ser visto como o reflexo de uma política estatal para o campo brasileiro, além de ser um reflexo do momento econômico vivido pelo país.

Para além desta crítica, o trabalho de Paulilo (1990) torna-se importante porque apresenta diversos caminhos teóricos e metodológicos para o estudo da integração. Assim, tomar o contexto no qual se dá este sistema como um campo de diversos conflitos, dissensos e consensos torna-se algo interessante, de modo a desmistificar a ideia de que a integração é assumida como vantajosa apenas por parte da empresa. A este respeito, a autora demonstrou que existia uma racionalidade constante por parte dos produtores que, ao optar por ingressar neste sistema, tinham consciência do tipo de exploração ao qual

eram submetidos, ao mesmo tempo em que acreditavam que este era o caminho mais seguro para a garantia de comercialização da sua produção.

Entrevistar não apenas os produtores, mas também os representantes da empresa responsáveis pelo sistema de integração apresenta-se como uma estratégia conveniente, na medida em que estes, de certo modo, carregam a visão da empresa sobre o processo, além de conhecerem a fundo não só a organização produtiva, mas o sistema econômico ao qual está submetida a cadeia produtiva. Fazer uso de documentos publicados por órgãos de assistência técnica é outro componente metodológico utilizado pela autora que parece também apropriado de ser aplicado no caso do estudo da integração na produção de eucalipto, pois estes podem conter discursos que dão pistas de algumas posições do Estado em relação a esta modalidade produtiva.

Outro trabalho que destacamos é a dissertação de mestrado de Luis Carlos Mior, defendida em 1992 e intitulada “*Empresas agroalimentares, produção Agrícola Familiar e competitividade no complexo carnes em Santa Catarina*”. Neste trabalho, Mior (1992) – também a partir de um estudo da produção integrada em Santa Catarina – buscou discutir as relações sociais estabelecidas entre os agentes presentes no complexo agroindustrial de carnes deste estado. Neste complexo estão presentes, em um polo as empresas agroindustriais (processadoras da produção) e, em outro, um conjunto de agricultores de base familiar¹⁹ e suas organizações produtivas e sindicais (aqueles que produzem a matéria-prima para a indústria).

Neste sentido, Mior (1992) dedicou especial atenção às alterações na dinâmica da agricultura familiar integrada, tendo em vista às transformações inseridas nas estratégias dos agentes situados nos setores a jusante da cadeia produtiva da carne. Portanto, o autor analisa os impactos causados na produção familiar integrada pelas mudanças ocorridas no interior das indústrias beneficiadoras de carnes, considerando as modificações ocorridas no abate, processamento, industrialização, distribuição e consumo de aves e suínos. Para tanto, assim como Belato (1985) e Paulilo (1990), o autor traçou um panorama histórico do complexo industrial de carnes, mas diferentemente dos mesmos, apresentou também os impactos da introdução de novas tecnologias neste setor e examinou o papel das políticas públicas federais e estaduais direcionadas ao mesmo. Assim, Mior (1992) construiu seu trabalho a partir de três pilares:

¹⁹ Mantivemos aqui o termo “agricultor familiar” e “agricultura familiar” em virtude do autor usá-los em seu trabalho.

- A análise do perfil estratégico de três grupos empresariais – na época de seu estudo líderes do complexo industrial de carnes – e dependentes da integração agroindustrial: Sadia, Ceval, Perdigão, bem como das estratégias que eram utilizadas pelas empresas na busca de novos mercados. Para tanto o autor apoiou-se pesquisa em documentos e aplicação de entrevistas a funcionários, gerentes, etc.
- A caracterização do padrão da intervenção estatal no desenvolvimento do complexo agroindustrial de carnes. Com isso, o seu objetivo foi o de explicitar o papel do Estado no processo de integração, em especial, em virtude da promoção de políticas públicas calcadas nos programas de extensão rural e pesquisas dedicadas à suinocultura e avicultura, promovidas por órgãos como a EMBRAPA, EMATER, ACARESC.
- O estudo da trajetória organizativa dos agricultores integrados, fundamentada na criação de inúmeras associações e sindicatos.

Ao analisar a trajetória e organização dos integrados, Mior (1992) ingressou no debate acerca da dominação que as empresas exerciam em relação aos mesmos, seja através da imposição dos preços, da organização da produção ou das técnicas utilizadas. Deste modo, o autor identificou na literatura sobre a temática da integração três principais maneiras de interpretar “o lugar” do produtor familiar nesta estratégia empresarial.

A primeira é aquela que concebe o setor agrícola como caudatário do setor industrial. Segundo esta visão – em que se destacam os trabalhos de Graziano da Silva (1983) *et alli* – o produtor integrado aos poucos se converteria em mais um trabalhador do capital. Todavia, para Mior (1992), tal abordagem desconsidera os conflitos que permeiam a estratégia de integração e, ao mesmo tempo, não dá conta da possibilidade da existência de autonomia entre os integrados.

Assim, do mesmo modo que Paulilo (1990) observou em seu trabalho, Mior (1992) destaca que em sua pesquisa foi possível perceber, por exemplo, que o integrado não é apenas avicultor ou suinocultor, mas produz uma série de artigos fora da relação de integração, tanto para a subsistência quanto para a comercialização. E acrescenta que esta produção pode lhe conferir certa autonomia em relação à renda advinda dos contratos de integração.

Mior (1992) destaca outra vertente que se preocupa em analisar os processos de integração, presente principalmente nos trabalhos de Sorj (1982) *et alli* e Goodman *et alli* (1985) e (1990). Diferentemente da visão anterior, segundo o autor, esta concepção toma a produção agrícola como sistema específico, por isso, reconhece a existência de estratégias

conflitantes e diferenciadas dos capitais presentes na agricultura. Deste modo, esta corrente propõe analisar os processos de integração a partir do contexto histórico e social em que os mesmos se desenvolvem. No entanto, centra-se no debate da contraposição existente entre a produção industrial e a produção agrícola. E em virtude disso, para Mior (1992) tal vertente acaba por subestimar a capacidade de ação e autonomia do setor integrado.

A última corrente apontada e defendida pelo autor repousa na perspectiva de análise a partir do integrados, cujo principal trabalho foi realizado por Paulilo (1990), discutido anteriormente. Segundo Mior (1992), ao defender esta perspectiva de análise, Paulilo (1990) refuta a tese de total assimetria entre agroindústria e o produtor integrado. Deste modo, a autora estabelece uma crítica à visão presente nas abordagens que consideram o camponês um trabalhador para o capital, o que descaracterizaria a autonomia do mesmo frente ao processo produtivo e a integração. Neste sentido, segundo Mior (1992), para esta autora o espaço de integração assume uma forma de conflito. Portanto, embora Paulilo (1990) reconheça a assimetria entre o setor agroindustrial e o setor camponês integrado, estabelece uma visão para além desta constatação inicial, em que percebe a existência de um espaço relativo de autonomia para o setor subordinado, no caso o produtor integrado.

Corroborando com as observações de Paulilo (1990), Mior (1992) constatou em seu trabalho que, embora seja considerado o polo dominado da relação de integração, o produtor integrado desenvolve uma vasta gama de ações estratégicas. O intuito destas ações é colocar-se também como um agente capaz de interferir diretamente na relação de integração. No entanto, segundo o autor, esta possibilidade de constituir-se enquanto agente conformador da relação somente ganha sentido, na medida em que este produtor integrado sai de seu isolamento e passa a atuar coletivamente em sindicatos e associações. E do mesmo modo, as organizações sindicais e associações só ganham relevância “(...) *na medida em que boa parte destas entidades passa a dirigir suas demandas para a agroindústria em substituição ao interlocutor tradicional dos anos 70: o Estado* (MIOR, 1992, p.26).”

A partir da observância destes aspectos, Mior (1992) construiu o cenário no qual estavam inseridos os principais agentes do complexo agroindustrial de carnes de Santa Catarina, tendo como referencial teórico a economia industrial, bem como o estudo da noção de inovação e competitividade.

O trabalho de Mior (1992), diferentemente do realizado por Paulilo (1992) centrou-se de forma mais intensa nas questões macroeconômicas que permeiam o sistema de

integração. Neste sentido, colocou a possibilidade de analisar o processo de integração agroindustrial a partir de três segmentos, quais sejam: as estratégias adotadas pelas empresas, o papel do Estado neste processo, bem como a ação dos agricultores nesta relação. Além disso, do mesmo modo que Paulilo (1990), o autor problematizou a questão da autonomia dos produtores integrados ao complexo industrial de carnes na formação e determinação do preço de seus produtos, na classificação dos produtos e na organização da produção. Esta é uma das questões que também pode ser abordada na análise da produção integrada de eucalipto.

Cerqueira (1993) é autora da dissertação de mestrado denominada “*Estratégias de integração agroindustrial: os agricultores familiares e Aracruz Celulose na Zona da Mata Mineira*”. Assim como Mior (1992), a preocupação central de sua dissertação foi o processo de integração entre agricultura e agroindústria, porém em outro segmento, o setor paraquímico. A questão central de sua pesquisa foi entender as condições e motivos que levaram a Aracruz Celulose S/A a optar pela introdução da produção integrada de eucalipto na Zona da Mata Mineira (CERQUEIRA, 1990, p. 192). Dentre as justificativas encontradas pela autora para a adoção desta estratégia por parte da empresa encontram-se:

- A necessidade de expansão no mercado externo e a impossibilidade de compra de terras no Espírito Santo (CERQUEIRA, 1990, p. 192)
- A pressão exercida por movimentos sociais que conduziu a Aracruz Celulose S/A a adotar a estratégia de expansão para outros espaços que não apenas o estado do Espírito Santo (CERQUEIRA, 1990, p. 193).
- E a necessidade da empresa de manter um estoque estratégico regulador de reserva para ser utilizado em certos períodos, como por exemplo, nas questões sindicais, de greves ou de doenças do eucalipto (CERQUEIRA, 1990, p. 194)

Além dessas razões, a autora destacou que a especificidade da forma de organização da propriedade na região estudada, que era majoritariamente de base familiar, apresentava vantagens para agroindústria integradora, no caso, a Aracruz Celulose S/A. Isto porque, nestas propriedades havia o envolvimento de todos os membros da família na atividade, liberando a empresa da administração da produção de eucalipto. No entanto, como o sistema de integração tinha acabado de ser implantado na época de elaboração da dissertação, Cerqueira (1993) não teve condições de abordar a visão dos integrados acerca do processo de produção, colheita e comercialização da madeira, bem como os conflitos

presentes nesta etapa, uma vez que a colheita do eucalipto é feita somente de cinco a sete anos decorridos da plantação.

A dissertação de Cerqueira (1993) tem uma densidade menor que os demais trabalhos apresentados anteriormente, pois centrou-se apenas em questões referentes às opções da agroindústria pela introdução do sistema de integração. Neste sentido, deixa lacunas na análise do fomento florestal que podem ser preenchidas, por exemplo, através um exame das condições que corroboram para que os agricultores optem por ingressar na integração; o estabelecimento do perfil de agricultor que a empresa privilegia; os conflitos gerados no sistema de integração.

Dentre as pesquisas elaboradas a partir dos anos 2000 a respeito do processo de integração entre agricultores e indústria, temos a dissertação de mestrado de Alisson Vicente Zarnott intitulada “*A proposta de poupança florestal: uma alternativa ou “mais do mesmo” para os agricultores familiares de Canguçu/RS?*”, defendida em 2009. A dissertação tem como objetivo analisar o processo de implementação do programa de fomento florestal denominado de Poupança Florestal desenvolvido pela Votorantim Celulose e Papel (VCP), em parceria com o Banco ABN AMRO Real S.A e com a EMATER/RS no Rio Grande do Sul. Para tanto, o autor realizou um estudo de caso no município de Canguçu, situado no referido estado. Assim, direcionou seu olhar para a investigação de elementos como as motivações que orientaram a participação desses agricultores no programa, as características do público integrado e as mudanças realizadas pelos agricultores integrados na organização de suas propriedades com o intuito de atender a esta nova atividade produtiva.

No capítulo introdutório, Zarnott (2009) apresenta suas questões de pesquisa, descritas acima. Aborda os motivos que condicionaram a escolha do município de Canguçu como área de pesquisa de campo e as estratégias de coleta de dados que utilizou. Neste sentido, afirma que a escolha de Canguçu como local de análise se deveu basicamente a três elementos: o fato deste município, na época da pesquisa, possuir 24 contratos do programa Poupança Florestal, ou seja, ser o terceiro município da região em números de contratos; possuir uma economia agropecuária estruturada por um grande número de propriedades de base familiar; e pela histórica relação do município com diferentes atividades integradas, a exemplo do cultivo de fumo, da avicultura e da produção de pêssego.

Como estratégia de coleta de dados para subsidiar seu estudo e por considerar que a opção por ingressar em um sistema de integração é mediada pelas relações estabelecidas no interior da família e dela com o poder público, empresa, comunidade, dentre outros, Zarnott (2009) tomou a família envolvida no programa Poupança Florestal como unidade de análise. Desta forma, o autor aplicou questionários junto a 10 famílias integradas ao programa (6 famílias de agricultores familiares e 4 que definiu, como de empresários) e realizou entrevistas com organizações ligadas ao processo de implantação e condução do programa em âmbito local²⁰. Segundo Zarnott (2009), nestes questionários se tornou central apreender a dimensão histórica da trajetória destas famílias, na medida em que considera que as informações de cunho histórico possibilitam, muitas vezes, compreender as opções, opiniões e decisões tomadas pelos sujeitos.

Ainda no capítulo introdutório Zarnott (2009) observou que o Rio Grande do Sul recebia, naquele período, um grande volume de investimentos da Votorantim C.P. Esta empresa, dentre seus projetos, tinha como objetivo introduzir no estado o plantio de eucalipto em mais de 100 mil hectares, dos quais a previsão era a de que 30% fossem provenientes de terceiros, preferencialmente de pequenos e médios agricultores, de modo a suprir suas indústrias.

Assim, de modo viabilizar a produção de eucalipto por terceiros, a Votorantim C.P, em parceria com o Banco Real e com a EMATER – RS criou o programa de fomento florestal denominado Poupança Florestal. Segundo Zarnott (2009), o Poupança Florestal consistia em um programa de fomento florestal privado que incentivava e concedia financiamentos para que agricultores cultivassem eucalipto em até 50% de suas propriedades, com garantia de compra da produção.

No capítulo 2, Zarnott (2009) delimita o marco teórico utilizado em seu trabalho, onde realiza uma discussão sobre a categoria agricultura familiar e sobre limites e possibilidades da noção de desenvolvimento sustentável. Já no capítulo 3, o autor descreve algumas informações sobre a formação histórica e as condições demográficas, geográficas, sociais e econômicas do município de Canguçu. No capítulo 4 o autor apresenta dados mundiais a respeito do setor madeireiro, em seguida descreve informações desta atividade no Brasil e, posteriormente, analisa o contexto estadual do setor, centrando-se, neste caso, na proposta de integração via Poupança Florestal da Votorantim C.P.

²⁰ Idem a nota anterior.

Para subsidiar a análise do programa Poupança Florestal Zarnott (2009), delineou alguns aspectos da trajetória histórica do Grupo Votorantim. Assim, destacou que o ingresso do Grupo no segmento de papel e celulose ocorreu em 1988, por meio de uma parceria firmada com o BNDES. Ainda ao abordar a trajetória do Grupo Votorantim, o autor examinou a fusão da Votorantim C.P. com a Aracruz Celulose S/A, processo que como vimos, deu origem a Fibria Celulose S/A, e elencou alguns fatores que culminaram na instalação da Votorantim C.P Florestal no extremo Sul do Rio Grande do Sul.

Posteriormente, por meio da análise de textos publicados tanto pela Votorantim C.P quanto pelo Banco Real, para divulgar o Poupança Florestal, o autor explica como funciona o programa e, em seguida questiona alguns de seus pressupostos.

O produtor abre uma conta bancária e firma contrato de financiamento com Banco Real, que libera o recurso, conforme cronograma (...). Por ocasião do corte e comercialização (7 anos depois), a Votorantim C.P deposita na conta do produtor o valor referente a compra da madeira, o banco aprovisiona o montante referente à quitação do financiamento, e o saldo é do produtor. (...) O plantio de eucalipto em integração com a Votorantim C.P deve ser realizado de acordo com todas as orientações técnicas da empresa. Para tanto é oferecido um serviço de assistência técnica, executado pelo corpo técnico da EMATER ou da empresa e realizado um treinamento no Centro Regional de Qualificação Profissional de Produtores Rurais de Canguçu (CETAC/EMATER). O contrato firmado entre agricultor e VCP tem duração de dois ciclos de corte (14 anos) (...) (ZARNOTT, 2009, p.90).

Neste sentido, ainda neste capítulo, Zarnott (2009) apresentou diversas comparações entre os rendimentos gerados pelo cultivo de eucalipto e outras culturas, cujos valores correspondem ao ano de 2009 e, por isso, não convêm serem explicitados aqui. Todavia, cabe ressaltar que o autor constatou que a renda produzida pelo cultivo de eucalipto, diferentemente do que é divulgado pela Votorantim C.P, é, em geral, menor que a obtida por outras atividades desenvolvidas no município de Canguçu, como a pecuária leiteira ou a fumicultura. Para o autor esta constatação nos permite, em certa medida, entender um dos motivos pelos quais naquela ocasião os agricultores familiares viam com desconfiança as vantagens do Poupança Florestal que eram divulgadas tanto pelo Banco Real quanto pela Votorantim C.P.

Assim, para tentar diminuir a desconfiança dos agricultores em relação ao fomento florestal Zarnott (2009) observou que a Votorantim C.P. introduziu dois projetos complementares ao programa Poupança Florestal na metade Sul do Rio Grande do Sul e, por conseguinte, no município de Canguçu. O primeiro chamava-se “Floresta à mesa”, e

consistia na doação para os agricultores de sementes de culturas anuais como melancia, abóbora, milho, feijão, dentre outras, para serem semeadas no interior das plantações de eucalipto. O segundo, denominado Projeto Colmeias (Cadeia produtiva no âmbito Florestal) fundamentava-se na doação de colmeias e na promoção de assistência técnica com garantia de mercado, para que os agricultores desenvolvessem a apicultura juntamente com o cultivo de eucalipto em suas propriedades (ZARNOTT, 2009).

Zarnott (2009) finalizou este capítulo apresentando duas experiências em que figura a participação da agricultura familiar no setor da silvicultura: A acacicultura desenvolvida na região do entorno de Porto Alegre-RS e a produção de madeira e celulose na região do Planalto Serrano Catarinense, mas especificamente, no município de Lages e seu entorno.

No capítulo 5, Zarnott (2009) se ocupou em discutir os principais resultados extraídos a partir de seu trabalho empírico e abordou as circunstâncias em que ocorreu a introdução do programa Poupança Florestal na área estudada. Ademais, nesta seção o autor caracterizou o público integrado, bem como analisou as mudanças ocorridas na organização das unidades produtivas deste público em função do seu ingresso no sistema de integração no cultivo de eucalipto. Assim, o autor assevera que no ano de 2009 Canguçu contava com 27 contratos de agricultores com o programa Poupança Florestal. Estes agricultores destinavam em média uma área de 13.74 hectares para o cultivo de eucalipto.

Para explicar o motivo do reduzido número de contratos de integração no município, nesta seção o autor retomou o debate a respeito do receio dos agricultores em relação ao Poupança Florestal. Deste modo, acrescentou que além dos baixos rendimentos proporcionados pela produção de eucalipto quando comparado à outras culturas, contribuiu para esta desconfiança dos agricultores, o temor existente em assumir um contrato tão longo como o estabelecido pela indústria de papel e celulose, principalmente, quando comparado aos contratos de outras atividades integradas desenvolvidas na região, como a fúmicultura, a produção de pêssego ou a avicultura. O contrato tinha duração de no mínimo 14 anos, tempo necessário na região para dois cortes de eucalipto. Além disso, segundo o autor, ao chegar a Canguçu a Votorantim C.P. encontrou um cenário desfavorável, permeado por uma forte resistência a seu projeto por parte de movimentos de movimentos sociais, como o MST e o MPA e por representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Ao traçar um panorama geral do perfil dos agricultores integrados via Poupança Florestal, além de destacar o tamanho médio da propriedade destinada pelos agricultores ao cultivo de eucalipto, Zarnott (2009) observou as seguintes informações:

- Segundo o autor, os 27 integrantes do programa em Canguçu podiam ser divididos em dois grupos, sendo eles: agricultores familiares, composto por 17 famílias; e empresários, que somam um total de 10 famílias. O autor denominou de empresários aqueles sujeitos que não dependiam diretamente da agricultura para garantir sua reprodução social e que, portanto, desenvolviam atividades urbanas, principalmente como comerciantes, sendo sua participação no Poupança Florestal uma atividade secundária;
- Grande parte dos agricultores integrados residia na unidade produtiva, sendo que as propriedades, em geral, estavam situadas próximas ao centro urbano de Canguçu e às principais rodovias que atravessam o município, buscando, possivelmente, segundo o autor, menor custo de transporte da madeira cortada;
- Muitos dos integrados em Canguçu já possuíam algum tipo de experiência no cultivo de árvores;
- Os agricultores reduziram a área da propriedade destinada a criação de gado e outras culturas para cultivar eucaliptos;
- O tamanho das unidades produtivas integradas via Poupança Florestal eram maiores que a média das unidades produtivas do município de Canguçu.

Zarnott (2009) termina este capítulo abordando as críticas e perspectivas dos agricultores integrados em relação ao Poupança Florestal. Assim, observa que nos questionários aplicados, estes agricultores afirmaram que os principais elementos motivadores ao ingresso no programa foram à concessão do financiamento, a possibilidade de utilização de terras consideradas “fracas” e a busca por uma alternativa de renda. Todavia, os mesmos estabeleceram críticas à empresa, em virtude do atraso no repasse dos recursos e na liberação da parcela para implantação do cultivo.

Segundo o autor, os principais pontos positivos do programa, evidenciado pelos agricultores ao responderem o questionário, consistiam na assistência técnica fornecida pelo programa através da EMATER-RS e a garantia de compra do produto. Além disso, conforme o autor, os agricultores afirmaram que optaram por cultivar eucaliptos porque nesta atividade a possibilidade de perda era menor, principalmente, quando comparada à

outras atividades, como o gado, que pode ser assolado por doenças ou roubado e o milho que pode sofrer com intempéries climáticas.

Nas considerações finais Zarnott (2009) elabora um resumo de todas as questões abordadas ao longo de seu trabalho e conclui que o programa Poupança Florestal, no município de Canguçu, apresentou-se muito mais como uma estratégia para os empresários urbanos que cultivam eucalipto como forma secundária de geração de renda, que uma alternativa econômica para os agricultores familiares.

O trabalho de Zarnott (2009) torna-se importante para o presente projeto porque por um lado, o autor delimitou como objeto de estudo um programa muito similar ao Programa Produtor Florestal que propomos estudar; por outro, porque a Fibria Celulose S/A tornou-se responsável tanto por este programa quanto pelo aplicado no Espírito Santo. Além disso, o trabalho de Zarnott (2009) levanta questões relevantes ao abordar algumas informações e analisar elementos que culminaram na fusão da Votorantim C.P com a Aracruz Celulose S.A. Tais informações são: a apresentação das características setor florestal no cenário brasileiro e mundial; e a identificação dos programas que a empresa integradora desenvolve juntamente com o fomento florestal, dentre outros. Todavia, o trabalho torna-se, em certa medida frágil, por apresentar a maioria das informações sobre as relações oriundas do programa analisado apenas por meio de proporções, visto que o autor utiliza unicamente o questionário como ferramenta de coleta de dados entre os agricultores. Isto impede que conheçamos de forma mais profunda as opiniões e percepções daqueles diretamente envolvidos na atividade integrada, os agricultores, o que reafirma nossa necessidade de aplicação de entrevistas entre os agricultores integrados.

Com esta análise chegamos ao fim desta seção, bem como do capítulo, cujo objetivo, por um lado, foi o de por meio de uma reflexão, ainda que breve, sobre o processo de modernização da agricultura no país, destacar como se deu a aproximação entre agricultura e indústria, quesito fundamental para que em um momento posterior fosse possível a introdução de sistemas de integração agroindustrial. E por outro, discutir o significado de integração agroindustrial, os principais aspectos relacionados a este sistema, bem como os caminhos possíveis para a sua interpretação, tendo em vista a revisão bibliográfica realizada. Ressaltamos que as discussões travadas neste capítulo contribuirão para as análises que seguem nos capítulos seguintes. Com efeito, se neste capítulo nos preocupamos com a modernização da agricultura no país e os desdobramentos deste processo que, por sua vez, possibilitaram a criação de sistemas de integração, no capítulo 2

abordaremos o processo de modernização da agricultura no Espírito Santo, tendo como referencial, o processo mais amplo de modernização da agricultura brasileira abordado aqui.

CAPÍTULO II: A AGRICULTURA CAPIXABA NO CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO DO ESTADO: DA CRISE DA ATIVIDADE CAFEIEIRA A ASCENSÃO DOS GRANDES PROJETOS INDUSTRIAIS

No primeiro capítulo da tese procuramos retomar o debate a respeito da modernização da agricultura brasileira, intensificado a partir dos anos 1960, de modo a destacar o papel ascendente das agroindústrias processadoras nesse contexto. Com este debate, foi possível constatar que o surgimento e/ou reestruturação das agroindústrias no Brasil, processo desencadeado pela modernização de sua agricultura, foi acompanhado também pela transformação das relações produtivas entre diversos agricultores de base familiar e o mercado. Isto porque, muitos agricultores se tornaram responsáveis pelo fornecimento de matéria-prima para agroindústrias, por meio do sistema conhecido como integração agroindustrial. Portanto, tornaram-se parte da nova lógica produtiva.

Partindo dessa constatação, na segunda parte do primeiro capítulo apresentamos algumas definições comumente atribuídas aos termos integração agroindustrial, integração produtiva ou produção integrada. Além disso, através de uma revisão bibliográfica de trabalhos dedicados ao tema, expomos e discutimos algumas perspectivas construídas tendo em vista a análise da aplicação do sistema de produção integrada em determinados setores produtivos no campo, dentre os quais se encontra a produção de aves, suínos e eucalipto. Tendo em vista tal análise (empreendida no capítulo anterior) e entendendo o impacto da modernização da agricultura na constituição e/ou reestruturação das agroindústrias processadoras, bem como o papel da produção integrada para muitas destas agroindústrias; este capítulo tem o objetivo de observar as condições que favoreceram a predominância da pequena propriedade no Espírito Santo; o papel da atividade cafeeira no Estado; a ideia de crise na atividade cafeeira; e o processo de industrialização que derivou desta relatada crise.

Cabe ressaltar que enquanto o Brasil sofria profundas alterações a partir dos anos 1950, em virtude da sua industrialização e da modernização de sua agricultura, ambas marcadas pela forte intervenção estatal, estes processos somente iriam reverberar no Espírito Santo a partir do final dos anos 1960, e de forma mais intensa na década de 1970. É justamente nesse período que este estado recebe os chamados Grandes Projetos Industriais – grandes complexos industriais construídos por intermédio do capital

público, dentre os quais se encontra o complexo paraquímico, materializado na criação de uma das mais importantes empresas do estado, a Aracruz Celulose S/A. Tal empresa, consumidora de matéria-prima produzida no campo, foi capaz de alterar as relações sociais e a paisagem de diversas áreas rurais capixabas, em um processo carregado de conflitos que se manifestam até os dias de hoje.

Mas o que buscamos com essa análise? É sabido que a industrialização do Estado do Espírito Santo foi responsável, dentre outros fatores, por alterar as atividades presentes no campo capixaba, diminuir a importância econômica da atividade cafeeira e como parte deste processo, por favorecer a criação da Aracruz Celulose S/A. A Aracruz Celulose S/A, a partir dos anos 1990, diante de um cenário de queda dos incentivos fiscais do governo federal para a silvicultura e de elevação do preço da terra, decidiu incorporar a mão de obra de agricultores de base familiar a sua unidade produtiva. Para tanto, introduziu o sistema de produção integrada no cultivo de eucalipto entre pequenos e médios agricultores de diversas regiões do Estado – estratégia também conhecida como fomento florestal. Entre estes agricultores, encontram-se aqueles que vivem e trabalham na região centro-serrana. Esta região possui a menor concentração de terras do Estado e, por conseguinte, o maior número de agricultores de base familiar. Dela faz parte o município que serviu como lócus de estudo de caso para este trabalho, Domingos Martins.

Diante de um cenário em que é patente o envolvimento de agricultores de base familiar no monocultivo de eucalipto, e considerando o objetivo da tese, torna-se fundamental entender os elementos que precederam e, ainda que indiretamente, favoreceram a introdução deste setor no estado e, por conseguinte, desta modalidade de produção no campo capixaba que, no caso da região serrana, aproveitou a organização fundada na pequena propriedade familiar para executá-la. Desta maneira, respondemos a questão enunciada acima.

No primeiro capítulo da tese buscamos evidenciar algumas transformações sofridas pela agricultura brasileira ao longo do tempo. Entretanto, na medida em que tais transformações não consistem em uma novidade para os estudiosos das relações sociais presentes no campo brasileiro, optamos por discutir um período mais recente, em que assistimos a sua modernização, de modo a destacar o papel das agroindústrias processadoras nessa conjuntura. Contudo, se o debate relacionado às transformações sofridas pela agricultura brasileira é conhecido no meio acadêmico, não podemos dizer

o mesmo a respeito da agricultura capixaba. Não há um volume de trabalhos dedicados ao tema e que dêem conta desta tarefa.

Deste modo, este estado, apesar de integrar a região sudeste e – com o descobrimento de importantes reservas de petróleo – ter se popularizado nos noticiários e nas pesquisas acadêmicas nos últimos anos, ainda tem sua história pouco conhecida, quando comparada aos demais estados da mesma região. Por isso, no presente capítulo, ampliaremos o recorte temporal, de modo a apresentar alguns elementos importantes para subsidiar o entendimento da conformação de agricultura e de rural que temos hoje no Espírito Santo. Neste recorte, a partir de trabalhos como Bittencourt (1987), Filho (1990), Dalcomuni (1990), Buffon (1992), Bergamim (2004), Mota (2002), Loureiro (2006), dentre outros, abordaremos duas fases distintas da história recente da agricultura capixaba. A primeira fase, marcada pela ascensão; a segunda pelo declínio da cafeicultura. Por isso, destacaremos alguns elementos presentes no período compreendido entre a segunda metade do século XIX até a década de 1970 – período a partir do qual acontece a aceleração da modernização da agricultura, a internalização do departamento de bens de produção; e a ascensão dos chamados complexos agroindustriais, processo ao qual abordamos no capítulo I.

No primeiro momento, abordaremos alguns fatores que favoreceram a consolidação da pequena propriedade no Estado, apesar da concentração de terras que ocorre em algumas regiões, em especial do seu extremo norte. Assim, de forma breve, analisaremos a introdução dos imigrantes no estado e seu envolvimento com o cultivo de café, conjuntura que contribuiu, dentre outros fatores, para o estabelecimento de uma configuração distinta de propriedade da terra, baseada na pequena propriedade e utilização de trabalho familiar, estrutura essa que ainda hoje é fundamental para a análise da região serrana do Espírito Santo. Em um segundo momento, discutiremos os fatores que influenciaram significativamente na industrialização do Espírito Santo, diante da difusão da ideia de crise no campo, dado o declínio nacional da atividade cafeeira.

2.1. A distribuição da terra no campo capixaba

Ao analisar como a terra é apropriada e distribuída no Brasil, a partir de dados do INCRA de 1992, 1998 e 2003 relativos à estrutura fundiária do país, bem como de

dados dos Censos Agropecuários de 1996 e de 2006, Girardi (2008), realizou um mapeamento do coeficiente de Gini nos estados brasileiros. Segundo o autor, a partir desse mapeamento é possível constatar que os médios e altos graus de concentração fundiária são predominantes no território brasileiro. A maior parte da área total dos estabelecimentos agropecuários está concentrada de forma média até alta (Figura 4).

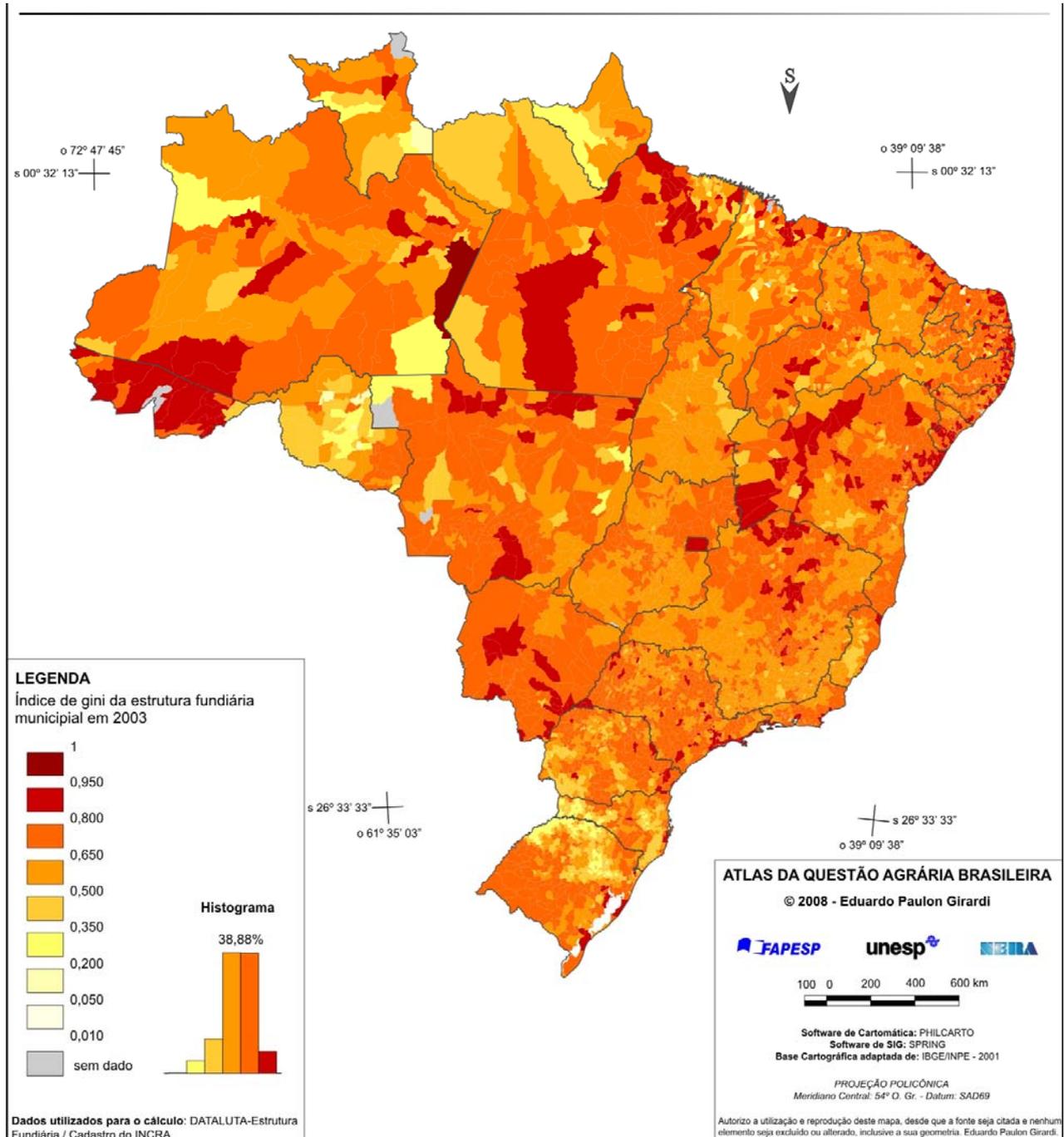


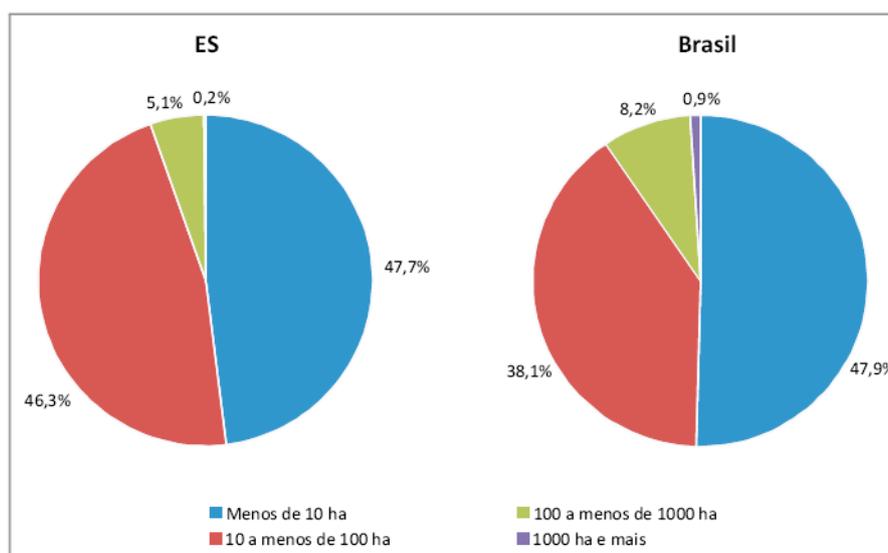
Figura 4. Mapeamento do índice de Gini no Brasil em 2003.

Fonte: Girardi (2008, p. 206).

Todavia, o Espírito Santo, de certo modo, apresenta uma conformação fundiária peculiar, pois como expressa o mapa, comporta uma estrutura mais pulverizada, com

um elevado número de pequenos estabelecimentos agropecuários. Trabalhos como o de Bittencourt (1987), Filho (1990), Buffon (1992), dentre outros, revelam que este estado, em virtude da dinâmica de ocupação dos seus espaços rurais a partir do século XIX que, como veremos a seguir, foi baseada na organização da propriedade de base familiar, possui uma das melhores distribuições da posse da terra no Brasil. Por isso, neste quesito se diferencia até dos demais Estados da região Sudeste. Neste sentido, de acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, analisados e divulgados pelo Instituto Jones dos Santos Neves em outubro de 2009, por volta de 94% dos estabelecimentos agropecuários do estado possuem áreas menores que 100 hectares. Nestes estabelecimentos a mão de obra familiar é predominante. Produzindo um visível contraste, ao mesmo tempo, o estado conserva grandes estabelecimentos na região norte, atualmente, ocupados com o monocultivo de eucalipto, pecuária ou cana-de-açúcar, o que pode ser visto quando analisamos a distribuição da terra apenas no estado.

Gráfico 1 - Estabelecimentos agropecuários, segundo os estratos de área (%) - ES e Brasil - 2006



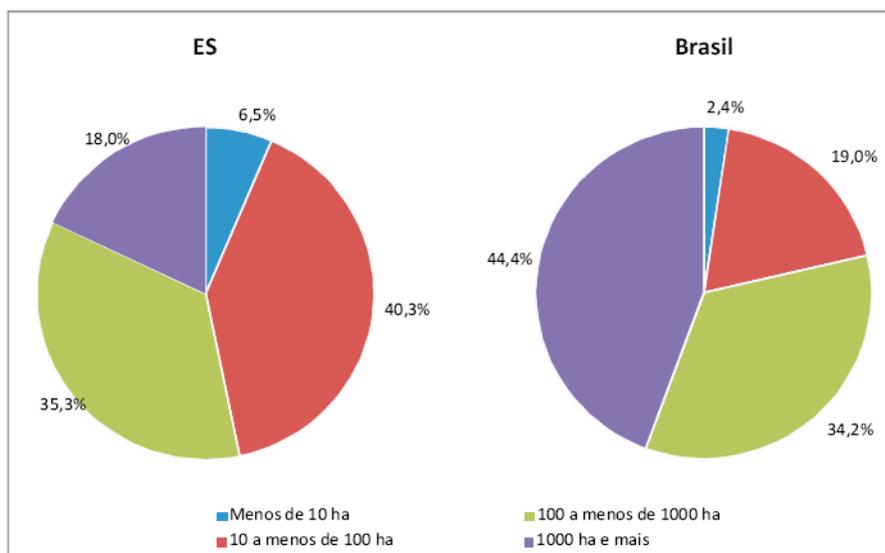
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos.

Fonte: IJSN (2009, p. 2).

Assim, quando o assunto refere-se à quantidade de terra ocupada pelos pequenos estabelecimentos agropecuários, os dados censitários revelam que os mesmos estendem-se por apenas 46,8% da área rural. Os estabelecimentos classificados pelo ISJN e pelo IBGE como médios (que possuem de 100 a menos de 1000 ha) correspondem a 5,1% do número total de estabelecimentos presentes no campo capixaba e ocupam 35,33% da área rural do estado. Os grandes estabelecimentos (acima de 1000 ha) respondem por

somente 0,2% do número de estabelecimentos agropecuários do estado e ocupam uma porcentagem considerável de 17,95% da área rural do estado. Ou seja, ainda que as propriedades de base familiar representem maior número, poucos proprietários detêm uma significativa área de terras no Estado.

Gráfico 2 - Distribuição (%) da área dos estabelecimentos agropecuários, segundo os estratos de área (ha) - ES e Brasil- 2006.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos.

Fonte: IJSN (2009, p. 2).

Bergamim e Campos Jr (2005) asseveram que ao mesmo tempo em que verificamos um grande contingente de pequenos estabelecimentos agropecuários no Espírito Santo, observamos uma tendência progressiva de concentração fundiária. Complementando esta observação, Fassarela e Rego (2011), ao realizarem um estudo a respeito da evolução da estrutura fundiária do Espírito Santo entre 1970 e 2006, afirmam que o Índice de Gini do estado passou de 0,60 no ano de 1970 para 0,73 em 2006. Desta maneira, segundo os autores, “no Censo Agropecuário do IBGE de 2006, o Espírito Santo passou a ser o quinto Estado com a melhor distribuição de terras, enquanto no Censo Agropecuário de 1970 ele ocupava o primeiro posto” (FASSARELA e REGO, 2011, p.80). Para os quatro autores, a crescente concentração da terra que vem sendo experimentada pelo Estado teve início no final de 1960 e no começo de 1970, com a implantação dos programas de erradicação dos cafezais.

A referida concentração fundiária está relacionada com as atividades que foram incentivadas após os programas de erradicação do café, como o monocultivo de eucalipto, a introdução da pecuária e o cultivo cana-de-açúcar, atividades que

privilegiam as grandes propriedades. Para Fassarela e Rego (2011) um fenômeno que também chama a atenção a partir de 1985 no Espírito Santo é a elevação no número de estabelecimentos agropecuários nos estratos com áreas de menos de 20 ha. Na perspectiva dos autores, este fenômeno caracteriza uma fragmentação dos pequenos estabelecimentos. Os maiores índices de Gini do Estado estão concentrados no extremo norte e no litoral norte conforme podemos visualizar no mapa abaixo (Figura 5).

Índice de Gini no Espírito Santo - 2006

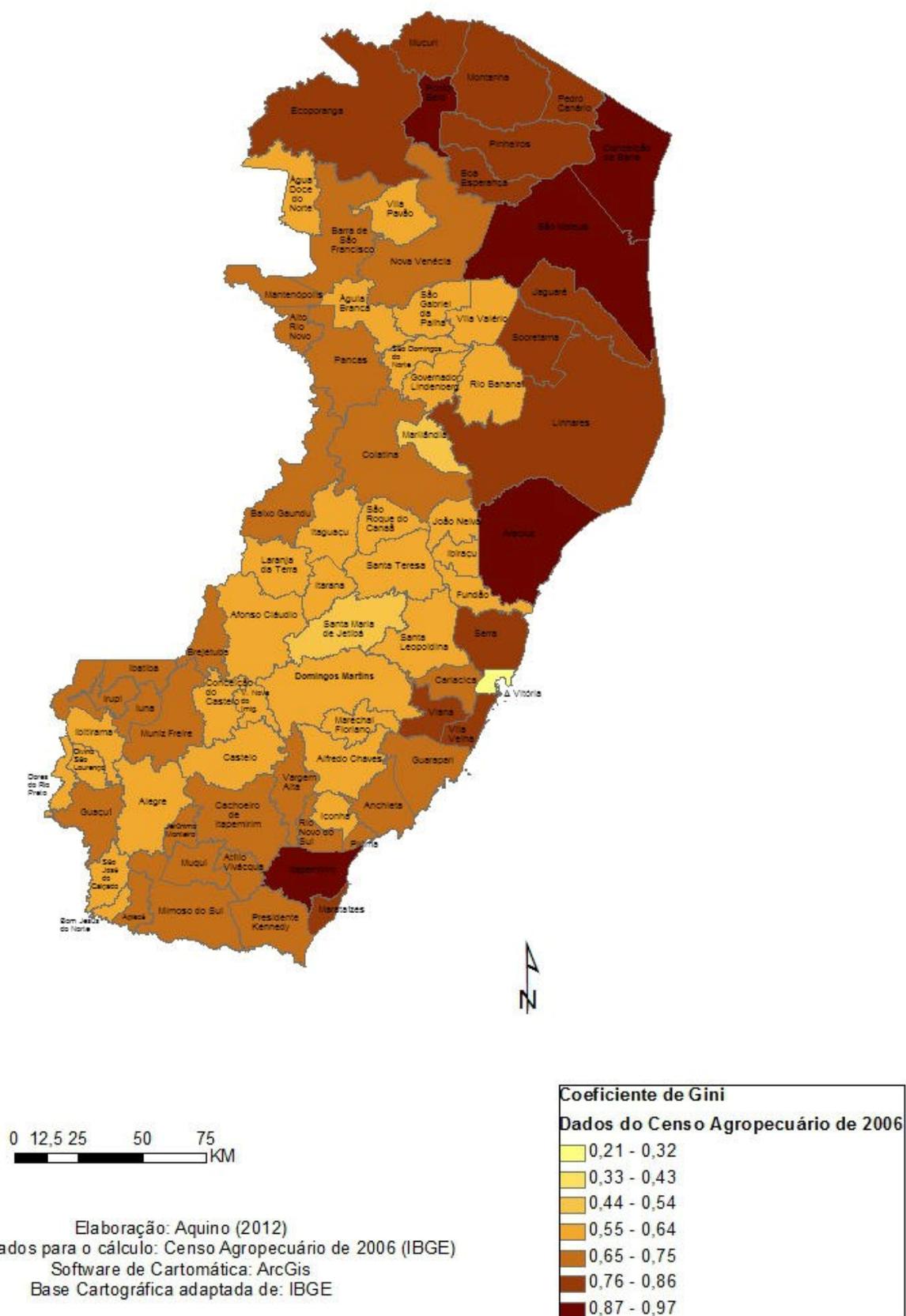


Figura 5- Índice de Gini no Espírito Santo – 2003

São nestas regiões que se encontram as maiores extensões de terra ocupadas pelos plantios de eucalipto, destinados ao suprimento da até então, maior empresa produtora de celulose branqueada de fibra curta do mundo, a Aracruz Celulose S/A, que funcionou de forma independente até o final de 2009, momento em que se fundiu com a Votorantim Celulose e Papel (BERGAMIM e CAMPOS JR, 2005; ANDRADE e DIAS, 2003). Além do monocultivo de eucalipto essa área é caracterizada também pela pecuária e pelo plantio de cana-de-açúcar, atividades, comumente praticadas em grandes extensões de terras.

2.2. A constituição da pequena propriedade no Espírito Santo

No tópico acima mostramos que, embora nos últimos anos o Espírito Santo tenha apresentado uma tendência de concentração de suas terras; ainda é um dos estados detentores de um dos menores coeficientes de Gini no Brasil. Analisar as razões históricas que fundamentam estas características e que favoreceram uma estrutura produtiva baseada na pequena propriedade – apesar desta, como discutimos acima, dispor de pouca terra, nos auxiliará na compreensão da região que foi selecionada como estudo de caso para a tese, o município de Domingos Martins. Além disso, contribuirá para o entendimento dos motivos que influenciaram a opção da Aracruz Celulose S/A por selecionar esta localidade como uma das áreas destinadas ao seu programa de fomento florestal. Como vimos, lá, a pequena propriedade e o trabalho familiar são predominantes.

O Espírito Santo nunca acompanhou *pari passu* o crescimento do resto dos estados da região sudeste do Brasil. Conforme Bittencourt (1987, p. 18): “*o rumo tomado pela formação histórico-econômica do Espírito Santo levou-o a desempenhar sempre um papel secundário no contexto nacional, na medida em que se ligou tardiamente à economia de exportação, predominante no modelo brasileiro*”. Pesquisadores dedicados a estudar o período colonial e/ou a história do Espírito Santo, como Bittencourt (1987) e Oliveira (2008), procuraram explicações para este descompasso, que geralmente é associado a acontecimentos ocorridos desde o processo de colonização.

Dentre estas explicações encontra-se a descoberta de ouro nas Minas Gerais. Em razão dessa descoberta a metrópole usou a capitania do Espírito Santo como barreira natural, a fim de evitar o contrabando de ouro e outros metais e pedras preciosas, além de impedir ataques estrangeiros àquela região. Por isso, entre finais do século XVII e durante todo século XVIII, proibiu a capitania do Espírito Santo de abrir estradas para seu interior e para ligar-se as demais capitanias, prejudicando seu desenvolvimento (BITTENCOURT, 1987; BUFFON, 1992). Isso ocorreu porque, conforme Caio Prado Junior em “A formação do Brasil Contemporâneo”:

O Brasil existia para fornecer (...) [ao Reino] ouro e diamantes, açúcar, tabaco e algodão. Todos os atos de administração portuguesa com relação à colônia têm por objetivo favorecer aquelas atividades que enriquecem seu comércio e pelo contrário, opor-se a tudo mais (PRADO JR, 2004, p. 126).

Marginalizado, o Espírito Santo não pode participar do processo de exploração do ouro que caracterizou o país no século XVIII e que beneficiou além das Minas Gerais, o Rio de Janeiro. Portanto, segundo Oliveira (2008, p. 186),“(…) *em hora excepcionalmente propícia à expansão, o Espírito Santo teve de conter-se nos limites acanhados da faixa litorânea, privado do direito de conquistar o próprio território*”. Deste modo, “*a vizinhança das minas viria constituir empecilho à penetração e ao desenvolvimento das suas atividades para o interior*”. Em razão desta situação o Espírito Santo é conhecido entre os pesquisadores do período colonial como a região da “barreira verde” (MAGALHÃES e MACEDO, 2011). Conforme Macedo e Magalhães (2011) o período que vai até meados do século XIX se apresenta, em grande medida, como uma afirmação do poder das estruturas que dominavam a relação entre a colônia e Portugal que, no caso do Espírito Santo, se materializa em um crescimento esparsa, sem adensamento populacional ou comercial de grande envergadura.

Desta forma, em virtude da referida proibição, somada às dificuldades de penetração na densa floresta tropical, às dificuldades de navegação nos rios encachoeirados e ao temor aos indígenas, até o início do século XIX a ocupação do Espírito Santo por não nativos restringia-se apenas a alguns núcleos populacionais dispersos pelo seu litoral. Esta situação é considerada por muitos pesquisadores, a exemplo de Bittencourt (1987), como um “vazio demográfico”, a despeito da população de indígenas que ali viviam. Neste período, a principal atividade econômica desenvolvida no Espírito Santo era a produção de açúcar. Do mesmo modo que em todo

complexo canavieiro do país, esta atividade era realizada com a mão de obra escrava. Entretanto, diferentemente de outras capitanias, no Espírito Santo tal atividade era desenvolvida por propriedades de base familiar. Esta produção de açúcar, que não chegava a possuir relevância no contexto nacional, combinava-se com a agricultura de subsistência. Desta maneira, os pequenos estabelecimentos agropecuários capixabas, além de produzir açúcar, devido à dificuldade de contato com outras capitanias, tornaram-se praticamente autossuficientes (FILHO, 1990).

Passados aproximadamente 300 anos sem nenhuma produção mercantil relevante, o Espírito Santo só se liga ao mercado internacional na segunda metade do século XIX, com a ascensão, ainda que relativamente tardia, da cafeicultura (MACEDO e MAGALHÃES, 2011). Até esse período, nenhum produto havia desenvolvido a economia exportadora na região, tal qual a desenvolvida em outras regiões brasileiras. É somente com a introdução do café, que uma corrente migratória ingressou na província do Espírito Santo para ocupar o território e explorá-lo economicamente. Assim, é no bojo desse processo que o Espírito Santo se insere, ainda que debilmente, nos quadros da produção cafeeira do Brasil e, com isso, experimenta uma modificação em sua dinâmica agrária e a expansão de suas fronteiras agrícolas. Deste modo, o café representou o elemento formador e sustentador de sua economia (COGO, 2007; BUFFON, 1992).

De acordo com Celin (1984, p. 60), no Brasil de meados do século XIX a lavoura em expansão compreendia, basicamente, três momentos: “*uma faixa ou zona pioneira, onde o café está penetrando; uma região em que ele se encontra consolidado e plenamente produtivo; e uma região decadente, onde a cultura se encontra em regressão*”. Somente quando as possibilidades das primeiras zonas de plantio foram exauridas é que a *marcha* do café chegou ao Espírito Santo. Desta forma, a produção de café foi instaurada, primeiramente, na região sul espírito-santense, a partir da expansão da atividade que já era praticada em território mineiro e fluminense, representando um “(...) *prolongamento natural da expansão cafeeira do Vale do Paraíba*” (BUFFON, 1992, p. 75). Conforme Becker (1973, p. 39):

Fluminenses e mineiros haviam iniciado, a partir de 1830, a expansão cafeeira no extremo sul do Estado, descendo os vales do Itabapoana e Itapemirim em busca de terras virgens, constituindo aí suas fazendas, nos moldes clássicos da Zona da Mata de Minas, com mão de obra escrava.

De forma mais lenta, a cafeicultura chegou a outros dois núcleos produtivos da província, quais sejam, Vitória, na região central e São Mateus, na região norte (COGO, 2007). Neste sentido Bittencourt (1987, p. 76) observa que: “(...) à proporção que se foi dilatando a fronteira agrícola fluminense em direção norte, a marcha do café, estendendo-se como uma ‘mancha de óleo’, vai atingir e ocupar as terras virgens do sul e do centro capixaba”. Dada à proximidade, a produção cafeeira na região sul obedeceu à lógica predatória estabelecida em território mineiro e fluminense e, por isso, passou a contar com fazendas ainda maiores que as localizadas nestes territórios, em virtude da grande disponibilidade de terras intocadas. Estas fazendas, assim como as situadas nos territórios mineiros e fluminenses, funcionavam a partir da exploração da mão de obra escrava que foi deslocada da produção de açúcar (FILHO, 1990). Neste sentido, para Buffon (1992, p. 80), a atividade cafeeira introduzida no Espírito Santo:

Reproduziu (...) a estrutura social e técnica de exploração do trabalho e da terra até então vigentes no Vale do Paraíba, apesar de estar já evidente àquela altura os limites daquela modalidade de exploração econômica, haja vista a rápida deterioração das terras e da produtividade naquela região.

Também em função da proximidade, a produção das fazendas de café da região sul do Espírito Santo foi vinculada a base exportadora do Rio de Janeiro. Neste período a malha ferroviária já tinha chegado aos limites do Espírito Santo, o que permitiu uma relativa diminuição dos custos de transporte do café ali produzido (FILHO, 1990). De acordo com Buffon (1992), com a expansão da cafeicultura, entre 1871 e 1872, o Espírito Santo apresentou a maior taxa de crescimento das quatro principais províncias produtoras de café. Campos (2011) assinala que, além disso, o florescimento da cultura cafeeira na região sul espírito-santense foi responsável por modificar a distribuição populacional da província, sobretudo, a de escravos. Assim, o Espírito Santo assistiu a um grande aumento de sua população que de 1856 a 1872 passou de 49.092 para 82.137 habitantes.

Não obstante, apesar de ter produzido transformações significativas, dinamizando a economia da região, características naturais como a qualidade dos solos, o relevo acidentado de algumas áreas e o clima, comprometeram a produtividade do café no Espírito Santo. Assim, em algumas áreas, o cultivo logo foi substituído pela atividade canavieira. Em São Mateus, município que hoje faz parte do Norte do estado, a produção de mandioca foi retomada e o café assumiu uma posição secundária. Deste

modo, diferente de outras regiões brasileiras no Espírito Santo, o café não logrou formar um complexo econômico, dentre outros fatores, pela baixa produtividade, dificuldade de transporte da mercadoria e subordinação mercantil às casas exportadoras do Rio de Janeiro. Ademais, boa parte dos rendimentos auferidos pela atividade cafeeira não era investida em sua expansão. Os fazendeiros usavam esse capital na compra de títulos bancários no Rio de Janeiro. Por conseguinte, a produção de café não favoreceu o surgimento de indústrias, tampouco a criação de atividades terciárias como bancos, comércio diversificado, comunicação (FILHO, 1990; BUFFON, 1992). Neste sentido, Buffon (1992, p. 82) observa que:

Por mais expressivo que possa ter sido o crescimento desta região frente às demais províncias, sua expansão, pelas suas características sócio-econômicas e pelo seu tamanho absoluto no contexto das demais regiões cafeeiras não fomentou a divisão social do trabalho e não produziu maiores impactos sobre a vida urbana. Representou uma modalidade de economia absolutamente centrada no meio rural, tendo a grande fazenda escravista monocultora ‘autossuficiente’ como unidade econômica básica.

De acordo com Buffon (1992), somente em 1886, quando já era inconteste que a escravidão logo chegaria ao fim, que os grandes proprietários de fazendas de café no sul do Espírito Santo deram início à introdução de imigrantes europeus em suas propriedades, de modo a substituir a mão de obra escrava. Este período pós-abolição foi aquele em que o estado recebeu o maior número de estrangeiros, cuja imigração foi fomentada com o intuito de substituir, nas fazendas de café, a mão de obra liberta, mas não exclusivamente, visto que a imigração continuou depois de feita a dita substituição (MACEDO e MAGALHÃES, 2011).

Todavia, antes desse momento, apesar de não se tratar de um processo contínuo, o governo já havia incentivado em 1847 e 1857 a entrada de imigrantes europeus de origem alemã, pomerana e suíça e em 1879 de imigrantes italianos, na região central da província do Espírito Santo²¹. Durante este período, com o apoio do governo provincial,

²¹ Em 1856, chega ao Espírito Santo, a primeira leva de imigrantes pomeranos, indivíduos pertencentes à Pomerânia, uma antiga província prussiana, localizada na estreita faixa entre o Mar Báltico e a Polônia. Na região sul, a chegada dos primeiros pomeranos se deu em 1857. Concentrados principalmente nos atuais municípios de Santa Maria de Jetibá, Pancas, Laranja da Terra, Vila Pavão, Santa Leopoldina e Domingos Martins, estima-se uma população de 120 mil pomeranos no Espírito Santo, a maior concentração em todo o Brasil. Fonte: http://www.vitoria-es-brasil.com/index.php?option=com_content&view=article&id=426:alemaes-os-pomeranos&catid=154:historia-es&Itemid=454. Acesso: ago. 2013.

foram estabelecidas quatro colônias oficiais: Santa Izabel (1847), Rio Novo (1855), Santa Leopoldina (1857) e Castelo (1880). Cabe acrescentar que além de resolver o problema do povoamento e da questão demográfica, o fomento à imigração era incentivado pelo ideal de branqueamento da população (MACEDO e MAGALHÃES, 2011).

Prado Jr (1992, p. 190/192), observa que:

O sistema de colonização terá mais sucesso no Extremo-Sul do país (Rio Grande, Santa Catarina e Paraná), e em maiores proporções no Espírito Santo, longe nesse caso de ações perturbadora e absorvente da grande lavoura. Encontrará aí o interesse e o estímulo dos governos locais das províncias, que procurarão solucionar com ele os problema de seus territórios quase desertos, e fomentar com o povoamento as atividades econômicas e a renda pública.

A região central, que recebeu a primeira leva de imigrantes, consistia em uma área montanhosa, de vegetação primitiva, isolada e ainda não desbravada. Em virtude dessas condições, nesta região os imigrantes, largados a toda sorte e em condições precárias, não sofreram resistência da “aristocracia” rural. Conforme Bittencourt (1987, p. 67), ao chegarem à região central do Espírito Santo:

Os imigrantes eram instalados em núcleos coloniais de pequena propriedade constituídos em terras devolutas ou em áreas compradas com esse objetivo, pelo governo ou mesmo por particulares que também participavam desse processo, objetivando é claro, lucros com a venda da terra aos imigrantes, além da valorização das terras com a colonização das mesmas.

Os lotes de 20 ou 25 ha, vendidos a prazo ou à vista, geralmente eram dispostos ao longo dos cursos de água, paralelamente aos quais eram organizadas as vias de comunicação para escoamento da produção que deveria ser fruto, principalmente, da policultura.

Colbari (1997) observa que os imigrantes (a autora trata especificamente dos italianos) eram portadores de um capital cultural que lhes conferia certa superioridade em relação ao agricultor nativo. Muitos eram alfabetizados e possuíam uma forte organização social coordenada pela igreja e pelo parentesco. Soma-se a isto o fato destes imigrantes serem brancos, condição que, certo modo, facilitava sua circulação no seio de uma sociedade fortemente marcada pelo preconceito em relação aos negros, em virtude do longo período de escravidão o qual estes sujeitos foram submetidos.

Complementando a observação de Bittencourt (1987) apresentada acima, Bergamim (2004) acrescenta que, diferentemente de São Paulo, no Espírito Santo,

inicialmente o imigrante europeu não veio substituir a mão de obra escrava. Estes indivíduos eram trazidos a fim de povoar o território capixaba. Além dos pequenos lotes de terra, recebiam do governo ferramentas, sementes e, ao longo dos seis primeiros meses de estadia, alimentos. Se estes imigrantes tivessem parcelado sua vinda, deveriam começar a pagá-la após quatro anos decorridos de sua instalação. Nas parcelas estavam incluídos desde o valor da terra até as passagens que permitiram seu deslocamento da Europa ao Brasil. Ademais, Colbari (1997, s/p.) acrescenta que:

A designação de lotes de terra estava regulada por um conjunto de cláusulas como: o compromisso de que após seis meses do recebimento do lote medido e demarcado, já deveria estar roçada e plantada uma área de mil braças quadradas, além da construção de uma casa. A obtenção do título definitivo ocorreria depois do pagamento total das terras e de todas as dívidas com o governo

Bittencourt (1987) explica que a expectativa do governo era a de que estes agricultores imigrantes criassem naquela região da província do Espírito Santo um campesinato aos moldes do verificado na Europa, que se oporia ao latifúndio escravagista, considerado, por muitos, responsável por alguns problemas que assolavam o país. Julgamos que junto a estas intenções encontrava-se também um desejo de branqueamento da população local. Contudo, segundo Becker (1973, p. 39), estes migrantes *“atraídos pela prosperidade das fazendas cafeeiras do sul do Estado, encontraram na rubiácea o seu esteio econômico”*. Deste modo, a composição destes núcleos de colônias foi também organizada em torno do café, que se tornou o único produto de valor comercial produzido naquelas áreas (BITTENCOURT, 1987).

Colbari (1997) observa que no Espírito Santo os núcleos coloniais não deveriam se especializar em uma produção voltada para o mercado interno. Ao chegar ao estado estes imigrantes se integrariam à produção mercantil exportadora, contradizendo a tese de que este tipo de atividade não seria acessível aos colonos. Para a autora, o baixo dinamismo da atividade cafeeira capixaba teria sido responsável por favorecer o ingresso do pequeno proprietário nessa economia mercantil agrário-exportadora centrada no café. Deste modo, conforme Mota (2002), na região central do Espírito Santo a forma de ocupação foi estruturada a partir da propriedade de base familiar, organizada em dois setores: um de subsistência, garantida através da produção de alimentos e outro gerador de divisas, fundado na comercialização do café que, por sua vez, se articulada aos mercados nacional e internacional.

Ao introduzir imigrantes europeus em suas fazendas de café, no período pós-abolição, os grandes proprietários de terra, primeiramente, fizeram uso de mecanismos disfarçados de geração de oferta de trabalho, como por exemplo, o estabelecimento de contrato de foro perpétuo. Este contrato dava ao colono o direito de uso da terra, mas, ao mesmo tempo, o impedia de adquiri-la. Além deste problema, estes imigrantes enfrentavam dificuldades de toda ordem nessas fazendas, como terrenos pequenos e com baixa produtividade, por exemplo. Isto os impedia de tornarem-se proprietários independentes. Destarte, como forma de complementar a renda, os agricultores imigrantes passaram a estabelecer contratos de parceria com os grandes fazendeiros. Quando a situação piorava fugiam e se direcionavam para as áreas de colonização, ou migravam para a região Norte. Também quando a terra não era suficiente para a família que crescia, os imigrantes se valiam dessas estratégias (FILHO, 1992).

Uma crise nacional de superprodução do café ocorrida entre 1897 e 1905; somada a fatores como a débil capacidade financeira dos fazendeiros que comprometia sua capacidade de oferecer pagamento satisfatório ao trabalho assalariado; a grande dificuldade de obtenção de mão de obra para o trabalho nas lavouras, diante da abolição da escravidão; aliados a uma estratégia de capitalização assumida pelos grandes produtores de café, os levaram a parcelar suas propriedades em pequenos lotes. Com isso, rapidamente, empresas interessadas tanto em administrar a venda dos lotes quanto à venda do café foram criadas. Muitos fazendeiros tornaram-se então comerciantes de café e comerciantes imobiliários. Os lotes eram vendidos aos imigrantes. Estes, ao comprá-los, assumiam a condição de pequenos proprietários. É importante ressaltar que a operação de compra e venda dos lotes estava diretamente atrelada ao processo de comercialização do café, na medida em que os colonos, ao comprarem os lotes eram obrigados, por meio de um acordo, a vender a produção ao comerciante ou empresa que lhe vendeu o lote (MACEDO e MAGALHÃES, 2011; FILHO, 1990).

Nestas propriedades de base familiar, os imigrantes assim como aqueles instalados na região central do estado, mantinham o café como principal atividade econômica, além de cultivarem artigos para sua subsistência.²² Esta conjuntura foi então

²²Buffon (1992) ressalta que o café produzido nas propriedades de base familiar, quando comparado ao café produzido no resto do país, em especial, ao produzido no Oeste Paulista, era de baixa qualidade. Os cafezais eram cultivados de modo precário e tinham pouca vida útil. O plantio sucedia a limpeza do solo através da derrubada da mata e queimadas. Não era feito nenhum tipo de preparo do solo, tampouco, melhoramento ou seleção para a introdução das mudas que eram plantadas muito próximas uma das outras. A adubação e colheita do café também eram precárias.

responsável por fragmentar as fazendas de café na região sul. Nesse sentido, estimulou a formação de uma organização produtiva fundada na mão de obra familiar e na pequena propriedade, similar a que vinha se desenvolvendo na capital e na região central nas décadas anteriores, através de incentivos do governo a instalação de agricultores imigrantes oriundos da Europa. As fazendas que não foram fragmentadas mantiveram o sistema de parceria (BUFFON, 1992) ²³.

Diante do que foi exposto verificamos que a organização produtiva baseada na estrutura familiar que se desenvolveu no Espírito Santo e persiste até os dias de hoje teve, basicamente, duas origens, uma considerada direta e outra indireta. A primeira consiste na formação de colônias de imigrantes em sua região central. A segunda repousa na introdução do sistema de parceria e no esfacelamento das grandes fazendas escravagistas produtoras de café, localizadas na região sul (BUFFON, 1992). Scaram (2006) acrescenta que ao mesmo tempo em que a introdução do imigrante favoreceu a formação camponesa no espaço rural do Espírito Santo, reforçou o processo de desterritorialização dos indígenas que ali viviam – como vimos, apesar dos índios estarem espalhados por todo território capixaba, a região era considerada como um vazio demográfico. Além disso, contribuiu para o desprezo ao escravo africano que fora liberto, que, com isso, tinha poucas estratégias de produção. Segundo Barcelos (2010), diante dessa conjuntura, estes povos foram espremidos em pequenas manchas territoriais localizadas, principalmente, no Norte do Estado. Estas manchas, mais tarde, se tornariam focos de resistência de aldeamentos indígenas em Aracruz e de quilombos conhecidos como “terras de preto”, no município de São Mateus e Conceição da Barra.

A forma organizativa dos migrantes do rural espírito-santense no século XIX não favoreceu a acumulação de capital, o crescimento do mercado interno, a consolidação de um mercado de trabalho livre, tampouco a divisão social do trabalho, a exemplo do que ocorreu em São Paulo. Ademais, o baixo potencial de acumulação das propriedades de base familiar aliado a falta de incentivo público, resultava em condições precárias de produção e também não favorecia a adoção de tecnologias em suas atividades (FILHO, 1990). Desta maneira, o Espírito Santo ingressará no século XX com uma estrutura fundiária bastante desconcentrada e com baixa incidência de trabalho assalariado. E é

²³ Segundo Almada (1984), a mencionada condição dos fazendeiros de café do Espírito Santo, somada a grande quantidade de terras devolutas existentes na região podem ter contribuído para a iniciativa do governo de fundar mais núcleos coloniais após a abolição da escravidão em 1888, de modo a incrementar, através de uma política oficial, o quadro demográfico da província e garantir a ocupação de seu território.

essa modalidade de reprodução da economia, fundada na propriedade de base familiar que, em um momento posterior, se constituirá em um condicionante do desenvolvimento da economia local (BUFFON, 1992).

Dito isso, verificamos, conforme Siqueira (2009), que embora geograficamente integrado ao sudeste do Brasil, até a primeira metade do século XX, o Espírito Santo atravessava uma situação de isolamento em relação aos demais estados desta região. Sua infraestrutura era precária e seu índice de crescimento, quando comparado a outras regiões brasileiras, era irrisório. Por conseguinte, seu grau de industrialização era diminuto.

2.3. O cultivo do café, a organização das propriedades no campo capixaba e a ideia forjada crise

A primeira vista, dada a centralidade do café, o Espírito Santo parecia um estado monocultor. No entanto, o leque de artigos produzidos nas propriedades de base familiar era relativamente amplo, o que lhe conferia autossuficiência. De acordo com Celin (1984), a organização produtiva dos agricultores de base familiar escapa à concepção corrente de monocultura. A propriedade destes agricultores, em geral, possuía além do cafezal, uma pequena reserva de mata e outra área destinada a diversos cultivos. Nestas propriedades as relações mercantis eram pouco desenvolvidas e raramente se empregava trabalhadores assalariados. Em situações específicas como a colheita do café ou construção de uma edificação, os agricultores de base familiar imigrantes organizavam mutirões.

Segundo Wagemann (1949) *apud* Buffon (1992), os agricultores de base familiar cultivavam em suas propriedades além do café, artigos como milho, abóbora, banana, chuchu, feijão, cana-de-açúcar, frutas, como laranja, pêssego, tangerina, goiaba, manga, dentre outras, e criavam animais como bovinos, suínos, galinhas, etc. Eventualmente, em momentos de maiores dificuldades, estes agricultores praticavam comércio, vendendo uma safra de cana-de-açúcar, uma ou outra cabeça de gado, etc. A produção de café nestas propriedades era realizada com o intuito de gerar recursos para permitir a compra de produtos que não eram ali produzidos. Conforme ASPLAN (1968, p. 7), nas propriedades de base familiar:

Sua produção (geralmente cereais) não é levada ao mercado, sendo apenas, esporadicamente trocadas em quantidades mínimas, por mercadorias essenciais, tais como sal, açúcar, querosene, tecidos e poucas mais. Tais trocas são realizadas junto a comerciantes locais, nos arraiais e centros de reunião, sem o uso da moeda.

Assim, nestas propriedades:

O tipo e agricultor que se encontra (...) é o pequeno proprietário individual, que trabalha o seu sítio com mão de obra da família, e pelos parceiros de cereais e mesmo os de café, os quais, em troca do seu trabalho, recebem parte da produção em espécie, como pagamento, e com ela (no caso do café toda produção recebida; no caso dos cereais a parte que sobra do seu consumo de subsistência) adquirem mercadorias essenciais de que necessitam (açúcar, sal, café, etc.) quer junto aos comerciantes locais, quer junto aos proprietários, seus patrões, sem com eles manterem trocas monetárias (ASPLAN, 1968, P. 8).

Celin (1984, p. 72) destaca os motivos que julga serem os responsáveis pela manutenção dessa organização fundada na propriedade de base familiar, especialmente, na região central do Espírito Santo:

Além da política governamental, primeiro a do Império, depois a do governo estadual, outros fatores contribuíram para que a propriedade mantivesse seus limites relativamente pequenos no Espírito Santo, como, por exemplo, 1 — o relevo fortemente acidentado na serra capixaba, que dificulta o domínio sobre áreas muito extensas, dificultando também a incorporação de novas técnicas agrícolas, 2 — a baixa capitalização dos agricultores, o ponto mais vulnerável nas relações de troca do principal produto estadual: o café e 3 — o hábito prevaiente entre os imigrantes e seus descendentes de se estabelecer cada filho como proprietário, contribuindo ainda mais para o fracionamento da propriedade. Apesar da exploração de novas terras, para a terceira geração já não havia muito o que repartir.

Conforme Vellaschi (2004, p. 6) *“a família era tanto uma unidade de produção quanto de reprodução: era praticamente autossuficiente na produção de alimentos e de bens artesanais necessários ao trabalho e ao consumo pessoal”*. Diante dessa autossuficiência, calcada nessa diversificação produtiva, as propriedades de base familiar administradas pelos colonos pouco sofriam com as crises incididas nos preços do café. Quando ocorriam eventos inesperados os agricultores adotavam a estratégia de diminuir o consumo de artigos não produzidos no interior das propriedades e assim mantinham a reprodução social das famílias (BUFFON, 1992).

De acordo com Ferreira (1987) *apud* Bergamim (2004) na região central o café produzido pela pequena propriedade familiar era comercializado por atravessadores que

se aglutinavam em pequenas casas de comércio ou armazéns. Estes armazéns, geralmente, recebiam a produção de café dos agricultores em troca de crédito no comércio.²⁴ Assim, revendiam o café adquirido nas transações com os agricultores imigrantes para casas de comercialização maiores que elas. Estas, por sua vez, numa relação parecida com a anterior, lhes forneciam na forma de atacado os produtos que revendiam aos agricultores de base familiar e repassavam o café para as grandes casas comerciais responsáveis por sua exportação. Na região sul, conforme mencionamos, os ex-fazendeiros que parcelaram suas terras e as venderam aos agricultores imigrantes, optaram por se manter apenas no comércio de café. Assim, se encarregavam de comprar o artigo que era produzido pelos pequenos produtores e comercializá-lo nas casas exportadoras (DARÉ, 2010).

Na perspectiva de Mota (2002), eram os agricultores de base familiar que decidiam como organizar sua propriedade e o que iriam produzir. Contudo, dadas às referidas condições, em que ficavam a mercê dos comerciantes de café, estes agricultores encontravam-se relativamente fragilizados, já que possuíam pouca possibilidade de negociação no momento de venda do produto. Portanto, ao observarmos estas relações, não é difícil concluirmos que as margens de lucro dos agricultores de base familiar na comercialização do café que produziam, diante de tantos atravessadores era reduzida (BERGAMIM, 2004). Deste modo, para Campos Jr (1996) o fomento da imigração europeia no Espírito Santo foi marcado pela passagem de um modelo econômico baseado no cultivo do café, para um modelo fundado em um espoliativo esquema de comercialização do café pelos antigos fazendeiros.

Mello (1982) observa que em 1927/28 é prenunciada uma safra recorde que interferiria no equilíbrio do mercado cafeeiro²⁵. Furtado (1980) assinala que neste período, em função de incentivos artificiais, como o controle de preços, a produção de café quase dobrou. Todavia, enquanto a produção aumentava, o preço no mercado internacional mantinha-se estável. O impacto da crise de 1929 influenciou a economia dos países que importavam o café brasileiro, dentre eles, os Estados Unidos, seu

²⁴ Segundo WAGEMANN (1949) *apud* DARÉ (2010), geralmente, os agricultores não pagavam à vista pelos artigos comprados nos armazéns. Havia uma espécie de conta, que permitia ao agricultor ir adquirindo tudo que precisava e, somente na colheita do café, saldar a dívida com o armazém através da entrega desse produto ao comerciante deste estabelecimento. Cabe ressaltar, que nem sempre a colheita era suficiente para saldar as dívidas com os armazéns, em virtude, por exemplo, de fatores como a queda do preço do café ou uma safra ruim, situação que deixava os agricultores de base familiar endividados.

²⁵ MELLO (1982) observa que entre 1928/29 e 1933/34 verificam-se no Brasil três safras de café superiores a 28 milhões de sacas.

principal comprador. Estes fatores, aliados a superprodução e ao esgotamento da estratégia de controle de preços do produto desempenhada pelo governo, atingem diretamente os preços do café, antecipando e aprofundando uma crise que já era prevista e inevitável.

Nesta conjuntura, os preços do café caem cerca de 60% entre 1929 e 1933 no mercado internacional, refletindo em uma enorme dificuldade de comercialização do produto por parte dos cafeicultores brasileiros. Em face deste problema, em 1930 o Governo Provisório assume a coordenação da política cafeeira e cria o Conselho Nacional do Café. Em seguida, mais precisamente em 1931, inicia a queima dos estoques, de modo a promover um ajustamento entre a demanda externa e a oferta do produto. Mello (1982, p. 170/71) ressalta que *“o ajustamento da agricultura cafeeira seria, certamente, alcançado à custa da destruição de grande parte da capacidade produtiva instalada, de elevadíssimo grau de desemprego e queda substancial do salário monetário”* (MELLO, 1982).

Devido ao fato da cafeicultura capixaba, na primeira metade do século XX, ter como alicerce a diversificada propriedade de base familiar – como descrevemos anteriormente – a produção de café não diminuiu, pelo contrário, teve sua importância econômica mantida, ou até mesmo ampliada. Ao final da década de 1930 o café representava, aproximadamente, 70% das exportações do Estado (FILHO, 1990). Neste mesmo período, a importância da propriedade de base familiar também é ampliada. Filho (1990, p. 57) ressalta que além de ter resistido à crise do café intensificada nos anos 1930, a propriedade de base familiar se expandiu por todo Espírito Santo através da ocupação de novas áreas. Entre 1920 e 1940 houve, inclusive, uma relativa desconcentração da terra no Estado, cujo índice de Gini que era de 0,580 passou para 0,529.

Entre as décadas de 1940 e 1950 – mesmo com a crise cafeeira e com os incentivos ao abandono da atividade por parte do governo federal – o café atinge seu ápice no Espírito Santo. Esgotam-se a fronteira agrícola nas regiões sul e central e as terras propícias ao cultivo de café na região norte. A cafeicultura se manteve como principal atividade econômica do Espírito Santo até a segunda metade da década de 1950, quando começou a dar claros sinais de um esgotamento que já vinha se desenhando, ainda que de forma tênue, a partir do pós-guerra. Este esgotamento pode ser atribuído a fatores como o fim da zona pioneira de expansão da atividade, bem como

a exaustão dos solos (BUFFON, 1992). Também é neste período que uma nova crise nacional de superprodução é anunciada. Assim, a partir de 1955 o preço do café cai drasticamente no mercado internacional (LOUREIRO, 2006).

Segundo Filho (1990, p. 62), esta conjuntura levou o Governo a adotar novas formas de intervenção na produção, de modo a tentar atenuar os efeitos da crise. Desta maneira, a política adotada não se restringiu apenas ao controle de preços a partir da retenção dos estoques do produto. Mas, passou também a criar condições para uma profunda alteração na estrutura produtiva vigente, através da introdução de novas tecnologias, de modo a suplantarem as formas arcaicas de produção de algumas regiões. Também nesse período um amplo programa de eliminação dos cafezais improdutivos, conhecido como Plano de Renovação da Lavoura de Café foi desenvolvido. Para aplicar o programa foi criada a Comissão de Erradicação dos Cafezais Deficitários e dela emergiu a proposta de elaboração, através de recursos do Tesouro Nacional e do Banco do Brasil, entre outros agentes financeiros, do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura- GERCA, ligado ao Instituto Brasileiro do Café – IBC (FILHO, 1990).

Tanto Loureiro (2006) quanto Filho (1990) assinalam que a finalidade do GERCA era a de planejar a atividade cafeeira no país, a fim de evitar novas crises de superprodução. O GERCA possuía três diretrizes principais, quais sejam: 1) desenvolver um programa de erradicação – em nível nacional – de 2 bilhões de cafeeiros considerados antieconômicos; 2) diversificação das áreas erradicadas com culturas que promovessem o aumento da disponibilidade de alimentos; 3) renovação dos cafezais produtivos existentes, de modo a não comprometer o futuro da cafeicultura. A diretriz relacionada à erradicação dos cafezais improdutivos foi a mais aplicada pelo grupo. Assim, na primeira fase do programa de erradicação, compreendida entre junho de 1962 a agosto de 1966 um total de 723,5 milhões de pés de café foram eliminados em todas as regiões produtoras, liberando uma área de 818 mil hectares. O Espírito Santo teve, aproximadamente, 53,8% dos cafezais erradicados, liberando por volta de 51 mil hectares. Esses números ficaram aquém do que era previsto (LOUREIRO, 2006; FILHO, 1990).

Para Filho (1990) por de trás desse programa de erradicação havia a intenção de substituir o cultivo de café por outras atividades agrícolas e o desejo de promover substantivas mudanças na agricultura. Para tanto, o principal instrumento seria o fornecimento de crédito oficial através do GERCA e do Banco do Brasil àqueles que

tivessem sofrido com a erradicação dos cafezais. Este crédito, por sua vez, seria convertido em uma indenização, cuja pré-condição seria a diversificação de sua atividade produtiva no campo. O crédito seria liberado a partir da apresentação, pelo produtor de café, de um projeto técnico de diversificação de sua área. Este projeto deveria ser aprovado por órgãos oficiais. O crédito concedido tinha como finalidade o custeio e o incentivo a utilização de agrotóxicos e fertilizantes, além do uso de novas tecnologias para a produção. Todavia, o autor observa que a recuperação e diversificação das áreas liberadas pela a eliminação dos cafezais não ocorreu conforme previsto pelo plano de erradicação.

De acordo com Filho (1990) em virtude do baixo preço dos alimentos no mercado nacional, os grandes produtores de café não se interessaram em diversificar suas propriedades por meio do cultivo de alimentos, ao passo que os agricultores de base familiar, como aqueles situados no Espírito Santo, não tiveram acesso ao financiamento para ingressar nessa atividade, em função, das exigências para obtê-lo, como, por exemplo, garantias de pagamento. Além disso, a renovação das áreas não erradicadas também não ocorreu conforme o planejado²⁶. No Brasil como um todo, apenas 5% da área erradicada foi renovada enquanto a meta era de 8,3%. No Espírito Santo os números foram ainda piores: só 0,2% da área erradicada teve seus cafezais renovados, enquanto 70% da área foi ocupada por pastagens, 10% com mandioca, 9% com milho e o restante com outras culturas (FILHO, 1990).

O número de cafezais erradicados nesta primeira fase não foi suficiente para conter a crise cafeeira nacional. Os preços continuaram caindo. Assim, o GERCA estabeleceu um novo período de erradicação, compreendido entre 1966 e 1967. Nesse período, foram erradicados 656 milhões de pés de café em todas as regiões produtoras do Brasil, liberando 674 mil hectares. Algumas destas regiões, resguardadas as devidas proporções, tiveram o maior número de pés de cafés erradicados. Este é o caso do Espírito Santo. Aproximadamente 35% dos pés de café erradicados no país encontravam-se neste estado (FILHO, 1990).

Segundo Rocha e Morandi (1991) *apud* Buffon (1992), estes números evidenciam que a economia capixaba foi a mais atingida pelo programa de erradicação. Cabe lembrar, conforme discutimos anteriormente, que os cafezais no Espírito Santo possuíam baixa produtividade e produziam um café de qualidade inferior, em virtude,

²⁶ Mais detalhes a este respeito são encontrados em Filho (1990).

como vimos, da maneira precária em que era produzido, das condições do solo, da topografia e do clima local, dentre outros fatores. Portanto, era de se esperar que com essa política esta região fosse bastante afetada. Além disso, diferentemente de outras regiões do país, no Espírito Santo o café era produzido por agricultores de base familiar, indivíduos que, dada a sua condição, possuíam pouca voz, prestígio e capacidade reivindicativa junto ao governo federal.

O processo de erradicação provocou vários problemas e prejuízos aos cafeicultores espalhados pelo Brasil. Para atenuá-los entre 1967 e 1969 o GERCA criou um Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras. Como na primeira fase da erradicação ficou claro que os cafeicultores não estavam interessados em cultivar alimentos para abastecer o mercado interno, este plano se concentrou no estímulo a produção de produtos exportáveis. Todavia, para tornar estes produtos competitivos no mercado externo era preciso, primeiro, investimentos em infraestrutura como eletrificação, estradas, transporte, tecnologia, etc., bem como na criação de agroindústrias, para beneficiar estes produtos, favorecendo alguma agregação de valor. Para tanto, foram estabelecidos convênios com as companhias e bancos de desenvolvimento dos estados atingidos pelo programa de erradicação. Estas instituições passaram a ser responsáveis pela concessão dos financiamentos (LOUREIRO, 2006).

No Espírito Santo este programa de diversificação foi acompanhado pelo governo estadual. Apesar de colocada a necessidade de diversificação, as áreas antes ocupadas pelos cafezais foram ocupadas, principalmente, pela pecuária, atividade que emprega pouca mão de obra. Parte das indenizações concedidas em função da erradicação dos cafezais foi aplicada em atividades comerciais, industriais e agroindustriais de pequeno porte, como a indústria de carnes, beneficiamento de açúcar e de café e no “reflorestamento” (LOUREIRO, 2006; FILHO, 1990, MOTA, 2002).

De modo a complementar este plano de diversificação, após a erradicação, mais precisamente no ano de 1968, o Espírito Santo criou o seu, denominado: *Plano de Diversificação e Desenvolvimento Agrícola do Estado do Espírito Santo*. Este plano foi elaborado a partir de um estudo em 327 estabelecimentos rurais capixabas. Nele são avaliadas as conseqüências da erradicação dos cafezais no estado, considerada a desencadeadora de uma crise na agricultura capixaba. Ao mesmo tempo são apontadas medidas para conter os problemas derivados desta situação, cujo caminho seria a diversificação. Apesar de suas diretrizes não terem sido encampadas pelo GERCA, o

peso político deste documento apontava a necessidade de modernização da agricultura capixaba e industrialização do Estado.

Buffon (1992) assevera que apesar de acelerar um processo de crise, a erradicação dos cafezais não é capaz, por si só, de explicar a origem da decadência desta atividade econômica tão importante para o Espírito Santo. Tampouco é capaz de explicar todos os acontecimentos que sucederam a este fato. Para ele, por um lado, esta associação, comumente utilizada por vários estudiosos do tema, repousa em uma idealização da propriedade de base familiar e da cafeicultura que existiam antes da erradicação. Assim, encobre os limites dessa organização social até então presente no campo capixaba. Por outro lado, há aqueles, como técnicos do governo e empresários, que se valeram do discurso da existência da crise e dos prejuízos da erradicação dos cafezais, para defender a necessidade de incentivos fiscais no Estado, bem como de sua industrialização e modernização de sua agricultura. Contudo, na opinião do autor, ambos os lados desconsideram aspectos importantes nas três regiões do estado, que no início dos anos 1950, já apontavam o esgotamento da atividade cafeeira e da modalidade de propriedade na qual era desenvolvida. Soma-se a este fato a emergência de novos focos de dinamismo, embora estes, nessa época, ainda se apresentassem timidamente.

Ao colocar os limites da cafeicultura no Espírito Santo, Buffon (1992) explica que na região sul do estado: 1) a indisponibilidade de terras; 2) o avanço da pecuária; 3) e o abandono de terras desgastadas, outrora cultivadas com café, reflexo da queda da produtividade e dos preços; mesmo antes da política de extermínio dos cafezais, eram elementos que contribuíam e ao mesmo tempo indicavam à existência de uma crise na atividade, anterior à própria política de erradicação dos cafezais. Nesta região houve ainda o desenvolvimento de indústrias como a de extração mineral de rochas como o mármore e a de fabricação de cimento, que passaram a fornecer material para a construção civil do próprio estado e de estados vizinhos, como Rio de Janeiro, dado o processo de urbanização desencadeado no Brasil no pós-guerra. Para o autor estes fatores favoreceriam, em momento posterior, uma transição de uma econômica local baseada no café, para uma economia centrada em outras atividades.

A região central apresentou um comportamento similar em relação à cafeicultura, mas não na mesma proporção. Lá o tamanho reduzido das propriedades e sua diversificação e a melhor fertilidade do solo, foram capazes de sustentar a produção de

café, apesar da queda dos preços. Todavia, dois elementos deslocariam o foco até então dado ao café. O primeiro é a entrada da Vale do Rio Doce no estado, que passou a escoar minério de ferro pelo Porto de Vitória, alterando a dinâmica econômica das áreas próximas. O segundo refere-se à implantação de unidades industriais em Vitória e nos municípios vizinhos como Vila Velha e Cariacica que não guardavam relações diretas com a atividade cafeeira (BUFFON, 1992).

No norte do estado as condições climáticas e de solo diminuíram a vida útil dos cafezais e comprometeram sua produtividade. Além disso, esta região assistiu o avanço da pecuária, da cacauicultura e da exploração de madeira. Estas condições ao mesmo tempo em que fizeram com que a economia não se centrasse apenas no café, contribuíram para um processo de concentração de terras, diferentemente, das regiões em que a ocupação se deu por intermédio da cafeicultura. Somam-se a esses fatores endógenos, fatores exógenos como a queda dos preços internacionais do café, a integração e o avanço da urbanização (BUFFON, 1992).

Na formulação do autor, juntas, todas estas transformações experimentadas pelas três regiões do Espírito Santo, cedo ou tarde, provocariam uma crise na atividade cafeeira. Dito em outras palavras, a cafeicultura capixaba, marcada pelo 1) esgotamento do solo para seu próprio avanço, 2) pela baixa capacidade de produção de excedentes e de absorção de tecnologias, 3) ademais situada em um contexto nacional caracterizado pela rápida integração dos mercados e pela expansão da urbanização e industrialização, não poderia resistir. Assim, mesmo na ausência de um programa de erradicação, tal qual foi aplicado, inexoravelmente, entraria em um estágio irreversível de estagnação, mesmo que fosse atenuado, em certos períodos, pela melhoria dos preços do café no mercado internacional (BUFFON, 1992). Assim, nas palavras do autor:

Não fosse a erradicação dos cafezais a “desmontagem” da economia da pequena produção e a hegemonia da cafeicultura teriam se prolongado por mais tempo e o esvaziamento do campo, a concentração fundiária, a alteração do padrão urbano e outros fenômenos correlatos, teriam pronunciado-se de forma mais lenta e mais equilibrada (BUFFON, 1992, p. 202).

Deste modo, Buffon (1992) conclui que a crise na cafeicultura, propagada no final dos anos 1950, não se configurou apenas em uma crise de preços, pelo contrário, tratou-se de uma crise do próprio modelo em questão. De acordo com o autor, a queda dos

preços do café em tal período foi responsável apenas por evidenciar os limites à agricultura praticada no Espírito Santo e antecipar uma crise que seria inevitável.

Já Daré (2010, p.171) atribui a “crise” ocorrida na atividade cafeeira primeiramente à estrutura econômica do estado baseada propriedade de base familiar, mesmo não sendo os agricultores de base familiar os responsáveis pela “crise”. Feita essa observação a autora ressalta que a crise do café no Espírito Santo tratava-se de uma crise de circulação e preços de um só produto agrícola, e não de uma crise geral na agricultura, uma vez que a propriedade de base familiar produzia outros artigos além do café e com isso, garantia a sua segurança alimentar. Por isso não estava em crise. Assim, ela conclui que associar o colapso na atividade cafeeira a uma possível crise na propriedade de base familiar foi uma maneira encontrada pelos empresários e lideranças políticas locais para eliminar ou ao menos enfraquecer a estrutura presente no campo. Tão somente a partir desse enfraquecimento, seria possível introduzir ou fortalecer no estado atividades como a pecuária e o monocultivo de eucalipto. Deste modo, a solução colocada para acabar com a suposta crise, seria a “diversificação” da economia do Espírito Santo através da industrialização de produtos que pudessem ser vendidos ao mercado externo.

Colocamos ainda um terceiro ponto de vista. Diante do exposto, uma das interpretações possíveis é que o problema apresentado pela pequena propriedade não repousava na crise do café, utilizada como justificativa para a necessidade de profundas alterações na organização do campo capixaba. Como argumentamos, a propriedade de base familiar produtora de café tinha a capacidade de “sobreviver” às adversidades vivenciadas pela atividade cafeeira, dada a sua diversificação para subsistência. O grande impasse daquela organização produtiva, baseada na pequena propriedade, era que para seus atores (principalmente agricultores) não estava colocada a possibilidade de diversificação de sua produção por meio do desenvolvimento de atividades agrícolas mais dinâmicas, às quais pudessem substituir o café, de modo a produzir um excedente que pudesse ser canalizado para outros setores da economia. Essa possibilidade não estava colocada, porque, conforme Macedo e Magalhães (2011), aquela modalidade de propriedade, até aquele momento, jamais havia contado com políticas públicas capazes de apoiá-la em tal sentido.

Como observamos no primeiro capítulo da tese, no Brasil a industrialização e modernização da agricultura privilegiou grandes proprietários. Assim, a elite política

capixaba, ávida por se integrar a economia nacional, cujas propostas industrializantes foram colocadas em prática desde os anos 1950, jamais “nadaria contra a corrente”, privilegiando a propriedade de base familiar. Por de trás do discurso de crise e da disseminada ideologia de que a propriedade de base familiar era atrasada, encontrava-se uma concepção de desenvolvimento para o campo, que através de uma suposta ideia de diversificação, passou a defender a introdução de atividades de larga escala ou baseadas no monocultivo, como a eucaliptocultura e a pecuária. Portanto, as propriedades de base familiar ficaram aliadas do processo de modernização.

Deste modo, não é por acaso que Filho (1990), ao abordar em sua dissertação de mestrado as transformações ocorridas na agropecuária capixaba, chamou esse processo de “modernização violenta.” Por isso, como assinala novamente Macedo e Magalhães (2011, p. 96), *“a dinâmica da economia cafeeira em pequenas propriedades, apesar de conter em germe as possibilidades de mudança qualitativa do Espírito Santo, não logrou êxito em modernizar essa sociedade em direção a uma base urbana e industrial”*.

2.4. Industrialização e modernização da agricultura no Espírito Santo

Colocadas estas perspectivas, o fato é que a cafeicultura capixaba constituiu-se no pilar da economia do Espírito Santo até meados do século XX, apesar de ser considerada “precária” quando comparada com a mesma atividade praticada em outras regiões brasileiras. Com o declínio da cafeicultura, novos desafios se apresentaram à economia estadual, uma vez que o predomínio do café sobre a geração de renda e receita colocavam limites ao seu desenvolvimento. Isto porque ao constituir-se em uma economia primário exportadora dependente do café, seu crescimento estava condicionado, exclusivamente, a variação do preço deste produto no mercado internacional. Além disso, posicionando-se como um produtor marginal de café, nem mesmo indiretamente, por meio do controle da oferta, o Estado tinha condições de interferir no preço do seu principal produto (MOTA, 2002).

Com a erradicação dos cafezais e, por conseguinte, com o declínio da cafeicultura, as aspirações da classe empresarial e política local – cujos integrantes muitas vezes coincidiam e, em geral, ainda estavam ligados à elite agrária local – pela criação de estratégias que alavancassem a economia estadual se intensificaram. Era preciso uma

solução capaz de criar alternativas para a dependência secular por parte Espírito Santo em relação à cafeicultura, de modo a sustentar sua recuperação econômica. Estes caminhos, tendo em vista o contexto nacional, apontavam para a necessidade de sua modernização (MACEDO e MAGALHÃES, 2011).

Diante disso, importantes atores como políticos e empresários locais aproveitaram a ideia de crise já impregnada na sociedade espírito-santense, para defender junto ao governo federal e estadual a necessidade premente de industrialização do estado. A industrialização promoveria não só uma inserção mais profunda do Espírito Santo na economia nacional, como também a realização de seus interesses, prejudicados pelo cenário vivenciado pela cafeicultura (LOUREIRO, 2002). Obviamente, esta necessidade de industrialização passaria também pela modernização de sua agricultura, já que o estado, passados anos, ainda continuava em uma posição periférica frente aos demais estados da região sudeste, área geoeconômica mais dinâmica do país, e, portanto, não era dotado de uma infraestrutura capaz de atrair investimentos privados (BITTENCOURT, 1987).

Para Bittencourt (1987) a questão colocada, em finais dos anos 1960, seria a melhor maneira de possibilitar esse processo de industrialização no Espírito Santo, uma vez que o estado encontrava-se “espremido” em uma região que continha três estados – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – com núcleos industriais relativamente consolidados. Para promover a ambicionada industrialização não bastavam apenas os esforços das elites locais. Havia a necessidade de grandes investimentos, advindos, sobretudo, da esfera federal. É nessa conjuntura que o governador Dias Lopes Filho, nomeado em 1967 pelos militares, assume a missão de promover a reestruturação econômica espírito-santense. Inaugurando uma nova fase na economia capixaba, juntamente com a elite política e empresarial local, este governador passou a pleitear junto ao governo federal melhorias para o estado, sob a bandeira de que os indicadores socioeconômicos do mesmo eram péssimos, similares aos apresentados pelos estados nordestinos, porém sem a SUDENE²⁷ e os benefícios distribuídos pelo órgão para melhoraria desses indicadores. Estas reivindicações foram apoiadas e influenciadas pela

²⁷SUDENE significa: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Esta instituição foi criada por meio da Lei no 3.692, de 15 de dezembro de 1959. De acordo com FURTADO (1984, p. 7) “*um dos objetivos de criação da SUDENE foi (...) capacitar o Nordeste para participar eficazmente dos centros formuladores da política econômica e financeira do país*”. Deste modo, as ações deste órgão abrangiam os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais.

Federação das Indústrias do Espírito Santo – FINDES, criada em 1958 com a bandeira de defender a necessidade de industrialização do Espírito Santo (BITTENCOURT, 1987; MOTA 2002) ²⁸.

Mota (2002) assinala que o movimento reivindicatório de inclusão do Espírito Santo na política regional brasileira foi responsável por acirrar a defesa da industrialização como forma de alavancagem do estado no cenário econômico nacional. Assim, o ambiente em favor da elaboração de uma política industrial estava formado. Esta conjuntura foi favorecida pelo fato de nesta época, as políticas regionais encontrarem apoio nos governos das unidades federativas, o que permitiu que Dias Lopes articulasse os interesses locais emergentes com as políticas federais. Deste modo, o grupo de interesse organizado a partir da FINDES conseguiu espaço para impor seu projeto político no estado com apoio do governo federal e teve papel importante na condução e execução das políticas públicas direcionadas a promoção da industrialização do Espírito Santo.

Para que a reestruturação da economia capixaba fosse possível foi estabelecida a Lei n.º 2.296 de 17 de julho de 1967. Através desta lei uma reforma administrativa foi implementada, tendo como elemento central a criação ou reestruturação de alguns órgãos governamentais, de forma a promover um reaparelhamento institucional do estado (BITTENCOURT, 1987). Conforme Medeiros (1977, p. 73), dentre as ações realizadas por meio da referida lei encontram-se: a) a revitalização do Conselho de Desenvolvimento Econômico; b) a criação da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo – CODES que em um momento posterior foi transformada em Banco de Desenvolvimento; c) o fortalecimento do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo que se tornou o Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES; d) o aumento da capacidade da Espírito Santo Centrais Elétricas – ESCELSA; e) criação da Companhia de Pesca do Espírito Santo – COPESA; f) a criação da Empresa Capixaba de Turismo – EMCATUR; g) criação da Coordenação de Planejamento Industrial do Espírito Santo – COPLAN; h) Criação do Serviço Estadual

²⁸Lobino (2008) observa que os personagens que conduziram o processo de industrialização no Estado estavam diretamente ligados aos setores empresariais. Muitos deles passaram pela FINDES. Um destes personagens é Arthur Carlos Gerhardt Santos, governador que sucedeu o governo de Dias Lopes no Espírito Santo. Antes de assumir o governo em 1967, Arthur Carlos Gerhardt Santos foi representante da FINDES e presidiu também o Conselho de Desenvolvimento do Espírito Santo, criado na gestão de Dias Lopes. Com o término de seu mandato no governo estadual, assumiu a diretoria da Aracruz Celulose S/A e, posteriormente, a presidência da Companhia Siderúrgica de Tubarão.

de Racionalização e Controle Operacional – SERCOP, destinado a executar serviços de processamento de dados e tratamento de informação; i) criação do Departamento de Aerofotogrametria, vinculado à Secretaria de Agricultura.

Enquanto atuava no plano estadual, o governo de Dias Lopes manteve a tentativa de pressionar o governo federal, a fim de demonstrar que assim como os estados do nordeste, o Espírito Santo tinha a necessidade de receber incentivos fiscais para transformar seu quadro econômico (LOUREIRO, 2006). Desta forma, aproveitando a linha desenvolvimentista de descentralização da produção industrial assumida pelo governo militar, reivindicava que se o governo federal tinha o papel de corrigir as distorções regionais e favorecer a integração econômica, era preciso contribuir para a modernização e fortalecimento da economia do Espírito Santo. Economia esta que ainda ocupava uma posição marginal no contexto nacional (BITTENCOURT, 1987; OLIVEIRA JR. e MONTEIRO, 2011). Então, no ano de 1969, o governador conseguiu junto ao governo federal o estabelecimento do decreto-lei nº. 880. Este decreto regulamentou incentivos para o Espírito Santo nos moldes daqueles concedidos aos estados do Nordeste por intermédio da SUDENE (FILHO, 1990).

O decreto-lei nº. 880 dispunha “(...) *sobre a instituição do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo- FUNRES e dá outras providências*²⁹”. Assim, por meio de ações como: a) dotações governamentais de origem federal ou estadual, auxílios, subvenções, contribuições, doações de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras; b) recursos destinados ao Estado do Espírito Santo, pelo Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura - GERCA; c) recursos resultantes de incentivos instituídos pelo Governo do Estado do Espírito Santo; rendimentos derivados das suas aplicações, o Fundo tinha a finalidade de “(...) *prestar assistência financeira, sob a forma de participação acionária e de operações de crédito, a empreendimentos industriais e agropecuários, localizados no Estado do Espírito Santo*³⁰”. Por meio deste decreto:

Art. 3º O contribuinte do imposto sobre a renda, pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliado no Estado do Espírito Santo, poderá aplicar no Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo os incentivos instituídos pelo Decreto-lei nº 157, de 10-2-67, obedecidos os mesmos percentuais.

²⁹BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 880, DE 18 DE SETEMBRO DE 1969**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0880.htm. Acesso: novembro de 2012.

³⁰Idem a nota anterior.

Art. 4º Observados os mesmos percentuais e a preferência para investimentos nos setores da pesca e do turismo, **[o contribuinte de imposto sobre a renda, domiciliado no Estado do Espírito Santo, poderá aplicar, em empreendimentos industriais e agropecuários considerados de interesse para a recuperação econômica desse Estado]**, os recursos decorrentes dos incentivos instituídos pelos Decretos-leis nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 e nº 55, de 18 de novembro de 1966. (Vide Lei nº 9.532, de 1997)

§ 1º As opções para aplicação dos incentivos fiscais na forma deste artigo poderão ser usadas pelo prazo de 5 (cinco) anos.

§ 2º Optando pela aplicação em empreendimentos de interesse para a recuperação econômica do Estado do Espírito Santo, nos termos deste artigo, o contribuinte do imposto sobre a renda: a) depositará a importância resultante da dedução do imposto e adicionais não restituíveis, em parcelas proporcionais às do recolhimento no Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, e comprovará o depósito perante o agente arrecadador, quando do pagamento de cada parcela do imposto devido;

b) indicará, até 6 (seis) meses após o recolhimento, sem atraso da última parcela do depósito a que se refere a alínea a, o empreendimento a que pretende destinar os recursos.

§ 3º A importância depositada, na forma deste artigo, será registrada pelo estabelecimento de crédito em conta especial, a favor do contribuinte, para efeito de fiscalização e aplicação.

Art. 5º Os recursos a que se refere o artigo 4º serão aplicados pela pessoa jurídica depositante sob a forma de participação societária.

§ 1º As ações adquiridas com os recursos a que se refere este artigo serão nominativas e intransferíveis pelo prazo de 5 (cinco) anos.

§ 2º O valor das ações adquiridas com recursos a que se refere este artigo será igual, no máximo, a 75% (setenta e cinco por cento), e, no mínimo, a 25% (vinte e cinco por cento), do capital social da empresa assistida.

§ 3º Decorrido o prazo previsto no § 2º, alínea b, do artigo 4º, sem que o contribuinte tenha feito a indicação do projeto, os recursos serão transferidos para a conta do Fundo de que trata o artigo 1º.

Art. 6º Poderão ser utilizados segundo as disposições deste Decreto-lei os recursos de contribuintes domiciliados no Estado do Espírito Santo, provenientes de deduções do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis efetuadas em conformidade com os Decretos-leis nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 e nº 55, de 18 de novembro de 1966, e que não estejam comprometidos na forma estabelecida pela legislação própria.

Para Bittencourt (1987, p. 210) a aprovação deste decreto-lei marca o ressurgimento do Estado como condição central para a promoção do processo e industrialização no Espírito Santo.³¹ A partir deste decreto-lei “*o Estado como fornecedor de capital social básico, passou a transferir recursos públicos para o setor privado, objetivando subsidiar a industrialização via incentivos fiscais e legislação correlata*”. Loureiro (2006) assinala que diante desse contexto, o caminho “escolhido” pelo Espírito Santo era evidente. Encontrava-se dentro de um modelo de modernização mais amplo, vivenciado pelo Brasil, sobretudo, a partir da década de 1950, cuja participação do Estado era fundamental.

³¹ Conforme Mota (2002), o estabelecimento do FUNRES fez do Espírito Santo o único estado brasileiro a possuir um instrumento de desenvolvimento regional implementado pelo governo federal. Os demais fundos similares a este eram voltados para o desenvolvimento de um grupo de estados que compunham uma macrorregião.

Dalcomuni (1990) ressalta que as propostas industrializantes do estado não emergiram automaticamente da crise do café, apesar da crise consistir em um importante contributo. Estas propostas têm raízes anteriores a esse período, mas, tão somente nos anos 1960, diante de uma conjuntura nacional favorável, conseguem se fortalecer.³² Deste modo, para Mota (2002) a década de 1960 se configuraria no marco da reorganização interna das atividades produtivas no estado, sendo que os determinantes dessa reorientação estão postos para além da queda dos preços internacionais do café. Isto porque, segundo o autor:

O crescimento industrial capixaba, a partir dos anos 60, seria decorrente, segundo as principais interpretações: (I) da crise na produção do café, consequência da queda do seu preço internacional; (II) da política industrial, com intervenção do governo federal, no sentido de incentivar especialmente os setores básicos; (III) da construção de infra-estrutura com características específicas, atraindo iniciativas industriais para o Estado; (IV) do transbordamento da economia brasileira, que naquele momento encontraria na periferia alternativas para expansão; (V) do sistema de incentivos fiscais para o setor industrial; (VI) da expansão do mercado consumidor urbano no Espírito Santo; (VII) do esgotamento da estrutura de produção familiar na cultura cafeeira [que diríamos ser deliberado]; (VIII) da política nacional de erradicação dos cafezais na década de 60, (IX) da construção de uma institucionalidade estadual que permitiria a implementação de políticas de apoio à indústria (MOTA, 2002, p. 22-23).

Embora o decreto-lei n°. 880 tenha assumido um papel fundamental no processo de industrialização do Espírito Santo, para Bittencourt (1987) o aspecto mais marcante da ação governamental neste período foi a implantação da infraestrutura necessária para atender aos chamados Grandes Projetos que seriam desenvolvidos mais tarde no estado, como a rede de transporte e comunicação. Assim como Bittencourt (1987), Loureiro (2006, p. 46) destaca a participação do Estado no processo de industrialização. Para esta autora, o caminho escolhido para a modernização do Espírito Santo acompanhou o modelo de modernização brasileira desencadeado nos anos 1950. Modelo este, caracterizado pela:

(...) Crescente participação do Estado na economia (...); uma expansão do capitalismo em regiões periféricas por meio de incentivos fiscais para o setor privado; melhoria da infraestrutura econômica; maior abertura para o

³²Conforme Bittencourt (1987) as primeiras tentativas de industrialização do Espírito Santo foram empreendidas entre 1892 e 1898, com a instalação de fábricas de tecido e engenhos centrais de açúcar e no início do século XX, quando Jerônimo Monteiro assume a presidência do Estado. Jerônimo Monteiro, em sua gestão estabeleceu a tentativa de implantação de diversas indústrias no estado, a exemplo de fábricas para a produção de tecidos, material sílico-calcáreo, cimento, açúcar, óleos vegetais, dentre outros. Contudo, seus projetos esbarram na falta de infraestrutura adequada.

comércio exterior; predominância da utilização de técnicas poupadoras da força de trabalho nos diversos setores produtivos; concentração de renda como diretriz geral do modelo de crescimento com suporte no autoritarismo (LOUREIRO, 2006, p. 46).

Conforme Macedo e Magalhães (2011), com a derrocada do café, o Espírito Santo assistira um processo de acumulação urbano-industrial. Este processo foi responsável por elevar a inserção da economia capixaba nos mercados nacional e internacional, tendo em vista uma maior diversificação da estrutura produtiva. Deste modo – se na segunda metade dos anos 1960 este estado passou por um processo de racionalização capitalista na agricultura, com a introdução de agroindústrias, mediante os recursos advindos do Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras, aliados a um processo de concentração de capital interno – a partir da década 1970, auge da ditadura militar, sobre as diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND, sua economia ingressa em uma nova fase.³³ Nela, grandes grupos estatais e privados, nacionais e estrangeiros desenvolveram novas atividades e se apropriaram de outras já existentes. Deste modo, deslocaram o foco de poder até então centrado nas elites agrárias, para uma elite urbano/industrial nascente, ao mesmo tempo, em que desencadearam profundas transformações em quase todos os setores da economia estadual (LOUREIRO, 2006).

Dito isso, Bugarin e Lira (2011, p. 8) assinalam que:

Com uma estrutura demográfica formada por uma população predominantemente rural e uma estrutura econômica fundada nas bases da cafeeicultura, o Espírito Santo passou por intensos processos de industrialização e urbanização a partir da década de 1970. As mudanças estruturais capixabas aconteceram de maneira brusca, tendo seu início com a desestruturação do setor agrário e se consolidando com a reestruturação da economia, estimulada pela nova ótica de acumulação do capital que se instaurava no estado, a industrialização.

³³ O II Plano Nacional de Desenvolvimento, também chamado II PND lançado no final de 1974, e realizado entre 1975 e 1979, tinha como objetivo estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia no Brasil, após o impacto do primeiro choque do petróleo. Nesse sentido, de acordo com Siqueira (2009, p. 7), este plano continha uma nova concepção para a temática de correção dos desequilíbrios regionais, através de um projeto de desenvolvimento voltado para abertura de frentes produtivas na conquista de mercados externos. Deste modo, Mantega (1997, p. 3) assinala que o II PND consistiu no último grande plano econômico do ciclo desenvolvimentista brasileiro e, “*provavelmente, o mais amplo programa de intervenção estatal de que se tem notícia no país, e que transformou significativamente o parque industrial brasileiro com a implantação de um polo de insumos básicos e de bens de capital*”.

Esta fase é caracterizada pelo discurso político em favor da atração de grandes plantas industriais para o estado, sobretudo, uma siderúrgica, de modo a aproveitar as conveniências locais derivadas do Porto de Vitória e da Companhia Siderúrgica Vale do Rio Doce³⁴ (MOTA, 2002). Tal discurso político resultou – já na gestão de um novo governador indicado também pelos militares, Arthur Carlos Gerhardt Santos, cujo mandato foi de 1971 a 1974 – na instalação, no estado, dos chamados Grandes Projetos de Investimentos ou Grandes Projetos Industriais. A função destes projetos era a de produzir insumos básicos de fundamental importância para promover a integração do Espírito Santo ao parque industrial brasileiro (LOUREIRO, 2006, p. 46). Estes projetos consistiam em complexos industriais, principalmente, voltados para o mercado externo e podem ser divididos em cinco grupos, sendo três do setor secundário (siderúrgico, naval e paraquímico, este com implicações no setor primário, já que depende do cultivo de eucalipto) e dois do setor terciário (turístico e portuário, ambos autônomos na economia estadual) (SIQUEIRA, 2009).

No âmbito do complexo siderúrgico foram introduzidas no estado cinco usinas de pelotização de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) consorciada aos capitais japonês, italiano e espanhol; a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST); a Samarco Mineração, de capital canadense. Todas contaram com terminal portuário próprio. No complexo paraquímico foi criada a Aracruz Celulose S/A, uma *joint venture* estruturada a partir de capitais estrangeiros e nacionais públicos e privados, com o BNDES participando com 36,0% do financiamento. Neste projeto foram articulados além de extensas áreas cultivadas com eucalipto, uma infraestrutura portuária. Além dessa indústria foi também criada a Flonibra - Empreendimentos Florestais, uma associação entre a CVRD e Japan Brazil Pulp. O complexo portuário contou com a ampliação das obras do cais de Vitória, a criação do Superporto de Tubarão para a Usina Siderúrgica de Semi-Acabados, do Porto de Barrado Riacho – PORTOCEL, destinado ao escoamento da celulose produzida pela Aracruz Celulose S/A, do Porto de Ubu, para o escoamento da produção da Samarco, a construção do Cais de Capuaba/Atalais (Terminal do Corredor de Exportação- GO/MG/ES). O complexo turístico contou com investimentos no litoral sul do estado. O complexo naval, que previa a construção de estaleiros de reparo e construção naval não foi concretizado. Além desses complexos, foram efetuadas melhorias no sistema de transporte. Todos

³⁴ Esta Companhia já havia diversificado as suas atividades na região a partir da construção do Porto de Tubarão em 1966 (MOTA, 2002, p. 53).

esses investimentos ficaram conhecidos como Grandes Projetos Industriais. (LOUREIRO, 2006; AMBRÓZIO, 2005; MOTA, 2002). Deste modo, a matriz dos grandes projetos baseou-se no complexo mineração-ferrovia-porto e na expansão do plantio de eucalipto (SIQUEIRA, 2009).

Medeiros (1997) destaca as transformações que eram previstas pelo governo estadual da época a partir da instalação dos Grandes Projetos Industriais. Para tanto, extraiu um esquema do *Programa de Reaparelhamento Estrutural - Consolidação, do Polo de Vitória*, elaborado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo e apresentado no seu plano de ação -1975-1979, que reproduzimos abaixo (Figura 6). Neste esquema, percebemos como, na visão dos planejadores, os projetos estavam organizados e interligados a diversos setores produtivos. Por exemplo, era essencial a criação de um complexo portuário, para viabilizar as atividades de transporte e comercialização dos artigos produzidos pelo complexo naval, siderúrgico e paraquímico.

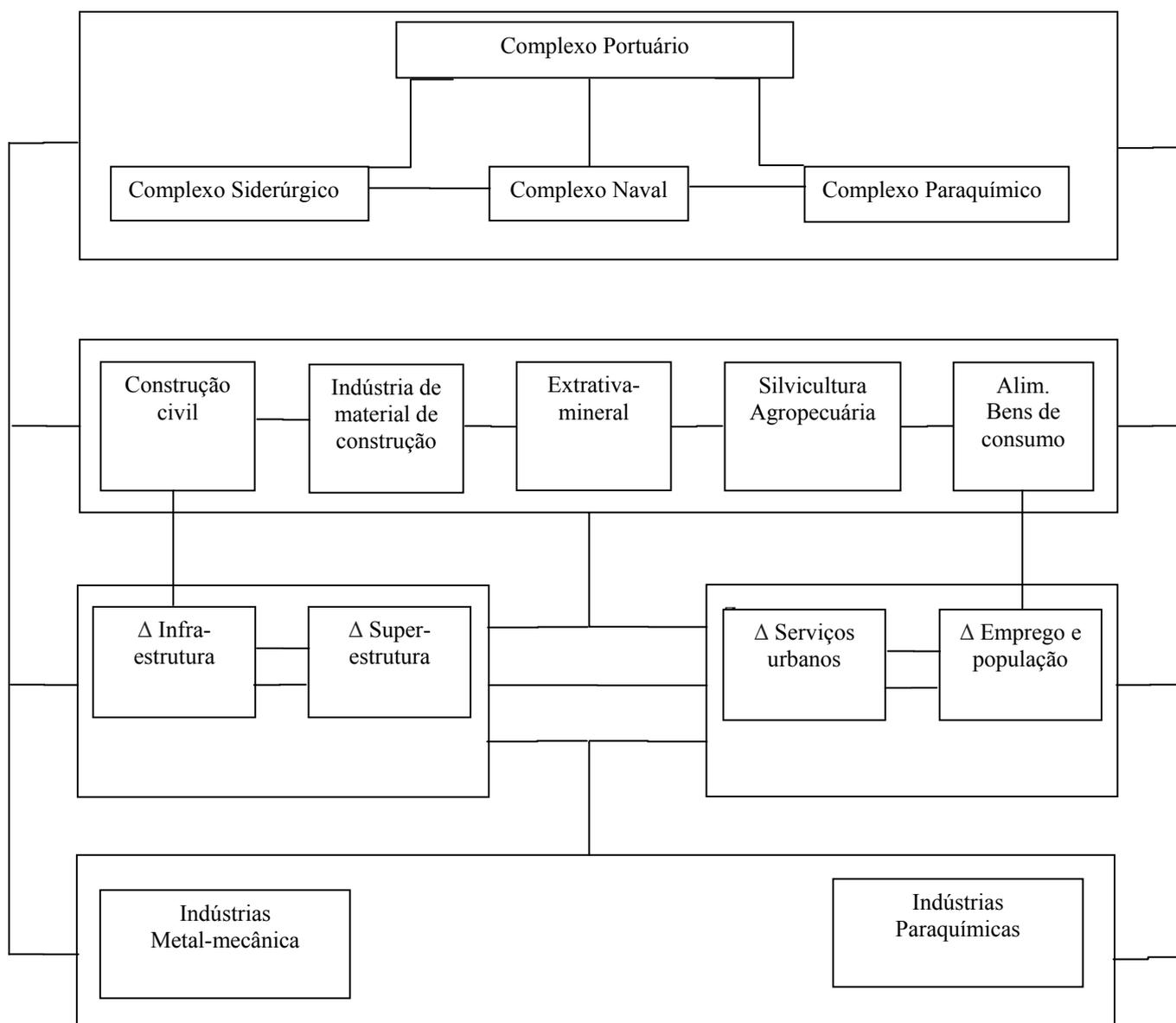


Figura 6- Causação cumulativa dos complexos motrizes

Fonte: Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo e apresentado no seu plano de ação -1975-1979 *apud* MEDEIROS (1997, p, 108).

Medeiros escreve sua dissertação em 1977, momento em que alguns dos Grandes Projetos Industriais introduzidos começavam a apresentar seus primeiros resultados. Assim, segundo o autor, naquele momento verificava-se que os projetos asseguravam índices consideráveis de crescimento econômico para o Espírito Santo. Contudo, era preciso questionar a real capacidade dos Grandes Projetos Industriais em promover um desenvolvimento integrado no estado. Deste modo, em sua análise o autor observa que se for realizada uma distinção entre crescimento e desenvolvimento é possível perceber alguns riscos e efeitos negativos colocados pelos referidos projetos.

O primeiro risco é o de inversão de fatores, onde o que até então era abundante, poderia se tornar escasso. Este é o caso, por exemplo, dos recursos naturais. O segundo

risco colocado pelo autor seria o de que as lideranças locais fossem alijadas do processo, já que parte considerável dos investimentos de alguns projetos advinha do capital internacional, o que confirmaria uma economia colonizada e dependente do exterior. O terceiro risco seria que os setores instalados no estado passassem a pressionar o orçamento estadual, sem fornecer, em contrapartida, aumento da capacidade arrecadadora. Em quarto, encontrava-se o risco de acentuação do processo de esvaziamento do interior iniciado nos anos 1960, reforçando a dualidade campo/cidade. Por último, estes Grandes Projetos também poderiam criar no futuro, problemas de degradação e qualidade de vida urbana (MEDEIROS, 1977).

Não precisamos fazer uma pesquisa muito profunda para constatar que grande parte dos riscos sinalizados por Medeiros (1977) se materializaram no estado. Basta analisarmos os atores que estão à frente de empresas multinacionais como a Aracruz Celulose S/A, hoje Fibria Celulose S/A, ou os conflitos advindos dos problemas ambientais e sociais causados por empresas como esta, implantada no âmbito dos Grandes Projetos, ou ainda, a evolução da porcentagem da população capixaba residente no campo e na cidade, nas últimas décadas.

Ainda em relação a este tema, Siqueira (2001) chama a atenção para o ciclo de industrialização desencadeado no Espírito Santo, originário da desestruturação do setor agrário. De acordo com o autor, este foi implementado de forma abrupta e concentrada na região metropolitana da Grande Vitória, mais precisamente, em uma área que abrange, além da capital, os municípios de Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana. A localização dos Grandes Projetos Industriais se restringiu a atual área da aglomeração da Grande Vitória, com exceção da Samarco Mineração e da Aracruz Celulose S/A, que se situam a um raio aproximado de 200 km de distância da capital, informação que pode ser visualizada no mapa abaixo (Figura 7). Tanto Mota (2002) quanto Bugarin e Lira (2011) observam que a maioria dos investimentos realizados no estado na década de 1970 se concentrou nessa região. Deste modo, para o primeiro autor, esta região foi a maior beneficiada com a política regional, na medida em que recebeu cerca de 65% da totalidade do investimento e aproximadamente 63% dos incentivos fiscais.

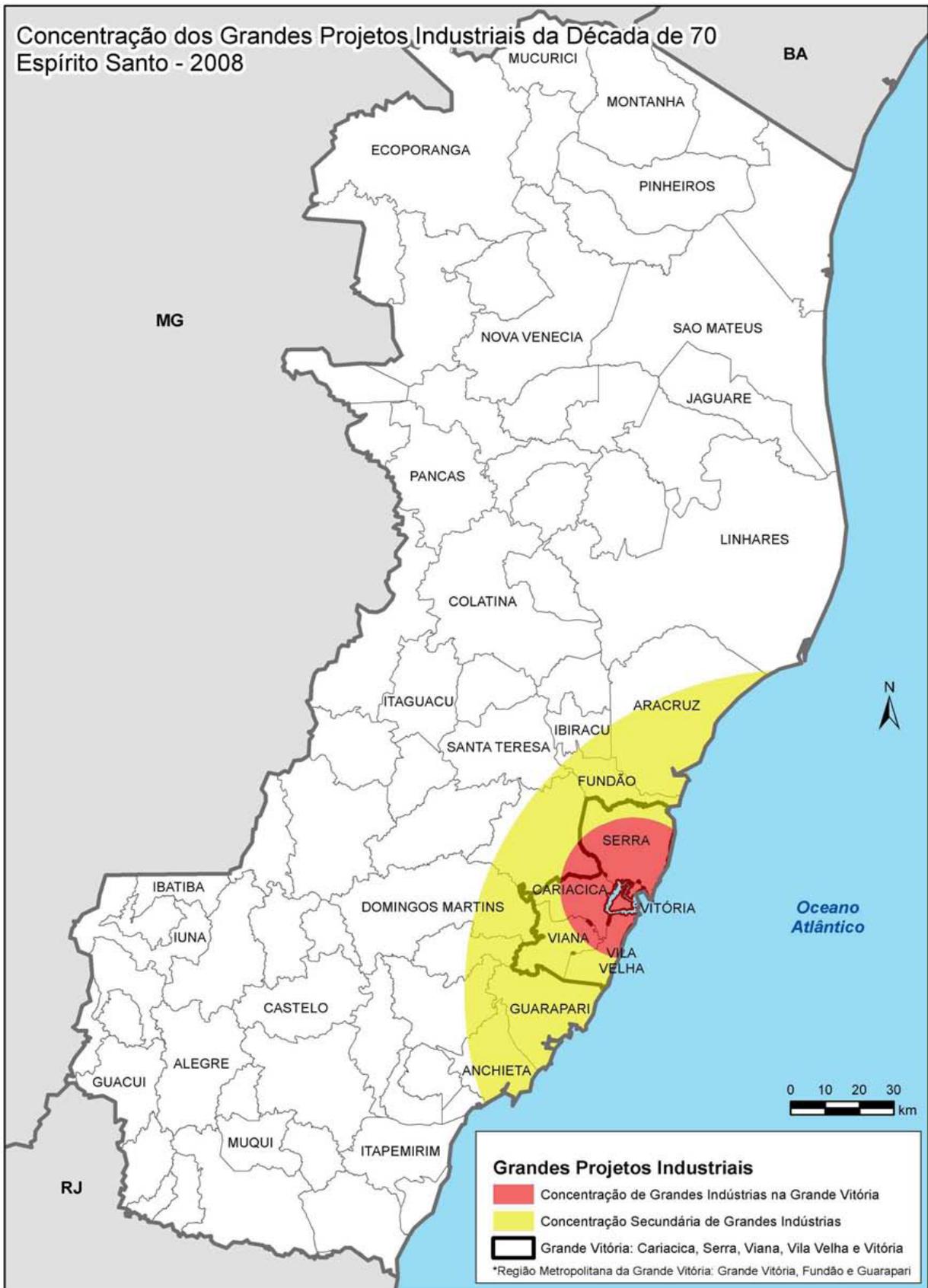


Figura 7 - Mapa da concentração dos Grandes Projetos Industriais

Fonte: Bugarin e Lira (2011, p. 09).

A concentração dos Grandes Projetos em uma pequena área do estado foi acompanhada por uma concentração das riquezas geradas pela instalação dos parques industriais. Redefiniu o espaço e conferiu centralidade econômica e de serviços a região metropolitana da Grande Vitória que assumiu um caráter eminentemente urbano. Deste modo, expressando as contradições de um desenvolvimento desigual, essa mudança na estratégia de produção advinda da instalação dos Grandes Projetos, fomentou um intenso processo de êxodo rural, na medida em que alterou a localização dos empregos. Por isso, favoreceu uma nova organização territorial no que concerne, principalmente, a ocupação das áreas próximas aos empreendimentos instalados, cujo resultado foi um espraiamento urbano em direção a regiões ambientalmente frágeis e de condições precárias que, se tornaram a única possibilidade de moradia dos desfavorecidos (OLIVEIRA JR e MONTEIRO, 2011). Deste modo:

Se em 1960 o recenseamento nacional contou pouco mais de 216 mil habitantes nos sete municípios que atualmente compõem a RMGV [Região Metropolitana da Grande Vitória], no Censo 2010 foi registrada uma população de quase 1,7 milhões de habitantes, sendo que 90% desse total apresenta-se concentrado nos quatro maiores municípios conurbados, a saber, Vila Velha, Serra, Cariacica e Vitória. Os dados mais recentes apontam que a RMGV concentra cerca de 64,7% do PIB (em 2008) e 49,68% da população (em 2010) estadual em 5% de seu território (OLIVEIRA JR e MONTEIRO, 2011, p. 08).

Sendo assim, OLIVEIRA JR e MONTEIRO (2011) concluem que o processo de industrialização do Espírito Santo foi responsável por instituir um novo padrão de crescimento no Estado. Neste sentido, entre 1970 e 1977, o setor agrícola estadual sofre um arrefecimento em seu crescimento, que foi de apenas 1,6% contra 5,8% no Brasil ao passo que a indústria apresentou um crescimento vertiginoso de aproximadamente 22% contra 11,7% do crescimento industrial nacional. Nesse período o setor de serviços também encontrava-se em um ambiente favorável, na medida em que cresceu 14,9%, contra 10,4% que foi a média nacional.

Como vimos, dentre os Grandes Projetos Industriais estabelecidos durante o processo de modernização do Espírito Santo, que ganhou fôlego nos anos 1970 encontra-se a Aracruz Celulose S/A. Esta indústria, devido a sua demanda por matéria-prima, o eucalipto, foi capaz de alterar a organização social e a paisagem do campo capixaba, uma vez que, a introdução do cultivo de eucalipto em grandes áreas rurais, localizadas, principalmente, na região Norte do estado, ganhou maior força após a sua instalação. Como nosso objetivo na tese é analisar uma das ações desta empresa no

campo capixaba, qual seja, o processo de integração entre agricultores e indústria por ela instituído, julgamos que se torna essencial destinarmos um capítulo que se dedique a apresentar, de forma mais específica, as ações e atores que conduziram a sua introdução no Estado, o que faremos no capítulo 4. Esta análise deve ser precedida por uma reflexão mais ampla, a respeito das condições que possibilitaram iniciativas como esta no país. Condições estas que estão ligadas a uma ampla política de incentivos fiscais destinada tanto a favorecer a introdução do cultivo de eucalipto no país, quanto a promover a reestruturação, criação e/ou expansão das indústrias fabricantes de papel e celulose no Brasil, como veremos de modo mais detalhado no capítulo a seguir.

CAPITULO III – DAS PEQUENAS INDÚSTRIAS DE PAPEL AO COMPLEXO FLORESTAL CELULÓSICO BRASILEIRO: O EUCALIPTO COMO MATÉRIA-PRIMA PRINCIPAL

Este capítulo abordará o surgimento da indústria de papel e celulose e a consolidação do complexo celulósico florestal no Brasil, de modo a evidenciar os fatores que contribuíram para a escolha do eucalipto como matéria-prima principal para este segmento industrial. Parte da literatura a respeito do tema faz menção, de forma isolada, à indústria de papel, à indústria de celulose, ou ainda refere-se às duas juntas e entende os monocultivos florestais, destinados ao suprimento das fábricas como elemento integrante do setor. Entretanto, com o intuito de diferenciar a conformação atual deste segmento daquela existente em seu início, utilizaremos na tese a noção de “complexo florestal celulósico”. Isto porque – apesar da primeira fábrica de papel ter sido instalada no país em 1852 – até os anos 1950 este segmento era composto apenas por pequenas indústrias produtoras de papel por meio de celulose importada e por uma quantidade ínfima de produção de celulose. Somente a partir de meados de 1950, com os primeiros grandes incentivos concedidos pelo governo federal, é que esta indústria começa a despontar e a experimentar um processo de transformação onde passa a produzir sua própria matéria-prima (FAILLACE, 1996; LOPES e CONTADOR, 1998).

Diferenciar estas etapas da constituição da indústria de celulose e papel é fundamental para entendermos: (1) os rumos tomados pelo setor desde o seu surgimento até o período mais recente; (2) o papel do Estado neste processo; (3) a maneira com a qual este segmento transformou-se – de um conjunto de pequenas fábricas relativamente desorganizadas – em um setor industrial importante, com uma cadeia produtiva articulada e com propriedade de grandes extensões de terras; (4) seus impactos e interferências no meio rural de várias regiões do país. Ao mesmo tempo, nos permitirá visualizar o papel deste segmento em uma conjuntura mais ampla, qual seja, o processo de industrialização do país e de modernização de sua agricultura, temática debatida nos capítulos anteriores, ainda que de forma breve.

Considerar esta diferenciação nos auxiliará, também, a compreender o papel da formação do complexo florestal celulósico para a modernização do Espírito Santo, abordada anteriormente, e para compreender a transformação de diversas regiões rurais

deste estado, em virtude da implantação de seu modelo agrícola baseado no monocultivo de árvores exóticas.

O termo “complexo florestal celulósico”, elaborado por Faillace (1996), tem sua origem no conceito de “complexo florestal” descrito por Soto (1992). Este autor, ao utilizar o conceito de “complexo agroindustrial” como referencial e unidade de análise, identifica duas fases na atividade agroindustrial produtora de papel e celulose no Brasil. A primeira relaciona-se ao nascimento e estruturação da indústria de papel no país, sob o predomínio do capital nacional, tal fase é compreendida entre 1891 a 1960. A segunda fase refere-se à consolidação do complexo florestal e compreende o período que vai de 1960 à 1991. Ressaltamos que tal processo – descrito pelo autor e por nós estudado – desdobra-se a partir da articulação entre interesses agrários (atividade florestal) e industriais, mediados pelo Estado, por intermédio da implementação de políticas públicas. Na perspectiva do autor “(...) *o complexo florestal pode ser entendido como o espaço no qual se orquestram os interesses privados e se elaboram e executam as políticas públicas*” (SOTO, 1992, p. 179). Faillace (1996) acrescenta ao termo “complexo florestal” a palavra “celulósico”, de modo a evidenciar, que em sua abordagem, há uma preocupação central com o segmento agroindustrial produtor de papel e celulose.

Pedreira (2008) faz uma ressalva que, de certo modo, se complementa a observação de Soto (1992), a respeito do complexo florestal. Enquanto este autor fala de duas principais fases na atividade agroindustrial produtora de papel e celulose, Pedreira (2008) divide a atividade florestal no Brasil – que é fundamental na produção de matéria-prima para este segmento industrial – em duas fases. A primeira vai do descobrimento do país até 1965, e é caracterizada, inicialmente, pelo extrativismo nômade e, posteriormente, pelas primeiras experiências de plantios florestais homogêneos. A segunda fase se inicia em 1966 e vai até os dias de hoje e, segundo a autora, pode ser caracterizada pelo crescimento, intensificação e consolidação da articulação entre atividade industrial e atividade florestal, bem como pela larga ampliação do monocultivo de árvores exóticas, em especial no período de vigência dos incentivos fiscais para o segmento, que se deu entre 1966 e 1988.

Soto (1992) ainda classifica as indústrias que integram o complexo florestal celulósico, segundo seu grau de verticalização produtiva. Assim denomina de a) empresa integrada: aquela que atua deste o reflorestamento até a produção de papel; b)

empresa não-integrada de papel: aquela que não possui atividade florestal; e c) não-integrada produtora de celulose de mercado: aquela empresa que atua no reflorestamento, mas não produz papel. A partir desta classificação poderíamos definir a Aracruz Celulose S/A como uma empresa integrada; e a Fibria (empresa resultante da fusão entre a Aracruz Celulose S/A e a Votorantim C.P) como uma empresa não-integrada, produtora de celulose de mercado. Isto porque, no ano de 2011, esta empresa vendeu sua fábrica de papéis especiais, último ativo de papel da maior produtora de celulose do mundo, de modo a se concentrar apenas na fabricação de celulose de fibra curta branqueada de eucalipto. Segundo os diretores da Fibria, a decisão de se desfazer da fábrica de papel configurou-se na última etapa do processo de reestruturação da empresa e fazia parte de seu plano de vender ativos que não compunham parte de seu novo foco estratégico, a produção de celulose de fibra curta branqueada de eucalipto³⁵.

Assinaladas as devidas especificidades, de forma geral, estes autores entendem o segmento industrial produtor de papel e celulose de maneira mais ampla. Desta maneira, explicam que a opção pela noção “complexo” indica a necessidade de considerar, além das atividades técnico-econômicas, a articulação existente entre os interesses privados e estatais. Assim, destacam que o Estado brasileiro esteve e se mantém vinculado ao complexo florestal celulósico, ora como orquestrador de interesses; por vezes como investidor; ou então na condição de promotor de políticas públicas. Tal relação entre Estado e setor privado teve grande relevância para tornar esta indústria competitiva no mercado mundial.

3.1. A introdução do eucalipto no Brasil

A origem dos monocultivos florestais no Brasil está associada à introdução de espécies exóticas. Entre estas espécies destaca-se o pinus e o eucalipto, a última é uma espécie originária da Austrália e de algumas ilhas da Oceania (FANZERES *et al.*, 2005). Para Hasse (2006) o monocultivo de eucalipto se disseminou no território brasileiro, ao longo do século XX, ao ponto de chegar a ocupar o centro de uma infundável polêmica ambiental³⁶. Entretanto, em nossa perspectiva, as ações

³⁵<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/fibria-acerta-venda-de-fabrica-de-piracicaba-a-oji/>;

<http://economia.ig.com.br/empresas/fibria-vende-fabrica-de-papel-por-us-313-mi/n1597224717176.html>

³⁶ A palavra eucalipto tem sua origem na língua grega, significando “*verdadeira cobertura*.”. Dentro desta denominação encontram-se várias espécies de vegetais do gênero *Eucalyptus* (VITAL, 2007). De acordo com Pryor (1971), a classificação do gênero *Eucalyptus* é relativamente complicada, na medida

relacionadas a esta atividade não provocaram apenas este tipo de controvérsia, na medida em que fomentam também discussões acaloradas a respeito de seus impactos sociais. Estes impactos são derivados, por exemplo, da estrutura agrária utilizada para o cultivo de eucalipto, principalmente, por grandes empresas multinacionais. Estas empresas, ao expandirem de forma acelerada a produção desta espécie, de modo a garantir matéria-prima para suas atividades, freqüentemente, desterritorializam populações tradicionais e desrespeitam seus direitos. Direitos estes muitas vezes ainda subjetivos e que, portanto, precisam ser provados através de longas batalhas judiciais envolvendo, além das empresas e destas populações, diversas instituições públicas como o INCRA, a FUNAI, universidades, além de movimentos sociais, ONGs, etc.

Além dos conflitos diretamente relacionados à introdução do monocultivo de eucalipto, há aqueles originados dos impactos ambientais de empresas que utilizam essa planta como principal matéria-prima, dentre as quais destacamos a indústria do complexo florestal celulósico. Faillace (1996) assevera que a indústria fabricante de papel e celulose é considerada pela FAO como a segunda mais poluente do mundo. Os impactos ambientais desencadeados por este segmento industrial decorrem, dentre outros fatores: 1) dos gases exalados pelas chaminés das fábricas devido ao cozimento da madeira em soluções de sulfates ou sulfitos; 2) do alto consumo de água e energia exigido pela atividade, principalmente nos processos de descascamento (quando este é feito a úmido), lavagem, depuração, limpeza, e branqueamento da pasta celulósica; 3) dos efluentes líquidos lançados, sem tratamento, na natureza, em especial durante a etapa de branqueamento da celulose (ZENI, 1994; MIRANDA, 2008).

Diante destes impactos o complexo florestal celulósico recebe críticas e é freqüentemente pressionado por diversas entidades ambientalistas não só do Brasil, mas também da Europa e Estados Unidos, principais compradores da celulose aqui produzida. Estas críticas e pressões têm sido importantes, pois para garantir sua expansão, as indústrias precisam respondê-las e, assim, geram modificações na atividade produtiva do setor, seja na produção de matéria-prima, seja no fabrico de celulose e papel (FAILLACE, 1996).

em que envolve um grande número de espécies – de 400 a 700, dependendo de como são consideradas. Todavia, a autora explica que as espécies de interesse para o Brasil se distribuem na costa Leste e nas ilhas ao Norte da Austrália. Nessas áreas existem mais ou menos 200 espécies, das quais só algumas são de interesse comercial.

Se atualmente o cultivo de eucalipto é motivo de polêmica, também não foi sem contestações que a atividade foi introduzida no Brasil, ainda que estas tivessem, como motivações, razões diferentes das existentes na atualidade, como veremos a seguir. Há dificuldades para se estabelecer com exatidão o período em que as primeiras mudas de eucalipto foram plantadas no país (VIANA, 2004). O engenheiro agrônomo Armando Navarro Sampaio, em seu trabalho chamado “*O eucalipto*”, cuja segunda edição foi publicada em 1961, afirma que, inicialmente, acreditava-se que as primeiras mudas de eucalipto tinham sido introduzidas no Brasil em 1868, no Rio Grande do Sul e, nesse mesmo ano, na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro³⁷.

Entretanto, ao pesquisar um pouco mais sobre a história desta planta no país, Sampaio (1961) se deparou com informações de que em São Paulo ocorreram plantios antes deste período, mais precisamente entre 1861 e 1863 e que antes disso, aproximadamente, entre 1824 e 1829, foram plantados dois exemplares de *Eucalyptus gigantea* no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, na gestão do Frei Leandro do Sacramento como diretor do parque³⁸.

Nas primeiras décadas do século XIX o eucalipto se disseminou pelo Brasil apenas como uma simples curiosidade. Neste período, diante de um cenário repleto de florestas, não ocorria à ideia de que poderia faltar madeira para as diversas atividades econômicas que eram realizadas no país (HASSE, 2006). Complementando esta informação, Sampaio (1961) destaca que até o início do século XX, o eucalipto era plantado no Brasil apenas como um elemento decorativo, como quebra vento, pelas suas possíveis propriedades sanitárias ou ainda pelo seu aroma característico. Deste modo, antes desse período, ainda não havia no país atividades relacionadas ao monocultivo de árvores exóticas. A atividade florestal e a indústria de papel eram totalmente desvinculadas e a pasta de madeira utilizada na indústria era inteiramente importada (SOTO, 1992).

A possibilidade de utilização do eucalipto em atividades econômicas foi colocada ainda nos primeiros anos do século XX, quando a Companhia Paulista de Estradas de

³⁷ Nesta publicação Armando Navarro Sampaio destaca o trabalho de seu tio, Edmundo Navarro de Andrade, a frente do departamento florestal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro – CPEF, onde se dedicou aos estudos sobre o eucalipto.

³⁸Frei Leandro foi um “*frade carmelita que integrava as Academias de Ciências de Londres e Munique, professor de Botânica da Academia de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (...) foi o primeiro diretor botânico do Jardim na época do primeiro Reinado. Na sua gestão, o Jardim Botânico adquire o caráter científico, mais tarde sedimentado por Barbosa Rodrigues (...).*” Informação disponível em: http://www.jbrj.gov.br/historic/fr_leand.htm. Acesso: março de 2012.

Ferro – CPEF contratou um agrônomo chamado Edmundo Navarro de Andrade. Este assumiu a função de diretor do recém-criado departamento de serviço florestal da empresa, para realizar uma pesquisa sobre espécies vegetais que melhor se adaptariam ao ambiente local, em substituição às florestas eliminadas devido à atividade cafeeira e ferroviária no estado de São Paulo. O objetivo era encontrar uma espécie de árvore que fosse capaz de atenuar uma possível escassez futura de matéria-prima, para a produção de dormentes e carvão, materiais utilizados para manter as locomotivas em funcionamento. Além de atenuar as críticas, então existentes à companhia, em virtude dos desmatamentos resultantes da implantação das ferrovias (MARTINI, 2004; FANZERES *et al.*, 2005).

Com este intuito, entre 1904 e 1909, Andrade realizou muitas comparações entre o eucalipto e diversas espécies de árvores como peroba, cabreúva, jequitibá, jacarandá paulista e pinheiro-do-paraná. Nestas pesquisas o eucalipto se destacou quando comparado às demais espécies. Diante dos resultados das pesquisas, que foram satisfatórios, o eucalipto foi escolhido em 1908 como matéria-prima para a confecção de dormentes para CPEF. A partir de 1909 a CPEF adquiriu terras, criou diversos hortos e iniciou o cultivo de eucalipto em escala comercial (MORA e GARCIA, 2000). Para Dias (2007) a experiência com o cultivo de eucalipto conduzida por Edmundo Navarro de Andrade marcou o início da silvicultura no Brasil.

Andrade se formou em Agronomia pela Escola Nacional de Agricultura de Coimbra, de onde trouxe as sementes de eucalipto para suas pesquisas. Na opinião de Barcelos (2010) esta formação, centrada na tradição europeia, conferiu a Andrade – um pesquisador que rapidamente passou a fazer parte da elite modernizante do país – uma visão extremamente produtivista do que seria uma floresta, que antes de qualquer coisa, deveria apresentar potencial econômico. Portador dessa visão produtivista, Andrade classificava os cultivos implantados pela CPEF como “florestas produtivas”, em contraposição às florestas nativas, que considerava possuir valor quase nulo, por serem impróprias às exigências industriais. A este respeito podemos observar um fragmento de uma de suas obras:

As nossas florestas, além do seu papel fertilizador pelos saes de suas cinzas, pela lenha dos seus destroços, deixada depois do incendio, e pela madeira que nellas encontra o homem para erigir as suas primeiras construções nas zonas em que abre à cultura, são de valor industrial quasi nullo. As florestas industrial e commercialmente utilizáveis são as compostas de uma ou de poucas e uniformes essências. A multiplicidade das nossas essências

florestas, misturadas num pequeno espaço, essa própria riqueza aparente constitui industrialmente uma verdadeira pobreza (ANDRADE, 1912, p. 100).

Influenciado pela forma de gerenciamento das florestas portuguesas, em sua maioria plantada e privada, Andrade interpretava as florestas como um direito do proprietário da terra. Por isso, afirmava que “*o processo de exploração de uma mata depende exclusivamente dos interesses e orientações de seu proprietário*” (ANDRADE, 1912, p. 94). Neste sentido, se contrapunha aos conservacionistas da época, que entendiam as florestas como sendo um bem de interesse da coletividade. Assim, criticava a interferência do Estado na regulação da utilização dos recursos florestais em diversas publicações, tais como livros, documentos técnicos e artigos de jornais. Esta discordância, fundada em questões como: 1) As florestas nativas devem ser entendidas como propriedade pública ou privada? 2) Devem servir à preservação ou exploração? 3) As áreas de florestas nativas devem ser protegidas ou utilizadas para a agricultura? 4) É legítima ou não a intervenção do Estado na regulação das florestas? – se materializara, posteriormente, nas discussões que permearam a implantação do primeiro código florestal brasileiro (DIAS, 2007).

Além de cultivar eucaliptos para a produção de dormentes, a CPEF passou a comercializar a madeira provinda desta espécie para a construção civil. Para tanto, adquiriu terras às margens das ferrovias. Ao mesmo tempo, incentivou o cultivo de eucalipto em propriedades particulares próximas às ferrovias e auxiliou diversas pessoas no país, interessadas em cultivar a planta. Fornecia publicações, orientações ou ainda facilitava aquisição de sementes de eucalipto, que eram vendidas a preços reduzidos (MARTINI, 2004). Para Dias (2007) a CPEF naquele momento:

Representava a modernização, com a limpeza dos terrenos (retirada de matas indesejáveis ao projeto da Cia.) ao longo de seu caminho, e o plantio de eucalipto – “florestas produtivas” –, permitindo a circulação de mercadorias, de pessoas, e de ideias, levando o progresso ao interior do Estado (DIAS, 2007, p. 132).

Quando, em 1919, a CPEF iniciou o plano de eletrificação de parte de suas linhas, passou a utilizar o eucalipto na fabricação dos postes e moirões. Depois da experiência com os postes, realizou testes para verificação da possibilidade de utilização da lenha de eucalipto para alimentar as caldeiras das locomotivas, cujas linhas não foram eletrificadas. Os resultados dos testes foram positivos. Assim, o eucalipto passou também a ser utilizado como lenha (MARTINI, 2004). A possibilidade de utilização do

eucalipto como lenha despertou o interesse de outros segmentos industriais, como o siderúrgico, que passou a cultivar grandes extensões com eucaliptais para abastecer seus fornos, a exemplo da empresa Belgo-Mineira, em Minas Gerais (QUEIROZ e BARICHELO, 2008).

Com vistas a seleção de variedades de eucalipto para a utilização como matéria-prima para o abastecimento da CPEF, e de modo a dar continuidade as suas pesquisas, Andrade organizou, nos hortos da companhia, uma coleção de diferentes espécies do gênero *Eucalyptus*, trazidas de diversos locais do Brasil (árvores plantadas isoladamente) e também de países como Austrália, Argélia, Argentina e África do Sul³⁹. No ano de 1921 viajou à Sidney e de lá retornou com sementes de 150 espécies de eucalipto, das 600 conhecidas, e as introduziu nos hortos da CPEF (MARTINI, 2004; QUEIROZ e BARICHELO, 2008). Segundo Hasse (2006), esta foi a principal base de propagação do eucalipto no Brasil⁴⁰. Algumas espécies não se adaptaram. Aquelas que se adaptavam eram plantadas em diferentes regiões, de modo a testar sua adaptabilidade a distintas condições de solo e clima.

A escolha do eucalipto como matéria-prima para as ferrovias não ocorreu sem conflitos. De acordo com Martini (2004), desde o início, as pesquisas conduzidas por Edmundo Navarro de Andrade, destinadas à produção comercial de eucalipto, foram alvos de protestos e críticas. Falava-se, por exemplo, que a madeira originária dessa espécie não produziria calor suficiente para aquecer a fornalha, que sua combustão nas locomotivas asfixiaria os condutores; que suas cinzas entupiriam as grelhas das fornalhas; e que a distância entre as mudas era inapropriada, dando às plantações a aparência de uma “lavoura de cabos de vassoura” (HASSE, 2006).

Ademais, conforme Dias (2007), os críticos e defensores das matas nativas assinalavam que a CPEF não conseguia produzir mais que 40% da lenha que consumia. Assim, entendiam que os danos ambientais desencadeados pelo desmatamento realizado pela companhia visando o plantio de eucaliptos não se justificava. Devido a essas

³⁹Em 1923 Serviço Florestal da CPEF possuía 3.522,9 alqueires distribuídos pelos hortos de Jundiá, Boa Vista, Rebouças, Tatu, Cordeiro, Loreto, Rio Claro e Camaquan. Neles se encontravam implantadas 8.506.000 árvores (SEGUINI, 1982).

⁴⁰Os resultados das pesquisas de Edmundo Navarro de Andrade foram apresentados na “O Eucalipto”, seu livro mais popular. Além desta publicação o pesquisador deixou um legado a respeito desta planta, materializado em um museu chamado “Museu do Eucalipto” criado em 1916 e localizado na cidade de Rio Claro em São Paulo, um herbário e também em diversas obras, dentre as quais encontram-se: A cultura dos Eucalyptus (1909), A cultura dos eucalyptos nos Estados Unidos (1910), Utilidade das florestas (1912), Os eucalyptos - sua cultura e exploração. (1918), O problema florestal no Brasil (1922/1923), O eucalypto e suas aplicações (1928), Instruções para a cultura do eucalypto (1936).

polêmicas, Andrade chegou a temer a criação de uma possível lei que determinasse a proibição do cultivo de *Eucalyptus sp.*

De acordo com Dias (2007), a CPEF estava interessada em ingressar no mercado de fabricação de papel no futuro. Por isso, estimulou as pesquisas de Andrade a respeito das possibilidades de utilização do eucalipto na produção de celulose destinada a este segmento industrial. Deste modo, em 1925 o pesquisador viajou aos Estados Unidos para testar a utilização do eucalipto na fabricação de celulose. A experiência foi bem sucedida. O pesquisador conseguiu produzir celulose de eucalipto por meios mecânicos. Para provar a qualidade do produto, utilizou o papel que produziu a partir da adição de celulose de eucalipto, na impressão de uma edição inteira do *Wisconsin State Journal*.

A principal diferença entre a utilização do eucalipto para a produção de celulose e a de coníferas é que a fibra do eucalipto mede menos da metade (0,65mm) do tamanho da fibra de coníferas, como o pinheiro (que mede pelo menos 2mm). Desta forma, enquanto o pinheiro é ideal para a fabricação de papéis mais resistentes, como embalagens, o eucalipto, devido ao comprimento de sua fibra, é excelente na produção de papéis mais macios, como o higiênico, e mais lisos, como os de impressão (HASSE, 2006).

Americanos, suecos e finlandeses consideravam o papel confeccionado com celulose de fibra curta, até então produzida através do processamento de espécies como a bétula e faia, de pior qualidade. Deste modo, partilhavam a crença de que era necessário ter pinheiros, com sua fibra longa (e que demoram 50 anos ou mais para chegar à idade de corte), para se produzir papel de qualidade e, principalmente, com adequada resistência mecânica. Esta crença, que se estendeu por analogia à fibra produzida a partir do eucalipto, atrelada ao fato de que o setor de fabricação deste produto já havia investido, consideravelmente, em tecnologias e máquinas destinadas a produção de celulose a partir de coníferas, levou a pesquisa conduzida por Andrade a ser desconsiderada, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa (QUEIROZ e BARICHELO, 2008).

No período em que Andrade realizava os primeiros testes da utilização do eucalipto na fabricação de celulose, e principalmente a partir dos anos 1930, emerge um longo debate entre conservacionistas e desenvolvimentistas em relação à necessidade ou não de criação de um código florestal no Brasil. Os primeiros denunciavam o processo de desmatamento ocorrido nas florestas nativas brasileiras em razão do modelo de

desenvolvimento adotado pelo país e defendiam a necessidade de sua proteção. O segundo grupo, do qual, obviamente, Andrade fazia parte, colocava a necessidade de modernização do país, através de um amplo processo de industrialização, e via os danos ambientais decorridos desse processo como inerentes e inevitáveis (DIAS, 2007).

Segundo Dias (2007), Edmundo Navarro de Andrade, defensor das “florestas produtivas” – conceito por ele utilizado para se referir ao monocultivo de árvores exóticas – criticava incisivamente a criação de uma legislação florestal no país. Para ele, a criação de um código florestal poderia tornar-se um obstáculo à expansão de cultivos de espécies arbóreas exóticas para fins comerciais e, com isso restringiria as atividades florestais da CPEF. Estas críticas podem ser observadas no livro que o pesquisador publicou em 1912, intitulado como “A utilidade das florestas”. A obra possui uma seção especialmente dedicada ao tema, de onde extraímos alguns trechos apresentados abaixo.

Tem-se falado muito, ultimamente, na devastação das nossas mattas e, entre os protestos que surgiram contra a derrubada que há annos se vem fazendo, conta-se uma representação da Sociedade Paulista de Agricultura, dirigida à Camara dos Deputados, pedindo seja decretada uma lei regulando a exploração das florestas do Estado. Como consequencia desse clamor, foi o governo auctorisado a proceder a elaboração de um código florestal. De todos os remedios de que podiam lançar mão, é este, incontestavelmente, o menos efficaz e o mais doloroso (ANDRADE, 1912, p. 97).

(...) O nosso codigo florestal será, sem dúvida, uma obra bem feita, (...) mas, nunca será uma medida de alcance pratico. Código lembra leis, posturas e estas só servem para cercear, restringir a liberdade, sendo, no caso presente, talvez um attentado ao direito de propriedade. (...) Obrigar um particular a deixar de pé a sua matta, sem compensação, é forçá-lo a despesas e priva-lo de lucros (...) De que servira, presentemente, um código florestal? (...) (ANDRADE, 1912, p. 97).

Na fala de Andrade (1912, p. 97/98), observamos que é antigo o argumento que tem como necessário a introdução de algum monocultivo arbóreo em solos classificados como pobres ou inférteis, argumento este utilizado atualmente por diversas empresas produtoras de papel e celulose.

O que é preciso, indispensavel, é tratar o reflorestamento do nosso solo mas de um modo pratico e racional, aproveitando para isso as terras mais pobres, improprias para outras culturas, sabido como é quão pouco exigentes são a este respeito as essências florestaes (...) O que é preciso é formar mattas uniformes, homogeneas, de uma só, ou de reduzido numero de especies, cuja exploração passa ser, mais tarde, feita segundo as regras da sylvicultura (...) (ANDRADE, 1912, p. 97/98).

Apesar das incisivas críticas de diversos setores, a exemplo da CPEF, representada no debate por Andrade, o primeiro Código Florestal Brasileiro foi instituído no governo Getúlio Vargas, pelo Decreto n.º 23.793, de 23 de janeiro de 1934, sendo o Instituto Nacional do Pinho (INP) o órgão encarregado, posteriormente, de fazer cumprir suas deliberações (BACHA, 2004)⁴¹.

Neste mesmo período destaca-se a atuação de diversos movimentos conservacionistas no país que, obviamente, se contrapunham a ideias como as de Andrade. Estes movimentos colocavam a “(...) *necessidade de reorganização da exploração florestal no Brasil, e estabeleceram importantes referenciais para a construção de uma nova política ambiental*” (MEDEIROS, 2006, p. 50). Assim, pressionavam o poder público para a criação de um instrumento legal de proteção à natureza, tal qual este código que, juntamente com a Constituição Federal de 1934 e outras leis específicas⁴², consolidou algumas das aspirações conservacionistas. Segundo Medeiros (2006) o Código Florestal de 1934:

(...) Definiu objetivamente as bases para a proteção territorial dos principais ecossistemas florestais e demais formas de vegetação naturais do país. Ele tinha como principais objetivos legitimar a ação dos serviços florestais, em franca implementação em alguns estados brasileiros desde o final do século XIX, além de regularizar a exploração do recurso madeireiro, estabelecendo as bases para sua proteção. (...) Ele declarava de “interesse comum a todos os habitantes do país” o conjunto das florestas existentes e demais formas de vegetação (...). (MEDEIROS, 2006, p. 50).

Além disso, neste código, instituído com a presença do próprio Andrade, que na época representava o Ministério de Estado da Agricultura⁴³, foram criadas quatro categorias para classificação das florestas presentes no país – 1) protetoras,

⁴¹ Segundo Kengen (2001, p. 6), O Instituto Nacional do Pinho – INP foi criado em 1941 e vinculava-se ao Ministério da Indústria e Comércio. Sua função inicial era a de analisar e solucionar as questões referentes à produção e ao comércio do Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*). Todavia, em 1942 o INP foi reestruturado e ganhou novas atribuições, dentre as quais assumiu a função de “(...) *obrigar o uso de novos processos técnicos na indústria madeireira, promover o reflorestamento nas áreas exploradas, desenvolver a educação florestal nos centros madeireiros, fiscalizar a execução das medidas e resoluções tomadas punindo os infratores*”.

⁴² Com o estabelecimento da Constituição Federal de 1934, pela primeira vez no país a proteção da natureza foi colocada como um princípio fundamental e de responsabilidade da União e dos Estados. Além dos artigos presentes na Constituição de 1934 e do Código Florestal, outras leis relacionadas à proteção ambiental foram implantadas nesse mesmo período, a exemplo do Código de Águas (Decreto 24643/1934) e do Código de Caça e Pesca (MEDEIROS, 2006). Neste sentido, constatamos que a década de 1930 foi palco da criação do primeiro conjunto amplo de medidas destinadas a proteção dos recursos naturais do Brasil, uma vez que em um pequeno intervalo de tempo, entre os anos de 1934 e 1937, grande parte dos instrumentos legais de proteção ambiental foi criada (BACHA, 2004; MEDEIROS, 2006).

⁴³ Edmundo Navarro de Andrade foi ministro interino da Agricultura no governo Getúlio Vargas, substituindo o ministro Juarez Távora duas vezes, de 19 de agosto a 4 de outubro de 1933 e de 9 de janeiro a 18 de fevereiro de 1934 (HASSE, 2006).

2)remanescentes, 3)modelo e 4)rendimento. De acordo com esta classificação, poderíamos enquadrar o atual monocultivo de eucalipto nas classes “modelo” e “rendimento”, como podemos observar no artigo 6º e 7º da referida lei:

Art. 6º Serão classificadas como floresta modelo as artificiaes, constituídas apenas por uma, ou por limitado numero de essencias florestaes, indigenas e exoticas, cuja disseminação convenha fazer-se na região (BRASIL, 1934).

Art. 7º As demais florestas, não compreendidas na discriminação dos arts. 4º a 6º, considerar-se-ão de rendimento (BRASIL, 1934).

Conforme Kengen (2001), além desta classificação, neste Código foram colocadas limitações às propriedades privadas segundo o tipo de floresta nelas existente; além disso, foi regulada a exploração das florestas de domínio público e privado. Também foi instituída a estrutura de fiscalização das atividades florestais, as penalidades, infrações e os respectivos processos aos infratores. Entretanto, destaca Gonçalves (2006), embora as posições conservacionistas tivessem culminado na criação de uma legislação específica como o Código Florestal de 1934, elas, por outro lado, fortaleceram o discurso de grupos ou indivíduos ligados ao segmento industrial, naquilo que tange a implantação do monocultivo de árvores exóticas, em substituição a utilização de espécies nativas, em atividades industriais. Estas posições se materializaram em alguns artigos do próprio Código, como o apresentado abaixo, pelo qual o governo federal passou a exigir também que as indústrias dependentes de recursos florestais produzissem a sua própria matéria-prima.

Art. 26. As empresas siderurgicas e as de transporte, no gozo de concessão ou de outro favor especial, são obrigadas a manter em cultivo as florestas indispensaveis ao supprimento regular da lenha ou do carvão de madeira, de que nescessitarem em areas estabelecidas de accôrdo com a autoridade florestal. Será dispensado o cultivo das florestas nas regiões de extensas florestas virgens, determinadas pela repartição florestal competente (BRASIL, 1934).

Na opinião de Bacha (2004), apesar de se constituir em uma legislação inédita e pioneira no país, os mecanismos estabelecidos pelo Código Florestal de 1934 foram pouco praticados. O próprio governo não alocou recursos para cumprir o que estava estabelecido na legislação. Segundo o autor, isso se deveu ao modelo de desenvolvimento adotado pelo país naquela época, que privilegiou o desenvolvimento de atividades industriais e urbanas, além da expansão da agropecuária (para gerar divisas para a industrialização).

Assim, por um lado, a década 1930 foi marcada pelo estabelecimento de uma legislação florestal específica, algo inédito no país e fruto de uma demanda colocada por setores da sociedade contrários à degradação dos ecossistemas florestais. Por outro lado, este período também pode ser caracterizado pela implantação de uma política direcionada ao controle dos recursos madeireiros e das florestas, entendidos como insumos direcionados ao setor industrial, portanto, como recursos subordinados às necessidades da produção (PADUA, 1987 *apud* GONÇALVES, 2006).

3.2. A consolidação do eucalipto como matéria-prima para a produção de celulose

As pesquisas realizadas por Andrade a respeito do eucalipto e as suas possibilidades de utilização influenciaram indústrias brasileiras, como siderúrgicas e fábricas de papel, a investirem no cultivo. A Companhia Melhoramentos, por exemplo, começou a plantar eucalipto no ano de 1912, com o intuito de obter lenha para seus fornos de cal e cerâmica⁴⁴. Entre os anos 1940 e 1950, com o aumento da produção de aço e de ferro-gusa, o eucalipto passou a ser utilizado como principal fonte de combustível para esta atividade industrial⁴⁵. A preferência deste segmento pelo eucalipto contribuiu com a expansão das áreas de cultivo com a planta – até então concentradas no estado de São Paulo – para outros estados, tais como Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Paraná, Maranhão e Espírito Santo (GONÇALVES, 1999 *apud* PEDREIRA, 2008; FAILLACE, (1996b).

Conforme discutimos, além da utilização do eucalipto como combustível, as pesquisas de Andrade evidenciaram a possibilidade de fabricação de celulose a partir desta planta. Apesar de não ter interessado, inicialmente, às indústrias estrangeiras, esta possibilidade ecoou no cenário nacional, já que a maioria das indústrias produtoras de papel produzia uma ínfima parcela da celulose que necessitava, por isso, trabalhava quase na totalidade com celulose importada e praticamente não dispunha de plantações de árvores.

⁴⁴ <http://www.melhoramentos.com.br/v2/historia/>

⁴⁵ O ferro-gusa, principal matéria-prima do aço, é o produto imediato da redução do minério de ferro pelo coque ou carvão e calcário em um alto forno. Fonte: <http://www.ifba.edu.br/metalografia/arq/gusa.pdf>. Acessado em 20 de fev. 2013.

Influenciada pelos resultados positivos conseguidos por Andrade, nos anos 1940, a Companhia Melhoramentos deu início a uma série de pesquisas para obtenção de celulose a partir do eucalipto. As pesquisas obtiveram sucesso e resultaram na produção, em 1946, de mais de 45 mil quilos deste produto. No mesmo ano a empresa se concentrou na produção de celulose branqueada e papel para escrever a partir do eucalipto. Com estas pesquisas, em 1947 a empresa conseguiu produzir 35.400 quilos de celulose de alto padrão. A partir daí foram feitos vários testes com proporções variáveis de celulose de eucalipto na fabricação de papeis, visando, no futuro, a substituição da celulose importada. Com a possibilidade de fabricação de celulose somente a partir do eucalipto, as plantações foram ampliadas (MORA e GARCIA, 2000).

Na década de 1950, com a introdução do Plano de Metas, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), seguindo o modelo clássico de substituição das importações, a indústria produtora de papel no Brasil passou a receber seus primeiros investimentos significativos (LOPES e CONTADOR, 1998)⁴⁶. Neste período o Brasil era praticamente autossuficiente na produção de papel, exceto de papel de imprensa, mas, ainda importava mais de 70% da celulose de que precisava, o que provavelmente, encarecia o preço do produto final (HILGEMBERG e BACHA, 2000).

Conforme Lopes e Contador (1998), o Plano de Metas definiu uma clara intenção governamental em desenvolver o segmento de fabricação de papel, de modo a atender a demanda do mercado consumidor interno⁴⁷. Para tanto, delimitou dois principais objetivos para este segmento. O primeiro colocava a necessidade de integração da produção de celulose à de papel. O segundo pretendia tornar o país autossuficiente na produção de celulose. Para que isso fosse possível, o governo deu início à criação de diversas iniciativas como medidas tarifárias e creditícias, majoritariamente, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE.

Todavia, apesar dos primeiros testes com o eucalipto, até a década de 1950, a indústria de papel buscava madeira nas florestas nativas de araucária localizadas na região Sul do país para produzir uma pequena parte da celulose que utilizava. Isto

⁴⁶O Plano de Metas foi um programa de desenvolvimento elaborado em 1956, pelo Conselho de Desenvolvimento, órgão subordinado ao Presidente da República, e começou a ser aplicado em 1957. Neste plano cinco áreas foram priorizadas para as quais investimentos públicos e privados deveriam ser direcionados, eram elas: transporte, energia, alimentação, educação e indústria básica. Celulose e papel era um dos segmentos da indústria de base contemplados no Plano (JUVENAL e MATTOS, 2002).

⁴⁷ Desta maneira, o Plano de Metas estabelecia um aumento na produção de celulose de 90.000 toneladas para 260.000 e de papel de jornal de 90.000 para 130.000 toneladas até 1960 (SOTO, 1992).

ocorria em virtude da, ainda predominante, tecnologia projetada para obtenção de celulose a partir de fibras longas. Neste sentido, este segmento se configurava em uma indústria de pequeno porte que pagava altos preços por sua matéria-prima, pois precisava concorrer com as empresas que exportavam madeiras serradas e aglomeradas e, ao mesmo tempo, com a crescente demanda madeireira, decorrente do crescimento e urbanização, centrada em São Paulo (FAILLACE, 1996 *apud* GONÇALVES, 1992). Em virtude da competição por busca de madeiras, os esforços de pesquisas para promover a substituição das fibras longas no fabrico de celulose se intensificaram, sendo que o eucalipto já apresentava grande potencial (FAILLACE, 1996).

Para tornar o Brasil autossuficiente na produção de celulose, era necessário desenvolver uma tecnologia, em escala comercial, capaz de aproveitar o eucalipto como matéria-prima, dada a sua rapidez de crescimento, daí a importância dos incentivos governamentais. A utilidade do eucalipto na produção de celulose só foi de fato reconhecida no final da década de 1950, quando uma empresa paulista, chamada “Indústria de Papel Leon Feffer”, preocupada com a escassez de celulose importada que poderia ocorrer em virtude da II Guerra Mundial, começou a investigar as potencialidades da celulose de bambu até chegar à tecnologia de produção de celulose de eucalipto em escala industrial. Em 1955 a “Indústria de Papel Leon Feffer” adquiriu a indústria de papel Euclides Damiani S/A, localizada também no estado de São Paulo, na cidade de Suzano. Com isso, depois de um ano, passou a se chamar Companhia Suzano de Papel e Celulose (HASSE, 2006).

Em 1956 a Companhia Suzano de Papel e Celulose inaugurou uma fábrica piloto de produção de celulose a partir do eucalipto. Entre a segunda metade dos anos 1950 até o início da década de 1960, esta empresa conduziu uma série de pesquisas nos laboratórios da Universidade da Califórnia, que atrelada à pesquisa básica realizada no Brasil pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais – IPEF⁴⁸ proporcionou a fabricação de um papel com 100% de celulose de eucalipto. Em 1961, com o sucesso na fabricação, a empresa passou a produzir em escala industrial papeis com esta

⁴⁸O IPEF consiste em uma associação sem finalidade econômica fundada em 1968 a partir de um convênio entre pesquisadores da ESALQ/USP e indústrias fabricantes de papel e celulose. Seu objetivo é o de desenvolver técnicas destinadas a promoção da melhoria da qualidade e produtividade da atividade florestal.

composição⁴⁹. Deste modo, cessou a importação de celulose, passando a fabricar papéis com a pasta feita através da fibra curta do eucalipto produzido no país (HASSE, 2006; MORA e GARCIA, 2000)⁵⁰.

Conforme Soto (1992) a fabricação de papel a partir da celulose de fibra curta oriunda do eucalipto configurou-se em um processo de inovação crucial para o avanço e desenvolvimento da indústria de papel e celulose nacional. Este foi o mais importante processo de inovação tecnológica registrado pela indústria brasileira deste segmento, onde, comumente, a maioria das inovações e máquinas incorporadas ao processo produtivo surge por meio de pesquisas conduzidas por indústrias internacionais.

1) Cabe ressaltar novamente que a fabricação de papel com celulose de eucalipto não foi fruto apenas da iniciativa privada, mas foi resultado da articulação realizada entre empresas produtoras de papel – por exemplo: Suzano; Melhoramentos – empresas produtoras de bens de capital e Estado brasileiro (SOTO, 1992). Segundo Soto (1992) a grande inovação estratégica deste segmento agroindustrial que se deu no setor agrícola consistiu na uniformização e aumento da produtividade dos plantios de eucalipto. Estes resultados foram alcançados por meio de pesquisas que tinham o objetivo de obter madeira em um tempo e custo de produção reduzidos, organizadas na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz– ESALQ pertencente a Universidade De São Paulo – USP, e realizada com financiamentos públicos pelo IPEF⁵¹. No que concerne à indústria, a principal inovação repousou na fabricação de tramas de fibras curtas que tornavam o papel mais resistente, cuja pesquisa foi realizada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT em parceria com as empresas fabricantes de papel e celulose e de máquinas destinadas a este segmento.

⁴⁹http://www.suzano.com.br/portal/main.jsp?lumPageId=2C90884B32A022DE0132AB2F41E22BF7&lumA=1&lumPSId=2C90884B3C29B02C013C3A3C38FA7F66&lumII=2C90884B32A022DE0132ABE5494B0904&locale=pt_BR&doui_processActionId=setLocaleProcessAction

⁵⁰De acordo com Hasse (2006), quando a Suzano começou a testar o eucalipto na produção de celulose já havia se estruturado uma campanha internacional contra o cultivo. Dessa vez, as contestações estavam relacionadas aos impactos ambientais provocados pela eucaliptocultura, principalmente, em virtude do empobrecimento dos solos em função da alta drenagem de suas reservas de água realizadas pelos plantios. Neste mesmo período, mais precisamente em 1961, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO organizou a Segunda Conferência Mundial do Eucalipto. Na ocasião, técnicos de vários países se reuniram para discutir os aspectos negativos e positivos do cultivo dessa planta (HASSE, 2006). Mora e Garcia (2000) ressaltam que até 1966 haviam sido plantados 470 mil hectares de eucalipto em todo Brasil, sendo que, aproximadamente, 80% dessa área estava localizada no estado de São Paulo.

⁵¹A legislação que regulamentou a concessão de incentivos fiscais à atividade florestal exigia que 1% do valor de implantação dos projetos florestais fosse destinado ao financiamento de pesquisas relacionadas à própria atividade florestal, sendo o repasse feito a partir das empresas privadas. Isto explica a forma de criação do IPEF e a prioridade de suas pesquisas, orientadas para as atividades privadas industriais (SOTO, 1992).

3.3. A integração entre o cultivo de árvores exóticas e agroindústrias: a formação do complexo florestal celulósico

O processo de inovação que possibilitou a fabricação de celulose exclusivamente a partir do eucalipto, aliado à necessidade colocada pelo governo federal de autossuficiência nacional na produção de celulose, por um lado; e a comprovação da eficiência energética do eucalipto, elemento importantíssimo para a indústria siderúrgica por outro; deu a largada para a introdução em larga escala do cultivo desta planta em diversas regiões brasileiras. Deste modo, assinalou o início de uma nova fase da silvicultura praticada no país e à ascensão de um novo modelo institucional no setor produtor de papel e celulose, a partir de meados dos 1960. Esta nova conformação caracterizada: 1) pela articulação, antes praticamente inexistente, entre o segmento produtor de madeira e o segmento industrial; 2) pela modernização das fábricas e expansão de sua capacidade industrial; 3) pela ascensão de um novo segmento fabricante de celulose de mercado; originou o que denominamos nesta tese de complexo florestal celulósico.

Obviamente, esta articulação na produção de papel e celulose, gestada a partir dos anos 1960, não foi desencadeada apenas por uma iniciativa pioneira e independente das elites agrárias e industriais envolvidas neste segmento. Pelo contrário, está associada a um grande programa de incentivos e investimentos governamentais, materializados em diversas políticas públicas de cunho financeiro, institucional e creditício que tiveram início a partir de meados da década de 1960 e se intensificam na década 1970, no âmbito do governo militar. Este governo, a partir da conformação de uma ampla aliança entre a burguesia nacional, internacional e o Estado brasileiro, privilegiou em suas políticas o grande capital internacional e nacional, bem como uma estratégia de modernização que objetivava introduzir o país na esfera do capitalismo internacional (FAILLACE, 1996). É justamente neste período, conforme Delgado (1985), que o processo de modernização agrícola no país torna-se mais dinâmico e abrangente, favorecendo uma maior aproximação entre indústria e agricultura e, por conseguinte, o surgimento ou reestruturação de diversas indústrias processadoras de matérias-primas produzidas no campo, as chamadas agroindústrias.

De acordo com Pedreira (2008), este novo modelo de silvicultura teve como principal marco legal o segundo Código Florestal, estabelecido pela Lei n.º 4.771 de 15 de fevereiro de 1965. Para Kengen (2001) este Código se configurou em um importante instrumento regulador de atividades florestais, uma vez que declarou as florestas existentes no território nacional como bens de interesse comum a toda sociedade. O autor ainda explica que o Código Florestal de 1965 possuía duas linhas básicas e diferenciadas de atuação em relação à política florestal: proteção e desenvolvimento florestal. Em nossa perspectiva, a última pode ser entendida como o desenvolvimento de ações visando à expansão de um segmento florestal comercial baseado no monocultivo de espécies arbóreas exóticas.

Segundo Kengen (2001), no que tange à proteção florestal, o Código estabeleceu as florestas de preservação permanente; determinou as áreas de reserva legal; criou as categorias de Unidades de Conservação; disciplinou o uso do fogo na atividade florestal; e ampliou a estrutura de fiscalização florestal. No que concerne ao desenvolvimento florestal, mais minucioso que o anterior em relação ao monocultivo de espécies arbóreas exóticas, conforme podemos observar nos parágrafos abaixo, este Código liberou a exploração do que chamou de “florestas plantadas”; às declarou imunes a qualquer tipo de tributação; determinou que o preço da terra não poderia se elevar em virtude deste tipo de plantação; e estabeleceu diretrizes para a concessão de estímulos tributários e fiscais àqueles que investissem nesta atividade, como a isenção do imposto territorial:

Art. 38. As florestas plantadas ou naturais são declaradas imunes a qualquer tributação e não podem determinar, para efeito tributário, aumento do valor das terras em que se encontram (BRASIL, 1965).

§ 1º Não se considerará renda tributável o valor de produtos florestais obtidos em florestas plantadas, por quem as houver formado (BRASIL, 1965).

§ 2º As importâncias empregadas em florestamento e reflorestamento serão deduzidas integralmente do imposto de renda e das taxas específicas ligadas ao reflorestamento (BRASIL, 1965).

Art. 39. Ficam isentas do imposto territorial rural as áreas com florestas sob regime de preservação permanente e as áreas com florestas plantadas para fins de exploração madeireira (BRASIL, 1965).

Parágrafo único. Se a floresta for nativa, a isenção não ultrapassará de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, que incidir sobre a área tributável.

Art. 41. Os estabelecimentos oficiais de crédito concederão prioridades aos projetos de florestamento, reflorestamento ou aquisição de equipamentos

mecânicos necessários aos serviços, obedecidas as escalas anteriormente fixadas em lei (BRASIL, 1965).

Parágrafo único. Ao Conselho Monetário Nacional, dentro de suas atribuições legais, como órgão disciplinador do crédito e das operações creditícias em todas suas modalidades e formas, cabe estabelecer as normas para os financiamentos florestais, com juros e prazos compatíveis, relacionados com os planos de florestamento e reflorestamento aprovados pelo Conselho Florestal Federal (BRASIL, 1965).

Além dessas disposições o Código Florestal de 1965 ampliou uma das cláusulas do código anterior, em relação ao plantio de árvores por segmentos consumidores de madeira. Deste modo, passou a determinar que todos os consumidores de madeira independente de seu porte, realizassem a reposição florestal, além de conservarem plantios próprios para seu consumo. Ademais, o Código Florestal de 1965 fez referência à possibilidade de segmentos consumidores de madeira, tal qual a indústria de papel e celulose, realizarem plantios de árvores em propriedades de terceiros.

Art. 20. As empresas industriais que, por sua natureza, consumirem grande quantidades de matéria prima florestal serão obrigadas a manter, dentro de um raio em que a exploração e o transporte sejam julgados econômicos, um serviço organizado, que assegure o plantio de novas áreas, em terras próprias ou pertencentes a terceiros, cuja produção sob exploração racional, seja equivalente ao consumido para o seu abastecimento (BRASIL, 1965).

Art. 21. As empresas siderúrgicas, de transporte e outras, à base de carvão vegetal, lenha ou outra matéria prima florestal, são obrigadas a manter florestas próprias para exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, florestas destinadas ao seu suprimento (BRASIL, 1965).

Para garantir o cumprimento das disposições destacadas acima, passadas algumas décadas do estabelecimento do Código Florestal de 1965, o governo federal publicou um regulamento através do Decreto nº 97.628 de 10 de abril de 1989. Entre as diretrizes deste regulamento havia uma disposição que colocava, de maneira direta, a necessidade de integração floresta/indústria e a possibilidade de aquisição de madeiras pelo segmento industrial através de programas de fomento florestal⁵².

Parágrafo único. A comprovação do atendimento ao disposto neste artigo será realizada mediante a apresentação de um Plano Integrado Floresta-Indústria (PIFI), demonstrativo de fontes de suprimento de matéria-prima florestal voltada ao abastecimento da unidade consumidora, conforme

⁵² Como veremos a seguir, é praticamente a partir deste período e que os programas de fomento florestal ganham força no país. Deste modo, este decreto materializa e, de certo modo incentiva, uma tendência já legitimada em outros setores, para o complexo florestal celulósico, qual seja, o processo de integração entre agricultores e indústria.

metodologia, critérios e parâmetros estabelecidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (BRASIL, 1989).

Art. 3º O Plano Integrado Floresta-Indústria (PIFI), no que se refere à formação do estoque de matéria-prima, será composto por quaisquer das modalidades a seguir discriminadas:

- a) pela apresentação de projetos técnicos de reflorestamento e/ou levantamento circunstanciado de área plantada;
- b) pela execução do plano de manejo de rendimento sustentado da área sob exploração;
- c) pela execução e/ou participação em programas de Fomento Florestal aprovados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (BRASIL, 1989).

A execução da política florestal, regulamentada pelo Código Florestal de 1965, passou a ser de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF. O IBDF consistiu em uma autarquia federal criada dois anos depois do Código Florestal de 1965, através do decreto lei n.º 289, de 28 de fevereiro de 1967, que passou a concentrar as atribuições e os recursos financeiros de institutos específicos. Neste sentido, incorporou o Instituto Nacional do Pinho e sucedeu o Departamento de Recursos Naturais Renováveis, no Ministério da Agricultura⁵³ (BACHA, 2004). Tinha como principal função:

(...) Formular a política florestal bem como a orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País, de conformidade com a legislação em vigor (BRASIL, 1967).

Se do ponto de vista legal o Código Florestal de 1965 estabeleceu as diretrizes para a concessão de incentivos aos setores que investissem no monocultivo de árvores exóticas destinado ao segmento industrial, do ponto de vista financeiro, apesar de também se configurar em uma legislação, papel fundamental teve a instituição da Lei n.º 5.106, de 2 de setembro de 1966, que regulamentou os incentivos fiscais previstos

⁵³ Dias (2007) acrescenta que na década seguinte, mais precisamente em 1974, o governo federal criou também a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural –EMATER, órgão que incentivou em alguns estados o cultivo de eucalipto, atividade entendida naquele momento como uma possibilidade de recuperação econômica e geração de renda para pequenos e médios agricultores. Deste modo, segundo a autora, tanto a EMATER como o IBDF e, em alguns estados, os Institutos Estaduais de Florestas (IEFs), atuavam em conformidade com as necessidades das empresas dependentes de matéria-prima florestal. Para tanto, desenvolviam políticas de assistência técnica que favoreciam àqueles que ingressassem neste setor, deixando os agricultores que não se associaram ao projeto, em segundo plano (DIAS, 2007). Percebemos com isso, que já neste período pairava a perspectiva de que o monocultivo de eucalipto se configuraria em uma oportunidade de renda para pequenos e médios agricultores, tema tão caro ao discurso das indústrias produtoras de papel e celulose na atualidade, que fazem uso do fomento florestal.

pelo Código (PEDREIRA, 2008)⁵⁴. Esta Lei permitia que tanto as pessoas físicas quanto jurídicas abatessem do imposto de renda as importâncias empregadas em florestamento ou reflorestamento. Deste modo, favorecia a transferência de uma grande quantia de recursos públicos para o setor privado.

Art. 1º As importâncias empregadas em florestamento e reflorestamento poderão ser abatidas ou descontadas nas declarações de rendimento das pessoas físicas e jurídicas, residentes ou domiciliados no Brasil, atendidas as condições estabelecidas na presente lei (BRASIL, 1965).

§ 3º As pessoas jurídicas poderão descontar do impôsto de renda que devam pagar, até 50% (cinquenta por cento) do valor do impôsto, as importâncias comprovadamente aplicadas em florestamento ou reflorestamento, que poderá ser feito com essências florestais, árvores frutíferas, árvores de grande porte e relativas ao ano-base do exercício financeiro em que o impôsto fôr devido (BRASIL, 1965).

Art. 2º As pessoas físicas ou jurídicas só terão direito ao abatimento ou desconto de que trata êste artigo desde que:

(...)

b) tenham seu projeto prèviamente aprovado pelo Ministério da Agricultura, compreendendo um programa de plantio anual mínimo de 10.000 (dez mil) árvores;

c) o florestamento ou reflorestamento projetados possam, a juízo do Ministério da Agricultura, servir de base à exploração econômica ou à conservação do solo e dos regimes das águas (BRASIL, 1965).

Estes abatimentos seriam concedidos, inclusive, se o investidor introduzisse árvores para fins comerciais em propriedades de terceiros:

Art. 4º Para os fins da presente lei entende-se como despesas de florestamento e reflorestamento aquelas que forem aplicadas diretamente pelo contribuinte ou mediante a contratação de serviços de terceiros, na elaboração do projeto técnico, no preparo de terras, na aquisição de sementes, no plantio, na proteção, na vigilância, na administração de viveiros e flores e na abertura e conservação de caminhos de serviços (BRASIL, 1965).

Conforme Bacha (2008) o incentivo fiscal era concedido quando uma pessoa física ou jurídica, contribuinte do Imposto de Renda, chamado então de contribuinte - investidor destinava uma parcela deste imposto para aplicações em determinado projetos elaborados por outra pessoa jurídica, chamada de empresa-beneficiária. O desconto desta parcela do imposto pago e seu direcionamento à empresa-beneficiária

⁵⁴ Segundo Gonçalves (1992) *apud* Faillace (1996) a criação destes mecanismos na década de 1960 contribuiu para a centralização das decisões a respeito ao setor florestal pela esfera federal. Assim, retirou a autonomia dos estados e municípios.

eram regulamentados por atos normativos. Na prática a concessão dos incentivos funcionava da seguinte maneira:

O contribuinte- investidor apurava o quanto deveria pagar de Imposto de Renda e, na sua declaração, decidia quanto locar, até um limite máximo definido, para incentivo fiscal para reflorestamento, e se haveria ou não uma empresa-beneficiária específica a ser contemplada. Após o contribuinte-investidor pagar o valor devido, a Secretaria de Receita Federal (SRF) alocava à empresa-beneficiária selecionada o incentivo fiscal a ela destinado. Esta, após o recebimento dos recursos monetários, emitia um Certificado de Participação em Reflorestamento (CPR) para o contribuinte-investidor. Caso ele indicasse alguma empresa-beneficiária, haveria a concessão de incentivo fiscal na categoria “projeto próprio”. Se o contribuinte-investidor não indicasse a empresa-beneficiária, a SRF a escolhia e haveria concessão de incentivo fiscal na categoria projeto comum (BACHA, 2008, p. 15).

Faillace (1996) explica que a Lei n.º 5.106 foi estabelecida em consonância com as estratégias adotadas pelo Estado brasileiro desenvolvimentista dos anos 1960/70 e fazia parte de uma política agroindustrial nacional. Conforme Keygen (2001), seu objetivo central era o de induzir o setor privado a investir em um segmento que exige um longo período de amortização dos investimentos, de modo a garantir o fornecimento de matéria-prima a baixo custo para indústrias, cuja expansão, na avaliação do Estado, contribuiria para o crescimento do país.

Soto (1992) observa que sob o estímulo da referida Lei, entre 1966 e 1970, surgiu um novo segmento industrial, composto por pequenas e médias empresas especializadas no monocultivo de árvores exóticas e estas, por sua vez, foram responsáveis por impulsionar a atividade no país. Neste período, cerca de 80% dos “reflorestamentos” introduzidos no país advinham de incentivos fiscais concedidos pelo governo. Este número demonstra o fundamental papel do Estado na consolidação do complexo florestal celulósico. Diante disso, Faillace (1996, p. 7) avalia que a Lei n.º 5.106 consistiu “*na mais importante iniciativa política articulada externamente ao setor, como instrumento de política econômica, mas com larga repercussão na área florestal produtiva.*” Keygen (2001) conclui que com esta Lei, as indústrias de base florestal ganharam uma poderosa fonte de recursos para promoção do monocultivo de árvores exóticas em grande escala.

Entre 1966 e 1967 a Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose – ANFPC solicitou junto ao BNDE o financiamento de um estudo a respeito do estado da cadeia produtiva de papel no país e da real viabilidade do desenvolvimento de uma forte indústria nacional de celulose e papel. O Banco, interessado em obter dados que

subsidiassem a formulação de diretrizes operacionais para investimentos no setor arcou com dois terços do custo do estudo. O diagnóstico concluiu que alguns dos principais gargalos desta indústria estavam relacionados ao seu surgimento espontâneo e desorganizado, que se deu em virtude da necessidade de substituição de importações durante o período da II Guerra Mundial. O resultado foi a instalação de várias pequenas fábricas de polpa e papel de qualidade inferior, que operava com baixa produtividade (JUVENAL e MATTOS, 2003). Tendo em vista estas conclusões, o diagnóstico colocava a necessidade de:

Estimular o reaparelhamento das unidades que produzissem acima de dez toneladas/dia, para aumentar-lhes a produtividade ou melhorar a qualidade de seus artigos; incentivar maior especialização das empresas produtoras de papel, a fim de obter melhor produtividade das máquinas papeleiras; e – propiciar maior integração da produção de celulose com a de papel (JUVENAL e MATTOS, 2003, p.5).

Com o intuito de responder as necessidades colocadas pelo diagnóstico, em 1968 o BNDES aprovou a Decisão 196/68, que fixava novos parâmetros para o apoio ao setor produtor de papel e celulose. Com esta decisão o Banco passou a financiar projetos de implantação e expansão de unidades produtoras de papel que tivessem escala mínima de produção de 250 toneladas/dia de papel de imprensa e 50 toneladas/dia de papel dos demais tipos e projetos de produção de celulose com a escala mínima de 100 toneladas/dia. O financiamento também exigia que a empresa demonstrasse que dispunha de suprimento próprio de matéria-prima de no mínimo 50% das necessidades calculadas. Ademais, incentivava-se o desenvolvimento e aprimoramento de tecnologia para utilização de celulose de eucalipto (JUVENAL e MATTOS, 2003). O estabelecimento de escalas mínimas de produção comprometeu a entrada de empresas menores no setor.

Ainda no contexto de promoção de incentivos ao setor produtor de papel e celulose, a Lei n.º 5.106 foi alterada através do Decreto Lei n.º 1.134 publicado em 16 de setembro de 1970. De acordo com Pedreira (2008) este decreto aumentou a disponibilidade de recursos aplicados no setor florestal e modificou o sistema de liberação dos recursos – que antes eram pagos apenas ao final do investimento e, com o decreto, passaram a ser pagos em etapas, na medida em que os projetos fossem aprovados pelo IBDF. Além disso, segundo Soto (1992), o referido Decreto foi responsável por instituir uma nova modalidade de organização empresarial voltada para

o monocultivo de árvores exóticas, as chamadas “Sociedades em Cotas de Participação”. Esta modalidade reunia vários contribuintes que, opcionalmente, sob a forma de participação acionária não societária, compunham um mesmo projeto de “reflorestamento” financiado através de deduções no Imposto de Renda.

Art. 1º A partir do exercício financeiro de 1971, as pessoas jurídicas poderão descontar até 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto de renda devido na declaração de rendimentos, para a aplicação em empreendimentos florestais, cujos projetos tenham sido aprovados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

§ 1º As importâncias descontadas poderão ser aplicadas em projetos de desenvolvimento florestal opcionalmente, sob a forma de:

I - Participação societária acionária;

II - Participação societária não acionária em projetos de pluri-participação (BRASIL, 1971).

A autorização para a criação das Sociedades de Cotas de Participação, colocada pelo referido Decreto, resultou em uma corrida desenfreada no meio empresarial para investir em projetos de monocultivo de espécies arbóreas exóticas, em especial de eucalipto, cujo intuito era a recuperação de parcelas relativas ao imposto de renda. A consequência foi a expansão acelerada da atividade e a entrada de grandes grupos econômicos provenientes de outras áreas neste segmento que, em sua maioria, não tinha objetivos produtivos. Contudo, ao final dos anos 1980, alguns desses grupos passaram a produzir celulose e papel. Este foi o caso do extinto Banco Mercantil e Industrial do Paraná S/A - BAMERINDUS que, nos anos 1960 introduziu o monocultivo de árvores no Paraná e em 1992 ingressou na produção de celulose, através da criação de uma empresa chamada Inpacel Indústria de Papel e Celulose Arapoti, hoje de propriedade do grupo sueco-finlandês Stora Enso (SOTO, 1992). O decreto-lei n.º 1.134 favoreceu ainda a criação de firmas conhecidas como “florestadoras independentes”, que passaram a cultivar árvores para o fornecimento de terceiros (PEDREIRA, 2008).

A concessão de incentivos fiscais destinados à expansão do complexo florestal celulósico não só prosseguiu como se intensificou na década de 1970. Juvenal e Mattos (2003) relatam que os sucessivos incentivos governamentais destinados não apenas ao monocultivo de árvores exóticas, mas também a modernização, ampliação e implantação de indústrias fabricantes de papel e celulose provocou significativa transformação no setor. Transformação esta já perceptível nos anos 1973, onde 52% dos fabricantes brasileiros de papel possuíam produção superior a vinte toneladas/dia. Em 1967, apenas 28% se encontravam nesse patamar. Segundo os autores, enquanto em

1967 havia somente quatro fabricantes de papel com capacidade acima de cem toneladas/dia, em 1973 quatorze produtores já alcançavam esta média. Entre 1957 e 1973, a produção de papel aumentou quatro vezes e o consumo três vezes. Em 1967 10% das empresas produtoras de celulose possuíam capacidade superior a cem toneladas/dia, ao passo que em 1973, 20% das empresas atingiram esta capacidade. Além disso, devido ao estabelecimento das escalas mínimas de produção pelo BNDE e dos novos investimentos concedidos entre 1957 e 1973, a produção de celulose e pastas de alto rendimento⁵⁵ aumentou quase sete vezes, enquanto o consumo cresceu 3,5 vezes, propiciando o início das exportações (JUVENAL e MATTOS, 2003).

Os dados apresentados por Juvenal e Mattos (2003) abordam apenas o início dos anos 1970, entretanto, os investimentos destinados ao complexo florestal celulósico, como veremos a seguir, não pararam por aí, sendo a referida década o período caracterizado pelo maior ciclo de investimentos recebidos pelo setor no país. O resultado foi a expansão e modernização da indústria e a introdução de um novo segmento industrial produtor celulose de mercado (SOTO, 1992). Aliás, é a partir da referida década, como bem observa Pedreira (2008), tendo em vista todo arcabouço legal de regulamentação de incentivos constituído que se inicia, de fato, o processo de subordinação do cultivo de eucalipto à indústria de papel e celulose.

Um dos principais instrumentos que garantiu a disseminação dos incentivos à atividade foi o decreto-lei n.º 1.376 de 12 de dezembro de 1974. Através deste decreto o governo federal estabeleceu novos mecanismos de negociação e distribuição de incentivos a diversos setores, por meio da criação de fundos de investimentos, dentre os quais destacamos o Fundo de Investimentos Setoriais – Fiset (SOTO, 1992)⁵⁶. Direcionado aos setores de pesca, turismo e florestamento/reflorestamento o Fiset estruturava-se em um sistema de incentivos fiscais aplicados por pessoa jurídica até o máximo de 17,5% de seu imposto de renda devido na fonte para projetos realizados na região centro-sul do país, ou 25% para aqueles situados nas regiões Norte e Nordeste (BARBOSA, 2008; SOTO, 1992).

Apesar de se fundamentar no tripé pesca, turismo e “florestamento/reflorestamento”, devido à enorme demanda por matéria-prima colocada pelo complexo florestal celulósico e pela indústria siderúrgica, o carro chefe do Fiset

⁵⁵Pasta mecânica destinada a fabricação de jornais, revistas e cartões.

⁵⁶Os outros dois fundos criados por meio do referido decreto foram: o Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, o Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM.

consistia no setor de florestamento/reflorestamento (FISSET– florestamento/reflorestamento) (BARBOSA, 2008).

Em relação ao “reflorestamento”, o fundo tinha por objetivo ajustar a política de concessão de incentivos fiscais à execução das metas previstas no Plano de Siderurgia a Carvão Vegetal e ao “I Programa Nacional de Papel e Celulose – I PNPC”, que abordaremos em seguida. Além disso, procurou equilibrar a distribuição de recursos no setor, uma vez que a demanda por incentivos fiscais tornou-se maior que a disponibilidade dos empresários em investir em projetos de cultivos de árvores, o que comprometia a sua expansão (KEYGEN, 2001; FAILLACE, 1996).

Deste modo, conforme Soto (1992), o fundo estabeleceu uma nova organização na concessão de incentivos fiscais, manteve o predomínio das Sociedades de Cotas de Participação e levou a cabo uma tentativa mal sucedida de eliminar as práticas de corretagem comissionada na captação de incentivos. Uma de suas vantagens era a de que as empresas que optassem pelo FISSET – florestamento/reflorestamento em projetos específicos – teriam de forma imediata os seus recursos providenciados pelas agências de desenvolvimento. Prado (1986) *apud* Keygen (2001) observa que as opções de dedução de imposto de renda para investimento no FISSET florestamento/reflorestamento cresceram, consideravelmente, a partir de 1971, atraindo o mais elevado valor médio da opção entre os Fundos que foram criados pelo decreto-lei n.º 1.376. Assim, para Keygen (2001) durante a década de 70 o reflorestamento incentivado atingiu o seu ápice.

Em 1974 o cenário econômico brasileiro apresentava dificuldades, devido ao choque do petróleo ocorrido no final de 1973, que foi responsável por elevar não só os preços do petróleo e de seus derivados, mas também de diversas matérias-primas, bens intermediários e bens de capital. Esta conjuntura desencadeou uma forte redução da atividade econômica no mundo (MANTEGA, 1997; JUVENAL e MATTOS, 2003). Para enfrentá-la o governo brasileiro lançou mão do II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND, este priorizou a complementação da estratégia de substituição de importações e a expansão das exportações, principalmente de produtos manufaturados. Foi na esteira deste Plano que técnicos do BNDES atualizaram o diagnóstico, elaborado entre 1966 e 1967, a respeito da situação do setor de celulose e papel brasileiro. Esta revisão gerou informações que subsidiaram a criação, três meses

depois do lançamento do II PND, do I Programa Nacional de Papel e Celulose – I PNPC que vigorou até 1984 (JUVENAL e MATTOS, 2003).

O objetivo do I PNPC era tornar o Brasil autossuficiente na produção de papel e celulose. Neste sentido, delegava ao Ministério da Agricultura a responsabilidade da promoção de ações destinadas a atender estes objetivos (HILGEMBERG e BACHA, 2000; SOTO, 1992). Como o programa foi elaborado em um momento de alta do preço internacional da celulose, o governo federal procurava, por meio dele, também favorecer a geração de excedentes exportáveis, de modo a inserir o país no comércio internacional deste produto. Para tanto, o programa previa a instalação de treze grandes plantas industriais produtoras de papel e celulose no país até 1980, por meio de um modelo tripartite com igual participação do Estado, capital privado nacional e capital privado estrangeiro. Entretanto, apenas cinco projetos foram implantados, e coube ao Estado a responsabilidade pela maior parte do investimento (HILGEMBERG e BACHA, 2000).

Conforme Soto (1992), o I PNPC agrupou todas as medidas políticas vigentes, desde o final dos anos 1960, ao complexo florestal celulósico, as articulou formalmente e as complementou. Assim, estabeleceu objetivos, escalas mínimas de produção e metas de exportação, bem como aperfeiçoou mecanismos operacionais. Além disso, para fortalecer o complexo florestal celulósico, *“articulou medidas de política agrícola (...) com industriais; a política de financiamento com medidas de fomento às exportações; medidas para o fortalecimento de grandes grupos empresariais nacionais com uma política de atração do capital externo de risco”* (SOTO, 1992, p. 193).

Para Soto (1992) dentre os aspectos do I PNPC que merecem destaque encontram-se: o 1) apoio a articulação entre floresta e indústria; 2) a manutenção das escalas mínimas de produção para novas indústrias, com maior ênfase a produção para exportação, sujeitando a concessão de benefícios ao seu cumprimento; 3) e o papel essencial cumprido pelo sistema BNDES, através do fornecimento de crédito subsidiado de longo prazo, da criação de programas adicionais para a capitalização das empresas privadas nacionais; e da participação acionária direta nos projetos.

Foi justamente durante o período de vigência do I PNPC que foram construídos ou concretizados grandes projetos fabricantes de celulose de mercado, materializando assim a opção do II PND por uma industrialização menos concentrada em termos regionais. Dentre estes projetos destacam-se a CENIBRA em Minas Gerais, cuja

construção começou em 1975; a Jari nos estados do Pará e Amapá, cuja construção teve início em 1968; e a Aracruz Celulose S/A no Espírito Santo, que iniciou suas operações em 1968 como Aracruz Florestal⁵⁷ (FAILLACE, 1996; HILGEMBERG e BACHA, 2000). Para Faillace (1996) o que se destacava nestes projetos era o tamanho das plantas industriais, que produziam 1.000 toneladas por dia de celulose e 200 toneladas por dia de papéis de imprensa e de embalagem, bem como a tecnologia de suas instalações, cujo nível de sofisticação era similar ao da fronteira tecnológica internacional, o que garantia uma importante fonte de competitividade no mercado externo.

Grande parte dos líderes empresariais do complexo recebeu concomitantemente do BNDE, financiamento direto subsidiado, participação acionária do BNDESPar⁵⁸ de até 50% do capital, créditos oriundos do Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME para aquisição de equipamentos nacionais, apoio para a importação de equipamentos e financiamento de acionistas⁵⁹. Soto (1992) ressalta que apenas dois grupos empresariais concentraram quase 60% do financiamento total destinados aos líderes empresariais do complexo florestal celulósico, são eles a Klabin e a Aracruz. No período de aplicação do I PNPC o complexo florestal celulósico foi o segundo setor que mais recebeu recursos do BNDE, ficando atrás apenas da indústria petroquímica. Deste modo, o Banco favoreceu uma considerável mudança na organização industrial deste segmento (SOTO, 1992; LOBINO, 2008).

Além do financiamento destinado ao parque industrial fabricante de papel e celulose, o I PNPC estabeleceu um conjunto de medidas claramente orientadas à expansão da base florestal da indústria. Para tanto, propôs metas anuais de plantio, estas eram calculadas com base nas necessidades industriais de madeira, de modo a garantir as metas na produção de papel e celulose. Assim, é possível constatar que os benefícios e incentivos concedidos pelo I PNPC foram direcionados ao complexo florestal celulósico como um todo, na medida em que abrangiam tanto o segmentos de monocultivo de eucalipto, quanto o de fabricação de celulose e papel, fabricação de celulose de mercado e de máquinas e equipamentos destinados a estas indústrias. Neste

⁵⁷Neste período também houve a expansão de indústrias já em funcionamento, como a Klabin, a Suzano e a Simão, todas em São Paulo (FAILLACE, 1996).

⁵⁸Aliás, até os dias de hoje o BNDES tem participação acionária em empresas de papel e celulose. Este é o caso da Fibria Celulose S/A, que conta com a participação de 30,42% do BNDES Participações S.A (BNDESPar).

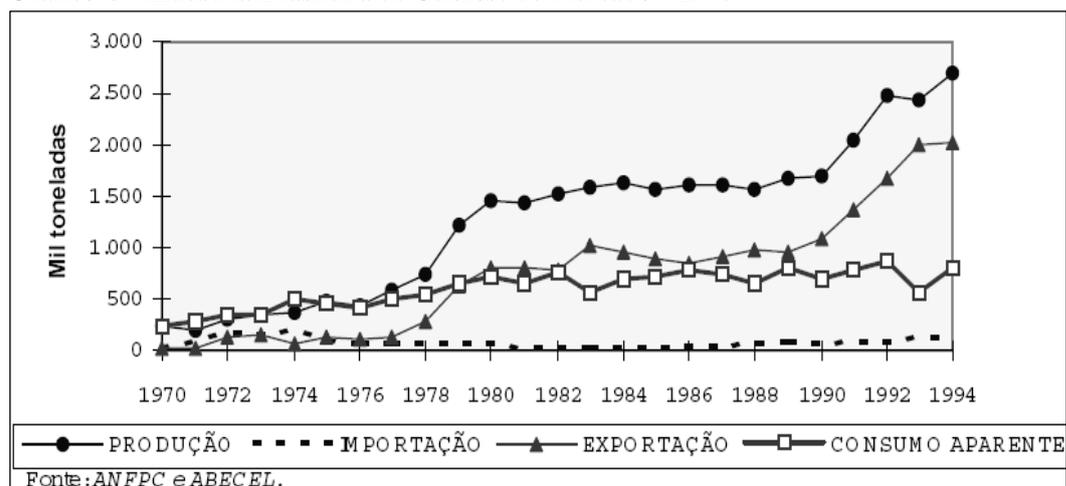
⁵⁹Faillace (1996) observa o setor fabricante papel e celulose, para equipar suas indústrias se valeu principalmente da importação de equipamentos, que se configurou no principal item de investimento.

sentido, na perspectiva de Soto (1992) as ações do I PNPC se davam no âmbito de um verdadeiro complexo, na medida em que envolviam:

A elaboração combinada de políticas de diversos tipos; a coordenação institucional de diversas agências públicas na sua execução; a articulação e representação dos interesses dos empresários; a participação desses interesses na elaboração e execução das políticas; e o referencial da tomada das decisões privadas (SOTO, 1992, p. 193-194).

Conforme Faillace (1996b) o I PNPC permitiu uma expansão significativa da capacidade industrial do complexo florestal celulósico. Entre 1981 e 1984, o ganho de divisas oriundos da exportação de celulose foi de 320%. Este ganho representou a conquista do mercado externo, o que permitiu o Brasil, já no final da década de 1970, abandonar o status de importador e assumir o papel de exportador de celulose, importando apenas papel de imprensa e alguns tipos especiais de papéis de celulose de fibra longa (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Indústria Brasileira de Celulose de Mercado – 1970



Fonte: MACEDO e MATOS (1996, p. 2).

Ainda no período de vigência do I PNPC, precisamente em 27 de dezembro de 1976, foi estabelecido o Decreto nº 79.046. Este decreto consistia em mais um instrumento legal criado pelo governo federal, com o intuito de regulamentar medidas direcionadas à aplicação de incentivos fiscais destinados ao desenvolvimento florestal no país. Por intermédio deste decreto foi criado no Brasil o Programa de Distritos Florestais. De modo a complementar o Fiset, o objetivo deste programa era selecionar, por intermédio do IBDF, áreas prioritárias para a realização de plantações de árvores, que receberiam os recursos advindos dos incentivos fiscais, a fim de conciliar a oferta e a demanda de matéria-prima de origem florestal (GONÇALVES, 2006). Contudo, uma

segunda interpretação a respeito da criação dos distritos florestais é que tal programa objetivava acelerar e ampliar a concessão de recursos financeiros e políticos, de modo a atender à demanda industrial por madeira e derivados, criando polos florestais capazes de gerar ou sustentar polos industriais (GONÇALVES, 2001).

Art. 4º. A partir do exercício de 1977, os projetos de florestamento ou reflorestamento, à exceção dos relativos a frutíferas e palmito e, ainda, daqueles com efeitos eminentemente conservacionista, só poderão ser aprovados para execução em Regiões Prioritárias para Florestamento e/ou em Distritos Florestais-Industriais obedecidos os critérios a seguir fixados:

Art. 5º. Competirá ao IBDF, ouvida a Comissão de Política Florestal, delimitar as Regiões Prioritárias para Florestamento.

Art. 6º. Por indicação também do IBDF serão delimitadas, mediante Decreto, como Distritos Florestais Industriais, as áreas onde, na data da publicação deste regulamento, já exista em funcionamento ou em implantação, indústria que utilize a madeira como insumo principal (BRASIL, 1976).

Pedreira (2008) ressalta que a partir da criação deste instrumento, as áreas determinadas como prioritárias ganharam exclusividade nas políticas de desenvolvimento florestal financiadas pelo Fiset, sendo que um percentual dos projetos financiados deveriam se enquadrar nas prioridades e diretrizes do I PNPC. Conforme o decreto:

Art. 7º. Nas propostas para os orçamentos anuais do Fiset - Florestamento e Reflorestamento, submetidas ao Presidente da República por intermédio do Conselho de Desenvolvimento Econômico CDE, o IBDF indicará, expressamente, com relação ao total global de recursos previstos.

I - o percentual que irá ser absorvido na implementação ou manutenção de projetos anteriormente aprovados.

II - o percentual a ser obrigatoriamente destinado a projetos localizados nos Distritos Florestais/Industriais.

III - o percentual, incluído na parcela do inciso anterior, a ser obrigatoriamente destinados a projetos integrados enquadráveis nas prioridades do Programa Nacional de Papel e Celulose;

IV - o percentual, residual, que poderá ser destinado a outros projetos (BRASIL, 1976).

Segundo Pedreira (2008), estas medidas tinham o objetivo de corrigir antigas distorções decorrentes do uso dos recursos do Fiset, geradas tanto pelas contradições presentes na própria organização do Fundo, quanto pela propagação das empresas reflorestadoras independentes. Para Gonçalves (2001) a criação dos Distritos Florestais representou o estabelecimento de uma nova lógica na organização espacial dos monocultivos de árvores. Para os produtores mais antigos, localizados majoritariamente em São Paulo, estes distritos serviriam, a princípio, apenas para aumentar o preço das

terras nas regiões delimitadas, favorecendo especuladores e novos plantadores. Porém, essa valorização não ocorreu e, com o programa, os plantios aumentaram.

Gonçalves (2006) acrescenta que com a formalização dos Distritos Florestais, o Estado não só favoreceu como também legitimou a expansão o setor empresarial dependente do monocultivo de árvores exóticas em diversas regiões do país. Esta expansão se deu a partir da apropriação gratuita, com uso de violência, ou a preços simbólicos de terras consideradas devolutas, localizadas em regiões fronteiriças, muitas delas historicamente ocupadas por populações tradicionais, de onde, até os dias de hoje existem diversos conflitos.

Faillace (1996b) observa que o eucalipto se configurou em um elemento para auxiliar o “desbravamento” do país no projeto de expansão do desenvolvimento industrial da década de 1970. Neste contexto a violência característica do regime militar dificultou ou mesmo impediu a existência de vozes críticas a este processo, onde, segundo a autora, não só a terra, mas a energia hídrica, a madeira existente e a mão de obra antes destinada a outras atividades foram socialmente apropriadas. Ao concentrar e privatizar o uso dos recursos naturais, a indústria provocou em diversas regiões a desestruturação de formas sociais, econômicas e culturais de produção, organização e utilização da natureza, cujo resultado foi a degradação ambiental e concentração fundiária. Concentração esta evidenciada por Kageyama (1986) que, a partir de dados do Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA referente ao ano base de 1984, identificou os maiores proprietários de terras do país na década de 1980. A maioria destes proprietários era composta por pessoas jurídicas, especialmente, representadas por empresas florestais e madeireiras, dentre as quais se encontrava a Aracruz Celulose S/A, considerada naquele período a maior detentora de terras do Espírito Santo.

Além de regulamentar a criação de distritos florestais, o Decreto nº 79.046 priorizou a verticalização floresta-indústria⁶⁰ para a concessão dos incentivos fiscais ao monocultivo de árvores exóticas e fixou o total de mil hectares como área mínima para

⁶⁰A verticalização, neste caso, significa que a empresa passa a controlar não apenas o processo fabril, mas também outros estágios necessários à produção, como por exemplo, a obtenção de matéria-prima, atividades de mercado antes atribuídas a outras firmas, dentre outros processos econômicos tecnologicamente distintos. Assim, corresponde a adição de uma atividade anterior ou posterior ao processo de produção e distribuição, de modo que as novas atividades ficam "verticalmente" relacionadas com as já existentes. Algumas empresas chegam a ter o controle de todo o processo produtivo, desde o suprimento de matéria-prima à comercialização do produto final (CARVALHO *et al.* 1993).

projetos em que houvesse participação comum de empresas, com exceção dos plantios de frutíferas. Segundo o decreto:

§ 2º. Na hipótese do parágrafo anterior, o Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI só aprovará projetos localizados nas Regiões Prioritárias para Florestamento e, em articulação com o IBDF, dará preferência aos casos em que a empresa industrial seja responsável também pelo respectivo projeto de florestamento.

(...)

Art. 8º. Em cada exercício, o IBDF condicionará a aprovação de projetos, (...), às previsões de disponibilidades que decorrerem da fixação dos percentuais referidos no artigo anterior, dando preferência: I - nos casos dos incisos II e III do artigo 7º, aos projetos integrados em que a parte florestal esteja também sob responsabilidade da empresa industrial;

(...)

Art. 13. A área mínima de plantio para os projetos de florestamento ou reflorestamento que pretendam beneficiar-se do disposto no artigo 18 do Decreto-lei 1.376, de 12 de dezembro de 1974, será de 1.000 ha (mil hectares).

Parágrafo único. Os dispostos neste artigo não se aplicam a projetos relativos a frutíferas, cuja área mínima será fixada pelo IBDF (BRASIL, 1976).

Faillace (1996) observa que com essa medida o governo federal procurava resolver o problema de escala e da viabilidade econômica da produção de madeira para suprir o segmento industrial, já que antes da implementação do Fiset, existiam muitos plantios considerados pequenos e mal localizados em relação aos grandes consumidores industriais da matéria-prima produzida. A dispersão dos plantios era prejudicial aos interesses das novas indústrias fabricantes de celulose de mercado que se constituíam e necessitavam de grandes volumes de madeira para o processamento industrial. Assim, a partir dos incentivos concedidos e da legislação instituída, estas grandes plantas industriais compraram diversas áreas, muitas delas das antigas reflorestadoras independentes. Isto permitiu que o segmento organizado em um verdadeiro complexo, ampliasse, significativamente, suas reservas florestais, principalmente de eucalipto, em diversas regiões brasileiras e, por conseguinte, garantisse o controle da terra, elemento fundamental para sua manutenção, completando, desta forma, o processo de subordinação do monocultivo de eucalipto à indústria de papel e celulose (FAILLACE, 1996, GONÇALVES, 2001; SOTO, 1992).

Também em 1976 o IBDF coordenou uma tentativa de promoção do monocultivo de espécies arbóreas exóticas em pequenas e médias propriedades rurais, por intermédio de um programa chamado REPEMIR - Reflorestamento de Pequenos e Médios Imóveis Rurais. Conforme Basso *et al.* (2012), o REPEMIR foi o primeiro programa de fomento

florestal público criado no Brasil. Sua finalidade era a introdução da produção de espécies arbóreas exóticas entre pequenos e médios agricultores, por meio da concessão de financiamento subsidiado a fundo perdido.

De acordo com Bacha (2008) o REPEMIR atuou de diferentes maneiras nos estados brasileiros, dentre as quais se destacam a doação de recursos financeiros e materiais aos produtores para a realização dos plantios. Em Minas Gerais e no Paraná o programa doou mudas, insumos e assistência técnica para a instalação dos plantios. Em São Paulo fundamentou-se na concessão de créditos subsidiados que eram concedidos a juros nominais de 18% ao ano, com carência de oito anos. O financiamento cobria todas as despesas decorridas do plantio, sendo que as propriedades beneficiadas não podiam ter mais de 300 ha de área total. O limite máximo a ser cultivado com árvores através de recursos advindos do programa era de 20 ha por propriedade, desde que não excedesse 20% de sua área total (BASSO, 2011).

Keygen (2001) observa que, em virtude da publicação da Portaria nº 934 de 30 de dezembro de 1976, assinada conjuntamente pelos Ministérios da Agricultura e das Minas e Energia, que determinava a substituição do carvão mineral importado pelo carvão vegetal, o REPEMIR expandiu-se e ganhou mais força. Com o respaldo deste instrumento legal o IBDF teve acesso aos recursos oriundos do Conselho Nacional do Petróleo - CNP e, assim, pode levar o REPEMIR para todas as unidades da Federação. Entretanto, apesar da importância do programa, o IBDF manteve seus maiores esforços na promoção da introdução do cultivo de árvores exóticas em grandes áreas, em detrimento as demais atividades, como as oriundas do REPEMIR. Somou-se a isso, o fato do programa ter passado a depender de recursos repassados pelo CNP, que mais tarde foram suspensos, o que culminou em sua desativação na primeira metade da década de 1980 (BACHA, 2003).

3.4. Consolidação, crise e reestruturação do complexo florestal celulósico: a emergência do fomento florestal

A década de 1980 foi um período de grande aquecimento no segmento mundial fabricante de papel e celulose. O setor alcançou taxas anuais de crescimento de 3,4%, e o consumo mundial de papel passou de 171 milhões de toneladas em 1980 para 239 milhões de toneladas em 1990. Ainda sim, o crescimento da demanda internacional por

papel, estimulado pela difusão da informática, através de copiadoras, impressoras, aparelhos de fax e da mídia impressa foi maior que o ritmo da oferta. Esta conjuntura elevou a cotação dos preços de celulose e de papel no mercado internacional que, no final de 1989, atingiram o valor de US\$ 840,00 por tonelada. Este cenário, aliado a projeções da FAO que apontavam para um aumento do consumo mundial de papel de, aproximadamente, 3% ao ano até 1995, motivaram grandes investimentos no setor, bem como o aumento da produção (FAILLACE, 1996).

Diante da conjuntura favorável no mercado internacional, a crise econômica que assolava o Brasil neste período não impediu a continuidade da realização de incentivos e investimentos públicos no complexo florestal celulósico. Assim, na segunda metade da década de 1980 iniciou-se um novo ciclo de investimentos direcionados a modernização e ampliação da capacidade produtiva das indústrias. Para organizar estes investimentos foi criado em 1987 o II PNPC que vigorou até 1995.

Enquanto a criação do I PNPC consistiu em uma ação fundamentalmente governamental, o II PNPC foi elaborado a partir de uma iniciativa de empresários do ramo, por intermédio da Associação Nacional de Fabricantes de Papel e Celulose – ANFPC, entidade que tinha bastante trânsito no governo (SOTO, 1992). Para tanto, primeiro a ANFPC realizou uma consulta a respeito das intenções de investimento das principais empresas do complexo. Posteriormente, estas intenções foram levadas ao governo. Este, diante da rentabilidade que o segmento havia apresentado até então e dado o relacionamento dos empresários do setor com figuras importantes no cenário político do país, assumiu integralmente as necessidades e intenções de investimentos apontadas pelos empresários. Com este objetivo o governo articulou duas medidas fundamentais: o controle de preços interno e o financiamento, sendo o último destinado, fundamentalmente, a criação de novas indústrias, ampliação das indústrias já instaladas, e ao auxílio a grupos de médio porte que apresentassem boas perspectivas de crescimento (SOTO, 1992; FAILLACE, 1996).

Diferentemente da primeira edição do programa, o II PNPC não possuía um conjunto articulado de medidas, contava apenas com um plano de investimentos produtivos. Conforme Soto (1992), o principal objetivo do II PNPC era a obtenção de financiamento de longo prazo, de modo a favorecer a geração de um novo ciclo de investimentos no setor. Além deste objetivo, o II PNPC estipulou as seguintes metas:

- Ampliar a oferta de celulose de 3,4 milhões para 6,6 milhões de toneladas;
- ampliar a oferta de papel de 4 milhões para 8,4 milhões de toneladas;
- ampliar a oferta de pasta de 312 mil para 848 mil toneladas;
- implantar florestas destinadas ao auto-abastecimento das fábricas;
- aumentar as exportações de celulose de 921 mil para cerca de 1.400 mil toneladas e as de papel de 543 mil para 820 mil toneladas;
- privilegiar com tratamento preferencial das entidades governamentais de desenvolvimento os investidores de reconhecida capacidade financeira e competência empresarial;
- proporcionar incentivos fiscais para importação de equipamentos e implantação de Florestas (...);
- estimular a capitalização das empresas pela abertura de capital; e
- cobrir as importações com financiamento externo ou com capital próprio das empresas (JUVENAL e MATTOS, 2003, p 15-16).

Estruturado, basicamente, através de recursos do BNDES, o II PNPC previa investimentos de cerca de US\$ 9,6 bilhões para o período de 1987 a 1995⁶¹. Destes, 6,4 bilhões eram destinados a ampliação da produção de celulose e o restante seria direcionado à expansão da produção de papel, sobretudo, de imprimir e escrever (HILGEMBERG E BACHA, 2001; SOTO, 1992). Deste modo, o Banco atuou no final da década de 1980 concedendo financiamento para (1) ampliação da base florestal das empresas; (2) abastecimento do mercado interno; (3) promoção das exportações; (4) produção de pastas de celulose alternativas; (5) desconcentração empresarial; (6) tecnologia; (7) e abertura de capital. Segundo o autor, não se trata de mera coincidência o fato de que as principais empresas do segmento de papéis de imprimir e escrever tenham programado, concomitantemente, investimentos na ampliação de suas capacidades produtivas. Conforme Hilgemberg e Bacha (2001) foi justamente em virtude das medidas contidas no II PNPC que a duplicação da capacidade produtiva da Aracruz Celulose S/A foi viabilizada.

Assim, mesmo com a crise da dívida externa brasileira, que afetou os investimentos realizados pelo Estado, a década de 1980 consistiu em um dos períodos em que o complexo florestal celulósico mais cresceu no país, pelas razões apontadas anteriormente, situação que se transformou apenas no final desta mesma década, cujos impactos foram sentidos na década seguinte. Conforme Soto (1992) o segmento atravessou a “década perdida” com um crescimento médio de 4,8% ao ano, determinado, em grande medida, pelo crescimento da demanda externa. Entre 1980 e 1990 a produção de papel aumentou de 3,3 para 4,7 milhões de toneladas (42%) e a

⁶¹Conforme Soto (1992) a previsão era que entre 50% e 60% dos recursos necessários para a execução do II PNPC seriam proporcionados pelo BNDES.

produção de celulose de fibra curta passou de 2,1 para 2,7 milhões de toneladas (29%). O valor total das exportações de papel e celulose que em 1978 era de US\$ 110 milhões chegou a US\$ 765 milhões em 1984 e a US\$ 1,4 bilhão em 1988.

As empresas fabricantes de papel e celulose registraram uma das maiores rentabilidades entre os setores produtivos no final dos anos 1980. Em 1988, sua relação entre lucro líquido e patrimônio foi de 14,2%, ficando atrás apenas das instituições financeiras (SOTO, 1992). Neste sentido, para Hilgemberg e Bacha (2001), na década de 1980 a indústria fabricante de papel e celulose brasileira alcançou sua maturidade, se consolidou no mercado internacional de papel e, principalmente de celulose. Na década de 1980 a produção de papel e celulose já operava com tecnologia compatível com o nível internacional e detinha uma cadeia produtiva articulada para a obtenção de matéria-prima com estabilidade e baixos custos. Segundo Soto (1992), na referida década o monocultivo de eucalipto aumentou 1,8 vezes em relação à década anterior.

Foi também a partir da segunda metade da década de 1980, processo que perdurou até os anos 1990, que o BNDES começou a se desfazer das ações que tinha adquirido nos anos 1970 de diversas empresas do complexo florestal celulósico. Com isso deixou de ser o pilar fundamental dos grandes grupos, e passou a se apresentar como uma alternativa de financiamento, em conjunto com o mercado. Deste modo começou a atuar de forma mais significativa no mercado de capitais, administrando sua carteira de ativos do setor. Assim, os aportes de capital direcionados ao setor se configuraram em uma estratégia do Banco para diversificar o portfólio e reduzir o risco das operações. Foi neste contexto que o Banco diminuiu a participação societária da BNDESPar na Aracruz Celulose S/A, que de 41% foi reduzida para 12% em 1989⁶². Essa participação foi adquirida em "leilão público" pelos próprios sócios originais da empresa (grupos Souza Cruz e Lorentzen) e um novo sócio, o grupo financeiro Safra (JUVENAL e MATTOS, 2002; SOTO, 1992).

De acordo com Mattos e Juvenal (2002) as diretrizes do PNPC foram responsáveis pelo atual perfil do complexo florestal celulósico. Devido às indicações do Plano que o BNDES outorgou consideráveis financiamentos para implantação e expansão de fábricas, aprofundando sua missão de financiador e orientador das empresas do setor. Ademais, foi também por meio dos planos, principalmente do

⁶²BNDES Participações S.A. (BNDESPar) é uma sociedade por ações, constituída como Subsidiária Integral da Empresa Pública do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criada para administrar as participações em empresas detidas pelo banco.

segundo, que a pesquisa destinada a aprimorar a tecnologia florestal foi fortalecida, incentivando grandes empresas a investirem no melhoramento genético das mudas, principalmente de eucalipto. Este investimento em pesquisa, nos anos 1990, fez do Brasil o país com a maior produtividade florestal do mundo.

É bastante visível que o período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980 consistiu naquele em que o setor fabricante de papel e celulose recebeu a maioria dos investimentos e incentivos públicos, o que favoreceu a conformação do que atualmente chamamos de complexo florestal celulósico. Neste processo o BNDES teve papel fundamental, concedendo recursos para a promoção do financiamento do setor⁶³, bem como, financiando o segmento produtor de árvores exóticas destinadas ao segmento industrial; como por exemplo, o celulósico/papeleiro e o siderúrgico, elevados à condição de clientes preferenciais.

Para Gonçalves (2001) isto significou um movimento de “captura”, por parte dos empresários, das políticas e agências estatais envolvidas com a regulação e regulamentação. A conversão das agências de regulamentação e financiamento de plantações de árvores exóticas, a exemplo do BNDES, em verdadeiras parceiras dos segmentos dependentes dessa madeira, como o siderúrgico e o fabricante de papel e celulose, determinou a expansão das plantações florestais no país. Conforme Juvenal e Mattos (2002), neste caso o BNDES não se configurou apenas em um simples agente financiador. Suas atribuições extrapolam este papel. O Banco foi também planejador e indutor de investimentos. Portanto, sua atuação pode ser entendida como um dos pilares fundamentais para a expansão da indústria de celulose e papel no país.

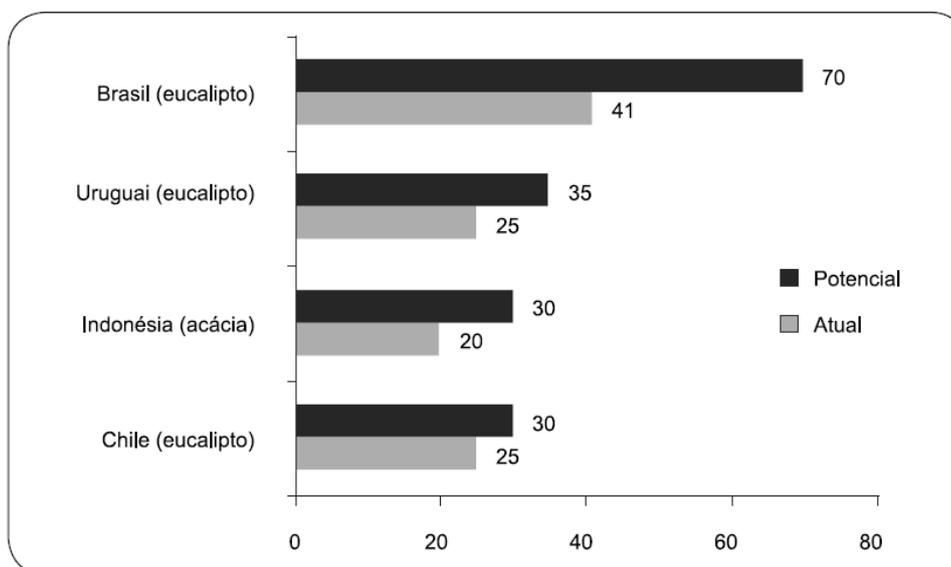
Soto (1992) faz um balanço a respeito dos resultados da política de incentivos e observa que pelo menos 80% dos reflorestamentos implantados pela indústria foram completamente financiados com recursos públicos. Pedreira (2008) acrescenta que, devido aos investimentos concedidos neste período, em 1989 o complexo florestal celulósico já controlava mais de 70% de suas necessidades de matéria-prima, detinha 1,36 milhões de hectares plantados com árvores, sendo destes, 55% cultivados com eucaliptos. Conforme Soto (1992), o restante da demanda era suprida por intermédio de terceiros, por meio de programas de fomento florestal.

⁶³ Para se ter uma ideia do papel do BNDES neste setor, Gonçalves (2008), a partir de dados do próprio banco, destaca que, entre 1955 e 1994, do total de desembolsos efetivos feitos pelo banco ao conjunto do setor industrial brasileiro, 6% foram destinados ao complexo florestal celulósico.

Bacha (2008) realizou uma avaliação a respeito dos investimentos concedidos entre 1965 e 1988, especialmente para o monocultivo de árvores exóticas, assunto que interessa particularmente a tese. Por meio de tal análise, o autor expõe que no referido período foram concedidos US\$7.046,04 milhões em incentivos fiscais para a atividade, montante que beneficiou, basicamente, grandes empreendimentos. Esperava-se, com a concessão destes recursos, que fossem cultivados 6.217.723 de hectares de área reflorestada, no período de 1968 a 1986, o que não ocorreu devido a fraudes e plantios fracassados. De todo modo, parte significativa da expansão da área cultivada com árvores para fins industriais no Brasil é tributária desses recursos. Assim, a área cultivada com árvores exóticas no Brasil aumentou 4.309.000 ha entre 1970 e 1985, o que significa que o programa de incentivos fiscais atingiu um volume de área plantada equivalente a 69,3% de seu objetivo, em outras palavras, conseguiu atingir uma área 30,7% menor que o objetivado inicialmente – uma marca nada desprezível⁶⁴ (BACHA, 2008).

De acordo com Faillace (1996b) a principal fonte de competitividade da celulose produzida no Brasil repousava nas vantagens comparativas que favoreciam uma considerável redução dos custos de produção em relação a outros países (Gráfico 4) (FAILLACE, 1996b).

Gráfico 4- Produtividade das florestas de rápido crescimento (m³/ha/ano)



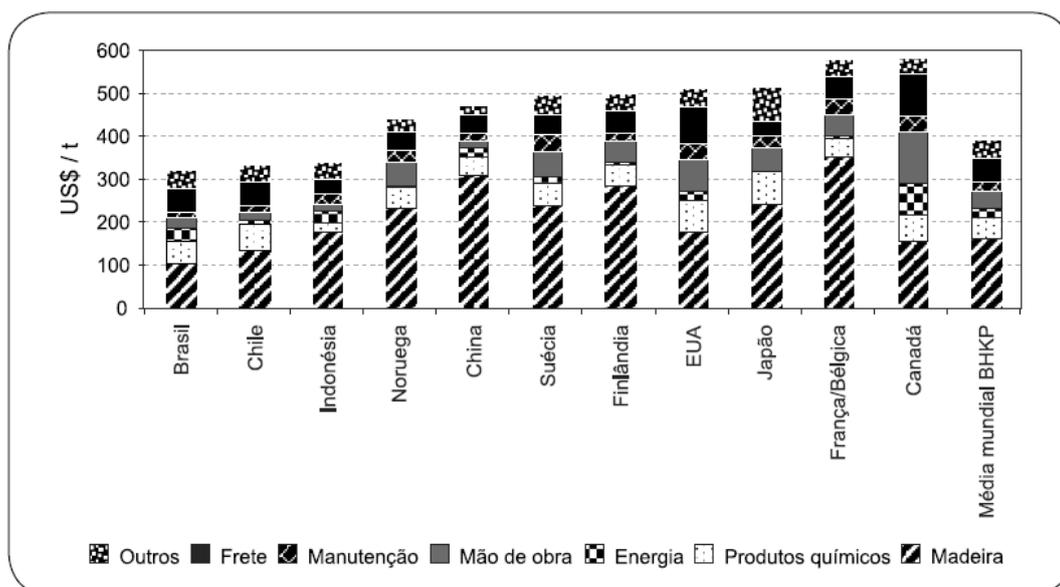
Fonte: BIZAUS *et al.*, (2010, p. 320).

⁶⁴Ressaltamos que a madeira produzida nessa área não era direcionada exclusivamente para o setor produtor de papel e celulose, mas também destinava-se a outros setores, como o siderúrgico.

Estas vantagens estavam fundamentadas, por um lado, no baixo custo da mão de obra e da energia de origem hídrica utilizada pelas fábricas, que era subsidiada. E, por outro lado, em função da disponibilidade de recursos naturais necessários à atividade, como a abundância de terras, garantida pela política de incentivos fiscais e pela cessão de terras devolutas pelo governo; da disponibilidade de água; e das condições edafoclimáticas. Os dois últimos aspectos são os responsáveis pelo reduzido tempo necessário ao crescimento do eucalipto no país (de 5 a 7 anos), pelo maior rendimento por área das plantações e pela quantidade da fibra produzida por metro cúbico de madeira (FAILLACE, 1996b).

Estas condições possibilitaram um barateamento da matéria-prima, um dos principais fatores de competitividade da indústria de papel e celulose nos anos 1980. Assim, no Brasil a madeira representava 24% do preço final da celulose, enquanto representava 51% na Suécia, 48% na Espanha e 44% em Portugal, fazendo do país o maior produtor e exportador de celulose branqueada de madeira de eucalipto do mundo. Já quando observamos o preço do papel de imprensa, podemos observar que a madeira representava 16,7% do custo de produção no Brasil, 43% na Suécia, 43,2% na Finlândia, 29, 2% no Canadá e 28.6% no oeste dos EUA (SOTO 1992; FAILLACE, 1996). Ainda hoje o Brasil apresenta o menor custo na produção de celulose no mundo (Gráfico 5).

Gráfico 5- Custos de produção da celulose de fibra curta – Brasil x mundo.



Fonte: BIZAUS *et al.*, (2010, p. 320).

O final da década de 1980 marca uma reviravolta na conjuntura vivenciada pelo complexo florestal celulósico. A recessão que assolou as economias centrais no final da década de 1980 atingiu o setor de papel e celulose mundial. Deste modo, o período de alta dos preços no mercado internacional foi sucedido por um período de baixa entre os anos de 1990 e 1993, onde preços da celulose despencaram, atingindo uma média de US\$ 350 por tonelada no final de 1993 (FAILLACE, 1996b).

No Brasil, devido a crise das finanças públicas, a política de incentivos fiscais começou a ser questionada e criticada, até por membros do próprio governo, a partir de 1986. As críticas destacavam a ênfase excessiva direcionada ao monocultivo de espécies arbóreas exóticas em larga escala e a conseqüente exclusão de agricultores quando da implantação de tais cultivos; além do mais, os críticos interpretavam os incentivos como simples doação governamental, visto a inexistência de claras exigências por parte do governo sobre os beneficiários, e afirmavam que os tributos deveriam ser aplicados de maneira eficiente (KENGEN, 2001). O resultado foi uma diminuição progressiva no estabelecimento e concessão de incentivos fiscais, cujo impacto foi sentido de maneira mais latente pelo complexo florestal celulósico em 1988, quando estes incentivos foram extintos (FAILLACE, 1996b; GONÇALVES, 2001). O fim da concessão de incentivos fiscais foi declarado a partir da publicação da Lei nº 7.714, de 29 de dezembro de 1988:

Art. 1º A partir do exercício financeiro de 1989, período-base de 1988, cessará a faculdade de pessoa jurídica de optar pela aplicação de parcela do imposto devido: I - no Fundo de Investimento Setorial - Florestamento e Reflorestamento, prevista no inciso IV do art. 11 do Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, e alterações posteriores (BRASIL, 1988).

A década de 1980 é marcada também pelo processo de redemocratização do país. Neste processo diversos movimentos sociais surgiram, se fortaleceram ou retomaram suas atividades, consideradas subversivas pela ditadura militar e desta maneira reprimidas. Assim, passaram a demandar maior participação política nas diversas esferas decisórias. Dentre tais movimentos encontravam-se os ambientalistas e ecologistas, que passaram a pressionar os órgãos públicos e o complexo florestal celulósico para que tomassem medidas destinadas a sanar os impactos ambientais e sociais gerados pelo modelo de produção de eucalipto, implantado durante a década de 1970. Estas críticas se fortaleceram nos anos 1990, período em que o discurso ambiental em prol do desenvolvimento sustentável ganhou força (SILVA, *et al.*, 2012).

No final da década de 1990 foi formada uma organização, inicialmente no Espírito Santo e sul da Bahia e, atualmente composta por entidades, movimentos, comunidades locais, sindicatos, igrejas e cidadãos, de cinco estados brasileiros (ES, MG, BA, RS e RJ) chamada Rede Alerta Contra o Deserto Verde⁶⁵, denominação utilizada para se referir ao extenso monocultivo de eucalipto. O objetivo desta organização é denunciar os impactos negativos produzidos pela implantação da produção de celulose em nível nacional e internacional. Também no Espírito Santo a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, fundada em 1961, em conjunto com ONGs europeias, internacionalizou a luta contra o eucalipto (SILVA, *et al.*, 2012).

O enfrentamento da crise experimentada a partir da segunda metade dos anos 1980 exigiu reformulações significativas nas políticas administrativa, financeira e organizacional das indústrias do complexo florestal celulósico, que direcionaram seus esforços para aumentar as exportações e reduzir os custos. Estas reformulações se intensificaram nos anos 1990, década marcada pela ruptura definitiva da política econômica e industrial brasileira com o modelo de substituição de importações (JUVENAL e MATTOS, 2002).

Nesse contexto ocorreram diversas aquisições, fusões e formação de *joint ventures* entre empresas de capital nacional ou entre empresas de capital nacional e estrangeiro, ocasionando um processo de concentração de capital no setor⁶⁶. Houve um crescimento da participação do capital externo direto ou através de empréstimos no padrão de financiamento do setor. A abertura do capital das empresas passou a ser analisada com menor desconfiança pelos seus controladores. Ao mesmo tempo, a gestão familiar começou a ser substituída pela gestão profissional, em especial nos grandes fabricantes de celulose e nos grupos exportadores (FAILLACE, 1996; JUVENAL e MATTOS, 2002).

Assim, as empresas do complexo florestal celulósico abandonaram as exigências do desenvolvimento planejado no país, passaram a observar as inovações financeiras, as necessidades de expansão das plantas industriais e a obedecer aos ritmos definidos pelo

⁶⁵ A expressão “deserto verde”, comumente, utilizada pelos movimentos sociais que contestam o cultivo de eucalipto e denunciam seus impactos sociais e ambientais foi cunhada por Josué de Castro (1946) na sua obra “Geografia da Fome” para descrever o paisagem de plantações de eucalipto para a produção de celulose, implantada em larga escala pela empresa Aracruz Florestal a partir de 1967 no Espírito Santo.

⁶⁶ *Joint venture* ou empreendimento conjunto é a denominação dada a uma associação de empresas, que pode ser definitiva ou não, com fins lucrativos, destinada a explorar determinados negócios, sem que nenhuma delas perca sua personalidade jurídica. A Fibria Celulose S/A, por exemplo, é detentora da Veracel - uma *joint venture* com a sueco-finlandesa Stora Enso.

avanço dos mercados. Tal conjuntura favoreceu a desnacionalização do controle e da gestão administrativa das empresas, cuja maioria passou a integrar o mercado de ações (BARCELOS, 2010). O resultado foi a conformação de um segmento produtor de *commodities* voltado para o mercado internacional. Desta forma, se até a década de 1970, aproximadamente, 60% da produção de celulose era controlada por pequenas e médias empresas, nos anos 1990, a situação se transforma, de modo que grandes empresas, com escalas de produção superiores a 500mil/t/celulose/ano, passam a dominar o setor (PEDREIRA, 2008).

A procura por maior competitividade e eficiência por parte do complexo celulósico florestal influenciou o segmento a adotar outras estratégias, de modo a responder as necessidades decorrentes do processo de reestruturação, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista social e ambiental. Dentre estas estratégias Faillace (1996) destaca três. A primeira consiste no desenvolvimento de programas de qualidade na área industrial e florestal. A partir da criação de programas deste tipo as empresas do complexo passaram a observar de maneira mais significativa, as exigências e regulamentações dos principais países e regiões importadoras de papel e celulose, como as estabelecidas pela ISO 9001, que avalia os padrões internacionais de qualidade para a indústria e serviços; pela ISO 1401, que avalia os mecanismos de gestão ambiental das empresas; pela certificação florestal, como a concedida pelo Forest Steward Council – FSC, cujo objetivo é possibilitar que o consumidor conheça a procedência dos produtos que adquire (Anexo 2.)⁶⁷.

A segunda estratégia refere-se à diversificação no uso da celulose e da madeira. A reestruturação provocada pela queda nos preços da celulose no mercado internacional fez com que empresas brasileiras procurassem ocupar, de maneira mais eficiente, os espaços existentes no mercado internacional. Neste sentido, muitas delas, adotaram a estratégia de diversificação de portfólio, diminuindo assim a vulnerabilidade frente à variação de preços do mercado internacional da *commodity* celulose, ou do próprio papel e, desta maneira, têm introduzido em sua pauta produtiva produtos a partir de celulose ou madeira. Dentre as possibilidades de diversificação do uso da madeira, principalmente de eucalipto, as empresas têm se valido do fornecimento de matéria-prima para o setor moveleiro e de construção civil, bem como da fabricação de painéis, chapas duras de fibra, compensados, laminados e cavacos. Em relação à diversificação

⁶⁷Retomaremos a discussão sobre certificação florestal no capítulo 4 da tese.

do uso da celulose, há a possibilidade de produção de celulose solúvel destinada à indústria têxtil e a produção de eteno a partir do bagaço de cana, utilizando-se os resíduos industriais da celulose.

O processo de reestruturação intensificou a necessidade das empresas do complexo florestal celulósico garantirem matéria-prima com baixo custo, em qualidade e quantidade suficiente para o desempenho de todas as suas atividades. Esta necessidade culminou na introdução da integração agroindustrial no monocultivo de árvores exóticas, em especial de eucalipto, através da criação de programas de fomento florestal (FAILLACE, 1996). De modo geral, o fomento florestal trata-se de um modelo de integração produtiva fundamentado em um contrato de parceria entre empresas e produtores, cuja maioria é composta por agricultores de base familiar. Esta estratégia não possui um modelo único, assim sendo, para cada região e para cada indústria há diversas formas de contrato. Todavia, pode-se dizer que em geral, nos programas de fomento florestal as empresas fornecem ao produtor integrado mudas, insumos e assistência técnica. Este, por sua vez, deve produzir eucaliptos em determinada área de sua propriedade para serem vendidos para a mesma (SOARES *et al.*, 2010).

Para se ter uma ideia da magnitude do fomento florestal no Brasil podemos observar os dados da Associação Brasileira de Florestas Plantadas – ABRAF. Estes indicam que em 2011 as empresas associadas individuais efetuaram 1.266 novos contratos de fomento florestal, que atingiram 1.013 produtores rurais e abrangeram 45,6 mil hectares⁶⁸. No acumulado até 2011, as empresas associadas individuais da ABRAF já integravam 12.788 proprietários, através de 15.157 contratos de fomento, abrangendo uma área de 439,4 mil hectares. Segundo dados da própria ABRAF, publicados em 2005 por meio de um artigo de Carlos Augusto Lira Aguiar, membro do conselho executivo da entidade, os prognósticos para esse segmento antevêm que, em futuro próximo, os integrados vão suprir 20% das necessidades das indústrias de base florestal.

⁶⁸ Empresas associadas da ABRAF: Aperam Bioenergia S.A, Arauco Forest Brasil S.A., Arcelor Mittal Bioenergia Ltda., BSC – Bahia Specialty Cellulose, Celulose Nipo-Brasileira S.A. – CENIBRA, CMPC Celulose do Brasil Ltda., Comfloresta Participações S.A., Duratex S.A., Eldorado Brasil S.A., Eucatex S.A. Indústria e Comércio, Fibria Celulose S.A., Florestal Itaquari Florestamento e Reflorestamento Ltda., Floresteca Brasil Ltda., Gerdau Aços Longos S.A., International Paper, Klabin S.A., Lwarcel Celulose e Papel Ltda., Masisa Brasil, Plantar S.A. Ramires Reflorestamentos Ltda., Rigesa Celulose, Papel e Embalagens Ltda., RMS do Brasil Adm. de Florestas Ltda., Stora Enso, Suzano de Papel e Celulose S.A., Timber Value Adm. de Ativos Florestais Ltda., Veracel Celulose S.A. e V&M Florestal Ltda (ABRAF, 2012).

De acordo com o relatório da FAO (2004), a integração no setor de papel e celulose, cujo intuito é garantir o abastecimento de matéria-prima em longo prazo, começou a ser adotado pelas empresas dependentes de madeira a partir do final da década de 1980. Contudo, somente a partir da década de 1990 é que o fomento florestal se firmou como uma opção atraente para as empresas, uma vez que estas se conscientizaram de que o governo federal não retomaria a política de incentivos fiscais para o setor (FAO, 2004); (GONÇALVES, 2006).

Com a redução da participação do Estado no complexo florestal celulósico a aquisição de terras para o monocultivo de árvores exóticas a preços convidativos ficou prejudicada, o que fortaleceu a opção das indústrias pelo fomento florestal. Além disso, esta estratégia se configurou em uma das tentativas estabelecidas pelas empresas para amenizarem as críticas e manifestações oriundas da sociedade civil contra a expansão dos plantios homogêneos de árvores, sobretudo de eucalipto, em diversas áreas do país. O raciocínio foi o seguinte: as organizações da sociedade civil criticam o modelo pelo qual as indústrias cultivam o eucalipto por causarem: problemas como concentração de terras, expulsão de agricultores de base familiar e populações tradicionais de suas terras, devastação de matas nativas, homogeneização da paisagem, dentre outros. Todavia, se parte da produção não partisse mais da empresa, mas fosse realizada por agricultores de base familiar, as críticas se enfraqueceriam⁶⁹.

Assim, procurando construir uma imagem positiva do complexo florestal celulósico, as empresas passam a defender o fomento florestal como promotor de uma variedade de impactos positivos, dentre os quais se encontram: (1) a manutenção dos agricultores no campo, já que afirmam que incentivam plantio homogêneo de árvores exóticas em áreas consideradas degradadas; (2) a geração de renda complementar e o aumento da renda dos agricultores, pois justificam que ao se integrarem a empresa estes agricultores têm um mercado certo para comercializar a produção; (3) a geração de empregos em virtude dos tratos exigidos pela atividade; 4) e a preservação ambiental, já que defendem que ao plantar árvores exóticas o desmatamento em virtude da extração de madeira diminui. Para ilustrar estas afirmativas, destacamos abaixo algumas passagens utilizadas pela Aracruz Celulose S/A ao divulgar seu programa de fomento florestal:

⁶⁹ Voltaremos a este debate nesta tese em outro momento, quando analisaremos as justificativas de representantes das empresas a respeito da adoção de programas de fomento florestal.

Além de representar geração de renda, o fomento é responsável pela criação de milhares de empregos diretos e indiretos no campo (ARACRUZ Celulose S/A, ago. 2003: 3).

O Fomento tem importante papel social, atendendo a pequenos e médios produtores e garantindo uma fonte alternativa de renda, fixação do homem ao campo, geração de empregos e de impostos, e melhor aproveitamento de áreas ociosas, em sua maioria, improdutivas (ARACRUZ Celulose S/A, ago. 2003: 4).

A Aracruz Celulose incentiva o agricultor que desejar cultivar eucalipto em terras improdutivas, ou subutilizadas. Através do Programa Produtor Florestal, o agricultor aumenta sua renda, já que a Aracruz garante a compra da produção. Além disso, desde o plantio, os técnicos da empresa acompanham e dão suporte ao parceiro, sem custo nenhum. Essa iniciativa aumenta a renda e melhora a qualidade de vida do homem do campo. Com o Programa Produtor Florestal, a Aracruz Celulose fomenta o desenvolvimento no campo (ARACRUZ Celulose S/A, jul. 2004)

Faillace (1996b) observa que apesar da redução de sua participação no complexo florestal a partir do final da década de 1980, o Estado continuou mediando os interesses das indústrias do complexo. No caso do fomento florestal, esta mediação ocorreu por meio da participação de agências estatais, como órgãos de assistência técnica e extensão rural, na divulgação dos programas entre os agricultores. Na opinião da autora, ao desviar os recursos estatais para a mediação de interesses privados, como no caso da divulgação de programas de fomento florestal, o Estado viabiliza condições legais e institucionais para a penetração do capital de grandes indústrias no campo, mas não permite que a sociedade civil possa realizar um debate a respeito das consequências de empreendimentos como o fomento florestal.

Diesel *et al.* (2006), Pedrão (2004) e Pedreira (2004) criticam o fomento florestal ao observar que por meio desta relação as empresas podem assegurar o acesso à matéria-prima com preços e estruturas de custos mais competitivas sem uma contrapartida realmente positiva aos agricultores, produtores de eucalipto, envolvidos. Do mesmo modo que Faillace (1996b), Diesel *et al.* (2006) consideram que o Estado tem papel importante na difusão da integração entre empresa e agricultores, na medida em que – diante das frequentes reivindicações das empresas, que alegam haver um descompasso entre as quantidades produzidas e consumidas de madeiras no Brasil, com decréscimo de estoques – este passa a ampliar incentivos e viabilizar estratégias para o complexo florestal celulósico, sendo uma delas o apoio a programas de fomento florestal privados.

De acordo com os referidos autores, a promoção de programas de fomento florestal é extremamente vantajosa para a empresa, já que através do fomento ao plantio de eucaliptos, esta 1) reduz o volume de investimentos imobilizados pela compra de terras, obtendo uma rentável aceleração dos ritmos de rotação de seu capital; 2) diminui as despesas associadas à fiscalização; 3) repassa o monitoramento e proteção do plantio contra roubos e outros riscos aos pequenos e médios produtores; 4) além de se isentar da responsabilidade trabalhista e ambiental, que passa a ser do proprietário das terras. Muls (1997) acrescenta ainda que, dentro desta estratégia a empresa diminui, inclusive, os riscos políticos oriundos da expansão do monocultivo de árvores exóticas.

Segundo Faillace (1996b) a relação direta estabelecida entre empresa e agricultor de base familiar, por intermédio de programas de fomento florestal, o subordina técnica e economicamente, sem que a empresa se responsabilize pelo seu futuro e pelas novas relações de trabalho desencadeadas pelo contrato. Ademais, a utilização do trabalho familiar na produção de eucalipto significa uma grande redução de custos para as empresas nos programas de fomento, uma vez que, comumente, todos os integrantes do grupo familiar trabalharam nas atividades demandadas pelo cultivo de eucalipto.

Para Pedrão (2004) ao difundir o fomento florestal e, assim estender o raio de suas ações aos agricultores, o complexo florestal celulósico cria um campo coberto por uma monocultura, já que passa a determinar que outros segmentos, como agricultores de base familiar respondam pelo suprimento de suas fábricas. Isto demonstra que nenhuma camada social encontra-se imune à sua influência, até mesmo aquelas que outrora, não se enquadravam nas atividades agrícolas industrializadas. A autora observa ainda que os oligopólios extraem vantagens decisivas de sua capacidade de financiar os agricultores, de controlar a comercialização de alguns produtos escolhidos, tal como acontece no caso do monocultivo de eucalipto. As maiores empresas, que são internacionais, escolhem fornecedores e controlam a comercialização, a exemplo do que ocorre nas estratégias de fomento florestal. Assim, ela constata que o componente internacionalizado opera com um conjunto de vantagens que são dadas justamente pela presença do componente tradicional, os agricultores. Isto indica que o campo apresenta-se como um espaço de conflitos e embates, entre os interesses que integram produção internacionalizada e os interesses que correspondem à produção local, que na maioria das vezes não são coincidentes.

Para Pedreira (2004), se por um lado o complexo florestal celulósico propicia a inserção competitiva de diversas regiões na economia nacional e internacional, por outro lado promove grandes impactos na organização socioeconômica do meio rural, já que os lucros advindos desta inserção dificilmente são estendidos ou convertidos em benefícios à população rural como um todo. Neste sentido, a autora salienta ainda que a expansão do monocultivo de árvores exóticas destinado a suprir as indústrias de papel e celulose provoca, em certa medida, uma ruptura das estruturas sócio-produtivas tradicionais. Isto evidencia que, em função da introdução de novos processos técnicos exigidos pela atividade, há a emergência, no campo, de novas relações sociais e políticas.

Diante disso, de um lado temos um posicionamento da empresa que, obviamente, assegura que a produção integrada de eucalipto promove vantagens não só para ela, mas também para o integrado. E, de outro, temos uma literatura que aponta que esta estratégia empresarial promove consequências negativas para aqueles que nela ingressam. Mas o que pensam os agricultores integrados a esse respeito? Porque aderem a este sistema? Quais as possibilidades de resistência ou adaptação a esta atividade? O que significa para os mesmos produzir para uma empresa? Qual a natureza dos acordos que fundamentam a integração às indústrias do complexo florestal celulósico? Quais as condições que conduzem a empresa a investir neste tipo de estratégia? Quais os impactos da disseminação do fomento florestal para a empresa, bem como para os meios de vida locais e para o ambiente?

Com estes questionamentos encerramos este capítulo e adiantamos a discussão que se seguirá nas próximas páginas da tese. Se neste capítulo fizemos um esforço de refletir sobre a realidade mais ampla do que optamos denominar por complexo florestal celulósico, daqui para frente nos ocuparemos com a análise de uma realidade mais específica. Na busca por respostas para os questionamentos levantados, inicialmente, examinaremos o processo de criação da Aracruz Celulose S/A no Espírito Santo e a introdução das extensas áreas cultivadas com eucalipto no estado.

Faremos um esforço em relacionar estes processos com o contexto nacional que discutimos neste capítulo, bem como com os debates realizados no segundo capítulo, a respeito do processo de industrialização e modernização da agricultura capixaba. Posteriormente, retomaremos o nosso objetivo principal: a discussão a respeito do fomento florestal. Assim, analisaremos como se organiza o programa de fomento

florestal introduzido pela Aracruz Celulose S/A no Espírito Santo e, atualmente, mantido pela Fibria Celulose S/A. No último capítulo debateremos os efeitos causados por este programa na organização do trabalho, propriedade e vida dos agricultores, bem como as possibilidades e limites colocados à adaptação ou resistência a este sistema. Para tanto, nos fundamentaremos em dados empíricos, bem como nas discussões a respeito da integração agroindustrial travadas no primeiro capítulo.

CAPÍTULO IV. DA INSTALAÇÃO DO COMPLEXO FLORESTAL CELULÓSICO À CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE FOMENTO FLORESTAL NO ESPÍRITO SANTO: ANALISANDO A PERSPECTIVA DA INDÚSTRIA

No capítulo 3 apresentamos as condições que favoreceram a adoção do eucalipto como matéria-prima principal pela indústria fabricante de papel e celulose. A partir dessa escolha, discutimos o aparato legal e institucional organizado, principalmente, pelo governo federal, para favorecer a expansão dos plantios homogêneos de árvores no país, em especial de eucalipto e para propiciar a estruturação, reestruturação e consolidação da indústria de papel e celulose, dando origem ao que chamamos na tese – com base nas discussões travadas por Faillace (1996) e Soto (1992) – de complexo florestal celulósico.

Tendo em vista as discussões realizadas nos capítulos anteriores, neste capítulo abordaremos como se deu a introdução dos plantios de eucalipto e a criação da Aracruz Celulose S/A no Espírito Santo. Estes processos foram favorecidos, justamente, pela modernização da agricultura no país e, por conseguinte, pelo aparato legal e institucional criado para o setor pelo governo federal, uma vez, que a produção de celulose e papel integrava o programa de substituição de importações, considerado estratégico na metade da década de 1970. Estes processos estão também relacionados ao contexto de modernização da agricultura e industrialização do Espírito Santo, desencadeado em virtude da crise do café, decorrida na segunda metade dos anos 1960, até então a sua principal atividade econômica. Portanto fazem parte dos chamados “Grandes Projetos Industriais”, conforme observamos no capítulo 2.

Após abordarmos como se deu a criação da Aracruz Celulose S/A neste estado e a expansão do cultivo de eucalipto, nos dedicaremos a analisar seu programa de integração agroindustrial, mais conhecido como fomento florestal. Neste momento, daremos a um dos lados envolvidos na integração entre agricultores e indústria na produção de eucalipto, qual seja, a empresa integradora. Assim, discutiremos ainda no capítulo 4 a visão da empresa a respeito da criação e funcionamento do programa de fomento florestal e suas perspectivas quanto o futuro do mesmo.

4.1. O cultivo de eucalipto finca raízes: A expansão da atividade no Espírito Santo e a criação da Aracruz Celulose S/A

A introdução do eucalipto no Espírito Santo antecedeu a criação da Aracruz Celulose S/A, mas, desde seu início esteve vinculada a atividade industrial (LOUREIRO, 2006). Os primeiros plantios de eucalipto no estado foram realizados em 1940, justamente, no município de Aracruz, pela Companhia Ferro e Aço de Vitória – COFAVI, que com o plantio objetivava produzir seu próprio carvão. Todavia, a companhia nunca chegou a explorar de forma sistemática seus eucaliptais. Nos anos 1950 a Companhia Siderúrgica Vale do Rio Doce, cujo serviço florestal começou a funcionar em 1958, também efetuou plantios de eucalipto em Baixo Guandu, Aracruz e Linhares, para fabricar dormentes destinados a Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM⁷⁰, postes para sustentação de fios elétricos, telegráficos e telefônicos, construção civil, e venda de excedentes. Além disso, também em Aracruz a companhia comprou terras para introduzir plantios de eucalipto para o preparo de carvão vegetal (ECOTEC, 1967; HASSE, 2006).

Contudo, foi no final da década de 1960 que o Espírito Santo assistiu, de fato, a expansão do cultivo de eucalipto. Esta expansão foi impulsionada, por um lado, pela criação da Aracruz Florestal em 1967 que, inicialmente, objetivava exportar cavacos de madeira para o Japão. E, por outro, sobretudo, por uma articulação política de um pequeno grupo formado por membros da elite local, sócios da Aracruz Florestal, reunidos por intermédio de uma empresa de consultoria chamada Economia e Engenharia S/A- ECOTEC, de propriedade de Antônio Dias Leite, ex-ministro das Minas e Energia (HASSE, 2006; VINHA, 1999). Desde os anos 1950 a ECOTEC atuava na elaboração de estudos técnicos para a realização de projetos de infraestrutura tanto para o governo estadual, quanto para a Companhia Vale do Rio Doce. As notícias de que os mercados internacionais de madeira estavam abrindo novas oportunidades locais, motivavam a intermediação de interesses no Brasil destes empresários na década de 1960 (FASE, 2002).

Diante dessa conjuntura, estes empresários, aproveitando-se do momento político e econômico estadual (de crise da atividade cafeeira e início da industrialização

⁷⁰A Estrada de Ferro Vitória a Minas é uma ferrovia brasileira responsável por ligar a cidade de Belo Horizonte e Minas Gerais à Cariacica, município da Região Metropolitana de Vitória, e aos portos de Tubarão, Praia Mole e Portocel, no Espírito Santo.

e modernização da agricultura) e federal (em virtude dos incentivos fiscais destinados ao monocultivo de árvores exóticas), além do trânsito que tinham nessas esferas, conseguiram colocar a criação de uma indústria de papel e celulose como um dos grandes projetos industriais pensados para o Espírito Santo. Esta indústria se originaria a partir da Aracruz Florestal⁷¹. Portanto, é praticamente impossível abordar a criação do complexo florestal celulósico no estado sem mencionar a ECOTEC. Na perspectiva de Dalcomuni (1990, p. 187):

Resgatar a participação da ECOTEC no desenvolvimento da indústria de celulose significa deslindar um complexo conjunto de inter-relações econômicas, políticas e pessoais entre os denominados ‘atores políticos locais’, que se estabeleceram nesse processo.

O pontapé inicial para a expansão dos plantios de eucalipto e, por conseguinte, para a introdução da indústria de papel e celulose no estado, se deu em 1966, com a realização de um levantamento inicial pela ECOTEC sobre o mercado de celulose, com vistas a estruturar uma empresa no ramo (FASE, 2002). O estudo, cujos resultados foram apresentados a um grupo de empresários cariocas e paulistas, detectava um quadro de estagnação na fabricação mundial de celulose, decorrido da insuficiência de madeira, cuja produção não acompanhava o crescimento da demanda da indústria (LOUREIRO, 2006). Diante das possibilidades apontadas pelos primeiros estudos, estes empresários articularam formas de financiamento via incentivos fiscais para a aquisição de terras e fundaram em 1967 a Aracruz Florestal, de modo a aproveitar os benefícios dos incentivos fiscais da já criada Lei nº 5.106⁷². Adquiriram com auxílio de recursos públicos os dez mil hectares anteriormente explorados pela COFAVI e lá iniciaram os primeiros plantios de eucalipto (FASE, 2002).

No Espírito Santo a ECOTEC desenvolveu um estudo denominado “*Potencial Florestal e Silvicultura no Estado do Espírito Santo*”, publicado em um dos volumes “*Estudos para o desenvolvimento econômico do Estado do Espírito Santo*”, a fim de

⁷¹ De acordo com Dalcomuni (1990) a ECOTEC foi responsável por elaborar a proposta de ampliação dos incentivos fiscais destinados a atividade de florestamento e reflorestamento, presente na Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966, que foi analisada no capítulo 3 da tese. Conforme relatamos no referido capítulo, esta lei permitia que tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas abatessem do imposto de renda as importâncias empregadas em florestamento ou reflorestamento.

⁷² Conforme Hasse (2004) As primeiras quotas da empresa foram subscritas por Walter Moreira Salles (Unibanco), Fernando Portela (Banco Boa Vista), Oscar Americano Filho (CBPO, construtora), Otavio Lacombe (Construtora Paranapanema), Olivar Fontenelle (Casa Sloop) e Erling Lorentzen (Norsul, navegação), cujo interesse foi despertado pela perspectiva de transportar a madeira, no futuro.

estabelecer as condições da expansão do cultivo de eucalipto no estado e de criação de uma indústria fabricante de papel e celulose. A publicação destes volumes tinha o objetivo de estimular a transformação econômica do estado, a partir da proposta diversificação de suas atividades, tendo em vista a crise do café. Contudo, as atividades selecionadas para produzir a pretensa diversificação consistiam na silvicultura e na pecuária de corte e leiteira, sendo uma análise das últimas também publicadas nesses volumes.

A elaboração do estudo “*Potencial Florestal e Silvicultura no Estado do Espírito Santo*”, foi orientada pela Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo - CODES e financiada com recursos do Instituto Brasileiro do Café - IBC, destinados ao Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura - GERCA. A finalidade desse grupo, como observamos no capítulo 2, era a de promover uma diversificação na agricultura em regiões atingidas pelo programa de erradicação dos cafezais improdutivos. Segundo a ECOTEC, o objetivo do estudo era o de:

Conhecer a situação florestal do Estado do Espírito Santo, respondendo em linhas gerais, aos seguintes itens: Estágio atual da silvicultura no Espírito Santo. Condições topográficas e climáticas favoráveis à silvicultura. Áreas presentemente ocupadas com florestas. Potencial florestal suscetível de exploração imediata (ECOTEC, 1967, p. 11).

É interessante observar que o responsável pelos assuntos agrícolas na elaboração desse estudo, era o engenheiro agrônomo Armando Navarro Moreira Sampaio, sobrinho de Edmundo Navarro de Andrade, responsável, como vimos no capítulo 3, por introduzir o cultivo de eucalipto no país. Sampaio deu continuidade aos trabalhos do tio no Serviço Florestal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro - CPEF e aos estudos relacionados à silvicultura, em especial, no que tange ao eucalipto (MARTINI, 2004). Dessa forma, não é difícil chegar à conclusão de que a espécie priorizada para o início dos plantios, de modo a compor o complexo florestal celulósico no estado, foi o eucalipto. Apesar de nas áreas mais altas o estudo indicar o plantio de coníferas. Conforme relata o estudo:

De um modo geral, para as condições ecológicas das regiões identificadas, aconselha-se, tanto para as áreas onde serão instalados os empreendimentos florestais, como para as áreas de simples reposição da mata ou mesmo para aproveitamento doméstico e utilização diversa na propriedade agrícola, as espécies do gênero *Eucalyptus* desde que plantada até a cota de 600 metros (ECOTEC, 1967, p. 68).

Por meio desse relatório a ECOTEC indicou o Espírito Santo como o estado que reunia as condições (políticas, econômicas e naturais) favoráveis à introdução da silvicultura baseada no cultivo de eucalipto. Neste estado definiram o município de Aracruz como o ideal para o início dos plantios e, em seguida para implantação da indústria, devido às condições climáticas e de solo adequadas, topografia plana, favorável a mecanização além da localização, próxima a Vitória e também perto do mar, o que facilitava a construção de um porto no futuro, para o escoamento da produção e exportação do produto. É importante analisarmos alguns trechos do relatório, na medida em que o mesmo não só indica de forma mais clara as condições oferecidas pelo Espírito Santo para a instalação de um complexo florestal celulósico, como também acena a possibilidade de obtenção de madeira de terceiros para o empreendimento, além de apontar outras áreas do estado que, futuramente, poderiam introduzir plantios de eucalipto. Dentre estas áreas encontra-se Domingos Martins, local onde foi realizado o trabalho empírico da tese.

Uma das justificativas apontadas pelo relatório para introdução do plantio de eucalipto no Espírito Santo repousava nas restrições colocadas ao desmatamento pelo Código Florestal de 1965, que afirmava que a extração de madeira só seria tolerada, a partir de então, através de um regime de utilização racional. Diante dessa norma, segundo o estudo *“haverá sensíveis vantagens para o produtor de madeira em conjugar essa atividade com a industrialização e o reflorestamento* (ECOTEC, 1967, p. 51).

Como o estudo foi financiado com recursos do GERCA/IBC, destinados à diversificação de áreas que passaram pela erradicação dos cafezais, encontrava no programa de diversificação a possibilidade de promover a expansão do plantio homogêneo de árvores exóticas no estado, haja vista, conforme observamos no capítulo 2, a quantidade de cafezais erradicados no Espírito Santo e os recursos disponíveis para a conversão destas áreas. Deste modo, naquele momento a ECOTEC (1967, p. 55), entendia que *“avaliar as possibilidades da silvicultura nas regiões de erradicação dos cafeeiros do Espírito Santo, é o mesmo que fazê-lo em todo o Estado, pois a eliminação dos cafezais improdutivos se fez, de um modo geral, em todo território capixaba”*.

Esta concepção já assinalava indícios das intenções da empresa e dos empresários interessados na instalação de um polo produtor de papel e celulose no estado. Estes, tendo em vista a proposta de diversificação das áreas antes ocupadas com

cafezais, vislumbravam a oportunidade não apenas de introduzir o cultivo de eucalipto em apenas uma região do estado, mas também, aproveitando os recursos do programa e os incentivos fiscais destinados a atividade, viam a possibilidade de disseminarem o monocultivo de eucalipto por diversas regiões, caso houvesse necessidade. O estudo reforça esses indícios quando menciona que:

Considerando as classes de capacidade de usos das terras, nas áreas liberadas com a erradicação dos cafezais, verifica-se que, praticamente, elas só seriam indicadas para o reflorestamento ou, quando muito para pastagens (ECOTEC, 1967, p. 60).

Em todas essas áreas onde se formaram as lavouras de café existem condições naturais para a silvicultura (...). Está o solo dessas áreas muito mais pobre, principalmente sob o ponto de vista bioquímico, mas, atualmente, são disponíveis diversas espécies exóticas muito menos exigentes e muito mais precoces que as nacionais, além dos recursos de outras técnicas agrônomicas que podem ser aplicadas em benefício do reflorestamento.

Esse lavrador uma vez orientado, assistido e garantido, poderá ser um silvicultor muito melhor (ECOTEC, 1967, p. 61).

(...) **Conclui-se que a silvicultura pode ser implantada em todo território capixaba** desde que sejam criadas as condições necessárias. Ainda mais sabendo-se que há nesse Estado uma boa percentagem de terras cujo uso atual não tem significado econômico-social e que, de acordo com as normas de aproveitamento racional são indicadas para o reflorestamento [grifo nosso], (ECOTEC, 1967, p. 61).

A empresa criticava o fato da diversificação produtiva conduzida pelo GERCA/IBC ser fundamentada no incentivo a produção de alimentos, uma vez que julgava que estas atividades eram praticadas pelos ex- produtores de café de forma elementar e, desse modo, não gerava renda para os agricultores. Assim, ao invés de analisar as condições de produção desses alimentos de modo promover mudanças, optava por colocar o cerne do problema nas próprias atividades desenvolvidas.

De um modo geral o pequeno e médio cafeicultores que além do café produziam um pouco de milho, mandioca, feijão, têm agora nesses últimos produtos fonte de renda para sua manutenção. Essas culturas, chamadas de 'lavouras brancas', são também realizadas mesmo com incentivos financeiros do próprio GERCA, no seu plano de erradicação em condições bastantes rudimentares, em nada melhorando a situação do agricultor, que terá cada vez mais agravado seu problema (ECOTEC, 1967, p. 56).

A ideia de diversificação da empresa para áreas antes cultivadas com café era bastante limitada, na medida em que considerava que este processo poderia consistir na simples substituição de cafezais pela introdução do cultivo de eucalipto e em grande escala.

A diversificação integral de uma agricultura por silvicultura só é possível para os grandes empreendimentos e cujo produto, a madeira, seja destinado a uma finalidade industrial. Nesse caso, esses empreendimentos ficam restritos a grupos econômicos capazes de aglutinar recursos financeiros necessários ao desenvolvimento desse tipo de projeto (ECOTEC, 1967, p. 89).

Contraditoriamente ao que havia afirmando antes, ao criticar a diversificação realizada através do incentivo a produção de alimentos, o estudo reconhece que a atividade é inviável para agricultores de base familiar. Veja bem, já na década de 1960 os fundadores da empresa tinham ciência das desvantagens existentes no plantio de eucalipto para as pequenas propriedades e agricultores familiares.

Para pequenas propriedades, essa diversificação não é tão fácil, dado o estágio econômico em que se encontram, pois a silvicultura é uma atividade que imobiliza apreciáveis recursos durante um longo período para poder dar, ao fim, lucros razoáveis, o que não é permitido para pequenos lavradores que, além de carência de recursos financeiros, precisam de toda área para exploração agrícola de sobrevivência (ECOTEC, 1967, p. 89).

Deste modo, o estudo enfatiza que o agricultor, ao decidir por desenvolver o monocultivo de árvores exóticas, precisará providenciar outra fonte de renda, por pelo menos seis anos:

Durante seis anos, o agricultor necessitará de uma outra fonte de renda para sua manutenção, pois, como se viu, mesmo no caso das essências mais precoces, a silvicultura só poderá proporcionar renda a partir do 7º ano, assim mesmo no caso dos eucaliptos (ECOTEC, 1967, p. 89/90).

Além da intenção clara de disseminar o monocultivo de eucalipto pelo estado, destes trechos podemos extrair mais três observações. 1) O relatório apresenta o discurso da existência de solos empobrecidos (em todo estado), colocando como última solução a introdução do plantio de árvores exóticas. Esse discurso até os dias de hoje é proferido pelas empresas, a exemplo da Fibria Celulose S/A, na divulgação de seu programa de integração. 2) O estudo já coloca a possibilidade de agricultores de base familiar produzirem eucalipto, mas, ao mesmo tempo, reconhece que para tanto estes teriam que procurar outras fontes de renda. 3) Mais uma vez, é destacada a ideia de um vazio demográfico no estado, no momento em que o estudo relata a existência de terras sem utilização econômica e social, quando na verdade, muitas dessas regiões eram ocupadas por populações tradicionais, como remanescentes de quilombos e indígenas.

A região de Aracruz, por exemplo, onde se deu os primeiros plantios de eucalipto da Aracruz Celulose S/A consistia em uma dessas áreas que, ocupada por indígenas, foi palco dos primeiros conflitos envolvendo a empresa e populações locais. Dentre as regiões acometidas pela erradicação dos cafezais, a ECOTEC (1967) estabelece como prioritárias para a introdução do cultivo de eucalipto duas áreas principais:

(...) Tratando-se de reflorestamento com fito mais nobre de aplicação da madeira como, por exemplo, para celulose e pasta de papel (...) podem ser delimitadas duas regiões como sendo as mais favoráveis a essa realização. **A zona serrana do centro do Estado**, abaixo do Rio Doce, compreendendo os municípios de Baixo Guandu, Taguaçu, Santa Teresa, Santa Leopoldina Itarana, Afonso Cláudio, **Domingos Martins**, Conceição do Castelo, sendo estes no seu todo ou em partes. A zona litorânea, incluindo os municípios de Conceição da Barra, São Mateus, Linhares, Aracruz, Ibraçu, Fundão, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari, Alfredo Chaves e Anchieta, sendo estes também no seu todo ou em partes [grifo nosso] (ECOTEC, 1967, p. 63-64).

Dentre essas áreas encontra-se a região serrana, onde se situa o município de Domingos Martins. Atualmente, como observamos na introdução da tese, Domingos Martins é o município que conserva a maior reserva de mata atlântica do estado. Além disso, como vimos, nessa época, nessa região já se concentrava a maioria dos agricultores de base familiar do estado, muitos deles, imigrantes europeus que não viviam apenas do café, mas conservavam e suas pequenas propriedades outros cultivos, de modo a garantir sua sobrevivência. Assim, a escolha dessas duas regiões se deu muito mais em função das comodidades que poderiam oferecer, já que se localizam próximo a Vitória e no caso da zona litorânea, dispunham ainda da possibilidade da construção de um porto para o escoamento do que seria mais tarde produzido, do que em decorrência da necessidade de sua diversificação (Figura 8).

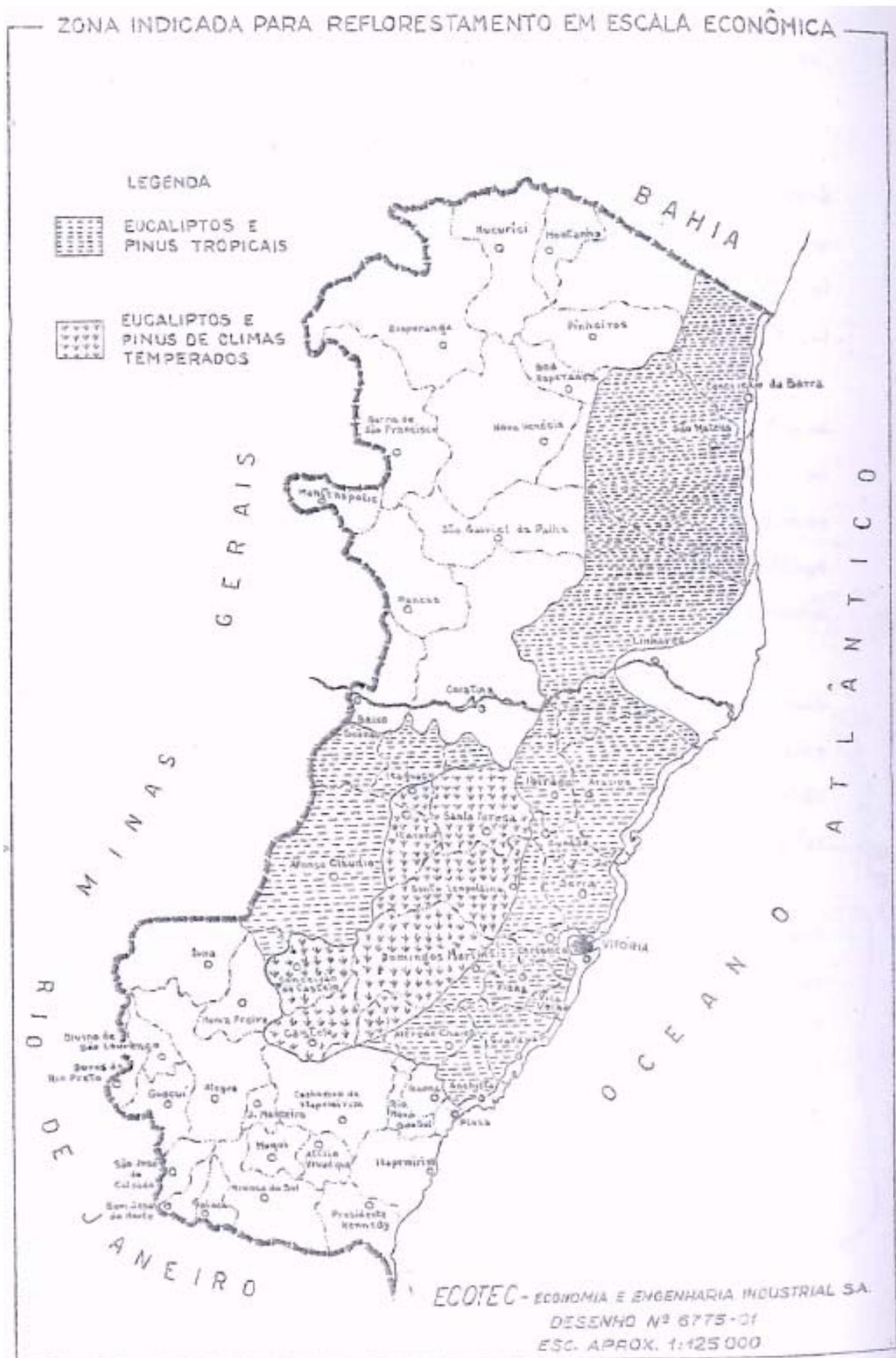


Figura 8 - Áreas indicadas pela ECOTEC para introdução do plantio homogêneo de árvores exóticas

Esta constatação fica de fato evidenciada quando o estudo aponta que “*condição de grande importância, portanto, para o estabelecimento de uma plantação florestal de fins econômicos é a sua localização em relação às fontes consumidoras. As distâncias ideais são de 60 km (...)*” (ECOTEC, 1967, p. 64). Além desses fatores, o estudo enfatiza que o preço da terra e o tamanho das áreas disponíveis são também fundamentais para a seleção do lugar para introdução dos plantios. Essa é outra justificativa para a escolha, primeiramente, do município de Aracruz, que além da topografia plana e proximidade ao mar, possuía terras a preços convidativos, algumas inclusive com o plantio iniciado, a exemplo das áreas da CVRD e da COFAVI.

O estudo da ECOTEC enfatiza a necessidade de incentivos da esfera pública, destaca o papel da Lei N.º 5.106, dos grupos privados nacionais e estrangeiros e da constituição de empresas florestais, para a viabilização do complexo florestal celulósico no Espírito Santo:

A atividade florestal exige investimentos vultosos e a longo prazo, por isso nem sempre as pessoas ou grupos conseguem realizá-lo sem contar com recursos econômicos que provenham de organismos oficiais de crédito nacionais e internacionais (ECOTEC, 1967, p. 77).

(...) Hoje (...) mesmo sem assistência financeira efetiva, poder-se-á realizar trabalhos de florestamento e reflorestamento, graças ao estímulo criado pela Lei N.º 5. 106, de aplicação de 50% do imposto de renda devido à União pelas pessoas físicas e jurídicas. Estas pessoas se constituindo, como já vem fazendo, em Empresas Florestais e aplicando recursos antecipadamente em função de sua renda líquida anual estimada, realizam de certa forma o autofinanciamento aos investimentos nessa atividade, o que não fariam se não houvesse esse incentivo fiscal (ECOTEC, 1967, p. 77).

(...) Grupos econômicos de capitais nacionais e estrangeiros deverão ser motivados [a investir na silvicultura] através de medidas de incentivos a serem proporcionados pelo poder público do Espírito Santo (ECOTEC, 1967, p. 78).

Além disso, o estudo coloca as intenções do grupo de empresários em relação ao tamanho dos plantios que objetivavam introduzir no estado. Assim, o documento não deixa dúvidas de que, naquele momento, a ideia dos empresários fundadores da Aracruz Celulose S/A era a de implantar extensas áreas cultivadas com eucalipto, de modo a formar um grande complexo fabricante de papel e celulose no estado. Neste sentido, o estudo utiliza inclusive a denominação “impérios florestais” para ilustrar suas afirmações:

(...) Para apresentar resultados econômicos, o empreendimento florestal necessita ser realizado em larga escala. (...) Só um grande investimento dessa

natureza poderá assegurar matéria-prima suficiente para permitir instalações capazes de beneficiar a madeira em bases econômicas e competitivas. Para se ter uma ideia dos empreendimentos florestais, basta passar em revista alguns dados relativos aos investimentos já existentes que representam, por vezes, verdadeiros **impérios florestais**, quase sempre complementados com indústrias modernas de produção de celulose, pasta química ou mecânica, contraplacados, chapas, madeiras e outros [grifo nosso] (ECOTEC, 1967, p. 80).

O estudo também apresenta um cálculo acerca da quantidade de madeira demandada por uma indústria de papel e celulose que fabricasse cerca de 300 toneladas diárias do produto (quantidade mínima necessária para que o investimento fosse viável), que seria de 480.000 m³ anuais. Diante dessa demanda, enfatiza a possibilidade de compra de madeira de terceiros: *“evidentemente toda essa área deverá ser reflorestada, ou então o produto deverá ser adquirido de terceiros, em florestas formadas por particulares influenciados pela proximidade com a indústria”* (ECOTEC, 1967, p. 83).

Além disso, o estudo demonstra que em terrenos mais íngremes, como no caso de Domingos Martins, as despesas com a produção custariam 50% a mais que em terrenos planos. E explica que os custos de produção por hectare se reduzem muito quando os plantios são realizados por terceiros, já que estes são eximidos de alguns encargos exigidos por lei a grandes agroindústrias, além de não calcularem de maneira objetiva o preço de alguns ativos, como a mão de obra utilizada. Assim, coloca algumas estratégias que deveriam ser usadas pelos empresários ao fundarem a agroindústria, de modo a atrair fornecedores de madeira, através da criação de uma equipe de fomento, mesmo antes de criação de um programa deste tipo:

Os grandes investimentos produzem o efeito cataclítico e aglutinador de grande número de particulares ou pequenos produtores sujeitos à sua área de influência e mesmo motivado por eles (ECOTEC, 1967, p. 87).
Servem como um movimento irradiação de um movimento reflorestador, distribuindo mudas até um raio de distância econômico para as condições do meio ambiente que se encontram (ECOTEC, 1967, p. 87).
Além da entrega de mudas, que dão origem às plantações, estas são também orientadas pelo pessoal técnico de fomento da empresa, pois o empreendimento se tornará mais sólido e mais duradouro quando interessar toda uma região (ECOTEC, 1967, p. 87).

Estas considerações, em parte já nos permitem entender, por exemplo, porque na região serrana do estado, ao invés de investir em plantios próprios, a Aracruz Celulose S/A priorizou a introdução de programas de fomento florestal, fato que proporcionou a Domingos Martins ser o segundo município em número de contratos desse tipo, ficando apenas atrás do município de Aracruz, onde a fábrica foi instalada.

A despeito de todas as discussões e controvérsias sobre o consumo de água pelo eucalipto, o estudo adverte que devido ao metabolismo intenso da planta, era fundamental inserir o cultivo em uma região que possuísse grande disponibilidade de água, sendo este um dos motivos que justificavam a escolha do Espírito Santo, que possuía consideráveis índices pluviométricos (ECOTEC, 1967, p. 85).

O estudo aponta que a introdução de um empreendimento florestal rentável e eficiente dependia de um adequado desenvolvimento industrial (ECOTEC, 1967). Neste sentido, a conjuntura em que se encontrava o Espírito Santo naquele momento seria propícia para a instalação do empreendimento, já que é justamente a partir desse período que o poder público coloca com mais ênfase a necessidade de modernização e industrialização do estado.

Em suas páginas finais o estudo da ECOTEC (1967) conclui que o padrão de industrialização da madeira no Espírito Santo não se encontrava à altura de seu potencial, uma vez que o estado oferecia condições favoráveis para a produção de matéria-prima de qualidade, possuía abundância de mão de obra a baixo custo, além das facilidades relacionadas a transporte e embarque. Desta forma, coloca a necessidade da introdução de plantios homogêneos de árvores exóticas em larga escala para atender essa demanda. Assim, já nesse período menciona o risco de um suposto “apagão florestal”, tema recorrente até os dias de hoje no discurso do complexo florestal celulósico.

O exame das tendências nos mercados local, interno e externo configurou a existência de excelentes perspectivas para a indústria, desde que a mesma atinja maior diversificação e eleve seus padrões operativos. Para que as solicitações desse mercado sejam atendidas, em sua plenitude, as florestas do Espírito Santo serão objeto de considerável drenagem, havendo o risco de uma total exaustão das reservas atuais nos próximos 20 anos (ECOTEC, 1967, p. 220).

A menos que o Estado empreenda uma ação concreta na racionalização dos recursos florestais remanescentes, promova a reabilitação da indústria madeireira e encete um programa de reflorestamento em grande escala, com espécies de rápido crescimento, a crise se fará sentir, levando-o à perda de sua tradicional posição de importante centro madeireiro do país (ECOTEC, 1967, p. 220).

Por fim, para atender os objetivos colocados, o estudo estabelece seis grupos de recomendações ao Estado, colocando dessa forma a responsabilidade e necessidade do apoio do poder público para a realização do empreendimento. Dentre as recomendações presentes nestes grupos destacamos: 1) a promoção de uma mentalidade de

reflorestamento em todas as classes, especialmente, nas do meio rural; 2) competições entre os lavradores que adotem práticas de silvicultura em suas propriedades, concedendo recompensas aos que se destacarem; 3) aproveitamento das espécies existentes, mas de maneira combinada a converter áreas primitivas em novas florestas de espécies homogêneas ou de composição menos variada, sendo as primeiras espécies a se considerar o eucalipto e o pinus; 4) incentivo de preferência o comércio de exportação; 5) concessão de ajuda financeira à instalação de novas indústrias; 6) abrandamento da carga tributária incidente sobre a indústria e comércio de madeira (ECOTEC, 1967).

A reunião de todos os aspectos favoráveis destacados pelo estudo da ECOTEC (1967) apontaram a viabilidade da instalação de um complexo florestal celulósico no Espírito Santo, cuja matéria-prima deveria ser o eucalipto. Assim, conforme Dalcomuni (1990, p. 188):

De acordo com tais estudos, foi selecionado o município de Aracruz, alegando condições edafoclimáticas favoráveis ao desenvolvimento de florestas de eucalipto, por representar uma região de atividades economicamente inexpressivas, topografia plana favorável à mecanização, privilegiada localização quanto ao sistema viário, próximo ao principal pólo de desenvolvimento do Estado, Vitória, e próximo ao mar, o que facilitaria a construção de porto para exportação do produto.

Após a definição da espécie a ser cultivada e do local de instalação da empresa, os empresários começaram a adquirir terras no município de Aracruz e, expandiram-se para os municípios vizinhos Conceição da Barra e São Mateus. Em 1969, foram iniciados os estudos de viabilização da implantação de uma fábrica de celulose. Estes estudos foram concluídos em 1971, tendo comprovado a viabilidade do projeto de produção de celulose. Para tanto, colocavam a necessidade de reestruturação do projeto florestal estabelecido inicialmente, a fim de melhor atender ao projeto industrial (LOUREIRO, 2006).

Diante disso, em 1972 foi fundada a Aracruz Celulose S/A – a Aracruz Florestal criada anteriormente, foi transformada em sua subsidiária – a partir da reunião de vários grupos acionistas: BNDE (25,90%), Cia. Souza Cruz Indústria e Comércio (25,29%), FIBASE (14,72%), Grupo Billerud (6,07%), Grupo Lorentzen (5,08%), Vera Cruz Agroflorestal S/A (3,37%), Grupo Moreira Salles (2,63%), e os restantes 391 acionistas, como o Grupo Oliver Araújo, CBPO, Paranapanema S/A, Refinaria União e outros (FERREIRA, 2002). Em 1975 o grupo conseguiu financiamento do BNDE para implantação de seu projeto. Com isso, em 1978, em Barra do Riacho, distrito

pertencente ao município de Aracruz, foi inaugurada a primeira fábrica da Aracruz Celulose S/A, conhecida como “A” (ANDRADE e DIAS, 2003). Em 1991 foi criada a Fábrica “B” e em 2002 a Fábrica “C”, localizadas também em Barra do Riacho (DE’NADAI *et al*, 2005) (Figura 9).



Figura 9 - Imagem de satélite do complexo de fábricas da Aracruz Celulose S/A no Espírito Santo.
Fonte: Google Earth (Imagem extraída em jun. 2013).

Em 1985 foi criada a Portocel, empresa que gerencia as operações do Terminal Especializado de Barra do Riacho – Portocel, localizado, em Aracruz, também no distrito de Barra do Riacho (ARACRUZ CELULOSE S/A, 2007) (Figuras 10 e 11).

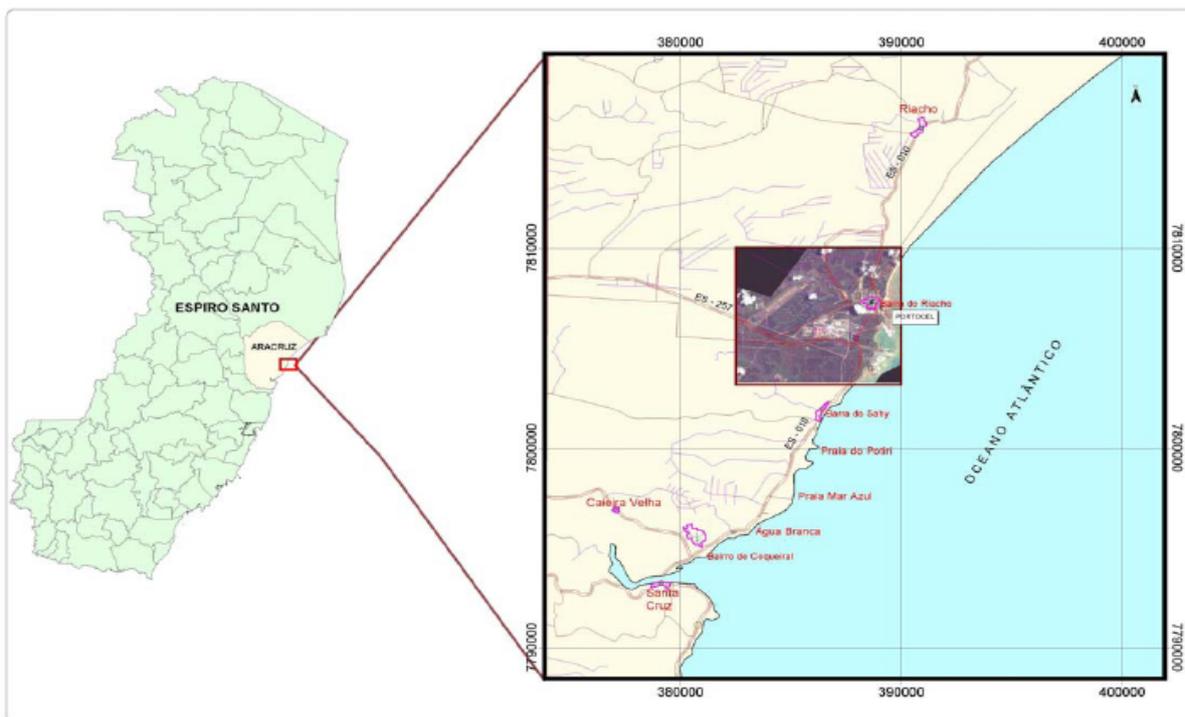


Figura 10- Localização geográfica da Portocel no mapa do Espírito Santo
 Fonte: CEPEMAR (2008, p. 2).



Figura 11 - Foto aérea do Portocel
 Fonte: Fonte: Google Earth (imagem extraído em jun. 2013).

Desse modo, em pouco tempo a Aracruz S/A se tornou um grande complexo florestal celulósico, maior produtor de polpa branqueada de celulose de eucalipto no mundo, e uma dos maiores proprietários de terra no Espírito Santo. Segundo Dalcomuni (1990) em 1987 o Grupo Aracruz detinha sob sua propriedade mais de 100.000 ha de terras agricultáveis no estado, sendo 41.000 ha localizados no município de Aracruz e 59.000 ha nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus. Além disso, a autora acrescenta que considerando ainda as áreas planas do Estado, que são de 1.505.000 hectares, e destes, 973.000 hectares sendo áreas planas mecanizáveis, a Aracruz Celulose S/A ocupava com suas plantações 8,75% da área.

De acordo com informações corporativas da Aracruz Celulose do ano de 2001, apresentadas por Ferreira (2002), em 1999, em Aracruz, por exemplo, a empresa era proprietária de cerca de 41% das terras do município. Já no município de Conceição da Barra, aproximadamente 68% do território era ocupado pelo plantio de eucalipto da empresa. Ademais, conforme dados do INCRA de 2001, apresentados pela FASE (2002), os municípios de Aracruz, São Mateus e Conceição da Barra, concentravam no período de publicação dos dados 79.075 hectares de eucalipto, correspondendo a 62% da área total da empresa no estado.

Cabe ressaltar que este movimento de concentração fundiária estabelecido pela empresa foi acompanhado por diversos conflitos com populações locais tradicionais (DALCOMUNI, 1990). Isto porque, para reunir terras para a introdução do monocultivo de eucalipto e instalação de suas unidades fabris, a Aracruz Celulose S/A se valeu inclusive de processos violentos e ilícitos. Em Aracruz, por exemplo, a empresa ocupou terras pertencentes aos indígenas das etnias Tupiniquim e Guarani Mbya. Em Conceição da Barra e São Mateus, a empresa se apropriou do território de populações remanescentes de quilombos⁷³. Estas ações são relatadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada pelo governo estadual em 2002, a partir do processo de n.º 156, para averiguar se os plantios de eucalipto da empresa causaram danos ambientais e sociais em solo capixaba (LOUREIRO, 2006).

Os dados da CPI confirmam que a empresa valeu-se de terceiros no processo de tomada de terras que eram habitadas por índios, posseiros e remanescentes de

⁷³ Por questão de tempo, espaço e em virtude do tema não fazer parte do objeto de estudo da tese, não poderemos nos adentrar ao debate respeito dos conflitos entre populações tradicionais e o complexo florestal celulósico no Espírito Santo. Todavia, há uma série de trabalhos que se ocupam do tema, a exemplo de Ferreira (2002) e Loureiro (2006).

quilombos (LOUREIRO, 2006). Segundo a CPI a empresa aproveitou o processo de regulamentação fundiária da época – que colocava a oportunidade de pessoas físicas adquirirem terras devolutas, desde que satisfizessem determinados requisitos, dentre os quais a utilização das terras para fins de plantio próprio – para forjar um esquema de modo a adquirir mais terras. Neste esquema pessoas físicas (muitas delas funcionárias da empresa) requeriam terras devolutas do Estado, mas após a obtenção do título de posse, repassavam as terras para a empresa. Conforme alguns relatos extraídos de jornais da época da vigência da CPI:

Uma área de 501 hectares, em Vila Valério, com 20% de terras devolutas, foi usada pela Aracruz Celulose para a plantação de eucalipto. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/ES) constatou que parte da fazenda não possui registro, que a empresa estendeu a plantação para mais de 15 módulos rurais - o que não é permitido -, e que não atende a nenhuma função social, somando motivos suficientes para ser desapropriada. Este não é o primeiro caso de apropriação de terras pela empresa no Estado. Em 2002, apenas os dados preliminares coletados pela CPI da Aracruz Celulose, indicavam que a empresa teria adquirido 20 mil hectares irregulares. Essas áreas seriam terras devolutas, adquiridas através de testas-de-ferro.

A empresa também é acusada de se apropriar das terras indígenas, além das terras quilombolas no norte do Estado. Estas comunidades lutam até hoje pela retomada de suas terras. Ao todo, são cerca de 13.589 hectares de terras indígenas no município de Aracruz, reconhecidos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), estando demarcados apenas 2.570 hectares (BERNARDES, 2005).

Nos anos 1990, apesar da quantia de terras que já possuía, a Aracruz Celulose S/A apresentava necessidade de expansão da sua produção (FASE, 2002). Para tanto, era preciso aumentar as áreas cultivadas com eucalipto, de modo a garantir matéria-prima para suas fábricas. Todavia, como vimos no capítulo 3, devido à crise econômica que assolou o país na década de 1980, nos anos 1990 o complexo florestal celulósico já não dispunha dos vultosos incentivos governamentais destinados ao setor. O preço da terra no Espírito Santo também havia se elevado, dada a modernização do estado e devido à própria concentração de terras provocadas pela introdução da Aracruz Celulose S/A. Além disso, os conflitos em torno das ações das empresas estavam acirrados. Então, como estratégias para contornar esta conjuntura, a empresa desenvolveu duas principais ações: 1) a compra de terras na Bahia, para a introdução de novos plantios de eucalipto; 2) a criação de alternativas para utilização de terras de terceiros, para a

plantação de eucalipto, a partir do estabelecimento de um programa de integração entre agricultores e indústria, conhecido como fomento florestal.

Mesmo diante dessas alternativas as ações da empresa no estado continuaram a serem alvos de conflitos. Estes conflitos culminaram no estabelecimento uma ação civil pública, promovida pelo Ministério Público Federal em 1993, fundamentada em denúncias realizadas pelo ambientalista Augusto Ruschi anos antes, em relação à atuação da empresa no estado⁷⁴. Esta ação condenava, inclusive, o programa de fomento florestal da Aracruz Celulose S/A e demonstrava que o mesmo possuía uma série de irregularidades (FASE, 2002). Dentre as irregularidades identificadas destacam-se:

- A utilização de Áreas de Preservação Permanente (APP) para o plantio de Eucalipto;
- Plantio inadequado, e por processo impactante, de espécies exóticas em áreas tombadas;
- Falta de Estudo Prévio de Impacto Ambiental e de um Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) antes da implementação do programa;
- Falta de fiscalização dos projetos, bem como das Áreas de Preservação Permanente (APP);
- Carência de Madeira para atender as necessidades do Estado;
- Ausência de educação ambiental específica;
- Propaganda enganosa;
- Não produção de essências nativas e a utilização apenas de eucalipto (FASE, 2002, p. 33)

Diante disso, a ação exigia maior fiscalização dos órgãos públicos sobre a empresa. Essa ação motivou a criação em 2001 da lei 6.780/2001, de autoria do deputado estadual Nasser Youssef (PPS-ES), conhecida popularmente como “Lei Nasser”, que proibia a expansão do plantio de eucalipto da Aracruz Celulose S/A no Espírito Santo por tempo indeterminado. Segundo a referida Lei:

Art. 1º Fica proibido por tempo indeterminado, o plantio de eucalipto com fins de produção de celulose no Estado do Espírito Santo.

⁷⁴ Augusto Ruschi (Santa Teresa - ES, 1915 – Vitória-ES, 1986) foi um agrônomo e ambientalista brasileiro, reconhecido como um especialista em beija-flores e orquídeas. Foi professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do Museu Nacional. Defensor atuante do meio ambiente envolveu-se em várias disputas públicas com empresas e autoridades políticas, dentre as quais o governo do Espírito Santo e a Aracruz Celulose S/A, dada as denúncias que fez a respeito dos impactos ambientais causados pela disseminação dos plantios de eucalipto realizados pela Aracruz Celulose S/A. Em 1965 Ruschi atuou, para impedir a concretização de um plano do governo do Espírito Santo para vender a madeira de matas nativas e reflorestá-las com eucalipto. Em 1971 documentou e denunciou o desmatamento desenfreado da floresta virgem e o desalojamento violento de setecentas famílias indígenas em um projeto de plantio de eucaliptos da empresa Aracruz Celulose S/A. Fonte: <http://www.koinonia.org.br/oq/noticias-detahes.asp?cod=8635>. Acesso: jun. 2013.

Parágrafo único. A proibição de que trata este artigo não se aplica aos demais fins industriais de plantio de eucalipto, tais como serrarias, cerâmicas e outros.

Art. 2º A proibição de que trata o Art. 1º da presente Lei deverá perdurar até que a SEAMA – Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente e a SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura, através do IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal adotem, em conjunto ou separadamente, as seguintes providências:

I – mapeamento agro-ecológico do Estado indicando:

- a) os tipos de solo apropriados para o plantio, discriminando em cada município as áreas consideradas propícias para o plantio de eucalipto;
- b) as condições climáticas e hídricas que influenciam o plantio em cada município;
- c) o déficit de áreas florestais correspondentes às “reservas legais” das propriedades rurais, assim entendidas as áreas com 20% (vinte por cento) de cada propriedade coberta com floresta nativa, conforme estabelecido na Lei nº 4.771/65

II – realização de licenciamento ambiental ou florestal para plantio de eucalipto mediante:

- a) obrigação de recuperação com essências nativas, de 1% (um por cento) ao ano da área de reserva legal de propriedades rurais com menos de 20% (vinte por cento), para plantio de eucalipto direto pelo produtor ou, por meio de fomento florestal
- b) obrigação de plantio de essências nativas equivalente à área plantada de eucalipto, quando o plantio for feito por pessoa jurídica para fins industriais;
- c) obrigatoriedade de reservar no mínimo 10% (dez por cento) dos plantios, para serem destinados às indústrias moveleira, de serrarias e afins, situados no território do Estado do Espírito Santo;
- d) obrigatoriedade de realização de estudos sobre os impactos do transporte dos eucaliptos nas estradas vicinais dos municípios e em rodovias do Estado, bem como o monitoramento permanente desses impactos (ESPÍRITO SANTO, 2001).

Dessa forma, os novos licenciamentos para o plantio de eucalipto destinado à produção de celulose, tanto em regiões de fomento quanto em terras adquiridas pela empresa, só poderiam ser aprovados após a realização de um zoneamento agroecológico do estado. Conforme a Lei Nasser, este zoneamento deveria ser feito individualmente ou em conjunto pelas secretarias estaduais do Meio Ambiente - SEAMA e da Agricultura – SEAG e através do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal – IDAF (LOBINO, 2008; FASE, 2002). Assim, em 2001, foram realizadas dez audiências públicas, com participação da sociedade civil, para fundamentar a elaboração do referido zoneamento, em diferentes municípios do estado.

No entanto, os trabalhos foram suspensos por decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, que julgou a Lei Nasser como improcedente, pelo menos até que se examinasse o mérito da ação direta de inconstitucionalidade apresentada pelas Confederações da Indústria e da Agricultura. (Anexo 3). Conforme Viana (2004), os ministros concordaram que a lei discriminou os plantadores rurais de eucalipto para a fabricação de celulose em relação aos que o cultivam para outras finalidades, e

entenderam também que houve restrição ao direito de propriedade sem nenhuma justificção. Por conseguinte, os plantios foram retomados e com eles, a disseminação do programa de fomento florestal.

Em 1º de setembro de 2009 a Aracruz Celulose S/A – que na época possuía aproximadamente 154.000 hectares de terras no Espírito Santo e sozinha já era a maior produtora mundial de celulose branqueada de eucalipto, abastecendo 24% do mercado desse produto – teve suas ações incorporadas pela Votorantim Celulose e Papel, dando origem a uma nova empresa denominada Fibria Celulose S/A. Deste modo, a planta industrial localizada em Aracruz tornou-se uma das unidades desta empresa. Apesar desta junção, em virtude da marca ser reconhecida internacionalmente, o nome Aracruz foi mantido pela Fibria Celulose S/A na unidade de Barra do Riacho, que passou a se chamar Fibria Aracruz.⁷⁵ Na opinião do coordenador de fomento florestal da Fibria Celulose S/A, a fusão trouxe benefício ao negócio, consistindo em uma oportunidade de mercado que fez a empresa tornar-se maior, tanto em escala de produção quanto em relação à abrangência nacional e internacional:

A fusão foi uma questão de mercado, como outras fusões de empresas aí. Foi uma oportunidade de mercado para a empresa se juntar com a outra. Os aspectos positivos são o ganho fiscal, a empresa ficou maior, tem uma escala maior de produção, consegue negociar volumes maiores quando você precisa de uma matéria-prima, a empresa tomou um corpo muito grande, presente em seis estados do país, antes só era do Espírito Santo e Bahia. Isso amplia as suas fronteiras de relacionamento, amplia também sua possibilidade de mercado internacional, cria mais bases de distribuição de celulose lá fora. São questões que a fusão de duas empresas grandes normalmente traz de benefício (Coordenador de fomento florestal da Fibria, 2012).

Atualmente, a Fibria é a líder global do setor de celulose de fibra curta de eucalipto, e possui capacidade produtiva de 5,2 milhões de toneladas anuais desse produto. A Companhia possui uma base florestal própria de 875 mil hectares e opera com fábricas localizadas em Três Lagoas (MS), Aracruz (ES), Jacareí (SP) e Eunápolis (BA), onde mantém a Veracel em *joint venture* com a Stora Enso. Assim, está presente em 255 municípios de 7 Estados brasileiros: Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Bahia. Seu alcance mundial se estende por 42 países, por meio de centros de distribuição e escritórios comerciais e de representação em cidades da Europa, da Ásia e da América do Norte (FIBRIA, 2012). Além disso, A Fibria conta com um terminal marítimo em Caravelas

⁷⁵<http://www.prodfor.com.br/mantenedoras/item/54-aracruz-celulose-sa>

(BA), para escoamento de parte da madeira colhida na Bahia e com o Portocel, no Espírito Santo, do qual detém 51% das ações em sociedade com a Cenibra (Figura 12).



Figura 12. - Empreendimentos da Fibría Celulose S/A no país
 Fonte: FIBRIA (2012, p. 13)

Em virtude da fusão a Fibría Celulose S/A já emergiu no mercado como líder global. Conta com, aproximadamente, 15 mil profissionais atuantes em sete fábricas e cinco escritórios comerciais no exterior, localizados nos principais centros consumidores. Quase toda a celulose produzida pela empresa é destinada ao mercado externo⁷⁶ (FIBRIA, 2012) (Figura 13).

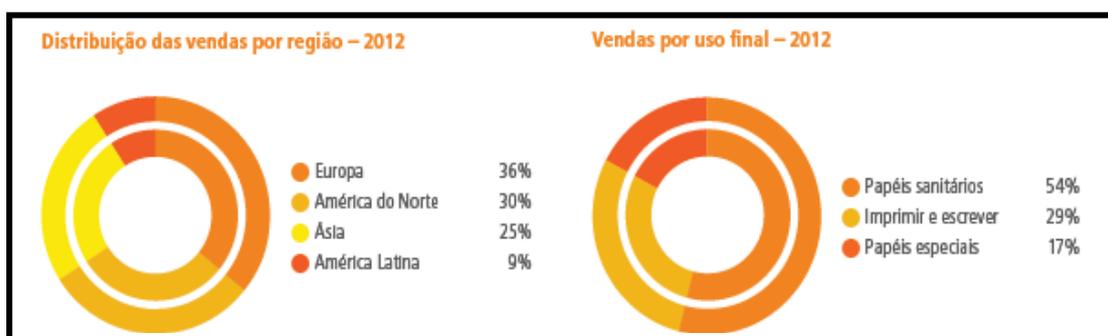


Figura 13 – Distribuição de vendas de celulose da Fibría por região e destino final do produto.
 Fonte: FIBRIA (2012, p. 12).

⁷⁶ <http://www.fibría.com.br/web/pt/institucional/quem.htm>

A Fibria Celulose S/A tem atualmente participação de 30,38% do BNDES Participações S.A (BNDESPar)⁷⁷, 29,42 % do Grupo Votorantim, 0,6% na Tesouraria e 40,14% das ações no mercado. Além disso, possui 50% de participação na Veracel (*joint-venture* com a Stora Enso), na Bahia

4.2. A criação do fomento florestal e seu funcionamento

De um lado temos agricultores integrados ou não ao complexo florestal celulósico que assistiram na região em que vivem e trabalham a chegada do fomento florestal a partir dos anos 1990 e, com o programa, as transformações decorridas da disseminação do cultivo de eucalipto. De outro, temos a indústria que coloca os motivos de criação do programa de fomento florestal, suas vantagens, organização e expectativas. Cada lado tem perspectivas e interpretações sobre o programa, envolvendo seus pontos positivos, negativos e conseqüências. Na tese nos interessamos, sobretudo, pelas interpretações dos agricultores de Domingos Martins a respeito do fomento florestal, em especial, no que tange as estratégias cotidianas de resistências em relação ao sistema de produção integrada.

Entretanto, entendemos ser também importante analisarmos as interpretações da empresa a respeito do programa de fomento florestal, ainda que este não consista em nosso objetivo principal. Assim, nessa seção apresentaremos uma breve discussão de como se conformou e se organiza o programa de fomento florestal e o ponto de vista da empresa sobre o programa. Para tanto, nos apoiaremos em informações da própria empresa, presentes em seus documentos e publicações, como revistas, folders, relatórios, bem como nas informações apreendidas em entrevista realizada em junho de 2012 com o coordenador de suprimento de madeira do Programa Poupança Florestal da Fibria Celulose S/A. Cabe ressaltar que, antes de assumir esse cargo, o coordenador exerceu outras atividades na Aracruz Celulose S/A, dentre as quais se encontram as funções de coordenador de desenvolvimento operacional florestal; coordenador de viveiro; técnico de fomento florestal. Aliás, é a partir da perspectiva do entrevistado

⁷⁷BNDES Participações S.A. (BNDESPar) é uma sociedade por ações, constituída como Subsidiária Integral da Empresa Pública do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criada para administrar as participações em empresas detidas pelo banco. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/Legislacao/estatuto_bndespar.html. Acesso em agosto de 2010.

enquanto técnico de fomento florestal confrontada com a perspectiva dos agricultores que analisaremos como se dá a assistência técnica da empresa ao integrado. Doravante, ao fazermos referência a este entrevistado, o chamaremos de “coordenador de fomento florestal da Fibria”, de modo a abreviar a informação relativa ao seu cargo.

No Espírito Santo a integração entre agricultores e o complexo florestal celulósico através do fomento florestal foi introduzida pela Aracruz Celulose S/A nos anos 1990, sendo mantida depois da incorporação da empresa nas ações da Votorantim C.P., dando origem a Fibria. Após essa fusão a Fibria promoveu a revisão e a unificação dos programas de fomento florestal existentes no Espírito Santo e na Bahia, retomou a contratação de aproximadamente 10 mil hectares de plantios com agricultores e passou a denominá-lo de Programa Produtor Florestal da Unidade Aracruz⁷⁸.

Atualmente, em todo Brasil a empresa tem 3.422 contratos de fomento florestal, totalizando quase 107 mil hectares de plantios de eucalipto. Em 2009, 5% da matéria-prima processada em todas as unidades da Fibria provinham do fomento florestal. Segundo o coordenador de fomento florestal da Fibria (2012), nas três unidades da empresa localizadas no Espírito Santo, 26% da matéria-prima processada é oriunda do programa de fomento realizado no próprio estado, Rio de Janeiro, em Minas Gerais e na Bahia: *“Esse ano nós estamos com 26% do fomento do Espírito Santo e da Bahia, porque aqui a unidade de Aracruz o fomento é do noroeste do Rio, Espírito Santo, uma parte de Minas e sul da Bahia. Só do Espírito Santo é 17%.”*

Conforme o coordenador de fomento florestal da Fibria, o programa implantado pela Aracruz Celulose S/A teve início com a doação de mudas de eucalipto a agricultores da região. É interessante observar que foi, justamente, facilitando a aquisição de sementes, como vimos no capítulo 3, que a CPEF começou a disseminar o plantio de eucalipto em propriedades próximas às ferrovias. Também foi dessa forma que o programa REPEMIR, como vimos no capítulo anterior, agiu para estimular os plantios de eucalipto no Paraná e em Minas Gerais. Foi essa também a indicação dada pela ECOTEC, para incentivar os plantios de eucalipto pelos ex-produtores de café no Espírito Santo, no relatório analisado anteriormente. Observamos que essa foi uma estratégia comumente utilizada para quebrar a desconfiança dos agricultores em relação à atividade. Como no início as mudas são doadas, há quem entre no negócio a fim de

⁷⁸ Até a realização das entrevistas para esta tese no Espírito Santo o programa ainda era chamado de Produtor Florestal, mas, havia a indicação de que o nome do programa mudaria, posteriormente. http://www.fibria.com.br/web/pt/midia/noticias/noticia_2010set01.htm

fazer uma experiência. Conforme o relato do coordenador de fomento florestal da Fibria:

A empresa começou em 1990 (...) pelo que eu sei ela começou aqui no estado do Espírito Santo como se fosse um programa de doação de mudas. A intenção dela era difundir um pouco a cultura do eucalipto porque tinha muita coisa contra a cultura de eucalipto, se pregava muito contra a cultura do eucalipto. Então, a intenção dela era fazer mais com que as pessoas conhecessem essa cultura, pudessem ter alguma renda com ela, até pra desmistificar um pouco a cultura (Coordenador de fomento florestal da Fibria, 2012).

Na opinião do coordenador, dissolvida a desconfiança tendo em vista a doação das mudas e depois da primeira colheita, muitos agricultores decidem ingressar na atividade:

O programa tomou corpo, as pessoas que entraram gostaram. Normalmente as pessoas passam a acreditar naquilo quando elas têm lucro, então demorou uns sete ou oito anos, na época não se cortava com sete, era com mais, até que as pessoas começaram a enxergar valor financeiro naquilo ali (Coordenador de fomento florestal da Fibria, 2012).

O fomento florestal da Aracruz Celulose S/A foi introduzido, inicialmente nas áreas mais próximas da fábrica, de modo a facilitar o transporte da matéria-prima que era produzida pelos integrados até as unidades processadoras. Dentre estas áreas encontra-se a região serrana do estado que, como vimos na introdução, situa-se relativamente próxima a região industrial. Posteriormente, o fomento florestal atingiu o norte do estado e outras regiões do país:

Começou aqui no sul do estado, mais para a região serrana, perto da fábrica, Santa Teresa, Ibirapu, essas regiões mais perto da fábrica. Depois foi se expandindo mais para o norte, chegamos na Bahia em 2001, foi para Cachoeiro e para o Rio de Janeiro em 2005 (Coordenador de fomento florestal da Fibria, 2012).

Primeiro este programa de integração era chamado apenas de fomento florestal, mas em uma estratégia de marketing utilizada pela Aracruz Celulose S/A, a partir de 2004 o mesmo passou a ser chamado de “Programa Produtor Florestal”⁷⁹. Em folder de

⁷⁹“A exemplo da revista **Produtor Florestal**, o programa de fomento da Aracruz Celulose passou a se chamar **Programa Produtor Florestal**. A empresa optou pela mudança por acreditar que a nova denominação traduz melhor o perfil do projeto, que tem como parceiro principal o homem do campo. Portanto, a partir de agora, desde os técnicos até as publicações referentes ao programa passarão a tratá-lo como **Programa Produtor Florestal** (ARACRUZ CELULOSE S/A 2004, p.1).”

divulgação do programa publicado em dezembro de 2007, a então Aracruz Celulose S/A afirma que o Programa Produtor Florestal:

(...) Consiste em uma parceria formada entre empresa e o produtor rural, sustentada por um contrato de compra e venda de madeira, no qual a empresa se compromete a comprar a produção do primeiro ciclo de 6 anos da cultura e o produtor a vendê-la (ARACRUZ CELULOSE S/A, 2007).

Em virtude do surgimento da Fibria Celulose S/A há planos de outra mudança no nome do programa, de modo a unificá-lo com os programas desenvolvidos em outras unidades da empresa em outros estados. Provavelmente o programa passará a se chamar Poupança Florestal, denominação já utilizada pelo grupo Votorantim:

A gente tá mudando agora para Poupança Florestal, a gente está nivelando com as outras unidades da empresa que já tinham esse nome. Esse nome é como se fosse, sabe quando você tem uma empresa com fundo social? Sivia's LTDA, e aí você bota o nome da empresa de um nome que você gosta? O processo continua sendo o fomento florestal, as empresas tratam do fomento florestal, algumas optaram por dar um nome a seus projetos. E o nome que a Fibria optou é o que ela já carregava antes da fusão, que é a Poupança Florestal (Coordenador de fomento florestal da Fibria, 2012).

Em uma revista intitulada “*Programa de Fomento Florestal da Aracruz Celulose*”, publicada em agosto do ano de 2003 pela empresa, há uma explicação de como funciona o fomento florestal:

Por contrato, o Fomento Florestal garante a compra de toda a madeira produzida, se compromete a fornecer recursos operacionais (mudas, adubo, isca, calcário, formicida) e assistência técnica, além de recursos financeiros destinados a custear a implantação e manutenção dos plantios. Os recursos financeiros são convertidos em metros de madeira (equivalência ao produto), que serão ressarcidos pelo produtor por ocasião do corte e venda da madeira à empresa. Dessa forma, o débito do participante com a empresa é em madeira, e não em dinheiro. O recurso adiantado pela Aracruz Celulose corresponde a, aproximadamente, 20% da produção total prevista. Os recursos operacionais e a assistência técnica são bonificados ao produtor quando cumprido o contrato (ARACRUZ CELULOSE S/A, 2003, p. 3).

De modo a complementar esta explicação observamos o relato do atual coordenador de fomento florestal da Fibria, que detalha como funciona a distribuição dos insumos e a quantia de madeira que, ao assinar o contrato, o integrado se obriga a entregar a indústria no momento de colheita. Além disso, o coordenador destaca a quantia de madeira que é permitida ao agricultor reter, sendo essa permissão derivada de

uma exigência legal feita pelo Estado do Espírito Santo. Este é um aspecto importante, uma vez que sabemos que a lenha é um insumo de grande valia para muitos agricultores. Em Domingos Martins, por exemplo, a lenha é utilizada cotidianamente para cozinhar por muitas famílias que vivem no campo, que usam o fogão a gás, somente em caso de emergência ou para a confecção de cercas em suas propriedades, construção de currais, chiqueiros, galinheiros, etc.:

A empresa fornece tudo, a gente compra os insumos e distribui e a gente fornece recursos financeiros pra todos eles [integrados]. Tem uma tabela de recursos financeiros pra eles custearem os serviços, a pessoa que vai lá covear, plantar. Tem uma tabela de dinheiro de recursos próprios da empresa para serviços e insumos que a gente compra. Coloca aqui [na Unidade Aracruz] que é um centro de distribuição e aí faz a distribuição pra todos eles. Hoje funciona assim pra todo mundo. Aí ele tem a obrigatoriedade de entregar 96,5% da madeira, todos eles. 3,5 [da madeira] é uma questão legal que a gente tem que deixar pra eles. Legal do Estado do Espírito Santo. É uma licença operacional do fomento no Espírito Santo. Então ele tem que entregar 96,5% da madeira e retornar pra empresa os recursos financeiros em madeira. Os insumos ele não paga, nem a assistência técnica e nem as mudas (Coordenador de fomento florestal da Fibria, 2012).

As mudas de eucalipto fornecidas aos agricultores integrados que seguem com o pacote de insumos são produzidas pela própria empresa. A empresa dispõe de viveiros e laboratórios de pesquisa destinados, especialmente, ao melhoramento genético do eucalipto, de modo a adaptá-lo as necessidades da indústria, tornando, por exemplo, a planta mais eficiente na produção de celulose, aumentando seu ritmo e o potencial de crescimento. Este controle contribui para a garantia de que a madeira produzida obedeça aos padrões esperados pela empresa. Os híbridos oriundos de pesquisas recentes e considerados, nas palavras do coordenador de fomento florestal (2012) “mais nobres”, são introduzidos primeiramente nos plantios da empresa e só depois de testados são difundidos entre os fomentados.

[As mudas] são produzidas aqui no viveiro próximo à fábrica, elas são produzidas ali. É um viveiro muito grande, com capacidade para 40 milhões de mudas. As mudas são distribuídas, ou a gente leva para o nosso produtor, ou a gente tem mais dois viveiros, um em São Mateus e outro na Bahia, que a gente chama de viveiro de espera, que a gente transfere muda pra lá e de lá sai para os produtores. De forma geral, [a muda] é produzida aqui no viveiro e entregue lá na propriedade do produtor (Coordenador de fomento florestal da Fibria, 2012).

Atualmente a gente usa híbridos de eucalipto *grandis* e eucalipto *urofila*. Se eu não me engano, todos os clones que estão sendo produzidos pela empresa são híbridos dessas duas espécies, mas pode ser de outras espécies. Dentro de uma espécie tem como se fosse variedades desenvolvidas para aquela

finalidade; outras propriedades da celulose; menor quantidade de lignina; que tem um incremento florestal grande; que cresce bastante, são raízes superficiais, têm em torno de 1,50 m de profundidade. Então você tem materiais que são adaptados para a indústria. Esses materiais são os materiais que vão para os nossos fomentados, materiais que a gente planta em áreas próprias e com os fomentados, com uma diferença: atualmente os materiais mais nobres, aqueles recém-lançados, vão para as nossas áreas próprias. Depois que eles são consolidados nas nossas áreas próprias, ou seja, a gente identifica que não tem nenhum problema, cresceram e foram bem, aí que a gente passa para os fomentados (Coordenador de fomento florestal da Fibria, 2012).

Nos viveiros da Fibria, a maioria dos contratados é composta por mulheres. Em entrevista ao jornal Folha Litoral, publicada em 12 de janeiro de 2010 o gerente de silvicultura da Fibria, afirma que a previsão para aquele ano era contratar para o trabalho nos viveiros 350 pessoas, sendo 80% mulheres e explica que essa preferência deve-se a crença de que como o trabalho com as mudas que são frágeis exige delicadeza, as mulheres teriam mais cuidado ao manuseá-las: *"O trabalho no Viveiro requer delicadeza, por isso, a maioria contratada é mulher. Esse cuidado vai repercutir na qualidade das mudas e na produtividade do Viveiro"*⁸⁰. Contudo, supomos que essa preferência é também orientada pelos salários mais baixos que são pagos as mulheres no mercado de trabalho, principalmente, quando o cargo exige menor nível de instrução (Figura 14).



Figura 14. Viveiro de mudas da Fibria

Fonte: http://www.folhalitoral.com.br/site/?p=noticias_ver&id=1063

⁸⁰ Entrevista disponível em: http://www.folhalitoral.com.br/site/?p=noticias_ver&id=1063. Acesso: jul. 2013.

Ainda segundo informações apresentadas na revista “*Programa de Fomento Florestal da Aracruz Celulose*” de 2003 e conforme destacado pelo atual coordenador de fomento florestal da Fibria (2012), a empresa libera recursos financeiros caso seja necessário e solicitado pelo integrado, para que sejam realizadas atividades como limpeza da área, capina, pré-plantio, combate a formigas, construção de estrada, entre outros. Segundo informações disponibilizadas pelo folder do programa, o recurso fornecido pela empresa ao produtor é dividido em parcelas que são liberadas mediante a execução dos serviços de implantação do plantio (ARACRUZ CELULOSE S/A, 2003).

Desta forma, o produtor integrado é o responsável pelo plantio, manutenção, colheita e transporte da madeira até um dos depósitos do fomento, distribuídos por vários municípios do Espírito Santo. A madeira produzida deve obedecer aos padrões de qualidade definidos pela empresa. Para tanto, esta possui um serviço de supervisão dos plantios e assistência técnica que são realizados por sua equipe de profissionais. Esta equipe divide-se entre a silvicultura e a colheita para atender os agricultores integrados, conhecidos no Espírito Santo como fomentados⁸¹. São os técnicos os responsáveis pela ligação entre empresa e produtores que participam do programa (ARACRUZ CELULOSE S/A, 2003).

Nos sistemas de integração aplicados em setores como a suinocultura, avicultura ou fomicultura o técnico responsável por prestar assistência aos integrados, geralmente, é oriundo da região onde a atividade é realizada, tem formação de nível médio ou curso profissionalizante relacionada à agricultura ou agropecuária e, por ser da mesma região onde trabalha, conhece e tem a confiança dos agricultores integrados. No entanto, diferentemente destes setores e devido às peculiaridades do cultivo de eucalipto, as empresas produtoras de celulose e/ou papel, como a Fibria Celulose S/A contratam apenas técnicos com formação superior, geralmente em Engenharia Florestal ou Agronomia, sendo desejável que o contratado tenha curso técnico agrícola ou em agropecuária. Essas exigências estão sempre presentes nos anúncios de contratação da indústria. Vejamos um anúncio de contratação do ano de 2003 e a formação de dois técnicos de fomento da Aracruz Celulose S/A, sendo um deles, o entrevistado.

⁸¹ Por isso, nos referimos nessa tese aos integrados também como fomentados.

TÉCNICO DE FOMENTO FLORESTAL
Aracruz Celulose S.A.

Líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto, com perfil eminentemente exportador, busca o profissional acima.

Perfil desejado:

- Imprescindível formação superior em Engenharia Florestal ou Agronomia
- Desejável formação Técnica Agrícola / Agropecuária
- Desejável conhecimento em silvicultura e/ou implantação de florestas.
- Bons conhecimentos de informática.
- Carteira de habilitação mínimo categoria B.

Atuará no Espírito Santo, interior de Minas Gerais ou sul da Bahia.

A empresa oferece amplo programa de benefícios.

Os interessados poderão se cadastrar através do link Oportunidades Profissionais na página Gestão de Pessoas no site da Aracruz Celulose

(www.aracruz.com.br) até o dia 26/09/2003.

(Favor informar pretensão salarial).

Fonte: <http://www.ricardo.com.br/articles/40/1/Aracruz-Celulose-contrata-tecnico-de-fomento-florestal/Pagina1.html>

Técnico de Fomento Florestal

Coordenador de Pesquisa de Campo na Fibria Celulose S.A

- Coordenador de Recursos de Campo na Aracruz Celulose

- Analista de Fomento Florestal na Aracruz Celulose S.A

Formação acadêmica

Universidade Federal do Espírito Santo

Mestrado, Ciências Florestais

2008 – 2011

Universidade Federal de Viçosa

Engenharia Agrônoma, Agronomia

1992 – 1997

Resumo

Engenheiro Agrônomo com Mestrado em Ciências Florestais com experiência em extensão rural (Fomento Florestal); Silvicultura e Pesquisa Florestal.

Perfil do Coordenador de fomento florestal entrevistado

Função Atual:

Coordenador de Suprimento de Madeira e Fomento Florestal na Fibria S/A

Anterior

- Coordenador de Desenvolvimento Operacional Florestal na Fibria S/A

- Coordenador de Viveiro na Aracruz Celulose S/A

- Técnico de Fomento Florestal na Aracruz Celulose S/A

- Engenheiro I na Prefeitura Municipal de Vitória

Formação acadêmica

Fundação Dom Cabral

Programa de Desenvolvimento de Gestores da Aracruz Celulose

2007 – 2007

Universidade Federal do Espírito Santo

Especialização, Ecologia e Recursos Naturais

2000 – 2001

Universidade Federal de Viçosa

Graduação, Engenharia Florestal

1992 – 1997

Em virtude dessa exigência em relação à formação, os técnicos do fomento florestal, na maioria das vezes, não provêm das localidades em que trabalham. Além disso, como a produção de eucalipto é uma atividade de longo prazo, as visitas de assistência técnica ocorrem com mais frequência apenas no primeiro ano do plantio. Depois são realizadas de forma menos intensa que em outros sistemas de integração. Deste modo, um mesmo técnico acaba sendo responsável não apenas por um município,

mas, comumente, por uma região geográfica inteira, como por exemplo, a região serrana do Espírito Santo, da qual Domingos Martins faz parte. O coordenador de fomento florestal da Fibria explica como funciona a assistência técnica fornecida pela empresa aos integrados:

A assistência vai desde a contratação do fomentado até o término da entrega da última tora de madeira dele. (...) A assistência é mais intensiva no primeiro ano, quando ele requer mais cuidados, depois ela fica um pouco mais espaçada, mas se o produtor também fizer o contato e solicitar uma visita a gente também faz (Coordenador fomento florestal da Fibria, 2012).

As visitas de assistência tem um caráter fiscalizador, na medida em que tem a função de avaliar se o integrado está de fato seguindo as orientações da empresa – principalmente em relação aos cuidados com a formiga, praga mais temida entre os plantadores de eucalipto. A cada visita o técnico emite uma avaliação a respeito do plantio. Segundo o coordenador, estas visitas não são cobradas aos integrados. Além disso, as visitas do técnico tem o intuito de avaliar o plantio para realizar a liberação dos recursos solicitados:

No início é de acordo com a realização das operações, se o produtor preparou a área a gente vai lá verificar, vai antes, faz uma visita inicial e passa todas as prescrições, aí ele vai fazendo as atividades, vai preparando e chamando a gente ou a gente vai lá. A gente vai lá até porque precisa liberar recursos pra ele pra poder custear aquilo, depois ele planta e a gente vai lá. Normalmente, se tem atividades-chave: preparo do solo, conjunto de plantio, irrigação, replantio, depois vem as adubações e as capinas. Então, você tem atividades que são mais chave para o sucesso, por exemplo, ele fez um repasse a formiga, então precisa lá ver se o repasse dele foi bem feito, porque o repasse é uma atividade pequena, corriqueira, de difícil visualização. Mas, quando ele faz, por exemplo, um coveamento, você tem que ir lá ver, verificar a profundidade da cova, se ele encheu a cova direitinho, se ele colocou o fertilizante. A cada visita dessa é emitido um alto dizendo o que foi feito, se foi bem feito, o que precisa ser feito no futuro, e essas visitas não são cobradas. A gente não cobra visita, não cobra multa, a gente não cobra o mapa da área, a taxa de vistoria do IDAF a gente paga e atualmente os insumos, fertilizantes e o formicida (Coordenador de fomento florestal da Fibria, 2012).

Além de observar se o integrado está seguindo todas as recomendações em relação ao plantio, outra função da assistência técnica é a de fiscalização da colheita, de modo a avaliar se as regras de segurança do trabalho presentes na “*Norma Regulamentadora 31 - segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária silvicultura, exploração florestal e aquicultura*”, estão sendo de fato obedecidas, já que

a empresa pode ser responsabilizada pelo seu não cumprimento por parte dos integrados.

A assistência vai desde a contratação do fomentado até o término da entrega da última tora de madeira dele. Na colheita, especificamente hoje, a gente tem que seguir a NR31, que é uma norma de segurança, além de todas as legislações com a brigada trabalhista e a questão de meio ambiente. Então, o que nós fiscalizamos mesmo é, primeiro, se ele segue a NR31 com relação aos funcionários dele. Aí junta as questões trabalhistas, se os funcionários que estão trabalhando lá têm carteira assinada, se eles estão recebendo devidamente pelos seus salários e encargos. Dentro da NR31 você tem que verificar se tem segurança no campo, se o produtor está usando todos os equipamentos de segurança da atividade, se ele está cumprindo a jornada de trabalho, se ele está descansando, se ele está tendo transporte para ir pra casa, se ele está tendo água potável pra beber no trabalho (Coordenador de fomento florestal da Fibria, 2012).

A fiscalização mais rigorosa empreendida pela empresa partir do ano de 2009, principalmente em relação a fase da colheita, tendo em vista a NR31, tem sido alvo de muitas queixas entre os integrados. Estes – como veremos no capítulo 5 – reclamam frequentemente que têm seus lucros diminuídos, diante das exigências impostas pela referida norma, como a instalação de banheiros na propriedade, compra de equipamentos de segurança e contratação de mão de obra especializada e com carteira assinada para a colheita. Diante dessa exigência, muitos integrados têm terceirizado o trabalho nesta etapa. Em virtude dessa terceirização surgiram na região diversas empresas destinadas a colheita, mas que contratam mão de obra dos próprios agricultores locais para efetuar o trabalho, indivíduos pouco especializados na atividade. O resultado são diversos acidentes de trabalho, como veremos nos depoimentos dos agricultores de Domingos Martins.

Para se integrar a indústria de papel e celulose é preciso entrar em contato com um dos técnicos do programa de fomento florestal. Feito o contato o técnico visitará a propriedade e fará uma análise prévia sobre a possibilidade de plantio. Havendo possibilidade o produtor deve assinar o termo de adesão ao programa. Para tanto, precisa fornecer ao técnico do fomento seu CPF e identidade, bem como do cônjuge, cópia do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) obtida junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e cópia do comprovante de pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), além da escritura registrada da propriedade com certidão de ônus reais. Após a adesão a empresa providencia a medição e o croqui de localização da área, documento base para a introdução dos plantios de eucalipto. Este croqui deverá ser entregue pelo integrado ao

órgão responsável pelo licenciamento do projeto. No caso do Espírito Santo, este órgão é o Instituto de Defesa Agropecuária Florestal (IDAF) (ARACRUZ CELULOSE S/A, 2003).

Em geral, o interessado em se integrar a indústria de papel e por meio do fomento florestal procura a empresa. É a partir dessa procura que começa todo o processo. O coordenador de fomento florestal da Fibria enfatiza que quanto mais eucalipto produzir, mais dinheiro o integrado irá ganhar. Assim, depreende-se que essa é a perspectiva apresentada pela empresa ao futuro integrado, no momento em que este manifesta o interesse por ingressar no sistema. Cabe ressaltar que quando inicia o contrato de integração, o integrado terá apenas uma estimativa de quanto irá lucrar na atividade, tendo em vista as condições da área disponível para o plantio. Segundo o coordenador:

Normalmente ele procura a empresa. A gente marca uma visita pra ver a aptidão da área dele, se dá pra plantar eucalipto, onde é que ele gostaria de plantar, se aquele local que ele tá escolhendo é o mais adequado. Enfim, uma visita de entendimento e até para explicar o programa, quais são as bases, o que a gente fornece, qual é o lucro estimado, porque a gente só tem como passar uma estimativa de produtividade e de lucro, porque produtividade é em função dos tratos que ele vai dar, do clima, **então quanto mais ele produzir obviamente ele lucra**. Depois dessa apresentação, verificou que a terra tem aptidão, apresentou, o produtor gostou, ele quer entrar e acha que vai ganhar dinheiro, aí existe uma lista de documentos do produtor e da terra e mais algumas certidões que a gente pede. Aí ele vai juntar toda aquela documentação, entregou a documentação e tá tudo ok a gente vai medir, mediu, entrega o mapa pra ele e ele vai licenciar, vai lá no IDAF tirar a licencinha dele. Licenciou, a gente tá com a documentação, tá medido, tá licenciado, aí a gente faz o contrato (Coordenador de fomento florestal de madeira da Fibria, 2012).

De acordo com informações contidas no Novo PEDAG 2007- 2025, elaborado por Galvêas e Dadalto (2007), o Estado do Espírito Santo controla e atua no Programa Produtor Florestal da Unidade Aracruz por meio de algumas ações destinadas, principalmente, a concessão do licenciamento para a atividade. Uma delas trata-se da vistoria realizada pelos técnicos do IDAF circunscritos à área do projeto a ser implantado. Esta vistoria ocorre quando o agricultor solicita o fomento florestal. Seu objetivo é determinar se na área é possível fazer o plantio. Se a área for liberada o contrato entre o agricultor e a empresa é firmado. Outra ação consiste na auditoria aos projetos. Esta auditoria é realizada anualmente, através dos técnicos do IDAF pertencentes ao escritório central. Nessa auditoria são avaliados todos os quesitos

florestais e ambientais decorrentes do plantio florestal, sendo que se forem constatadas irregularidades, estas são encaminhadas através de notificação à Fibria Celulose S/A que, por sua vez, deve em prazo estipulado, informar os procedimentos adotados e suas justificativas⁸².

O Coordenador de fomento florestal da Fibria assinala que, atualmente, a empresa tem uma licença de operação concedida pelo governo estadual para plantar 40 mil hectares de eucalipto através do programa de fomento florestal no Espírito Santo. Assim, a área de cada produtor que decide se integrar a empresa é descontada desse total permitido no estado. Como hoje a empresa já conta com 32 mil hectares de eucalipto plantados por intermédio do programa de fomento florestal, em um futuro próximo terá a necessidade de negociar uma nova licença para aumento dos plantios através do programa, conforme explica o referido coordenador:

Nós temos as licenças de operação, emitidas pelo Ministério Estadual, a gente chama de licença guarda-chuva: Essa licença é emitida em nome da Fibria para plantar 40 mil hectares de fomento no estado. Cada produtor que entra no programa vai lá no IDAF e tira sua licencinha dentro dos 40 mil. Aí vai descontando até chegar nos 40 mil. Se chegou nos 40 mil aí acabou e não pode mais fazer fomento, ou se cria outra licença renova, enfim. Hoje no Espírito Santo tem cerca de 32 mil [hectares plantados através do programa de fomento] (Coordenador de fomento florestal de madeira da Fibria, 2012).

Além de atuar no licenciamento de áreas destinadas ao fomento florestal, segundo o Coordenador de fomento florestal da Fibria, o governo estadual tem um convênio com a empresa, através do qual recebe dela mudas de eucalipto e de outras espécies que, por sua vez, são utilizadas nos projetos estaduais. Isso sugere a existência de capilaridade na relação entre a empresa e o Estado, através da qual são também disseminadas e promovidas as ações empresariais.

(...) A gente tem um convênio com o governo do Estado que não é especificamente de fomento, mas é um convênio mais amplo, da área florestal. A gente tem o programa o fornecimento de mudas pra eles, tanto de eucalipto como de nativos, que eles aplicam nos projetos deles. Eles têm pelo menos dois projetos que eles estão congregando em um único só, alguns projetos que tratavam de coisas similares. Tem um que eu conheço que é o Campo

⁸²A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Espírito Santo (SEMA/ES) através do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Espírito Santo (IDAF/ES) estabelece que até 40% da área plana da propriedade pode ser plantada com árvores de acordo com o programa de fomento e, quando a área encontra-se em declive até 56% de sua extensão podem ser utilizados para o plantio de eucalipto (KENGGEN, 2002).

Sustentável, que faz a adequação da propriedade rural que a Fibria apóia através desse convênio, por meio de doação de mudas para plantio de nativas, por meio de geo-referenciamento das áreas, a gente fornece recursos financeiros para a assistência técnica que eles dão. É um convênio amplo (Coordenador de fomento florestal de madeira da Fibria, 2012).

De acordo com informações de Kengen (2002, p. 7) confirmadas pelo coordenador de fomento florestal da Fibria, são três as modalidades de contrato de fomento florestal oferecidas:

i. Fornecimento de Mudas: Neste plano, a Aracruz fornece as mudas de eucalipto e prove assistência técnica ao produtor participante. O produtor custeia o projeto tanto com os insumos, assim como os demais custos. Se, posteriormente, este vender sua produção a Unidade Aracruz, a empresa nada cobrará pelas mudas, nem pela assistência técnica recebida. Esse tipo parceria corresponde à cerca de apenas 1% de todo o programa de fomento.

ii. Contrato Preferencial: Além do fornecimento de mudas e assistência técnica, a Aracruz fornece também, fertilizantes (quatro adubações) e iscas inseticidas necessárias ao cultivo do eucalipto. O produtor custeia uma parte do projeto, algo em torno de 2 a 3%. Como no caso anterior, o produtor não tem obrigação de vender sua produção a Aracruz. Caso não venda a Aracruz pagará pela muda e o pacote de insumos recebidos. Caso venda a Aracruz, não terá que pagar pelas mudas, fertilizantes, assistência técnica e iscas. Esse tipo parceria corresponde à cerca de apenas 3% de todo o programa de fomento.

iii. Contrato de Compra e Venda: Neste plano o produtor obtém as mudas, a assistência técnica, o fertilizante, a isca, e um financiamento antecipado da Aracruz para plantio, manutenção e colheita da madeira. O contrato assinado entre o produtor e a Aracruz determina que o produtor tenha o compromisso de vender a madeira a Aracruz e a Aracruz por seu turno tem a obrigação de comprar a madeira. O valor dos insumos fornecidos pela Aracruz no ano de 2002 girava em torno de R\$ 1.200,00 a R\$ 1.400,00/ha. Além dos insumos o fomentado recebe recursos financeiros para a implantação e a manutenção do projeto na ordem de R\$ 1.200,00/ha o qual é liberado em parcelas durante o ciclo, mediante vistoria técnica da Aracruz. Esse valor será pago na ocasião da venda da madeira a Aracruz. Esse tipo parceria corresponde à cerca de 96% de todo o programa de fomento [grifo nosso].

Conforme o coordenador de fomento florestal da Fibria, por contrato o integrado pode entregar a madeira a empresa a partir do sexto e até o oitavo ano do plantio. Quando a empresa prevê a entrega da madeira antes do oitavo ano e o fomentado opta por não realizar a colheita, a empresa precisa procurar madeira de terceiros não integrados, uma vez que contava com a matéria-prima em seu planejamento.

Como é que eu compro madeira de terceiros hoje? Vamos supor que eu tenho um fomentado que tá no meu plano de corte, eu coloquei ele pra cortar esse ano no meu orçamento, e por algum motivo o fomentado não quer cortar esse ano, porque contrato rege que ele pode entregar a madeira do sexto ao oitavo ano. Ele pode chegar no sétimo e não querer cortar, eu tive até um caso

desses semana passada. Na semana passada ele me falou assim: “(...) *eu não quero ter que declarar, eu tô colhendo muito café e a declaração do imposto de renda esse ano vai ser muito alta, e então eu não quero cortar madeira esse ano*”. A gente tentou negociar, porque senão a gente vai ter que achar essa madeira no mercado, e ai não dá, mas ele não quer. E o contrato não é assim, eu chegar lá e dizer que nós vamos cortar e pronto, é um contrato bilateral, então ele pode falar não! A gente tenta negociar, se ele bater o pé tudo bem, a gente corta ano que vem e ai eu tenho que repor essa madeira. Ou eu procuro outro fomentado pra adiantar o corte dele ou eu vou no mercado, que a gente chama de compra e madeira de terceiros (Coordenador de fomento florestal de madeira da Fibria, 2012).

O preço pago pela madeira produzida pelos produtores integrados é definido pela tabela de compra da empresa. Esta tabela é fundamentada nas variações do IGP-M. Até 2010 a medida utilizada pela empresa para aferir a madeira produzida pelos integrados no momento de entrega era o “metro estéreo”, popularmente conhecido como “metro de lenha”, considerando neste sentido, a altura, largura e comprimento da madeira empilhada, incluindo o espaço entre as toras (Figura 15) (ARACRUZ CELULOSE S/A, 2003).

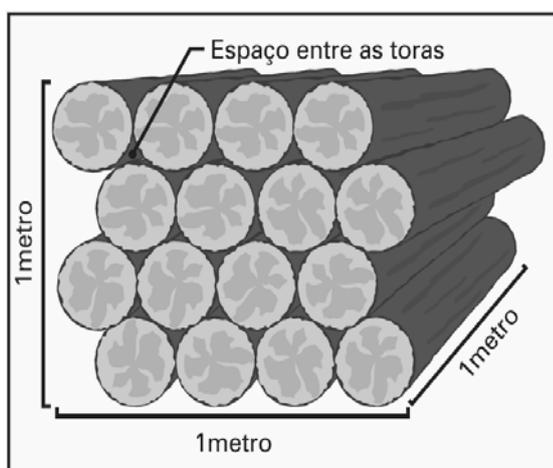


Figura 15- Procedimentos para medição da madeira que chega ao depósito da empresa.

Entretanto, uma portaria publicada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO em 2010 alterou essa metodologia, gerando muita polêmica tanto entre as empresas quanto entre os integrados que desconfiavam do método empregado. De acordo com o coordenador de fomento florestal da Fibria (2012), com a mudança o órgão passou a exigir que a madeira fosse medida a partir de algum sistema de medição internacional, o que causou graves transtornos e indisposições entre empresa e integrados.

O processo de medição sempre foi tranquilo até o Inmetro criar uma instrução normativa que altera a forma de medição, ela até foi revogada temporariamente. Sempre mediu a madeira estéril, empilhada, que é a medição que o produtor conhece e que todo mundo sabe medir. (...) Ai veio o Inmetro e estabeleceu uma instrução normativa que a partir de 2010: *“madeira em tora tem que ser medida por alguma unidade do sistema internacional”*. O sistema internacional é metro cúbico, metro cúbico é madeira sólida. Você tem que ter um sistema robusto de medição, por exemplo, aqui nós temos o pirotex, princípio de Arquimedes, você mergulha a madeira na água, vê quanto que desloca, essa madeira é pesada, vê quanto que desloca de água, faz a relação peso X volume de água deslocada e aí você sabe quanto tem de madeira ali. Só que é amostragem, você aplica para as outras cargas que chegam. Você tem outro princípio que (...) é cortar com um feixe de laser, o caminhão passa por ali embaixo e você pode medir em metro cúbico. Só que nem nós Fibria, que somos uma empresa grande, expressiva, não conseguimos ter todos esses equipamentos nos nossos postos de medição, você não consegue instalar. A gente está tentando instalar, mas o Inmetro chamou todo mundo lá no Rio, todas as partes interessadas e abriram uma discussão em torno da instrução normativa, e eles resolveram revogar porque nem o próprio Inmetro tem um protocolo de aferição desses equipamentos que medem em unidade internacional. A gente não chegou a medir assim, a gente fez uma proposta de medição e deu um pau danado, eles [os integrados] não aceitaram. (...) A gente segue a legislação, a medição é dada em metro cúbico, mesmo sendo revogada a gente converte em metro cúbico, mede em estéril e passa para metro cúbico, porque pela função normativa o metro estéril não pode nem aparecer em lugar nenhum, nós temos um sistema aqui que gerencia o fomento que usa só metro cúbico.

O coordenador anterior do programa Produtor Florestal da Fibria Celulose S/A no Espírito Santo, em artigo publicado na revista *“Opiniões sobre o setor de florestas plantadas”* de agosto de 2006, afirma que a área mínima que o produtor deve possuir para integrar-se à indústria de papel e celulose, através da produção de eucalipto é de dois hectares (arrendatários também podem ingressar no programa). O coordenador atual confirma a informação e explica que a área exigida para ingressar no programa vai *“de dois hectares até os de mil, não tem limite superior”* (Coordenador de fomento florestal da Fibria, 2012). Conforme o atual coordenador de fomento florestal da Fibria, no Espírito Santo, atualmente, há 2.500 contratos de fomento florestal e entre 20% e 30% dos agricultores integrados pela empresa possuem menos de 10 hectares de terra. Em sua opinião, esse perfil deve-se, principalmente, a estrutura fundiária do estado, menos concentrada. Deste modo, são poucos os grandes proprietários que participam do programa no Espírito Santo, sendo a média da propriedade dos agricultores capixabas integrados de 16 ha.

(...). No Espírito Santo nós temos entre 20 e 30% abaixo de 10 hectares. Depois você tem uma grande faixa aí até os 100 ha. Depois a gente tem pouquíssimos, não deve chegar a 20 produtores – hoje nós temos 2.500 contratos – 20 contratos acima de 100 ha aqui. Na Bahia o perfil é diferente,

por causa do perfil fundiário da terra aqui, a terra aqui é menos concentrada. A média dos contratos no Espírito Santo no momento é de 16 hectares, você pega o Espírito Santo inteiro, 16 ha.

Canto *et al* (2009)⁸³ em pesquisa realizada por meio da aplicação de questionários a 71 integrados, cujos contratos de fomento foram finalizados entre outubro de 2004 e outubro de 2005, observaram que na época 80,8% dos contratos de fomento florestal eram desenvolvidos em áreas de até 30 ha. Conforme os autores: “A área fomentada por contrato variou entre 1,5 e 100,0 ha, sendo de até 30 ha em 84,8% dos casos”. (CANTO *et al*, 2009, p.123).

De acordo com o coordenador de fomento florestal da Fibria, diferentemente de outras integrações agroindustriais, em que há um perfil de integrado priorizado pela indústria, como observamos na revisão bibliográfica do capítulo 1, a Aracruz Celulose S/A não priorizava, assim como a Fibria atualmente não prioriza determinado perfil para ser integrado. O entrevistado aproveita para explicar que o programa de fomento florestal iniciado pela Aracruz Celulose S/A e mantido pela Fibria, já está consolidado, não precisando mais de propagandas para angariar mais integrados.

A gente não prioriza perfil. O fomento hoje tem 22 anos de atuação. A gente tem uma alta procura, que não precisa mais fazer propaganda do programa, tanto que já tem uma base de clientes e fornecedores que são gente que normalmente procuram pessoas para renovar contrato. Então quem chega pra renovar e quem chega novo, a gente só faz uma análise (...) mas não prioriza nenhum tipo de perfil (Coordenador de fomento florestal da Fibria, 2012).

Deste modo, a divulgação do programa é feita informalmente, pelos próprios integrados que conversam com os vizinhos sobre o mesmo. Assim, segundo o coordenador de fomento florestal da Fibria, as estratégias da empresa para divulgar o programa são concentradas nas áreas novas, em que a introdução do fomento florestal ainda é recente:

Hoje é mais boca a boca. Hoje o programa já atingiu uma dimensão tão grande e com resultados tão expressivos que o produtor já sabe quanto é que dá, já sabe quanto ele tem que produzir pra ganhar, e aí ele acaba falando com o vizinho que ele entrou que é um bom negócio. A não ser que você vá

⁸³De acordo com Canto *et al* (2009: 124) foram pesquisadas as seguintes regiões e municípios: I) Região de Colatina: Águia Branca, Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Mantenópolis, Pancas e São Domingos do Norte; II) Região de Marechal Floriano: Alfredo Chaves, Conceição do Castelo, Domingos Martins e Marechal Floriano; III) Região de Conceição da Barra: Boa Esperança, Conceição da Barra, Pinheiros e São Mateus; IV) Região de Aracruz: Aracruz, Ibraçu, Linhares e Rio Bananal; e V) Região de Santa Teresa: Itaguaçu, Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa.

para regiões mais novas, que você ainda não tem o programa, que você monta toda uma estratégia de divulgação. Mas, não existe mais aquela divulgação que foi feita há muitos anos atrás que a gente ia em cada município, fazia apresentação, aquela divulgação mais maciça, não existe mais isso, é mais no boca a boca mesmo (Coordenador de fomento florestal da Fibria, 2012).

Até meados de 2012⁸⁴ o programa de fomento florestal da Fibria ainda se organizava nos moldes de sua implantação pela Aracruz Celulose S/A. Assim, não fazia distinção entre o perfil dos integrados, no que concerne a concessão de insumos e assistência técnica. Entretanto, segundo o coordenador de fomento florestal da Fibria, a intenção da empresa é a de realizar alterações no programa. A este respeito o coordenador assinala o seguinte: *“na verdade o que tá vigente hoje ainda é o programa que a Aracruz tinha, que era o Produtor Florestal. Nós estamos às vésperas de umas alterações do programa”*. Estas alterações terão como mote as características fundiárias do integrado. No entanto, serão introduzidas nos novos contratos. Aqueles que estão em andamento prosseguirão nos mesmos moldes:

Os contratos em andamento não mudam, nós vamos ficar uns oito anos aí com contratos antigos. O que vai acontecer é que a partir de um determinado momento, agora dentro de 2012, a gente vai começar a contratar no modelo novo. E aí conforme for terminando os contratos antigos, se a pessoa quiser renovar a gente faz no modelo novo (Coordenador de fomento florestal da Fibria, 2012).

Dentre as futuras alterações no programa de fomento florestal encontra-se o estabelecimento de uma diferenciação entre os perfis de integrados, cujo intuito é o de orientar a distribuição do que o coordenador de fomento florestal da Fibria chama de “pacote de benefícios” concedidos pelo programa. Nessa diferenciação a empresa passará a trabalhar com a categoria *“produtor familiar”* para definir os integrados considerados pequenos. Deste modo, na perspectiva da empresa será considerado produtor familiar o integrado que: 1) produzir eucalipto em até cinco hectares, 2) possuir uma diversificação produtiva em sua propriedade, de modo a não depender, exclusivamente, da atividade para sua subsistência, 3) realizar a atividade através da mão de obra familiar. O plantio realizado por estes agricultores será chamado pela empresa de *“floresta familiar”*. Conforme explica o coordenador de fomento florestal da Fibria:

⁸⁴ Neste momento o trabalho de campo para subsidiar esta tese foi encerrado.

(...) Hoje a gente está escalonando, hoje a diferença básica é que no programa Produtor Florestal da Aracruz, se o produtor plantava dois hectares, que era o mínimo para entrar no programa, ou mil hectares de eucalipto com a gente, ele tinha o mesmo pacote de benefícios. Então hoje a diferença básica é que escalonou esses pacotes por tamanho de plantio na propriedade. Então a gente tem, por exemplo, se plantou até cinco hectares, a gente tem uma modalidade que se chama floresta familiar, é uma modalidade adaptada ao produtor familiar. Aquele que se encaixa nas condições do PRONAF, então ele tem que ter até quatro módulos fiscais, tem que trabalhar com mão de obra da família dele, no máximo um ou dois [trabalhadores] externos, ele tem que ter diversificação de culturas, enfim, esse produtor a gente trata com um pacote específico de benefícios (Coordenador de fomento florestal da Fibria, 2012).

Segundo o coordenador de fomento florestal da Fibria (2012), este agricultor receberá da empresa um pacote diferenciado para iniciar os plantios. A empresa colocará para o mesmo a possibilidade de consorciar os plantios com outras culturas, não permitirá que ele plante eucalipto em mais de 30% de sua propriedade, ou que terceirize as etapas de plantio ou manutenção. Além disso, nessa nova modalidade do programa, o integrado não receberá mais os insumos destinados ao plantio de eucalipto diretamente da empresa, mas sim, recursos financeiros para adquiri-los nos mercados locais. Segundo o coordenador *“(...) a gente dá recursos (...) também para ele comprar insumos no mercado local da cidade dele, a gente não bota insumos para esse produtor. Ele compra ali mesmo, e assim acaba movimentando o comércio da região”*. Haverá também, a possibilidade desse integrado, classificado como produtor familiar, não ter a obrigatoriedade de vender a madeira produzida pela empresa, caso encontre um preço melhor para comercializá-la.

Até 5 hectares ele é considerado produtor familiar e ele recebe um pacote diferenciado, por exemplo, ele tem a opção de consorciar o eucalipto com culturas agrícolas ou com pastagens, se for do gosto dele. Ele não pode plantar com eucalipto mais de 30% da área da propriedade. Ele tem que ter diversificação, tem que trabalhar com a mão de obra dele. Que ele não terceirize para uma empresa pra fazer um plantio ou a manutenção, até porque é uma área muito pequena, que não justifica as empresas irem lá. Ele é um produtor que tem um percentual de madeira e tem a obrigação de dar preferência a empresa pela compra. Não é uma obrigação de venda, se ele tiver, por exemplo, um preço melhor no mercado para a madeira dele, nós não queremos a madeira dele, ele pode vender no mercado, desde que ele avise a gente (Coordenador de fomento florestal da Fibria, 2012).

Apesar da empresa colocar, a partir da reformulação de seu programa de integração, a possibilidade do plantio de eucalipto consorciado com outras culturas, é sabido que isto é possível apenas nos primeiros anos de cultivo, ou seja, enquanto a planta estiver se desenvolvendo. Como o eucalipto é uma espécie de crescimento rápido, logo cria condições desfavoráveis ao desenvolvimento de outras plantas ao seu redor, devido à

sombra produzida (VIANA, 2004). O próprio coordenador de fomento florestal da Fibria (2012), embora coloque a possibilidade do plantio consorciado, reconhece esse aspecto: “*Aí você tem abóbora, tem mandioca, tem feijão, normalmente no período inicial da floresta, nos primeiros seis meses só. Depois a floresta fecha e aí não consegue*”. Deste modo, de acordo com o próprio coordenador, as atividades possíveis de serem consorciadas passam a ser a criação de gado ou a apicultura. Entre os integrados considerados pela empresa como produtores familiares, a criação de gado torna-se, em certa medida, uma atividade pouco atrativa, devido a pouca disponibilidade de terras. Já a apicultura exige certos investimentos para a compra de equipamentos, o que também pode dificultar a realização da atividade.

Se por um lado, o coordenador de fomento florestal da Fibria defende que com a reformulação do programa o integrado considerado familiar terá mais “liberdade” para comercializar sua produção em outros canais, tendo em vista o melhor preço, por outro, imediatamente assina-la que, para isso, terá que ressarcir a empresa de todos os recursos financeiros por ela concedidos para o estabelecimento do plantio:

Pesquisadora: E depois que ele colher, se ele achar um preço melhor no mercado, o que ele tem de devolver para a Fibria?

Coordenador de fomento florestal da Fibria: Ele só dá de retorno o que ele pegou de recurso financeiro. Nesse pacote do produtor menor, a gente libera recursos financeiros para ele custear aquela mão de obra familiar dele, por exemplo, quando ele sai de um cultivo de café para plantar eucalipto, a gente entende que o café que ele tá colhendo ali, ele é remunerado por aquilo. Então, não seria justo que ele viesse para o eucalipto e despendesse de um tempo ali não sendo remunerado (Coordenador de fomento florestal da Fibria, 2012).

Deste modo, é visível que a maioria dos agricultores enquadrados na categoria *produtor familiar* continuará vinculada a empresa através da obrigação da venda da madeira. Ora, ainda que estes integrados encontrem um melhor preço para sua produção no momento de comercialização continuarão com a obrigação de ressarcir a empresa dos investimentos concedidos para a aquisição de insumos. Então, na prática não haverá grande mudanças em relação a essa “liberdade” que viria com o novo programa, tão enfatizada pela empresa. Além do *produtor familiar*, com a anunciada mudança no programa de fomento florestal, a empresa definirá mais dois grupos de integrados, quais sejam, produtores de 5 até 370 hectares e produtores acima de 370 hectares. Estes receberão diferentes pacotes de insumos para a introdução dos plantios, serão obrigados

por contrato a comercializar a madeira produzida com a empresa e terão a possibilidade de plantio de eucalipto consorciado com outra atividade avaliada.

Então a gente está segmentando em função da característica fundiária dos nossos fomentados. Acima disso [cinco hectares] são pacotes mais comerciais. Aí já torna a obrigatoriedade de vender, se o produtor ainda quiser consorciar a gente avalia, ele também pode consorciar com outras culturas, a retenção de madeira já é diferenciada, só pode reter cinco por cento de madeira para consumo próprio, os outros noventa e cinco ele tem que vender para a empresa (...). E o maior de todos, que é o maior produtor, ele já entra em outro pacote, por exemplo, ele não é financiado pela empresa porque ele é grande, a gente só coloca insumo. Esse de 5 a 370 é financiado, a gente coloca insumo e financia, acima de 370 a gente não financia (Coordenador de fomento florestal da Fibria, 2012).

Um dos elementos que fizeram da região serrana do Espírito Santo e, especialmente, de Domingos Martins, um local privilegiado pela empresa para a disseminação do fomento florestal é a distância entre a região e a fábrica, já que Domingos Martins, por exemplo, se localiza a 98 km de distância da Unidade Aracruz. Ainda que, atualmente, a distância considerada ótima seja de 80 km, sua localização, atrelada ao fato do município se fundamentar economicamente, na agricultura de base familiar, dispondo de terra e mão de obra para a realização da atividade, são aspectos que juntos, para a empresa, justificam a introdução do programa.

A gente começou a incentivar com essas doações aqui em volta da fábrica, depois foi subindo para a região serrana. Agora, tem também um perfil de produtor, que é o imigrante no estado ou parente de imigrante, são as famílias descendentes de italianos ou alemães que têm uma cultura muito forte da terra, de ficar na terra, de passar aquilo de geração para geração e de criar variedade, ou seja, ter uma variação na produção. Esses fomentados acabaram entrando no negócio como alternativa e ficaram. (...) Isso é muito enraizado aqui no Espírito Santo. Acho que se deve mais a isso, o programa começou nessa região e a cultura do produtor aqui no estado. Essa região aqui pegou Ibirapu, João Neiva, Santa Tereza, Santa Maria do Jetibá, Santa Leopoldina, Domingos Martins, Marechal, Ibatiba, Cachoeiro, um pouco de Colatina, tudo produtor com perfil familiar (Coordenador de fomento florestal da Fibria, 2012).

De modo a incentivar o plantio de eucalipto em regiões mais distantes da fábrica, a empresa passou a pagar preços diferenciados pela madeira, dependendo da distância do plantio, a fim de garantir que o integrado não tenha um decréscimo em seu lucro, devido aos custos de transporte, já que por contrato ele é obrigado a entregar a madeira nos depósitos da empresa. A este respeito, o coordenador de fomento florestal da Fibria (2012) explica o seguinte:

A distância ótima que a gente fala é 80 km, acima disso a gente tem hoje um adicional de transporte. Ou seja, a gente foi no passado até uns 150 km de distância, por isso a gente colocou hoje esse adicional de frete. O que faz o adicional de transporte? Ele iguala a rentabilidade de quem está a 150 km a pessoa que está a 80 km. Então pra gente ampliar isso, até um determinado momento, não me lembro em que ano, a gente ia até 80 km que era uma distância ótima, a partir desse momento a gente optou por ir um pouco mais longe e a gente criou esse adicional de transporte. São faixas (...), a madeira até 80 km tem um preço, de 80 km até 90 km a gente acresce X nesse preço, de 90 km a 100 km a gente acresce Y. Então, tem uma tabela que a gente acresce só no valor do transporte, porque a colheita é o mesmo custo, o produtor é responsável por botar a madeira no nosso depósito. Então, a gente criou isso para incentivar, para manter a rentabilidade do produtor que está a 80 km para aqueles produtores que estão mais longe (Coordenador de fomento florestal da Fibria, 2012).

Na perspectiva do coordenador de fomento florestal da Fibria, o programa de integração aplicado pela empresa contribui para uma diminuição das críticas de ambientalistas e outros setores da sociedade civil ao cultivo de eucalipto. Para ilustrar esta perspectiva o entrevistado aborda o caso da Lei Nasser, discutido no capítulo 4 e explica que um dos fatores que contribuiu para a derrubada da referida Lei foram os protestos dos próprios integrados:

Eu vou te dar um exemplo da lei Nasser criada em 2001 aqui pela assembleia legislativa que proibiu o plantio de eucalipto do estado. A gente ficou um ano proibido. O que ajudou a derrubar a lei não foi por conta própria e nem fomento, nada, o que ajudou a derrubar a lei foram os próprios fomentados, foram os sindicatos rurais, foram as pessoas que viviam daquela cultura ali, que tinham uma renda daquela cultura que ajudaram ali, elas foram fundamentais nesse processo. Então esse tipo de relacionamento ajuda a desmistificar a cultura, ajuda a desmistificar a empresa, eu não tenho dúvidas disso e é muito benéfico pra gente e para a própria cultura do eucalipto, que ainda no século XXI é muito endemoniada, vamos dizer assim, apesar de todo o avanço que se teve nas questões rurais, de legislação, então todo esse avanço ainda tem muita resistência. Você falar de resistência no Brasil é complicado, porque o Brasil tem muita resistência em várias frentes, muita gente dentro do país que cria resistência em diversos interesses e aí não vale a pena entrar nesse mérito. Infelizmente no nosso país não abriu muitas portas, como em outros países desenvolvidos, esse tanto de interferências, em movimentos e coisas que interferem principalmente na economia do país (Coordenador de fomento florestal da Fibria, 2012).

A discussão sobre o fomento florestal realizada até aqui, além de detalhar o funcionamento do programa, nos permite perceber a centralidade que a empresa confere ao mesmo, na medida em que se configura em uma importante forma de obtenção de matéria-prima, permite a empresa a não mobilizar capital em terra, além de desvincular

da empresa a crítica relacionada aos problemas decorridos do monocultivo de eucalipto, já que o mesmo passa a ser realizado por vários agricultores. Ademais, o fomento florestal se configura em uma das formas de aproximação da empresa com o próprio Estado, já que ela depende de sua atuação, por exemplo, na fiscalização das atividades do programa. Esta aproximação conduz a criação de parcerias entre Estado e empresa, por exemplo, através de seus serviços de extensão rural. Tão grande é a importância do programa de fomento florestal que: 1) ao se deparar em certo período com a impossibilidade legal de aplicar o programa no Espírito Santo, como vimos ao discutir a Lei Nasser, a empresa recorreu e continuou a desenvolvê-lo; 2) Após a incorporação da Aracruz Celulose S/A pela Votorantim C.P, dando origem a Fibria, o programa não só foi mantido, como também ampliado. Nas palavras do coordenador de fomento florestal da Fibria (2012):

As vantagens [do programa para a empresa] são basicamente a parte do suprimento de madeira, não precisa comprar a terra. A empresa é pressionada quando ela compra a terra, porque você acaba concentrando muita terra na sua mão. Todo mundo que concentra terra na mão hoje no Brasil é muito pressionado por movimentos sociais, ONGs, enfim, o fomento é uma descentralização da concentração de terra, isso aí é uma vantagem muito grande. O relacionamento externo que você ganha com 2 mil fornecedores é muito importante. O próprio abastecimento da fábrica com essa madeira – se não fosse ela nós não conseguiríamos tocar a nossa fábrica. O relacionamento do fomento traz junto com ele um relacionamento grande com os sindicatos rurais, com órgãos fiscalizadores como o IDAF, como o IEMA, com o governo do estado que tem interesse no programa, então traz tudo isso junto quando você tem um programa dessa dimensão (Coordenador de fomento florestal da Fibria, 2012).

Diante disso, nos perguntamos: por que a empresa não deixa totalmente de imobilizar capital em terra e, por conseguinte, de se ocupar de todas as funções concernentes ao plantio de eucalipto e delega toda a produção de sua matéria-prima aos integrados, assim como faz a indústria do tabaco ou a de carnes? A resposta a esta pergunta é imediata: em virtude da necessidade de certificação da madeira produzida pelos integrados, e devido a dificuldade de realização dessa certificação dada a quantidade de contratos realizadas pela empresa. Essa dificuldade é explicitada pelo próprio coordenador de fomento florestal da Fibria (2012): “(...) a dificuldade é a questão da certificação por causa dessa dispersão, é muita gente. Nós estamos pretendendo certificar, já tem um grupo separado, estamos tentando definir alguns critérios, mas quem tem que dizer isso pra gente é a certificadora”.

Conforme discutimos no capítulo 3, dentre as estratégias de enfrentamento da crise da década de 1980 adotadas pelo complexo florestal celulósico no Brasil, a fim de garantir maior competitividade e inserção de seus produtos no mercado internacional, encontra-se o desenvolvimento e participação em programas de qualidade na área industrial e florestal, de modo a observar às exigências e regulamentações dos principais países e regiões importadoras de papel e celulose. Uma dessas estratégias é a de certificação de sua madeira através do programa *Forest Stewardship Council* - FSC. De acordo com informações do próprio programa, o mesmo surgiu com o objetivo de controlar as práticas produtivas florestais, de modo a valorizar produtos originados de manejo considerado responsável. Para tanto, um grupo de empresas e organizações ambientais e sociais criou em 1993 uma entidade independente com a função de realizar fiscalização dos produtos florestais, dando origem a FSC⁸⁵. De acordo com informações da própria certificadora⁸⁶:

A certificação é um processo voluntário em que a certificadora realiza uma avaliação de um empreendimento florestal e verifica os cumprimentos de questões ambientais, econômicas e sociais que fazem parte dos Princípios e Critérios do FSC. Esse processo pode ser resumido em 5 etapas:

- Contato inicial: a operação florestal entra em contato com a certificadora.
- Avaliação: Consiste em uma análise geral do manejo, da documentação e da avaliação de campo. O seu objetivo é preparar a operação para receber a certificação. Nessa fase são realizadas as consultas públicas, quando os grupos de interesse podem se manifestar.
- Adequação: Após a avaliação, a operação florestal deve adequar as não conformidades (quando houver).
- Certificação da operação: a operação florestal recebe a certificação. Nessa etapa, a certificadora elabora e disponibiliza um resumo público.
- Monitoramento anual: Após a certificação é realizado pelo menos um monitoramento da operação ao ano.

O processo da certificação é conduzido pela certificadora. O Conselho Brasileiro de Manejo Florestal não emite certificado. Cabe àsificadoras avaliar operações de manejo florestal ou de cadeias de custódia para conceder o uso do selo FSC nos produtos, e auditar operações certificadas, seja de manejo florestal ou de cadeia de custódia. Também cabe à certificadora precificar e cobrar por este serviço.

Pelas normas do programa, somente 30% da madeira utilizada pela indústria é dispensada de certificação. Como a Fibria já está nesse limite, utilizando cerca de 26% a 28% de madeira não certificada, em sua maioria produzida por integrados e, devido a

⁸⁵ Informações disponíveis em: <http://br.fsc.org/historico.184.htm>. Acesso: jul. 2013

⁸⁶ Informações disponíveis em: <http://br.fsc.org/certificacao.177.htm>. Acesso: jul. 2013

dificuldade de certificação da madeira produzida por estes sujeitos, atualmente, encontra empecilhos para expandir o programa de fomento florestal. Segundo o coordenador de fomento florestal da Fibria (2012):

O fomento é extremamente importante pra gente, com vista de abastecimento e de relação com eu já falei, e a intenção da empresa é manter as bases atuais, buscar certificar parte dos fomentados. A gente precisa disso porque hoje a gente está limitado a 30% de abastecimento. A gente não pode passar dos 30% porque existe uma norma chamada cadeia de custódia, que você não pode ter mais de 30% de madeira não-certificada. Então hoje a gente não pode passar, mas conforme você vai certificando, aí você pode. Então, o básico pra expandir o programa hoje é a gente conseguir começar a certificar os nossos fomentados, aí você consegue expandir. Hoje a gente tem uns 26%, 28% [de madeira não certificada], então a gente está bem no limite. Você não pode chegar nos 30%, porque senão fica muito difícil você fazer balanço de entrada de madeira na empresa. Então, você trabalha com 28% pra ter uma margem de erro de 2%, porque isso é de mês a mês, você tem que acompanhar. A madeira que entra dentro da fábrica não pode exceder os 30%, então você precisa ficar fazendo balanço de madeira (Coordenador de fomento florestal da Fibria, 2012).

Diante da dificuldade de certificar a madeira produzida pelos fomentados, segundo o coordenador de fomento florestal da Fibria (2012), a empresa tem tentado modificar os critérios do FSC para avaliação da produção de integrados. O objetivo é conseguir uma flexibilização, uma vez que a empresa julga que não é possível utilizar os mesmos critérios de avaliação das plantações próprias para avaliar as plantações de integrados, principalmente, dos considerados pequenos. Estes não possuem a mesma quantidade de mão de obra, estrutura, tecnologia e tamanho de área que a empresa.

Existe também um processo de flexibilização da certificação. No caso da certificação FSC que é aquela que a gente busca, existe uma consulta pública, não sei se finalizou para a flexibilização do FSC para o produtor rural, de uma forma mais direcionada, de princípios e critérios mais direcionados para a realidade do produtor rural. A certificação FSC para a empresa hoje, se você for aplicar ela ao produtor rural, você só certifica produtores grandes. Na verdade a base que eles têm hoje é muito difícil para os pequenos, porque tem que adequar muita coisa dentro da propriedade, fazer investimento em infraestrutura. E aí chega a ser um paradoxo, uma certificação que normalmente foi criada para considerar toda a rastreabilidade do processo; para que tudo esteja na lei; que sua madeira ganhe um selo dizendo que você produz aquela madeira de acordo com tudo aquilo que é pregado; que você atende questões sociais importantes; então o fomento é uma questão social importante, e você não consegue certificar porque ela é moldada hoje por uma grande empresa.

Conforme o coordenador de fomento florestal da Fibria (2012), não existe nenhum tipo de associação ou cooperativa de fomentados no Espírito Santo, ao contrário do que ocorre na avicultura integrada, por exemplo. Em sua opinião a

existência de uma cooperativa seria interessante para a empresa, na medida em que poderia facilitar, justamente, o processo de certificação da madeira produzida pelos integrados, além da viabilização de outras tarefas exigidas pela atividade, a exemplo da colheita:

Aqui não temos associação ou cooperativa de fomentados, eu acho que nós temos em São Paulo. (...) a cooperativa facilita, por exemplo, o processo de certificação. O próprio processo de implantação e manutenção das áreas para uma cooperativa, como agrega muitas pessoas facilita, por exemplo, na hora de contratar um serviço para implantar ou colher uma floresta. Uma coisa é o fomentado procurar sozinho, o pequeno tem muita dificuldade. Agora quando você está numa cooperativa várias pessoas fomentadas que vão ali colher ou implantar, você consegue contratar um prestador de serviços para atender todo mundo. Aí é muito mais fácil porque tem escala, então é muito mais fácil.

Em virtude dessa necessidade de certificação, os agricultores integrados através do fomento florestal, possivelmente, se depararão com uma situação semelhante à descrita por Mior (1992), como vimos no capítulo 1, quando observa que as alterações ocorridas no interior das indústrias beneficiadoras no que se refere ao abate, processamento, industrialização, distribuição de aves e suínos, de modo a atender as exigências do mercado consumidor, conduziram as mesmas a determinarem mudanças na produção de aves e suínos pelos agricultores integrados. Como à necessidade de certificação da madeira utilizada pela indústria repercutirá na forma com que os fomentados produzem o eucalipto, é uma questão que precisará ser estudada futuramente. As alterações no próprio modelo de integração que serão aplicadas nos novos contratos, conforme discutimos antes podem dar indícios de como esse processo será conduzido.

Até aqui discutimos como funciona o fomento florestal introduzido pela Aracruz Celulose S/A e mantido pela Fibria no Espírito Santo, tendo em vista a perspectiva da empresa. Observamos como essa estratégia passou a fazer parte do repertório de ação desse segmento e a sua importância para o mesmo. O ponto de vista do ator responsável pela condução do programa no Espírito Santo, sendo ele também no passado, técnico de fomento florestal é bastante esclarecedor e aponta, inclusive, mudanças que serão realizadas no programa, além das pressões do mercado internacional que serão capazes de interferir na maneira de produzir dos integrados. Daqui para frente, interessa-nos saber como os agricultores de Domingos Martins interpretam o programa. Desta forma,

no capítulo 5 realizaremos uma tentativa de analisar estas interpretações, a partir do ponto de vista dos próprios integrados. Para tanto, assim como fizemos nesse capítulo, nos apoiaremos nos depoimentos concedidos nas entrevistas realizadas durante o trabalho de campo. Discutiremos também, por meio de entrevistas, o ponto de vista de representantes de ONGs e movimentos sociais a respeito do programa e as suas ações em relação ao mesmo.

CAPÍTULO V. RESISTIR E ADAPTAR-SE: A INTEGRAÇÃO AGROINDUSTRIAL NO CULTIVO DE EUCALIPTO PARA O COMPLEXO FLORESTAL CELULÓSICO

No capítulo 4, abordamos os principais aspectos relacionados à introdução do complexo florestal celulósico no Espírito Santo, tendo em vista a criação da Aracruz Celulose S/A. Em seguida, analisamos a perspectiva da indústria a respeito do programa de integração produtiva por ela desenvolvido, conhecido também como fomento florestal. Nesta análise observamos como se estrutura o programa, seu papel para a indústria, os planos futuros que a mesma tem para o programa, bem como os entraves colocados a sua expansão. Verificamos que, para a indústria, seria fundamental ampliar o programa de fomento florestal e, por conseguinte, o volume de matéria-prima obtida a partir dos integrados, sendo um grande impedimento para isto a necessidade de certificação da madeira produzida. No discurso da empresa, o programa de fomento florestal configura-se, para os agricultores, em uma possibilidade de geração de renda. Deste modo, como vimos, em sua perspectiva, quanto mais eucalipto esse agricultor for capaz de produzir, mais renda auferirá com a atividade.

Se por um lado trouxemos a perspectiva da empresa a respeito do programa, por outro interessa-nos saber o que pensam os agricultores sobre o fomento florestal. Tanto aqueles que optaram por se integrar, quanto os que resistiram ao programa, tendo se mantido distanciados da atividade. Isso significa analisar os motivos e justificativas dos agricultores para adesão ou não ao programa, as estratégias desenvolvidas nesse contexto (de adesão ou não), bem como os impactos percebidos em decorrência da disseminação do cultivo de eucalipto na região em que vivem e trabalham.

Como explicamos na introdução da tese, partimos de uma perspectiva teórico-metodológica que toma os agricultores não como sujeitos estáticos, passivos e apenas dominados pelo complexo florestal celulósico; mas sim, como indivíduos capazes de refletir sobre suas ações, cujas escolhas envolvem as mais diversas justificativas. Isso não quer dizer que estes não possam ser explorados ou prejudicados pelo sistema de integração. Tampouco, que sejam capazes de calcular de maneira exata os custos e benefícios de uma escolha. O que afirmamos é que estes sujeitos refletem sobre sua situação e essa reflexão influencia suas decisões e também, em certa medida, as

explicam. São essas reflexões e justificativas que nos interessam. Desse modo, neste capítulo, analisaremos as perspectivas e manifestações de atores locais no momento de implantação do programa e procuraremos responder questões como: o que leva um indivíduo a se integrar ao complexo florestal celulósico? O que permite ou faz um indivíduo resistir ao processo de integração em uma região priorizada pelo complexo florestal celulósico desde a sua introdução no estado? Quais as estratégias desenvolvidas pelos agricultores integrados no interior do sistema de integração para garantir autonomia em determinadas situações, como por exemplo, em relação à organização de sua propriedade? Será que os agricultores locais percebem mudanças na região que vivem e trabalham em decorrência da expansão do cultivo de eucalipto devido à introdução do fomento florestal?

Baseando-se na discussão a respeito da resistência cotidiana, realizada por James Scott, seus comentadores e críticos, apresentada na introdução da tese, partimos do pressuposto de que adesão ou não ao sistema de integração implica em possibilidades de resistência dos agricultores e também de adaptações ao contexto que lhes é colocado. Assim, entendemos que a integração envolve, pelo menos, três perspectivas relacionadas à resistência: i) Há agricultores que resistem às investidas da indústria para produzir eucalipto de maneira integrada e se mantêm em outras atividades agrícolas; ii) Há agricultores que vislumbram na integração uma possibilidade de se manter no campo, em virtude dos mais variados motivos, como envelhecimento da família, migração dos filhos para a cidade e momentos de crise; iii) Existem também agricultores que se integram, mas, que desenvolvem estratégias dentro do sistema de integração para mediar à dominação exercida pela indústria.

Para fundamentar a discussão que apresentaremos a seguir, nos apoiaremos nas entrevistas realizadas com agricultores integrados ou não ao complexo florestal celulósico. Complementaremos essas informações com entrevistas realizadas com representantes do órgão de assistência técnica e extensão rural do Estado, com ONGs e movimentos sociais que se ocupam em discutir os impactos causados pela expansão da eucaliptocultura no Espírito Santo. As entrevistas com os agricultores foram realizadas entre os meses de agosto a outubro de 2011 e as demais de maio a junho de 2012.

5.1. A criação do fomento florestal: O que contam os agricultores e os movimentos sociais?

Ao tomarmos um ônibus da região sul até a região serrana do Espírito Santo (caminho que fizemos algumas vezes, durante a realização do trabalho de campo em Domingos Martins-ES) observamos como a paisagem muda. Se no início da viagem nos deparamos com grandes clarões em distritos basicamente rurais, em que a extração de mármore e granito destinados à exportação consiste em uma das atividades principais e, em alguns momentos extensas plantações de café, ao nos distanciarmos do sul do estado e nos aproximarmos da região serrana, temos um cenário diferente. Região montanhosa, com vegetação extensa, de clima mais ameno. Nela observamos diversas plantações de alimentos. Hortaliças, legumes, frutas produzidas em pequenas áreas dividem espaço com a mata nativa e com o café, que ainda figura como importante atividade econômica.

Contudo, outro elemento também é encontrado ali: o eucalipto. A planta está em todo lugar. Da estrada observamos, em alguns trechos, quilômetros compostos por uma paisagem homogênea, em outros, ela disputa espaços com outras culturas ou faz divisa com a mata nativa. Mas os agricultores da região afirmam que nem sempre foi assim. Antes dos anos 1990 havia uma planta ou outra de eucalipto cultivada pelos agricultores para o uso em suas propriedades. É preciso madeira para fazer cerca, construir um curral, garantir lenha, como os próprios agricultores explicam: *“Eu acho que todo produtor que tem terra tem que ter um pouquinho de madeira pra não depender de comprar madeira, porque nós que trabalha em roça precisamos do fogão a lenha (...)”* (C.B, agricultor ex-integrado). *“Se nós tivéssemos uma propriedade um pouquinho maior a gente plantaria uns pés de eucalipto, mas pouca coisa, se todo mundo tivesse um pedacinho para o seu próprio consumo não faria mal nenhum”* (F.L, agricultor não integrado).

E é sabido que essa madeira não pode ser retirada das matas, como afirma um agricultor de base familiar da região: *“Agora nós plantamos um pouquinho [de eucalipto] para o gasto. Hoje em árvore nativa não pode mexer, então a gente sempre planta um pouquinho pra deixar lá e quando a gente precisar tem pra cortar sem*

prejudicar o meio ambiente” (H.S, não integrado)⁸⁷. Assim, muitos dos agricultores de base familiar em seus discursos dizem que para eles “*o eucalipto não é bom ou mau, isso depende de como a gente planta*” (H.S., não integrado).

A expansão do cultivo de eucalipto começou com a introdução do fomento florestal pela Aracruz Celulose S/A a partir de meados da década de 1990. A área não foi vista pela a indústria – como o próprio relatório da ECOTEC que analisamos no capítulo 4 aponta – como local ideal para plantações próprias, dentre outros fatores, devido à topografia e à estrutura fundiária, mas como uma oportunidade de aproximação entre esta e os agricultores locais. Acostumados com as condições edafoclimáticas existentes na região, os agricultores poderiam transformar-se em parceiros do complexo florestal celulósico, através da integração produtiva, via fomento florestal. Assim, não é por acaso que Domingos Martins detém o segundo maior número de contratos de integração entre agricultores e a Fibria Celulose S/A, conforme vimos na introdução desse trabalho e podemos ver também no Anexo. Lá as propriedades são pequenas, a agricultura praticada é tipicamente familiar, ou seja, na avaliação da empresa, há mão de obra disponível que poderia ser deslocada para a produção de eucalipto.

Os agricultores, em seus relatos, não sabem precisar de forma exata quando a produção integrada de eucalipto chegou a Domingos Martins, mas, sempre que indagados a este respeito, falam em aproximadamente 20 a 25 anos de existência do programa: “*tem uns 20 anos [a produção integrada de eucalipto]. O meu vizinho plantou e depois o pessoal foi plantando por ai a fora e virou um enxame de eucalipto* (H.S, agricultor não integrado).” O agricultor não integrado N.S., destaca que no início houve uma espécie de pressão da Aracruz Celulose S/A para que os agricultores plantassem eucalipto: “*a Aracruz chegou com bastante pressão né, em plantar eucalipto. Bastante pressão na época né.(...) Não era bom né. Depois até abrandaram um pouco. Teve bastante movimento contra*”. Assim como N.S, ao explicar como a proposta de integração entre agricultores e indústria de papel e celulose, por meio da produção de eucalipto chegou à região, o agricultor não integrado C.E entende as investidas da indústria para integrá-los como “*perturbação*”, ao mesmo tempo em que demonstra uma preocupação com os impactos que acredita serem causados pela atividade, que segundo ele, já podem ser observados:

⁸⁷De modo a garantir a privacidade dos entrevistados, optamos por utilizar apenas as iniciais de seus nomes.

(...) Tem muitos anos que eles estão perturbando com isso [o fomento florestal]. Cada vez vai ficar pior. Por exemplo, 30 metros retirados de córrego, eu nem sei quanto dá isso. Eu acho que se fosse menos seria melhor, mas eu não quero que acabe com as águas, você vê aí um córrego morrendo com os pessoal derrubando e plantando eucalipto em cima (C.E, agricultor não integrado).

O agricultor integrado J.S conta que soube da existência do programa a partir de um parente. Já o agricultor J.R, também integrado, explica que descobriu o programa através de outros agricultores que já tinham se integrado e compara a chegada do fomento florestal na região a um “rastros de pólvora”, tamanha a circulação da notícia entre os agricultores.

O ano certinho eu não sei, tem uns vinte anos que (...) Isso [o fomento florestal] apareceu no município, em Marechal Floriano (...). Aí um foi fazendo, outro foi fazendo, hoje pra tudo quanto é canto do município tem o plantio de eucalipto da Aracruz.

A empresa procura as pessoas, oferecem a parceria, estipula o contrato, lê o contrato pra você e explica as cláusulas, e daí pra lá você toca o barco.

Pesquisadora: E como o senhor descobriu a existência desse programa de fomento florestal?

J.R.: Através de alguns produtores que já tinham feito. Isso ai vai igual rastros de pólvora, um fala pro outro e aí a gente experimenta.

Os relatos apresentados acima são importantes na medida em que evidenciam que, comumente, os agricultores decidem se integrar tendo em vista a experiência de outros conhecidos. Deste modo, é patente a influência que os vizinhos e/ou amigos têm para a tomada de decisão. O agricultor e representante do MPA, L.L, destaca que, para introduzir o fomento florestal na região, a Aracruz Celulose S/A se valeu, justamente, dessa informação. Nesse sentido, antes de disseminar o programa, selecionou algumas propriedades de agricultores locais para aplicá-lo. O objetivo era que estes, após se integrarem, divulgassem o programa para outros agricultores da região. A partir dessa estratégia, o fomento florestal se disseminou de tal forma que atualmente a empresa não precisa mais promovê-lo de maneira sistemática, sendo a divulgação feita pelos próprios integrados, conforme relatou o coordenador de fomento florestal da Fibria, como vimos no capítulo 4.

A Aracruz, ela vinha com os técnicos. No início eles vieram direto em algumas propriedades, gente que tinha propriedade grande, e aí a gente percebeu que eles escolheram essas propriedades porque essas tinham que

dar certo, elas que iriam ser modelo para as outras. Depois disso, esses agricultores que cederam as propriedades começaram a fazer a propaganda com os outros. Então, foi uma estratégia que a empresa usou (L.L, Representante do MPA, 2011).

Este método de abordagem, utilizada pela empresa, para convencer os agricultores a ingressarem no fomento florestal, bem como a forma com a qual o programa se organiza, se aproxima, em certa medida, de uma concepção tradicional de extensão rural, pautada na ideia da simples difusão de tecnologia⁸⁸.

Um dos representante do MPA destaca que nos primeiros anos de aplicação do programa de fomento florestal, muitos agricultores interpretaram o adiantamento em dinheiro fornecido pela empresa durante a vigência do contrato, como um recurso dado por ela para o plantio e que, portanto, não seria cobrado futuramente. Esta constatação pode ser observada no relato dos próprios agricultores:

Veio aqui um engenheiro florestal fazendo aquelas propostas do eucalipto, que a Aracruz pagava para plantar eucalipto. Mas, certo mesmo eles não pagavam, eles adiantavam o dinheiro, a pessoa ia lá e pegava, plantava, aí quando chegava na hora da colheita, já tinha aquela dívida que eles tinham que entregar por metro cúbico de madeira. Por exemplo, se eu fosse plantar hoje, se a madeira tivesse a 50 reais o metro, o dinheiro que eles passavam pra mim, o adubo, o veneno de formigas, as mudas, eles somavam tudo pra depois tirar naquela metragem de madeira, quando chegasse daqui há uns 6 ou 7 anos, pagar aquilo. Então eles não estavam pagando a pessoa pra plantar, eles estavam adiantando o dinheiro, mas já pegando a produção barata. (...) Era a visita, as mudas, veneno de formiga, adubo, tudo que eles passavam para a gente plantar era cobrado em madeira. Tudo eles faziam assim, eles davam o dinheiro e a pessoa ficava toda alegre, depois quando a gente começou a ler o contrato que a gente viu.

(...)

Meu pai que assinou [o contrato], porque foi ele que fez na época. Aí a gente não tem aquele hábito de ler, é só trabalhar e trabalhar, pegava aquilo e guardava. Depois, quando apareceu gente que falou: “*Presta atenção que vocês estão trabalhando de graça*”, a gente começou a olhar e foi ver tudo o que a gente estava pagando. A gente achava que eles estavam dando o dinheiro, mas não era (M.B, agricultor ex-integrado).

Deste modo, por desconhecimento, muitos integrados recebiam o adiantamento e não plantavam a quantia de madeira esperada pela empresa. Assim, no momento da colheita, não estavam preparados para ressarcir a empresa do adiantamento recebido.

⁸⁸Para informações detalhadas sobre os métodos do difusionismo e seus limites, ver Ramirez e Prado (2009); Caporal e Ramos (2006).

O fomento é “interessante” porque a fama que ele teve foi à seguinte: O agricultor pensava: *“Poxa, vou receber o dinheiro adiantado para plantar, e depois quando eu vender a madeira eu ainda vou receber”*. Então os técnicos diziam que te dariam o dinheiro para plantar, mas, no contrato não é bem assim. No contrato, se ele pegar mil reais corresponde a X metros de madeira, e o preço da madeira é esse. Ele não entendia que estava recebendo o dinheiro agora, investia, plantava. Tinha muitos que pegavam o dinheiro e não plantavam tudo que tinha que plantar, mas ele não visualizava que depois ele tinha que devolver esse dinheiro em forma de madeira. E aí a gente percebe que uma das estratégias da empresa era dizer que eles estavam dando dinheiro para plantar (L.L., Representante do MPA, 2011).

Ao explicar como e quando o fomento florestal chegou à região, tanto R.B quanto J.S, ambos cafeicultores que decidiram por se integrar à indústria de papel e celulose, destacam os conflitos e a desconfiança dos agricultores em relação ao programa e o papel das lideranças religiosas nesse contexto:

Deve ter mais ou menos uns 25 anos. Na época que o fomento florestal chegou aqui, o técnico me disse que só faltou jogarem pedra nele, porque era um negócio muito negativo. Todas as igrejas deram muito em cima deles dizendo que o eucalipto ia estragar a terra, mas teve muita gente beneficiada. Tem um senhor aqui em Tijuco Preto que vive só disso e agora está bem de vida (R.B., agricultor integrado).

Quando chegou aqui um dos primeiros cortes fui eu que fiz com o técnico E., da Fibria. Em Goiabeiras o pessoal tinha medo de plantar eucalipto, os padres eram contra, os pastores eram contra, disseram que não podia, que ia acabar com o meio ambiente. Depois o técnico E. não dava conta de fazer contrato para o pessoal, todo mundo queria plantar. Mas eu fui um dos primeiros a plantar eucalipto com eles (J.S., agricultor integrado).

Do mesmo modo que os agricultores acima, o extensionista do INCAPER que teve a oportunidade de trabalhar na região serrana durante os primeiros anos de introdução do fomento florestal, também relata como o programa foi recebido na região, tanto pelos movimentos sociais e igrejas, quanto pelos agricultores:

No início eu não estava lá, mas em grande parte do início onde o fomento foi desenvolvido na região eu estava lá e a gente via movimentos contrários, as próprias igrejas, os sindicatos. Os agricultores, pouca gente se posicionou se era bom ou se era ruim (E.F., extensionista do INCAPER).

A Igreja (de denominação luterana) juntamente com a Católica teve um papel fundamental na organização da resistência de determinados agricultores a introdução do fomento florestal, como relata o agricultor acima. A este respeito cabe uma observação: uma das principais características da região serrana do Espírito Santo é a população de origem europeia, cuja migração, especialmente de alemães, pomeranos e italianos, como vimos no capítulo 3 da tese, foi incentivada pelo próprio Estado no século XIX. Os

imigrantes de origem alemã trouxeram para a região a Igreja Luterana, cujo trabalho de base, até os dias de hoje, tem forte peso entre os agricultores locais. Deste modo, torna-se fundamental considerá-la. Na região pesquisada há duas denominações luteranas principais. Uma é a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB e a outra é a Igreja Evangélica Luterana do Brasil – IELB, denominada por muitos agricultores como Igreja Missouri⁸⁹. Devido ao seu envolvimento no debate sobre os impactos decorridos da instalação do complexo florestal celulósico no Espírito Santo, em nosso trabalho de campo entrevistamos um pastor da IECLB e também integrante da Rede Alerta Contra o Deserto Verde. Este pastor ao explicar sua trajetória nos permite entender o papel que a igreja tem na organização dos agricultores:

Eu comecei a me envolver na questão com a Aracruz Celulose quando eu comecei a me envolver com a questão indígena (...). Nós tomamos conhecimento de que havia este povo guarani e tupiniquim através de indígenas que, de alguma maneira, nos procuraram, eu não sei bem mais como foi o primeiro contato. E aí algumas vezes eu visitei junto com minha esposa a aldeia, isso já depois de 1980, eu estava em Santa Maria. (...) Em 1980 eu saí da paróquia de Santa Maria e fui para o Pará. Trabalhei lá com pequenos agricultores, fui morar como um pequeno agricultor na região da Bragantina, no Pará. O nosso objetivo era ajudar para que os pequenos lavradores tivessem sindicatos que defendessem seus interesses. Então eu fui lá no Pará para aprender melhor como se fazia isso, porque lá tinha gente que fazia isso. Depois voltamos para o Espírito Santo, compramos uma pequena área de terra na região alta de Santa Maria. Ficamos uns 25 anos em Santa Maria. Eu, minha esposa e mais dois outros colegas também teólogos, nos fixamos nessa área e a partir de lá nós começamos o que nós chamamos de Pastoral da Convivência. Era um trabalho que a gente mesmo trabalhava na lavoura, e a partir do trabalho na lavoura nós discutíamos com os lavradores, sindicatos e na Igreja como fazer para que a situação eles mesmos assumissem, cada vez mais eles foram assumindo (PASTOR E.S, 2012).
(...)

E ali nós fomos para a terra, numa região bem rural junto com a minha esposa e mais dois colegas para uma propriedade que nós adquirimos e lá começamos a trabalhar na lavoura e ao mesmo tempo fazendo esse trabalho

⁸⁹ A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) é uma denominação protestante de base teológica luterana que faz parte da Federação Luterana Mundial. A IECLB é originária principalmente da imigração de alemães evangélicos luteranos, com formações das congregações suíça em 1819 em Nova Friburgo, RJ; e de alemães em São Leopoldo, RS; Blumenau, SC, em 1824; na cidade do Rio de Janeiro 1827; em Domingos Martins, ES, em 1846; e Ponta Grossa, PR, em 1877 (BARBOSA, 2012). Já a Igreja Evangélica Luterana do Brasil - IELB foi fundada em 24 de julho de 1904, em Rincão São Pedro do Sul, localidade próxima a Santa Maria-RS, como 15º Distrito da Igreja Luterana Sínodo de Missouri (LCMS) dos Estados Unidos da América (na época se chamava: 15º Distrito da *Deutsche Evangelisch-Lutherische Synode von Missouri, Ohio und andren Staaten* = Sínodo Evangélico Luterano Alemão de Missouri, Ohio e outros Estados). No Brasil, esse sínodo passou a usar, inicialmente, o nome de Distrito Brasileiro do Sínodo de Missouri, daí muitos agricultores ao indicarem sua denominação religiosa dizerem que são “Missouri”. Fonte: <http://www.comcristo.org.br/ielbedipa.php>. Acesso: jul. 2013.

pastoral e também o que a gente chamava antigamente de conscientização, era época do Paulo Freire. Ali nós ficamos um ano e meio, porque nessa época surgiu a possibilidade de uma eleição para presidente da CEASA. Como a região de Santa Maria, Domingos Martins e Alfredo Chaves eram muito importantes na produção de hortifrutigranjeiros, eu fui chamado para ser um dos candidatos. Eu resisti porque não era nosso objetivo assumir nenhuma função, porque eu já tinha saído de uma função, que era de pastor de paróquia, e não queria assumir novamente outra função em outra área. A insistência tanto de sindicatos como de trabalhadores foi demais, e até de colegas da própria Igreja, finalmente me levaram a aceitar ser um dos candidatos, eram quatro candidatos. Eu fui eleito. Santa Maria e Domingos Martins me elegeram com uma alta votação, talvez até por eu ter sido pastor. O mandato era de dois anos. Depois de dois anos e meio ainda na função houve nova eleição, eu me candidatei mais uma vez e acabei ficando cinco anos na presidência da CEASA. Neste tempo nós trabalhamos muito na região do interior e naquela região ali [serrana] foram fundadas associações de produtores. Eles fundaram essas associações com nosso apoio, a CEASA não tinha função nenhuma de formar associação, mas era o que nós queríamos. Então, por exemplo, teve associação em Pedra Azul, em Santa Maria foi fundada uma associação de produtores. Apoiamos a venda direta, a compra direta nos bairros aqui, em Vitória em hortigranjeiros, em Santa Maria né, com essa ligação direta, porque tinha muito intermediário ali naquele processo (PASTOR E.S, 2012).

Depois que eu saí do sínodo eu fui para Recife durante alguns meses e voltei para o Espírito Santo. (...) Logo depois eu entrei na Rede Alerta Contra o Deserto Verde. Nesse período eu assumi a paróquia da Serra, aqui em jardim Limoeiro, no município da Serra, e o município da Serra tinha comunidades justamente ali em áreas indígenas e em áreas da Aracruz Celulose. Então a gente estava não só mais longe, a gente estava diretamente envolvido na região (PASTOR E.S, 2012).

Foi essa trajetória assentada no estabelecimento de um modo de vida semelhante ao local, onde se destaca o trabalho na agricultura, que permitiu ao pastor e a Igreja Luterana uma aproximação e um reconhecimento dos agricultores da região serrana do Espírito Santo. Este reconhecimento, que culminou na eleição do pastor para a presidência das Centrais de Abastecimento do Espírito Santo – CEASA atesta a influência desta denominação religiosa junto aos agricultores.

A partir dessa aproximação o pastor, juntamente com sua equipe, encontrou legitimidade para expor suas críticas no momento de implantação do programa de fomento florestal na região. As críticas da Igreja em relação ao fomento florestal consistem, justamente, naquelas lembradas pelo agricultor no depoimento apresentado anteriormente. Estas eram realizadas não apenas nos momentos dos cultos, explica o pastor, mas também por meio do trabalho de base em grupos, ou pela elaboração e distribuição de documentos e cartilhas.

Nós estávamos todos juntos. Todos não, mas parte dos pastores que trabalharam nessa área [região serrana], o pastor Vitório Kraus, já falecido,

nós mesmos, a esposa do pastor Vitório e outras lideranças da Igreja e outros pastores se posicionaram, o pastor Valdir de Domingos Martins. Se posicionaram porque viram que essa seria a exploração indireta muito bem tapeada, muito bem por baixo dos panos, muito bem escondida e que muitos estavam entrando até porque viam isso como uma solução para a situação precária que eles estavam vivendo (PASTOR E.S, 2012).

Nós elaboramos cartas e documentos, isso era feito em grupos, na grande parte do tempo nós trabalhamos em grupos, grupo das mulheres, grupo dos homens, grupo de famílias onde se reuniam algumas famílias e nos cultos, nas pregações. Eu, por exemplo, nunca tive medo de falar sobre eucalipto nas pregações, porque a pregação não era pra ser sobre o céu, porque Jesus já conquistou o céu para nós, agora é preciso exercer aqui essa liberdade que ele nos deu para que haja liberdade aqui (PASTOR E.S, 2012).

O pastor também destaca o papel da Igreja Católica na organização dos agricultores de base familiar no Espírito Santo, bem como na crítica ao fomento florestal.

Nós começamos junto com a CPT, que é a Comissão Pastoral da Terra, na época estava ligada à Igreja Católica no estado, junto com outras entidades, a fazer essa movimentação para esclarecer e ao mesmo tempo não permitir que os agricultores entrassem cegamente [no fomento florestal] (PASTOR E.S, 2012).

Apesar de sua legitimidade, o apoio à opinião da Igreja Luterana em relação ao fomento florestal não foi unânime entre os agricultores da região serrana. Para o pastor isso ocorreu justamente, porque os agricultores, frente a uma condição de crise devido à ausência de políticas públicas, viam o programa como uma forma de resistirem no campo.

Quando você passa por dificuldades e não tem alternativa, porque o governo do Estado do Espírito Santo, antes não tinha nenhum programa para eles [os agricultores], então ali surgiu um programa, uma alternativa, e essa alternativa foi pega com alegria. Foi uma alternativa pra eles saírem daquela situação, permanecerem na terra, mas ao mesmo tempo ganharem alguma coisa para viver ali (PASTOR E.S, 2012).

Corroborando com a fala do Pastor E.S, um agricultor que já foi integrado destaca que para muitos agricultores, a oportunidade de financiamento para a produção e a comercialização garantida consistem dois dos motivos que influenciam na decisão do agricultor de produzir eucalipto a partir do fomento florestal:

(...) Todo mundo vai entrar hoje pensando no dinheiro, se hoje você plantar 100 mil pés de eucalipto eles não vão te dar 100 mil reais. Eles dão 50 mil, 60 mil de entrada, e eu tô precisando desses 60 mil, inclusive eu já discuti

muito esse caso aqui. A Aracruz entrou com esse programa de fornecer dinheiro para o produtor, sendo que o governo poderia fornecer dinheiro também para a produção de alimentos, mas não faz. Então o que acontece é que a Aracruz entra e fornece dinheiro, o pessoal da roça precisa de dinheiro mesmo, talvez está apertado com as coisas, precisa do dinheiro e pega. No final eles nem se importam se vai tomar lucro ou prejuízo. Talvez a gente pense no lucro, mas dá prejuízo. Se o governo fornecesse essa renda pra gente... também seria uma beleza garantir o preço da mercadoria. Por acaso, se garantisse o saco de feijão hoje a 100 reais, dar dinheiro pra plantar tudo e toda a produção eles compravam, pra nós seria uma beleza. Se fosse plantar banana, segurava a R\$ 5,00 a caixa de banana, toda a sua banana é minha e eu te dou o dinheiro pra plantar, cana, o que viesse pra frente, hoje a produção seria muito mais alta e teria muito mais alimento pro povo e hoje o preço poderia estar mais barato (C.B, agricultor ex-integrado).

Diante da convicção de alguns agricultores em relação aos benefícios que o fomento florestal poderia trazer tanto para a sua família, quanto para a região, em determinados espaços as críticas da Igreja Luterana ao programa foram vistas com desconfiança e rebatidas com um pedido direto e claro de criação de alternativas produtivas de geração de renda no campo. Para o pastor, em muitos casos, a reação dos agricultores à crítica da Igreja foi mais acentuada que a reação da própria Aracruz Celulose S/A:

Nesse período então que foi até 1997, 1998, por aí, esse foi um período em que a gente sentiu mais a reação dos pequenos lavradores do que a reação da própria Aracruz. Os pequenos lavradores estavam convictos de que o eucalipto era a solução. Recebemos cartas dizendo: *“Por que vocês não criam empregos pra gente ou facilitam a vida da gente?”*. Naturalmente, ajudamos outros a se manterem na terra com a cultura tradicional, que era a de alimentos e hortigranjeiros, isso também teve, mas teve reações de alguns que disseram: *“Poxa vida, mas nós queremos sair da nossa situação ou vamos para a cidade”*. Era difícil, nós víamos alternativa. Podíamos dizer *“não plante eucalipto”*, mas se estavam oferecendo benefícios, por que não plantar eucalipto? Alguns, de fato, começaram a plantar eucalipto, então teve uma série de lavradores que plantaram eucalipto (PASTOR E.S, 2012).

Atualmente, o pastor mantém sua posição contrária ao fomento florestal, uma vez que vê no programa uma forma escamoteada da empresa expandir seu raio de atuação:

Esse programa tenta contornar o problema da monocultura aqui nesses municípios, por exemplo, no norte do estado, como São Mateus e Conceição da Barra que está com mais de 70% já ocupado [com eucalipto]. Eles não podem plantar dentro da cidade né, então eles estão fazendo isso nessa região onde eles tentam fugir daquilo dali, onde as pessoas veem que não dá mais. É uma forma de se expandir. Diretamente eles fornecem a planta, fornecem o veneno e só se comprometem a comprar pelo preço que eles fazem. Pelo que

eu sei até hoje é assim. O pequeno lavrador precisa cuidar, espera lá cinco anos, ou seis, ou sete, precisa cortar e precisa transportar até o local que eles determinam (PASTOR E.S, 2012).

O representante da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, do Centro de Estudos e Pesquisas para o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia- CEPEDES⁹⁰ e do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais- WRM⁹¹, também explica como o fomento florestal foi introduzido no Espírito Santo. Além disso, o entrevistado associa a introdução do fomento florestal ao momento de criação pela Aracruz Celulose S/A de novas unidades processadoras, bem como menciona a sua opinião a respeito do programa:

Bom, na questão do eucalipto no Espírito Santo a gente tem estudado um pouco como surgiu esse programa de fomento. Foi no governo do Albuíno, eu acho, o pastor E.S. vai poder contar bem porque ele acompanhou de perto isso. Houve uma resistência por parte do governo do estado para deixar a Aracruz ampliar, parece que aí surgiu essa ideia do fomento florestal. Então, a Aracruz foi meio forçada para continuar ampliando a partir do fomento. Foi naquela época que ela duplicou. A primeira fábrica foi em 1978, depois ela duplicou em 1989 e depois de novo em 2000, foi a fábrica C. Então, ela foi forçada, por isso tinha que entrar no fomento (W. O, 2012).

Assim como os estudiosos, cujo debate apresentamos no final do capítulo 3, W.O, também interpreta o fomento florestal como uma estratégia empresarial cuja finalidade é diminuir custos, driblar a dificuldade de aquisição de novas terras e concentrar-se na sua real finalidade que é a de produzir celulose e não eucalipto. Deste modo, em sua opinião, a tendência é a de que o fomento florestal amplie suas bases ao longo do tempo:

⁹⁰O CEPEDES é uma entidade civil sem fins lucrativos criada em 1991, por um grupo no extremo sul da Bahia. É composta por professores, sindicalistas, profissionais autônomos, estudantes e artistas. A entidade desenvolve ações relacionadas a preservação da Mata Atlântica, acompanhamento e formulação de políticas públicas no campo socioambiental, implantação de mecanismos de controle social, na educação e cultura regional, defesa dos direitos humanos. Fonte: <http://www.cepedes.org.br/quemsomos.php>. Acesso: jul. 2013.

⁹¹ Conforme o entrevistado, o WRM: *“foi criado num contexto que algumas instituições internacionais como o Banco Mundial, por exemplo, junto com a FAO (...), começaram a implementar programas de reflorestamento. Por exemplo, lá na Índia eram programas implementados de cima para baixo e o reflorestamento que eles estavam incentivando, na verdade, era plantar eucalipto. Então, alguns ativistas que faziam o trabalho de defender os povos da floresta e que trabalhavam com o desmatamento acharam necessário criar um movimento mundial que pudesse denunciar esses programas que vêm sendo implementados de cima para baixo, que não consideram as populações locais e os direitos sobre os territórios e principalmente seu papel na conservação das florestas, denunciando essas formas de reflorestamento que na verdade não era reflorestamento.*

Na verdade, o fomento dentro do capitalismo moderno é uma estratégia empresarial de conseguir reduzir custos, da empresa se concentrar em sua atividade principal, a atividade principal da Aracruz Celulose é fazer celulose pra vender para fora e pra isso ela precisa de matéria-prima aqui que é o eucalipto. Eu vejo que a tendência é que ela vai fazer mais fomento. E por que essa estratégia empresarial? Porque eles avaliam que isso é mais funcional, mais eficiente, isso é uma forma de você enquanto empresa conseguir ter mais lucro, ter menos problemas. Por exemplo, uma empresa de celulose tem que comprar 100 mil hectares de terra para abastecer uma fábrica de celulose hoje. Então, hoje você conseguir comprar 100 mil hectares de terra é mais difícil do que há 10 anos atrás, e vai ficar cada vez mais difícil, os aumentos dos preços de terra é uma coisa de louco, inclusive pela situação do agronegócio, em todas as regiões têm aumentado. Então cada vez mais se vê outras formas da empresa expandir, e o fomento florestal é uma delas. (...) E qual a vantagem que eu vejo pra uma empresa de celulose para terceirizar? Você terceiriza a responsabilidade do plantio, pelos possíveis prejuízos que você pode receber. A Aracruz tem sofrido no Espírito Santo muito prejuízo, o eucalipto tem pegado fogo, comunidades revoltadas têm cortado o eucalipto, isso tudo fica por conta da empresa. Se esses eucaliptos fossem terceirizados ela não precisa arcar com esse problema e aí vem uma outra vantagem: Você vê, o governo Lula tinha falado muito que essa era uma forma e o governo achava que a expansão devia acontecer e desconcentrar um pouco esse processo de expansão, que aí não fica só a Aracruz como grandes hectares de terra, ela não compra mais terras, agricultores e camponeses vão expandir o eucalipto e então você não vai ter essa concentração de terras que aconteceu até agora.

Em resumo, para W.O o ingresso no fomento florestal não oferece vantagens para o agricultor de base familiar, dentre outros motivos: 1) porque provoca uma dependência deste agricultor em relação à empresa, e 2) porque este agricultor dispõe de uma pequena área e depende da agricultura para garantir a sua subsistência, deste modo, não tem outra forma de obter renda durante os anos que a planta precisa se desenvolver, além dos adiantamentos oferecidos pela própria empresa. Segundo o entrevistado, muitos integrados solicitam o adiantamento, mas, no momento de colheita não tem como ressarcir a empresa do dinheiro que lhes foi adiantado.

Eu acho que traz uma baita dependência desses agricultores da empresa. Uma tendência é a de que os grandes agricultores conseguem ter um lucro dentro disso, com uma visão puramente empresarial da terra, a terra é para produzir e fazer lucro, mais nada. Eu acho que quem fica mais suscetível a ter prejuízo são os pequenos, porque pra eles terem um retorno disso eles têm que plantar bastante. Porque eles têm que bancar algumas coisas. Eu não sei se mudou a coisa, mas quando eu fui conversar com eles, eles tinham que bancar o corte, isso para um pequeno produtor que não tem muita experiência com essas coisas de eucalipto e tem que contratar alguém, esse alguém é um intermediário que vai cobrar caro, então já vai tentar explorar aquele produtor. E depois tem o transporte também. Aí gerou casos que o agricultor teve que vender seu café pra conseguir bancar ou pagar a Aracruz de volta. A Aracruz, obviamente, tenta seduzir os agricultores, então ela adianta pagamentos, então o pessoal pode comprar aquela moto, pode fazer algum investimento. Mas, o risco do pequeno agricultor é gerar essa dependência e abrir mão de plantios anuais como o feijão, milho, que não só sustentam a

família, garantem a questão da soberania alimentar, mas que também gera uma renda mais regular, porque o eucalipto tem que esperar e apenas na hora do corte que ele vai render.

Ademais, W.O considera o fomento florestal como uma maneira utilizada pela empresa para se desvencilhar dos conflitos decorrentes do monocultivo de eucalipto, bem como das críticas relacionadas à concentração fundiária, de modo a garantir a sua expansão. Aliás, como vimos no capítulo 4, ao analisar o depoimento do próprio coordenador de fomento florestal da Fibria, este é um dos motivos claros, dentre outros, que justifica a opção da empresa em desenvolver o programa.

Hoje a empresa tem (...) os conflitos no Espírito Santo. Hoje eles estão numa tática de não querer mais conflitos. Não é bom para a imagem, então montam essas equipes enormes que vão diariamente nas comunidades que tendem a ser mais conflituosas, para tentar ajudar a comunidade, tentar amenizar a possibilidade de conflitos. Fazem de tudo para o negócio continuar, continuar expandindo, não é por acaso (W.O, 2012)

Tendo em vista a introdução do fomento florestal na região serrana do estado o extensionista do INCAPER E.F, estabeleceu um estudo sobre a rentabilidade da atividade. Para tanto, comparou a rentabilidade oriunda da produção integrada de eucalipto com as de atividades já praticadas na região. Analisou também os impactos da expansão da eucaliptocultura para o emprego de mão de obra no campo. Neste estudo, o extensionista constatou a baixa exigência de mão de obra pela produção de eucalipto, quando compara-se tal produção aos demais cultivos agrícolas, especialmente os anuais. Deste modo, em sua perspectiva, o eucalipto apresenta-se como atividade rentável apenas aos grandes agricultores.

Fazendeiro de eucalipto que tem área de 100 hectares, o eucalipto é atividade legal pra ele, porque para cada real que ele emprega ganha dois e para cada dia que trabalha ganha R\$ 70,00. Agora para o pequeno eu digo que ele não tem como trabalhar na propriedade, porque se ele botar eucalipto em 3 ha ele vai trabalhar sessenta dias por ano e no resto fica a toa. Ele não vai ter talvez serviço para pegar. E outra coisa, se ele precisar vender a terra ele perde a terra e perde o emprego. Porque em Santa Maria teve uma época que a gente tava considerando 10 mil trabalhadores e tem 70 mil hectares. Se você precisa de 15 ha no eucalipto para fazer um emprego, então você tem 5 vezes mil hectares para 75 mil hectares. Então significa que se você botar eucalipto você só teria emprego para 5 mil trabalhadores, mas você tem 10 mil trabalhando lá hoje na roça. Então, 50% da mão de obra vai ter que se expulsa, no mínimo, se você não botar máquinas, não botar outras coisas. Então, se você colocar eucalipto na pequena propriedade ele vai perder a terra porque vai vender e vai perder o emprego porque não terá onde trabalhar (E.F, extensionista do INCAPER).

A descentralização da produção de eucalipto proporcionada pela integração entre agricultores e indústria, por meio do fomento florestal, de certo modo, contribuiu para o enfraquecimento do poder de ação dos próprios movimentos que se colocam contra a expansão da atividade no Espírito Santo, como os que W.O e o pastor E.S representam. Com a criação do fomento florestal estes movimentos se deparam com uma situação complicada, na medida em que o foco de suas ações, de certo modo, deve deixar de se centrar no complexo florestal celulósico para se voltar para a necessidade de convencer agricultores de base familiar a não se integrarem. Assim, o fomento florestal coloca um grande desafio aos movimentos sociais, cuja questão imposta é: a necessidade de realização de uma crítica ao programa fundamentada em alternativas de produção que sejam convincentes e viáveis do ponto de vista dos agricultores.

A introdução do fomento florestal na região serrana do Espírito Santo colocou preocupações não só aos movimentos sociais, mas também a diversos órgãos que atuam em diferentes setores, sendo um deles o Consórcio Intermunicipal de Recuperação das Bacias dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu - CSMVJ. De modo a vislumbrar as mudanças que a introdução da atividade causaria nas pequenas propriedades, tais como os possíveis impactos do eucalipto aos recursos hídricos da região, além de indicar para a empresa as perspectivas dos agricultores locais a respeito do programa, este órgão solicitou ao governo estadual, em caráter emergencial, a realização de um levantamento a fim de analisar “*a questão do fomento florestal em curso nessas bacias, no que diz respeito ao uso da terra*” (REZENDE, 1994, P. VII). A solicitação foi atendida, dando origem ao estudo “*Perspectivas para o Desenvolvimento Florestal nas Bacias dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu*”, realizado sob a coordenação de Sérvulo Batista de Rezende, por meio da Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária - EMCAPA e da Universidade Federal de Viçosa e publicado em 1994⁹².

Além de analisar as características geográficas e geomorfológicas da região, como condições de solo, recursos hídricos, índices pluviométricos, clima, etc., e as possíveis interações com o cultivo de eucalipto, Rezende *et al.*(1994) se ocuparam em observar a perspectiva dos agricultores locais acerca da implantação do fomento florestal, de modo

⁹²A EMCAPA vigorou no Espírito Santo até 1999, quando foi incorporada a Empresa de Assistência e Extensão Rural - Emater - ES, que gerou, inicialmente, a Empresa Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - EMCAPER, autarquizada em 2000, passando a denominar-se Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER (INCAPER, 2012).

a propor uma aproximação “harmônica” entre os mesmos e os empresários. Assim, em sua apresentação os autores explicam que o estudo:

Discute o desenvolvimento florestal sob algumas perspectivas, de forma a não interferir negativamente na produção de alimentos; evitar a emigração desorganizada para as zonas urbanas; estimular o desenvolvimento em harmonia com as necessidades dos pequenos agricultores e dos empresários (REZENDE *et al.*, 1994, p. XI).

Além disso, os autores destacam que em sua opinião, tendo em vista a pesquisa realizada, “*o desenvolvimento de um programa florestal pode ter limitações, segundo a perspectiva dos agricultores, dificultando o sucesso de iniciativas empresariais, que necessitem de uma ampla adoção de um fomento florestal junto aos mesmos*” (REZENDE *et al.*, 1994, p. XI).

Assim como o relatório da ECOTEC analisado no capítulo 4, Rezende *et al.*(1994, p. 2) advertem que “*o plantio de florestas comerciais, apesar da boa perspectiva existente, exige recursos muitas vezes não disponíveis ao pequeno produtor e, além disso, é uma atividade de retorno a longo prazo*”. Ao abordar as possibilidades de ingresso ou não dos agricultores da região serrana ao programa de fomento florestal, os autores observam que o processo de tomada de decisão dos agricultores em relação à introdução de qualquer atividade em sua área é orientado por um balanço criterioso sobre como aquela atividade irá interferir na organização de sua propriedade. Além disso, assinalam que antes de tomar uma decisão, o agricultor levará em conta a capacidade produtiva de sua família e a disponibilidade dos recursos existentes em sua propriedade, dentre os quais se encontram a terra, a água, a mão de obra e o capital. E mesmo com a disponibilidade desses recursos, na perspectiva dos autores, há um fator crucial para a tomada de decisão de um agricultor: o risco que a atividade pode oferecer a si e ao seu sistema.

Rezende *et al.*(1994) procuraram avaliar também a receptividade dos agricultores da região serrana ao fomento florestal. Com este objetivo questionaram alguns agricultores a respeito da possibilidade de cultivarem eucalipto em suas propriedades. As respostas ao questionamento são apresentadas no estudo. Como estas respostas nos dão uma ideia das interpretações que os agricultores tinham da atividade no momento de sua implantação e nos primeiros anos do fomento florestal, destacamos abaixo algumas delas:

“Plantar eucalipto só quando sobrar tempo”.
“O pessoal quer plantar em áreas pequenas, todo mundo quer plantar 0,5 ha, 1 ha e 2 ha, porque só tem áreas pequenas”.
“Pinus cortou uma vez, acabou, O eucalipto vive do tronco, não está proibido. Tem que apelar para o eucalipto.”
“Eu não planto porque eu tenho muita mata com madeira”.
“O eucalipto é bom para terra mais fraca. Estragar a terra boa com eucalipto é bobagem” (REZENDE et al., 1994, p. 24).

“Depois que o café não tem mais preço a roça morreu. Estou satisfeito com o eucalipto que plantei, mas estou um pouco arrependido de ter avançado um pouco com ele na parte mais cômoda do terreno (...), inclusive vou tirar o eucalipto daquela parte mais cedo para usar a área com outra coisa” (REZENDE et al. 1994, p. 26).

Os autores apontam que havia entre os agricultores a ideia de que o cultivo de eucalipto deveria ser introduzido apenas em regiões consideradas impróprias para a realização de outras atividades. Deste modo, a preferência era efetuar o plantio em pequenas áreas: *“As áreas preferidas pelos agricultores para a ampliação de seus florestamentos na Região Serrana do Espírito Santo são: os solos de baixa produtividade ou considerados impróprios para a agricultura (...) e áreas com pastagens”* (REZENDE et al., 1994, p. 24-25). Coincidentemente ou não, este foi o discurso que a própria empresa utilizou e ainda utiliza para divulgar o programa de fomento florestal. Aliás, a introdução do eucalipto em terras consideradas degradadas é tema frequentemente levantado nas publicações destinadas a divulgar o programa de fomento florestal, conforme o trecho destacado abaixo:

Estudos apontam que o território capixaba tem 600 mil hectares de terras degradadas, sendo a maioria ocupada com pastagens e samambaias, que poderão ter no plantio comercial de florestas a possibilidade de aumentar a renda da propriedade rural e, ao mesmo tempo, recuperar o solo (ARACRUZ CELULOSE S/A, 2004, p. 2)

Neste sentido, de modo a atenuar as críticas que colocam o perigo do cultivo de eucalipto substituir outras culturas, a empresa menciona em várias de suas publicações que só indica o cultivo de eucalipto por meio do fomento florestal para áreas consideradas degradadas: *“É claro que não defendemos o plantio de eucalipto em áreas onde podemos cultivar cereais e outros produtos nobres, mas, sim, em áreas com alta declividade, com baixa fertilidade, em pastagens degradadas etc.”* (ARACRUZ CELULOSE S/A, 2004, p. 15). O discurso assentado na existência de áreas fadadas à infertilidade, cuja solução seria apenas o cultivo de eucalipto – problema que em certos casos pode ser corrigido com alternativas e recursos presentes na ciência agrônômica –

apresenta-se como uma estratégia de convencimento utilizada pela empresa para que agricultores ingressem no fomento florestal.

Rezende *et al.*(1994) observam que ao ingressar no fomento florestal os agricultores locais teriam gastos significativos com mão de obra especializada e utilização de maquinário para a realização do corte e transporte da madeira até os galpões da empresa, já que a área possui grande declividade o que dificulta esse processo. As despesas com essa etapa, na época estudada, correspondiam a praticamente 70% dos custos de produção. Para o agricultor estas despesas poderiam, inclusive, inviabilizar a sua participação no programa. Apenas se a colheita fosse realizada com mão de obra própria, o cultivo comercial de eucalipto seria viável, já que dessa forma, pelos cálculos dos autores, os custos nessa etapa cairiam para 6% do valor total das despesas previstas para a cultura (REZENDE *et al.* 1994).

Conforme Rezende *et al.*(1994), diante dessas condições, naquela época não parecia haver predisposição, entre os agricultores locais, em substituir o cultivo praticado em suas áreas por eucalipto, mesmo nas áreas com pastagens. Isto porque, entre os agricultores prevaleciam os princípios da segurança e da autonomia, que para os mesmos só eram garantidos com a diversificação de atividades em sua propriedade. Neste sentido, os autores advertem que:

Para o pequeno produtor, submetido geralmente a uma situação de carência de recursos e baixa remuneração aos seus produtos, a segurança é preferencial ao risco. Portanto, é muito importante, por parte dos empresários, uma análise em maior profundidade, levando-se em conta as perspectivas acima delineadas e, até mesmo cautela, caso as empresas instaladas ou por instalar dependam de uma adoção muito ampla por parte dos agricultores quanto ao uso de suas terras com eucalipto (REZENDE *et al.*, 1994, p. 30).

O princípio da segurança, a garantia da subsistência da unidade familiar e a aversão ao risco são, justamente, aspectos observados por Scott (2011) e considerados capazes de fundamentar a resistência cotidiana dos agricultores. Como vimos na introdução da tese, o primeiro é chamado pelo autor de *safety-first* (segurança em primeiro lugar), o segundo de *risk-avoidance* (evitar o risco, ou procurar risco mínimo) e o terceiro fundamenta-se na noção de subsistência como uma exigência moral (*right to subsistence*). Estes pressupostos nos conduzem ao entendimento de que a racionalidade dos agricultores não pode ser explicada apenas pela lógica capitalista que orienta, por

exemplo, as ações de empresários como os do complexo florestal celulósico, mas, sobretudo, por um conjunto de valores econômicos, sociais e culturais.

Assim, se na lógica dos empresários do complexo florestal celulósico, no momento de implantação do fomento florestal, os agricultores ingressariam no programa e, tendo em vista a maximização de seus lucros, produziram o máximo de eucalipto possível, para os agricultores o que estava em jogo era a certeza da reprodução social de sua família. A necessidade dessa certeza fundamenta a aversão ao risco. Esta também é a perspectiva de Abramoway (1989) quando assevera que o agricultor prefere evitar o fracasso que pode arruiná-lo garantindo, dessa forma uma renda mínima, a ingressar em uma atividade arriscada de modo a obter uma maior renda. Portanto, segundo o autor, o agricultor só irá adotar uma atividade se esta não comprometer as atividades que garantem o sustento de sua família. Isso pode explicar, conforme Menezes e Malagodi (2009) a preferência dos agricultores por culturas tradicionais e formas de produzir conhecidas.

O plantio de eucalipto só era cogitado pelos agricultores caso fosse realizado em pequenas áreas e como apenas mais uma das atividades realizadas na propriedade, de modo a fornecer, principalmente madeira e lenha para o consumo local. Deste modo, na perspectiva de Rezende *et al.*(1994), somente existindo garantia de financiamento e preço é que poderia haver um aumento de respostas positivas dos agricultores locais ao cultivo de eucalipto via fomento florestal. Todavia, estas respostas não seriam tão eficientes como ocorrera com o café, atividade que facilmente era adaptada à pequena propriedade, no que tange, principalmente, a utilização da mão de obra e ao plantio consorciado.

Por fim, ao colocar estas questões Rezende *et al.*(1994) evidenciam como a possibilidade de realizar o plantio consorciado de um cultivo com outra atividade é importante para os agricultores, sobretudo, em uma região onde a maioria das propriedades é caracterizada como pequena. Este aspecto é capaz de fundamentar, inclusive, como demonstram os autores, uma resistência velada por parte dos agricultores ao sistema de integração agroindustrial na produção de eucalipto. Neste sentido, a alteração no programa de fomento florestal realizada pela Fibria – criando a figura do *produtor familiar*, cujo consórcio do plantio de eucalipto com outra atividade é exigido, ainda que isso seja possível apenas nos primeiros anos do cultivo, como vimos na no capítulo 4 – conforma-se em uma das estratégias para tentar atrair uma

maior quantidade de agricultores de base familiar para seu programa de integração e, de certo modo, driblar a resistência dos agricultores ao mesmo. Conforme vimos por meio de Scott (2011) na introdução da tese, as estratégias de resistência cotidianas, por serem descoordenadas, raramente são vistas como significativas, mas, na medida em que passam a ser assumidas por um grupo de agricultores são capazes, até mesmo de desestruturar uma política, influenciando, inclusive em sua reorganização.

Diante das manifestações contra a produção integrada de eucalipto realizadas, na região serrana do Espírito Santo, por atores dotados de legitimidade entre os agricultores locais, a exemplo dos segmentos religiosos, bem como das previsões a respeito das condições de aplicação do fomento florestal, na mesma região, apontadas pelo estudo realizado por Rezende *et al.*(1994), colocamos as seguintes questões: Por que muitos agricultores aderiram ao sistema de integração no cultivo de eucalipto, fazendo do mesmo uma importante estratégia para aquisição de matéria-prima por parte do complexo florestal celulósico? O que levou ou favoreceu determinados agricultores a resistirem ao processo de integração? Como os agricultores integrados atuam dentro do programa de integração? Na tentativa de responder estas questões analisaremos na seção abaixo, a partir de relatos dos próprios entrevistados, os motivos que conduzem a decisão de se integrar ou não a indústria fabricante de celulose.

5.2. Se integrar ou não ao complexo florestal celulósico? Motivações e desdobramentos

Como observamos acima, conforme Rezende *et al.* (1994), a maioria dos agricultores da região serrana do Espírito Santo, na ocasião de introdução do fomento florestal, não estava disposta a ingressar no programa. Havia uma suspeição em relação ao mesmo, devido aos riscos envolvidos na substituição das culturas tradicionais por uma nova atividade. Esta suspeição foi estimulada, sobretudo, pelas Igrejas locais e por movimentos sociais, que se colocaram contra o programa, por acreditarem que o mesmo traria prejuízo não só para os agricultores, mas também para o ambiente local. Havia também agricultores que viam no programa uma forma de driblar os problemas atravessados no campo, na medida em que acreditavam que com o mesmo teriam financiamento, mercado certo e lucro. Desta forma, sabemos que se por um lado, houve uma resistência ao programa, por outro, um número considerável de agricultores da

região ingressou no fomento florestal. Tanto é assim que Domingos Martins, como vimos, figura como segundo município em número de contratos de integração junto ao complexo florestal celulósico do Espírito Santo (Anexo 1).

Deste modo, interessa-nos aqui saber, dos próprios agricultores, os motivos que condicionam a sua opção ou não pela integração. Se considerarmos o plantio de eucalipto comercial uma atividade arriscada para agricultores de base familiar, torna-se fundamental sabermos em que condições a decisão pelo programa é tomada e qual a conjuntura que favorece a possibilidade de resistência ao programa. Com este intuito, passamos a análise de alguns casos. Explicaremos como se organizam a família e a propriedade dos entrevistados cujos relatos serão analisados, na medida em que acreditamos que estas condições, de certo modo, contribuem para o entendimento da opção tomada pelo agricultor de se integrar ou não ao complexo florestal celulósico.

A agricultora Dona M.S tem 49 anos, é viúva, possui dois filhos um de 15 anos e outro de 22 e reside na localidade Goiabeiras pertencente a Domingos Martins. Ao se indagada sobre sua profissão, ela se autodenomina lavradora, tal como seu filho mais velho. O mais jovem cursa o nono ano do ensino fundamental em uma Escola Família Agrícola – EFA, cujo sistema de ensino baseia-se na Pedagogia da Alternância. Assim, na semana em que está em casa também trabalha na agricultura. Cabe ressaltar que a maioria dos agricultores de base familiar de Domingos Martins, quando indagados a respeito de sua profissão, se autodenomina “lavrador”.

Dona M.S. possui uma propriedade pequena, de seis hectares, assim como grande parte dos agricultores da região, conforme ela mesmo explica: *“[as propriedades] são pequenas, na faixa de 6 hectares, 10, 14. Tem pessoas que tem propriedades maiores, com 30 hectares, 40, mas é só algumas”*. Na propriedade produz frutas, hortaliças e cria animais. As frutas são transformadas em compotas, por sua vez, comercializadas de porta em porta entre os moradores locais. Além do trabalho na agricultura, Dona M.S trabalha em uma pequena agroindústria de fabricação de produtos caseiros, pertencente à “Associação de Mulheres Esperança no Campo”, organizada por um grupo de agricultoras da localidade:

Tem a associação de mulheres em que nós produzimos produtos caseiros. Antes a gente já produzia, agora nós transformamos em uma associação, e tudo aquilo que eu sabia fazer eu estou passando pra elas. E aí a gente está adquirindo bens para a associação. Quando não tem outro serviço na lavoura a gente está lá. A gente produz biscoitos, pães, broas, doces, doces em barra, licores, vinhos. Tem umas que fazem tapetes (M.S, agricultora integrada).

Apesar das atividades que realiza em sua propriedade e de participar da agroindústria, Dona M.S é integrada ao complexo florestal celulósico há quase vinte anos. A agricultora conta que soube da existência do programa por meio de vizinhos integrados e da visita do técnico da Aracruz Celulose S/A à sua propriedade. Nesta época, sua propriedade também era cultivada com café e havia uma área destinada a pastagens. Diante da disponibilidade dessas áreas e da falta de financiamento para o desenvolvimento de outras atividades, a agricultora explica que decidiu se integrar e passou a cultivar eucalipto em cinco dos seis hectares que possui:

Já tem quase uns 20 anos. Nós e um outro vizinho fomos os primeiros a plantar. Soube por vizinhos que começaram a plantar e depois o agrônomo foi lá em casa para a gente plantar também. Nós tínhamos na época um pouco de café e uma área que era pasto, e aí a gente acabou plantando. A gente plantou mais por dificuldade, a gente não conseguia plantar outra coisa e também não conseguia financiamento pra plantar, então o que tinha nós pegamos. Estava numa propaganda que era bom negócio, então por isso que foi plantado (M.S, agricultora integrada).

A agricultora conta ainda que a decisão de se integrar foi influenciada pelo momento em que sua família vivia, marcado pela ausência de trabalho, uma vez que ainda não chegara o período de colheita do café: *“foi plantado numa época que não era colheita de café, quando não tinha outro trabalho. Tava faltando muito serviço, era muita dificuldade, aí a gente pegou pra plantar”*. O cultivo de eucalipto através do fomento florestal configurou-se, portanto, em uma estratégia para garantir o trabalho e a subsistência da família no campo. Em virtude do pequeno tamanho da propriedade, ao introduzir o eucalipto, a agricultora abandonou o cultivo de café: *“A gente ia plantar um pouco mais de café na época, aí nós pegamos e deixamos de plantar o café e plantamos eucalipto”* (M.S).

Na perspectiva da agricultora, ao ingressar no fomento florestal o integrado tem trabalho e dinheiro no primeiro ano do cultivo de eucalipto. Esta é a etapa em que o plantio precisa receber os maiores cuidados e que a empresa desembolsa os maiores adiantamentos financeiros. Deste modo, para Dona M.S, o cultivo de eucalipto só se apresenta como vantagem se o integrado se organizar para trabalhar em outras atividades, durante o crescimento do plantio, a exemplo da colheita de café:

(...) Quando você planta você tem serviço por um ano, naquele ano ali você tá trabalhando nele e recebendo aquele dinheiro que eles mandam pra você

formar a lavoura. Depois daquilo ali você pode trabalhar com outras coisas, trabalhar com lavoura de café. Depois com um tempo você volta e corta, então dá um dinheiro. (...) No primeiro ano você não podia deixar [o eucalipto] no mato, tinha que roçar, depois que ele dispara a crescer, você não tem mais trabalho não (M.S, agricultora integrada).

Assim, a agricultora acredita que muitos agricultores têm prejuízo com o fomento florestal ou porque não cuidam do cultivo, principalmente em seu início, ou porque não utilizam os adiantamentos fornecidos pela empresa para, realmente, investirem no plantio de eucalipto. Dona M.S explica que muitos agricultores utilizam o recurso adiantado pela empresa para o desenvolvimento de outras atividades, e assinala os riscos envolvidos nessa atitude, já que se o integrado tiver insucesso no plantio de eucalipto ficará com uma dívida junto à empresa, aspecto já destacado pelo representante da Rede Alerta contra o Deserto Verde anteriormente.

Eu acho que muita gente se dá mal com o eucalipto porque se a gente não cuidar dele assim que chega as mudas e não plantar logo, as mudas vão perder as forças de crescer. Se deixar no meio do mato também ele fica sem força pra crescer, então você toma prejuízo. Se você perder uma lavoura de eucalipto, você fica com dívida. Agora se cuidar bem da lavoura a pessoa não perde, porque ela cuidou bem e vai ter um retorno.(...) Tem muita gente que pegou o dinheiro pra plantar eucalipto, plantou e ao invés de cuidar do eucalipto não cuidava, pegava o dinheiro pra cuidar da lavoura, não cuidava da lavoura, eles compravam outra coisa com aquele dinheiro e ia trabalhar em outro lugar. Às vezes eles não colocavam as iscas de formiga direitinho, deixava no mato e por isso é que dava prejuízo (M.S, agricultora integrada).

Apesar de entender o fomento florestal como um bom negócio, atualmente Dona M.S possui apenas metade da área plantada com eucalipto através de contrato de integração. Segundo a agricultora, em virtude da legislação vigente, a empresa não permite mais que o integrado cultive a totalidade de sua propriedade com a planta. Diante disso, ela resolveu aproveitar a rebrota do antigo plantio e continuou a cultivar eucaliptos por conta própria em parte da área que antes era integrada.

Tem ainda do fomento, porque se a gente pegar e largar, o terreno vira uma capoeira e estraga. Eu só tenho a metade no fomento, o resto é por minha conta. A Aracruz também teve que diminuir pela metade, na época foi plantado 5 hectares, agora com eles não podem mais fazer contrato comigo com esses 5 hectares, são leis né, leis ambientais que não pode mais. Então eu plantei por minha conta, porque era broto né. Se eu fosse plantar café não ia dar, aí eu pensei em deixar essa lavoura, fazer só metade para a Aracruz e o resto eu vou cultivar e depois que eu cortar eu vou ver o que vou fazer (M.S, agricultora integrada).

Como veremos também em outros relatos de agricultores integrados, o cultivo de eucalipto de maneira independente, após a finalização de um contrato de fomento florestal, de modo a aproveitar a capacidade de rebrota da planta após o corte, tem se tornado comum entre os agricultores da região. Esta estratégia de condução do crescimento dos brotos das árvores recém-cortadas é conhecida na engenharia florestal como talhadia. Conforme Sixel (2008, s/p.) a utilização desse sistema é vantajosa por *“proporcionar menores custos na produção madeireira, produção de madeira de menores dimensões, dispensa de preparo de solo e aquisição de mudas, e ciclos de cortes mais curtos com antecipação de retornos financeiros mais rápidos”*. Portanto, com o método de talhadia, os agricultores antes integrados, não precisam da empresa para adquirir recursos necessários para a plantação.

Ademais, devido a permanência dos tocos das árvores após a colheita, torna-se dispendioso para os agricultores eliminarem totalmente o plantio. Assim, os agricultores mantêm-se na atividade, conforme podemos observar no relato de um agricultor ex-integrado *“Teve muitos que largaram a roça para cuidar do eucalipto, e agora não pode voltar para a roça porque não tem como mais. Tem que ficar no eucalipto”* (M.B, agricultor ex-integrado). Segundo Alonso *et al.* (2007, p. 146):

A destoca mecânica apresenta elevados custos financeiro e ambiental, e os tocos e raízes remanescentes, após o corte raso, podem causar danos a pneus e partes de máquinas e implementos utilizados no preparo do solo. A degradação natural de cepas e raízes é lenta em muitas regiões, permanecendo tal material praticamente inalterado por vários anos após o corte.

Conforme a publicação *“O Latifúndio dos Eucaliptos”* editada pela Via Campesina em 2006, o custo para destocar um hectare de toco de eucalipto, encerrado o ciclo produtivo, gira em torno de R\$ 6.000,00. Os problemas decorridos da permanência dos tocos do eucalipto na propriedade são uma preocupação comum a muitos agricultores. O tema, inclusive, é recorrente nas perguntas realizadas ao pesquisador Celso Foelkel, especialista reconhecido no cultivo, criador do Eucalyptus Online Book & Newsletter e de um site destinado a reunir informações técnicas a respeito da eucaliptocultura, onde também dissolve algumas dúvidas sobre a atividade⁹³. Apresentamos abaixo um desses questionamentos relacionados ao tema, presente no site:

⁹³ <http://www.eucalyptus.com.br/>

Pergunta nº: 78 (...) O que realmente me preocupa são as cepas ou tocos que sobram após o corte do eucalipto. Qual a profundidade aproximada que a raiz do eucalipto alcança? Já vi propriedades que haviam cultivado eucalipto e posteriormente viraram pastos. Notei que os tocos ou cepas demoraram para decompor até que o proprietário resolver arrancá-las... E realmente foi bastante trabalhoso e custoso.

Resposta por Celso Foelkel: (...) o sucesso está em sempre cortar os tocos rente ao solo, a cerca de uns 10 a 15 centímetros no máximo do solo limpo das folhas ou do mato, mas deixando esses 10 cm para que haja brotação pela casca. Não importa se o motosserrista disser que é impossível, arranje outro motosserrista, mas não o deixe cortar alto. Senão, como lhe disse, no segundo ou terceiro ciclos, vai ficar um cocuruto enorme e aí que entra a sabedoria ou "não sabedoria" popular, que não soube manejar as cepas⁹⁴.

A possibilidade de manter o cultivo de eucalipto sem depender do fomento florestal, somada as dificuldades de utilização da área para outras atividades, pode contribuir para a disseminação do plantio de eucalipto na região, uma vez que ex-integrados tem optado por manter-se na atividade. Além disso, já existe, entre os agricultores locais o entendimento de que há vantagens na produção de eucalipto se a comercialização da madeira for realizada em outros canais que oferecem preços mais atraentes que os estabelecidos pela empresa integradora, a exemplo das serrarias locais. A fala de Dona M.S destaca esse aspecto:

O preço da Aracruz é um só, mas, por exemplo, se eu estivesse devendo 10 mil para a Aracruz, e aí eu entreguei e deu pra cobrir a minha dívida com eles, eu posso pegar esse restante de madeira e vender pra uma serraria. Se você levar madeira grossa para a serraria você ganha mais, e na Aracruz não, o preço dela é tabelado. Então, você pode pegar a madeira mais fina e entregar para a Aracruz e a mais grossa vender pra uma serraria (M.S, agricultora integrada).

J.S também é integrado ao complexo florestal celulósico, morador da localidade de Perobas, se define como agricultor, mas assinala que também é aposentado. Possui duas propriedades: um sítio de 15 hectares que recebeu de herança e outro de 11 hectares, adquirido por meio dos rendimentos oriundos do cultivo de café, onde vive com sua esposa e um de seus filhos. Conforme ele mesmo explica:

De primeiro a terra era mais barata, e a gente foi trabalhando, lutando e comprando um pedacinho de um, um pedacinho de outro (...) na base da agricultura, plantando café, porque teve uma época que ele estava bom de preço. Depois de um tempo não valeu nada, mas hoje está bom" (J.S, agricultor integrado).

⁹⁴ www.eucalyptus.com.br/eucaexpert/Pergunta%2078.doc

Nessas propriedades o agricultor cultiva café arábica e planta eucalipto por meio de contrato de integração. Dada à quantidade de terras que possui J.S. é considerado, pelos demais agricultores, como um agricultor bem sucedido na região. O agricultor J.S. explica que decidiu ingressar no fomento florestal há mais ou menos vinte anos, para aproveitar uma área de pastagem onde o gado estava morrendo. Assim, introduziu o plantio de eucalipto, justamente, em uma área considerada degradada:

O primeiro plantio foi de 5 hectares”. “Tinha o gado, mas o pasto já estava velho e os morros não produziam grandes coisas”. “A gente aproveitou pasto velho, onde o gado estava morrendo, aí diminuí o gado e plantou eucalipto (J.S, agricultor integrado).

Se quando ingressou no programa o agricultor plantou apenas eucalipto de maneira integrada, atualmente, assim como dona M.S, cultiva também eucalipto de forma independente em parte de sua área, cuja possibilidade é comercializar a madeira nas serrarias locais:

Pesquisadora: Além do eucalipto que tem no contrato, o senhor cultiva mais de forma independente?

J.S: Tem.

Pesquisadora: E o senhor usa para quê?

Jair: No momento não sei, não foi colhido ainda. Tem a serraria que compra também (J.S, agricultor integrado).

O plantio independente de eucalipto, de forma paralela à produção integrada, apresenta-se como uma possibilidade do agricultor, futuramente, desvencilhar-se da empresa integradora. Assim, ao invés de fragilizar-se com o programa de fomento florestal, muitos agricultores se adaptam ao sistema e, posteriormente, usam as condições existentes a seu favor, sendo um exemplo, o plantio independente a partir da rebrota de uma área antes integrada. Esta área se converte então, em uma alternativa produtiva em relação ao sistema integrado. Já para a empresa integradora, ainda que o agricultor abandone o fomento florestal, a produção independente de eucalipto também é interessante, pois, diante de uma eventual necessidade de matéria-prima, existe a possibilidade de oferecer um preço competitivo para a compra da mesma, competindo assim com o mercado de madeira local.

Para introduzir o eucalipto em sua propriedade, J.R. optou por abandonar a produção de alimentos, como milho e feijão, mantendo apenas o cultivo de café: *“Milho e feijão, depois que começou a plantar eucalipto a gente não plantou mais, mas tem as*

lavouras de café”. A diminuição na produção de alimentos é uma consequência da introdução do fomento florestal comumente observada por agricultores da região. M. B, agricultor ex-integrado residente na comunidade de Ribeirão Capixaba, relata que até o momento da introdução do fomento florestal, em sua comunidade, havia uma produção de alimentos bastante diversificada, substituída então pelo cultivo de eucalipto.

O primeiro problema é o eucalipto que entrou na região e as pessoas pararam de produzir alimentos. Aí as pessoas produzem para o próprio sustento (...) coisa pouca e não dá pra vender. Aí as coisas vem de fora, e o que vem de fora tem valor e o daqui da região perde o valor. Quando a gente planta e está aquele preço enorme, a gente colhe pra vender e tem que dar quase de graça (...)

O rapaz [técnico da empresa] saiu andando pela região e até aquele momento todos os produtores plantavam, colhiam e vendiam muito bem, porque todo mundo colhia muito. Até o fomento não sair a comercialização era boa, porque se você plantasse feijão você vendia, se você fizesse farinha você vendia. Hoje se você colocar a farinha no saco e vender, você não vende, porque vem tudo lá de fora, industrializado e empacotado, eles querem aquela. O da gente aqui eles não querem. Isso aconteceu depois dessa plantação de eucalipto. Todo mundo inventou de plantar eucalipto porque tinha aquela promessa de dar dinheiro pra plantar e tudo, aí as pessoas deixaram de plantar as produções de alimentação. Aí começou a faltar lá na cidade, porque os que estavam plantando não dava para sustentar tudo, aí tinha que vir de fora. Agora o de fora, que é de grandes produtores, aquele tem valor, e os dos pequenos produtores não tem (M.B, agricultor ex-integrado).

Para o agricultor M.B, a diminuição da produção de alimentos decorreu da expansão do cultivo de eucalipto e esta foi acompanhada pela introdução de produtos com maior nível de beneficiamento naquela localidade. Isto porque, em sua perspectiva, com a entrada no fomento florestal, muitos agricultores deixaram de produzir alimentos como farinha de mandioca e feijão para cultivar eucaliptos para a indústria fabricante de celulose. Por conseguinte, para o agricultor, aquele alimento que era plantado para subsistência, e cujo excedente era comercializado, passou a ser adquirido nos mercados das cidades. Conforme o entrevistado, ao longo do tempo, os produtos embalados passaram então a serem mais valorizados pela população local. Ainda em relação à diminuição da produção de determinados alimentos e da redução da prática de algumas atividades devido à implantação, na região, da integração produtiva no eucalipto, assim como o M.B, o agricultor não integrado F.L, relata que:

(...) Onde plantou eucalipto acabou com o pessoal que criava gado pra leite, apesar de que o pessoal reclame que a região aqui não é uma região própria para se criar boi, produzir leite, mas nós precisamos ter isso na região porque é um fator que enriquece mais a região. No caso, diminuiu muito a questão de quem cria gado pra corte ou pra leite. A produção diminuiu também, as

produções de café ou de outros produtos que plantavam agora não plantam mais (...) (F. L., agricultor não integrado).

Ao avaliar o programa de fomento florestal, J.R. considera que o preço pago pela empresa pelo produto (madeira) não é muito alto, mas, entende que o programa “ajuda” na composição da renda do agricultor. Todavia, o integrado adverte que o agricultor não pode depender apenas de uma atividade, como o cultivo de eucalipto, a não ser que tenha uma quantia razoável de terra.

O preço não é aquela coisa que você diz que vai ficar rico, mas é uma coisa que ajuda, você não pode ter só eucalipto ou só café. A não ser que você faça 6 cortes, 6 plantios, todo ano planta um corte, aí tem madeira direto para cortar, aí depende muito da terra também. Quando você termina de cortar um, aquele outro lá já cresceu e você começa a cortar de novo (J.R., agricultor integrado).

Assim, para o agricultor integrado J.R., a vantagem de participar do programa de fomento florestal decorre, justamente, de não depender apenas dele. Este raciocínio é similar ao da agricultora integrada M.S, cujos relatos foram analisados anteriormente, e se aproximam também das conclusões apresentadas por Rezende *et al* (1994) quando constatam, ao analisar a receptividade dos agricultores da região serrana do Espírito Santo ao fomento florestal, que estes preferiam a segurança derivada da combinação de várias atividades agropecuárias tradicionais, ao risco de depender de apenas um cultivo ainda desconhecido, como o eucalipto comercial. A realização de outras atividades produtivas paralelas à produção integrada de eucalipto pode, neste caso, ser compreendida como uma estratégia de resistir dentro do próprio programa. Caso estes agricultores dependessem apenas da atividade silvícola integrada, estariam expostos às incertezas que uma atividade perene oferece, como por exemplo, a propagação de doenças fitossanitárias ou incêndios. Qualquer imprevisto deste tipo poderia comprometer, inclusive, a sua existência enquanto agricultor.

E.R. é outro agricultor que produz eucalipto por meio de contrato de integração. Tem 66 anos, é viúvo e tem três filhos, contudo apenas um deles trabalha na propriedade, que possui 45 hectares. Na juventude trabalhou no campo, no município de Linhares. Em virtude da crise do café ocorrida no estado, abandonou a zona rural e passou a trabalhar em Vitória.

Lá nessa região onde eu morava, até hoje ainda é escasso de emprego. Na época meu pai era quase considerado como fazendeiro, mas quando foi em

1962, deu uma quebra muito grande no café, e aí ele ficou em uma situação precária, teve que vender o sítio, aí nós começamos a sair. Umas irmãs minhas foram para o Rio de Janeiro e eu vim pra Vitória, Aí como aqui era pertinho, eu comecei a vir pra cá e comecei a ficar aqui. Aí eu conheci a mãe dele e me casei aqui, aí nós ficamos morando aqui (E.R., agricultor integrado).

Em seu estabelecimento, além de eucalipto, E. R. cultivava café. O agricultor conta que decidiu ingressar no fomento florestal em 2003, devido a uma queda no preço do café e em função da dificuldade de encontrar mão de obra para trabalhar na atividade, já que é idoso e possui apenas um filho que trabalha em sua propriedade. Deste modo, para manter as atividades agrícolas em sua propriedade, decidiu se integrar. Para tanto eliminou o cultivo de parte de sua área e introduziu o eucalipto:

O primeiro plantio [de eucalipto] que eu fiz foi em 2003. Nessa época eu tinha 60 mil pés de café. Aí o café deu uma queda de preço, foi difícil arrumar gente pra tocar aquelas lavouras, começou a dificultar com gente pra trabalhar e você pagava pra trabalhar e depois não tirava o dinheiro. Aí eu tinha uma lavoura mais velha e decidi plantar dentro dessa lavoura (E.R., agricultor integrado).

Na opinião de E.R. o cultivo de café é financeiramente mais vantajoso que a produção integrada de eucalipto. Nesse sentido, o agricultor avalia que sua renda diminuiu ao optar pelo fomento florestal. Todavia, em sua perspectiva, para que o café gere a renda esperada, a exigência de mão de obra é maior, fator escasso na região atualmente. Desta maneira, por um lado, considerando a diminuição do preço da saca de café e, por outro, o encarecimento da mão de obra, decorrente da diminuição na disponibilidade, E.R. optou pela produção integrada de eucalipto em parte da propriedade – diga-se de passagem, que o cultivo silvícola ocupou somente a área dos piores cafezais, aqueles que estavam tornando-se improdutivos e com brevidade deveriam ser substituídos, o que acarretaria custos ainda maiores. Nesse sentido, para E.R., a eucaliptocultura integrada configura-se em uma estratégia de permanência no campo, em outras palavras, em uma estratégia de resistência.

(...) O café gera mais lucro. Só que o café necessita de mais pessoas pra trabalhar e mais investimento. O produtor tem que estar bem situado, com a situação financeira boa, porque, se na época que eu tinha 60 mil pés, eu tivesse gente pra sempre tocar aquilo ali e conservar, seria melhor tocar o café do que colocar eucalipto, mas aí não tava achando gente, aí a gente plantou eucalipto e deu um pouco pra trás. Diminuiu a renda (E.R., agricultor integrado).

Como já salientamos, ao introduzir o eucalipto, assim como os demais integrados, E.R escolheu uma área considerada degradada e, neste sentido, é enfático ao afirmar que é inviável realizar o plantio de eucalipto em solos com melhores condições edáficas, onde é possível cultivar produtos de maior valor de mercado:

(...) O eucalipto você tem que cultivar em uma área que você não consegue cultivar outra coisa, um terreno mais acidentado. Eu tinha café num terreno acidentado, então eu cultivei eucalipto. Se você for botar o eucalipto em terreno bom aí não compensa não, porque no terreno bom com outra cultura você produz muito melhor (E.R., agricultor integrado).

Diante de sua avaliação negativa em relação ao fomento florestal e de sua idade avançada, E.R, assinala que não pretende renovar seu contrato com a integradora: *“Não, eu não tô pretendendo não. Eu já estou de idade, e se a gente não olhar as nossas coisas sempre o negócio não funciona. Se você deixar um pouco pra lá, quando chega lá a formiga comeu tudo e o técnico chama a atenção mesmo”*.

Assim como E.R, o agricultor integrado e técnico agrícola J.R, de 38 anos, proprietário de um sítio de 11 hectares onde vive com sua esposa e duas filhas, decidiu utilizar uma área considerada degradada para introduzir a produção integrada de eucalipto. Conforme ele mesmo explica: *“era uma área que já estava degradada mesmo, eu plantei por causa disso”*. *“Foi o recurso de uma área que não estava dando retorno nenhum, então foi uma opção de serviço, uma opção de renda”*. Todavia, o agricultor afirma que ao finalizar o contrato de integração vigente, abandonará a atividade em função do desejo de possuir uma propriedade mais diversificada. Além disso, em sua perspectiva, assim como na perspectiva de outros agricultores, cujos depoimentos analisamos, o fomento florestal torna-se lucrativo apenas para quem tem uma maior disponibilidade de terras:

Não pretendo renovar agora porque eu quero diversificar a propriedade, se eu tivesse mais área eu plantaria novamente. [O fomento florestal] é um bom negócio pelo fato de ser uma poupança a longo prazo. É um investimento em que você não tira dinheiro do bolso, eles pagam você para fazer tudo e, se você cuidar direitinho, é um bom negócio. Hoje se eu tivesse mais áreas eu plantaria sem medo de errar, mas, minhas áreas estão limitadas. Isso é bom pra quem tem mais terra, porque aí faz uma plantação acasalada, fazia uma programação e no caso quem tem muita área plantaria 10 hectares todo ano. Aí depois de 6 anos você começaria a cortar e não pararia mais (J.R., agricultor integrado).

O senhor P.S e a senhora J.S são casados e se identificam como lavradores. Possuem uma propriedade de 22 hectares que na localidade de Paraju, fruto de uma herança deixada pelos pais de P.S. Nesta propriedade vivem com um de seus filhos que tem 28 anos, também identificado como lavrador. Em sua propriedade produzem café, milho, feijão e eucalipto através do fomento florestal. O agricultor integrado P.S explica que souberam da existência do fomento florestal pelos amigos que residem na região: *“A gente tinha alguns amigos aqui perto que já estavam naquilo ali [no fomento florestal] (...) então a gente (...) achou que tava legal, um outro fez, achou que estava bom, e aí a gente entrou naquilo ali também e foi aprendendo* “(P.S, agricultor integrado). O casal decidiu ingressar no fomento florestal devido aos altos custos demandados pela lavoura de café: *“Só as condições do café era pouco, era muito gasto com o café, agora que está melhorando. Mas naquela época veio esse florestal e isso deu uma ajuda para o povo da roça e aí fez com que a gente entrasse nisso pra ver se melhorava um pouco”* (P.S., agricultor integrado).

Os agricultores fizeram o primeiro plantio em 2001 e na ocasião da entrevista estavam no segundo contrato de fomento florestal, possuindo 7 hectares ocupados com o eucalipto. Além do eucalipto contratado pela empresa, possuem uma pequena área com o cultivo, destinado ao consumo na propriedade. Assim, J.S. observa que para introduzir o eucalipto sua família utilizou as áreas de café menos produtivas, assim como, as áreas de pastagens degradadas:

Foi só um pouco do café porque era chapada né, era muito alto e gastava muito adubo, muita coisa. Então diminuiu um pouco dessas chapadas improdutivas de café e aí já servia para o eucalipto
A gente tinha também gado, mas não tava dando mais lucro porque tava acabando o pasto, então a gente plantou só no pasto (J.S., agricultora integrada).

Os agricultores observam que não é possível realizar o plantio de eucalipto de maneira consorciada com outro cultivo: *“Eu acho que não dá, mas tem uns pezininhos de café que na primeira vez dá, só quando tá pequenininho, mas depois que cresce não carrega mais, porque ele [o eucalipto] abafa, aí tem que ser sozinho”* (J.S., agricultora integrada). Assim, para a agricultora, caso o agricultor tenha condições de praticar outras atividades agrícolas, talvez não seja vantajoso o ingresso no fomento florestal:

(...) Depende muito do que essas pessoas estão tocando na vida, às vezes a pessoa tem muita terra, talvez ele tem muita condição de ter um cafezal, gado ou outras atividades. Então se essa pessoa já está tocando aquilo ali, pra ele

entrar no fomento talvez não vai dar certo, mas nós que mora nesses lugares de muito morro para o fomento foi bom (J.S, agricultora integrada).

A partir dos depoimentos acima, mais uma vez percebemos que, para os integrados, o eucalipto consiste em uma estratégia produtiva utilizada apenas quando: 1) há uma considerável disponibilidade de terras; 2) os custos da atividade, até então desenvolvida, tornam-se maiores que a renda dela provinda, inviabilizando a manutenção da atividade; 3) há baixa disponibilidade de mão de obra, encarecendo os custos produtivos; 4) as condições físico/químicas do solo são desfavoráveis a cultivos mais rentáveis, como café; 5) uma associação de tais condições. Ou seja, quando a família acredita que determinada área da propriedade não oferece condições de se produzir nada além do eucalipto. Na maioria das vezes, os integrados de Domingos Martins cultivam eucalipto em antigas áreas de pastagens, já degradadas; ou em áreas com alta declividade. Podemos perceber que, por um lado a existência da crença que determinados solos são impossíveis de ser recuperados – e assim, a impossibilidade da realização de qualquer outra atividade produtiva nestas áreas – associada, por outro, à necessidade da manutenção de alguma atividade produtiva nas mesmas áreas consideradas degradadas – para a manutenção da própria família no campo – torna o fomento florestal uma estratégia viável de complementação de renda. Esta também é a constatação do extensionista do INCAPER E.F.:

O agricultor familiar percebe que não pode plantar eucalipto na terra que ele precisa pra ter outras atividades, em que ele precisa gerar emprego pra família. Ele plantou eucalipto naquele lugar mais difícil de ter a horta. Lá no morro, onde ele tinha área que não ia dar conta de fazer horta, lá ele plantou o eucalipto. O agricultor não plantou eucalipto na área de produção agrícola. Eles fizeram naquelas áreas onde ele tinha a possibilidade de ter o eucalipto e ter uma produção outra (E.F, extensionista do INCAPER).

Ao entendermos que mais importante que o cultivo de espécies arbóreas exóticas para a produção de celulose, é a produção de alimentos; 1) partirmos do pressuposto – como os próprios agricultores avaliam – que há atividades que possibilitam melhores retornos financeiros e empregam mais mão de obra que a eucaliptocultura; 2) percebermos a disposição dos agricultores em realizar outras atividades, sendo o cultivo de eucalipto, para eles, o último recurso para não abandonar determinadas áreas; 3) podemos considerar fundamental a realização de políticas públicas destinadas tanto a recuperação dessas áreas consideradas degradadas, quanto a criação de possibilidades

de inserção de cultivos em solos de maior declividade, comumente, cultivados com eucalipto, de modo a permitir o desenvolvimento de atividades produtivas consideradas mais rentáveis.

Destacamos alguns depoimentos de modo a apresentar os fatores que conduzem os agricultores a se integrarem, bem como os desdobramentos desta decisão. Na medida em que as justificativas, experiências e depoimentos se repetem, j não ser necessário ilustrar estes aspectos com os demais relatos colhidos. Ressaltamos, todavia, que a saída do programa de fomento florestal nem sempre se configura em uma decisão tomada de forma pacífica pelo agricultor. Em certos casos, o abandono do programa se torna um processo conflituoso, de confronto direto com a empresa, confronto este organizado a partir de um discurso ou transcrição pública, para utilizar um termo cunhado por Scott (2000).

Este foi o caso de C.B, agricultor ex-integrado que entrou em conflito com a empresa integradora ao constatar que não conseguiria produzir a quantia de madeira esperada pela mesma. C.B tem 44 anos, se autodenomina lavrador e possui três propriedades, uma de 10 hectare, uma de 4 hectares e outra de 18,5 hectares, recebida de herança, e localizada na comunidade de Ribeirão Capixaba, onde vive com sua esposa e seus dois filhos. Em suas propriedades tem uma produção bastante diversificada, sua família cultiva alho, milho, feijão, inhame, laranja, gengibre, café e eucalipto que sobrou do único contrato de integração que participou: *“Eu tenho ainda uns 2.500 pés lá atrás que sobrou do fomento, mas hoje eu deixo ele lá, não vou cortar pra negociar mais, é madeira para meu gasto”*.

Quando perguntado sobre como descobriu o fomento florestal o agricultor responde que: *“eles é que descobriam a gente. Vieram aqui”*. *“Quando ele [o eucalipto] chegou aqui veio o cara que trabalhava com o fomento, de Araguaia, veio aqui e até o meu pai plantava”*. C.B explica que seu irmão começou a participar do programa de fomento florestal, posteriormente este irmão propôs que também utilizasse parte da propriedade para cultivar eucalipto de maneira integrada. *“Há uns sete anos atrás nós plantemos. Primeiramente, o meu irmão plantou, depois ele pediu pra plantar aqui atrás, então eu disse que era pra gente fazer um corte só, nós três, aí nós fizemos um corte juntos”*.

O agricultor e mais dois irmão introduziram a produção integrada de eucalipto em 8 hectares. Todavia, no momento de colheita do eucalipto C.B percebeu que a

quantia de madeira que possuíam não correspondia à quantidade de madeira esperada e exigida pelo contrato de integração. Diante dessa constatação, o agricultor resolveu procurar o técnico de fomento florestal da empresa, para realizar uma possível negociação. Ele explica, contudo, que o técnico, a princípio, não aceitou a proposta e informou que o agricultor deveria arcar com o prejuízo através do pagamento e uma multa, prevista inclusive, em contrato:

O eucalipto que foi especulado em 1.400 metros [cúbicos] só chegou a 700 metros. Depois quando eu vi que o prejuízo ia ser grande, eu tive que ir lá e discutir. Eu fui lá negociar com esse tal de E. [técnico da empresa], e ele não me atendeu bem, mas aí eu dei uma prensa nele, isso foi em 2008. A gente tava plantando eucalipto, o eucalipto dando prejuízo, eu tirei 100 metros de eucalipto e sobrou R\$ 100,00 pra mim. E a gente tirando o eucalipto e vendo que não ia dar. Se não desse a gente tinha que pagar multa. Eu falei com meu irmão que ia dar prejuízo pra nós, Aí eu fui atrás do E., mas eles não gostaram não (C.B, agricultor ex-integrado).

Segundo o agricultor, só no momento em que ameaçou publicizar os problemas decorridos do cultivo de eucalipto e a sua experiência negativa com o fomento florestal que o técnico da empresa resolveu procurar uma solução para seu problema:

Eu fui negociar com o E. e ele estava na frente do computador, aí eu disse: “E., eu quero falar com você? É porque meu eucalipto lá tá péssimo, não vai dar o que você tá querendo, de jeito nenhum. Vamos ver o que nós faz aqui?”. Daí ele mexeu lá e disse: “O que está nesse computador aqui ninguém tira”. Eu disse: “Bom, não tira mesmo não, é difícil tirar porque computador não foi feito pra mão de homem. Mas então tá bom, se não tira, eu vou pra rua fazer um jornalzinho e colocar isso aqui no jornal”. Ele levantou, eu fui saindo e ele veio atrás de mim falando: “Peraí que nós vamos conversar”. Ele sentou lá e me chamou de volta, eu voltei, conversemos lá, ele perguntou: “O que você quer?”. Eu disse: “eles mediram o eucalipto em 1.400 metros e não vai chegar nem a 700 metros, o eucalipto não tá dando nada, o eucalipto não vai dar nem 700 metros, isso se chegar a 700 metros”. Nós estávamos devendo 110 metros a Aracruz ainda. Daí ele perguntou o que eu queria. Eu tava querendo esse caminhão aqui em cima, que era a minha parte. Meus irmão tinham dois caminhões pra trás, eles viram que estava imprensando muito lá embaixo e eles ficaram com medo. Eu disse pro E. que: “eu tava pensando em negociar esse caminhão com vocês e mais dois caminhão e morre aqui”. Aí ele liga pra cá, liga pra lá, e eu lá esperando. Liga lá para a Aracruz. Eu ia colocar no jornal, que história é essa de que no computador ninguém tira? Eu fui devagar com ele e consegui eliminar ele. Ele ligou pra lá e disse: “Então tá bom, nós fecha o negócio aí então”. Ele veio aqui em cima, tirou retrato, veio aqui atrás de mim, meus irmãos se esconderam dele na hora que ele veio, disseram: “Oh! O E. tá aí atrás de você”, eu conversei com ele ué, de homem pra homem, não tem problema. Ele viu e disse que o eucalipto realmente tava ruim mesmo (C.B, agricultor ex-integrado).

C.B explica que diante do fracasso do plantio chegou a ser acusado de desvio de madeira. Caso a empresa não aceitasse o acordo, além de divulgar o ocorrido em um jornal que pensava em distribuir para os agricultores da região com o auxílio do MPA, o agricultor tinha a intenção de processá-la.

Eu acho que foi 560 metros pra ele e o resto eu não entreguei mais não, porque eu até falei com ele no começo da conversa: *“Bom, eu vou embora, vou vender meu café e vou mandar a madeira tudo pra você, vou pagar todo o prejuízo que a madeira vai me dar, porque a Aracruz é uma empresa pobre, eu sou um cara rico e não vou deixar ninguém no prejuízo, eu rico desse jeito e a Aracruz pobrezinha do jeito que ela é né?”* Eu ia fazer o jornal. Eu tenho o movimento do MPA, um movimento com mais de 300 pessoas aqui em Domingos Martins, eu queira fazer o jornal pra não acontecer com mais ninguém (C.B, agricultor ex-integrado).

Para C.B., a conflito com a empresa deveu-se a ineficiência na assistência técnica prestada pela mesma, uma vez que, durante as visitas de fiscalização do plantio o técnico media apenas os troncos mais grossos da plantação e, a partir dessa medição, fazia a projeção da produção. Para ele, seria de obrigação da empresa a fiscalização adequada do plantio e a previsão de problemas como o ocorrido em sua plantação.

Eles cataram só os paus grossos, os fininhos eles deixaram pra lá e agora que tá faltando madeira, vocês vão dizer que eu tô roubando madeira? Eu tenho quem prove que não foi desviado nenhum caminhão de madeira. (...) Como eu fui mais esperto que ele, se ele não rejeita ali eu ia entrar na justiça e ele tinha que pagar os outros metros que faltou, porque eles que botaram no contrato e eles fiscalizaram o eucalipto todinho. Se eu entrasse na justiça ele tinha que pagar o resto pra mim ainda. Eu disse: *“Você tá sabendo disso não tá?”*, ele ficou bem quietinho (...) Mas ai eu resolvi tudo, não fiquei no prejuízo (C.B, agricultor ex-integrado).

A partir dessa negociação conflituosa, o agricultor C.B, optou por sair do fomento florestal e avalia que o programa não traz nenhum tipo de vantagem para o agricultor: *“é ilusão, porque não dá dinheiro. Dá dinheiro para a Aracruz, dá dinheiro pra quem corta, agora pra quem planta não dá dinheiro, dá prejuízo”*. Deste modo, segundo agricultor, se fosse hoje, ele não abriria mão da gestão de sua propriedade para a empresa:

Uns falam bem e outros falam mal. Eu não falo nem bem nem mal, mas se fosse hoje eu não fazia. Hoje na área que eu produzia eucalipto eu criava um boi. Não dá dinheiro. Você trabalha em cima do lucro, mas se eu tenho a propriedade minha, eu não dependo da Aracruz pra mandar eu trabalhar em cima dela.

Nem todos os agricultores integrados que passam por problemas semelhantes ao de C.B conseguem negociar suas dívidas junto à empresa integradora. Assim, para saldar a dívida com a empresa, conforme informações colhidas durante o trabalho de campo, muitos agricultores que assinaram o contrato de integração acabam vendendo suas propriedades. Deste modo dentre os efeitos da disseminação do cultivo de eucalipto através da integração produtiva, percebido por diversos agricultores em Domingos Martins, encontra-se a venda de diversas propriedades na região para pessoas, consideradas pela população local como “*gente de fora*”: “(...) *hoje apareceu mais gente de fora, gente que a gente não conhece* (J.S., agricultor integrado).”

Hoje em dia muita gente vendeu terra pra plantar eucalipto, ou plantou à meia, e hoje eu tenho visto famílias aqui que caiu 80 por cento por causa do eucalipto, a gente até trabalhava com um rapaz aqui que vendia 400 sacos de café por ano e hoje ele não tá colhendo nada de café, vendeu tudo e depois encheu tudo de eucalipto, não tem boi pra vender mais, não tem mais nada. Aquele foi mais de 80 por cento que ele caiu de produção, de vida e de tudo. Quando eu casei eu era fraco mesmo, trabalhava e ganhava bastante dinheiro com ele, era muito bom. Ele encheu o terreno todo de eucalipto e vendeu o terreno (C.B, agricultor ex-integrado).

Assim, segundo L.L, representante do MPA da região serrana, há agricultores integrados que optam por vender suas propriedades para pessoas que buscam Domingos Martins como um espaço de lazer, como forma de saldarem suas dívidas com a empresa. Assim, o representante do MPA assinala que é muito comum encontrarmos nos classificados dos jornais e de imobiliárias, anúncios de venda de sítios em Domingos Martins, acompanhados da descrição de que a área é propícia para o cultivo de eucalipto ou então de que já contém o plantio, a exemplo dos anúncios abaixo.

Sítio - ST0073		2252 visualizações
Tamanho:	3 hectares	Características: - Lindo sítio 03 hectares, 01 casa, frente com asfalto, córrego, baixada, café, eucalipto, luz, excelente para lazer. Valçor promocional por pouquíssimo tempo, não perca, agende uma vizita agora mesmo! Consulte-nos o preço.
Preço:	R\$ 0,00	
Cidade:	Marechal Floriano	
Sítio - ST0125		1508 visualizações
Tamanho:	6 hectares	Características: - Sítio de 06 ha em Melgaço, boa topografia, mata, nascente, casa com 03 quartos, área para churrasco, 4.000 pés de eucalipto (rebrotas), gramado, uma linda vista, local com muita tranquilidade e com apenas 3 km de chão. O proprietário já fez o primeiro corte do eucalipto, agora está na primeira rebrota e vende tudo por R\$ 125.000,00..
Preço:	R\$ 125.000,00	
Cidade:	Domingos Martins	
Sítio - ST0025		2111 visualizações
Tamanho:	15 hectares	Características: - Excelente propriedade rural na Região de Paraju com 15 hectares, 95 % aberto, casa alvenaria, nascente boa e preservada, 12.000 pés de eucalipto, + área para outros cultivares, baixada em pasto, morro suave, terra de altíssima qualidade, fim de estrada e bem localizado. Venha nos fazer uma visita. Consulte-nos o preço.
Preço:	R\$ 0,00	
Cidade:	Domingos Martins	
Sítio - ST0027		2059 visualizações
Tamanho:	70 hectares	Características: - Sítio 70 hectares, 03 casas, curral, 30.000 pés de café produzindo, área 90% aberta, muita água, fim de estrada, 11 km da BR 262. Ideal para plantio de eucalipto. Aceita-se proposta!
Preço:	R\$ 500.000,00	
Cidade:	Domingos Martins	

Fonte: <http://www.monteiroimoveis.com.br>

O entrevistado tem uma opinião semelhante a dos demais agricultores em relação aos benefícios do fomento florestal, na medida em que avalia que somente aqueles agricultores que optam por não depender exclusivamente da atividade, conseguem obter alguma vantagem com o cultivo de eucalipto de maneira integrada,

É como eu já disse, tem uns que conseguem se dar bem, dar bons resultados porque eles não dependem só do eucalipto. Então eu não tenho dúvidas que se eles vivessem só do eucalipto eles teriam dificuldade econômica. Aqueles que têm pequena propriedade, eu vejo que boa parte deles acabam vendendo. E o problema é que eles não atribuem isso ao eucalipto, eles buscam qualquer outra justificativa. Dizem: “Ah, porque na roça está difícil”, “Eu não consigo vender outro produto”, mas é porque, de fato, ele entrou numa cultura que não deu o retorno que ele esperava e que a propaganda disse que ele teria (L.L., representante do MPA).

Falamos aqui das experiências dos agricultores que optaram por ingressar no fomento florestal e analisamos algumas das justificativas e desdobramentos desta opção. No entanto, torna-se fundamental também, destacarmos os motivos que sustentam a decisão de não se integrar ao complexo florestal celulósico, a despeito das investidas da indústria, bem como da influência dos demais agricultores da região que são integrados.

Portanto, analisaremos os relatos de alguns agricultores sobre a opção por não se integrar.

O.K. tem 42 anos e reside com sua esposa e seus dois filhos, um de 19 e outro de 15 anos e em um sítio de 11,7 hectares herdado por ela e localizado na comunidade de Paraju. Com exceção do filho mais novo, todos na família se definem como lavradores. Na propriedade a família cultiva café, cria e comercializa gado de corte e também possui algumas cabeças de vaca para produção de leite, planta banana entre os cafezais, além de laranja e feijão para o consumo. Cria também galinha e porco. Do leite das vacas faz queijo, cuja produção é vendida na própria localidade, de porta em porta.

Segundo O.K as duas atividades mais rentáveis na localidade são a criação de gado e, sobretudo, o plantio de café: *“eu acho que as únicas coisas que deram dinheiro aqui na roça foram boi e café. O gado que eu tenho é de corte e umas vacas de leite para o gasto também e vender uns queijos”*. Deste modo, ao ser indagado se já havia pensado em ingressar no fomento florestal, o agricultor assevera que: *“Eu já pensei uma vez, mas não plantei. Eu acho que Deus iluminou pra não plantar. Tem que pensar no futuro, não pra nós, mas para os filhos e netos”*. Assim, como os agricultores que se integraram, cujos relatos observamos anteriormente, O.K. explica que pensou na possibilidade de se integrar ao complexo florestal celulósico, em virtude da cafeicultura ter passado por um momento de crise: *“Sei lá, eu tava meio preocupado com as coisas que não tava dando nada, o café mesmo tava bem ruim, mas depois melhorou e eu não quis mais”* (O.K., agricultor não integrado).

Diante disso, mais uma vez percebemos que o fomento florestal apresenta-se como uma saída para muitos agricultores, em contextos críticos, como em períodos de baixa no preço do café. O agricultor observa ainda que a maioria dos jovens tem deixado à região: *“Eles vão pra Vitória estudar. Talvez fica um, porque tá muito difícil a roça, não tem apoio pra nada. Lá eles ganham dinheiro mais fácil, na lavoura não é fácil não, e depois ainda tem que vender as coisas barato, não é fácil não”* (O.K., agricultor não integrado). Apesar de estarmos analisando depoimentos de agricultores não integrados, trazemos aqui o relato do agricultor integrado F.J, de 23 anos, de modo a complementar a observação acima. O agricultor também observa que muitos jovens como ele têm deixado a região. Em sua perspectiva, alguns agricultores têm ingressado no fomento florestal, justamente, devido à falta de mão de obra para gerir a propriedade provocada por esta migração:

Eu acho que o pessoal visa plantar eucalipto aqui porque os filhos estão indo estudar fora e não estão querendo investir na agricultura. Então aqueles pedaços de terra ficam abandonados e eles preenchem com eucalipto, pensando em ter um lucro mais pra frente (F.J., agricultor integrado).

O agricultor E.H também optou por não se integrar. Ele se identifica como lavrador e vive com sua esposa na propriedade de 40 hectares, que recebeu de herança do seu pai. A propriedade atualmente é dividida com seus dois filhos que também são lavradores, mas moram em outras localidades. Na propriedade criam galinhas e porcos, cultivam aipim, feijão, algumas frutas como banana e mexerica e o café arábica, cujos cuidados ficam a cargo, principalmente, do genro. E.H também faz embutidos de carne bovina como linguiça, que comercializa em uma feira livre realizada em Vila Velha e outra em Campinho, sede do município de Domingos Martins.

Em relação ao café, o agricultor diz que: *“Na época que eu mais trabalhava na roça o café foi, é e sempre será a segurança do agricultor. O café é uma coisa que se você tiver, você tem o dinheiro”*. De modo a destacar a importância do café, o agricultor ainda faz a seguinte colocação: *“Em 1960 mandaram cortar o café tudo, pra depois plantar o café arábica outra vez. Então quer dizer que o governo só tá fazendo o agricultor de besta?”* (E.H, agricultor não integrado). O agricultor explica também como o fomento florestal chegou à região e destaca a presença do INCAPER nesse processo:

Na época do fomento, tem uns 20 anos mais ou menos, foi aquela influência: *“Vamos plantar eucalipto”*. Aí eles vinham com o negócio que um metro de eucalipto custava tantos e daqui há tantos anos está a tanto, isso é conversa do INCAPER: *“Aquele área ali vai dar tanto de lucro pra você”*. Muitos entraram naquela época. Quando eu relembro o passado... Como esse pessoal era burro, era iludido. É uma pena (E.H, agricultor não integrado).

O agricultor E.H, afirma que nunca pensou em ingressar no fomento florestal, neste sentido declara que: *“Para mim, o cara que trabalha dentro do eucalipto é um sofredor”*. Isso porque, em sua perspectiva, o fomento florestal elimina a autonomia do agricultor em relação à organização das atividades produtivas na propriedade. Assim, ao avaliar a condição de vida daqueles que optaram por se integrar o agricultor reflete que:

Eles estão igual a um pássaro dentro de uma gaiola, sempre no aperto. Se eu chegar e dizer: *“Fulano de tal, eu tô precisando de uma madeira para o curral, você me vende aquela madeira ali? O dinheiro tá aqui no bolso”*, aí

ele fala “*Não, eu não posso cortar*”. Quer dizer que ele não é dono daquilo ali. Ele é um cara dependente da Aracruz.

Nesse sentido, na opinião de E.H., quando o agricultor opta por não se integrar: “*A vida é outra. Você é dono do seu nariz, você faz o que você bem entender (...)*.” Diante disso, acrescenta que, caso fosse plantar eucalipto, introduziria o cultivo em áreas impróprias para a realização de outras atividades, cuja a finalidade seria a produção de madeira para a construção:

Se eu fosse plantar eucalipto, eu plantaria eucalipto que dá madeira pra fazer mourão, cerca, uma construção, aí sim. Em um lugar de difícil acesso para trabalho você pode plantar eucalipto que aí valoriza a sua propriedade. Ou até outras madeiras, como cedro, e essas outras coisas, mas o eucalipto da Aracruz nem pra lenha serve (E.H, agricultor não integrado).

Além disso, o agricultor se preocupa com os resultados que o fomento florestal pode trazer para a região, dentre os quais a chegada de pessoas de fora, interessadas apenas em adquirir uma propriedade para passar as férias. Segundo o agricultor:

Eu não sei não, eu acredito que um dia eles vão desistir de plantar eucalipto porque não tem vantagem nenhuma, não adianta o pequeno agricultor começar a plantar eucalipto, porque tem outro impacto aqui na nossa região que é o agroturismo. Tem região aí que o clima é frio, então isso vai atrapalhar, o turismo. O IDAF prejudica mais ainda aquela região que ele tá interessado com o turismo. Aí um cara da cidade, um capitalista, não tem onde colocar dinheiro, dinheiro de lavagem de dinheiro, aí ele pega, oferece um bom dinheiro na propriedade, não tem outra atividade, aí vai lá e planta o eucalipto. Aí eles fazem umas casinhas no morro, onde não pode construir, não respeita o meio ambiente, faz um parque de turismo ali, é uma tristeza aqueles lugares. Isso tá acontecendo demais, as pessoas estão vendendo as terras porque a pressão é demais. Primeiro, O IEMA, o IDAF, eles provocam essa questão toda, o cara faz uma rocinha aí ou alguma coisa, eles dizem que tá errado, multa o cara e até prende. Aí com isso o cara vai se aborrecendo, aí chega outro cara e te compra a propriedade (E.H, agricultor não integrado).

Assim como E.H, o agricultor não integrado, F. L. de 22 anos, residente em um sítio de 2,25 hectares, juntamente com seus pais e sua irmã, observa que tem sido frequente a venda de propriedades na região para pessoas que vem de fora. Estas passam a utilizar as propriedades adquiridas para o lazer de final de semana. Em sua opinião, muitos dos que adquirem a propriedade com esta finalidade, introduzem o cultivo de eucalipto, já que não trabalham na agricultura e não residem na propriedade:

Problema que eu vejo lá também é a monocultura que no caso eu vejo o eucalipto lá como um problema porque lá tem muita gente que vende o terreno e os outros chegam e plantam eucalipto, ou arrenda o terreno e planta

eucalipto, acaba com o gado, acaba com as lavouras. Outro problema também é a questão de gente que está vendendo terra e aí vem aqui só pra passar o final de semana, aí a terra não produz, no caso eu vejo o agroturismo como um grande problema aqui na nossa região porque tá acabando com a produção (F.L., agricultor não integrado).

Na propriedade, F.L. e sua família cultivam feijão e café. O agricultor assevera que sua família nunca pensou em se integrar devido à participação no MPA, que foi impulsionada, inicialmente, pelo desejo de conseguir uma das casas construídas por intermédio do Movimento:

Primeiro a gente ficou sabendo de um programa que construía casas, a gente até pensou que fosse o governo que dava essas casas de qualquer maneira (...).Depois a gente foi saber que o movimento não estava só para correr atrás de uma moradia, mas a melhoria de todo um sistema. Isso foi no final de 2003 para 2004. Foi aí que a gente juntou e conseguiu comprar o terreno, aí depois de 2 anos participando do movimento que a gente construiu a casa, antes nós morávamos no terreno de outra pessoa (F.L., agricultor não integrado).

No movimento, F.L. ressalta que teve a oportunidade de discutir as vantagens e desvantagens do fomento florestal a partir da experiência dos agricultores locais:

Nós só temos 2 hectares de terra, se nós tivéssemos mais terra nós não entraríamos também, porque a gente vê o outro lado da moeda, porque a gente participando do MPA viu o que a Aracruz está fazendo por trás disso. Viu o quanto de gente que deixou de produzir comida mesmo, ou só plantou eucalipto e acabou com o resto, teve que vender o terreno. Inclusive, pessoas que tinham um terreno a mais, plantou eucalipto e o terreno ficou lá parado, teve que vender aquele corte de eucalipto e teve que fazer outras coisas como transporte escolar, e foi vendendo o terreno aos poucos. Inclusive lá ainda tem eucalipto, mas o corte já está vendido para outra pessoa (F.L., agricultor não integrado).

Para F.L. há uma espécie de diferenciação estabelecida entre os agricultores integrados e não integrados. Em sua perspectiva, os agricultores integrados acreditam possuir certa importância quando comparado aos demais, em virtude das relações que estabelecem com uma grande indústria: *“Eu acho que muitos pensam que eles são importantes para a empresa, se põe lá em cima, achavam que estavam acima dos outros porque fez um fomento com a Aracruz, mas para a empresa eles são apenas mais um que eles exploram”* (F.L., agricultor não integrado). Diante disso, o agricultor assevera que a opção por não se integrar: *“É resistência, é força de vontade, é acreditar que a gente vai conseguir mudar as coisas de outra maneira. Quem não é um*

fomentado é porque acredita que tem uma maneira melhor de se adequar” (F.L., agricultor não integrado).

O agricultor não integrado E.S. tem 54 anos e reside com sua esposa e um de seus três filhos em uma propriedade de 26,5h (sendo 5 de mata), localizada na comunidade de Ponto Alto e deixada de herança pelo seu sogro. A esposa é aposentada, mas os três se definem como lavradores. Na propriedade criam porcos e cultivam milho e feijão para o consumo próprio e o café para ser comercializado. A este respeito o agricultor assevera que: “(...) *na nossa região aqui o forte é o café. Se não tiver café nessa região aqui, todo mundo morre de fome. Não tem nada que supere isso aí*”. E.S. assevera que não entrou no fomento florestal devido ao tamanho de sua terra. Soma-se a isso, a centralidade que o café tem em sua propriedade e a qualidade do solo da mesma, fértil demais, na perspectiva do agricultor, para a inserção de eucalipto. Em suas palavras: “(...) *pra mim não deu porque o terreno é pouco e não tinha espaço*”. “*Se eu tivesse uma área de terra bem grande e só tivesse pasto e morro seco, eu também tinha plantado*”. Com este relato, mais uma vez, observamos que a maioria dos agricultores só está disposta a inserir eucalipto em áreas consideradas impróprias aos cultivos agrícolas de maior valor, devido às condições edáficas.

Ao avaliar as condições de quem produz eucalipto de maneira integrada, assim como outros entrevistados, E.S. observa que se estes estão em condições financeiras razoáveis é porque não cultivam apenas eucalipto em suas propriedades: “[os *fomentados*] *tão bem porque eles não vivem só disso, eles têm outras lavouras e outras coisas*”. Mais uma vez, como os relatos se repetem em seu conteúdo, optamos por fecharmos a análise a respeito dos motivos que conduzem a opção por não se integrar com este depoimento. Assinalamos, contudo, que isso só é possível, pelo número de entrevistas que foram realizadas.

Se analisarmos os depoimentos dos agricultores apresentados anteriormente, observaremos que o café é a principal atividade praticada na região, todavia, nunca a única praticada em uma propriedade. Há sempre outras atividades desenvolvidas, seja para a comercialização ou para a subsistência da família. A maioria dos agricultores tem no café uma fonte rápida e imediata de renda. Neste sentido, costumam dizer que se você tem café, tem dinheiro a qualquer hora, em virtude da facilidade de sua comercialização.

Isso [a cafeicultura] já vem de muito tempo, outras pessoas plantando e a gente viu que era o melhor jeito de fazer dinheiro mais rápido. O café é bom porque se a gente estiver com ele no saco e precisar de dinheiro daqui a uma hora, você pega o café e leva lá na venda e já consegue o dinheiro. A única coisa que você consegue vender à vista é o café, todo mundo se interessa em comprar. Agora, outras coisas como milho e feijão, se tiver para vender, você precisa estar do lado deles [atravessadores] para comprar e é barato (M.B, agricultor ex-integrado).

Assim, observamos que por um lado, muitos agricultores – 1) em momentos de baixa no preço do café; 2) de falta de mão de obra, 3) devido à qualidade do solo; – na tentativa de resistirem no campo vislumbram, com o fomento florestal, obterem as mesmas vantagens atribuídas ao plantio de café – como a) bom retorno financeiro com a venda; b) facilidade de comercialização; – já que na integração produtiva há um mercado certo para a madeira produzida. E por outro lado, constatamos que é justamente a cafeicultura, atrelada a outras atividades, como o cultivo de frutas, hortaliças, criação de animais e beneficiamento de seus derivados, que consiste na força motriz capaz de garantir a resistência de agricultores no campo, tanto dentro do fomento florestal, quanto ao próprio programa.

5.3. A percepção dos agricultores sobre o funcionamento do fomento florestal

Se na primeira parte deste capítulo observamos como a indústria interpreta o funcionamento do fomento florestal, nesta seção observaremos, ainda que de forma breve, como funciona o programa tendo em vista a percepção dos agricultores, tanto integrados, quanto não integrados. Ao colorarem estas percepções, os agricultores avaliam também as mudanças ocorridas no fomento florestal ao longo do tempo, mudanças estas atribuídas principalmente a incorporação da Aracruz Celulose S/A à Votorantim C.P, dando origem à Fibria Celulose S/A.

O agricultor integrado E.R explica como funciona o processo de ingresso no fomento florestal, ao mesmo tempo avalia que no começo o programa era mais vantajoso.

Pra ser fomentado eles pedem uma série de documentos, fazem uma ficha com o documento pessoal. Quando eu comecei não precisava da esposa não, era só entrar com meu sítio, fazer cadastro no IDAF. Hoje até a esposa precisa ir lá e assinar.

Eles vêm e trazem o contrato, explica tudo, dá para a gente ver. Aí vem o medidor da Aracruz pra medir as terras. Depois vem o IDAF e mede também, olha se está tudo legal, olha se está na beira de córregos, se está derrubando

mata, porque não pode derrubar mata, se são terras que se pode plantar. É tudo dentro das normas. Eles não querem que trabalhe perto de estradas urbanas, na beira dos rios, porque na beira dos rios é reserva, então naquela área não pode a madeira ir, porque ali é reserva e não pode tombar madeira. No começo era bem melhor, eles chegavam e forneciam tipos de empréstimos, pra mim nem foi uma coisa muito boa não porque eles ofereciam dinheiro emprestado e quando chegava lá eles convertiam em metros de madeira (E.R., agricultor integrado).

É unânime entre os agricultores a constatação de que o primeiro ano do cultivo consiste na fase mais trabalhosa e que exige os maiores cuidados do agricultor, haja vista a possibilidade do ataque de formigas, praga mais temida por aqueles que se dedicam ao cultivo de eucalipto. Após esse período, o agricultor está praticamente liberado dos cuidados com o cultivo, podendo se dedicar a outras atividades:

No início eles fazem esses adiantamentos pra gente, que são abatidos durante a entrega da madeira. Se você pegar adiantamento para o plantio e outras despesas de manutenção, o valor que você pegar é automaticamente transformado em madeira e quando você vai corta a quantidade está toda prevista pra pagar em madeira (M.S, agricultor integrado).

A questão da mão-de-obra é mais inicial, no momento do plantio tem a questão de preparar o terreno, covar, plantar (...). Antes de chegar a muda tem o combate à formiga, que é o essencial e eles cobram muito da gente, a formiga é inimiga do eucalipto. Se você plantar hoje e não cuidar bem, amanhã você já vai ter perdido umas 300 mudas, e se a formiga cortar já era, tem que plantar outra muda. Não adianta insistir porque a rebrota dela não se desenvolve mais, não dá uma madeira reta. Pelo menos três meses antes você tem que combater a formiga. Ou a gente capina pra preparar as leiras, ou a gente aplica algum agrotóxico pra poder matar o mato. Aí vem a cova, essa cova tem que ser adubada, tem que encher a cova de terra, e aí depois a gente só faz o buraquinho e planta a mudinha. Até um ano ali, a questão da formiga é o maior trabalho da gente, o acompanhamento tem que ser semanal. Depois disso aí a gente pode olhar de mês em mês. Aí depois de dói, três anos, você cuida de seis em seis meses. Até um ano você tem que fazer umas três capinas, e depois a gente só mantém roçado, e a adubação são três: Uma no plantio, uma com três meses e outra com um ano (M.S, agricultor integrado).

Primeiro chega o adubo, daqui há 30 dias chega a muda, e aí tem que tá cultivando ele limpinho, não pode deixar dar mato. Depois tem que pulverizar com Roundup. Depois pode largar e esperar 5 anos pra cortar (C.B, agricultor ex-integrado).

A gente plantava, adubava, eles mandavam o adubo, a gente limpava, capinava e depois que estivesse grande poderia passar um Roundup. Depois de um ano quase não dá mais mato, aí não tem mais serviço. Só às vezes que você tem que dar uma roçada no mato, olhar as formigas. (...) [O eucalipto] é uma planta que desenvolve muito depressa, aí você não precisa capinar nem nada, você plantando ele com 6 meses ele já está um pezão grande, aí é só roçar aquilo. Do segundo ano em diante nem precisa roçar mais. Aí a colheita começa com uns 6 anos, e é aí que vem o pesado (E.R, agricultor integrado).

No começo eles pedem pra gente olhar muito por causa das formigas, porque se você deixar dá muito prejuízo. Então a gente cuidou bem, porque quando

you make an investment you have to be very cautious, for you don't want to lose. A mudinha is very expensive for you to leave 10, 20, 200, 1000, and it gives a loss both for them and for us (J.S., integrated farmer).

The farmer M.S. observes that when signing the contract, the integrated farmer must obey all the indications of the company, for that, passes through fiscalizations of the forestry extension technician, which are more frequent, in the first year of cultivation. If the farmer is not obeying the indications he is warned by the company and can be penalized with fines, whose value is converted into wood at the moment of delivery of the production in the company's sheds, as was the case of the ex-integrated farmer C.B., which we addressed previously:

In the beginning they fiscalize almost weekly, after planting it is every six months. They go there, fiscalize, measure some trees, they look to see if people are maintaining control of termites, they always come and make the report, if not good they place the observations. They order fertilizer for people and then see if really people are using it. If not sure they can give a penalty, like in the end you get more wood than normal, to do these things here. This is provided in the contract. For the producer it is better to take care, because here the production is higher. Some producers nearby sometimes solve not to take care, and here the production was below the expected, and if you don't produce the expected you get a fine. If you produce more, you only win, because you will have more money. Then, the company has the minimum production, for example, an area has a forecast, per hectare will produce so many meters of wood. Then in the forecast you have to give that, if not given it is provided in the contract that then you are penalized with a fine (M.S., integrated farmer).

Besides cultivating eucalyptus, as we saw, the farmer, when signing a contract with the industry, assumes the obligation to harvest the production and deliver it in the posts indicated by the same. In this way, at the beginning of cultivation is considered the most laborious period of eucalypticulture, the moment of harvest is the most expensive, not to say that the harvest is done by the farmer himself, as we observed in the study conducted by Rezende *et al.* (1994). According to the integrated farmer R.B.: in eucalypticulture “*Se você colocar 100%, gasta 25% no início, 50% na colheita e o resto no meio*”. The farmers interpret this charge attributed to the integrated as a “transfer of responsibilities”, in the case of the company to the farmer, as observed in the report of the non-integrated farmer F. L.: “*A Aracruz, a Fibria, estava passando a responsabilidade de tudo para o proprietário, no caso a conta de transporte, o frete, é o proprietário que paga, o corte é o proprietário que paga*”.

Atualmente, os agricultores integrados tem se mostrado insatisfeitos com as novas exigências da empresa para a realização da colheita do eucalipto, por eles atribuídas, à conversão da Aracruz Celulose em Fibria. Dentre estas exigências os agricultores destacam a proibição de cultivar outros produtos na propriedade:

Naquela época você mesmo podia plantar, pagar gente para plantar, você podia pegar seu caminhão mesmo e ir levar, ou pagar gente para transportar, mas nós já tínhamos caminhão naquela época, quem tivesse caminhão levava, caminhão velho, de qualquer jeito. Hoje a documentação do caminhão tem que estar toda em dia, é uma exigência medonha. O motorista tem que ter carteira assinada, quem trabalha na roça tem que ter carteira assinada, tem que ter curso de motosserrista, curso para tudo tem que ter.

Tem o eucalipto também que tem muito hoje, agora teve uma queda. (...) O pessoal estava numa procura de terra pra plantar eucalipto, mas hoje com as mudanças que tiveram, antes era Aracruz e hoje não é Aracruz mais, é Fibria, então já dificultou muito as coisas. A colheita não pode ser feita por qualquer trabalhador comum aí. Tem que ser por pessoas treinadas, cadastradas em empresa, porque pode acontecer acidentes, se a pessoa não souber manejar aquilo bem, acontece acidentes. Então, fica bem cara a colheita. A pessoa para trabalhar no eucalipto tem que ter a carteira assinada, tem custo pra tudo. Eles [representantes da indústria] até vieram aqui e a gente conversou com eles. Eles estão pesquisando, fizeram uma reunião aqui, pra ver o que pode melhorar. As pessoas que tem contrato aqui e estão trabalhando com café não pode, tem que trabalhar só com eucalipto, então eles vão pensar nisso aí e ver o que pode mudar (E.R, agricultor integrado).

Como vimos, segundo o coordenador de fomento florestal da Fibria, atualmente a empresa exige que a colheita do eucalipto seja orientada pela *Norma Regulamentadora 31 - segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária silvicultura, exploração florestal e aquicultura*. Com esta norma, os agricultores integrados devem contratar uma empresa especializada na colheita e obedecer todas as exigências trabalhistas, tendo, portanto, que reorganizar as suas propriedades para receber os trabalhadores contratados. O integrado M.S, explica detalhadamente a exigência:

(...) Agora é obrigatório contratar empresa. Há uns dois anos atrás a gente podia contratar pessoa física, agora tem que ser uma firma, todos tem que ter carteira assinada e equipamento de proteção. A gente ainda pode cortar com a família, desde que o produtor tenha aquele tal bloco de produtor e todos tem que usar os equipamentos. O menor de 16 anos eles pedem pra nem andar dentro da propriedade, pra não dar problema, porque a fiscalização é muito grande com relação ao Ministério do Trabalho. Por exemplo, durante o corte, tem que ter banheiros no local, barracas para as pessoas poderem se alimentar. Não pode derramar uma gota de combustível das motosserras, óleo do caminhão, se derramar na terra a gente tem que coletar essa terra, colocar em uma sacola e entregar no mesmo local que eles recolhem embalagens de agrotóxicos. A questão do Ministério do Trabalho e do meio ambiente foram as

principais mudanças de uns 3 anos pra cá e a exigência é muita mesmo. Todo mundo tem que trabalhar com equipamento de proteção, desde a botina, caneleira, óculos, tudo (M.S, agricultor integrado).

Deste modo, o agricultor assinala ainda que *“o corte, principalmente com as exigências de hoje, aumentou muito, (...) 40% do custo fica só no corte. Da outra vez, a despesa geral chegava a no máximo 30%, tudo, e agora só o corte está pegando 40%”* (M.S, agricultor integrado). Para o agricultor J.S os encargos decorridos dessas novas exigências deveriam ser custeados pela empresa:

(...) Aumentou muito as despesas, é muito custo para o produtor, sobra menos. E tudo sai da madeira. Seria bom se a empresa cobrisse esse gasto que aumentou, mas eles não fazem isso. Pra fazer curso tem gasto, pra assinar carteira tem gasto, tem que dar dinheiro para o governo também. O produtor é o que mais paga e o que menos recebe benefício. A prefeitura já falou até em cobrar imposto. Nós trabalhamos mais do que à meia com o governo, mais da metade que nós produzimos é do governo (J.S, agricultor integrado).

Diante do aumento dos custos relacionados à colheita, alguns agricultores afirmam que não sabem se vão renovar os contratos de integração. Caso não renovem, a possibilidade colocada é a de realização do plantio por conta própria, tendo em vista a rebrota da antiga plantação. Este é o caso do integrado M.S.

Pensando no aumento da despesa com o corte nesse segundo contrato, eu vou pensar bem se vou renovar ou não. O primeiro valeu bastante a pena, a produção foi muito boa, e o lucro que nós tivemos com relação a despesa foi bom também. Só que nesse segundo agora, como a despesa aumentou muito, e as exigências estão sendo muitas, não sei se vai valer a pena renovar. (...) Se eu não renovar eu vou deixar rebrotar (M.S, agricultor integrado).

Esta obrigação prevista no contrato de integração – em que os integrados são os responsáveis pela colheita e transporte da produção de eucalipto até os galpões da Fibria Celulose S/A – desencadeou outro efeito em Domingos Martins, comumente relatado pelos agricultores: a diminuição da mão de obra disponível para o trabalho no café e demais atividades ali desenvolvidas, bem como a elevação do preço pago pela mesma, devido a sua escassez. Neste sentido, de acordo com um dos representantes do MPA da região Serrana do Espírito Santo, aqueles agricultores que além de desenvolverem atividades agrícolas em suas propriedades trabalhavam em outras propriedades, de modo a complementar sua renda, ou aqueles que não possuíam terra e por isso precisavam vender a sua força de trabalho para agricultores locais mais capitalizados,

passaram a trabalhar no plantio e na colheita do eucalipto ao invés de trabalharem, por exemplo, nas colheitas de café, atividade que mais empregava na área rural da região até então:

Aqui na região, vamos pegar mais como exemplo Domingos Martins, tá tendo uma escassez de mão de obra pelo seguinte: O eucalipto, nos últimos anos, dentro do fomento, ele gera aquela mão de obra imediata, que é o período do plantio, os primeiros tratos culturais. Depois fica um tempo que ele não vai gerar trabalho. Ele fica por si, vai sair e se desenvolver, então esse período ali já não gera mão de obra mais. Como no período de intensa necessidade de trabalho, aqueles do fomento pagam um preço a mais no valor da mão de obra. Aí o que acontece é que os trabalhadores se baseiam nesse preço pra quando tiver que trabalhar no café ou em qualquer outra atividade. E os outros agricultores que trabalham com café não têm condições de pagar esse preço que é calculado porque ele trabalhou um dia lá a R\$ 50 reais no eucalipto e o produtor que trabalha no café, às vezes não tem como pagar R\$ 50 reais para capinar o *panhar* o café. Então teve esse problema (L.L., representante do M.P.A.).

Como podemos perceber também na fala de F.L, o trabalho na colheita do eucalipto tornou-se atividade muito comum na região, uma vez que muitos agricultores passaram a ser contratados pelas empresas que realizam as colheitas:

(...) No caso a gente é contratado, o proprietário [da plantação de eucalipto] contrata uma empresa que tenha a firma de transporte e essa firma de transporte que contrata a gente. É terceirizado. Quando a gente trabalhava, trabalhava por produção. A gente trabalha na média de R\$8,00 por metro de madeira em cima do caminhão. É dessa maneira, e quanto mais a gente produzisse, mais a gente recebia. A média era assim, porque no eucalipto, pra você receber aqui na região não é igual àquelas regiões que tem baixada. Aqui você tem que ter trabalho braçal mesmo. É muito sofrido mesmo. Trabalhava uma turma em quatro pessoas, tinha vez que a gente arranjava cinco, seis, mas eles entravam, desanimavam e saíam, era assim. Tinha dois que cortava, eu e os outros rolavam a madeira e botava em cima do caminhão. Meu pai e o E.S. cortavam a madeira. Aí entrava eu, meu cunhado e outro irmão dele e rolavam [a madeira]. Tinha rolo de 50 metros de distância. A gente tinha que rolar a madeira de morro abaixo até chegar lá embaixo. Não importava se jogasse tudo bagunçado. Depois chegava o caminhão e nós tínhamos que colocar tudo em cima do caminhão. Aí quando batia lá no campo de concentração [depósito da indústria] lá em Araguaia, lá que fazia a medição no caminhão, e era nessa medição que o dono da madeira recebe o valor dele e depois também que fazia essa medição que vinha o pagamento (F.L., agricultor não integrado).

Ademais, em seu relato, o representante do MPA explica que quando não há trabalho nas plantações de eucalipto da região, situação que poderia disponibilizar mão de obra para outras atividades ali realizadas, muitos agricultores optam por viajar para municípios vizinhos em busca de emprego nesta atividade:

Como o eucalipto não tem essa mão de obra constante, ele acaba gerando esse descontrole, as pessoas às vezes saem daqui para outras regiões para continuar a trabalhar com eucalipto, ou dizem que nesse preço elas não vão trabalhar (L.L., representante do MPA).

A colheita do eucalipto é uma atividade considerada perigosa. Em Domingos Martins os riscos desta atividade se agravam devido ao relevo local, bastante acidentado, o que dificulta o procedimento. Soma-se a isso o despreparo dos agricultores para o trabalho nesta atividade. Apesar de enfatizarem que atualmente a indústria tem fiscalizado de forma mais intensa o corte das árvores – que segundo os agricultores, até pouco tempo, era feito exclusivamente pelos próprios proprietários – exigindo a contratação de empresas terceirizadas para realização do serviço, muitos agricultores são contratados temporariamente pelas inúmeras empresas de colheita que foram implantadas na região com a chegada do fomento florestal. Estes agricultores afirmam que, geralmente, adquirem a experiência de colheita no cotidiano, trabalhando:

Meu pai nem tinha experiência com motosserra, quando a gente veio morar aqui que ele comprou uma motosserra. Ele via os outros derrubando e pensou “Ah, eu vou fazer isso também”. Ele achou que era um trabalho que dava dinheiro, que ia render muita coisa, e aí ele começou a trabalhar uns dias ali e outros aqui, aí ele pegou a prática. Foi praticando que ele aprendeu (F.L, agricultor não integrado).

Canto *et al.* (2007), realizaram uma pesquisa quantitativa com a aplicação de questionários a 70 fomentados responsáveis por 90 contratos de integração, cujo objetivo foi avaliar as condições de segurança do trabalho na colheita e transporte do eucalipto em propriedades rurais fomentadas no Estado do Espírito Santo. A área de fomento florestal dos entrevistados variava, sendo de até 30 ha em 86,7% dos contratos e com relevo montanhoso em 61,2%. Em sua pesquisa, os autores constataram que a colheita e transporte do eucalipto dos agricultores integrados entrevistados foram terceirizados em 80% dos contratos daqueles que possuíam até 30 ha plantados, sendo que a maioria dos prestadores de serviço terceirizados era contratada informalmente e não possuía a devida qualificação para realização do serviço. Assim, estes dados quantitativos apresentados pelos autores, corroboram com as informações qualitativas que verificamos nos relatos dos entrevistados.

Nas colheitas de eucalipto realizadas na região de Domingos Martins é muito comum, ocorrem acidentes de trabalho:

O E.S uma vez, não teve acidente de fratura exposta assim, mas ele com a machadinha cortou a mão, teve que dar ponto e ele ficou uma semana parado. De vez em quando você toma uma cacetada e fica puxando a perna por umas duas semanas, mas tem caso de gente que perdeu os movimentos da mão, cortou a mão, cortou a perna, isso de vez em quando acontece lá. Outros que trabalhavam na mesma firma que a gente trabalhava quebrou o braço, quebrou a perna também porque tinha um monte de madeira e dizem que caiu em cima dele e ficou muitos meses parado por causa disso aí (F.L, agricultor não integrado).

Canto *et al* (2007) explicam que estes acidentes acontecem em virtude da pouca experiência dos agricultores integrados na atividade. Além disso, conforme os autores, em plantios de eucalipto de pequena escala, os riscos de acidentes tendem a ser maiores, em função 1) da falta de equipamentos; 2) da utilização de equipamentos inadequados; 3) da falta de mecanismos de segurança; 3) da existência de trabalhadores desqualificados e inexperientes, que pouco conhecem os riscos decorrentes da atividade. Os autores acrescentam que, em virtude de muitas colheitas em áreas fomentadas serem realizadas de maneira informal, os acidentes ocorridos não figuram nas estatísticas oficiais, pois, devido à condição de ilegalidade, os acidentados não são amparados pelas compensações trabalhistas, por isso não procuram órgãos públicos para registrar o acidente ocorrido.

Os agricultores entrevistados assinalam que o custo do transporte da madeira até os galpões da empresa também são elevados. Assim, quanto mais próximo do depósito for o plantio, mais lucro terá o agricultor integrado:

O custo depois é o transporte, hoje, como o preço do óleo diesel subiu muito, a mão de obra é cara, é quase R\$100,00 por dia de mão de obra, aí fica quase meio por meio. Depende do lugar, se for pertinho do depósito é barato, mas acho que é R\$ 12,50 para transportar por metro, e tem mais o corte também.

Além das exigências em relação à colheita, os agricultores destacam em seus depoimentos que houve uma alteração na forma com a qual a medição da madeira entregue nos galpões da empresa é realizada, aspecto também observado pelo coordenador de fomento florestal da Fibria, cuja entrevista analisamos no capítulo 4 da tese. De acordo com o agricultor:

Na época a madeira era medida em metro estéril (...).Hoje é em metro cúbico. O metro estéril era assim: Colocava um toco aqui, cortava as toras com 1 metro de comprimento, aí levantada e o quadrado que dava era 1 metro

estéril. Ai eles pegam isso aí e dividem por 1,64, ai vai dar o metro cúbico dele. Dizem eles que foi o Inmetro que obrigou eles a mudar o metro (E.R, agricultor integrado).

É a empresa que determina o preço pago pela madeira, sendo que neste quesito não há possibilidade de negociação. Apesar de não saberem ao certo como o preço da madeira é definido, os agricultores ressaltam que o contrato é bem claro: o agricultor é obrigado a entregar a madeira produzida nos galpões da empresa e comercializá-la pelo preço estabelecido por ela: *“O preço são eles que fornecem, eu acho que esse preço vem lá de São Paulo, tem uma organização que faz esse preço lá. (...) O preço deles é aquele e não tem jeito”* (E.R., agricultor integrado) O agricultor ex-integrado C.B ressaltava que: *“O preço que eles pagarem, e você vai entregar aquela quantidade de madeira naquele preço. Todo ano sobe um pouquinho, se nesse meio tempo subir, eles sobem o preço um pouquinho também, mas é por conta deles”*. Já o integrado M.S, explica que o preço previsto no contrato é o mínimo que pode ser pago, deste modo, a empresa não pode oferecer pela madeira um valor menor que o definido. Todavia, em geral, de acordo com o M.S, a empresa paga ao agricultor o preço do dia em que a madeira chega ao depósito.

O preço é o preço de mercado. No caso é o preço atual. A negociação de preço a gente não tem. Até que o preço sempre tem sido atualizado, hoje está a R\$ 77,10 o metro cúbico. No contrato é previsto com o preço atual, por exemplo, quando eu fiz esse contrato que está em fase de corte agora, o preço era previsto de R\$ 55 reais. Ai hoje está R\$77,10 e ai a gente vende pelo preço do dia. Aquele preço do contrato é o mínimo, ele não pode ser menor (M.S, agricultor integrado).

5.4. O contrato de integração: algumas observações

A principal garantia do fomento florestal é o contrato assinado entre as duas partes, que é regido pelo princípio da obrigatoriedade da convenção, para utilizarmos uma expressão do direito (anexo 4). Este princípio determina que as estipulações estabelecidas no contrato devem ser fielmente cumpridas, sob pena de execução patrimonial contra o inadimplente. Com efeito, não há uma norma específica que oriente contratos de integração, de modo que atualmente, contratos como o de fomento florestal, têm a forma jurídica de contrato de compra e venda antecipada de coisa móvel (NETO, 2011).

Tanto é assim, que atualmente, tramita na Câmara Federal o Projeto de Lei nº 8.023/2010, de autoria da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e no Senado o Projeto de Lei nº 330/2011, de autoria da senadora Ana Amélia Lemos, aprovado no final de 2012 na Comissão de Constituição e Justiça e que deverá ser apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado. Ambos visam regulamentar o sistema de integração agroindustrial no país, estabelecendo direitos, condições, deveres e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras.

Não entraremos aqui no debate sobre o mérito destes projetos, em virtude de tempo e espaço. Esta discussão será retomada em artigos que, futuramente, poderão se desdobrar da tese. Contudo, destacamos o peso simbólico que um contrato tem para o agricultor, já que representa a própria empresa integradora e muitas vezes se configura em um instrumento de coerção e dominação, haja vista a grande importância e o temor que este sujeito tem do que chama de “papel”, como vimos no exemplar relato do agricultor C.B., sobre o conflito com a empresa integradora.

Eles não pediam nada, eles só iam lá, olhavam o pedaço de terra, tinha que fazer estrada, eles vinham e traziam o adubo e as mudas, eles passavam o dinheiro, e como eu disse, eles prometiam dar o dinheiro, mas não era dado, era tudo pago. Até o molhar das mudas lá no canteiro deles a gente paga também, tudo estava no contrato (M.B, agricultor ex-integrado).

A maioria dos agricultores, antes de ingressar no fomento florestal nunca tinha realizado um contrato na agricultura, além daqueles relacionados à compra e venda de terras. Deste modo, alguns, como o agricultor integrado E.R., consideram o contrato um documento de difícil entendimento.

Não era não. É muito complicado, era grande, eu nem sei se eu ainda tenho o contrato deles, mas era um negócio muito escrito, não era muito fácil da gente entender não. Você só entende as coisas básicas, mas tem muita coisa que você não entende não (E.R, agricultor ex-integrado).

Há agricultores, como M.B, que assinam o contrato de integração, mas não tem ciência de todas as exigências prescritas no documento. Assim, muitas vezes, os agricultores só tomam conhecimento do teor do contrato no momento da colheita. Com isso têm algumas surpresas, como os descontos realizados em virtude dos adiantamentos recebidos:

No começo a gente era tão bobo que a gente pegava os contratos e nem lia. Depois quando alguém conseguiu colocar na cabeça da gente que tinha que olhar, que a gente começou a olhar. Quando chegavam aquelas folhas, quando entregava adubo, a gente guardava tudo pra lá e nem ligava (C.B., agricultor ex-integrado).

Este também foi o caso do agricultor ex-integrado C.B. que apesar de observar que o contrato de integração não é de difícil entendimento não o leu: “*como eu tava falando, não é difícil de entender pra quem tem cabeça. Muita gente quer saber do dinheiro que vai sair, não vai nem olhar nada que está acontecendo dentro do contrato*”. Assim, somente ao constatar que a sua produção não corresponderia ao previsto pelo contrato, que se deu conta das obrigações que teria de cumprir junto a empresa e da multa que deveria pagar por não fornecer a quantidade de madeira determinada no documento.

Não tinha pegado o contrato, e aí quando deu aquela confusão é que eu fui pegar o contrato, que eu fui ver, nem a gente sabia que pagava água também. É o que eu falo, eu brigo com as pessoas. As pessoas fazem contrato, não olham o que o cara tá fazendo. Se eu pegar agora e fazer um contrato com você, o que eu tenho que fazer? Tenho que pegar o contrato e olhar tudo, tem que ler antes. O contrato que eu deixei para o meu irmão fazer, depois que deu aquele prejuízo e eu corri atrás, eu peguei o contrato e olhei o que estava acontecendo. A gente não sabia. E ele com o contrato na mão nem sabia, mas tem que olhar. Eu já fiz um contrato aqui, o cara lá colocou no computador, explicou tudo pra nós, a Aracruz não explicava nada, na hora que você visse já tava tudo travado. Tem muita gente devagar, o negócio é pegar dinheiro, eles tinham que olhar lá na frente (C.B., agricultor ex-integrado).

Ainda que o agricultor leia cuidadosamente o contrato de integração para evitar problemas futuros com a indústria, ao analisarmos o documento percebemos uma concentração de poder e de determinação por parte da indústria (Anexo 4). A maioria das cláusulas presentes no contrato coloca de forma mais incisiva e clara as obrigações dos integrados para com a empresa, que são definidas a partir do enunciado “*o vendedor se obriga*”, bem como as penalidades que o agricultor sofrerá caso não cumpra suas determinações. Destacamos alguns trechos do contrato a este respeito: “**4.3. O VENDEDOR se obriga desde já a acatar o laudo de vistoria técnica (...)**”; “**4.4. O VENDEDOR se obriga a concluir o plantio no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir do recebimento da primeira parcela dos recursos financeiros (...)**”; “**7.1. O VENDEDOR se obriga a conduzir o plantio e colheita florestal (...)**”; “**8.3. Obriga-se ao vendedor a prestar todas as informações e a assinar todos os documentos que lhe forem solicitados pela COMPRADORA e/ou por terceiros por esta**

indicados, para efeitos de seguro “⁹⁵. Todavia, quando se refere as obrigações da indústria, o contrato é mais evasivo, como podemos observar nos exemplos: “4.1. Para a implantação da floresta a COMPRADORA fornecerá ao VENDEDOR os seguintes recursos (...)”; “Havendo necessidade e a critério da COMPRADORA esta poderá entregar ao vendedor somente a quantidade de mudas necessárias para o replantio⁹⁶.”.

Deste modo, para Neto (2011, s/p.), “na realidade vivida no campo, os “parceiros/contratantes” não desempenham seu papel de forma a dar equilíbrio ao trato contratual”. Na medida em que, muitas vezes, as empresas integradoras incluem em seus contratos “cláusulas que flagrantemente oprimem e sufocam os produtores, tais como as que garantem a devolução do montante despendido com insumos, assistência técnica, além de multa contratual de até 20% do valor total do contrato (...)”. O caso do agricultor C.B, que analisamos anteriormente, ilustra o peso dessas cláusulas contratuais. Desta maneira, torna-se fundamental o estabelecimento de uma normativa para regulamentar estes contratos, de modo a impedir que ocorram excessos e injustiças, resguardando ambas as partes. Resta saber, se as propostas de regulamentação colocadas pelos dois projetos de lei mencionados darão conta destas necessidades.

5.5. Eucalipto e questão ambiental: pesquisadores versus agricultores

É patente nos depoimentos tanto dos agricultores, quanto dos demais atores entrevistados, a conclusão de que o fomento florestal foi o principal responsável por disseminar o cultivo de eucalipto na área estudada. Como vimos no estudo de Rezende *et al.* (1994), até a introdução do programa, alguns agricultores cultivavam algumas árvores de eucalipto somente para atender as necessidades de madeira e lenha na propriedade, de modo que não havia um plantio sistemático da espécie. Após a popularização do programa de fomento florestal, a região assistiu um alastramento da atividade que agora é praticada não apenas de maneira integrada, mas também de forma independente, uma vez que, como vimos, os agricultores após assinarem um contrato de integração, tendem a aproveitar a rebrota do cultivo e seguir na atividade de maneira autônoma.

⁹⁵ Artigos extraídos de um modelo de contrato de fomento florestal obtido junto aos agricultores integrados e disposto no Anexo 4 da tese.

⁹⁶ Idem a nota anterior.

Como a região estudada é a que detém uma das maiores, se não a maior reserva de mata atlântica do estado e é reconhecida, justamente, pelas suas características ambientais, dentre as quais se encontram a declividade e a disponibilidade de águas em cachoeiras, nascentes, córregos e rios, entendemos que é importante discutirmos nesta tese, mesmo que de forma breve, as possíveis alterações no ambiente local provocadas pelo cultivo de eucalipto. De modo a obedecer à proposta deste capítulo, faremos esta discussão tendo em vista as observações dos agricultores integrados e não integrados a este respeito, afinal, são eles que vivem e trabalham em Domingos Martins. Para tanto, apresentaremos alguns dos principais impactos causados pelo cultivo de eucalipto levantados por pesquisadores, de modo a observar se os mesmos coincidem, se aproximam ou não com as percepções dos agricultores a este respeito.

Um dos problemas mais recorrentes creditado ao plantio de eucalipto, diz respeito aos seus impactos hidrológicos. Aliás, este é um dos pontos mais polêmicos levantados nos debates sobre os prejuízos ao meio ambiente provocados pelo cultivo, por aqueles que se colocam contra a atividade. Em relação a este debate, Lima (2007) apresenta um trabalho de Whitehead & Beadle (2004), autores que analisaram aspectos que devem ser levados em conta para a compreensão do sistema de consumo de água do eucalipto, quando comparados nesse quesito com outras plantas. Dentre estes aspectos encontram-se taxas de transpiração, índice de área foliar, eficiência de uso da água, perdas por interceptação e balanço hídrico. Assim, uma das principais conclusões destes autores é a de que o eucalipto não consome mais água por unidade de biomassa produzida do que diversas espécies vegetais.

Vital (2007) defende que os impactos causados pelo cultivo de eucalipto em lençóis freáticos, pequenos cursos d'água ou bacias hidrográficas, dependem da região que se insere a plantação. Para ele tais problemas ocorrem apenas quando a planta é introduzida em regiões de pouca chuva. Além disso, segundo o autor, estes impactos dependem também da distância entre as plantações e a bacia hidrográfica, e da profundidade do lençol freático.

Em um polo oposto Viana (2004) apresenta um relato do pesquisador sul-africano Harald Witt, extraído de no painel "*O Eucalipto e a Água: Verdade ou Falácia?*", que integrou o Seminário Internacional sobre Eucalipto e seus Impactos, realizado no ano de 2001, pela Comissão de Agricultura e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Neste evento, o palestrante afirma que na África do Sul já

existe um consenso de que os cultivos de árvores como pinus e eucalipto interferem na disponibilidade de água daquele país. Sendo a questão, definir a intensidade dessa interferência e os meios para impedi-la. Ainda segundo o depoimento deste palestrante, apresentado por Viana (2004), na África do Sul, diante dos prejuízos aos recursos hídricos e devido ao enorme consumo de água desta atividade, estava sendo discutindo, naquele momento, uma forma de cobrar dos proprietários de grandes plantações de pinus e eucalipto um imposto.

E os agricultores de base familiar de Domingos Martins, o que pensam a este respeito, uma vez que este município é conhecido pela sua vasta disponibilidade de água, além de cachoeiras, nascentes e córregos, que cortam várias propriedades rurais? Ao perguntarmos ao agricultor C.B., ex-integrado, se o mesmo acreditava que, porventura, o cultivo de eucalipto poderia causar algum dano ao ambiente, imediatamente o mesmo respondeu que sim, e sua primeira observação a este respeito estava relacionada, justamente, ao consumo de água que o plantio de eucalipto demanda. Vejamos alguns trechos do relato do entrevistado:

Ele [o eucalipto] é um espalhador de chuva e um chupador de água. Eu acho que ele prejudica muito o meio ambiente. Ele tira a chuva, e a chuva que cai dentro dele não vai para o córrego, hoje você entra lá no meio do eucalipto e vê que tá sequíssimo, e se você entrar numa mata daqui você vê como tá molhado (C.B, agricultor ex-integrado).

O interessante é observar que para organizar sua percepção, da mesma forma que os pesquisadores citados por Viana (2004) fazem, porém, por meio de sua experiência cotidiana no trabalho na terra, este agricultor traça uma comparação entre os solos da região ocupados pelo eucalipto e aqueles ocupados pela floresta nativa. E, como vimos, para ele, basta apenas confrontarmos a umidade do solo de cada uma das duas áreas, para percebermos como o eucalipto consome água de forma mais intensa que as demais vegetações presentes naquela região.

Ainda neste sentido, Vital (2007), fundamentando-se no trabalho de Almeida e Soares (2003), observa que em períodos de estiagem é possível perceber que a quantidade de água presente nos solos cultivados com eucalipto é menor que nos solos ocupados com florestas de mata atlântica. Isto ocorre, segundo os autores, porque as árvores presentes nas florestas de mata atlântica têm raízes longas que chegam a atingir a profundidade de 5 metros, ao passo que as raízes do eucalipto não passam de 2,5 metros, ou seja, possuem no máximo a metade do tamanho das raízes das árvores,

características da mata atlântica. Então, a mata atlântica por buscar água em profundidades maiores que o eucalipto, produz um menor ressecamento no solo.

Ademais, na percepção do ex-integrado C. B, o eucalipto também é responsável por diminuir a disponibilidade de água das nascentes daquela localidade: “*Então essas nascentes e águas que nós temos hoje tá enfraquecendo demais da conta*”. Aliás, preocupação com as nascentes foi tema recorrente nos depoimentos dos agricultores, como podemos perceber nas falas a seguir: “*Eu não sei não, mas planta eucalipto perto das águas pra você ver. (E.H, agricultor não integrado.)*” “*Com certeza, é a respeito da água, a água vai acabar por causa do eucalipto. (...)* Isso aí [o eucalipto] tá comendo a água todinha, depois não tem como voltar a água mais”. (O.K., agricultor não integrado). Ainda em relação a esta preocupação, segue abaixo o relato de dois agricultores a respeito dos impactos aos recursos hídricos, que em suas opiniões podem ser atribuídos as plantações de eucalipto:

Lá na região tinha uma família que passou toda a vida ali, ai os filhos foram vendendo a terra, ai hoje eles ficaram num lugarzinho lá e nem tem mais água pra beber, vive ali quase sem água, acabou a água na propriedade, e nós vimos que lá existia mesmo muita água, eles plantavam e irrigavam, sobrava água (C.B., agricultor ex-integrado).

Agora, realmente eu não sou a favor de plantar numa área próxima a nascente, uma área que você possa plantar outras culturas. É uma cultura que cresce muito rápido, então é claro que ela precisa de mais nutrientes do que outra cultura qualquer. Só pelo crescimento a gente percebe (M.S., agricultora integrada).

Além de relacionar o cultivo do eucalipto com a diminuição da disponibilidade de água de nascentes e córregos que atravessam as propriedades da região, muitos dos agricultores entrevistados associaram a diminuição e irregularidade da distribuição de chuvas na localidade à expansão do cultivo de eucalipto a partir de meados nos anos 1990:

Teve uma mudança porque bem mais antigo a gente tinha a previsão que em setembro você podia plantar as roças todinhas, porque quando chegava setembro não falhava a chuva. Hoje não, o pessoal ficou esperando ai e a chuva não chegou. A gente plantou um pouco de milho lá, mas hoje ainda tava seco, não tá germinando bem. Eu não sei se foi impacto do eucalipto ou o que deu esse impacto, porque, não sei se você tem observado esse mapa que eles fazem por satélite, nessa área de Domingos Martins a mata e o eucalipto estão a 50% cada um (E.B., agricultor integrado).

Do mesmo modo, outros dois agricultores, o primeiro que já foi integrado ao setor de papel e celulose e o segundo um agricultor não integrado, também consideram que a alteração na distribuição das chuvas na localidade pode ser resultado da disseminação do cultivo de eucalipto:

Antes parece que chovia mais, agora chove muito pouco. Tem gente que fala que é por causa do eucalipto, ele parece que solta alguma coisa que não deixa chover, eu não sei. Muita gente fala que sim (M.B., agricultor ex-integrado).

Além da interferência na distribuição das chuvas e da destruição de nascentes, alguns agricultores entrevistados associaram o assoreamento de rios e, por conseguinte, a ocorrência de enchentes e alagamentos na região, a expansão do cultivo de eucalipto através do fomento florestal. A este respeito, a agricultora integrada M.S., ao ser indagada se achava que os plantios de eucalipto causavam algum impacto ao ambiente local, sua resposta foi a seguinte: “*A água secou, dá muita enxurrada.*” De forma parecida com esta agricultora, o agricultor ex-integrado C.B, faz a seguinte colocação, em virtude da construção das estradas exigidas para o escoamento da madeira produzida:

Em compensação acontece problema por causa da estrada também, tá dando muita enchente nos rios. Há cinco anos atrás não tinha estrada pra tudo quanto é ponta de morro, a estrada bate lá naqueles pontões de morro que em menos de meia hora esta dentro do rio, em menos de uma hora o rio tá alto. Porque se chovesse e não tivesse estrada nem o eucalipto, ia chover e ficar parado lá, daqui não sei quantos anos o rio ia ficar sempre naquele estado, não ia subir de vez nem abaixar mais. Quando o rio sobe um dia ou dois dias ele abaixa de novo. Esse pouquinho de chuva que dá ai o eucalipto não deixa chegar no rio (C.B., agricultor ex-integrado).

Diante dos relatos é possível perceber que apesar de parte da literatura a respeito dos impactos ao ambiente, causados pelo cultivo de eucalipto. afirmar que este não promove mais problemas aos recursos hídricos que outras plantas e/ou atividades agrícolas, na percepção dos agricultores tais impactos acontecem sim e, com muita frequência. Neste sentido, Lima (2007) assevera que essas posições controversas revelam a necessidade de avaliar de uma forma diferente a relação entre o cultivo de eucalipto e a água. Deste modo, este autor ressalta que uma análise de laboratório, restringida a comparação entre o consumo de água entre diversas plantas, dentre elas o eucalipto, é insuficiente para descaracterizar os impactos causados pelo plantio de

árvores para a indústria. Portanto, torna-se fundamental considerar outros aspectos.

Conforme o autor:

Em outras palavras, a questão fundamental a ser abordada na relação entre florestas plantadas e a água deve envolver sim o consumo da água, mas deve, com certeza, incluir muitas outras considerações tais como a qualidade da água, a sedimentação, a qualidade do ecossistema aquático, a hidrologia da microbacia, a permanência dos fluxos de base, o controle dos picos de vazão, assim como o princípio fundamental de equidade ao acesso à água (LIMA, 2004, p.2).

Assim, para Lima (2004), as observações dos agricultores em relação aos impactos ambientais causados pelo eucalipto, discutidas anteriormente, não estão ligadas apenas à quantidade de água consumida pela plantação, mas podem ser associadas diretamente ao modo de como o manejo do cultivo de eucalipto tem utilizado os recursos hídricos disponíveis, bem como as consequências desse manejo para a qualidade da água, recurso primordial para a agricultura.

Se há controvérsias em relação a determinados impactos ambientais do monocultivo de eucalipto, a exemplo dos impactos hidrológicos, quando o assunto é a diminuição da biodiversidade decorrente dessa atividade, parece que há um consenso. Assim, aqueles que se colocam a favor desta atividade tendem, em seus trabalhos, a atenuar tal problema, apesar de reconhecê-lo. Por outro lado, os setores que se colocam contra aos extensos plantios da espécie, destacam como a atividade tem impactado a biodiversidade diversas regiões. Esta questão torna-se interessante de ser observada na área que se configurou como local de pesquisa para este trabalho, na medida em que, como já destacamos em outros momentos, a mesma comporta uma das maiores reservas de Mata Atlântica do Espírito Santo.

Ao abordar a relação entre o monocultivo de eucalipto e a biodiversidade, Vital (2007) faz uma ponderação e afirma que estes impactos irão depender do bioma e da condição prévia da região onde o plantio for introduzido. Deste modo, para ele, se as plantações forem introduzidas em regiões de floresta nativa, o resultado será a diminuição da biodiversidade, situação que *“pode ocorrer por causa de sombras, competição por água e nutrientes, perturbações no solo, efeitos alelopáticos (efeitos de substâncias químicas do eucalipto sobre outras formas de vegetação) ou efeitos cumulativos sobre o solo”* (VITAL, 2007, p. 256 *apud* POORE e FRIES, 1985).

Contudo, segundo o autor, se as plantações de eucalipto forem introduzidas em áreas de savana ou em regiões desmatadas, podem promover aumento da biodiversidade.

Para Viana (2004) a ausência ou a diminuta biodiversidade em plantações de eucalipto é a crítica mais inconteste acerca dos efeitos danosos ao meio ambiente promovidos por esta atividade. Além disso, o autor acrescenta que é indubitável o fato de que qualquer monocultura é incapaz de conter uma grande diversidade de fauna, já que não dispõe de nichos apropriados para as diversas formas de vida. Outra hipótese que o autor afirma ser levantada é a de que a ausência de água e o fato da folha de eucalipto ser indigesta para os animais contribuam para a baixa diversidade de espécies no interior destas árvores. Vital (2007) acrescenta que em plantações de eucalipto extensas como as comerciais, mesmo que apresentem outras espécies de árvores, poucas espécies de aves se adaptarão naquele espaço, dada a pouca disponibilidade de alimentos, por exemplo. Soma-se a isso, o fato do eucalipto comercial ser cortado em no máximo sete anos, o que impede a criação de habitats para a vida silvestre, já que a maximização da produção é o objetivo da empresa.

Ao abordar os impactos ambientais do eucalipto, os agricultores de Domingos Martins também percebem alterações na biodiversidade da região. Assim, foi muito comum entre os depoimentos dos mesmos a advertência de que nas plantações de eucalipto há, por exemplo, pouca ou nenhuma espécie de animal, conforme os trechos abaixo extraídos de uma das entrevistas:

(...) Se você pegar uma área, cercar ela e deixar reflorestar, você não vai mexer nela. Aquilo ali vai criar capim e tudo. Mas o que adianta reflorestar com eucalipto se dentro de 7 anos você vai lá e corta tudo? Eu não sei não, mas planta eucalipto perto das águas pra você ver. (...). O meio ambiente com isso ai tá pior porque onde tem eucalipto é preferível ter pasto, porque pelo menos ali tem uma vida andando, e no eucalipto nem passarinho vai (E.H., agricultor não integrado).

É interessante perceber que assim como os estudiosos levantaram, E.H, um agricultor não integrado entende que, dentre outros fatores, não é possível estabelecer uma biodiversidade entre as plantações de eucalipto, já que depois de sete anos as árvores são cortadas. Assim como o relato apresentado, há outros relatos semelhantes, em que os agricultores expõem suas preocupações a respeito dos impactos à fauna e flora causados pela disseminação do cultivo de eucalipto em larga escala: “*você vê que onde tem eucalipto não tem um passarinho dentro, não tem nada, só tem aquelas terras limpas debaixo. Não dá fruta, não dá nada* (O. K, agricultor não integrado)”.

E sem falar que dentro do eucalipto não tem vida, você não vê bicho no meio do eucalipto, não tem passarinho, não vê nada (...). A gente não vê nenhum tipo de bicho, por exemplo, onde tem, aparece tatu, essas coisas, mas é porque tem uma mata na beira, agora onde tem só eucalipto você não vê nada (F.L., agricultor não integrado).

Além destes impactos, vimos nas reflexões anteriores que Vital (2007) fundamentado em outros estudiosos que apresenta ao longo de seu trabalho, menciona que o eucalipto pode ter implicações alelopáticas. Isto significa que a planta pode exalar substâncias químicas que podem causar efeitos a outras formas de vegetação, criando, por exemplo, no solo onde está inserida condições desfavoráveis ao crescimento de outras plantas ao seu redor. Segundo Viana (2004), esta situação, em longo prazo, poderia culminar no desaparecimento do ecossistema original. Assim como estes autores, no entanto, sem dominar o nome científico desse possível efeito do eucalipto, os agricultores apontam em seu relatos que desconfiam que a planta pode emitir alguma substância prejudicial aos demais seres vivos:

E sem falar que dentro do eucalipto não tem vida, você não vê bicho no meio do eucalipto, não tem passarinho, não vê nada, inclusive, eu não tenho dados que comprovem isso, mas eu acho que só do fato da gente trabalhar no meio do eucalipto, ele libera alguma toxina que faz mal pra gente porque, um exemplo, no meio do eucalipto você não vê nenhum passarinho fazendo ninho num pé de eucalipto, você não vê outros bichos, acredito eu que ele solte alguma toxina que nada botar um ovo, um passarinho chocar e nascer acredito eu que há um impacto físico na gente também, a gente fica no meio do eucalipto, deve fazer alguma alteração no nosso organismo (F.L., agricultor não integrado).

Além disso, a gente nota que a propriedade que tem em volta dela eucalipto, até pra você criar uma criação fica mais difícil. Depois que nasceu eucalipto em volta da minha propriedade aqui, eu já perdi umas 8 cabeças de criação. Eles morrem, secam (M. F., agricultor não integrado).

A partir das reflexões desenvolvidas acima, observa-se que apesar de, obviamente, não fazer uso dos termos técnicos e científicos para se referir aos impactos ao ambiente causados pelo cultivo de eucalipto, os agricultores integrados e não integrados ao setor de papel e celulose, que vivem e trabalham em uma região em que o cultivo de eucalipto encontra-se disseminado, associam diversos impactos constatados naquele local ao cultivo. Problemas estes que coincidem com afirmações, ainda que às vezes vagas, de pesquisas científicas a respeito do tema. Deste modo, se a experiência dos agricultores, tanto integrados, quanto não integrados apontam problemas, junto com tais indicações emerge a necessidade do estabelecimento de

pesquisas que levem em conta tais percepções, pois, um caminho para descortinar certas controvérsias que envolvem a definição dos reais impactos do monocultivo de eucalipto pode ser através daqueles que vivenciam os impactos no seu cotidiano.

Com este debate finalizamos este capítulo e também a tese. Refletir a respeito das perspectivas e interpretações dos agricultores que participam do sistema de integração na produção de eucalipto ou, mesmo a partir das interpretações de agricultores não integrados, mas que vivenciam suas consequências, em certa medida, nos aproximou de forma mais significativa do caso estudado. A partir dos depoimentos analisados constatamos que os agricultores integrados nunca dependem apenas do cultivo de eucalipto para garantir a sua sobrevivência, sendo esta a estratégia que fundamenta a possibilidade de resistência dentro do próprio sistema de integração. Se estes agricultores ficassem a mercê apenas de uma cultura de longo prazo como o eucalipto em toda sua propriedade, dependeriam somente do trabalho fora dela para sobreviver, trabalho este nem sempre encontrado, de modo que colocariam em risco a sua subsistência e a de sua família.

O cultivo de café é uma das atividades que garante a tão procurada segurança destes agricultores, tanto integrados quando não integrados. Assim, se por um lado a atividade permite a resistência e adaptação dos agricultores dentro do próprio sistema de integração, já que comumente planta-se eucalipto, mas dificilmente abandona-se o cultivo de café, por outro lado, por ser uma atividade considerada lucrativa e de comercialização garantida, a cafeicultura favorece a resistência dos agricultores ao programa. Tanto é assim, que 1) apenas em momentos de crise na atividade é que agricultores não integrados pensaram na possibilidade de ingressar no fomento florestal; 2) é muitas vezes a partir de uma conjuntura de crise na cafeicultura que agricultores optam por se integrar.

Foi possível observar também que há agricultores que utilizam o próprio sistema de integração para sair do programa. Uma vez que se torna demasiadamente custoso abandonar o cultivo de eucalipto após a introdução do plantio, em virtude dos tocos que sobram do corte, alguns agricultores aproveitam a rebrota do plantio e, com isso, passam a cultivar eucaliptos de maneira independente. Esta produção poderá ser comercializada com serrarias locais, que pagam um preço mais convidativo que o da própria indústria. Deste modo, mesmo que o programa de fomento florestal enfraqueça na região, já possibilitou ali a disseminação cultivo de eucalipto.

Com efeito, é possível que a eucaliptocultura se alastre e se torne uma cultura tradicional na localidade, tendo em vista os plantios independentes, caso os agricultores percebam vantagens na comercialização do produto em outros canais. Todavia, caso esse alastramento venha se confirmar, pelo depoimento dos agricultores, depreende-se que 1) o plantio de eucalipto ainda sim, se tornará secundário, tendo em vista a importância dada à cafeicultura; 2) que os agricultores, tendem a manter a diversificação em suas propriedades; 3) que as áreas escolhidas para introdução do cultivo serão, inicialmente, as consideradas degradadas, a exemplo das terras destinadas a pastagens. Isto porque, os agricultores asseveram que, em geral, não introduzem eucalipto em áreas consideradas férteis.

Diante dessa possibilidade de expansão do cultivo de eucalipto por meio do fomento florestal os movimentos sociais que se colocam contra a atividade se deparam com um desafio que repousa em como fazer a crítica à atividade e, ao mesmo tempo, dialogar com os agricultores de base familiar que decidiram por ingressar na atividade, tanto através do fomento florestal, quanto de forma independente. As principais questões discutidas neste capítulo, juntamente com as reflexões realizadas nos demais serão retomadas nas considerações finais da tese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção retomamos alguns dos debates apresentados ao longo da tese. Longe de serem conclusivas, as considerações que traçaremos aqui têm o objetivo de alinhar reflexões que julgamos ser centrais para cada um dos capítulos trabalhados, relacionado-as. A tese teve como objetivo analisar a conformação do complexo florestal celulósico no Brasil, a introdução da indústria fabricante de papel e celulose no Espírito Santo e, sobretudo, a criação e funcionamento do programa de integração agroindustrial desenvolvido pela Aracruz Celulose S/A e mantido pela Fibria Celulose S/A no referido estado, chamado também de fomento florestal. Neste programa o integrado, conhecido popularmente como fomentado, recebe da empresa mudas, um pacote de insumos e assistência técnica, comprometendo-se contratualmente a produzir eucaliptos que serão comercializados com a empresa no futuro. Todo e qualquer adiantamento fornecido pela empresa é convertido em madeira e pago no momento da entrega da colheita nos depósitos indicados pela mesma. O preço pago pela madeira é definido pela empresa, tendo como base o IGP-M.

Para fundamentar a nossa análise, privilegiamos a visão dos atores diretamente envolvidos nesse processo. Assim, nos concentramos tanto nas informações extraídas a partir de entrevistas com agricultores integrados e não integrados ao complexo florestal celulósico, quanto nas entrevistas realizadas com representantes de movimentos sociais e ONGs ligados ao debate sobre a eucaliptocultura, representantes de órgãos de assistência técnica e extensão rural, além do representante da empresa integradora. Interessou-nos, especialmente, as interpretações destes atores sobre o fomento florestal. Para a constituição da tese fez-se também necessária à análise de documentos relacionados à introdução da produção de eucalipto no Espírito Santo e ao fomento florestal – a exemplo do relatório da Economia e Engenharia S/A- ECOTEC e do estudo elaborado por Rezende *et al.* (1994) – e de leis e decretos que orientaram a disseminação do cultivo de eucalipto no país e a criação dos incentivos fiscais concedidos a indústria de papel e celulose.

Dito isso, no capítulo 1 procuramos demonstrar, ainda que brevemente, alguns dos elementos relacionados ao processo de industrialização, condição fundamental para a modernização da agricultura. Para tanto, apresentamos algumas das reflexões

desenvolvidas por Goodman *et al.* (2008) a respeito da culminância de um processo de industrialização e, por conseguinte, da emergência da modernização da agricultura. Segundo os autores, a industrialização coloca uma demanda crescente de mão de obra para o trabalho nas fábricas, esta mão de obra é buscada no campo, cuja consequência é o êxodo rural e, por conseguinte, um crescente processo de urbanização. A diminuição da mão de obra no campo exige métodos mais eficientes na produção de alimentos, para uma população cada vez maior. Ao mesmo tempo, de um lado a indústria se apropria de elementos naturais inerentes a produção agrícola, convertendo-os em fatores industrializados, processo denominado pelos autores de *apropriacionismo* e, de outro substitui produtos agrícolas como alimentos e fibras naturais também por artigos fabricados nas agroindústrias, processo chamado por Goodman *et al.* (2008) de *substitucionismo*. Uma vez que, neste caso, modernizar consiste em subordinar a natureza ao capital, através da mudança na base técnica da produção agrícola, este processo culmina na modernização da agricultura.

Em seguida, estabelecemos uma reflexão sobre a aproximação entre agricultura e indústria no Brasil. Para tanto, pontuamos importantes períodos históricos que antecederam e culminaram na industrialização brasileira, desencadeada a partir dos anos 1930, na medida em que julgamos que está é condição fundamental, para a posterior modernização da agricultura no país. Feita esta observação, analisamos como se deu a modernização da agricultura brasileira e a ascensão e/ou reestruturação das agroindústrias nesse processo, posto que é justamente a partir destas unidades industriais que são criados sistemas de integração agroindustrial. Com este intuito resgatamos as discussões sobre complexo agroindustrial e complexos agroindustriais, desenvolvidas por autores como Kageyama *et al.* (1987), Müller (1989), Delgado (1985; 2012), Silva (1991), dentre outros. Estas discussões, de certo modo, influenciaram as definições de complexo florestal e complexo florestal celulósico elaboradas, respectivamente, por Soto (1992) e Faillace (1996), apresentadas no capítulo 3.

Ainda no capítulo 1 buscamos definir o que entendemos por produção integrada, integração agroindustrial ou integração produtiva, denominações dadas para um mesmo sistema em que agricultores, por meio de contratos, se convertem em fornecedores de matéria-prima para as agroindústrias processadoras. Colocada esta definição, destacamos alguns trabalhos dedicados ao estudo do tema. Devido à centralidade e

importância no assunto, apesar de termos ciência das limitações em função da época em que foram elaborados, privilegiamos alguns trabalhos publicados nas décadas de 1980 e 1990, momento em que há uma grande produção relacionada à temática integração agroindustrial no Brasil, dentre os quais se encontram os estudos de Belato (1985), Paulilo (1990), Mior (1992).

No capítulo 2 analisamos o processo de industrialização do Espírito Santo e de modernização de sua agricultura, fatores que motivaram a introdução dos grandes projetos industriais no estado, dentre os quais se encontra o complexo florestal celulósico. Com este intuito ressaltamos a importância da cafeicultura para a economia do estado e para o modelo de organização da propriedade que prevaleceu no mesmo, bem como as consequências derivadas da crise na atividade. A constatação da importância da cafeicultura, realizada principalmente por agricultores de base familiar, em sua maioria imigrantes e descendentes de imigrantes, nos permite compreender a centralidade que a atividade tem até os dias de hoje para os agricultores da região estudada. Ademais, verificamos que é impossível entender como se deu a introdução do cultivo de eucalipto no Espírito Santo, sem considerar a crise na cafeicultura desencadeada a partir da segunda metade da década de 1950. Foi, justamente, por um lado, em razão da busca por alternativas destinadas a promoção da diversificação das atividades agropecuárias no estado, dada a crise no café, e, por outro, em virtude dos incentivos fiscais concedidos a atividade, que o plantio de eucalipto foi introduzido e, com ele, a indústria fabricante de papel e celulose no Espírito Santo.

No capítulo 3 resgatamos as condições que favoreceram a utilização do eucalipto como matéria-prima principal para a indústria de papel e celulose. A constatação da possibilidade de utilização do eucalipto e, por conseguinte de celulose de fibra curta, na fabricação de papéis no final da década de 1950, provocou uma guinada na indústria brasileira deste segmento até então, bastante rudimentar. Esta, por sua vez, passou a fabricar a sua matéria-prima, antes, majoritariamente importada. Devido às condições favoráveis ao cultivo de eucalipto presentes no país e, sobretudo, em virtude dos incentivos governamentais destinados a introdução dos plantios e não só a fabricação de papel, mas também a produção de celulose para exportação, o Brasil se tornou um dos maiores produtores de celulose de fibra curta do mundo, sendo a Aracruz Celulose S/A a maior empresa do mundo neste segmento.

Assinalamos, ainda no capítulo 3, como se estruturaram os incentivos fiscais destinados ao cultivo de eucalipto e a fabricação de papel e celulose e destacamos os caminhos que conduziram a sua extinção, cujo marco foi a crise ocorrida no país na década de 1980. De modo geral, o fim destes benefícios obrigou os segmentos dependentes de madeira, a exemplo do siderúrgico e do fabricante de papel e celulose a desenvolverem estratégias alternativas de obtenção de matéria-prima, especialmente, o eucalipto. Uma das saídas encontradas pelas empresas foi à criação – a partir da segunda metade da década de 1980 e, principalmente, nos anos 1990 – de programas de produção integrada de eucalipto, conhecidos também como fomento florestal.

A realização de programas desse tipo apresenta diversas vantagens para a empresa integradora, como bem observaram Pedreira (2004) e Pedrão (2004), dentre as quais se encontram: 1) o acesso à matéria-prima com preços e estruturas de custos mais competitivas; 2) a diminuição da necessidade de imobilização de capital em terra que, por sua vez, pode ser investido em outros setores; 3) a transferência dos riscos, inclusive políticos, inerentes ao cultivo de eucalipto, bem como da fiscalização, de cuidados com a produção e de gastos com a legislação trabalhista para os agricultores integrados.

Com efeito, se no capítulo 3 mencionamos de forma mais geral como se estrutura um programa de fomento florestal, no capítulo 4 nos dedicamos a analisá-lo de modo mais detalhado, tendo em vista o Programa Produtor Florestal criado pela Aracruz Celulose S/A e gerenciado atualmente pela Fibria Celulose S/A, nosso estudo de caso. Neste sentido, primeiramente, discutimos as condições que favoreceram a introdução da eucaliptocultura no estado e, por conseguinte, a instalação da Aracruz Celulose S/A. Em seguida, analisamos as interpretações da empresa acerca do fomento florestal, tendo como base entrevista realizada com o coordenador do programa. Além de ser coordenador do programa de fomento florestal da Fibria, este entrevistado foi também técnico de fomento florestal da Aracruz Celulose S/A, o que nos permitiu ter acesso, com a entrevista realizada, a informações sobre a organização da assistência técnica concedida pela empresa dentro do programa de fomento florestal.

Observamos no capítulo 4, que a criação da Aracruz Celulose S/A no Espírito Santo foi conduzida por um grupo de empresários que, aproveitando-se por um lado, do momento político e econômico estadual, marcado pela crise do café e início da industrialização e, por outro, do federal, em virtude dos incentivos fiscais concedidos a eucaliptocultura e a fabricação de papel e celulose, além do trânsito que tinham na

esfera pública, conseguiram colocar a criação de uma indústria de papel e celulose como um dos grandes projetos industriais pensados para o Espírito Santo na década de 1970, projetos estes, intrinsecamente ligados à ideia de modernização do estado.

A instalação da Aracruz, no entanto, foi precedida pela realização de um estudo pela empresa de consultoria ECOTEC, denominado “*Potencial Florestal e Silvicultura no Estado do Espírito Santo*”, orientado pela CODES e financiado com recursos do IBC. Este estudo, conforme assinalamos no capítulo 4, tinha como objetivo levantar a viabilidade do cultivo de eucalipto no estado. A eucaliptocultura, nessa perspectiva, se configuraria em uma das formas de diversificação das atividades realizadas no campo capixaba, de modo a aproveitar os recursos advindos do governo federal destinados a contornar os problemas derivados da crise do café, ocorrida na segunda metade dos anos 1960.

O estudo da ECOTEC publicado em 1967: 1) indicou o Espírito Santo como o estado que reunia as condições (políticas, econômicas e naturais) favoráveis ao cultivo de eucalipto; 2) enumerou as áreas prioritárias para a introdução da atividade, dentre as quais se destaca o município de Aracruz onde foi de fato introduzida as unidades fabris da empresa homônima; 3) Enfatizou a existência de solos empobrecidos no estado, sendo a única solução economicamente viável a introdução do eucalipto; 4) colocou a possibilidade dos agricultores de base familiar substituírem a produção de café pelo eucalipto que poderia suprir as fábricas; 5) mas, assumiu que estes agricultores, em virtude de possuírem pequenas propriedades, teriam dificuldades em garantir a subsistência apenas com o cultivo de eucalipto, devido ao tempo que precede a colheita; 6) E assinalou que em regiões de maior declividade, como no caso de Domingos Martins, era preferível que a empresa comprasse madeira de terceiros ao invés de introduzir plantios próprios, já que nestes locais as despesas com a produção custariam 50% a mais que em terrenos planos. Portanto, para a própria empresa, ainda embrionária, eram visíveis as dificuldades que agricultores de base familiar enfrentariam ao decidirem por cultivarem eucalipto, principalmente, em regiões de grande declividade.

Comprovada a viabilidade do projeto, em 1978, em Barra do Riacho, distrito pertencente ao município de Aracruz, foi criada a primeira fabricada da Aracruz Celulose S/A chamada de A. Em 1991 foi criada a Fábrica “B” e em 2002 a Fábrica “C”, localizadas também em Barra do Riacho. Como a escala de produção das fábricas

de celulose é alta, as empresas, procuram integrar as etapas produtivas. Isto sugere uma atuação que compreenda desde a exploração florestal até a comercialização dos produtos (ACSELRAD, 2007). Desta forma, para garantir matéria-prima para o trabalho das fábricas, na mesma intensidade em que aumentou sua planta industrial, a Aracruz Celulose S/A expandiu o cultivo de eucalipto no Espírito Santo. Em um curto espaço de tempo a empresa tornou-se um grande complexo florestal celulósico, maior produtor de polpa branqueada de celulose de eucalipto no mundo, e uma dos maiores proprietários de terra no Espírito Santo.

Todo este processo não ocorreu sem conflitos, uma vez que para angariar terras para a introdução do monocultivo de eucalipto e instalação das unidades fabris mencionadas, a empresa se valeu também de processos violentos e ilícitos, em certa medida, com a anuência do Estado. Em Aracruz, por exemplo, a empresa ocupou terras pertencentes aos indígenas das etnias Tupiniquim e Guarani Mbya. Em Conceição da Barra e São Mateus, se apropriou do território de populações remanescentes de quilombos.

Apesar de ser reconhecida como uma grande proprietária de terras no Espírito Santo, nos anos 1990, a Aracruz Celulose S/A apresentava necessidade de expansão da sua produção (FASE, 2002). Para tanto, era preciso aumentar as áreas cultivadas com eucalipto, de modo a garantir matéria-prima para suas fábricas. Contudo, como vimos no capítulo 3, devido à crise econômica da década de 1980, a empresa já não podia contar com incentivos governamentais destinados ao setor, uma vez que foram extintos. O preço da terra no Espírito Santo também havia se elevado, em virtude de fatores como a industrialização do estado e modernização de sua agricultura, e também devido a concentração de terras provocadas, em parte, pela introdução da própria empresa.

Além disso, os conflitos em torno das ações da empresa estavam acirrados, e as críticas de movimentos sociais, ONGs e da sociedade civil relacionadas aos impactos atribuídos ao monocultivo de eucalipto se elevaram. Neste sentido, na tentativa de superar este contexto adverso, a saída encontrada pela empresa foi a compra de terras na Bahia para instalação de novos plantios de eucalipto e a criação do sistema de integração agroindustrial. Deste modo, constatamos que, em relação aos motivos que conduzem a opção das empresas pelo fomento florestal, soma-se a conjuntura mais geral, marcada pelo fim dos incentivos fiscais, os problemas e questões específicos de cada uma e em cada região.

O fomento florestal foi introduzido no Espírito Santo pela Aracruz Celulose S/A em meados da década de 1990 e os primeiros contratos de integração foram realizados nas áreas mais próximas das unidades fabris, de modo a facilitar o transporte da matéria-prima que era produzida pelos integrados até as unidades processadoras. Dentre estas áreas encontra-se a região serrana do estado e o município de Domingos Martins, local de nosso trabalho de campo. Posteriormente, o fomento florestal atingiu o norte do estado e outras regiões do país. Até meados de 2012 o programa de fomento florestal mantido pela Fibria ainda se organizava nos moldes de sua implantação pela Aracruz Celulose S/A, como descrevemos no início dessa seção. Neste sentido, a empresa não fazia distinção entre o perfil de seus integrados, embora a maioria dos contratos fosse realizado com agricultores de base familiar.

Todavia, com a tese, verificamos que há a intenção, por parte da Fibria de modificar o programa, sendo o alvo os novos contratos de integração. A alteração teria como cerne a diferenciação entre perfis de integrados, tendo em vista suas características fundiárias, cujo intuito é orientar a distribuição dos pacotes de insumos fornecidos pela empresa para a introdução dos plantios. Dentre os perfis de integrados, estabelecidos pela empresa, encontra-se aquele definido como *produtor familiar*, sendo sua plantação de eucalipto chamada de *floresta familiar*. Nesta classificação estão inclusos integrados que possuem até 5 hectares de terra cultivados com eucalipto.

A grande novidade nessa alteração é que a diversificação de atividades e a utilização de mão de obra familiar na propriedade serão condição exigidas pela empresa para agricultores com este perfil se integrarem. A empresa 1) oferecerá ao agricultor com este perfil um pacote diferenciado para iniciar os plantios; 2) não permitirá que ele plante eucalipto em mais de 30% de sua propriedade; 3) ou que terceirize as etapas de plantio ou manutenção; 4) e colocará a possibilidade do agricultor desenvolver o plantio de eucalipto consorciado com outras culturas, mesmo sabendo que este tipo de plantio só é possível nos primeiros anos de cultivo. Ademais, não obrigará por contrato que o mesmo comercialize a madeira produzida com a empresa. Entretanto, se o integrado optar por vender a madeira em outros canais, terá que pagar toda a assistência técnica e insumos recebidos ao longo do contrato.

Entendemos estas alterações no fomento florestal como uma tentativa de resposta da empresa à resistência dos agricultores de base familiar ao programa. Como vimos por meio de Scott (2002), se uma quantidade significativa de agricultores

desenvolver estratégias de resistência a determinada ação ou política pensada para eles, são capazes de desestruturá-la. Assim, com o estabelecimento destas exigências a empresa busca conquistar aqueles agricultores que optam por não se integrar, uma vez tendo observado que muitos deles, por um lado, entendem que se integrar significa submeter-se à empresa e, por outro, que a eucaliptocultura comprometeria, em certa medida, suas estratégias de subsistência, em sua maioria, pautadas na diversificação produtiva e nos plantios consorciados, haja vista o pequeno tamanho de suas propriedades. Aliás, como observamos no capítulo 5 e destacaremos a seguir, é justamente, o cultivo de café atrelado a realização de outras atividades agropecuárias, a estratégia utilizada tanto pelos agricultores para resistirem dentro do sistema de integração na produção de eucalipto, quanto para resistirem ao programa.

Atualmente a madeira produzida por integrados dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia responde por 26% da matéria-prima processada nas três unidades da Fibria localizadas no Espírito Santo. Desses 26%, 65% são produzidas somente no Espírito Santo. Mas, então, o que impede a empresa de desenvolver estratégias mais agressivas de modo a expandir o seu programa? Porque, mesmo com todas as vantagens para a empresa relacionadas à integração agroindustrial na produção de eucalipto, reconhecidas não só pelos pesquisadores que mencionamos, como Diesel *et al.* (2006), Pedreira (2004) e Pedrão (2004), mas inclusive pela própria empresa, a mesma ainda produz a maior porcentagem de matéria-prima que utiliza?

Porque além da dificuldade de convencimento dos agricultores a ingressar no fomento florestal, como observamos no capítulo 5, a empresa esbarra em outro problema: a necessidade e dificuldade de certificação da madeira produzida pelos integrados. Como relatamos no capítulo 3, dentre as estratégias de enfrentamento da crise da década de 1980 adotadas pelo complexo florestal celulósico no Brasil, com a finalidade de garantir maior competitividade e entrada de seus produtos no mercado internacional, encontra-se o desenvolvimento e participação em programas de qualidade na área industrial e florestal, de modo a observar às exigências e regulamentações dos principais países e regiões importadoras de papel e celulose. Uma dessas estratégias é certificar sua madeira por meio do programa *Forest Stewardship Council* - FSC. Este programa exige que 70% da madeira utilizada pela empresa seja certificada, sendo apenas 30% liberada dessa exigência.

Como a Fibria já trabalha com, aproximadamente, 26% de madeira não certificada, oriunda basicamente, da produção integrada e encontra dificuldades para certificar os agricultores integrados, devido a estrutura do FSC, atualmente não tem como ampliar a extensão de seu programa. A solução encontrada pela empresa é tentar, junto ao FSC, flexibilizar as exigências para a concessão de certificação ou a criação de uma linha específica de avaliação para a madeira produzida por integrados. Se esta estratégia surtirá efeito ou não, saberemos apenas no futuro. Todavia, esta tentativa de influenciar o FSC a modificar ou mesmo criar uma nova estrutura de certificação para a madeira produzida por integrados, demonstra a importância que o fomento florestal tem para a empresa e coloca a perspectiva que a mesma tem para o futuro, qual seja, a de produzir cada vez menos eucalipto e se centrar em seu objetivo principal, a fabricação de celulose.

Após abordarmos, no capítulo 4, as principais interpretações e planos da empresa para o fomento florestal, finalmente, no capítulo 5, nos dedicamos a analisar como os agricultores de Domingos Martins integrados ou não, interpretam o programa de fomento florestal. Ao analisarmos estas interpretações, tendo em vista as observações de Scott (1976; 2000; 2002; 2011), Ramalho e Esterci (1996), Menezes e Malagodi (2013), Menezes (2002); discutidas na introdução da tese, assumimos a perspectiva metodológica que toma os agricultores não como vítimas passivas frente a um contexto de sujeição econômica, política e cultural, incapazes de agirem e decidirem sobre sua própria vida, mas sim, que os mesmos configuram-se em atores reflexivos e que, portanto, atribuem racionalidade e sentido as suas ações, ainda que sejam explorados em virtude de suas decisões e condições.

Neste sentido, na tese entendemos que as estratégias de resistência dos agricultores em relação a situações de aparente dominação, nem sempre são manifestas abertamente através do confronto direto ou, para usar uma expressão de Scott (2000), por meio da transcrição pública, mas sim, ocorrem muitas vezes, de maneira velada e das mais variadas formas, como por exemplo, o plantio efetuado de modo diferente do determinado pela assistência técnica; a recusa em utilizar determinados equipamentos; o boicote a uma política pública de maneira silenciosa, apenas não participando das atividades relacionadas à mesma, etc., por isso, são raramente percebidas. A caracterização dos agricultores apenas como vítimas passivas, muitas vezes, decorre dessa invisibilidade das estratégias de resistências cotidianas e encobre uma série de

situações, cuja análise é de fundamental importância para compreendermos as escolhas e estratégias destes atores que, muitas vezes, tem a finalidade de mesmo em contextos de dominação, garantir a criação de espaços ou alternativas de autonomia.

Deste modo, partindo desses pressupostos e tendo em vista a perspectiva de Scott, buscamos considerar em nossa análise as formas de agir e o sentido que os agricultores atribuem as suas ações, dentro de contextos, comumente considerados de dominação. Daí emerge a justificativa de termos privilegiado, ao analisarmos o programa de fomento florestal realizado em Domingos Martins, as interpretações dos agricultores locais sobre o programa. Interessou-nos, sobretudo, observar as estratégias de resistência desenvolvidas pelos agricultores em relação ao sistema de integração e também dentro deste sistema.

Dito de outro modo, ao analisarmos as interpretações dos agricultores sobre o fomento florestal, procuramos perceber: 1) em que condições e como agricultores resistiram e ainda resistem as investidas da indústria para se integrarem; 2) em que conjuntura o agricultor opta por se integrar; 3) e uma vez integrado, quais as estratégias de resistência adotadas pelo agricultor para manter a sua subsistência e autonomia em relação, por exemplo a organização de sua propriedade e as atividades que deseja desenvolver para além da produção integrada, já que como discutimos, o cultivo de eucalipto é uma atividade arriscada, de longo prazo e que demanda exclusividade na área em que é realizada.

Em resposta a estes questionamentos, observamos que para os agricultores da região estudada, a cafeicultura, de um lado, configura-se em elemento fundamental para proporcionar a resistência ao programa de fomento florestal. E, por outro lado, é responsável, em determinadas conjunturas, por influenciar a decisão de agricultores a integrar-se. Os agricultores não integrados entrevistados, em sua maioria, explicam que não se integram devido ao tamanho da propriedade e dada à centralidade que o café tem para sua manutenção e reprodução. A cafeicultura é uma atividade tradicional na região, como observamos no capítulo 3, considerada lucrativa, dada a facilidade de comercialização da produção, passível de ser armazenada, funcionando como uma poupança, além de permitir a possibilidade de diversificação da propriedade, já que o café pode ser plantado em consórcio com outros cultivos. Ademais, seu retorno ocorre em curto prazo, diferentemente do eucalipto, cujos rendimentos demoram no mínimo cinco anos para serem auferidos.

Desta forma, muitos agricultores preferem a garantia da manutenção de seu grupo familiar, proporcionada por uma atividade conhecida e tradicional como o cultivo de café, a assumir o risco de introduzir uma atividade nova e incerta, como o cultivo de eucalipto, que em sua opinião pode colocar em questão a subsistência de sua família se, no decorrer do contrato, relativamente longo, ocorrer algum imprevisto. Deste modo, observamos ser a racionalidade dos agricultores entrevistados, em certa medida, próxima da ideia da economia moral assinalada por Scott (1976) que, dentre outros fatores, se fundamenta justamente, no princípio da segurança em primeiro lugar (*safety-first*) ou da aversão ao risco ou risco mínimo e na noção de subsistência como uma exigência moral (*right to subsistence*).

A opção pelo cultivo do café, em detrimento à produção integrada de eucalipto, também é fundamentada na valorização que os agricultores atribuem à atividade, há séculos, praticada na região. O agricultor que desenvolve a cafeicultura possui certo status e recebe o reconhecimento de seus pares, dada as obrigações relacionadas à atividade, discutidas, inclusive em vários espaços de socialização, ao passo que na eucaliptocultura, há pouco trabalho após o primeiro ano decorrido da introdução do cultivo, o que culmina em certa desvalorização da atividade. Neste sentido, até aqueles agricultores que decidiram integrar-se, ocupando grande parte de sua propriedade com o eucalipto, no momento em que a eucaliptocultura não demanda intensa mão de obra, colocam a possibilidade de trabalhar, por exemplo, na colheita do café de outros agricultores. Com isso, procuram suprir duas necessidades: 1) não ficar sem trabalho, já que como grande parte da área está ocupada com eucalipto as demais atividades, por serem realizadas em uma área menor, demandam menos tempo, 2) a melhoria de sua renda, uma vez que além dos adiantamentos da empresa há poucos espaços para garanti-la por meio do trabalho na própria propriedade.

Além disso, para os agricultores não integrados, a opção por não se integrar significa garantir a possibilidade de manutenção do plantio consorciado e, por conseguinte da diversificação de atividades em suas propriedades, favorecendo deste modo, sua resistência enquanto agricultor e a sua autonomia em relação às atividades escolhidas e à organização de sua propriedade. Pois entendem que se integrar significa se sujeitar aos desígnios da empresa.

A maioria dos agricultores integrados ou mesmo aqueles que pensaram na possibilidade de integrar-se interpretam a opção pelo programa como a última saída

encontrada para resistir no campo enquanto agricultores, em um momento de baixa nos preços do café. Esta observação foi constatada também, por uma liderança religiosa por nós entrevistada, esta presenciou as expectativas dos agricultores em relação ao programa no momento de sua introdução. Em função da conjuntura adversa que enfrentavam naquele momento, para muitos agricultores, a produção integrada de eucalipto figurava como uma possibilidade de mudarem a sua situação financeira. Principalmente, devido ao entendimento errôneo de que os adiantamentos financeiros oferecidos pela empresa para a realização de atividades relacionadas ao plantio se configurariam em benefícios que não seriam cobrados ao fim do contrato. Assim, aqueles que se colocaram contra o programa, como os segmentos religiosos receberam uma cobrança dos agricultores que solicitavam então, a viabilização de alternativas para enfrentamento de situações de crise.

A cafeicultura ainda é determinante para a opção pelo ingresso no fomento florestal, dado o dispêndio de mão de obra exigido pela atividade. Explicamos melhor: em um momento de declínio na mão de obra familiar para o trabalho no café, em virtude de fatores como envelhecimento da família, tendo em vista a migração dos filhos para a cidade, os agricultores cogitam a possibilidade de ingresso no fomento florestal, de modo a permanecer no campo.

Observamos que, assim como nos sistemas de integração agroindustrial analisados por Belato (1985), Paulilo (1990), Mior (1992), discutidos no capítulo 1, também na produção integrada de eucalipto os agricultores, geralmente, não dependem estritamente dos recursos advindos da eucaliptocultura para sobreviverem, isto porque, a maioria dos agricultores nunca planta apenas eucalipto. Apesar de se integrarem, reservam em suas propriedades áreas destinadas a produção de alimentos, ainda que estes sejam utilizados apenas para o autoconsumo. Esta constatação nos permite afirmar que o modelo de produção de eucalipto desenvolvido pelos integrados difere-se, diametralmente, do desenvolvido pela indústria que, por sua vez, privilegia o monocultivo.

Tendo em vista as observações inscritas nos diversos trabalhos de Scott (1976; 2000; 2002; 2011), analisados na introdução da tese, entendemos a manutenção da diversificação produtiva pelo agricultor integrado, em contraposição ao modelo de produção praticado pela empresa, como uma estratégia de resistência no interior do próprio sistema de integração. Isto porque, ao ingressar no fomento florestal e não

assumir a produção de eucalipto como única atividade, o agricultor integrado diminui os altos riscos inerentes ao cultivo silvícola em questão, visto que tais riscos poderiam inviabilizar até sua condição de agricultor. Esta estratégia, porém, compromete a mensuração, por parte dos agricultores, das vantagens, desvantagens e, sobretudo, da renda proporcionada pela produção integrada de eucalipto, já que, comumente, os mesmos não contabilizam a produção para o autoconsumo como renda, tampouco, o valor da mão de obra despendida para esta atividade.

Verificamos que o plantio de eucalipto realizado pelos agricultores na região estudada obedece a uma lógica específica, quase a um código de conduta, que determina que a atividade só pode ser inserida em áreas consideradas degradadas, ou com alta declividade. O agricultor que não obedece a essa racionalidade e introduz a planta em áreas consideradas férteis e, principalmente, próximas a nascentes, recurso altamente valorizado pelos agricultores, é veementemente criticado. As melhores terras são reservadas para o cultivo de café ou para outras atividades consideradas mais rentáveis, a exemplo da produção de hortaliças ou frutas. Portanto, é possível constatar que faltam aos agricultores um programa de assistência técnica que tenha como objetivo a recuperação de áreas consideradas degradadas, de modo a permitir que nelas sejam realizadas outras atividades, capazes de proporcionarem a melhoria da renda.

A empresa integradora aproveitou-se dessa racionalidade, retomou as indicações do relatório da ECOTEC que colocava a possibilidade de introdução do eucalipto em regiões decadentes e passou a divulgar o programa de fomento florestal como uma saída para o aproveitamento de áreas consideradas inférteis. Diante disso, além de ser influenciada por períodos de crise na cafeicultura, a decisão por se integrar tomada pelos agricultores, em alguns casos, passou a ser orientada também pelo objetivo de aproveitar certas áreas da propriedade, principalmente de pastos em terras altas. Assim, não é por acaso que na região serrana do Espírito Santo e em especial, em Domingos Martins, observamos plantações de eucaliptos em áreas de alta declividade.

Apesar de ser uma saída encontrada pelos agricultores para o aproveitamento de certas áreas, o cultivo de eucalipto em regiões de alta declividade torna-se custoso, principalmente no momento de colheita, já que o acesso das máquinas nas áreas é complicado. Além disso, a colheita é uma atividade bastante perigosa, responsável por diversos acidentes de trabalho, que se agravam ainda mais quando realizada em áreas altas. Ainda que atualmente a empresa integradora exija que esta etapa seja terceirizada

e realizada por pessoal especializado – o que nos primeiros anos de implantação do programa não ocorria – a maioria dos cortes são realizados por agricultores da própria região, contratados pelas empresas que prestam este serviço. Estas contratações provocam na opinião dos agricultores e de representantes do MPA, alterações na disponibilidade e preço da mão de obra na região. Assim, desde a chegada do eucalipto através do fomento florestal é recorrente em Domingos Marins a falta de mão de obra para o trabalho em outras atividades agrícolas, principalmente, a colheita do café, já que muitos agricultores viajam até para outros municípios para trabalharem na colheita do eucalipto.

Uma vez introduzido o eucalipto em determinada área, após a colheita há dificuldade em utilizá-la para outras atividades, na medida em que os tocos das árvores cortadas permanecem no solo, sendo o processo para retirá-los é bastante custoso. Deste modo, muitos agricultores, após encerrarem o contrato de integração costumam aproveitar a rebrota do cultivo e a manterem-se na eucaliptocultura de maneira independente. Desta forma, nem sempre o abandono do programa significa abandono da atividade.

Neste sentido, percebemos que a produção integrada de eucalipto, de certo modo, apresenta desafios para os setores que se colocam contra a eucaliptocultura e que repreendem os impactos da atividade promovida pela empresa, a exemplo de movimentos sociais e ONGs, posto que com o fomento florestal a empresa passa a responder cada vez menos pelo monocultivo, deslocando o foco da produção para os agricultores, em geral, de base familiar. Estes segmentos, por sua vez, não podem simplesmente, repreenderem os agricultores a partir das mesmas ações e dos mesmos termos com os quais criticavam a empresa. Deste modo, se o objetivo for diminuir a produção de eucalipto e seus efeitos, com a disseminação do fomento florestal, as críticas ao cultivo de eucalipto pelos agricultores, devem ser associadas a um programa de conscientização dos mesmos, bem como a promoção de alternativas de produção para aqueles agricultores que optaram por se integrar e, sobretudo, para que o cultivo de eucalipto torne-se uma atividade desinteressante para aqueles que ainda não se integraram.

No fim deste capítulo nos dedicamos a discutir, exatamente, alguns dos impactos atribuídos a disseminação do monocultivo de eucalipto, tendo em vista a percepção dos agricultores a este respeito. Assim, antes de definir ou estabelecer tais impactos,

analisamos como os agricultores percebem e/ou constataam os efeitos desse cultivo, já que trabalham diretamente na atividade. Aqueles que não trabalham, são vizinhos, amigos, já trabalharam no plantio ou conhecem agricultores que fazem este tipo de plantio.

Diante disso, tornou-se interessante observarmos até que ponto as percepções destes agricultores se aproximam ou não das constatações presentes na literatura científica sobre o tema. De tal modo que foi possível perceber que mesmo não se valendo de termos técnicos para explicar o que tem ocorrido na região de Domingos Martins após a disseminação do cultivo de eucalipto, tais agricultores identificaram problemas muito próximos aos estabelecidos pela literatura corrente, a exemplo da perda da biodiversidade, diminuição da disponibilidade de água no solo, comprometimento das nascentes e até mesmo um impacto ainda nebuloso para os pesquisadores, como os efeitos alelopáticos causados pelos plantios de eucalipto.

Ao analisar a literatura sobre o tema, cujo cerne é a apresentação de argumentos favoráveis ao plantio em larga escala de eucalipto para fins industriais, observamos que há uma disposição à minimização dos impactos ambientais causados pela atividade, ou mesmo uma tendência a colocar em dúvida tais impactos, categorizados muitas vezes com a palavra “controverso”. Contudo, se alguns dos impactos ambientais apontados pela literatura corrente ainda são tachados de controversos – a exemplo do consumo de água exigido pelo monocultivo de eucalipto – para os agricultores, tanto integrados como os não integrados ao complexo florestal celulósico, estes efeitos são bem claros. Neste sentido, para que seja possível descortinar os reais impactos causados pela atividade, um caminho possível seria atrelar as pesquisas científicas sobre o tema aos indícios apontados por aqueles que vivenciam tais impactos rotineiramente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Duas visões do comportamento camponês. **Cad. Dif. Tecnol.** Brasília. Mai-dez.1989. PP. 259-275.

ALBERGARIA, Alessandra Vasconcelos; LORETO, Maria das Dores Saraiva de. Políticas públicas como estratégia para o desenvolvimento Rural. Porto de Galinhas, 2010. **Anais...VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural.** Disponível em: <http://baseportal.com/cgi-in/baseportal.pl?htx=/HdeBarros/ALASRU2010/2010trabs&localparams=1&db=2010trabs&cmd=list&range=1560,20&cmd=all&Id=1446>. Acesso fev. 2011.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e transição:** o Espírito Santo (1850/1888). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

ALONSO, Sandra Kunieda de et al . Isolamento e seleção de fungos causadores da podridão-branca da madeira em florestas de Eucalyptus spp. com potencial de degradação de cepas e raízes. **Rev. Árvore**, Viçosa, v. 31, n. 1, Feb. 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-67622007000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso: jul. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-67622007000100016>.

AMBRÓZIO, Aldo. Analítica das relações de poder inerentes ao processo de reestruturação produtiva da Aracruz Celulose S. A., na década de 1990. 2005 140f. **Dissertação** (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Vitória, 2005.

ANDRADE, Edmundo Navarro de. **O Eucalipto.** São Paulo: FAO/ONU, 1961.

_____. Edmundo Navarro de. **Utilidade das Florestas.** São Paulo: Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Typ. Alongi, 1912.

ANDRADE, José Célio Silveira, DIAS, Camila Carneiro. **Conflito & Cooperação: análise das estratégias sócio-ambientais da Aracruz Celulose S.A.** Ilhéus-Ba: Editus, 2003.

AQUINO, Silvia lima de. A Caminho do Campo: As Relações entre Reforma Agrária e Migrações rural-urbano-rural e urbano-rural. Um Estudo de Caso em Campos dos Goytacazes – RJ. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ARACRUZ Celulose S/A. **Revista Produtor Florestal.** Ano II. N. 4, jul. 2004

_____. **Revista Produtor Florestal.** Ano III.N. 13, abr. 2007.

_____. **Programa Produtor Florestal.** Espírito Santo, 2007.

_____. **Relatório Anual e de Sustentabilidade 2007**. Disponível em: www.aracruz.com.br/relatoriosustentabilidade2007. Acesso: jan. 2010.

_____. Revista do Programa de Fomento Florestal da Aracruz Celulose. Ano I – Nº 1 – Agosto 2003.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Florestas Plantadas – ABRAF. Anuário estatístico da ABRAF 2012 ano base 2011 / ABRAF. – Brasília: 2012. 150p.

BACHA, Carlos José Caetano. Análise da Evolução do Reflorestamento no Brasil. **Rev. de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 5-24, jul./dez. 2008. Disponível em: ciflorestas.com.br/arquivos/doc_analise_brasil_5987.pdf. Acesso: mar. 2013.

_____. O Uso de Recursos Florestais e as Políticas Econômicas Brasileiras - Uma Visão Histórica e Parcial de um Processo de Desenvolvimento. **Est. Econ.**, São Paulo, V. 34, N. 2, Abr - jun. 2004.

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. **O fim do Fiset em Roraima e a perpetuação do modelo de florestamento no Lavrado**. Roraima: INPA, set. 2008. Disponível em: http://agroeco.inpa.gov.br/reinaldo/RIBarbosa_ProdCient_Usu_Visitantes/2008O%20fim%20do%20Fiset%20em%20Roraima_texto.pdf. Acesso: fev. 2013;

BARBOSA, Rochele. Igreja Evangélica da Confissão Luterana no Brasil quer engajamento da comunidade. *Jornal Folha Litoral*, 20. Out. 2012. Disponível em: <http://www.jornalfolhadosul.com.br/noticia/2012/10/20/igreja-evangelica-da-confissao-luterana-no-brasil-quer-engajamento-da-comunidade>. Acesso: jul. 2013.

BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva. A espacialidade das plantações arbóreas e a integração Agroindustrial: O programa produtor florestal e seus (im) pactos na agricultura capixaba. 2010. 316f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2010.

BASSO, Vanessa Maria, et al. Certificação de manejo florestal em programas de fomento. **Dissertação** (Mestrado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.

_____. Programas de fomento rural no Brasil. **Pesq. flor. bras.**, Colombo, v. 32, n.71, p. 321-334, jul./set. 2012.

BECKER, Bertha. O Norte do Espírito Santo: região periférica em transformação. **Revista Brasileira de Geografia**, vol.35, n.º 4, p. 35-110, 1973.

BELATO, Dinarte. Os camponeses integrados. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade de Campinas, Campinas, 1985.

BELIK, Walter e PAULILLO, Luiz Fernando. O financiamento da produção agrícola Brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 95-120.

BELIK, Walter. **Agroindústria processadora e política econômica**. 1992, 219 fls. Tese (Doutorado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia – Universidade Estadual de Campinas, 1992.

BERGAMIM, Márcia Cristina; CAMPOS JR., Carlos Teixeira. Agricultura familiar no Espírito Santo: concentração fundiária e recomposição socioeconômica. In: **Anais XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 2005, Ribeirão Preto. 2005.

BERNARDES, Flávia. **Incra reconhece: Aracruz Celulose fez uso de terras públicas no norte**. Jornal Século diário. Vitória (ES), edição de 11 de janeiro de 2005. Disponível em: www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/janeiro/11/.../11_01_08.asp. Acesso: jan. 2011.

BIAZUS, André; HORA, André Barros da; LEITE, Bruno Gomes Pereira. O potencial de investimento nos setores florestal, de celulose e de papel. **Perspectivas do Investimento 2010-2013**. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/c_onhecimento/liv_perspectivas/04_Perspectivas_do_Investimento_2010_13_PAPEL_E_CELULOSE.pdf. Acesso: mar. 2013.

BITTENCOURT, Gabriel. **Formação econômica do Espírito Santo** (o roteiro da industrialização). Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 2007. pp. 124-135.

BRASIL. Decreto nº 79.046, de 27 de Dezembro de 1976. Dispõe sobre aplicação dos incentivos fiscais para o Desenvolvimento Florestal do País. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-79046-27-dezembro-1976-428047-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: abr. de 2013.

_____. Decreto no 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm. Acesso: fev. 2013.

_____. Decreto nº 97.628, de 10 de abril de 1989. Regulamenta o artigo 21 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, Código Florestal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97628.htm. Acesso: mar. de 2013.

_____. Decreto-lei nº 1.134, de 16 de novembro de 1970. Altera a sistemática de incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1134.htm. Acesso: mar. de 2013.

_____. Decreto-Lei Nº 1.376, De 12 De Dezembro De 1974. Dispõe sobre a criação de Fundos de Investimento, altera a Legislação do Imposto sobre a Renda relativa a

incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1376.htm. Acesso: mar. de 2013.

_____. Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967. Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=3354>. Acesso: mar. 2013.

_____. Decreto-Lei Nº 880, DE 18 DE SETEMBRO DE 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0880.htm. Acesso: novembro de 2012.

_____. Lei Nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm. Acesso: fev. 2013.

_____. Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966. Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5106.htm. Acesso: mar. de 2013.

BUFFON, José Antônio B. O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. 1992. 395f. **Dissertação** (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 1992.

BUGARIN; Mirta Noemi Sataka; LIRA; Pablo Silva (Orgs). Processo de urbanização, estrutura demográfica e violência: análise no Espírito Santo e Vitória. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 2011. Disponível em: www.ijsn.es.gov.br/attachments/1054_ijsn_td37..pdf. Acesso: nov. 2012.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O novo arrabalde**. Vitória: PMV/Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

CAMPOS, Adriana Pereira. Nascidos em cativeiro: dinâmica de reprodução endógena nas escravarias do Espírito Santo – Século XIX. In: **Anais** do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. 2011. Porto Alegre, 2011.

CANTO, Juliana Lorensi et al. Aspectos sociais do fomento florestal no Estado do Espírito Santo. In: **Revista Cerne**, Lavras, v. 15, n. 2, p. 123-132, abr./jun. 2009. Disponível em: http://www.dcf.ufla.br/cerne/artigos/08-01-20102781v15_n2_artigo%2001.pdf. Acesso: dez. 2012.

CANTO, Juliana Lorensi et al. Avaliação das condições de segurança do trabalho na colheita e transporte florestal em propriedades rurais fomentadas no Estado do Espírito Santo. In: **Árvore**, v.31, n.3, p.513-520, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-67622007000300017&script=sci_arttext. Acesso: Mar. 2013.

CAPORAL, Francisco Roberto; RAMOS, Ladjane de Fátima. **Da Extensão Rural Convencional à Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável: Enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília, 2006. Disponível em:

<http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Da%20Extenso%20Rural%20Convencional%20%20Extenso%20Rural%20para.pdf>. Acesso: jul. 2013.

CARVALHO, Flavio Condé de et al. Estudo da integração vertical na agroindústria sucroalcooleira no estado de São Paulo, 1970-92. **Agricultura em São Paulo**, SP, 40 (1), p.157-182, 1993.

CELIN, José L. Contribuição ao estudo da pequena produção na cafeicultura brasileira – o caso do Espírito Santo. **Revista Análise Econômica**. Ano 2. N.º4, Nov. 1984.

CEPEMAR - Serviços de Consultoria em Meio Ambiente Ltda. **Terminal Especializado de Barra do Riacho – Portocel RIMA. Relatório de impacto ambiental do Projeto Portocel II- Relatório Técnico**. CPM RT 609/08. Aracruz (ES), Dezembro de 2008. Disponível em: http://www.meioambiente.es.gov.br/download/RIMA_PROJETO_PORTOCEL_II.pdf. Acesso: jul. 2013.

CERQUEIRA, R. C. Estratégias de integração agroindustrial: os agricultores familiares e Aracruz Celulose na Zona da Mata Mineira. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

CHALITA, M. A. M. Agricultura familiar e seus novos vínculos com a prática econômica. **Rev. Agricultura**. São Paulo, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 125-139, jul./dez. 2006.

COGO, Anna Lúcia. História Agrária do Espírito Santo no Século XIX: A região de São Mateus. 2007. 200f. **Tese** (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

COLBARI, Antonia. Familismo e Ética do Trabalho: O Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 nov. 2012.

DAL'COL, Jairo. Fomento Florestal: Uma oportunidade de negócio. **Rev. Opiniões**. Jun-Ago 2006. Disponível em: <http://www.revistaopinioes.com.br/cp/materia.php?id=390>. Acesso: ago. de 2010.

DALCOMUNI, Sonia Maria. A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo – principais interesses em jogo. 1990. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

DARÉ, Raquel. A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo. 2010. 203f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2010.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1985.

_____. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, Nelson Giordano. **Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional**. Brasília: IICA; MDA, 2009. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/2036220256.pdf>. Acesso em: jan. 2012.

DE'NADAI, Alcir; OVERBEEK, Winfridus; SOARES, Luiz Alberto. **Plantações de eucalipto e produção de celulose: Promessas de emprego e destruição de trabalho: O caso Aracruz Celulose no Brasil**. Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais, Brasil, 2005.

DIAS, Célia Regina da Silva. **Geografia Histórica Ambiental: uma geografia das matas brasileiras**. 2007. 227f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

DIESEL, Vivien et al. Os impactos sociais dos programas de fomento florestal. **Rev. Extensão Rural**. Santa Maria, v. 13, p. 120-146, 2006.

ECOTEC. Economia e Engenharia Industrial. S.A. Potencial florestal e silvicultura no Estado do Espírito Santo. In: **Estudos para o desenvolvimento do Estado do Espírito Santo**, Volume 3, 1967.

ERTHAL, Rui. Os Complexos Agroindustriais no Brasil - seu papel na economia e na organização do espaço. **Revista Geo-paisagem** (on line) Ano 5, nº 9, 2006 Janeiro/Junho de 2006. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/complexos.htm>. Acesso em: jul.2012.

FAILLACE, Sandra. **Complexo florestal-celulósico no Brasil: histórico e estratégias empresariais**. Rio de Janeiro: Amigos da Terra/FASE, 1996.

_____. **Uma leitura da indústria de papel e celulose no Brasil sob a perspectiva da sustentabilidade norte-sul**. Brasil: sustentabilidade e democracia 7. Rio de Janeiro: FASE, 1996b.

FANZERES, Anna. **Temas Conflituosos Relacionados à Expansão da Base Florestal Plantada e Definição de Estratégias para Minimização dos Conflitos Identificados**. Relatório Final de Consultoria. Projeto MMA/FAO/TCP/BRA/2902: Brasília, 2005.

FARINA, Elizabeth Maria Querido. Abordagem sistêmica dos negócios agroindustriais e a economia dos custos de transação. In: **Competitividade: mercado, estado e organizações**. São Paulo: Singular, 1997.

FASE . Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional . **Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto: a Aracruz Celulose e o estado do Espírito Santo-Brasil**. Vitória, 13 de agosto de 2002. Disponível em: www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/10_relatoriodesc.pdf. Acesso: jun. 2012.

FASSARELA, Roberto Amadeu; REGO, Milena Araujo. A estrutura fundiária do Espírito Santo de 1970 a 2006. In: **Novas leituras sobre a economia do Espírito Santo**. Vol. 1. Vitória: PPGeco/CORECON-ES, 2011.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. Da fartura à escassez – a agroindústria de celulose e o fim de territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo. 2002. 167 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia, São Paulo, 2002.

FERREIRA, Sinésio Pires. Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional – 1940-1960. 261f. 1987. **Dissertação** (Mestrado em Ciências), Instituto de Economia Industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

FIBRIA Celulose S/A. Relatório de Sustentabilidade 2012. Disponível em: <http://www.fibria.com.br/rs2012/fibria-relatorio-de-sustentabilidade-2012.pdf>. Acesso: dez. 2012.

FILHO, Hildo Meireles Souza. A modernização violenta: principais transformações na agropecuária capixaba. 1990. 201 f. **Dissertação** (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

FLORES, Edson Luiz . A relação de integração entre avicultores e indústria avícola no Sudoeste do Paraná. In: **Rev. Perspectiva Geográfica**, v. 1, p. 72-87, 2009. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/viewArticle/4526>. Acesso: abril de 2011.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Incentivos e mecanismos financeiros para o manejo florestal sustentável na região Sul do Brasil. Relatório: MENDES, Jefferson B. Curitiba, 6 fev.2004. Disponível em www.fao.org/forestry/12000-09ec4e1c04ebfcd232f76c89136cadcf.pdf. Acesso: dez. 2010.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 17^a ed, 1980.

GALVÊAS, Pedro Arlindo Oliveira; DADALTO, Gilmar Gusmão (coord.). **Novo PEDEAG 2007-2025: Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba. Estudo Setorial Silvicultura**. Vitória – ES, out. 2007. Disponível em: <http://www.seag.es.gov.br/pedeag/pdf/silvicultura.pdf>. Acesso em: 8 de julho de 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara. 1989.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. 2008. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera/atlas. Acesso em: nov.2012.

GOMES, A. P. W. ; GOMES, A. P. Sistema de integração na avicultura de corte: um estudo de caso na região de Viçosa – MG. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008. **Anais...** 46º Encontro da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.

GONÇALVES, Múcio Tosta. Nós da madeira: mudança social e trabalhadores assalariados das plantações florestais nos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais. 2001. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

GONÇALVES, Múcio Tosta. Plantações e Política florestal no Brasil: análise da formação e da institucionalização de demandas (1960-2000). In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. 2006. Fortaleza. **Anais...** S/ed., jul.2006.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. Das Lavouras às Biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, 2008.

HASSE, Geraldo. **Crescimento Verde O Espírito Santo no Caminho da Sustentabilidade Florestal**. Cadernos do SINDIEX-4. Espírito Santo: SINDIEX-4, 2004.

_____. **Eucalipto: histórias de um imigrante vegetal**. Porto Alegre: Já Editores, 2006.

HILGEMBERG Emerson Martins; BACHA, Carlos José Caetano. As pressões ambientais e as alterações na demanda e oferta mundial de celulose. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, volume 11, número 2, 2000. Disponível em: [www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/...\(18\)emerson_hilgemberg.pdf](http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/...(18)emerson_hilgemberg.pdf). Acesso: mar. 2013.

HOBBSAWM, Eric. “Peasants and Politics”. *Journal of Peasant Studies*, Vol. 1, No. 1, 1973.

INSTITUTO Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER. **Documentos 207**. Vitória – ES, Jun. 2012 .

INSTITUTO Jones dos Santos Neves. CENSO AGROPECUÁRIO – 2006. **Resenha de Conjuntura**. Ano II – Número 71 – Outubro de 2009.

_____. **Macrozoneamento da Região Serrana**. Vitória: Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento - Jones dos Santos Neves – IPES, 2004.

JUVENAL, Thais Linhares; MATTOS, René Luiz Grion. O Setor de Celulose e Papel. Setorial 04 – Celulose e Papel. BNDES. 21p. 2003.

KAGEYAMA, Ângela *et al.* **O novo padrão agrícola brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1987 (mimeo).

KAGEYAMA, Angela . Os maiores proprietários da terra no Brasil. **Reforma Agrária**, Campinas/SP, v. 1, p. 63-66, 1986.

KENGEN, Sebastião. A Política Florestal Brasileira: uma perspectiva histórica. **IPEF, SIAGEF**. Porto Seguro: jul. 2001. Disponível em: <www.ipef.br/publicacoes/stenica/nr34/convidados.pdf>. Acesso: fev. 2013.

_____. Estudo de caso de integração vertical: Programa de Fomento Florestal da Aracruz Celulose S.A. Brasil. **Documento elaborado para o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Instrumentos Institucionais para o Desenvolvimento dos Proprietários de Pequenas Terras com Vocação Florestal**. Rio Grande do Sul, 2002.

LEI Nº 7.714, de 29 de dezembro de 1988. Altera a legislação dos incentivos fiscais relacionados com o imposto de renda. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7714.htm. Acesso: abr. de 2013.

LEITE, Sérgio. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: **Rev. Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 16, abr. 2001, p. 129-163. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/art/200104-129-163.pdf>. Acesso em set. 2012.

LIMA, Walter de Paula. Impacto ambiental das florestas plantadas. In: Congresso Internacional de Agroenergia e Biocombustíveis, 2007, Teresina – PI. **Anais...** Teresina, 2007. Disponível em: <http://www.cpamn.embrapa.br/agrobioenergia/palestras/IMPACTO%20AMBIENTAL%20DAS%20FLORESTAS%20PLANTADAS%20.PDF>. Acesso: 8 mar 2012.

LOBINO, Camila Ferreira. As Entidades Associativas Não-governamentais e o Monocultivo de Eucalipto no Espírito Santo. 2008. 201f. **Dissertação** (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

LOPES, Carlos Renato Antunes; CONTADOR, Cláudio Roberto. **Análise da Indústria de Papel e Celulose no Brasil. Rio de Janeiro**. 1998. Disponível em: www.reocities.com/Eureka/enterprises/1900/.../artigo-coppead.PDF. Acesso em 20 fev. 2013.

LOUREIRO, Klítia. **O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: os índios Tupiniquim e Guarani Mbya e a empresa Aracruz Celulose. Dissertação** (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

MACEDO, Angela MATTOS , René. **A Trajetória de Crescimento dos Principais Produtores Brasileiros de Papel e Celulose - 1970/94**. 1976. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/c onhecimento/bnset/bndeset3.pdf

MACEDO; Fernando Cezar, MAGALHÃES; Diogo Franco. Formação econômica do espírito santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional. **Revista de História Regional**, Vol. 16, N.º 1. 2011. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2421>. Acesso: nov. 2012.

MANTEGA, Guido. O Governo Geisel, O II PND e os economistas. EAESP/FGV/NPP - Núcleo de pesquisas e publicações. **Relatório de Pesquisa N° 3**, 1997. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2935. Acesso em 20 fev. 2013.

MARAFON, Gláucio. José. Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial. **GEOUERJ**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 7-21, 1998. Disponível em: www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/geografia/0006.html. Acesso: ago. 2013.

MARTINE, George. A trajetória da Modernização agrícola: A quem beneficia? In: **Lua Revista de Cultura e Política**. São Paulo, N°23, março de 1991.

MARTINI, Jerônimo Augusto. O plantador de eucaliptos: A questão da preservação florestal no Brasil e o resgate documental do legado de Edmundo Navarro de Andrade. 2004. 261 f. **Dissertação** (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em “rede”**. São Paulo: EdUNESP, 2000.

MEDEIROS, Antonio Carlos. Espírito Santo: a industrialização como fator de “desautonomia relativa”. 1977. 172f. **Dissertação** (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro,

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de Áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, Vol. IX nº. 1, jan./jun. 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a03v9n1.pdf. Acesso: mar.2013.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MENEZES, Marilda. **O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott**. In: Raízes, Vol. 21, no. 01, jan a jun. 2002. (p.32-44). http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_87.pdf

MENEZES, Marilda; MALAGODI, Edgard Afonso. **Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência**. 24 p. Versão preliminar. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/ipode_35.doc>. Acesso em: mai. 2013.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MIOR, Luiz Carlos. Empresas agroalimentares, produção agrícola familiar e competitividade no complexo de carnes de Santa Catarina. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

MIRANDA, Roselane Estela Dos Santos de. **Impactos ambientais decorrentes dos resíduos gerados na Produção de papel e celulose**. 2008. 37 f. Monografia

(Graduação em Engenharia Florestal) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2008.

MOORE Jr., Barrington. **Injustiça - as bases sociais da obediência e da revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MORA, Admir Lopes; GARCIA, Carlos Henrique. **A Cultura do Eucalipto no Brasil**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Silvicultura, 2000.

MOTA, Fernando César de Macedo. Integração e dinâmica regional: o caso capixaba (1960-2000). 2002. 166f. **Tese** (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. Série Estudos Rurais nº 10. São Paulo: HUCITEC/EDUC, 1989b.

NETO; Mário Monteiro de Castro. Aspectos Jurídicos sobre os Contratos de Fomento Florestal. In: III Fórum Brasil sobre Fomento Florestal, 2011. Belo Horizonte – MG, **Anais....** Belo Horizonte: SIF, 2011. Disponível em: <http://www.ipef.br/silvicultura/manejo.asp>. Acesso: jul. 2013. Disponível em: <http://www.sif.org.br/fomento2011/3%B0%20dia/Aspectos%20Jur%EDdicos%20sobre%20os%20Contratos%20de%20Fomento%20Florestal%20-%20M%Elrio%20Monteiro%20.pdf>. Acesso: jul. 2013.

OLIVEIRA JR, Adilson Pereira de; MONTEIRO; Latussa Laranja (orgs). **Implantação de projetos de grande porte no Espírito Santo: análise do quadro socioeconômico e territorial na fronteira de expansão metropolitana sul capixaba**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN, 2011. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/attachments/1121_ijsn_td41..pdf. Acesso. Nov. 2012.

OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Estado do Espírito Santo**. 3ª ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PARRÉ, José Luiz. ALVES, Alexandre Florindo; PEREIRA, Marcelo Farid. **Desempenho do setor agroindustrial da região Sul do Brasil**. In: Abertura econômica e competitividade no agronegócio brasileiro. 1ed. Passo Fundo: Editora UPF, 2002, v. 1, p. 161-179.

PAULILO, Maria Ignês. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. O caso de Santa Catarina. Florianópolis: Co-edição Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e Editora da UFSC, 1990

PAYÉS, M. A. M. **O empresário familiar rural: integração à agroindústria de fumo e diferenciação**. (Tese de Doutorado), Instituto de Economia da UNICAMP, 1993.

PEDRÃO, Fernando. As transformações rurais do capital no Brasil. **Rev. Bahia Análise & Dados**, Salvador: SEI, v. 13 N.º4, mar. 2004.

PEDREIRA, Márcia da Silva. O complexo florestal e o extremo Sul da Bahia: Inserção competitiva, limites e possibilidades do desenvolvimento regional. 2008. 163 f. **Tese**

(Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

_____. Complexo Florestal, Desenvolvimento e Reconfiguração do Espaço Rural: o caso da região do Extremo Sul baiano. **Bahia Análise & Dados**, Salvador: SEI, mar., 2004. v. 13. n. 4.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política. 2011. **Tese**. (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Programa de Pós Graduação de em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PIÑEIRO, Martins; LLOVET, Ignacio. Introducción. In: **Cambio técnico en el agro latinoamericano; situación y perspectivas en la década de 1980**. San José, Costa Rica, IICA., Serie Investigación y Desarrollo, IICA; n.10, 1985

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PRYOR, Lindsay D. Aspectos da cultura do Eucalipto no Brasil. In: Revista **Scientia Forestalis**, n. 2/3, p. 53-59. 1971. Disponível em: <<http://www.ipef.br>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

QUEIROZ, Luiz Roberto de Souza; BARRICHELO, Luiz Ernesto George. **A Celulose de Eucalipto – Uma oportunidade brasileira**. São Paulo: Avis Brasilis Editora, 2000.

RAMALHO José Ricardo; ESTERCI, Neide. A resistência em campo minado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, n.32, p. 25-32, 1996.

RAMIREZ, Matheus Anchieta; PRADO, Erly do . Agricultura Familiar e Extensão Rural no Brasil. In: XIX Congresso Brasileiro de Zootecnia, 2009, Águas de Lindóia – SP. **Anais...** Águas de Lindóia: ZOOTEC, 2009, P. 1-3. Disponível em: <http://www.abz.org.br/publicacoes-tecnicas/anais-zootec/artigos-cientificos/ensino-extensao/21199-Agricultura-familiar-extenso-rural-Brasil.html>. Acesso: jul. 2013.

REZENDE, Sérvulo Batista de. et al. **Perspectivas para o desenvolvimento florestal nas Bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu**. Brasília, DF: SAE/CSMJ/EMCAPA/UFV, 1994.

SAES, Flávio A. M. de. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. **Rev. Estudos Avançados**. São Paulo, v. 3, n. 7, Dec. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n7/v3n7a03.pdf>. Acesso em: 22 Nov. 2012.

SAMAPAIO, Armando Navarro. **“O eucalipto”**. São Paulo: Edição Cia. Paulista de Estradas de Ferro, 1961.

SCARIM, Paulo César. Territorialidades em Conflitos na Construção do Campesinato Capixaba. **Tese** de Doutorado em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Scott, James C. **The Moral Economy of the Peasant. Rebellion and subsistence in southeast Asia**. New Haven. Yale University, 1976

_____. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. In: Raízes, Vol. 21, no. 01, jan-jun/ 2002. (p.10-31). Disponível em <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/volumes.php?Rg=7>

_____. **Los dominados y el arte de la resistencia**. México: Ediciones Era, 2000.

_____. Exploração normal, resistência normal. In: **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, n.5, 2011, pp. 217-243.

SEGUINI, Liliana R. Petrilli. Ferrovias e Ferroviários. São Paulo: Autores Associados, 1982.

SILVA, José Graziano da. **A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira**. In: Brasil em artigos. São Paulo: SEADE, 1995.

_____. Complexos agroindustriais e outros complexos. In: **Reforma Agrária**. São Paulo: Reforma Agrária, v.21, set.-dez., 1991.

SILVA, Ramon Felipe Bicudo da. Monocultivos de eucalipto, reflexividade e arena: diálogos interdisciplinares em ambiente e sociedade. **Terceiro Incluído**, Goiás, v. 2, n.2, jul./dez., 2012, p. 32–50. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/teri/article/view/23287/13690>. Acesso: abr. 2013.

SIMMEL, Georg. , “Superordenação e subordinação - Introdução”. In: **Simmel**. São Paulo: Ática. 1983.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. A questão regional e a dinâmica econômica do Espírito Santo - 1950/1990. Fênix Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 6 Ano VI nº 4, Out/ Nov/ Dez, 2009. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF21/ARTIGO_10_Maria_da_Penha_Smarzaró_Siqueira.pdf. Acesso: nov. de 2012.

_____. Crescimento e pobreza; as contradições do desenvolvimento econômico da região da Grande Vitória. In: **Anais** do XI Congresso luso-afro-brasileiro de ciências sociais - diversidades e (Des)Igualdades, Salvador, 2011. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306707252_ARQUIVO_Crescimentoepobreza.ascontradicoesdodesenvolvimentoeconomiconaregiaodaGrandeVitória.pdf. Acesso: nov. de 2012.

_____. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória (1950-1980)**. Vitória: Edufes, 2001.

SIXEL, Ricardo Michael de Melo. **Silvicultura e Manejo**. Instituto de Pesquisa e Estudos Florestais, 2008. Disponível em: <http://www.ipef.br/silvicultura/manejo.asp>. Acesso: jul. 2013

SOARES, Naisy Silva et al. A cadeia produtiva da celulose e do papel no Brasil. **Floresta**, Curitiba, v. 40, n. 1, p. 1-22, jan./mar. 2010. Disponível em: ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/floresta/article/download/17094/11255. Acesso: abr. 2013.

SOARES, Naisy Silva; OLIVEIRA Roldão José de; CARVALHO, Kaio Henrique Adame de; SILVA, Márcio Lopes da; JACOVINE, Laércio Antônio Gonçalves; VALVERDE; Sebastião Renato . A cadeia produtiva da celulose e do papel no Brasil. In: **Rev. Floresta**, Curitiba, PR, v. 40, n. 1, p. 1-22, jan./mar. 2010.

SOTO, Fernando. **Da indústria de papel ao complexo florestal no Brasil, o caminho do corporativismo tradicional ao neocorporativismo**. 1992. 305 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, 1992.

SOUZA FILHO, Hildo Meireles. A modernização violenta: principais transformações na agropecuária capixaba. 1990. 201 f. **Dissertação** (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

SOUZA. Cleonice Borges de; CAUME, David José. Crédito rural e agricultura familiar no Brasil. In: **Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociedade Rural - SOBER**. Acre, Julho de 2008. Disponível em: <http://ageconsearch.umn.edu/handle/112684>. Acesso em: ago. 2012.

TERRA; Vilma R. *et al.* Estudo limnológico visando avaliação da qualidade das águas do rio Jucu Braço Norte, ES. In: **Rev. Natureza online** N. 8, 8-13. Santa Teresa – ES, 2010. Disponível em: www.naturezaonline.com.br/natureza/conteudo/.../02_TerraVRetal_0813.pdf. Acesso fev. de 2011.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria**. São Paulo: Brasiliense, 1978

VIANA, Maurício Boratto. O eucalipto e os efeitos ambientais do seu plantio em escala. Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1162/eucalipto_efeitos_boratto.pdf. Acesso: 10 mar. 2012.

VILLASCHI FILHO, A. **Interação econômica BR/UE para além de fluxos comerciais e de investimentos - reflexões neoschumpeterianas e fatos estilizados capixabas**. Position paper preparado para apresentação na Conferência Brasil União Européia Ampliada, organizada pela UFRJ, Rio de Janeiro, de 13 a 17 de setembro de 2004.

VINHA, Valeria Gonçalves da. O Estado e as Empresas "Ecologicamente Comprometidas" sob a Ótica do Neocorporativismo e do *State-Society Synergy approach*: o Caso do Setor de Papel e Celulose. In: **Revista Arché Interdisciplinar**. Ano VIII, Nº 25, 1999.

VITAL, Marcos H. F. Impacto ambiental de florestas de eucalipto. In: **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, V. 14, N. 28, P. 235-276, dez. 2007.

ZARNOTT, Alisson Vicente. A proposta de poupança florestal: uma alternativa ou "mais do mesmo" para os agricultores familiares de Canguçu/RS? **Dissertação**. (Mestrado em Agroecossistemas) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Florianópolis, 2009.

ZENI, Daisy Dias Schramm. A indústria de celulose e o meio-ambiente. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 1994.

ZIEBERT, R. A.; SHIKIDA, P. F. A. Avicultura e produção integrada em Santa Helena, estado do Paraná: Uma abordagem a partir da nova economia institucional. In: **Rev. Agricultura**. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 71-86, jan./jun. 2004.

ANEXOS

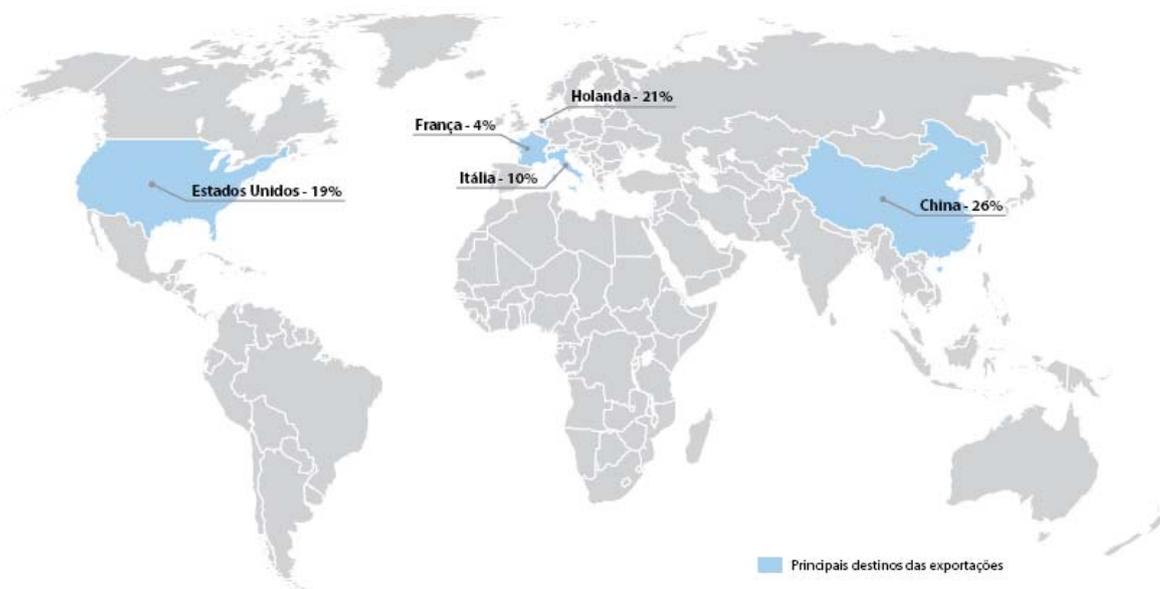
Anexo 1. Áreas de fomento florestal por município (em hectares) em 2009⁹⁷.

Região	Município	Área Contratada	Nº de Contratos	Região	Município	Área Contratada	Nº de Contratos
Bahia	Alcobaça	4.366,2	46	Rio de Janeiro	Laranja da Terra	117,2	12
	Lajedão	1.650,9	17		Santa Maria de Jetibá	374,8	52
	Medeiros Neto	3.603,1	50		Vargem Alta	157,2	15
	Ibirapuan	597,5	6		Venda Nova do Imigrante	114,2	10
	Mucuri	1.150,0	25		Águia Branca	36,7	6
	Nova Viçosa	2.948,4	62		Guarapari	15,9	1
	Jucuruçu	139,1	3		Ibitirama	335,0	21
	Prado	5.460,1	48		Jerônimo Monteiro	77,7	8
	Vereda	2.310,5	18		Atilio Vivácqua	52,4	4
	Itabela	506,2	6		Vila Pavão	127,2	4
	Teixeira de Freitas	6.931,1	72		Apiacá	74,8	6
	Caravelas	6.013,6	67		São José do Calçado	154,1	12
	Espírito Santo	Brejetuba	364,0		32	Viana	38,4
Sooretama		5,2	1	Rio Novo do Sul	12,8	2	
Vila Valério		273,2	22	Itapemirim	41,0	5	
Marechal Floriano		1.063,9	132	Água Doce do Norte	220,6	18	
Irupi		26,6	4	Minas Gerais	Aimorés	345,3	35
São Domingos do Norte		723,3	63		Alvarenga	159,1	19
Mucurici		1.517,9	36		Carangola	85,5	2
Governador Lindenberg		221,5	24		Carlos Chagas	218,0	1
São Roque do Canaã		41,1	6		Chale	174,8	14
Afonso Claudio		784,6	65		Conceição de Ipanema	120,9	12
Alegre		270,3	19		Conselheiro Pena	1.745,1	50
Alfredo Chaves		562,5	66		Divino	9,3	1
Anchieta		25,1	3		Faria Lemos	82,3	2
Aracruz		3.705,2	246		Galiléia	34,2	1
Baixo Guandu		229,4	25		Ipanema	78,8	3
Barra de São Francisco		125,7	9		Itueta	39,5	2
Cachoeiro de Itapemirim		151,1	8		Lajinha	1.309,1	108
Castelo		45,6	2		Manhuaçu	143,2	10
Colatina		1.240,0	87		Manhumirim	28,2	2
Conceição da Barra		880,0	19		Mantena	2,7	1
Conceição do Castelo		225,2	17		Mutum	1.167,5	85
Divino de São Lourenço		332,2	15		Nanuque	1.810,2	12
Domingos Martins		2.022,6	202		Pocrane	159,9	5
Dores do Rio Preto		108,6	2		Resplendor	96,1	5
Ecoporanga		1.012,8	28		Santana do Manhuaçu	102,1	13
Fundão		83,5	7		Santa Rita do Itueto	64,1	11
Guaçuí		899,5	42		Simonésia	215,4	12
Ibiraçu		217,1	26		Durande	68,9	7
Itaguaçu		635,1	67		Fervedouro	43,0	2
Itarana		78,5	15		Cuparaque	32,6	1
Iuna		205,5	21		Luisburgo	4,1	1
Linhares		2.308,5	145		Martins Soares	33,8	1
Mantenópolis		138,3	13		Reduto	140,1	8
Mimoso do Sul	322,5	23	Taparuba		417,0	12	
Montanha	2.111,3	40	Frei Inocência		239,3	3	
Muniz Freire	538,4	30	Sao Geraldo do Baixio		48,7	1	
Muqui	187,7	22	Caputira		9,9	1	
Nova Venécia	2.608,5	74	Umburatiba	996,8	10		
Pancas	240,9	29	Caiana	19,7	1		
Pinheiros	2.039,2	55	Nova Belém	171,5	12		
Presidente Kennedy	201,5	16	Governador Valadares	500,1	4		
Santa Leopoldina	197,9	15	Porciúncula	6,4	1		
Santa Teresa	429,4	48	Varre-Sai	114,8	14		
São Gabriel da Palha	493,9	40	Bom Jesus do Itabapoana	19,4	3		
São Mateus	2.552,9	93	Natividade	10,8	2		
Serra	62,3	4	Itaperuna	33,7	3		
Vila Velha	11,8	1	Laje do Muriaé	74,1	9		
Marilândia	743,5	85	São José de Ubá	5,3	1		
Ibatiba	512,4	39	Miracema	62,7	6		
Rio Bananal	585,1	34	Italva	66,1	2		
Jaguaré	300,9	12	Cambuci	45,7	6		
Pedro Canário	1.346,1	33	Cardoso Moreira	19,4	2		
Alto Rio Novo	495,1	21	Itaocara	86,7	2		
João Neiva	157,2	19	Resultado global	85.750,3	3.322		

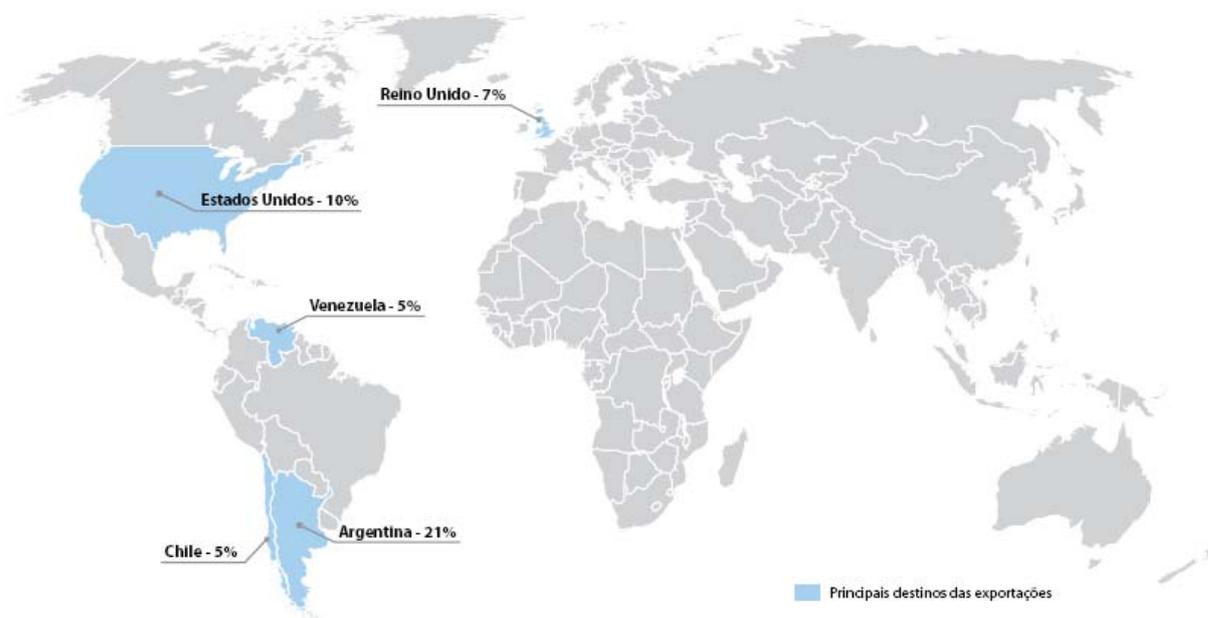
Fonte: base cadastral Fibria 31/12/2009.

⁹⁷ Podemos verificar que como a estrutura fundiária de Domingos Martins é caracterizada por pequenas propriedades, apesar do município ocupar a segunda posição em número de contratos de fomento florestal no Estado, a extensão dedicada a este cultivo em hectares é menor que em outros municípios

Anexo 2. Principais destinos das exportações brasileiras de celulose e papel em 2011



Fonte: SECEX (2012), elaborado por Pöry Silviconsult.



Fonte: SECEX (2012), elaborado por Pöry Silviconsult.

Fonte: ABRAF (2012, p. 98).

Anexo: 3. Documentos referentes ação de Inconstitucionalidade em relação a Lei 6.780 impetrada pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA.⁹⁸

Supremo Tribunal Federal

111

06/06/2002

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.623-2 ESPÍRITO SANTO

RELATOR : MIN. MAURÍCIO CORRÊA

REQUERENTE: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

ADVOGADOS: SYLVIA LORENA TEIXEIRA DE SOUSA E OUTROS

REQUERENTE: CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA

ADVOGADOS: SERGIO BERMUDES E OUTROS

REQUERIDA: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO MAURÍCIO CORRÊA: A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, com fundamento nos artigos 103, IX, e 102, I, alínea **a**, da Constituição Federal, propõe ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, visando seja suspensa a vigência da Lei 6.780, de 3 de outubro de 2001, do Estado do Espírito Santo, que "*proíbe, por tempo indeterminado, o plantio de eucalipto para fins de produção de celulose no Estado e dá outras providências*".

2. Também a CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA propõe idêntico procedimento com o mesmo objeto (ADI 2624-1), razão pela qual determinei seu apensamento à presente, para processamento conjunto. Eis o teor da norma local impugnada, *verbis*:

"Art. 1º Fica proibido por tempo indeterminado, o plantio de eucalipto com fins de produção de celulose no Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. A proibição de que trata este artigo não se aplica aos demais fins industriais de plantio de eucalipto, tais como serrarias, cerâmicas e outros.

Art. 2º A proibição de que trata o Art. 1º da presente Lei deverá perdurar até que a SEAMA - Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente

⁹⁸Disponível e: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=331011>. Acesso jul. 2013

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.623-2 ESPÍRITO SANTO

e a SEAG - Secretaria de Estado da Agricultura, através do IDAF - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal, adotem, em conjunto ou separadamente, as seguintes providências:

I - mapeamento agro-ecológico do Estado indicando:

a) os tipos de solo apropriados para o plantio discriminando em cada município as áreas consideradas propícias para o plantio de eucalipto;

b) as condições climáticas e hídricas que influenciam o plantio em cada município;

c) o déficit de áreas florestais correspondentes às "reservas legais" das propriedades rurais, assim entendidas as áreas com 20% (vinte por cento) de cada propriedade coberta com floresta nativa, conforme estabelecido na Lei nº 4.771/65.

II - realização de licenciamento ambiental ou florestal para plantio de eucalipto mediante:

a) obrigação de recuperação com essências nativas de 1% (um por cento) ao ano da área, de reserva legal de propriedades rurais com menos de 20% (vinte por cento), para plantio de eucalipto direto pelo produtor ou, por meio de fomento florestal;

b) obrigação de plantio de essências nativas equivalente à área plantada de eucalipto, quando o plantio for feito por pessoa jurídica para fins industriais;

c) obrigatoriedade de reservar no mínimo 10% (dez por cento) dos plantios, para serem destinados às indústrias moveleira, de serrarias e afins, situados no território do Estado do Espírito Santo;

d) obrigatoriedade de realização de estudos sobre os impactos do transporte dos eucaliptos nas estradas vicinais dos municípios e em rodovias do Estado, bem como o monitoramento permanente desses impactos.

Parágrafo único. Os proprietários com áreas de reserva legal inferior a 20% (vinte por cento), só poderão fazer plantio de eucalipto para fins de produção de celulose ou, para qualquer outro fim industrial, mediante o atendimento do estabelecido na letra "a" do inciso II deste artigo.

Art. 3º Os resultados do mapeamento de que trata o artigo anterior deverão ser objeto de audiência pública convocada pelo Poder Executivo Estadual,

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.623-2 ESPÍRITO SANTO

para demonstrar a viabilidade agro-ecológica do licenciamento do plantio de eucalipto no Estado.

Parágrafo único. A Assembléia Legislativa, através da Comissão de Agricultura, Meio Ambiente e Defesa do Consumidor poderá convocar audiência para o mesmo fim previsto no "caput" deste artigo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

3. A Confederação Nacional da Indústria impugna a citada norma estadual pelos fundamentos a seguir sintetizados:

- Violação aos princípios da livre iniciativa e concorrência, uma vez que acabou por vedar o exercício de atividade econômica lícita (CF, artigo 170, caput e inciso IV).

- Usurpação da competência privativa da União para legislar sobre direito comercial e comércio exterior e interestadual (CF, artigo 21, incisos I e VIII), dado que tornou ilícita atividade mercantil não vedada pela legislação federal, além de desestabilizar "os fluxos econômicos no território estadual, interferindo na produção e no comércio".

- Afronta à isonomia, pois proibido o plantio de eucalipto apenas para fins de produção de celulose, ficando permitido para as demais finalidades, do que resulta "tratamento desigual aos que se situam na mesma posição" (CF, artigo 5º, caput).

- Exercício indevido de competência reservada ao Poder Executivo, em descompasso com o princípio da separação e independência dos Poderes (CF, artigo 2º), em que se sustenta que assim o é porque a norma, promulgada pela Assembléia Legislativa, após veto inicial do Governador, impôs atribuições a órgãos do Poder Executivo, além de praticar ato típico de polícia administrativa (CF, artigo 84, incisos VI, "a" e II, respectivamente).



AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.623-2 ESPÍRITO SANTO

- Desobediência ao princípio da proporcionalidade, eis que imposta restrição aos produtores de celulose sem qualquer justificativa razoável.

- Violação ao direito de propriedade e à garantia do devido processo legal (CF, artigo 5º, incisos XXIV e LV), visto que a norma impugnada impediu a utilização da propriedade rural para o cultivo comercial de eucalipto, sem qualquer indenização patrimonial aos proprietários.

4. A Confederação Nacional da Agricultura, por sua vez, propugna pela ausência de conformação do diploma legal em causa com a Carta Federal, em que apresenta os seguintes fundamentos:

- O artigo 1º e seu parágrafo único da lei estadual *sub examine* ao vedar a cultura de eucalipto para a extração de celulose regulou matéria concernente "a atividade agrária típica", usurpando competência legislativa reservada privativamente à União, na forma do artigo 22, inciso I, da Constituição Federal.

- A mesma proibição, ao limitar o plantio de eucalipto para fins de produção de celulose, permitindo seu cultivo para toda e qualquer outra atividade, sem que haja uma única justificativa razoável para o discrimen, viola o princípio constitucional da isonomia (CF, artigo 5º, *caput*). Afronta, ainda, às garantias de valorização do trabalho e da livre iniciativa (CF, artigos 1º, IV, 5º, XIII e 170, *caput*), obstando o exercício profissional e a atividade econômica relacionada.

- O Estado do Espírito Santo é um dos maiores produtores de celulose do País, sendo o eucalipto indispensável a sua extração, abastece não apenas o mercado nacional mas também o internacional. A atividade, assim, é responsável por fatia considerável das exportações e do comércio interestadual

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.623-2 ESPÍRITO SANTO

do produto, razão pela qual a vedação de que ora se cuida invadiu competência da União para legislar sobre comércio exterior e interestadual, na forma do artigo 22, inciso VIII, da Carta de 1988.

- Ademais, ao "proibir um determinado cultivo, em nítido confronto com o modelo federal", a que se refere a Lei 6.225/75, extrapola os limites constitucionais para legislar concorrentemente sobre direito econômico, tal como previsto no artigo 24, inciso I, da Constituição da República.

- O diploma legal atacado tornou defeso o uso das propriedades rurais do Estado para o plantio de eucalipto, limitando arbitrariamente sua utilização econômica, sem prever qualquer forma de ressarcimento (CF, artigos 5º, XXII e XXIII, e 170, III).

- O cultivo de eucalipto foi proibido apenas para uma determinada finalidade industrial, ficando liberado para todos as outras, o que afasta a justificativa de preocupação com os efeitos ambientais da mencionada cultura florestal, acabando por prejudicar tão-só aqueles que exploram a madeira para a extração de celulose, beneficiando os demais. Os meios empregados para essa última são inadequados, razão pela qual há clara infringência aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

- O artigo 2º, incisos I e II e alíneas e seu parágrafo único, além do artigo 3º e seu parágrafo único, da lei capixaba, estão diretamente relacionados com as previsões emanadas do artigo 1º, núcleo da inconstitucionalidade ora reclamada, de modo que a sua incompatibilidade constitucional acarreta, em consequência, a dos outros, dado que integrados em um mesmo sistema normativo.

- As atribuições conferidas a outros agentes públicos pelo artigo 2º, cria "uma área de proteção apenas



*Supremo Tribunal Federal***AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.623-2 ESPÍRITO SANTO**

contra o plantio de eucalipto para fins de produção de celulose", sem preocupação justificável com a preservação ambiental, distanciando-se das finalidade de proteção prevista no artigo 225, incisos III e IV, da Constituição, com ofensa ainda das normas gerais sobre o tema fixadas pela legislação federal, extrapolando o poder legislativo concorrente a que alude o artigo 24, VI, da mesma Carta.

- Estabelece a lei em apreciação, ainda atribuições a Secretarias integrantes da Administração Pública Estadual, permitindo ao Poder Legislativo local, em seu artigo 3º, o exercício de atividades típicas do Executivo, em clara afronta ao princípio da separação dos poderes (Cf, artigo 2º).

5. Instada a prestar informações, a Assembléia Legislativa pronuncia-se de forma contrária à suspensão cautelar das normas referidas, porquanto ausentes os vícios suscitados (fls. 92/100). Aduz que os reais objetivos da lei demonstram sua harmonia com a Constituição Federal, uma vez que objetiva tão-só controlar a expansão desordenada da área plantada de eucalipto para fins de produção de celulose, agravada pela omissão estatal em realizar um efetivo controle sobre os impactos ambientais do processo.

6. Alega, ainda, que a liberdade de atividade econômica deve ser exercida "sem desfigurar a função social da propriedade nem macular o meio ambiente", causa suficiente a legitimar a atuação legislativa. Assevera que a proibição não atinge as áreas já plantadas, tem efeito temporário e em nada impede a produção e o comércio de celulose, quer interno quer externo, e que por isso tem caráter geral; e que tal controle está contido no poder de fiscalização da Assembléia sobre os



*Supremo Tribunal Federal***AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.623-2 ESPÍRITO SANTO**

atos do Poder Executivo, encontrando amparo na Constituição do Estado.

Submeto o pedido cautelar à apreciação dos colegas.

É o relatório.



Supremo Tribunal Federal

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.623-2 - **Liminar**

PROCED. : ESPÍRITO SANTO

RELATOR : **MIN. MAURÍCIO CORRÊA**

REQTE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

AVDOS. : SYLVIA LORENA TEIXEIRA DE SOUSA E OUTROS

REQTE. : CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA

AVDOS. : SERGIO BERMUDES E OUTROS

REQDA. : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, deferiu a medida acauteladora para suspender a eficácia da Lei nº 6.780, de 03 de outubro de 2001, do Estado do Espírito Santo. Votou o Presidente, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Ilmar Galvão, e, neste julgamento, o Senhor Ministro Sepúlveda Pertence. Falaram, pela Confederação Nacional da Indústria - CNI, a Dra. Maria Luiza Werneck, e, pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, o Dr. Sérgio Bermudes. Plenário, 06.06.2002.

Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Sydney Sanches, Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Carlos Velloso, Maurício Corrêa, Nelson Jobim e Ellen Gracie.

Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro.

p/ *Luiz Tomimatsu*
Luiz Tomimatsu
Coordenador

⁹⁹ Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=374778>. Acesso: jun. 2013.

06/06/2002

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.623-2 ESPÍRITO SANTO

RELATOR : MIN. MAURÍCIO CORRÊA

REQUERENTE: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

ADVOGADOS: SYLVIA LORENA TEIXEIRA DE SOUSA E OUTROS

REQUERENTE: CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA

ADVOGADOS: SERGIO BERMUDES E OUTROS

REQUERIDA: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ESTADUAL. PROIBIÇÃO DE PLANTIO DE EUCALIPTO PARA FINS DE PRODUÇÃO DE CELULOSE. DISCRIMINAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AFRONTA AOS POSTULADOS DA ISONOMIA E DA RAZOABILIDADE. DIREITO DE PROPRIEDADE. TEMA DE DIREITO CIVIL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO.

1. Vedação de plantio de eucalipto no Estado do Espírito Santo, exclusivamente quando destinado à produção de celulose. Ausência de intenção de controle ambiental. Discriminação entre os produtores rurais apenas em face da destinação final do produto da cultura, sem qualquer razão de ordem lógica para tanto. Afronta ao princípio da isonomia.

2. Direito de propriedade. Garantia constitucional. Restrição sem justo motivo. Desvirtuamento dos reais objetivos da função legislativa. Caracterizada a violação ao postulado da proporcionalidade.

3. Norma que regula direito de propriedade. Direito civil. Competência privativa da União para legislar sobre o tema (CF, artigo 22, I). Precedentes.

Presença dos requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*. Pedido cautelar deferido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, deferir a medida acauteladora para suspender a eficácia da Lei nº 6.780, de 03 de outubro de 2001, do Estado do Espírito Santo.

Brasília, 06 de junho de 2002.

MARCO AURÉLIO

- PRESIDENTE

MAURÍCIO CORRÊA

- RELATOR



AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.624-1 ESPÍRITO SANTO

RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
REQUERENTE : **CONFEDERAÇÃO AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA**
ADVOGADOS : **SERGIO BERMUDEZ E OUTROS**
ADVOGADO : **LUIZ ANTONIO MUNIZ MACHADO**
REQUERIDA : **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

DECISÃO

**PROCESSO OBJETIVO -
NEGATIVA DE SEGUIMENTO DO
PEDIDO.**

1. Eis as informações prestadas pela Assessoria:

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.623/ES, após manifestação do Procurador-Geral da República, Vossa Excelência assentou o prejuízo do pedido de declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 6.780/2001, do Estado do Espírito Santo, formulado pela Confederação Nacional da Indústria, mediante a seguinte decisão:

**PROCESSO OBJETIVO - PERDA DE
OBJETO.**

1. A Assessoria assim revelou o estágio desta ação direta de inconstitucionalidade:

Esta ação direta visa à declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 6.780/2001, do Estado do Espírito Santo.

À folha 162, Vossa Excelência formalizou o seguinte despacho:

**AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE -
PREJUÍZO - ELUCIDAÇÃO.**

1. A Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, mediante a

Supremo Tribunal Federal

ADI 2.624 / ES



peça de folha 155 a 157, aponta a edição da Lei estadual nº 8.645/2007, a implicar a perda de objeto desta ação direta de inconstitucionalidade, que se faz voltada contra a Lei estadual nº 6.780/2001.

2. Digam as requerentes sobre o aventado prejuízo.

3. Com as manifestações, ouçam o Procurador-Geral da República.

4. Publiquem.

Atendendo à determinação, as requerentes, às folhas 164 e 166, manifestam-se pela extinção do processo ante a perda do objeto.

O parecer da Procuradoria Geral da República, à folha 168, é no sentido do prejuízo do pedido formulado na inicial.

Eis a redação da mencionada Lei nº 8.645/2007, do Estado do Espírito Santo (folha 160):

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 6.780, de 03.10.2001, que proíbe, por tempo indeterminado, o plantio de eucalipto para fins de produção de celulose no Estado e dá outras providências.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registro que o processo está concluso a Vossa Excelência para o exame do prejuízo aludido.

2. Em processo objetivo visando à declaração de inconstitucionalidade de certo diploma, a superveniente revogação deste último implica a perda de objeto. A ação direta de inconstitucionalidade pressupõe ato normativo abstrato autônomo em pleno vigor. Daí as manifestações no sentido da perda de objeto do pedido formalizado.

3. Arquivem.

4. Publiquem.

Anexo 4. Exemplo de contrato de integração

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE MADEIRA DE EUCALIPTO (FOMENTO FLORESTAL), E OUTRAS AVENÇAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM ARACRUZ CELULOSE S.A. E Sr.(a)

Nº: [REDACTED]

Pelo presente instrumento particular, de um lado, ARACRUZ CELULOSE S.A., pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Lauro Muller, 116 - 22º andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22.299-900, e estabelecimento industrial na Barra do Riacho, município de Aracruz, Estado do Espírito Santo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. 42.157.511/0001-61, por seus representantes legais infra-assinados, doravante designada simplesmente "COMPRADORA", e de outro lado o Sr.(a) [REDACTED] estabelecido(a) no município de DOMINGOS MARTINS/ES, inscrito(a) no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº. [REDACTED], doravante denominado(a) simplesmente "VENDEDOR", têm entre si certo e ajustado, atendendo às condições do Plano Integrado Florestal, junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o presente Contrato pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 - O VENDEDOR é proprietário de uma área de terras denominada [REDACTED] no município de DOMINGOS MARTINS, Estado ES, com área de 62,00 ha, registrada sob nº [REDACTED], do livro [REDACTED] às folhas [REDACTED], cadastrada no INCRA sob nº [REDACTED]

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 - Na propriedade acima descrita, o VENDEDOR implantará uma floresta de Eucalipto com área de efetivo plantio de 7,50 ha e com 12.000,00 árvores, correspondente ao volume total estimado na colheita de 2.109,30 estêreos de madeira, tudo conforme Croquis que passam a fazer parte deste Contrato(Anexo I).

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 - O VENDEDOR se obriga a vender para a COMPRADORA, que se obriga a comprar toda a produção florestal implantada, ora estimada em 2.109,30 estêreos de madeira, pelo preço de R\$ 16,50 (Dezesesseis reais e cinquenta centavos) por estêreo de madeira, ou o preço da tabela de compra da COMPRADORA, quando esta for maior.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1.1 - As árvores objeto de compra e venda deste contrato serão pelo VENDEDOR cortadas, na forma apropriada, e a madeira será pelo VENDEDOR entregue no depósito de ARAGUAIA da COMPRADORA, localizado no município de MARECHAL FLORIANO, ou em outro depósito ou estabelecimento da COMPRADORA, conforme vier a ser ajustado formalmente entre as partes.

3.2 - A COMPRADORA pagará ao VENDEDOR, quinzenalmente, o valor correspondente a madeira medida no depósito, descontando os recursos entregues de acordo com as Cláusulas Quarta e Quinta.

3.3 - O VENDEDOR se obriga a não ceder, nem transferir, nem onerar o crédito oriundo deste CONTRATO, bem como a não emitir qualquer título de crédito que o represente, nem efetuar qualquer tipo de cobrança.

3.4 - O VENDEDOR poderá reter, para seu consumo próprio, até, no máximo, 3% (três por cento) da produção total a ser entregue à COMPRADORA em decorrência deste CONTRATO.

3.5 - No 4º Bimestre do ano de 2007 a madeira será entregue à COMPRADORA na forma apropriada e no local previsto em 3.1.1 acima, obedecendo o seguinte padrão:

Comprimento de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) e diâmetro mínimo de 7 cm (sete centímetros) e no máximo de 45 cm (quarenta e cinco centímetros), ou

Comprimento de 3,00 m (três metros) e diâmetro mínimo de 7 cm (sete centímetros) e no máximo de 45 cm (quarenta e cinco centímetros) ou

Comprimento de 6,00 m (seis metros) e diâmetro mínimo de 7 cm (sete centímetros) e no máximo de 45 cm (quarenta e cinco centímetros).

3.6 - Será concedido um bônus de acordo com as condições estabelecidas abaixo ou o preço da tabela de bônus da COMPRADORA, quando este for maior:

CUMPRIMENTO DO PRAZO ACIMA ESTABELECIDO EM 3.5, COM ENTREGA DA MADEIRA DE TAMANHO PREVISTO EM 3.5.: BÔNUS DE DE R\$ 0,40/ST (QUARENTA CENTAVOS DE REAL) POR ESTÉREO DE MADEIRA ENTREGUE;

ENTREGA DA MADEIRA COM COMPRIMENTO DE 3 M (TRÊS METROS) OU 6 M (SEIS METROS): BÔNUS DE R\$ 0,40/ST (QUARENTA CENTAVOS DE REAL) POR ESTÉREO DE MADEIRA ENTREGUE;

CUMPRIMENTO DO PRAZO ACIMA ESTABELECIDO EM 3.5, COM MADEIRA DE TAMANHO DE 3 M (TRÊS METROS) OU DE 6 M (SEIS METROS): BÔNUS DE R\$ 0,80/ST (OITENTA CENTAVOS DE REAL) POR ESTÉREO DE MADEIRA ENTREGUE.

CLÁUSULA QUARTA

4.1 - Para a implantação da floresta, a COMPRADORA fornecerá ao VENDEDOR, os seguintes recursos:

4.1.1 - OPERACIONAIS - Os recursos operacionais obedecerão a tabela constante no Anexo III.

4.1.1.1 - Os recursos OPERACIONAIS acima previstos perfazem nesta data o valor total de R\$ 9.749,52 (Nove mil, setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), correspondentes a 590,88 estéreos de madeira.

4.1.1.2 - Havendo necessidade e a critério da COMPRADORA, esta poderá entregar ao VENDEDOR somente a quantidade necessária de mudas para replantio, podendo chegar no máximo à quantidade constante no Anexo III, após identificação em visita feita por técnico credenciado pela COMPRADORA.

4.1.2 - OPERACIONAIS EXTRA:

4.1.2.1 - Havendo necessidade e a critério da COMPRADORA, esta poderá entregar ao VENDEDOR as mudas para replantio, adubo de cobertura e isca formicida, considerados recursos extra, sendo que, caso isso ocorra, esse recurso será descontado quando da efetivação do pagamento previsto na Cláusula Terceira. A quantidade de recursos entregues será cobrada em estéreos de madeira, utilizando a tabela de equivalência de insumo na data de entrega dos mesmos.

4.1.3 - FINANCEIROS

CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

ANOS	ATIVIDADES	VALOR (st/ha)
1º	Preparo do solo, combate à formiga, aceiro, alinhamento e marcação	16,50 st
1º	Coveamento, adubação, plantio e replantio	14,41 st
1º	1ª capina, combate à formiga e limpeza de aceiro	3,66 st
1º	Adubação de cobertura de 90 dias	2,20 st
1º	2ª capina, combate à formiga e limpeza de aceiro	3,66 st
1º	Adubação complementar de 1 ano e meio	2,20 st
2º	3ª capina, combate à formiga e limpeza de aceiro	3,66 st
3º	Manutenção da floresta, combate à formiga e aceiros	0,00 st
4º	Manutenção da floresta, combate à formiga e aceiros	0,00 st
5º	Manutenção da floresta, combate à formiga e aceiros	0,00 st
6º	Colheita florestal	11,00 st
Total		57,29 st

4.1.3.1 - Os recursos FINANCEIROS antecipados acima referidos perfazem, nesta data, o valor total de R\$ 7.089,64 (Sete mil e oitenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) correspondente a 429,68 estéreos de madeira.

4.2 - A liberação dos recursos FINANCEIROS acima previstos se dará de acordo com os Laudos de Vistorias Técnicas, emitidos pelos Técnicos credenciados da COMPRADORA e sempre condicionados a efetiva execução das atividades desenvolvidas pelo VENDEDOR e nos anos em que as mesmas sejam objeto de liberação, tudo conforme descrito na Subitem 4.1.3.

4.2.1 - O VENDEDOR se obriga, desde já, a acatar o Laudo de Vistoria Técnica, emitido pelos técnicos credenciados da COMPRADORA.

4.3 - O VENDEDOR se obriga a concluir o plantio no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir do recebimento da primeira parcela dos Recursos Financeiros prevista no item 4.1.3.

4.4 - A antecipação financeira correspondente à Colheita Florestal prevista para acontecer a partir do 6º (sexto) ano estará condicionada a uma vistoria prévia da COMPRADORA, devendo estar o VENDEDOR de posse do documento legal autorizando a exploração, emitido pelo órgão competente.

CLÁUSULA QUINTA

5.1 - Os recursos antecipados ao VENDEDOR, conforme o previsto na Cláusula Quarta deste contrato, serão reajustados na seguinte forma:

5.1.1 - Os recursos OPERACIONAIS, OPERACIONAIS EXTRA e FINANCEIROS acima referidos, serão reajustados com base na Tabela de Preço da COMPRADORA, para a região, a partir das entregas dos correspondentes numerários ao VENDEDOR.

5.1.2 - Os recursos antecipados ao VENDEDOR, na forma do disposto na Cláusula Quarta, subitem 4.1.3, deste CONTRATO, serão depois de reajustados, conforme o previsto nos itens anteriores, descontados quando da efetivação do pagamento previsto na Cláusula Terceira, subitem 3.2, cujo valor será reajustado nos mesmos termos do disposto no subitem 5.1.1 acima.

5.1.3 - Os recursos OPERACIONAIS antecipados ao VENDEDOR na forma do previsto nos subitens 4.1.1 e 4.1.1.1 não serão deduzidos do preço final referido no subitem 3.1, aplicando-se na hipótese de redução e de rescisão deste Contrato.

5.1.4 - O reajuste previsto nesta Cláusula será aplicado sempre que houver alteração no preço do estéreo de madeira de eucalipto, com observância às restrições legais e aos termos deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA

6.1 - É estipulado o prazo de 06 (Seis) a no máximo de 08 (oito) anos, a contar da assinatura do presente Contrato, para que o VENDEDOR efetue a entrega da totalidade da madeira na forma e local previstos nos subitens 2.1, 3.1.1 e 3.5.

6.2 - No momento da entrega da produção florestal de que trata este CONTRATO, havendo concordância entre VENDEDOR e COMPRADORA, será celebrado Contrato de Compra e Venda de Madeira de Eucalipto (Fomento Florestal), 2º Ciclo e Outras Avenças, visando aquisição da produção florestal oriunda dos demais cortes.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1 - O VENDEDOR se obriga a obter todas as licenças, autorizações e legalizações por parte dos órgãos Públicos Municipais, Estaduais e Federais para que possa efetivar a venda de madeira, objeto deste Contrato à COMPRADORA, devendo providenciar, junto aos ditos órgãos, todas as emissões, autorizações e licenças pertinentes, respondendo, a qualquer tempo, pelo não atendimento às mesmas.

7.2 - O VENDEDOR se obriga a conduzir o plantio e colheita florestal, objetos deste CONTRATO, em conformidade à legislação vigente, ressaltando a proibição de utilização das áreas cobertas por florestas nativas primárias ou secundárias e áreas de preservação permanente, respeitando os princípios de conservação dos recursos naturais renováveis, segundo práticas ambientalmente sadias e aprovadas previamente pela COMPRADORA.

7.3 - O VENDEDOR se obriga a permitir e facilitar a fiscalização, pela COMPRADORA, ou através de preposto devidamente credenciado, do fiel cumprimento deste Contrato, comprometendo - se ainda a seguir rigorosamente as instruções técnicas para a implantação, manutenção e colheita da floresta, devidamente prescritas nos laudos de visitas técnicas. O exercício deste direito não eximirá o VENDEDOR do cumprimento de suas obrigações.

7.4 - O VENDEDOR se obriga, no caso de venda do imóvel descrito na Cláusula Primeira, a consignar, na respectiva Escritura, a obrigação do adquirente de respeitar o presente CONTRATO, em todos os seus termos, até o final de seu prazo.

7.5 - Serão de responsabilidade da COMPRADORA, mediante reembolso, os encargos com ICMS e FUNRURAL que incidam diretamente sobre o presente Contrato.

7.5.1 - Qualquer redução ou isenção de Tributo reverterá em benefício da COMPRADORA.

CLÁUSULA OITAVA

8.1 - A COMPRADORA contratará e manterá, durante o prazo de vigência deste Contrato, um seguro no ramo de incêndios cobrindo todas as florestas relacionadas no "PROGRAMA DE FOMENTO FLORESTAL", ai se incluindo aquela a ser implantada em decorrência deste instrumento.

8.2 - Os custos do seguro acima referidos serão arcados pela COMPRADORA, que dele será a beneficiária, de modo que, em caso de sinistro, a COMPRADORA receberá o respectivo valor total e dele reterá a quantia que for suficiente à cobertura, pelo valor atualizado à época do pagamento, de todas as importâncias que ela tiver dispendido em decorrência deste Contrato.

8.3 - Obriga-se o VENDEDOR a prestar todas as informações e a assinar todos os documentos que lhe forem solicitados pela COMPRADORA e/ou por terceiros por esta indicados, para efeitos de seguros.

CLÁUSULA NONA

9.1 - O presente Contrato será considerado rescindido, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação judicial ou extrajudicial, na hipótese de inadimplemento de qualquer das partes.

9.2 - O VENDEDOR poderá ser considerado inadimplente na hipótese de execução judicial, por terceiros, do bem objeto deste Contrato.

9.3 - A COMPRADORA não permitirá, nem tolerará que, sobre o objeto desta compra e venda, recaia qualquer tipo de ônus resultante de dívida imputável ao VENDEDOR.

9.4 - No caso de inadimplemento por parte do VENDEDOR e para repor-se a situação anterior, o VENDEDOR restituirá à COMPRADORA, imediatamente, todas as importâncias e valores correspondentes aos recursos operacionais, operacionais ext e financeiros recebidos, corrigidos monetariamente na forma do subitem 5.1.1.

9.5 - No caso de inadimplemento de qualquer das obrigações previstas no presente Contrato será aplicada à parte infratora a multa correspondente a 10% (Dez por cento) do volume estimado, tomando-se por base o disposto na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA DÉCIMA

10.1 - Na hipótese de comprometimento do plântio por pragas, doenças ou intempéries, tecnicamente comprovadas pela COMPRADORA, que resulte na impossibilidade de entrega total ou parcial da madeira, a COMPRADORA, após análise do caso e a seu critério, poderá isentar o VENDEDOR, total ou parcialmente, da multa prevista no item 9.5, dos recursos operacionais, operacionais extra e dos recursos financeiros antecipados.

10.2 - O não exercício pelas partes no uso de qualquer dos direitos que lhes assegura o presente Contrato, não significará alteração e/ou novação, podendo tais direitos serem exigidos a qualquer tempo.

10.3 - O presente Contrato valerá entre as partes, seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

11.1 - Constituem partes integrantes deste Contrato os seguintes anexos:

Anexo I	Croqui de Área a Reflorestar;
Anexo II	Cadastro Rural / Laudo de Avaliação
Anexo III	Recursos Operacionais;

11.2 - As disposições constantes dos Anexos I, II e III complementam e/ou esclarecem o ajuste formalizado neste instrumento, porém não prevalecerão sobre Cláusula expressa, aqui estabelecida.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA

12.1 - Fica eleito o Foro da Cidade de Aracruz/ES, como único e competente para dirimir quaisquer dúvidas advindas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro, que tenham ou venham a ter, por mais especial que seja.

E por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das Testemunhas abaixo-assinadas.

Aracruz (ES), 06 março de 2001.

ANEXO III - RECURSOS OPERACIONAIS

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE MADEIRA
DE EUCALITO (FOMENTO FLORESTAL),
E OUTRAS AVENÇAS

CONTRATO Nº: [REDACTED]

RECURSOS OPERACIONAIS PREVISTOS EM CONTRATO

RECURSO OPERACIONAL	QUANTIDADE	VALOR CORRESPONDENTE
Mudas para Plantio	1.600,00 Und	9,83 Estéreo por Hectare
Adubo para Plantio	160,00 Kg	4,01 Estéreo por Hectare
Isca	4,00 Kg	0,88 Estéreo por Hectare
Assistência Técnica	1,00 Ano(s)	8,49 Estéreo/Hectare/Ano
Taxa de Vistoria Florestal	1,00 Und	2,58 Por Contrato
Mudas para Replantio	160,00 Und	1,10 Estéreo por Hectare
Fosfato natural reativo	400,00 Kg	5,22 Estéreo por hectare
Adubação de cobertura de 3 meses	160,00 Kg	3,23 Estéreo por hectare
Adubação de cobertura de 12 meses*	160,00 Kg	3,23 Estéreo por hectare

ANEXO IV - RECURSOS FINANCEIROS

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE MADEIRA DE EUCALIPTO COM RECURSOS FINANCEIROS

**CONTRATO N.º [REDACTED]
TABELA DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS - 1º CICLO
BASE 04/2004**

Anos	Atividades	Valor R\$/ha
1	Limpeza de área/construção de estradas/aceiros	294,00
1	Combate à formiga	25,00
1	Capina pré-plantio (*)	96,00
1	Subsolagem com marcação de covas	186,00
1	Plantio	101,00
1	Irrigação de Plantio	100,00
1	Segunda irrigação de plantio/gel (**)	85,00
1	Adubação de 10 dias	63,00
1	Primeiro Repasse a Formiga	15,00
1	Replantio	40,00
1	Irrigação de Replantio	60,00
1	Segundo Repasse a Formiga	13,00
1	Coroamento/Trilhamento	100,00
1	Trato Cultural na linha (*)	105,00
1	Trato Cultural na entrelinha (*)	86,00
1	Recoroamento/Trilhamento	60,00
1	Adubação 90 dias	75,00
1	Trato Cultural na entrelinha (*)	86,00
1	Trato Cultural área total	60,00
1	Adubação de 1 ano (Calcário + NPK)	95,00
2	Rocada manual área total	90,00
6	Combate à formiga (Colheita)	25,00
	Total Geral:	1.860,00
	Total (*) (Com Herbicida a Parte)	1.725,00

		Valor R\$/ha
2º ano	Adiantamento Compra Madeira	242,20
3º ano	Adiantamento Compra Madeira	242,20
4º ano	Adiantamento Compra Madeira	242,20
5º ano	Adiantamento Compra Madeira	242,20

(*) Ficará a critério da **COMPRADORA** liberar como RECURSO FINANCEIRO o herbicida necessário para execução da atividade. Nesse caso o valor do herbicida será deduzido do valor total da parcela financeira.

(**) Liberada somente mediante Laudo Técnico e a critério da **COMPRADORA**

Obs.: Tratando-se de áreas não mecanizáveis, as parcelas "Subsolagem com marcação de covas" e "Adubação de 10 dias" podem ser liberadas simultaneamente.



ANEXO V - TERMO DE SOLICITAÇÃO DE RECURSO FINANCEIRO EXTRA

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE MADEIRA DE EUCALIPTO COM RECURSOS
FINANCEIROS

CONTRATO Nº: [REDACTED]

O **VENDEDOR**, já qualificado no contrato em referência, solicita à ARACRUZ CELULOSE S.A, o pagamento do valor de R\$ correspondente a m³ de madeira, a título de adiantamento de recurso financeiro extra, nos termos da Clausula Segunda do Contrato de Compra e Venda de Madeira de Eucalipto.

Aracruz, data.

VENDEDOR

ARACRUZ CELULOSE S.A

ANEXO VI - TERMO DE SOLICITAÇÃO DE ADIANTAMENTO

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE MADEIRA DE EUCALIPTO COM RECURSOS
FINANCEIROS**

CONTRATO Nº: [REDACTED]

O **VENDEDOR**,, já qualificado no contrato em referência, solicita à ARACRUZ CELULOSE S.A, o pagamento do valor de R\$ correspondente a m³ de madeira, a título de adiantamento de pagamento, nos termos da Clausula Segunda do Contrato de Compra e Venda de Madeira de Eucalipto.

ANEXO VIII - CRONOGRAMA DE CORTE E ENTREGA DE MADEIRA

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE MADEIRA DE EUCALIPTO COM RECURSOS
FINANCEIROS

CONTRATO N°: _____

- Nome do produtor: _____
- Depósito contratado: ARAGUAIA
- Depósito de entrega: ARAGUAIA
- Acréscimo de distância (km): _____
- Área contratada (ha): 4,94
- Ano de corte: _____
- Volume previsto (m³): 889,20
- Cronograma:
Corte: Início: _____ Fim: _____

Entrega:	Mês/Ano	Volume (m³)
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

- Comprimento da Madeira (m): _____
- Diâmetro Mínimo (cm): _____
- Diâmetro Máximo (cm): _____
- Há interesse em reter madeira para outros fins? _____
Percentual: _____

• **Condições de Transporte de Madeira:**

Em se tratando de madeira com comprimento de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros), a carga deverá ser no sentido transversal e amarrada com cabo de aço no sentido longitudinal ao caminhão.

Em se tratando de madeira com comprimento acima de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros), a carga deverá ser no sentido longitudinal e amarrada com cabo de aço no sentido transversal ao caminhão.

De Acordo:

FORNECEDOR

TÉCNICO
Técnico Responsável
CREA

Anexo 5. Propagandas de divulgação do programa de fomento florestal da Aracruz Celulose S/A



Ligue 0800 393949
e fale com um técnico
da Aracruz.

O Fomento Florestal da Aracruz é um programa de incentivo ao produtor rural para diversificar e aumentar sua renda no campo através do cultivo do eucalipto. Com garantia de compra pela Aracruz desde o momento do plantio, os cultivos de eucalipto são acompanhados pelos técnicos da empresa durante o período de desenvolvimento da árvore, dando todo o suporte necessário, sem nenhum custo para o fomentado. Uma garantia de emprego e de renda ao agricultor, que também permite a utilização de terras antes improdutivas, Programa de Fomento Florestal da Aracruz. Há mais de 10 anos gerando riqueza no campo.



ARACRUZ
Nosso futuro tem raízes
www.aracruz.com.br

Fonte: Aracruz Celulose S/A (2003, p. 24)

Programa Produtor Florestal da Aracruz. Novos horizontes para o homem do campo.



Aracruz Celulose.
Cultivando juntos
as riquezas
da nossa terra.



ARACRUZ
Nosso futuro tem raízes.
www.aracruz.com.br

A Aracruz Celulose incentiva o agricultor que deseja cultivar eucalipto em terras improdutivas, ou subutilizadas. Através do Programa Produtor Florestal, o agricultor aumenta sua renda, já que a Aracruz garante a compra da produção. Além disso, desde o plantio, os técnicos da empresa acompanham e dão suporte ao parceiro, sem nenhum custo. Essa iniciativa aumenta a renda e melhora a qualidade de vida do homem do campo. Com o Programa Produtor Florestal, a Aracruz Celulose fomenta o desenvolvimento no campo.

Fonte: Aracruz Celulose S/A (2003, p. 24).

**É... em 15 anos,
teve muita gente
que conseguiu
prosperar do nada.**

Terras improdutivas e áreas degradadas substituídas por florestas plantadas, que se tornam fonte alternativa de madeira para a produção de celulose e diversos tipos de papel. De solos que antes nada produziam, hoje brota o sustento de muita gente. Nos 15 anos do Programa Produtor Florestal da Aracruz, o que não falta são motivos para comemorar. Afinal, gerar riqueza colaborando com o desenvolvimento do interior é algo que a gente vem plantando todo dia.

ARACRUZ PRODUTOR florestal
HÁ 15 ANOS FAZENDO UM BONITO PAPEL NO CAMPO.

Fonte: Aracruz Celulose S/A (2007, p. 24)